

Emerson Tin

**“FAMILIAR DEL UNIVERSO”:
ARTE EPISTOLAR E LUGAR-COMUM
NAS *CARTAS FAMILIARES* (1664) DE
D. FRANCISCO MANUEL DE MELO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Teoria Literária do Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Letras na Área de Teoria Literária.

Orientador:
Prof. Dr. Antônio Alcir Bernardes Pécora

Banca examinadora:
Prof. Dr. João Adolfo Hansen
Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

UNIDADE	80
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	7494
EX.	
OMBO BCI	51932
ROC.	124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/04/03
1ª CPD	

CM00182332-7

1B ID 289870

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

T49f	Tin, Emerson "Familiar del universo": arte epistolar e lugar-comum nas <i>Cartas familiares</i> (1664) de D. Francisco Manuel de Melo. / Emerson Tin. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientadores: Antonio Alcir Bernardes Pécora Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Cartas - Sec.XVII. 2. Epistolários - História e crítica. 3. Literatura portuguesa - Sec.XVII. 4. Melo, Francisco Manuel de, 1608-1666. I. Pécora, Antonio Alcir Bernardes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
------	---

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a leitura das *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel de Melo, tal como impressas em sua primeira edição, de 1664, levando em conta as cinco partes mais comuns da carta, fixadas na tradição da *Ars dictaminis: salutatio, captatio benevolentiae* (ou exórdio), *narratio, petitio, conclusio*, com a *valedictio* e as indicações de local e data da carta. Anexas, uma descrição histórica de alguns tratados epistolares e as traduções de tratados do Anônimo de Bolonha, de Erasmo e Rotterdam e de Justo Lísio, bem como a reprodução das páginas iniciais da edição de 1664.

ABSTRACT

This work has as objective the reading of the D. Francisco Manuel de Melo's *Cartas familiares* such as printed in its first edition of 1664, taking in account the five more common parts of the letter, fixed in the tradition of the *Ars dictaminis: salutatio, captatio benevolentiae* (or exordium), *narratio, petitio, conclusio*, with the *valedictio* and the indications of place and date of the letter. Attached, a historical description of some epistolary treatises and the translations of treated to the Anonymous of Bologna, Erasmo of Rotterdam and Justus Lipsius, as well as the reproduction of the initial pages of the 1664 edition.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but la lecture de les *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel de Melo, tel comme elles ont été publiées dans leur première édition de 1664, en considérant les cinq parties plus communes de la lettre, fixées dans la tradition de la *Ars Dictaminis*: *salutatio*, *captatio benevolentiae* (ou exorde), *narratio*, *petitio*, *conclusio*, avec la *valedictio* et les indications de lieu et de date de la lettre. Annexe, une description historique de quelques traités d'épistolographie et les traductions des traités du Anonyme de Boulogne, d'Érasme de Rotterdam et de Juste Lipse, et aussi la reproduction des premières pages de l'édition de 1664.

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Engenor Tin

e aprovada pela Comissão Julgadora em
01/04/2003.



À memória de D. Francisco Manuel de Melo

“...a ver se por ventura também, depois de meus dias, acontece que algum vindouro honre ao meu nome, quanto eu procuro eternizar e engrandecer o dos passados.”

(Naufragio da Armada Portuguesa em França, Anno 1627. Epanaphora Tragica Segunda de Dom Francisco Manuel)

Agradecimentos

À minha família, razão de ser o que sou.

A Antonio Alcir Bernardez Pécora, interlocutor paciente e orientador preciso.

A João Adolfo Hansen e Alexandre Soares Carneiro, atentos leitores.

A Adma Fadul Muhana, Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Marisa Philbert Lajolo, Suzi Frankl Sperber, Vilma Sant'Anna Arêas, fiéis testemunhas deste trabalho.

A Saulo Neiva (*Université Blaise Pascal – Clermont-Ferrand*), pela atenção e orientação.

A Adna Cândido de Paula, Jaqueson Luiz da Silva, Marcelo Tadeu Schincariol e Maria Amália Almeida Cunha, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, Rutzkaya Queiroz dos Reis. *Toutes les grandeurs de ce monde ne valent pas un bon ami.* (Voltaire)

A Tereza Cristina Oliveira Nonatto de Carvalho, bibliotecária do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UNICAMP, e José Cláudio de Souza Almeida, bolsista, pela gentileza, paciência e eficiência com que me atenderam.

Aos funcionários das Bibliotecas do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, e da Faculdade de Letras da PUC-Campinas, aos funcionários do Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE – UNICAMP), a todos os funcionários do IEL, pela atenção.

Ao CNPq pela bolsa concedida.

Tereis lá conversações,
tereis graças delicadas,
do ar do paço adubadas,
e às vezes das pregações,
com muito gosto furtadas.

Francisco Sá de Miranda
(*Carta a António Pereira, senhor do Basto, quando*
se partiu para a Corte co a casa toda)

He a cortesania a gramatica das pessoas illustres

D. Francisco Manuel de Melo
(*Alterações de Evora, Epanaphora Politica*
Primeira)

SUMÁRIO

Resumo / Abstract	03
Résumé	04
Dedicatória	05
Agradecimentos	06
Epígrafes	07
Introdução	11
Uma leitura das <i>Cartas familiares</i>	35
Nota Prévia	37
I. <i>Salutatio</i>	39
II. <i>Captatio benevolentiae</i> ou exórdio	46
III. <i>Narratio</i>	64
IV. <i>Petitio</i>	115
V. <i>Conclusio</i>	122
Considerações Finais	131
Bibliografia Consultada	139
Anexos	157
Anexo I – Descrição histórica de algumas Artes Epistolares	159
Anexo II – Regras para escrever cartas – Anônimo de Bolonha	253
Anexo III – Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar – Erasmo de Rotterdam	271
Anexo IV – A arte de escrever cartas – Justo Lúpsio	283
Anexo V – Reprodução das páginas iniciais da edição de 1664 das <i>Cartas familiares</i>	305
Anexo VI – Exemplares da 1ª e 2ª edições nas bibliotecas do mundo	331
Índice Alfabético-remissivo	337

INTRODUÇÃO

tritissima quaeque uia et celeberrima maxime decipit

Sêneca. *De vita beata*, I, 2.

nullum est iam dictum quod non sit dictum prius

Terêncio. *Eunuchus*, 41.

Introdução

As cartas de D. Francisco Manuel de Melo, reunidas no volume intitulado *Primeira Parte das Cartas Familiares de D. Francisco Manuel escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos*¹, impresso em Roma na oficina de Felipe Maria Mancini em 1664, cobrem um período de trinta anos: as mais antigas datam de julho e dezembro de 1634; a mais recente, de junho de 1664, o ano da 1ª edição. A maior parte delas, contudo, segundo Maria da Conceição Morais Sarmento, “pertence ao período mais duro da prisão, o que vai de 1648 a 1651”². Preso, excluído do convívio social, D. Francisco Manuel utiliza a correspondência para promover e atualizar suas relações.³

Sarmento descreve a edição como “um grosso volume, in 4º, de vinte e quatro páginas não numeradas e oitocentas numeradas”⁴, contendo a parte não numerada “a dedicatória à Academia dos Generosos⁵ e a carta ‘Aos Discretos’, ambas de autoria de António Luís de Azevedo, a protestação da fé, a aprovação, em latim e em

¹ Por comodidade, adotaremos o título conciso de *Cartas familiares* ao nos referirmos à obra.

² *Cartas familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981, p.14.

³ Duas observações: primeira, nunca é demais lembrar que, a despeito de D. Francisco Manuel muitas vezes descrever as “penas” do cárcere (como quando afirma à Rainha Regente de França, D. Ana de Áustria, estar “nas trevas dum escuro e dilatado cárcere”, carta 3 da Centúria I; n.º 160 da edição de Sarmento), a prisão era condizente à sua condição de fidalgo, já que podia receber visitas, acolher hóspedes e sair sob palavra; segunda, é interessante mencionar aqui a expressão utilizada por Pierre Fabri: “visitar seu amigo por cartas” (“visiter son amy par lettres”; in: *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969., p.274), bem como um dos tipos de carta expostos por Antonio de Torquemada, o das “cartas de visitaçión” (“De las cartas de visitaçión”, pois “los señores suelen ynbiarse a visitar unos a otros”; in: *Manual de escribientes*, in: *Obras completas*, vol. I, edición y prólogo de Lina Rodríguez Cacho, Madrid: Turner Libros, 1994, p.168) e por Francesco Sansovino (“o gênero comum de cartas é aquele pelo qual nós visitamos os nossos amigos, ainda que não haja necessidade de escrever”, [II] *secretario overo formulario di lettere missive et responsive / di M. Francesco Sansovino*,..., Num. BNF de l'éd. de Cambridge (Mass.): Omnisys, [ca 1990]. Reprod. de l'éd. de In Turino: appresso del Bevilacqua, 1580, fl.43), o que nos faz concluir que uma das formas de manutenção de relações sociais era a correspondência. Para maiores detalhes, v. Anexo I.

⁴ *Cartas familiares*, cit., p.14.

⁵ Segundo João Palma Ferreira, “as sessões dos Generosos iniciaram-se em princípios de 1647 e prolongaram-se até 1668, reiniciando-se em 1685-1686. (...) A actividade da Academia dos *Generosos* (que, conforme Teófilo Braga, foi antecedida pela *Academia Augusta*, fundada por D. Francisco Manuel de Melo) contou ao longo da sua história com a contribuição de outros sócios, como José Soares da Silva, Lourenço Botelho, Manuel Pimentel, António Rodrigues da Costa, Inácio de Carvalho, D. Francisco Manuel de Melo, António de Oliveira de Azevedo (...)” (*Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, pp.33, 35).

português, feita pelo erudito Fr. Francisco de S. Agostinho de Macedo⁶, e, por fim, a *Carta do Autor aos leitores de suas cartas*.⁷ A parte numerada abrange as cartas de D. Francisco Manuel, divididas em cinco centúrias, numeradas por algarismos romanos. Cada carta é precedida de uma didascália, em que se encontram informações como o nome e a ordem ou posição social do destinatário, e/ou o tema da carta, e/ou o tipo de carta (p. ex., carta de galantaria, carta de negócio).

Sobre a elaboração dessa edição de 1664, é interessante lembrar aqui duas cartas enviadas a António Luís de Azevedo, o compilador do volume e autor da dedicatória à Academia dos Generosos e do prólogo “Aos Discretos”. Na primeira delas⁸, datada de 06 de janeiro de 1650, após o pedido de devolução de algumas cartas para a sua inclusão no volume, encontramos o convite de D. Francisco Manuel para que António Luís de Azevedo redigisse uma introdução e uma carta dedicatória:

Mandando-me V. M. as cartas que tem, ficará este livro em boníssimo estado; e, agora que V. M. me meteu em atentar para elas, vejo que têm algum jeito. Sirva-se V. M. de me remeter as com que se acha em que eu fundo meu crédito, não só por escolhidas de V. M., mas por escritas a tal pessoa. Se V. M. fosse servido de acompanhar a obra com alguma introdução sua, teria eu grandíssima confiança e benefício nesse favor. Parecia-me se fizesse prólogo e introdução, ou prólogo que fosse; e que V. M. houvesse por bem descrever ãa dedicatória da obra ao senhor Rui de Moura Teles, que, por sábio bom e bom amigo meu, e dos bons (com que de força o há de ser de V. M.), muito a merece. Isto é proposição e não pacto, e assim pode ser alterada de V. M. como for servido.⁹

Ademais, D. Francisco Manuel nos fornece um juízo próprio a respeito da obra em formação:

⁶ Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo nasceu em Coimbra em 1596 e faleceu em Pádua, em 01 de maio de 1681. Sobre ele afirmou D. Francisco Manuel no Prólogo das *Obras métricas*, de 1665: “en la opulencia de las buenas, y de las mejores letras humanas, y divinas nuestro insigne, y nuestro Preceptor el P. Maestro Fr. Francisco de Macedo, cuyos copiosos raudales gozan admirablemente dós Cathedras, muchos pulpitos nõ pocos tribunales, y innumerables typos” (*apud* MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, Lisboa: Com. Nac. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: BN, [19--], vol.2, p.87).

⁷ *Cartas familiares*, cit., p.15.

⁸ *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escritas a Antonio Luiz de Azevedo*, publicadas com Introdução e Notas por Edgar Prestage, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, n° 23 (n° 303 na edição de Sarmento).

⁹ Todas transcrições de cartas de D. Francisco Manuel, salvo outra indicação, foram extraídas do volume organizado por Maria da Conceição Morasis Sarmento, com a ortografia e pontuação atualizadas.

O livro vai sem ordem escrito, tendo por mais agradável aqui a variedade, e me parece que poderá levar quatrocentas epístolas, que, como as mais são breves, não fará fastioso volume.

Através da segunda carta¹⁰, datada de 31 de janeiro do mesmo ano, tomamos conhecimento de que António Luís de Azevedo aceitou o convite de D. Francisco Manuel e redigiu algum texto introdutório. Mas, a despeito dos elogios que tece à carta e ao prólogo, D. Francisco Manuel ainda não estava totalmente satisfeito, e aponta algumas modificações que poderiam ser feitas:

Se de tão baixa cousa possa fazer comparação, Senhor, a carta e prólogo é o livro. O livro nem para sua carta e prólogo pode ser bastante. V. M. escreve dobrões, eu, quando muito, reales singelos. Ûa razão de V. M. val por muitas das minhas. Mas, enfim, pois sou o noivo, e me hei de honrar com o lugar em que me quis pôr a humanidade e cortesia de V. M., digo, quanto à carta, que desejara metesse V. M. ali também, por motivo da oferta, a mercê que o senhor Rui de Moura me faz a mi e a meus papéis, parecendo que por esta causa lhe ficariam mais decentes. Com um pequeno período se fará tudo isto, que eu fiz não de pouco em poucas palavras. Quanto ao prólogo, me parece (salvo o juízo de V. M. em que me salvo) poderá ser ilustrado com alguns lugares das letras humanas. Dou logo as causas por que assim me parece. A primeira por que se não cuide que é suposto e obra minha, cuja pobre erudição não se pode equivocar com a de V. M. A segunda, porque, indo o livro à mão de pessoas (se há algũas no Reino ignorantes do nome de V. M.) vejam essas que um talento cheio de sabedoria faz caso daqueles papéis e os inculca ao juízo público; cousa que a meu ver resultará em boa opinião do livro, a quem desejo melhor sorte que a seus irmãos, por ser afilhado de V. M. Outras razões pudera dar, que, como são menores, se incluem nestas. Retenho os papéis enquanto V. M. me avisa e também entretanto os não faço copiar. O recado aos Zoilos é bem digno de V. M., mas não sei se da obra. Não lhe quero mais dragões que lhe guardem seu fruto. Assim ele fora de ouro, como seguro estava. Confesso que me consola muito a nova que V. M. me manda do que lhe vai parecendo esse livro; o certo é que por Castela ninguém fez maior entrada; mais rica sim fariam outros.¹¹

Como vemos, a dedicatória deveria ter sido endereçada a Rui de Moura Teles mas, como afirma Prestage, “este ultimo morreu, e quando as *Cartas*

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, nº 24 (nº 332 na edição de Sarmento).

¹¹ V. no Anexo VI o texto da dedicatória a Academia dos Generosos, o prólogo “Aos Discretos”, “ilustrado com alguns lugares das letras humanas”, e o recado aos Zoilos. Especificamente quanto a este último, v. adiante p.12 e nota 19.

Familiares sahiram em Roma em 1664, trouxeram o prologo com uma dedicatória á Academia dos Generosos, ambos redigidos pelo douto professor.”¹²

Além da edição de 1664, impressa em Roma “na Officina de Filipe Maria Mancini”, houve uma 2ª edição em 1752, em Lisboa, “por Luís de Moraes e Castro, que considera as *Cartas Familiares* ‘uma obra das mais úteis que se têm visto’.”¹³ Nesta 2ª edição a carta V, 100, foi substituída por uma carta a António Luís de Azevedo. Aliás, mesmo nos exemplares da 1ª edição, a referida carta foi substituída, por ordem do Santo Officio.¹⁴

Além das edições antigas acima citadas, duas outras merecem destaque: a coletânea seleccionada por Rodrigues Lapa e a edição organizada por Maria da Conceição Moraes Sarmento.

A edição de Lapa, editada pela Livraria Sá da Costa (com edições em 1937, 1942 e posteriores), reúne 115 cartas. Uma delas, a de nº 4, foi extraída das *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escritas a Antonio Luiz de Azevedo*, publicadas por Edgar Prestage em 1911. A última, de nº115, “sobre a edição dos antigos poetas portugueses”, foi extraída, segundo as palavras de Lapa, “do estudo biográfico de Edgar Prestage, que com tanta diligência pormenorizou a vida do nosso autor”, mas ressalva: “não é pròpriamente uma carta familiar; mas por ser importante e por nos dar a maneira como D. Francisco concebia a edição dos autores antigos, a que se quis abalançar, publicamos aqui este Discurso, como uma espécime de apêndice. Possivelmente é uma oração dirigida aos seus consócios da Academia dos Generosos.”¹⁵

¹² *D. Francisco Manuel de Mello: esboço biographico*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, p.236.

¹³ *Apud* SARMENTO, Maria da Conceição Moares. *Cit.*, p.18. Infelizmente não tivemos acesso a nenhum exemplar da 2ª edição, de que só temos notícia o existente na Biblioteca do Centre Culturel Calouste Gulbenkian, em Paris.

¹⁴ O volume da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo microfilme consultei, traz, em lugar da carta 100 da Centúria V (nº 387 da edição de Sarmento), uma cópia manuscrita de uma carta a António Luís de Azevedo, com a seguinte ressalva: “Esta carta é cópia da q substitue a q foi nesta mandada arrancar pelo S. Officio, [rasurado] na 2ª edição desta obra.” A propósito da censura do Santo Officio, cabe acrescentar que a carta 83 da Centúria II (nº 282 da edição de Sarmento) também foi extirpada do volume, pois no mesmo exemplar consultado encontra-se uma cópia manuscrita dessa carta, rasurada em parte, também com a ressalva de que fora mandada arrancar pelo Santo Officio. V., no Anexo VI, uma lista com a reprodução das cotas de várias bibliotecas onde consegui localizar exemplares das duas primeiras edições das *Cartas familiares*.

¹⁵ *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1937, pp.XXVII; 277-278.

Na edição organizada por Sarmiento, publicada em 1981 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, e que se auto-intitula uma “edição completa”¹⁶, foram impressas “todas as cartas conhecidas de D. Francisco Manuel: as por ele publicadas e as descobertas posteriormente”.¹⁷ Como Lapa, Sarmiento resolveu dispor as cartas em ordem cronológica, sob o argumento de que, nessa ordem, teriam mais interesse para o leitor:

Mas o que realmente é importante nas *Cartas Familiares* é o conhecimento que elas nos dão a respeito da pessoa do seu autor. Através da correspondência de D. Francisco, o leitor fica informado dos problemas que o preocupam, das contrariedades da sua vida caseira, das suas diversas actividades, das suas reflexões, das suas relações de amizade. Daí resulta as cartas terem muito mais interesse se forem lidas por ordem cronológica. Acompanha-se o dia-a-dia do seu autor como se se lesse um diário.¹⁸

Não vejo razão para que da leitura das cartas em “ordem cronológica” possa resultar “muito mais interesse” para o leitor. Até porque muitas das cartas não trazem datas, e sequer referências contextuais que possam tornar possível a sua datação aproximada. Pergunta-se: por que não organizá-las então em ordem alfabética de destinatários? Ou então, por que não organizá-las por assunto? Ou por tipos de cartas? É claro que minha intenção aqui não é a crítica pela crítica, mas sim mostrar que a opção da organizadora em dispor as cartas cronologicamente é mais uma dentre tantas outras e, como intervenção numa obra que tem a sua organização própria, não deixa de ser arbitrária.

Ademais, cabe indicar ainda duas ressalvas sobre essa edição. A primeira delas é apontada por Segismundo Spina:

Em 1959 Maria da Conceição Quadros de Morais Sarmiento publicou ou defendeu em Coimbra sua tese de licenciatura intitulada *Edição crítica das 'Cartas de D. Francisco Manuel de Melo'*, que vemos citada no *Inventario...* de Teensma (*Bibliografia*, pág. 231); queremos crer que a sua obra *D. F. M. de Melo – Cartas Familiares*, Prefácio e Notas [Lisboa] Imprensa Nacional – Casa da Moeda [1981] seria a mesma tese; e a ser assim, não podemos considerá-la rigorosamente uma edição crítica.¹⁹

¹⁶ *Op. cit.*, p.45.

¹⁷ *Cit.*, p.27.

¹⁸ Prefácio. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981, p.36.

¹⁹ SPINA, Segismundo. Introdução. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *A tuba de Calíope: (quarta musa das Obras métricas)*, São Paulo: Brasiliense, 1988, nota 6, p.21.

A segunda ressalva diz respeito às omissões dessa edição. A organizadora suprimiu textos de grande importância para o entendimento da obra – o que, para uma edição que se auto-intitula “completa”, é algo que não se pode aceitar –, como as Aprovações – uma escrita em latim, outra em português –, as notas marginais ao prólogo “Aos Discretos”, de António Luís de Azevedo, em que se encontram todas as autoridades referidas no texto, e a advertência latina “Ad Zoilos”²⁰. Esta última omissão, inclusive, faz com que o seguinte passo na carta nº 332 da edição de Sarmento fique ininteligível, mesmo porque a organizadora não a explicou em nota:

O recado aos Zoilos é bem digno de V. M., mas não sei se da obra.

Nenhuma das duas edições modernas, portanto, respeitou a disposição das cartas na 1ª edição, nem reproduziu partes essenciais dessa edição, como as Aprovações, as notas marginais de “Aos Discretos”, ou a advertência “Ad Zoilos”.²¹

Cabe ainda mais uma ressalva. Ainda em seu prefácio, Sarmento afirma que D. Francisco Manuel decidiu incluir algumas cartas na coletânea em que “temos de reconhecer (...) que não apresentam, tanto pelo seu conteúdo como pela sua intenção, as marcas que definem o texto epistolar familiar.”²² Todavia, detém-se aí, sem explicar quais seriam essas “marcas” definidoras do texto epistolar familiar. Talvez a organizadora julgasse tratar-se de assunto evidente demais para ser esclarecido. Contudo, o conceito de “texto epistolar familiar” que temos hoje é capaz de explicar cartas escritas no século XVII?²³ Afinal, D. Francisco Manuel inclui, entre suas “cartas familiares”, aquelas que

²⁰ Zoilus foi um gramático de Alexandria, conhecido por suas críticas a Homero. Daí, passou a ser sinônimo de detrator, de mau crítico (FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE, 1992, p.591). A advertência é a seguinte: “AD ZOILOS / Vnguibus hic vestris sit pagina quaeque notata, / At mendum his nullum est; ergo notate bonum”, o que quer dizer, em português: “AOS ZOILOS / Por vossas unhas aqui seja cada página marcada / Pelo menos para isto o erro é sem valor; logo, anotaí o que é bom” (a tradução é minha).

²¹ Reproduzo, no Anexo V, todos os textos, conforme a lição da edição de 1664.

²² *Op. cit.*, p.16.

²³ Vale anotar aqui que também David J. Pérez, sobre as *Epístolas familiares* de António de Guevara, afirma que “o epíteto *familiares* não lhe cabe muito bem, pois não são dirigidas a pessoas de sua família nem a criaturas vulgares, e sim a personalidades notáveis ou figuras representativas da sociedade” (in: PÉREZ, David J. (selecção e prefácio). *Moralistas espanhóis*, tradução de Acácio França, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1952, p.193).

enviou ao Papa Inocêncio X, a Ana de Áustria, Rainha da França, ao Cardeal Mazarino, apenas para citar alguns exemplos. Poderíamos, hoje, sob a nossa visão, considerá-las *cartas familiares*?

Antes de mais nada, creio ser necessário recorrermos à célebre divisão ciceroniana das cartas para chegarmos ao sentido do que seja “carta familiar” no período dito renascentista. Na carta a Cúrio, afirma Cícero: “há, tu não o ignoras, mais de um gênero de cartas; mas entre todos o mais autêntico é aquele a que se deve a própria invenção das cartas, aquele que nasceu do desejo de informar os ausentes, quando era interessante para eles ou para nós que eles fossem informados de qualquer coisa. (...) Há dois outros gêneros de cartas, e que me deliciam, um familiar e jocoso, o outro severo e grave.”²⁴ Algo semelhante encontramos no discurso *Pro L. Flacco* (XV, 37), quando Cícero se refere à “argila branca asiática”, que é conhecida “por quase todos e da qual todo mundo se serve, não somente para [lacrar] as cartas públicas como também para as cartas privadas”²⁵. Podemos concluir, então, que, para Cícero, as cartas se dividiriam em pelo menos três gêneros: cartas de informação; cartas familiares e jocosas (ou privadas); cartas severas e graves (ou públicas).

Creio que outro elemento reforça e modela a definição do gênero familiar de cartas no período dito renascentista: o conjunto das *Epistolae ad familiares* de Cícero, assim chamadas desde a época do Humanismo.²⁶ Note-se que as *Epistolae ad*

²⁴ No original: “Epistolarum genera multa esse non ignoras, sed unum illud certissimum, cuius causa inuenta res ipsa est, ut certiores faceremus absentis, si quid esset quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset. (...) Reliqua sunt epistolarum genera duo, quae me magnopere delectant, unum familiare et iocosum, alterum seuerum et graue.” (*Fam.*, II, 4, in: CÍCERO, Marco Túlio. *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo III, 1936, pp.170-171; a tradução para o português é minha).

²⁵ No original: “creta illa Asiatica quae fere est omnibus nota nobis, qua utuntur omnes non modo in publicis sed etiam in priuatis litteris” (CÍCERO, Marco Túlio. “Pour L. Flaccus”, XVI, 37, texte établi et traduit par André Boulanger, in: *Discours*, Paris: Les Belles Lettres, tomo XII, 1938, p.102; a tradução para o português é minha). Vale anotar que essa mesma passagem do discurso ciceroniano será referida por Lísio no capítulo IV (“Das partes finais de uma carta e também do lacre”) de sua *Epistolica Institutio* (para o tratado de Lísio, v. nossa tradução no Anexo IV).

²⁶ É o que afirma Ernst Bickel, em sua *História da literatura romana*: “o intento compilatório mais extenso o representam os 16 livros, que, desde a época do Humanismo se intitula *Epistolae ad familiares*, ‘Cartas aos amigos’” (*Historia de la literatura romana*, versión española de José M^a Díaz-Regañón López, Madrid: Editoria Gredos, 1987, pp.411-412). Indo um pouco mais além, L.-A. Constans afirma que “o título de *Epistolae familiares* foi dado à coleção pelos primeiros editores da Renascença; a denominação *Epistolae ad familiares* aparece pela primeira vez na edição de Robert Estienne de 1526” (“Introduction”, in: CÍCERO,

familiares de Cícero destinam-se não somente a parentes e a amigos, mas também a pessoas com quem Cícero mantinha relações oficiais ou que não poderiam ser consideradas propriamente “amigas”²⁷. Aliás, Ernst Bickel, em sua *História da Literatura Romana*, afirma que o título *Epistolae ad familiares* “não esgota o conteúdo da coleção”²⁸.

Além do modelo ciceroniano, pode-se pensar que um outro elemento dá forma ao gênero: o chamado “estilo familiar”, que seria caracterizado por um modo coloquial de compor a carta. Por exemplo, Demétrio veta o uso de máximas e exortações, pois quem as utiliza não parece estar falando familiarmente numa carta, mas sim eloqüentemente num púlpito.²⁹ Caio Júlio Victor, que adota a divisão ciceroniana das cartas, aponta, como normas da *carta familiar*, a brevidade e a clareza.³⁰

Pierre Fabri assevera que “a mais bela linguagem é a comum e familiar, e não a de altos termos escabrosos demais e escumados do latim, ou de baixos termos bárbaros, ou conhecidos apenas num lugar, pois, como diz Horácio: *Há certo modo em tudo: Há certas raiais entre as quais consiste, Nem mais cá, nem mais lá, o justo acerto.*”³¹

Erasmus de Rotterdam, que define a carta, em sua *Brevissima Formula*, como “um colóquio entre ausentes”³², afirma que ela “nada traz que a difira de uma conversação do cotidiano em linguagem comum, e muito erram aqueles que utilizam uma certa grandiloquência trágica na composição da carta e, onde todos os homens de engenho agem sem artifício, procuram esplendor e glória de abundância e de ostentação,

Marco Túlio. *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo I, 1934, p.15).

²⁷ É o caso, por exemplo, das cartas a César (*Fam.*, VII, 5) ou aos Magistrados e ao Senado (*Fam.*, XV, 1, 2).

²⁸ *Op. cit.*, p.412.

²⁹ DEMÉTRIO. *Sobre el estilo*, introducciones, traducciones y notas de José García López, Madrid: Editorial Gredos, 1979, p.98 (a tradução para o português é minha).

³⁰ MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*, Atlanta, Ga.: Scholars Press, 1988, p.63.

³¹ “Et soyez certains que le plus beau langage qui soit, c’est le commun et familier qui n’est de haultz termes trop scabreux et escumez du latin, ou de bas termes barbares, ou ne sont congneuz que en vng lieu, car, comme dict Orace: *Est modus in rebus, sunt certi denique fines, Quos ultra citraque nequit consistere rectum*”. *Op. cit.*, p.205. O trecho de Horácio citado pertence à primeira Sátira do Livro I; a tradução utilizada no corpo do texto é de Antônio Luiz de Seabra (“Sátira Primeira, a Mecenas, Sobre a inconstância e a vareza dos homens”, in: HORÁCIO. *Obras completas*, São Paulo: Edições Cultura, 1941, p.156).

³² “Epistola est absentis ad absentem colloquium”, *Breuvissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, Paris: impresso por Nicolau de Pratis, 1521, 10 folhas não numeradas. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/Bibliothèque Nationale de France>. Acesso em: 26 de março de 2002. Para maiores detalhes, v. nossa tradução no Anexo III.

quando muito pouco é necessário”³³. De modo que o estilo epistolar deve ser simples e descuidado, de forma que pareça não trabalhado, quase improvisado e sem preparação³⁴, pois “uma carta deve parecer não trabalhada e espontânea: aqueles que ansiosamente procuram palavras obsoletas ou incomuns ou cunham neologismos e algumas vezes escrevem uma carta inteira com o objetivo de uma ousada palavra nova revelam serem bárbaros eles mesmos.”³⁵ Ainda Erasmo, em seu *Opus de Conscribendis Epistolis*, afirma que a *carta familiar* deve assemelhar-se a uma conversação amigável sendo, segundo as palavras de Turpílio, “uma espécie de conversa à distância entre amigos” (*Absentium amicorum quasi mutuus sermo*), sendo suas características: simplicidade, franqueza, alegria, vivacidade (*simplicitatem, candorem, festivitatem, argutiam*); pode-se passar de uma matéria a outra; quanto ao estilo, “convém a este gênero o aticismo, e o estilo humilde (*humilior*), mais próximo do cômico que do trágico, ou mesmo abaixo, se isso é possível, do tom da comédia, contanto que esse estilo humilde seja de um letrado (*modo docta sit humilitas*)”; o gênero familiar aprecia a concisão: sem exórdio, sem palavras expressivas, sem narrações alusivas. Em todo caso, a carta deve ter um estilo elegante e puro (*elegantia, mundities*); a afetação, risível em si, o é ainda mais quando unida à incorreção.³⁶

Justo Lísio, na *Epistolica Institutio*, define *carta familiar* como “a carta que toca às coisas nossas ou em torno de nós, às coisas freqüentes na vida”, sendo “a matéria própria e mais comum da carta: e, se a verdade queremos admitir, é a única que lhe é irmã”³⁷. Quanto ao seu estilo, a *carta familiar* pode “ser mais condensada, sendo que assuntos variados e superficiais não devem ser sobrecarregados com um estilo rebuscado.”

³³ “Porro colloquium sermonem familiarem interpretamur, ut intelligamus epistolam nihil fere a communi sermone quotidianarum collocationum differre, nimisque errare eos, qui tragica quadam grandiloquentia in componendis epistolis utuntur atque ibi omnes ingenii vires effundunt, atque splendorem quaerunt copiaque et ostentationis gloriam, ubi minime opus est.” *Id., ibid.*

³⁴ “Esse enim epistolicus stilus simplex debet, ac veluti negligentiusculus nam est etiam quaedam negligentia diligens. (...) illaboratus tamen ac paene subitus atque extemporarius videtur.” *Id., ibid.*

³⁵ HENDERSON, Judith Rice. “Erasmus on the art of letter-writing”, in: MURPHY, James J. (ed.) *Renaissance eloquence: studies in the theory and practice of Renaissance rhetoric*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983, p.345.

³⁶ CHOMARAT, J. La Lettre. In: -----, *Grammaire et rhétorique chez Érasme*, Paris: Les Belles Lettres, tomo II, 1981, p.1013.

³⁷ No original: “Familiarem dico, quae res tangit nostras aut circa nos, quaeque in assidua vita. Ea propria et creberrima Epistolae materies: et, si verum fateri volumus, germanae illius una” (*Principles of letter-writing: a bilingual text of Justii Lipsii Epistolica institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or., p.20; a tradução para o português é minha).

Isso porque, “como as velas são proporcionais ao tamanho do navio, assim as palavras devem sê-lo em relação ao assunto.”³⁸

Diante de todo o exposto, devemos concluir que a *carta familiar* se define não só e meramente pela pessoa a quem se destina, mas também, e sobretudo, por um determinado estilo de compô-la, em que se destacariam características como a coloquialidade, a brevidade e a clareza. Aliás, Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo reconhece, em sua “Aprovação”, essas características nas cartas de D. Francisco Manuel: “as palauras são proprias, a frase lidima, o estilo corrente. Mostra hũa belleza descuydada, ferosura sem afeites, lindeza com arrufos, que entretem sem fastio os Leytores.”

Nesse sentido, a crítica produzida a respeito da epistolografia de D. Francisco Manuel – esparsa nos verbetes de enciclopédias literárias, nos breves capítulos de manuais e nos prefácios das edições modernas – tem dado pouco relevo às categorias de interpretação vigentes à época em que foram redigidas, centrando-se sobretudo em seu aspecto biográfico. Lêem-se as cartas como expressões diretas da vida de seu autor, desconsiderando que sua escrita é mediada pelos preceitos retóricos, pelos lugares-comuns da época, bem como pela construção do remetente diante de cada um de seus destinatários.

É o que vemos, por exemplo, no terceiro volume da *História da literatura portuguesa* de Teófilo Braga, dedicado aos “Seiscentistas”. O autor, primeiramente, tece comentários genéricos a respeito do “estilo culteranesco” do período:

Preponderava o pedantismo retórico no meio social, e D. Francisco de Melo obedece à corrente, despendendo o seu génio em compor Silvas, Labirintos e Obeliscos literários, em estilo culteranesco na inanidade das exagerações encomiásticas.³⁹

A seguir, adotando o usual viés biográfico, Braga condiciona toda a produção letrada de D. Francisco Manuel ao período em que ficou preso:

mas um acidente, que se tornou o facto capital da sua vida, forçou-o à concentração moral, à intensa vida de espírito pela situação forçada de

³⁸ “Si Familiaris, contrahi: nec res tenues ac multas onerari lacinia sermonis. Scilicet ut vela pro magnitudine navium: sic verba debent esse, pro rerum” (*Id., ibid.*, p.26; a tradução para o português é minha). Para a tradução completa do tratado de Lúcio, v. Anexo IV.

³⁹ BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa, III: os seiscentistas*, Publicações Europa-América, s/d, p.80.

nove anos contínuos de cárcere e isolamento; o estilo arrebicado tornou-se de uma encantadora naturalidade, o sentimento vivo e comunicativo, a inspiração uníssona com a expressão da dor vergado sob o arbítrio da prepotência irresponsável. Foi nesta crise tremenda e prolongada que ele se tornou um delicado poeta renovando a tradição do puro quinhentismo do gosto mirandino e camoniano; um prosador espontâneo, vigoroso, de empolgante vernaculidade, ingenuamente faceto para as especulações morais, sobriamente pitoresco nas narrativas históricas.⁴⁰

Braga cita então duas cartas e, mais uma vez, analisa-as pelo prisma biográfico:

Em uma das suas Cartas familiares escrevia: ‘Dizem lá, que: – aonde me a mim conhecem, honra me fazem. – Mas eu digo o contrario, tendo termo de que anda errado este proverbio; porque sempre me fizeram mais honra onde menos me conheceram.’ (*Cart.*, Cent. I, nº 66) Isto desabafava na angústia de um cárcere a arbítrio; porém o seu génio fulgurava para a imortalidade para torná-lo conhecido, admirado, e ele o presentia, dizendo: ‘a falta de liberdade da pessoa não se estende ao espírito’ (*Ib.*, Cent. I, nº 68). E essa liberdade do espírito é que eleva toda a sua obra, acima das influências do meio depressivo.⁴¹

O primeiro trecho citado pertence a uma carta que tem como didascália “dando graças a um sujeito pela inclinação que lhe mostrava sem conhecê-lo”. Ora, explica-se o jogo que faz, mostrando que, já que um sujeito mostrava inclinação por ele sem conhecê-lo, deveria andar errado o provérbio. Onde, nesse trecho, o desabafo da “angústia de um cárcere a arbítrio”?

Após um parágrafo todo de crítica à educação jesuítica, que foi a de D. Francisco Manuel, Braga arremata:

Essa educação jesuítica imprimiu na sua inteligência apenas o interesse pelas curiosidades anedóticas dos *Loci communes* da erudição humanística, que já no século XVII entrava na renovação crítica.⁴²

Assim, considera que D. Francisco Manuel era frio e inexpressivo, enquanto não padeceu de “profundos sofrimentos morais” e pôde libertar-se da “obsessão da língua castelhana”:

⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p.80.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p.81. As cartas são, respectivamente, as de número 159 e 169 na edição de Sarmento.

⁴² *Id.*, *ibid.*, p.85.

Por isso ele próprio rejeitou esses Doze frios e inexpressivos Sonetos do Caso de D. Inês de Castro: seriam precisos os profundos sofrimentos morais, para que nele vibrasse a verdadeira emoção humana, assim moderando-lhe os ímpetos. Foi forçoso libertar-se da obsessão da língua castelhana, para se revelar toda pureza da sua dicção poética.⁴³

No entanto, o que Braga chama de “obsessão da língua castelhana” era apenas o tradicional bilingüismo de que sempre se utilizaram os escritores portugueses. Basta citar os exemplos de Gil Vicente e Camões para que nada mais seja necessário argumentar.

A tônica é esta. Acrescento tão-somente suas últimas considerações a respeito de D. Francisco Manuel, pelo que têm de síntese de suas opiniões:

A sua laboriosidade literária, com que se defendia contra o horror da solidão de presidiário e da opressão moral das calúnias e do arbítrio coroadado, realizou o aperfeiçoamento, vencendo o contágio dos arreboques culteranistas, e conscientemente declara: ‘Sempre escrevo, mas como risco em uma hora o que em muitas debuxo, luz pouco a obra.’ (*Cartas*, p. 107)⁴⁴

Mendes dos Remédios, em sua *História da literatura portuguesa desde as origens até a actualidade*, também não escapa dos juízos genéricos e um tanto superficiais. Apresenta D. Francisco Manuel como “polígrafo”, que escreveu a maior parte das obras em espanhol:

D. Francisco Manoel de Melo, de Lisboa, (1608-1666) é escritor distintíssimo, tendo ensaiado a penna em vários géneros e merecendo por isso a denominação de ‘polígrafo’. A maior parte das obras foi escrita em espanhol, e com tal perfeição, que se enumera como clássico nessa lingua.

⁴³ *Id.*, *ibid.*, p.89.

⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p.242. O trecho pertence à carta 84 da Centúria I (a de nº 267 da edição de Sarmento). Registre-se, de passagem, que esse pequeno trecho é um dos mais discutidos, e cada um pretende ver nele um argumento para sua tese: Braga, como vimos, o convoca para mostrar que D. Francisco Manuel esforçava-se pelo aperfeiçoamento de sua obra, livrando-se dos “arreboques culteranistas”; Rodrigues Lapa, em sentido diametralmente oposto, afirma que “o autor era difícil e trabalhava o estilo, segundo confessava: ‘sempre escrevo, mas como risco o que em uma hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra’” (Prefácio. *In*: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1942, p.XXIV); Maria da Conceição Morais Sarmento, por sua vez, nele vê um indício do “consciente trabalho de forja da criação literária” (Prefácio, II Parte. *In*: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981, p.37).

Na nossa escreveu o suficiente para não desmerecer dos elogios, que naquela lhe fazem. A sua vida é cortada de aventuras⁴⁵

Sua caracterização como “polígrafo” encontra-se ainda na página seguinte:

D. Francisco Manoel é um polígrafo de alto valor, elegante e erudito; escreveu a prosa e o verso com igual facilidade, cultivou os géneros histórico, didáctico, epistolar, político, moral, etc.⁴⁶

Um pouco adiante, ao tratar dos “epistológrafos” portugueses, Mendes dos Remédios supõe que as cartas contêm indicações sociais e históricas de valor para o estudo da época em que D. Francisco Manuel viveu:

D. Francisco Manoel de Melo deixou esparsas nas suas *Cartas Familiares* muita daquela compungida tristeza que lhe amargurou a existência, aqui e além indicações literárias, políticas e sociais de valor a aproveitar para quem empreender o estudo da época e do século em que ele viveu⁴⁷

Na antologia de textos, anexa à *História*, Mendes dos Remédios inclui apenas uma carta de D. Francisco Manuel.⁴⁸

Há também uma pequena referência às cartas de D. Francisco Manuel em *La littérature portugaise*, de Georges Le Gentil, que, contudo, também não se afasta dos comentários genéricos:

On peut compléter les Epanáforas par les cinq cents Lettres familières écrites, pour la plupart, en prison et souvent gâtées, elles aussi, par la recherche de l'effet. On aura ainsi reconstitué la biographie intellectuelle d'un écrivain qui mérite, mieux que tout autre, la qualification de péninsulaire. Plus que Gil Vicente, plus que Sá de Miranda, Francisco Manuel a servi de trait d'union, quelquefois pour son malheur, entre deux patries, deux cultures.⁴⁹

O mesmo tom encontramos na *História da literatura portuguesa* de Reis Brasil:

⁴⁵ REMÉDIOS, Mendes dos. *História da literatura portuguesa desde as origens até a actualidade*, 6ª edição, Coimbra: Atlântida, s/d, p.318.

⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p.319.

⁴⁷ *Id.*, *ibid.*, p.345.

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p.365. Trata-se da carta 12 da Centúria II (a de nº 182 da edição de Sarmento).

⁴⁹ LE GENTIL, Georges. *La littérature portugaise*, Paris: Librairie Armand Colin, 1935, pp.92-93.

Cartas Familiares (1664) – Foram escritas na prisão, mas talvez ligeiramente alteradas, ao serem publicadas. Diz-nos no começo da colectânea: ‘Cinco centúrias de cartas minhas se vos oferecem neste livro: as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina’. Estas cartas são realmente verdadeiros modelos do género e revelam-nos a força da alma do seu autor, revelam-nos a sua coragem contra todas as adversidades da fortuna. Há ocasiões em que o seu humor não consegue triunfar e chega a desejar a morte. Na cadeia o sofrimento é tanto, e sofre tais perturbações, que tem dias em que não consegue escrever. Está ufano da sua independência mental: ‘Ainda me não arrependo de entender por meu entendimento e não pelos alheios’. Estas cartas são um monumento valioso dentro da epistolografia portuguesa. Por meio delas podemos conviver com uma das mais belas almas do século de seiscentos.⁵⁰

Ainda na *Presença da literatura portuguesa: era clássica*, de A. Soares Amora, o que temos são os mesmos juízos genéricos e invariavelmente biográficos:

De 1640 até 1667 ano de sua morte, viveu, em seu país, a época mais difícil de sua existência (pois que preso em 1644, só em 1659 foi libertado); mas se assim foi (e parece impossível saber das causas exatas da inflexível justiça do governo de D. João IV), também é verdade que foi nesses anos que publicou o mais importante de sua obra: *História de los movimientos y separación de Cataluña* (1645); *Fidalgo Aprendiz* (1646); *Carta de Guia de Casados* (1651); *Epanáforas* (1660); *Cartas Familiares* (1664); *Obras Métricas* (1665). Figura das mais estudadas do Seiscentismo Português, rica de interesse não apenas como escritor, mas também como homem que intensamente participou da vida intelectual, social e política da época, em Portugal e no estrangeiro, sobre a qual refletiu em grande e variada obra, sobretudo nas *Cartas Familiares*⁵¹

Na antologia apresentada no livro, Amora inclui tão-somente a “carta do autor aos leitores de suas cartas”.⁵²

Fidelino de Figueiredo, em sua *História literária de Portugal*, é um dos únicos a caracterizar as cartas de D. Francisco Manuel como uma “espécie de diálogo escrito”. Não deixa, contudo, de disseminar alguns preconceitos arraigados em relação às

⁵⁰ BRASIL, Reis. *História da literatura portuguesa*, Lisboa: Oficinas Gráficas do “Jornal do Fundão”, 1958, pp.124-125.

⁵¹ AMORA, A. Soares. *Presença da literatura portuguesa: era clássica*, 6ª edição, /São Paulo/: Bertrand Brasil, s/d, p.123.

⁵² *Id.*, *ibid.*, pp.138-139.

manifestações letradas do período – como a pecha de “gongorismos rebuscados” – ao comentar as *Cartas Familiares*:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO fez da carta um gênero familiar no estilo, espécie de diálogo escrito, que da conversação falada tinha a variedade e a simplicidade, o tom ora amistoso, ora cerimonioso: instrumento das relações sociais para cultivar amizades, para iludir a solidão e também, para êle, a melancolia do cárcere. Foi de uma fecundidade surpreendente. As suas *Cartas Familiares*, pela primeira vez publicadas em Roma, 1664, são quinhentas, escritas entre 1634 e 1660, pequena parte do seu capital epistolar, porque êle mesmo declarou que nos primeiros seis anos da sua prisão escrevera 22.600 cartas. Sòmente uma pequena parte das *Cartas Familiares* está em castelhano, porque eram principalmente portugueses os seus destinatários. Pêsames e parabéns, cumprimentos, boas-festas, apresentações e recomendações, ofertas de livros, cuidados por amigos doentes, negócios e literatura, o seu longo processo e os seus sofrimentos formam o fundo dessa vasta correspondência. Figuram ali as cartas em que impetrou a intercessão de Ana de Áustria em seu favor; as que dirigiu a alguns escritores da época, a ministros poderosos e a pais que perdiam filhos ou com dor os viam recolher-se a mosteiros. Uma grande sutileza no dizer torna as cartas conceituosas e galantes, ainda as mais breves e mais ligeiras de assunto, por exemplo, pequenas efemérides familiares, que a amizade de D. FRANCISCO do seu recolhimento desocupado espreitava e registrava. Mas essa requintada maneira de dizer e o dom raro de achar motivo de digressão e de jôgo de destreza raciocinante, de saber encontrar as imagens mais apropriadas em mundos muito diversos, o moral e o natural, as ciências e a história, incorrem vêzes repetidas no risco de se remontar a gongorismos rebuscados, saindo do perdoável e às vêzes até desejável culteranismo de pensamento. Precisamente êste defeito fez as delícias de FREI FRANCISCO DE SANTO AGOSTINHO MACEDO. Na primeira carta da quarta centúria o escritor dá um plano para a organização de uma *Biblioteca Lusitana*, o qual junto com o projeto de um *Parnaso Poético Português*, que também delineou, dá às *Cartas Familiares* certa significação histórica da bibliografia e da crítica literária em Portugal.⁵³

A História da literatura portuguesa, de António José Barreiros, é um pouco mais extensa nos comentários sobre as *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel. Ademais, Barreiros é um dos poucos a procurar filiá-las à tradição da teoria epistolar, deixando de enfatizar o seu aspecto biográfico. Pelo contrário, afirma mesmo serem poucas as informações a respeito:

⁵³ FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960, pp.287-288.

O EPISTOLÓGRAFO

1. As “Cartas Familiares”. Não devemos confundir a *carta* propriamente dita com a *epístola* em verso. Em todas as literaturas têm aparecido escritores que engalanam a sua correspondência ordinária com belas prendas de estilo; e, às vezes, outros escritores, em cartas que nunca chegam a mandar a qualquer pessoa, desabafam as suas queixas ou expõem as suas opiniões acerca dos assuntos mais variados. Entre nós, a teoria da carta foi ensinada por Rodrigues Lobo na *Corte na Aldeia*, mas o primeiro que as fez e publicou foi D. Francisco Manuel de Melo. A *Primeira parte das Cartas Familiares* apareceu em Roma no ano de 1664. Aí se encontram cinco centúrias de missivas, umas longas outras brevíssimas, escritas desde 1634 a 1660. Não se trata só de cartas enviadas à família, ou aos amigos e conhecidos. Muitas devem ter sido feitas para suprir o convívio com pessoas, durante os longos anos em que esteve preso. Não se referem, em geral, a acontecimentos públicos e importantes da época e, mesmo sob o aspecto autobiográfico, pouco mais fazem do que esclarecer algumas facetas das tendências psicológicas de D. Francisco. De resto, são cartas de pêsames, de cumprimentos de boas-festas ou de recomendação, de agradecimento ou de oferta de livros, de consolação a enfermos ou de pedidos a indivíduos influentes, de negócios ou de literatura.

2. O estilo. D. Francisco trabalhou bem as suas cartas. Ele mesmo diz que antes de as publicar as “alimpou”, quer dizer, lhes tirou todas as referências individuais, que substituiu pelo genérico N. Mas há mais: não se dava facilmente por satisfeito, pois, segundo confessa, numa hora desfazia, corrigindo, o trabalho de oito dias. Apesar de todo este limar, a linguagem não perde o tom de conversa. Estilisticamente, estas cartas deliciam-nos com conceitos engenhosos encadeados por um raciocínio que surpreende pela subtileza, pela densidade de imagens, sobretudo metáforas, e por algumas louçanias de tipo cultista. A sua nota dominante, porém, é a ironia. Bem sabemos que as circunstâncias em que foram escritas, não eram para risos. O bom espírito do autor, no entanto, é incapaz de movimentar-se sem gracejar. Daí que o seu estilo irónico seja do melhor que temos na literatura portuguesa.⁵⁴

Apresenta, ao fim, dois exemplos (as cartas 63 da Centúria IV – 347 da edição Sarmento – e 17 da Centúria V – nº 483). Não elabora, contudo, qualquer comentário a respeito das cartas individualmente. Deve-se anotar, porém, que Barreiros considera que, apesar do *labor limae*, “a linguagem não perde o tom de conversa”. Mais propriamente, podemos pensar que é exatamente pelo trabalho da lima que as cartas

⁵⁴ BARREIROS, António José. *História da literatura portuguesa*, /Lisboa/: Editora Pax, 4ª edição, v. II, pp.87-88.

adquirem esse tom coloquial, buscando o efeito de simplicidade, que é aliás preceituado pela teoria epistolar⁵⁵.

Em *A epistolografia em Portugal*, Andrée Crabbé Rocha, ao comentar as cartas de D. Francisco Manuel, enumera os “defeitos” de que o autor teria padecido para pagar o “tributo à moda” da “inútil fogueira barroca”:

Para o público actual, o óbice maior à leitura das cartas de D. Francisco Manuel de Melo reside precisamente naquilo em que mais se quis esmerar: a perpétua demonstração da sua idoneidade de discreto e a aplicada destreza em transformar qualquer pensamento – simples bem-haja ou significativo apelo – numa frase elaborada, complexa e conceituosa. Cansativo jogo malabar que nem sempre entendemos à primeira [...] Contudo, em regra é apenas o primeiro parágrafo que custa desfibrar. Rendido esse tributo à moda, à sua reputação e, quiçá, a um intuito estético de aristocrata – pois se recusava a fazer livros “em muitas horas para se ler em ãa hora” (p. 517), D. Francisco Manuel solta as rédeas da sua verdadeira e exuberante personalidade, e renasce, original e humano, das cinzas dessa inútil fogueira barroca, não sem reconhecer, uma vez por outra, o verbalismo de semelhantes introitos e a necessidade de “arrimar as palavras, vindo às cousas”.⁵⁶

António José Saraiva e Óscar Lopes, em sua *História da literatura portuguesa*, também pouco avançam na crítica das *Cartas familiares*:

As *Cartas Familiares*, com o seu misto de sofrimento vivido e de amadurecimento acadêmico, espelham-se logo na maneira como o autor se lhes refere, ao dizer que “as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina”: uma confissão de dores transforma-se numa cadeia de alegorias, de subtilezas conceptistas ou de sentenças de sabor proverbial, algumas de uma profunda sabedoria vivida (“Medido pelo sofrimento, a mim mesmo me pareço maior”) ou tingidas de amargo sorriso (“Eu costumava dizer, quando andava pelo mundo”). A luta contra o

⁵⁵ Demétrio, por exemplo, afirma que a carta, embora devendo ser algo mais elaborada que o diálogo, deve ser escrita num estilo simples, pedestre, de maneira que mais se aproxime de uma conversa entre amigos do que da demonstração pública de um orador. Gregório Nazianzeno, por sua vez, defende que a carta deve apresentar uma “qualidade desornamentada, que está tão próxima da natureza quanto possível”. No mesmo sentido preceitua Erasmo, em sua *Brevissima formula*, dizendo que “o estilo epistolar deve ser simples e mesmo bastante descuidado, no sentido de um descuido estudado” e, mesmo que seja “com muita arte e engenho e com elegância formado e elaborado, deve ainda parecer não trabalhado e quase improvisado e sem preparação”. Para maiores detalhes, v. Capítulo III do Anexo I e a nossa tradução da *Brevissima formula* no Anexo III.

⁵⁶ ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina, 1965, pp. 159-160 (publicado posteriormente pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985).

isolamento, a diversidade de tons com que reage aos que o esquecem e lhe não respondem, tornam-se sem dúvida, impressionantes. Mas raramente há a revolta; só por excepção é que se eleva o tom em que diz: “Caibam em si os censuradores, que o entendimento é livre, e o bom entendimento é a mesma liberdade, que assim o disse o nosso Sá: – *O entendimento, que é nosso, não no-lo querem deixar*”.⁵⁷

A literatura portuguesa em perspectiva, de Francisco Maciel Silveira, Lênia Márcia de Medeiros Mongelli e Maria Helena Ribeiro da Cunha, tem a virtude de também procurar associar as *Cartas familiares* às formulações teóricas presentes na *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo:

Cartas familiares – o título já o declara – são fundamentalmente os quinhentos espécimes deixados por D. Francisco Manuel de Melo e reunidos em volume (Roma, 1664). Organizada por um amigo do missivista (António Luís de Azevedo), dedicada “à insigne Academia dos Generosos de Lisboa”, a edição não esconde seu débito ao receituário prescrito por *Corte na aldeia*. Di-lo já o conteúdo das epístolas – facilmente classificáveis, segundo a taxionomia de *Corte na aldeia*, em domésticas, mercantis, de novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpas. Confirma-o o estilo que, elogiado pelo organizador e amigo por ser “claro, breve, sentencioso e próprio, sem afeite, sem rodeos, nem metáforas”, realiza o magistério retórico de *Corte na aldeia*. Inclusive ao exercitar um tom coloquial próximo do falar cotidiano (“o escrever cartas há-de ser conforme ao falar: a escritura não é bem que desdiga da prática”, lembra António Luís de Azevedo), indene a estrangeirismos e parcimoniosamente colorido de arcaísmos ainda em uso – bem de acordo, portanto, com o que prescreve outro diálogo de *Corte na aldeia*, o IX, dedicado à elocução nas práticas (=conversas).⁵⁸

Outro autor que se dedica a comentar com mais vagar as *Cartas familiares* é Mário Gonçalves Viana. Em seu “Ensaio biográfico e histórico-crítico sobre D. Francisco Manuel de Melo”, presente num volume de *Trechos escolhidos* do autor, refere-se à importante “Aprovação” escrita pelo Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, de que falaremos a seu tempo. Não deixa, contudo, de também disseminar alguns preconceitos em relação ao período. Transcrevo algumas passagens mais importantes do “Ensaio”:

⁵⁷ SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*, Santos, SP: Livraria Martins Fontes, 1973, pp.507-508.

⁵⁸ SILVEIRA, Francisco Maciel, MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros, CUNHA, Maria Helena Ribeiro da. *A literatura portuguesa em perspectiva*, direção de Massaud Moisés, São Paulo: Atlas, 1993, vol. II, p.133.

D. Francisco Manuel de Melo foi, incontestavelmente, o maior epistológrafo do seu tempo. A história literária portuguesa não teve, antes dele, quem verdadeiramente compreendesse o valor e o interesse das cartas. A epístola — ou carta em verso — já tivera numerosos cultores, desde Sá de Miranda. Mas este género, porque obedece às regras poéticas e se destina à publicidade, tem, decerto, mais valor artístico mas possui menor valor social. As cartas em prosa só haviam aparecido esporadicamente. Apenas o bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, deixara alguns notáveis documentos de tal categoria. Com D. Francisco Manuel é que as cartas familiares entram, em Portugal, no domínio da literatura e adquirem a categoria de género literário. O aparecimento das *Cartas Familiares*, dêste eminente polígrafo, constituiu, por isso mesmo, um verdadeiro acontecimento. António Luiz de Azevedo, ao publicar as primeiras centúrias dizia, hiperbolicamente, que era aquêle “o único livro de cartas que se publicou em nosso idioma, o qual porque nunca seja despojado dêste privilégio, também será o último, porque depois dêste também pouco lugar fica à confiança para que se esperem outros”. É claro que há, nestas palavras, um evidente exagero, aliás muito próprio da época seiscentista. Mas a novidade explica, até certo ponto, o entusiasmo com que as cartas foram acolhidas. Até o censor eclesiástico, Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, ao dar o seu parecer, tem, para elas, palavras de simpatia, que ultrapassam os termos frios e protocolares das habituais autorizações: “Põem em campo armado de ponto em branco, no branco do papel, avisos, sentenças, piques, galantarias, rifãos, alusões, remoques, anexins, desdens, cumprimentos, contos, queixas, petições, satisfações, graças, tudo disposto e travado de maneira que parece exército formado”. D. Francisco Manuel deu maleabilidade e elegância à sua correspondência. A carta pesada e maciça desapareceu. Com êste notável escritor, a epistolografia assume os mais sugestivos aspectos. Pode-se quâsi afirmar que cada carta denuncia um estilo próprio, conforme os assuntos de que trata ou as pessoas a quem é dirigida; tanto pode ressumar cerimónia protocolar, como respirar bonomia, amizade ou boa ironia portuguesa. [...] Perseguido embora, e prêso, tudo quanto faz é aprimorado. As suas cartas são modelos de elegância e correcção. Êle mesmo confessava: ‘sempre escrevo, mas como risco em uma hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra’. O egrégio polígrafo tinha a ânsia da perfeição. Antes de publicar as cartas “alimpava-as”, omitindo nomes, refundindo e aperfeiçoando a linguagem, ou suprimindo referências susceptíveis de o comprometerem ou de comprometerem outrem.⁵⁹

Em seu prefácio à antologia de cartas de D. Francisco Manuel que organiza, Lapa também não escapa ao juízo biográfico:

⁵⁹ VIANA, Mário Gonçalves. “Ensaio biográfico e histórico-crítico sobre D. Francisco Manuel de Melo”, in: MELO, D. Francisco Manuel de. *Trechos escolhidos*, selecção, notas e índices remissivos por Mário Gonçalves Viana, Porto: Editora Educação Nacional, 1940, pp.53-54, 54, 58.

As *Cartas Familiares*, com excepção de umas poucas, constituem o diário truncado da sua vida na prisão, nas diferentes prisões por onde andou, pois esteve primeiro na Torre de Belem, passando depois para a Torre Velha, na outra Banda, de onde transitou finalmente para o Castelo. Como não era um preso vulgar, daqui saía às vezes à sua quinta, afrouxado por último o rigor da prisão. No seu aspecto de interior humanidade, são as Cartas a melhor, pelo menos a mais impressionante das obras do nosso autor.⁶⁰

Lapa é seguido de perto por Massaud Moisés que, em sua *Literatura portuguesa através dos textos*, afirma:

O D. Francisco Manuel de Melo epistológrafo não é menos importante que o D. Francisco Manuel de Melo moralista. Escreveu cerca de vinte mil cartas, a maior parte na prisão. Muitas delas não possuíam destinatário certo e visavam, ao mesmo tempo, a preencher o tédio das horas na cadeia e comunicar-se com presuntivos leitores. Qualquer assunto lhe servia, desde uma simples manifestação de pêsames até um desabafo mais íntimo. Assim, as *Cartas Familiares* (1664) constituem uma espécie de diário de sua vida na prisão e guardam rico material informativo a propósito do autor e do seu tempo.⁶¹

Sarmento também acompanha a opinião de Lapa, defendendo, como já vimos, a ideia de que as *Cartas familiares* constituíam um “diário da prisão”:

Mas o que realmente é importante nas Cartas Familiares é o conhecimento que elas nos dão a respeito da pessoa do seu autor. Através da correspondência de D. Francisco, o leitor fica informado dos problemas que o preocupam, das contrariedades da sua vida caseira, das suas diversas actividades, das suas reflexões, das suas relações de amizade. Daí resulta as cartas terem muito mais interesse se forem lidas por ordem cronológica. Acompanha-se o dia-a-dia do seu autor como se se lesse um diário.⁶²

Ademais, a organizadora reafirma o mote dos “defeitos da época”, que prejudicariam as *Cartas familiares*:

no seu estilo, tão marcado pelos defeitos da época, de que Vieira, pelo seu contacto com a natureza, se pôde mais facilmente libertar, se encontrem,

⁶⁰ *Op. cit.*, pp.XXIII-XXIV.

⁶¹ *A literatura portuguesa através dos textos*, São Paulo: Cultrix, 1997, p.204.

⁶² Prefácio, II Parte. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, cit., p.36.

de quando em quando, manifestações de uma autenticidade mais aceite pelo gosto de hoje.⁶³

E ainda:

Se bem que D. Francisco Manuel de Melo seja um grande escritor do barroco português, ele é, no entanto, um clássico no que é fundamental na sua personalidade moral e também na literária. Se nem sempre as suas obras assim o revelam é porque, vivendo em pleno período do barroco, se deixou contaminar pelo gosto da época. E então, como os seus contemporâneos, faz estendal de erudição, expõe conceitos rebuscados e sobrecarrega os escritos de artifícios estilísticos. Mas naquelas obras em que o escritor se mostra mais pessoal, revela-se o gosto clássico da ordem e da moderação, traduzido numa linguagem mais directa e subjectiva.⁶⁴

O objetivo deste trabalho é procurar ler as *Cartas familiares*, tal como impressas na edição de 1664, de uma forma diferente da adotada pela crítica tradicional. Assim, deixando de lado o viés biográfico e psicológico adotado pela crítica romântica e positivista, pretendemos analisá-las sob a ótica da retórica epistolar, a partir das cinco partes mais comuns da carta que acabaram se fixando, na tradição da *Ars dictaminis*, enfatizando sempre a referência a autoridades e lugares-comuns do período. Seguem-se à análise, em anexo, alguns dos textos que foram fundamentais para a confecção deste estudo.

⁶³ *Op. cit.*, p.40.

⁶⁴ *Id.*, *ibid.*, pp.43-44. A citação poderia alongar-se. Contudo, basta para demonstrar o enfoque anacrônico de que tem sido objeto as *Cartas familiares*. Expressões como “autenticidade” e “linguagem directa e subjectiva” são suficientes para demonstrar a inadequação do instrumental teórico utilizado pela autora em sua análise.

Uma Leitura das *Cartas familiares*

He o Volume hũa idea de Cartas, que serue de original a todas as copias.

Aprouaçãõ do Frey Francisco de S. Agostinho Macedo para a edição de 1664 das *Cartas familiares*

Uma Leitura das *Cartas familiares*

Nota Prévia

Pretendo aqui apresentar uma leitura das *Cartas familiares*. Digo “uma leitura” porque as análises que trago aqui não pretendem, de forma alguma, ser conclusivas. A análise que pretendo realizar levará em conta a tradição da *Ars dictaminis*⁶⁵, com as cinco partes mais comuns da carta que acabaram ali se fixando: *salutatio*, *captatio benevolentiae* (ou exórdio), *narratio* (em sentido amplo, abrangendo a narração de fatos, exposição de argumentos e digressões), *petitio*, *conclusio* (abrangendo a *valedictio* e as indicações de local e data da carta, quando existentes).

Em cada uma das partes serão selecionados trechos das cartas exemplificativos de como D. Francisco Manuel opera cada uma das divisões epistolares, com destaque sobretudo para a apropriação de tópicos ou lugares-comuns⁶⁶ que, sempre que possível, serão identificados na sua tradição. Por uma questão de comodidade do leitor, cada um dos trechos exemplificativos será transcrito, de forma a poupar o trabalho de sua localização.

Além disso, como o objetivo é trabalhar com a *Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel*, editada em Roma em 1664, todas as cartas descobertas posteriormente foram, em princípio, excluídas da análise. Somente serão referidas no caso de se tratar de um exemplo importante para demonstrar a recorrência de uma determinada tópica. Para simplificar as referências às cartas, adoto a partir desse ponto a seguinte convenção:

- as cartas serão sempre anotadas da seguinte maneira: em números romanos, a Centúria a que pertencem na edição de

⁶⁵ Para maiores detalhes, v. Capítulo II do Anexo I.

1664; em números arábicos, o número que receberam na mesma edição; e, separado por ponto-e-vírgula – ou entre parênteses –, o número que receberam na edição organizada por Maria da Conceição Morais Sarmiento. Assim, I, 1; 64 significa: Centúria I, Carta 1, na edição de 1664; Carta 64 na edição de Sarmiento;

- quando a referência for à edição de Edgar Prestage das cartas escritas a António Luís de Azevedo, a convenção será: C. Az. seguido do número recebido nessa edição; separado por ponto-e-vírgula o número da edição de Sarmiento. Assim, C. Az. 1; 132 significa: Carta nº 1 das *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escritas a Antonio Luiz de Azevedo*; Carta 132 na edição Sarmiento.

Com essa carta de marear nas mãos, naveguemos entre os continentes das cartas do Melodino, partindo do porto da saudação.

⁶⁶ Sigo aqui a definição de Ernst Robert Curtius (*Literatura Européia e Idade Média Latina*, tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai, São Paulo: Hucitec: Edusp, 1996, pp.108-110, 121).

I. *Salutatio*

Lugar por excelência de manifestação explícita do decoro⁶⁷, a *salutatio* adquiria por vezes, nas cartas da Antigüidade, um caráter formular, como se pode observar em algumas das cartas de Cícero. Basta um exemplo para ilustrar, extraído das *Epistulae ad Familiares*, IV, 7: “S. T. E. Q. V. B. E.”, ou seja, “Si tu exercitusque ualetis, bene est”; ou seja, “se tu e teu exército estão bem, tudo está bem”⁶⁸. Nas *artes dictandi* a *salutatio* adquiria uma importância fundamental, pois nela espelhavam-se as relações sociais entre remetente e destinatário, além de servir como uma espécie de preâmbulo, preparando e dispondo o destinatário para os assuntos veiculados ao longo da carta.⁶⁹ Nas

⁶⁷ Quanto ao decoro na carta, Demétrio afirma que as cartas dirigidas ao Estado e a pessoas reais “devem permitir-se um tom ligeiramente elevado. Deve-se ter em conta a pessoa a quem se escreve. Contudo, a elevação do estilo [...] não há de ser tal que tenhamos um tratado em lugar de uma carta, como ocorre com as de Aristóteles a Alexandre e com a de Platão aos amigos de Díon.” (DEMÉTRIO. *Sobre el estilo*, introducciones, traducciones y notas de José García López, Madrid: Editorial Gredos, 1979, p.99; a tradução para o português é minha); Cícero: “há contudo um certo estilo de correspondência apropriado a esses tempos de tristeza e melancolia” (no original: “Relinquebatur triste quoddam et miserum, et his temporibus consentaneum genus litterarum”, *Epistulae ad Familiares*, 4, 13, I, *apud* MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*, Atlanta, Ga.: Scholars Press, 1988, pp.22-23; a tradução para o português é minha); Caio Júlio Victor: “uma carta escrita a um superior não deve ser jocosa; a um igual, não deve ser descortês; a um inferior, não deve ser soberba. A carta a um culto não deve ser descuidadamente escrita, nem a carta a um inculto deve ser indiferentemente composta, nem deve ser escrita negligentemente a um amigo íntimo, nem menos cordial a um não amigo. Seja profuso em congratular alguém em seu sucesso de tal modo a aumentar a sua alegria, mas console alguém que está sofrendo com poucas palavras, pois uma ferida sangra quando tocada por uma mão pesada. Quando escrever alegre as suas cartas pessoais, conte com a possibilidade de que elas possam ser relidas em tempos mais tristes. Nunca dispute, menos ainda numa carta.” (no original: “Epistola, si superiori scribas, ne iocularis sit; si pari, ne inhumana; si inferiori, ne superba; neque docto incuriose, neque indocto indiligenter, nec coniunctissimo translatitiae, nec minus familiari non amice. Rem secundum prolixius gratulare, ut illius gaudium extollas: cum offendas dolentem, pauculis consolare, quod ulcus etiam, cum plena manu tangitur, cruentatur. Ita in litteris cum familiaribus ludes, ut tamen cogites posse evenire, ut eas litteras legant tempore tristiore. Iurgari numquam oportet, sed epistolae minime”, “De Epistolis”, in: VICTOR, Caio Júlio. *Ars rhetorica*, *apud* MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, pp.64-65; a tradução para o português é minha).

⁶⁸ CÍCERO, Marco Túlio. *Correspondance*, tome I, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Société d’Édition “Les Belles Lettres”, 1934, p.117 (a tradução para o português é minha).

⁶⁹ Alberico de Montecassino, nas *Flores rhetorici* (ou *Dictaminum radii*), define a *salutatio* como o lugar em que “primeiro se pensa na pessoa que envia, na pessoa a quem se envia, se superior, se inferior, se amiga ou inimiga, depois qual seja o seu comportamento ou sua condição. Outra consideração deve ser feita sobre se o tema é justo ou injusto, se de muita ou pouca importância. Em terceiro examina-se de que modo o escritor quer atingir o seu propósito, digo se orgulhosa ou humildemente, se rude ou suavemente, menos, se lisonjeiro, se com confiança de benignidade ou de amizade. Quando se examinar as pessoas, o tema, o propósito, deve-se considerar cada um segundo a sua condição. A um superior expresse-se de modo elevado, a um inferior de modo simples, a um amigo amigavelmente, a um inimigo hostilmente escreva.” (no original: “[Salutatio]. In primis pensetur persona mittentis, persona cui mittitur, pensetur inquam vel sit sublimis, vel humilis, vel amicus vel hostis, postremo oculi cumque modi vel fortunae sit. Altera manet consideratio an iustam rem vel

artes epistolares do período renascentista, as prescrições sobre a *salutatio* se simplificam, reduzindo-se as regras fixas para conferir maior ênfase ao *decoro*, à adequação da carta ao seu destinatário⁷⁰.

A maioria das cartas de D. Francisco Manuel, tal como apresentadas na edição de 1664, não apresenta *salutatio*. Quando muito, a saudação vem reduzida a um simples vocativo, sendo “Senhor meu”⁷¹ o mais comum. Por vezes, apenas “Senhor” ou “Senhora”.⁷² Mas destaco duas cartas em especial, em que a *salutatio* aparece um pouco mais desenvolvida.

A primeira delas, cuja didascália reza “Ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, sobre matérias históricas”, apresenta a seguinte saudação:

iniustam, an ingentem vel modicam exigit. Tertium est ut qua intentione quaerat scriptor examinet, dico superbe vel humiliter, dure vel leniter, minis, blandiciis, iusticia vel amicitiae fidutia. Ubi personam, rem, intentionem examinaveris, unumquodque secundum se librabis. Si sublimis sublimiter sonet, humilis humiliter, amice amicus, hostis hostiliter prosequatur”, ALBERICO DE MONTECASSINO. *Flores rhetorici*, a cura di D. M. Inguanez e H. M. Willard, Montecassino, 1938 (Miscellanea cassinese 14), p.38. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 28 dez. 2001; a tradução para o português é minha); Galfredo de Vinsauf, ou Mestre Galfredo, em sua *Summa de arte dictandi*, define a *salutatio* como “o limiar da carta, contendo os nomes da pessoa que envia e da pessoa a quem é enviada” (no original: “Est autem salutatio limen epistole, personam mittentis et cui mittitur continens nominatim”, GOLFREDO DE VINSALUF. *Summa de arte dictandi*, composta tra il 1188 e il 1190, edizione: V. LICITRA, *La Summa de arte dictandi di maestro Goffredo*, “Studi medievali”, s. III, 7 (1966), p.886. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha). Para maiores detalhes, v. Anexo I.

⁷⁰ Assim em Erasmo de Rotterdam: “Deve-se primeiro considerar muito cuidadosamente os tópicos sobre os quais se decidiu escrever, então estar bem informado da natureza, personalidade e disposição da pessoa a quem a carta está sendo escrita e sua própria posição com ele em favores, influência ou serviços prestados. Do acurado exame de todas estas coisas deve derivar, por assim dizer, o vivo modelo da carta.” (ERASMO, Desidério, de Rotterdam. “The beginning of a letter”, in: *On the Writing of Letters / De Conscribendis Epistolis*, translated and annotated by Charles Fantazzi, in: SOWARDS, J. Kelley (ed.) *Collected Works of Erasmus*, Literary and Educational Writings 3, vol.25, Toronto: University of Toronto Press, 1985, p.74; a tradução para o português é minha); também em Juan Luis Vives: “quem pretende escrever uma carta deve considerar quem é, a quem está escrevendo, a respeito de qual assunto, quem somos para ele e quem ele é para nós” (no original: “Scripturus epistolam consideret quis et cui scribat et quibus de rebus, qui simus nos ad illum, qui ille in se.” VIVES, Juan Luis. *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989, p.28; a tradução para o português é minha), dentre outros. Para maiores detalhes, v. Anexo I e também o Capítulo III de *A Arte de Escrever Cartas de Justo Lúpsio*, no Anexo IV.

⁷¹ É o que vemos nas cartas I, 13 (447); I, 14 (448); I, 15 (449); I, 28 (458); I, 39 (21); I, 83 (62); I, 93 (66); II, 2 (466); II, 24 (468); II, 27 (471); II, 55 (477); II, 80 (479); III, 88 (312); IV, 15 (81); IV, 74 (357); V, 28 (488); V, 29 (489); V, 88 (508); V, 89 (435); V, 92 (511); V, 93 (512).

⁷² Cartas I, 3 (160); II, 44 (140); II, 71 (122); II, 83 (282); II, 93 (106); III, 12 (218); III, 16 (54); III, 57 (117); III, 58 (60); III, 65 (203); III, 71 (86); III, 78 (560); III, 84 (308); III, 90 (150); IV, 49 (243); IV, 71 (79).

Ilustre y docto Conde Galeazo Gualdo Priorato (I, 6; 55)

Comparada às outras saudações que vimos, é bem mais formal, o que parece se explicar logo no início da carta: “yo, aunque apartado de vos en todo por larga distancia, como a natural os escribo”; e mais adiante: “paso a desear de vuestra doctrina lo que más podré conseguir por medio de una fiel correspondencia”. D. Francisco Manuel, em toda a carta, parece justificar o seu envio, o que se explica ao se concluir que o destinatário, o Conde Galeazo, não conhecia o remetente⁷³. Age com cautela o discreto, ainda mais quando não conhece o destinatário.⁷⁴ Justifica-se, assim, a formalidade e polidez da *salutatio*, como o “cartão de visita” que se entrega à primeira vez que se é admitido num círculo em que se não é conhecido.⁷⁵

⁷³ “Antes de tomar a pena para escrever, deve-se considerar a pessoa a quem se escreve e principalmente sua condição e sua dignidade, e se ele é pessoa pública ou privada, ou rico ou pobre, amigo ou não, bem conhecido ou pouco” (no original: “avant que l’en prenne la plume pour escrire, l’en doit considerer la personne a qui l’en rescript et principalement sa condition et sa dignité, et s’il est personne publicque ou priuee, ou riche ou poure, amy ou non, bien congneu ou pou.” FABRI, Pierre. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, p.204; a tradução para o português é minha); “quando se tratar da primeira carta escrita a alguém, deve-se tomar cuidado para que o novo destinatário não tenha uma impressão do remetente sob algum vício, como impudência, arrogância, loquacidade, ostentação, velhacaria, afetação pedante, adulação imoderada e parasitária, escurridade, ignorância, ou imprudência” (no original: “Ideo prima epistola vehementer est elaborandum ne apud novum erga nos animum in suspicionem veniamus cuiusquam vitii aut impudentiae aut arrogantiae aut loquacitatis aut ostentationis aut vafricici aut putidae affectationis aut immodicae assentationis et parasiticae aut scurrilitatis aut imperitiae aut imprudentiae.” VIVES, Juan Luís. *Op. cit.*, p.32; a tradução para o português é minha); “se a carta for escrita a um estranho ou a um superior, deverá ser um pouco mais ampla e floreada, pois a estrita brevidade com tais pessoas não afasta o desprezo. De outro modo se com amigos ou iguais” (no original: “ut si ad ignotos aut magnates scribitur; uberior et floridior paullo epistola sit. quia stricta illa brevitatis apud hos tales, non abest a contemptu. Aliter, si ad amicos aut aequales.” LÍPSIO, Justo. *Principles of Letter-Writing: A Bilingual Text of Justii Lipsii Epistolica Institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or., p.26; a tradução para o português é minha).

⁷⁴ Preceito que encontramos em *El discreto*, de Gracián: “o varão sábio há de ir se detendo, e mais onde não conhece; entra com recato sondando os fundos, especialmente se pressente profundidade” (no original: “el varón sabio ha de ir deteniéndose, y más donde no conoce; entra con recato sondando los fondos, especialmente si presiente profundidad”; GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.82; a tradução para o português é minha).

⁷⁵ É interessante acrescentar que, a despeito de ser a única carta dirigida ao Conde Galeazo incluída nas *Cartas familiares*, é possível que D. Francisco Manuel tivesse lhe escrito novamente, conforme se depreende do seguinte trecho da carta dedicatória de sua Epanáfora Bélica Quarta, datada de 30 de setembro de 1659: “Seguiose Galeazo Gualdo, na segunda parte de suas *Memorias universais*; mas tão defeituoso na averiguação dos acontecimentos, como sempre costumão os que escrevem de longe, e sem autoridade de Principe, que lhe franquee as portas dos segredos. E porque pella afinidade de nossas profissões, minha e de Gualdo, eu me compadeci da perda e risco em que se via o credito deste autor (digno, por certo, de aplausos), lhe escrevi a Veneza, por mãos de Alexandre Móra, seu patricio, advertindoo de algumas circunstancias competentes, com que bem podia ornar de proveitosas emendas a segunda edição de sua historia, como já fez Paulo Jovio, pellas

A outra carta a ser destacada é a dirigida ao Papa Inocêncio X, “manuscrita, oferecendo-lhe o primeiro volume do próprio livro [*História da Catalunha*]”, a única a apresentar uma longa *salutatio*:

Eu o menor de aqueles, que por Deus vos foram dados por filhos, entre o número de mortais, rogo a V. Santidade eterna saúde. (I, 2; 73)

Acrescenta ainda o vocativo: “Senhor nosso”. Sabemos que, mesmo no auge do ciceronianismo dos séculos XV e XVI, a chancelaria papal manteve-se fiel aos preceitos da *ars dictaminis*. E mesmo as cartas oriundas das secretarias reais mantinham determinados aspectos formulares que poderiam ser rastreados até as *artes dictandi*⁷⁶. Interessante ressaltar que, embora se prescrevesse que, na *salutatio*, fossem apresentados os nomes do remetente e do destinatário, D. Francisco Manuel os omite, substituindo-os, quanto ao destinatário, o Papa Inocêncio X, pelo pronome de tratamento a ele reservado – “Vossa Santidade” – e, quanto ao remetente, por uma perífrase de modéstia e auto-humilhação – “eu o menor de aqueles, que por Deus vos foram dados por filhos, entre o número de mortais”. Quanto à posição dos correspondentes, o remetente aparece anteposto ao destinatário, de acordo com o uso dos antigos, conforme ressalta Lísio.⁷⁷ Também não podemos ignorar aqui o possível modelo das epístolas paulinas na determinação da *salutatio* empregada por D. Francisco Manuel ao se dirigir ao Papa, as quais “começavam

doutas censuras de nosso insigne cronologico Gaspar Barreiros. Mas malograndose meu bom zelo (como as mais vezes lhe sucede), fui respondido de Italia que Galeazo se achava na Baviera, chamado de aquelle Eleitor, porque ainda lá parece que chamão os Principes aos sabios, e avisava que de volta a Veneza me mandaria a reposta e satisfação, que até agora não tenho visto.” (in: MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, 3ª edição revista e anotada por Edgar Prestage, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp.272-273)

⁷⁶ Isto infiro a partir de diversas cartas de D. João IV transcritas no *Esboço Biográfico* de Edgar Prestage (*Op. cit.*, pp.493-497)

⁷⁷ “Antigamente era costume que ambos os nomes do remetente e do destinatário deveriam ser postos do lado de fora da carta. O do remetente primeiro, mesmo quando escrevesse para alguém mais importante. Isto não era sem razão, pois o primeiro interesse do destinatário é saber quem envia a carta.” (no original: “In Nominibus olim receptum, ut in ipsa fronte epistolae bina semper ponerent, Suum et Alienum: illo praeposito, etiam ad digniorem. Cum causa. quoniam prima legentis cogitatio et desiderium est, scire a quo missa.” LÍPSIO, Justo. *Principles of Letter-Writing: A Bilingual Text of Justii Lipsii Epistolica Institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or., p.10; a tradução para o português é minha).

sempre com a fórmula estereotipada: ‘Fulano [remetente] a beltrano [destinatário] saudações’⁷⁸.

No mais, as cartas não apresentam *salutatio*, nem mesmo quando escritas a pessoas de autoridade. Deve-se anotar, contudo, que todas as cartas coligidas na edição de 1664 apresentam uma didascália que, na ausência da *salutatio*, faz as vezes dela, para informar aos leitores o destinatário da carta e, algumas vezes, em síntese, o assunto de que trata. Destacam-se, por exemplo:

Ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Mazarino, pedindo-lhe seu favor
(I, 4; 161)

Ao Conde de Briena, secretário de Mandamentos de Sua Majestade Cristianíssima, sobre a mesma pretensão (I, 5; 162)

Ao Doutor Gregório de Valçaçar de Moraes, Senador de Lisboa. Em resposta de outro seu papel (I, 43; 175)

Ao M. R. P. Frei Manuel de Macedo, escusando-se lhe não haver escrito
(I, 45; 22)

Ao Conde de Linhares Dom Miguel de Noronha, sobre negócios que lhe competiam (I, 60; 20)

Ao Reverendíssimo P. Frei Martinho do Rosário, comissário geral das Províncias de S. Francisco, sobre alguns negócios da Religião
(I, 68; 169)

Ao Conde do Vimioso, D. Luís de Portugal, pela morte de seu pai, o Marquês de Aguiar (I, 75; 246)

Ao muito reverendo e doctíssimo Padre Mestre Frei F. D. M., Qualificador do Santo Officio da Inquisição Romana, Catedrático de Controvérsia em o insigne Colégio de Propaganda Fide, Mestre de História Sacra em a Universidade da Sapiência (II, 42; 148)

Em juízo das obras poéticas de D. Francisco de Portugal, um dos mais estimados cortesãos de seu tempo. A seu filho que as publicava (II, 91; 428)

Ao Conde Camareiro-Mor, sobre a escritura de certo livro que se lhe havia encarregado (III, 51; 168)

⁷⁸ “Introdução às epístolas de São Paulo”, in: BÍBLIA SAGRADA, tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares, São Paulo: Paulinas, 1980, p.1219.

Cada uma das didascálias acima apresenta o nome do destinatário, que pode vir acompanhado de adjetivos característicos de sua posição – por exemplo, “Reverendíssimo” para o P. Frei Martinho do Rosário – e, quando necessário, um aposto explicativo das funções exercidas pelo destinatário – no mesmo exemplo, “comissário geral das Províncias de S. Francisco”. Em seguida, algumas delas expõem de modo brevíssimo o propósito da carta – ainda no mesmo exemplo, “sobre alguns negócios da Religião”.

Nas didascálias da maioria das cartas, contudo, não encontramos o nome do destinatário, mas tão-somente um elemento definidor de sua relação com o remetente (parentesco, amizade) e/ou de sua posição social (cortesão, ministro); por exemplo:

A um preso. Por consolação de sua ruim sentença (I, 22; 454)

Ao Conde N. Em pêsame da morte de um seu filho (I, 24; 455)

Desculpando-se de não ser achado em casa. A um grande cortesão que viera buscá-lo (I, 74; 171)

A um Ministro amigo. De Boas Festas e negócios (II, 63; 223)

A ãa parenta religiosa que lhe havia pedido mandasse mudar o hábito negro em pardo a urna figura, que estava pintada ao pé de um Evangelista (II, 83; 282)

De cumprimento a um grande senhor que se achava oculto na Corte (II, 100; 30)

Ao autor deste livro, queixando-se de sua fortuna (IV, 9; 318)

Tornando a saber de um amigo que havia dias não comunicava (IV, 20; 111)

A um Religioso amigo, sobre negócios⁷⁹ (V, 11; 339)

A ãa parenta. Sobre negócios familiares (V, 14; 240)

⁷⁹ Segundo Edgar Prestage, esse “Religioso amigo” poderia ser o Padre Antônio Vieira “que assim como o Conde do Redondo, se interessava por elle”. PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço Biographico*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.

Ora, a *salutatio*, além de expressão de cortesia e cumprimento do remetente ao destinatário, deveria adequar-se ao tema tratado na carta, como um preâmbulo a preparar o destinatário para o conteúdo da carta⁸⁰. As didascálias, assim, na coleção de cartas de D. Francisco Manuel, assumem de certa maneira a função que, nas cartas, tinha a *salutatio* para o destinatário: nomear as partes da correspondência (ou individualizá-las sucintamente, no caso da omissão do nome do destinatário) e introduzir o assunto nela veiculado, convocando o leitor para a leitura da carta. O que, em hipótese alguma, significa que essas didascálias seriam originalmente saudações que, no processo de coleção e impressão das cartas, foram assim transformadas. As poucas cartas de D. Francisco Manuel que sobreviveram em manuscrito – e que já se achavam reproduzidas na edição de 1664 – não nos permitem maiores conclusões. Acredito tão-somente que, desde que reunidas em volume, as cartas abandonam sua função primordial de comunicação entre remetente e destinatário e, assim, faz-se necessário adaptar-se ao novo suporte material e, obviamente, à nova situação discursiva. Já não se trata de um destinatário a ler uma carta de um remetente, mas um leitor, virtualmente considerado, que lê diversas cartas “escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos”, como reza o título completo da edição de 1664. Nesse sentido, as didascálias guiam o leitor, indicando-lhe cada uma das situações que as cartas originalmente contemplavam, tal como, de modo semelhante, a *salutatio* indicava ao destinatário, de modo a prepará-lo, o nome do remetente e o assunto da carta.

Convencido a ler a carta, curioso do que nela encontrará, abre-se a carta com o exórdio ou *captatio benevolentiae*.

⁸⁰ É o que vemos, por exemplo, nas *Flores Rhetorici*, de Alberico de Montecassino (v. nota 69), e nas *Rationes Dictandi*, do Anônimo de Bolonha: “o tipo de assunto deve ser considerado, tanto que o escritor pode moldar a saudação com palavras adequadas e prescritas de acordo com a circunstância” (ANÔNIMO (de Bolonha). *The Principles of Letter-Writing*, in: *Three Medieval Rhetorical Arts*, tradução de James J. Murphy, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971, p.10; a tradução para o português é minha). Para a tradução completa das *Rationes Dictandi*, v. Anexo II.

II. *Captatio benevolentiae* ou exórdio

Ao contrário da *salutatio*, a *captatio benevolentiae*, ou exórdio⁸¹, é extensamente explorada nas cartas de D. Francisco Manuel, tal como publicadas na edição de 1664. A *captatio benevolentiae* se revela dos seguintes modos:

1) Expressões de cortesia

A primeira e talvez mais emblemática *captatio* como veículo da cortesia encontra-se na “Carta do autor aos leitores de suas cartas”:

Assi como pede a cortesia que saíamos a receber à porta de nossas casas, com algũa cortês demonstração a nossos hóspedes, manda a urbanidade, que, com algũa advertência, vamos a encontrar nossos leitores ao princípio de nossos livros. Lá costumam aqueles desculpar-se aos outros de que não sejam bem agasalhados; e cá eles se escusam a estoutros que sejam mal instruídos. Ora, segundo a boa lei deste costume, se a mi me valessem as escusas que posso dar-vos por satisfações, todos ficaríamos satisfeitos. Vós que sabeis meu natural e não inorais meu cabedal, é certo

⁸¹ Definida nas *Rationes Dictandi* como “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário.” (ANÔNIMO (de Bolonha). *Op. cit.*, p.16); Paulo Camaldulense, em suas *Introductiones dictandi*, define o exórdio como “o discurso dirigido ao ânimo do auditório para prepará-lo convenientemente para ser ouvido com diligência” (no original: “Exordium est oratio animum auditoris idonee comparans ad audiendum cum diligentia”, PAULO CAMALDULENSE. *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Testo inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980), p.89. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); Tomás Capuano: “*exordium*, ou *benevolentiae captatio*, é a benigna facilidade de expressão das palavras, atraindo a atenção do auditório, observando cuidadosamente e atendendo diligentemente a dignidade e qualidade das pessoas, sejam ou não do clero” (no original: “Exordium sive benevolentie captatio est benigna verborum eloquentia, quadam attentione alliciens animos auditorum et dignitatem seu qualitatem personarum tam in clero quam extra clerum sollicitè observans ac diligenter attendens”, TOMÁS CAPUANO. *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung), p.31. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); para Pierre Fabri, “adquirir a benevolência de alguém, que os oradores dizem *captare beniuolentiam*, é aplaudir ou louvar, ou repreender aquele a quem, ou de quem, ou a coisa de que se fala” (no original: “acquerir beniuolence a aultruy, que les orateurs dient *captare beniuolentiam*, c’est applaudir ou louer, ou blasmer celui a qui, ou de qui, ou la chose de quoy l’en parle”. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, p.208; a tradução para o português é minha).

que não recebereis com sobressalto a inutilidade deste livro. Do mesmo vos peço que vos lembreis, quando o julgardes, para que vos não deis por ofendidos de sua pobreza. Assi o espero quando eu seja tão venturoso que antes comece que acabe com pequena opinião de discreto; pois de ordinario os affectos valem como os números, segundo o lugar donde estão postos.

A *captatio benevolentiae* é a parte das cartas de D. Francisco Manuel em que mais freqüentemente encontram-se expressões de cortesia, de urbanidade. Assim interpretou Adma Muhana esse exato trecho: “aqueles que estão acostumados a obras seiscentistas hão de se lembrar das inevitáveis ‘cartas ao leitor’ que antecedem sejam as obras de poesia, sejam as de história, sejam as morais, sejam os próprios epistolários. Foi aí que encontrei a melhor pista sobre como ler as cartas nesse século XVII. Estava precisamente numa ‘Carta do autor aos leitores de suas cartas’ que precedia o volume das *Cartas familiares* do muito culto Francisco Manuel de Melo. (...) Foi este ato de cortês urbanidade, em que o eu se ausenta para receber o tu, que pude ver nessas metades de diálogos.”⁸²

Em geral, essas expressões de cortesia dizem respeito ao próprio ato de correspondência:

Si todo el mundo es patria para el fuerte, porque no lo será para el sabio? Sí es; y en fe de esta sentencia yo, aunque apartado de vos en todo por larga distancia, como a natural os escribo. Vuestras letras bien empleadas os han hecho familiar del universo. (I, 6; 55)

Na carta cujo trecho transcrevo acima, D. Francisco Manuel dirige-se ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, provavelmente pela primeira vez e sem conhecê-lo⁸³. D. Francisco Manuel, partindo de uma hipótese em que atualiza a tópica senequista do “mundo como pátria”, e na qual podemos vislumbrar também a tópica das armas (*fuerte*) e letras (*sabio*)⁸⁴, pretende justificar o envio da carta, ainda que apartado de seu destinatário

⁸² O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*, cit., p.342.

⁸³ V. o que argumentei a respeito quando discuti a *salutatio* nesta carta.

⁸⁴ Abordarei essa tópica com um pouco mais de vagar quando virmos a *narratio*. Acrescente-se somente, nesse passo, que a formulação exposta na carta ao Conde Galeazo é bastante semelhante ao seguinte trecho do *Hospital das Letras*, posto na boca de Lísio: “O mundo he patria do sabio, mais certa que do forte; aquelle he mais meu Payzano, que he mais erudito professor de sua sciencia, ou faculdade.” No mesmo diálogo, agora pela boca de Quevedo, o tema reaparece: “Entre os sabios não ha Naçoens; donde já disse hum dos Gregos, que era Cidadão do mundo todo.” (MELO, D. Francisco Manuel de. *Apologos dialogaes*, reprodução fiel do

em tudo por uma larga distância, ou seja, distante tanto fisicamente – o que se explica ainda mais pelo fato de não se conhecerem – quanto intelectualmente – pois D. Francisco Manuel adota, em relação ao Conde Galeazo, a postura de um neófito perante o mestre:

Y, porque no del todo desprecieis mi confianza, sabed, Señor, que el que se os ofrece, años ha que profesa la Historia, muchos que la lee, y algunos que la escribe. De que os envío la muestra en ese libro que es en esta materia el primer trabajo de mi estudio, si bien no es el primero. Leedle y le castigad como os lo merece mi afección, mientras no os remito otros, en que ocupeis la enmienda.

É o que vemos também na carta “a D. Francisco de Quevedo”, escrita “ao princípio de sua amizade”:

Voy, Señor mío, a la presencia de V. M. con estas letras; no voy a rendirme sino a ensoberbecerme, quando yo me veo ser triunfo de su humanidad. Deberé además servirle los materiales de que V. M. pueda (más bien informado) formar de mí un verdadero concepto, dilatando a ese fin la pluma algunos renglones allá de lo que pide una carta familiar y primera. (II, 50; 3)

Note-se que a carta, como lemos no trecho acima, torna presente o remetente diante do destinatário, da mesma maneira que vemos nas cartas de Cícero e Sêneca⁸⁵, entre outros.

texto da edição de 1721, anotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery, Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920, pp.376; 399). Acrescente-se, ainda, que a formulação presente na carta ecoa um verso de *Fastos* de Ovídio (1, 493): *Omne solum forti patria est*, “toda terra é pátria para o forte”, bem como a sua repercussão noutras obras, sobretudo de Sêneca, na *Consolatio ad Helviam* (9,7): *omnem locum sapienti viro patriam esse*, “todo lugar é pátria para o homem sábio”. Para maiores detalhes, v. TOSI, Renzo. *Dicionário...*, cit., pp.266-267, sentença 558.

⁸⁵ Em Cícero: “Eu, apesar de nada ter para te escrever, ainda assim escrevo, pois parece que falo contigo” (no original: “Ego, etsi nihil habeo, quod ad te scribam, scribo tamen, quia tecum loqui videor.” *Epistulae ad Atticum* 12, 53, *apud*: MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.24; a tradução para o português é minha); “nada teria para escrever. Nenhuma nova ouvi, e a todas as tuas cartas respondi ontem. Mas como a aflição não só me priva do sono, mas também não me permite manter-me acordado sem uma imensa dor, por isso comecei a escrever-te sem assunto definido, pois assim contigo quase falo, e é a única coisa que me acalma” (no original: “Nihil habebam, quod scriberem. Neque enim novi quicquam audieram et ad tuas omnes rescripseram pridie. Sed, cum me aegritudo non solum somno privaret, verum ne vigilare quidem sine summo dolore pateretur, tecum ut quasi loquerer, in quo uno acquiesco, hoc nescio quid nullo argumento proposito scribere institui.” *Epistulae ad Atticum* 9, 10, 1, *apud*: MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.24; a tradução para o português é minha). Em Sêneca: “Agradeço-te a frequência com que me escreves, pois é o único meio de que dispões para vires à minha presença. Nunca recebo uma carta tua sem que, imediatamente, fiquemos na companhia um do outro. Se nós gostamos de contemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo ausente? A mão

Também como expressão de cortesia, a modéstia afetada surge, na carta que escreve “sentenceando um certâmen poético”, como meio de obter a benevolência dos destinatários – digo “destinatários” porque, certamente, a carta foi escrita para ser divulgada, pelo menos entre os participantes da disputa:

De grande prudência necessita aquele que houver julgar obras do entendimento cujas ações não podem ser compreendidas, menos que de outro superior, pelo menos igual. Bem me desobrigava esta observação do ofício de árbitro, em contenda onde apenas podia ser parte; mas, confiando que os sujeitos julgados são tais que em si mesmo gozam os prêmios, e lhes fará pouca falta aquele que meu parecer lhes pode negar, me atrevo a declará-lo: se aqui se havia de errar alguma cousa, seja a minha opinião. Sábios se seguem, deva-se-lhes o acerto. Eu digo: julguem eles. (II, 34; 109)

O mero fato de que o remetente tenha sido escolhido como árbitro da disputa já justificaria e daria legitimidade a sua sentença. Contudo, seria presunçoso e, portanto, testemunharia um caráter vicioso, caso não opusesse a sua escolha como árbitro a sua suposta incapacidade para a tarefa. Diz Castiglione, pela boca do Conde Ludovico de Canossa: “quem fizer grandes coisas precisa ter a ousadia de fazê-las e confiança em si próprio, e não pode ter espírito abjeto ou vil, mas sim bem modesto em palavras, mostrando presumir menos de si do que de fato presume, contanto que tal presunção não se torne temerária.”⁸⁶

de um amigo gravada na folha da carta permite-nos quase sentir a sua presença – aquilo, afinal, que sobretudo nos interessa no encontro directo” (*Cartas a Lucílio*, tradução de J. A. Segurado e Campos Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, epístola 40, 1, p.136; no original: “Quod frequenter mihi scribis gratias ago; nam quo uno modo potes te mihi ostendis. Numquam epistulam tuam accipio ut non protinus una simus. Si imagines nobis amicorum absentium iucundae sunt, quae memoriam renovant et desiderium [absentiae] falso atque inani solacio levant, quanto iucundiores sunt litterae, quae vera amici absentis vestigia, veras notas afferunt? Nam quod in conspectu dulcissimum est, id amici manus epistulae impressa praestat, agnoscere”, *Epistulae Morales ad Lucilium*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 10 abr. 2002); “estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz; estou de tal modo perto de ti que já não sei bem se te vou escrever uma carta, ou apenas um recado para enviar a tua casa!” (*Trad. cit.*, p.190; no original: “Video te, mi Lucili; cum maxime audio; adeo tecum sum ut dubitem an incipiam non epistulas sed codicillos tibi scribere.” *Op. cit.*)

⁸⁶ *O Cortesão*, tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.34. No original: “chi ha da far gran cose, bisogna che abbia ardir di farle e confidenza di se stesso e non sia d'animo abbiecto o vile, ma sì ben modesto in parole, mostrando di presumere meno di se stesso che non fa, pur che quella presunzione non passi alla temerità.” (*Il Libro del Cortegiano*, introduzione di Amedeo Quondam, note di Nicola Longo, Garzanti, 9ª edição, 2000, pp.48-49).

2) Agradecimento pela carta recebida

Outro tipo de *captatio benevolentiae* encontrado é o de agradecimento do remetente pela carta recebida. Na carta de “agradecimento de lembranças”, escrita “a um amigo”, D. Francisco Manuel, através de uma metáfora náutica, agradece ao destinatário por lembrar-se dele e lhe testemunha sua confiança, elogiando-o:

Qualquer destes escritos de V. M. é para todas as minhas tormentas mais que carta de marear. Assi, tendo a V. M. por piloto, não farei muito em ter-me aos mares, nem ainda em escapar-lhes e vencê-los. (V, 50; 7)

Na carta dirigida “ao P. M. F. Francisco de Govea”, dando “aviso de seus trabalhos”, D. Francisco Manuel afirma:

Depois de largos dias de silêncio, recebi este papel de V. P. E certo posso cuidar tardou com muita providência para chegar ao tempo em que me era mais necessário. (I, 78; 56)

D. Francisco Manuel expressa sua satisfação em ter recebido uma carta a que responde. Satisfação maior ainda por ter sido “providencial” o seu recebimento, pois chegou ao tempo em que era mais necessária. Há no trecho, contudo, uma censura velada: o remetente queixa-se da ausência de comunicação por parte de seu destinatário⁸⁷; mas, para que a crítica não se tornasse afrontosa, é atenuada com afirmação de que tardara para chegar no momento em que se fazia mais necessária.

⁸⁷ O que parece ser um lugar-comum da correspondência, apontado por D. e P. Cogy em “De quelques exordes de la correspondance de Cicéron” (in: CHEVALLIER, R. (ed.) *Présence de Cicéron – Actes du Colloque des 25, 26 septembre 1982 – Hommage au R. P. M. Testard*, Paris: Les Belles Lettres, 1984, p.174: “mas os problemas atuais não impedem Cícero de recorrer a outro lugar-comum da correspondência: um dos interlocutores se queixa da negligência, *neglegentia*, do outro (II, 1)”. A referência é ao *Ad Fam.*, II, 1: “apesar de ser passível de ser chamado de negligente por ti, entretanto fico mais aflito por tua acusação de faltar aos meus deveres de amigo que feliz por tua exigência (...)” (no original: “quamquam me nomine neglegentiae suspectum tibi esse doleo, tamen non tam mihi molestum fuit accusari abs te officium meum quam iucundum requiri (...)” *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo III, 1936, p.161; a tradução para o português é minha). Também numa carta de Camões encontramos o mesmo tom: “Ôa vossa me deram, a qual, pelo descostume, me pôs em tamanho espanto como contentamento, em saber novas de quem tanto as desejava; mas nem com esta vos forrarei do esquecimento que de mim tivestes em me não escreverdes antes de vos irdes” (CAMÕES, Luís de. *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Hernani Cidade, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, vol. III – Autos e Cartas, 1946, p.249).

3) Alusão à carta ou notícia recebida

Neste tipo de *captatio* encontramos as cartas que D. Francisco Manuel alude a cartas ou notícias que recebera, de maneira a indicar que, movido pelas cartas ou pelas novas, envia as suas em resposta. É o que vemos na carta “a Luís Martins de Sousa. De bons anos e resposta de negócio”:

Estando hoje para me entrar na liteira me deram um papel de V. M. Não podia ser melhor o anúncio de que me espera bom ano, que começando ele, lembrando-se V. M. de mi. (I, 16; 450)

D. Francisco Manuel elabora uma cena quase teatral: o recebimento de uma carta no exato momento em que entrava na liteira, trazendo boas notícias. A impressão que fica, na leitura da *captatio*, é a de que a chegada da boa notícia interrompe a ação inicial – a entrada na liteira – e desvia o remetente para a escrita imediata da carta em resposta.

Noutras cartas encontramos mensageiros, criados, padres, trazendo as notícias. É o caso, por exemplo, da carta “a um amigo sobre ãa promessa”, em que um lembrete trazido por um mensageiro é o motivo para a redação da carta:

Hoje me disse este meu núncio me mandava V. M. por ele lembrar certa promessa. Pela minha vontade ponho eu que não faltará a V. M. em servi-lo; pela minha memória não ponho. (II, 87; 112)

Na carta “a un Ministro, sobre cierto aviso”, um criado entra, trazendo notícias da saúde do destinatário, o que motiva o remetente a interromper o que vinha fazendo e redigir uma carta:

Ha entrado en este punto un criado mío y dice que de otro de V. M. entendió lo pasara poco bien V. M. esta noche. Yo estoy tan asombrado de ruines sucesos, que ya cada amago es un golpe que me despedaza el ánimo. (III, 46; 36)

Na carta “de negócio” escrita a um Ministro, D. Francisco Manuel recebe, através de um Padre, o aviso de sucesso em determinado negócio, em que teria

agido o destinatário. A *captatio*, assim, acumula tanto a função de informar o destinatário da ciência do remetente quanto ao sucesso do negócio, como em louvar-lhe a atuação:

Aqui me avisou hoje o Padre N. que não com mau sucesso se havia começado esta manhã aquele meu negócio. Bem creio andaria V. M. por ali; mas eu não posso acabar comigo o ter ocioso um tão bom ânimo como o de V. M. (IV, 77; 361)

Por vezes, contudo, a notícia chega a D. Francisco Manuel, mas o mensageiro permanece oculto. Não se sabe como tomou conhecimento da notícia, mas revela-se como motivo para a correspondência. É o que vemos nos dois exemplos seguintes, em que a notícia que passa a ser conhecida é motivo para cartas de pêsames e de felicitação:

De pêsames. A um Conde – Soube agora que V. S. havia chegado, e pouco antes soube a ocasião que o trouxe. De que V. S. haja vindo me alegre, mas que, por tal causa, sinto muito. (IV, 69; 354)

A um Ministro que deixara certo cargo – Disseram-me ontem que V. M. estava já aliviado desse seu ofício, de que lhe dou os parabéns, como se lho deram. (V, 15; 44)

Na carta seguinte, D. Francisco Manuel “ouve” – não se pode ter certeza se “ouviu” mesmo a notícia ou se a “leu” numa carta, numa mistura muito comum dos vocabulários da linguagem oral e escrita – a nova do próprio destinatário, causando-lhe aflição. Novamente, o conhecimento da notícia é motivo para uma carta em que o remetente se solidariza com o sofrimento do destinatário:

A um Ministro que se achava pesaroso pela doença de um filho – Fiquei com muito sobressalto ouvindo a nova que V. M. me deu de sua aflição. Se se pegam os achaques corporais (e mais aos que mais se amam), porque se não pegarão os do espírito? (IV, 76; 360)

No exemplo que segue, a *captatio*, ao mesmo tempo que demonstra que a resposta se segue imediatamente ao recebimento da carta – o que poderia se constituir num índice de respeito ou admiração ao destinatário –, justifica exatamente que, por essa rapidez da resposta, ainda sob a “paixão” da leitura, há de errar, de forma que já dispõe o

destinatário ao conteúdo da carta para que, caso este seja “apaixonado”, possa ser considerado sob sua verdadeira ótica:

A um Ministro. Em ocasião de um disfavor que havia recebido – Acabo de ler o papel de V. S. quando escrevo este, em que de força hei de errar, porque falo com dor e com paixão, maus dous conselheiros. (IV, 65; 358)

Ou seja, mesmo sob paixões, a carta nunca deve ser veículo da desmesura. Afinal, a carta nunca pode ser redigida em termos violentos⁸⁸. No caso, a possibilidade da desmesura já é prevista pelo remetente, que de antemão já prevê a possibilidade de erro e já procura mover o destinatário em relação a ela.

4) Escusa ou queixa pela falta de correspondência

Noutras cartas, a *captatio benevolentiae* se revela numa escusa ou queixa pela falta de assiduidade na correspondência⁸⁹, o que pode se dar pelas maneiras seguintes:

- a) a falta de correspondência se dá em razão das atribulações do remetente;

Na carta “ao M. R. P. Frei Manuel de Macedo, escusando-se lhe não haver escrito”, D. Francisco Manuel se reconhece mais devedor que pagador, o que, portanto, justificaria o atraso da resposta:

⁸⁸ Assim em Caio Júlio Victor: “nunca dispute, menos ainda numa carta” (no original: “iurgari numquam oportet, sed epistolae minime”, *Ars Rhetorica, apud* MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*, Atlanta, Ga.: Scholars Press, 1988, p.64); também em Juan Luís Vives: “assim, não se deve exagerar o assunto com uma linguagem violenta, mas deve-se expor tudo civilizada e suavemente” (no original: “Ita rem non exaggerabimus verborum atrocitate, sed civiliter omnia explicabimus et mansuete”, *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989, p.40).

⁸⁹ Note-se que nenhuma das formulações seguintes precisa necessariamente se referir a acontecimentos ou situações reais. A importância delas está no fato de que são adequadas ao caso, independentemente da situação fática que as teria originado.

Como este meu estado seja mais de dever que de pagar, não estranhará V. P. lhe haja sido tanto tempo devedor desta resposta. Eu nunca duvidei que pudesse merecer a V. P. a nova obrigação em que me pôs com aquela sua carta, da qual ainda me pruem nos ouvidos as razões com que o meu nome era ali honrado. Certo estou de que interiormente a satisfiz: ou no desejo de a satisfazer, ou em a dor de não poder satisfazê-la. Soube agora se achava V. P. em Lisboa (me alegro que com saúde) e serei mais contente quando V. P. a melhor pagar, me avise posso eu (sequer pelas ocasiões da vizinhança) empregar-me em algum seu serviço. (I, 45; 22)

Vejamos este outro exemplo, em que D. Francisco Manuel escreve “disculpando-se com um amigo da falta de correspondência”:

Ninguém poderá queixar-se de quem o trata como a si mesmo. Não sei de mi há muitos tempos; e há esses mesmos que não sei de V. M., porque igualmente o estimo que a mi. (II, 40; 270)

Numa atualização muito particular da máxima cristã – “ama o teu próximo como a ti mesmo”⁹⁰ –, D. Francisco Manuel justifica a sua falta de assiduidade na correspondência com o amigo mostrando-lhe que, se dele não tem ou não procurou ter notícias, é porque de si próprio já não cuida.

Noutra carta, em contexto semelhante – “escusando-se com um amigo de lhe não escrever muitas vezes” –, D. Francisco Manuel argumenta doutra maneira:

Faço escrúpulo de lhe dar a V. M. mais vezes que ũa na semana a mortificação das minhas letras, porque, quanto V. M. mais de mi se compadece, mais certo é lhe haverei de ser custoso. (II, 65; 217)

Nesse caso, D. Francisco Manuel afirma não enviar mais que uma carta por semana porque sabe serem elas causa de compaixão do amigo e, para evitar-lhe o sofrimento, rareia a correspondência.

Em ambos os casos, D. Francisco Manuel, denunciando o seu caráter *discreto*⁹¹, reconhece a carta como elemento que provoca *pathos* no seu destinatário e, sendo assim, rareia a correspondência para evitar-lhe o sofrimento.

⁹⁰ Mt. 19, 19. Também, com algumas variantes, em: Mt. 22, 39; Mc. 12, 31; Lc. 6, 31.

⁹¹ João Adolfo Hansen, de modo preciso, ensina: “o discreto (...) tem a prudência e sabe dissimular, logo é ‘melhor’. (...) No caso do discreto, valor nuclear é a prudência, como já se viu. Outros são o auto-controle das paixões, que reatualiza a Ética a Nicômaco, o estoicismo das sentenças morais de Sêneca e o tacitismo

No exemplo seguinte, contudo, embora a motivação da *captatio* continue a mesma – a escusa do remetente na ausência ou demora da correspondência –, o tom é já completamente outro: não se trata de uma carta a pedir intercessão, ou a dar notícias de seus negócios ou trabalhos, mas sim de uma carta “de negócio e galantaria”, escrita “a um ministro amigo”:

Não vos respondi logo, porque, verdadeiramente, de mi mesmo ando estes dias pouco elegante; e também porque, sendo estes dias de aqueles que vós tinheis com razão por defesos a negócio, não se pedia nada em deixar para os de agora a resolução. (IV, 50; 139)

O *discreto* D. Francisco Manuel aponta duas motivações para a ausência de resposta: uma em si próprio – o estar pouco elegante de si mesmo –, outra no destinatário – não serem os dias passados propícios à discussão de negócios.

b) a falta de correspondência se dá pelo descuido do destinatário;

Na carta que escreve “repreendendo a um amigo do pouco que lhe escrevia”, D. Francisco Manuel cobra maior empenho de seu destinatário, que “tome por penitência” escrever-lhe um dia na semana:

Tomai, Senhor, como por penitência o escrever-me um dia na semana, porque, segundo é contra vosso natural, bem cuido vos perdoará Deus a culpa das vezes que me não escreverdes, por aquela que me escrevais. Não tenha V. M. por de câmbio estas letras; menos custosas vos serão, sobre que hão-de ser pagas à letra vista. Boas tréguas vos tenho dado, de quatro e mais dias, sem que vos perguntasse nada; mas agora tudo o que se pergunta; e com particularidade o que mais nos importa, como a mi as lembranças de V. M. (III, 11; 19)

Nesse mesmo tom jocoso é a carta “dando queixas de galantaria a um amigo de que não respondia a suas cartas”:

político; ortodoxia católica do desprezo da carne; a excelência nas letras e armas; o desengano; a genealogia do tipo como superior às artes mecânicas; o ideal do cortesão e seus doces negócios, damas, letras e intriga política; a brancura da pele, sem laço algum com as ‘raças infectas de mouros, judeus, negros e mulatos’; a ostentação dos signos da posição, como formas pronominais de tratamento, roupas, adornos, gestualidade, dicção, eleições; a agudeza conceituosa do discurso, como ‘agudeza prudencial’.” (HANSEN, João Adolfo.

Ainda que para alcançar ãa resposta de V. M. não val ter a Bula da Cruzada, que faz ir ãa pessoa daqui a Roma sem se bulir de sua casa, hei de lançar este papelinho ao ar a ver se pega; e quando não, farei conta que o lancei ao vento. Mas a tudo isto o negro papel está feito até a cintura, e ainda não diz nada daquilo para que foi feito. (III, 79; 47)

As queixas sobre a correspondência têm como corolário a carta em que, “dando ruim conta de negócios a um amigo que lhos havia encarregado”, D. Francisco Manuel afirma a pequena força persuasiva que teriam as cartas, no que ecoa nomeadamente trechos de epístolas paulinas:

Nestoutro [papel] do vosso N. trago meus temores, suposta toda minha elegância em persuadir a vossa razão. Mas já S. Paulo se queixou do pouco que obrigam cartas. (III, 98; 98)

A alusão a S. Paulo pode referir-se a uma das seguintes passagens encontradas nas epístolas desse apóstolo:

Desta forma, embora eu vos tenha entristecido com a minha carta, não me arrependo disso; se bem que (a princípio) tenha sentido pesar, vendo que tal carta (ainda que por breve tempo) vos entristeceu (II Cor 7, 8)

Mas, para que não pareça que vos quero aterrar por cartas, porque as cartas, dizem alguns, são graves e fortes, mas a presença do corpo é fraca e a palavra desprezível, quem assim diz saiba que, quais somos nas palavras por carta, estando ausentes, tais (seremos) também de fato, estando presentes. (II Cor 10, 9-11)

Se algum não obedece ao que ordenamos pela nossa carta, notai-o, e não tenhais comércio com ele, a fim de que se envergonhe (II Tes 3, 14)⁹²

Numa atualização da epístola paulina, D. Francisco Manuel acaba por concluir pela pouca força que teriam as cartas para obrigar. O que, no entanto, jamais foi motivo para que não escrevesse.

c) a falta de correspondência se dá por fatos alheios à vontade do remetente e do destinatário;

“Discreto/Vulgar: Modelos Culturais nas Práticas da Representação Barroca”, in: *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, SP: IEL/UNICAMP, n° 17, jan./jun. 1991, pp.33, 34-35).

É o que vemos na carta que D. Francisco Manuel escreve “desculpando-se com um amigo de lhe não responder por se haverem perdido as cartas a que havia de dar resposta”:

Uma vez que tinha ãa nova com que me alegrar, não podia ser menos senão que ela naufragasse no caminho. Afirmo a V. M., por minha liberdade e salvação, que nenhum desses papéis veo a meu poder, nem eu tive notícia da mercê que se fez a V. M. (e a nós em seu merecimento), senão há muitos poucos dias. Não seria a causa de se me não avisar o deixarem todos de se alegrar muito com ela, senão o pouco comércio que eu conservo com pessoas que mo pudessem dizer. (II, 67; 281)

O raciocínio nesta *captatio* é claro: o destinatário recebeu uma mercê da qual dava notícia ao remetente por uma carta (*papéis*), e que seria motivo de alegria para o remetente; ora, ao remetente não se reservam alegrias; logo, a notícia não poderia chegar até ele (*não podia ser menos senão que ela naufragasse no caminho*). Ademais, o remetente poderia tomar ciência das notícias através de outras pessoas, não fosse “o pouco comércio” que conserva com pessoas que lho pudessem dizer. Vejamos outro exemplo, em que D. Francisco Manuel escreve “a um Ministro, satisfazendo algumas faltas de correspondência”:

Que correspondência se pode esperar de ãa alma despedaçada? Eu me chamara ditoso, se só o fosse da violência a pessoa, com que ao espírito se perdoasse. Lá chegam as lanças da sem-razão, lá fere a dor, lá mata a melancolia. Ainda mal por que os meus desprimores tem tão grande desculpa! Ando fora de mi há muitos tempos; e agora ando sem mi, porque não bastou que me destruíssem estes que me perseguem, sem que também me enganassem. (IV, 3; 259)

Note-se que ainda aqui, mas não mais como efeito evitado, mas buscado, o remetente procura, evidenciando o seu *ethos* de prisioneiro, mover os afetos do destinatário.

⁹² BÍBLIA SAGRADA, tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares, São Paulo: Paulinas, 1980.

5) Escusa pela brevidade da correspondência

Em algumas cartas, diferentemente, a escusa está não na ausência da correspondência, mas na sua brevidade, como quando escreve a um parente, “desculpando-se de ser breve”:

Sobre catorze cartas, vede agora quem ficará em seus treze para poder dizer palavra? Ora este não vai bom começo, porque estes são os dias em que os nossos velhos começavam por ‘permita Deus’ e cousa assi. (IV, 11; 376)

Noutra carta, a brevidade – e, portanto, a escusa por ser breve – se impõe pela impossibilidade material de estender-se na correspondência, por estar “escrevendo a um amigo em um quarto de papel”:

Visto que a vontade e o respeito se não medem por folhas de papel, porque não tem nada de folha, ou porque não tem medida, vós não recebereis descontentamento de que vos escreva assi quem não tem agora mais papel que este. Também veo muito a propósito para me fazer ser breve, ‘ainda que vá contra o que devo’, como diz nosso Camões; mas quanto é para o que eu tenho que vos dizer, o menos é o melhor. (IV, 33; 100)

6) Estado de saúde do remetente

Um outro tipo de *captatio benevolentiae*, também ligado à correspondência, é o que descreve o estado de saúde do remetente quando do recebimento de uma carta ou de sua redação.

É o que encontramos na carta “a um parente que estava na guerra”:

No correo passado vos não escrevi, porque, sem ir a Alentejo, estou meio aleijado de este braço direito, e não tive então aqui nem a N. que suprisse a falta que eu fazia, sendo já todos fora; e ainda mal porque tenho tanta desculpa. Depois recebi carta vossa que me acrescentou a dor, não só do braço mas de tudo quanto doe e se sente, havendo entendido a pouca saúde com que vos acháveis. Dê-vo-la Deus, como desejo. E se vos der a

que a mi me falta, visto que tudo é de casa, eu me darei por contente. (IV, 34; 104)

Note-se que o remetente, doente, justifica o fato de não ter escrito. Contudo, tem acrescida a sua dor ao saber do estado de saúde do destinatário, e roga a Deus que lhe dê saúde, ainda que em detrimento de seu próprio estado. Podemos ver aqui uma apropriação *sui generis* da fórmula antiga de saudação – *Si vales, bene est, ego valeo*: se Deus vos der saúde, ainda que vos dê a que me falta, também ficarei bem, visto que somos parentes (“tudo é de casa”).

O mesmo tom encontramos na carta “de pêsames”, endereçada “a um Conde”:

Ao som dos desenganos que nos mostraram hoje na igreja, escrevo a V. S. estas regras que, sendo minhas, desculpadas ficam de que não sejam de consolação. Estando eu de cama muito maltratado de ùa pontada (de que ainda ando mal convalescente), soube como Deus levava para si a senhora Condessa, Mãe mais que sogra, Irmã mais que cunhada de V. S. E como eu traga tanto diante dos olhos tudo o que a V. S. toca, por certo, Senhor Conde, que não faço muito em afirmar que nos olhos, e nos olhos da alma, me magoou este sucesso. (V, 91; 510)

Note-se que o remetente lança mão de dois recursos para captar a benevolência: a *modéstia afetada*, ao argumentar que, se a carta não servir para a consolação do destinatário, fica perdoada justamente por ser de uma pessoa que não é capaz de consolar; o *estado de saúde* que, apesar de andar “mal convalescente”, o remetente obriga-se a se solidarizar com a dor do próximo, esquecendo as próprias, e escrevendo a carta para consolação daquele. E, como último argumento, a preocupação que o remetente nutre em relação a “tudo o que a V. S. toca”, que fez com que a dor sofrida pelo destinatário fosse sentida também pelo remetente.

Ainda na carta que escreve “a um Religioso amigo, sobre negócios”, a *captatio* se concentra no estado de saúde do remetente. Adoecido, o remetente justifica – talvez por instâncias de seu destinatário – a diferença de caligrafia de uma carta passada e da presente:

Escrevi o outro dia a V. P. desde a cama, onde estive quase todo o dia, pelo achaque de vaguidos, que padeço com este tempo ruim. Foi essa a causa de que a letra fosse e seja melhor que a minha. (V, 11; 339)

Pelo trecho imaginamos que D. Francisco Manuel lançou mão de outra pessoa para a redação da carta⁹³. Tanto o fato de, mesmo doente, não ignorar a sua correspondência, como o de louvar a caligrafia do copista, em detrimento da sua, num índice de *modéstia afetada*, são elementos que compõem, no caso, a *captatio benevolentiae*, e pretendem mover os afetos do destinatário para o conteúdo da carta.

7) Amplificação dos “trabalhos do cárcere”

Na maioria das cartas em que pede intercessão em seus negócios, isto é, em que procura obter favores para conquistar a sua liberdade, D. Francisco Manuel obtém a benevolência de seu destinatário através da *amplificatio*, que é o meio principal para conseguir a credibilidade da opinião⁹⁴. Vejamos um trecho da carta enviada “à Cristianíssima Rainha Regente de França D. Ana de Áustria”:

Aquela piedade que em vosso real ânimo resplandece, havendo já alumado sua grande monarquia, enche também de confiança o mundo todo. Aqui nas trevas dum escuro e dilatado cárcere, estou vendo, ó cristianíssima Rainha, é só vossa grandeza quem poderá vencer minha fortuna. A qual, depois de me arrastar por vários casos e gentes, me trouxe a fazer naufrágio às portas do descanso, a tempo que nem o prêmio nem o repouso me foram ilícitos. (I, 3; 160)

⁹³ É interessante lembrar aqui que outros epistológrafos também se referem ao copista quando fazem uso dele, como nos seguintes exemplos de Cícero: “nunca antes, penso eu, leste uma carta minha que não tivesse sido escrita pela minha mão. Disso poderás depreender quantas ocupações me retêm” (no original: “numquam ante arbitror te epistolam meam legisse nisi mea manu scriptam. Ex eo colligere poteris quanta occupatione distinear”, *Att.* II, 23, in: *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo I, 1934, p.257; a tradução para o português é minha); “das minhas ocupações decorre o fato de esta carta para ti ser escrita pela mão de um secretário” (no original: “occupationum mearum signum tibi sit librarii manus”, *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo III, 1936, p.100; a tradução para o português é minha).

⁹⁴ LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literaria*, versión española de Mariano Marín Casero, Madrid: Gredos, 1965, p.48.

D. Francisco Manuel, “nas trevas dum escuro e dilatado cárcere”, vê – alumiado **pela** piedade que resplandece no real ânimo da Rainha Cristianíssima, e que enche de **confiança** o mundo todo –, também cheio de confiança, como o mundo todo, que somente a **grandeza** da Rainha poderá vencer sua fortuna. A caracterização do cárcere como um *locus horrendus* e, portanto, importante elemento para a *captatio*, aparece em algumas outras cartas. Na carta “ao Papa Inocêncio X – *Manuscrita, oferecendo-lhe o primeiro volume do próprio livro* [História da Catalunha]”:

As ásperas prisões em que vivo, atalham o efeito da acesa devação à Santa Sé e a vossa santa pessoa, com que por mi mesmo determinava ir a adorar-vos e a oferecer-vos, Santo Padre, este tão fraco dom. (I, 2; 73)

Também na carta que dirige “aos juízes da Terceira Instância, a primeira vez que foi a ela”:

Sobre três anos de cárceres exquisitos, cheo de trabalhos, injúrias e enfermidades, cada vez mais perseguido, mais só e peor tratado (III, 24; 95)

E, ainda, na carta “a Dom Rodrigo de Castro, com novas suas e do Mundo”:

Este correo passado não tive carta de V. M., cousa que eu sempre sentira mas que morara no Terreiro do Paço, quanto mais jazendo preso na Torre Velha. (III, 54; 94)

8) Modéstia afetada

Segundo Ernst Robert Curtius, “na introdução, o orador deve conquistar a benevolência, a atenção e a docilidade de seus ouvintes. Como consegui-lo? Em primeiro lugar, com um exórdio modesto. Convém acentuar-se essa modéstia, o que a torna afetada. (...) Na fase final da Antigüidade pagã e cristã e, mais tarde, na literatura latina e vernácula da Idade Média, tiveram larga difusão essas ‘fórmulas de modéstia’. Ora

acentua o autor sua insuficiência, ora sua linguagem deselegante, áspera (*rusticitas*).”⁹⁵ Ademais, a fórmula de modéstia afetada parece se justificar como prudente aviso do discreto, afinal, “foi sempre grande sutileza ostentar os desaires e converter em realces da indústria os que já foram desfavores da natureza e da sorte. O que se adianta a confessar o defeito próprio fecha a boca dos demais; não é desprezo de si mesmo, senão heróica bizarria, e, ao contrário do elogio, em boca própria se enobrece.”⁹⁶ É o que vemos, por exemplo, na carta “a uma senhora, oferecendo-lhe um ofício de São João Bautista”:

A quem melhor convém o ofício de um penitente, que a quem busca a penitência por ofício? E quem se pagará mais destas Horas, senão quem assi gasta suas horas? Por dívida, Senhora, melhor que por eleição, são estas de V. S. Elas mesmas o afirmam, porque, logo que foram estas, foram suas. Eu não tenho aqui mais que guiá-las às mãos de V. S., quasi restituição e não já oferta. São vulgares como seu autor, por que supram na facilidade do estilo o que no espírito lhe falta de alteza. Quanto mais que para ãa devação tão fácil de persuadir qualquer linguagem basta. (V, 10; 5)

Note-se que o as “horas” ofertadas ao destinatária são “vulgares”, comuns, como o são o autor – o remetente –, e o são por duas razões: 1) para que supram na facilidade do estilo a falta de alteza do espírito; 2) porque sendo a destinatária – da carta e do ofício – de uma devoção fácil de persuadir a linguagem vulgar, comum, do remetente basta para a tarefa. Há, ao lado do elogio à destinatária, a afetação da modéstia do remetente que, ao apresentar a si e à sua obra como “vulgares”, exalta ainda mais a pessoa da destinatária.

Encontram-se ainda *captationes benevolentiae* de modéstia afetada nas cartas em que noticia algumas de suas obras. É o que vemos, por exemplo na carta que escreve “a um amigo”, “com a primeira parte do Fénix de África”:

En fin, Señor, yo envío a V. M. el Fénix de África dibujado de mi pluma por aquel grande original de filosofías y santidades. Tan grande en sus

⁹⁵ CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, p.126.

⁹⁶ GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*, in: *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.88 (No original: “Fué siempre grande sutileza hacer gala de los desaires y convertir en realces de la industria los que ya fueron disfavores de la naturaleza y de la suerte. El que se adelanta a confesar el defecto propio cierra la boca a los demás; no es desprecio de sí mismo, sino heroica bizarria, y, al contrario de la alabanza, en boca propia se ennoblece.”; a tradução para o português é minha).

acciones, en sus virtudes tan resplandeciente, que ni las abrevia, ni oscurece, el desprimor de mis rasgos. Sea la materia recomendación de la obra, ya que la obra no puede ser lustre de la materia. Discúlpeme todo error, que no pudo dejar de ser este verse que no me faltan todos aciertos que han podido ser. Elegí raro asunto, proseguíle, acabéle y dignamente le coloco. Asaz se ha hecho para hombre todo tinieblas en tiempos que la aflicción y miseria desquician el ánimo, sin reservar a la esperanza: que es de la adversidad la última hazañería. (II, 20; 180)

Observe-se que o trecho acima é perfeito exemplo de modéstia afetada: o livro é “debuxo” feito a partir de um grande original; a matéria é tão grande que o desprimor do autor não a escurece; a obra traz erros de que o autor se desculpa etc.

Na carta “a um religioso parente, sobre a composição do Fénis de África”, outro exemplo de *captatio benevolentiae* por meio da modéstia afetada:

Agora é tempo de falar em Santo Agostinho; e vos falo como cristão, que eu entendia escrever sua vida, enquanto não sabia o que ela era, senão assi muito por maior. Mas agora vejo que ali não há que escrever, senão que ler. Porque qual pena de homem se atreverá a contar aquele abismo de santidade, de ciência? A mi me tem deixado absorto o que tenho lido do mesmo santo, que só ele pudera escrever de si dignamente; e poderá ser que, inspirado de Deus, só a esse fim o fizesse, por não defraudar a Igreja de tão celestial doutrina. Contudo, com os mais dos seus cronistas bem me atrevia eu, porque o Possidónio escreveu como santo; o M. Fr. Luís dos Anjos como erudito; o Campo como pregador; o P. Purificação como quem não queria só escrever aquilo. E assi ainda julgo poderá ficar algum lugarzinho à minha pena, para que vulgarmente fosse mostrando algũa parte do que ali há que admirar e que aprender. Todavia, falando-vos como devo, não deixarei de ter escrúpulo de me pôr eu a contar mal aquelas acções que Santo Agostinho deixou com tanta grandeza e espírito escritas. Mas, se há ele nisso de receber algum pequeno serviço, eu me animarei a prosseguir-lo como souber e como alcançar. Para o que, sem dúvida, é grande incentivo o gosto dessa Religião, e o entender eu que posso de algũa sorte obedecê-la e servi-la. (IV, 53; 110)

Mais uma vez D. Francisco Manuel louva a matéria – a vida de S. Agostinho – em oposição à sua pena que se “atreve” a escrever uma vida que somente o próprio S. Agostinho poderia escrever dignamente.

Disposto o destinatário para a carta, seguem-se as notícias ou assuntos que justificam o seu envio: eis a *narratio*.

III. *Narratio*

A *narratio* é a exposição dos temas e propósitos da carta, sendo muito mais abrangente que a mera “narração” de fatos.⁹⁷ Nas cartas de D. Francisco Manuel, tal como impressas na edição de 1664, encontram-se os mais diversos temas, bem como algumas tópicas ou lugares-comuns do período. O próprio título da coleção nos lembra que se trata de cartas “escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos”, o que é confirmado numa carta pelo próprio autor: “o livro vai sem ordem escrito, tendo por mais agradável aqui a variedade”⁹⁸. Ademais, os temas abordados nas cartas estão em estreita relação com as suas didascálias, conforme se pode notar nos diversos exemplos abaixo.

⁹⁷ As *Rationes Dictandi* definem a *narratio* como “a enumeração ordenada dos fatos sob discussão, ou melhor, uma apresentação dos fatos de um modo que parecem eles próprios se apresentar” (tradução a partir da edição de James J. Murphy, *The Principles of Letter-Writing, in: Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971. Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado no Anexo II); para Paulo Camaldulense, a *narratio* “contém a exposição da causa, devendo ser breve, clara e verossímil” (no original: “nunc de narratione, quae causae continet expositionem, dicendum uidetur. (...) Narrationem uero conuenit habere haec tria; ut sit breuis et lucida ueriquesimilis”, *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Testo inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980), p.90. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); Galfredo de Vinsauf afirma ser a *narratio* “multiforme: tantos são os modos de narrar quantos são os *dictatores*” (no original: “narrationum multiformis est forma. Totus enim narrationis modus est, quotus dictatorum numerus”, *Summa de arte dictandi*, composta tra il 1188 e il 1190, edizione: V. LICITRA, *La Summa de arte dictandi di maestro Goffredo*, “Studi medievali”, s. III, 7 (1966), p.900. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); para Antonio de Torquemada, a *narratio* “é o que aqui comumente os canonistas e legistas, e ainda os teólogos, chamam caso; e assim, quando querem contar alguma coisa para vir à determinação dela, dizem: ‘o caso é este’, e com isto vão narrando ou contando o que sucedeu ou o que sucede no presente, ora seja verdadeiro, ora seja falso como se fosse verdadeiro” (no original: “la narración es lo que acá comúnmente los canonistas y legistas, y aun los teólogos, llaman caso; y así, quando quieren contar alguna cosa para venir a la determinación della, dicen: ‘el caso es éste’, y con esto van narrando o contando lo que ha sucedido o lo que sucede de presente, ora sea verdadero, ora sea falso como si fuese verdadero”, *Manual de escribientes*, in: TORQUEMADA, Antonio de. *Obras completas*, vol. I, Madrid: Turner Libros, 1994, p.165; a tradução para o português é minha). Vale lembrar aqui o que ensina Heinrich Lausberg sobre a *digressio*: “elemento potestativo de todas as partes do discurso, especialmente da *narratio*, é o excursus ou digressão, que pode aparecer no começo, no meio ou no final da narração.” (*Manual de Retórica Literaria – Fundamentos de una Ciencia de la Literatura*, versión española de José Perez Riesco, Madrid: Editorial Gredos, 1966, tomo I, p.293; a tradução para o português é minha). Como podemos ver, sendo a *narratio* a exposição da causa veiculada na carta, comporta portanto, além da narração dos fatos, os argumentos empregados e as eventuais digressões traçadas. É nesse sentido amplo que entendemos a *narratio*, para os fins deste trabalho.

⁹⁸ C. Az. 23; 303 (grifo nosso).

Um dos temas que mais impressionam, tanto pelo seu interesse para o estudo letrado, quanto pela frequência, é a referência que D. Francisco Manuel faz às próprias obras.

1) Referências às próprias obras

Algumas das cartas são dedicatórias das obras, ou nelas foram estampadas; outras aludem a elas, direta ou indiretamente, ou as comentam. Assim, temos referências às seguintes obras:

a) *Historia de los Movimientos, y Separacion de Cataluña; y de la guerra entre la Magestad Catolica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla, y de Aragon, y la Deputacion General de aquel Principado. Dedicada, ofrecida y consagrada a la Santidad del Beatissimo Padre Inocencio Decimo Pontifice sumo maximo Romano. Escrita por Clemente Libertino. En San Vicente. Año 1645. Por Paulo Craesbeeck Impresor de las Ordenes Militares.*

As primeiras cartas a mencionar a *História da Catalunha* são as dirigidas ao Papa Inocêncio X: uma, dedicando-a ao Pontífice, e impressa na própria obra (I, 1; 64); a outra, manuscrita, oferecendo o livro ao Papa (I, 2; 73).

Na carta escrita “ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, sobre matérias históricas”, encontramos uma alusão provável à *História da Catalunha* no seguinte trecho:

De que os envío la muestra en ese libro que es en esta materia el primer trabajo de mi estudio, si bien no es el primero (I, 6; 55)

Encontramos na carta “a um Embaixador de França, com o livro da *História da Catalunha*”, duas importantes referências à obra. A primeira, em que narra as circunstâncias em que teria escrito a obra e oferece um volume ao destinatário:

Deste livro, que escrevi em várias fortunas e imprimi preso nesta Torre, ofereço a V. S. esse volume, porque é mais novo ainda no descobrir

verdades e segredos de grandes negócios que nos poucos dias que tem de público.

A segunda, ao expor as razões de publicá-la sob pseudônimo (*Clemente Libertino*) e de dedicá-la ao Papa Inocêncio X:

Escusei de o publicar em meu nome pelo não fazer suspeito, havendo de tratar nele interesses de homens hoje inimigos de nossa nação. Esta mesma inteireza me obriga a dedicá-lo a S. Santidade, como a quem deve ser verdadeiro juiz da causa pública (I, 65; 77)

Ao escrever “dando razão a um amigo da sua História da Catalunha”, D. Francisco Manuel explica a origem do pseudônimo:

Passava-se-me dar a V. M. a razão do nome. Pouco segui a imitação de Octacílio. Eu houvera de haver aquele primeiro e assi, escusando-me do que tenho, fui buscar o da obrigação por nacer nesse dia. O segundo usei porque, achando-me filho de Mãe que fora escrava e hoje é livre, me convinha aquele significado. Mas agora que V. M. lhe acha maiores razões, não foi senão por essas. (I, 72; 74)

Clemente, por ter nascido a 23 de novembro, dia de São Clemente. *Libertino*, por ser filho de Mãe – Portugal – que fora escrava – sob o domínio espanhol – e hoje é livre – após a Restauração, em 1640.⁹⁹

Na carta “ao Doutor Girolamo Bataglino, com o livro da História da Catalunha”, dá novamente as razões da dedicatória ao Papa:

Havendo eu escrito a ‘História dos Movimentos, Separação e Guerra de Catalunha’ em que me achei, e havendo de a pôr aos olhos do mundo, pus eu também logo os olhos por todo ele, buscando a quem pudesse oferecer

⁹⁹ *Libertinus*, -i, no latim, é o liberto, o escravo a quem foi dada a liberdade. Note-se que o significado de “libertino” aqui, ou seja, o de escravo liberto, é o mesmo que se encontra no seguinte passo do Livro Primeiro (I, 38) do *De Oratore* de Cícero: “eu me contentarei de citar os dois homens mais eloquentes que já ouvi, Crasso, com exceção de vós e de Antonio: Tibério e Caio Graco. Seu pai, homem sábio e grave, mas nada eloquente, várias vezes, e sobretudo como censor, assegurou a república. E não com um discurso bem cuidado, mas com força e palavra fez passar os libertos para as tribos urbanas” (*De L'Orateur*, texte établi et traduit par Edmond Courbaud, Paris: “Les Belles Lettres”, 1957, pp.19-20; a tradução para o português é minha; no original: “sed ut reliqua praetermittam, omnium mihi videor, exceptis, Crasse, vobis duobus, eloquentissimos audisse Ti. et C. Sempronios, quorum pater, homo prudens et gravis, haudquaquam eloquens, et saepe alias et maxime censor salutis reipublicae fuit: atque is non accurata quadam orationis copia, sed nutu atque verbo libertinos in urbanas tribus transtulit”, *De Oratore ad Quintum Fratrem*, I, 38. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 03 abr. 2002).

a memória de um negócio assi importante à Cristandade, chea de verdades, observações e advertências em benefício público. E, depois que por espaço de cinco anos (que tantos durou o meu cuidado e a minha dúvida) o discurssei, vim por certo a entender que nenhum Príncipe podia ser tão próprio este meu trabalho como à Santa Pessoa de Nosso Santíssimo Padre Inocência Décimo, ora Presidente da Igreja de Deus. Porque, entrando S. Santidade no regimento dela, se achasse com as humanas disposições (depois das divinas assistências) para conhecer de tão grandes acontecimentos, e que tantas vezes serão tratados ante sua santa presença. Esta razão primeiro, e junto a ela a viva devação à Santa Sé Apostólica, Mãe nossa, a quem todo o fiel deve servir, me obrigaram que, vencendo dificuldades públicas e secretas, fizesse estampar esta obra debaixo do bemaventurado nome de S. Santidade, com que hoje sai coberta e honrada ao mundo. (II, 37; 75)

Não deixa de ser interessante observar que as razões da dedicatória ao Papa variam conforme o destinatário da carta: ao Embaixador de França, afirma que dedicou ao Pontífice por razões políticas, por tratar nela “interesses de homens hoje inimigos de nossa nação”; ao Doutor Girolamo Bataglino, vice-colector apostólico, a quem pede que faça chegar o volume ao Papa, por “nenhum Príncipe (...) ser tão próprio este meu trabalho como à Santa Pessoa de Nosso Santíssimo Padre Inocência Décimo”.

b) *Ecco Polytico – Responde en Portugal a la voz de Castilla: y satisface a un papel anonymo, ofrecido al Rey Don Felipe el Quarto – Sobre los intereces de la corona Lusitana, y del Occeanico, Indico, Brasilico, Ethyopico, Arabico, Persico, y Africano Imperio. Proponese al Ilustre, Venerable, Prudente y Esclarecido Consejo de Estado del muy alto y muy poderoso Rey de Portugal Don Juan el Quarto, nuestro Señor. Publicalo D. Francisco Manuel. Con todas las licencias. En Lisboa. Por Paulo Craesbeck Impressor de las Ordenes Militares. Año 1645.*

Duas cartas fazem menção ao *Eco Político*. A primeira delas, redigida “dando razão a um amigo da sua História da Catalunha”, em que D. Francisco Manuel compara-o à *História da Catalunha*:

Tal é a Catalunha. O Eco, a meu juízo, tem mais garbo: ou é que a matéria me suborna a eleição, ou que, como filho mais moço, me engana mais. (I, 72; 74)

A outra carta, escrita “a um cortesão romano”, sobre “vários avisos”:

Eu fico sintindo não me achar com algum dos papéis que logo a V. M. enviaria, por fazer a V. M. conclusos os autos da minha aspereza. Mas ajunta-se ao presente que, quando escrevi aquele meu livro a que chamo Eco, me acharam todos tão modesto que, se não fui castigado, fui pelo menos reprimido. Não sei como isto há-de ser. Por essa razão me resolvi a escrever só vidas de Santos, já que não faço vida de santo: que era ainda melhor meio para embaçar a malícia dos émulos. (III, 61; 221)

c) *Auto do Fidalgo Aprendiz* (escrito provavelmente por volta de 1646) – impresso nas *Obras Métricas*, em 1665

Ao *Fidalgo Aprendiz* são apenas duas pequenas referências, mas que não podem ser omitidas. Na carta que escreve “aceitando a visita de uns hóspedes”, D. Francisco Manuel parece se referir a esta obra:

Aqui se engenhou ãa farsa que, se bem me não quero convidar a outrém, de todo, para quem como eu tem entrado tantas vezes no teatro da Fortuna, bem pudera ser melhor escrita. (III, 15; 82)

O que se reforça pela carta “de galantaria” escrita “a um parente”:

Também se sirva de me avisar como chegou esse fidalgo aprendiz (que, se ele aprendeu de V. M. o esquecimento, bem aviados estamos) e do agasalho que por lá recebe; que, enfim, por fidalgo lá de riba, parece muito natural de lugares tão altos. (IV, 10; 84)

Não poderia omitir essas duas referências ao *Fidalgo Aprendiz* justamente porque por elas é que se costuma precisar a data de composição da peça (1646), que só seria impressa nas *Obras Métricas* em 1665.

d) *El Mayor Pequeño. Vida y Muerte del Serafín humano Francisco de Assis. Recuerdalas a la piedad universal D. Francisco Manuel, Ofrecido a la muy Venerable Provincia de la Arrabida. Qui autem*

*minor est in regno coelorum, maior est illo. Matth. c. II. En Lisboa.
Por Manuel Sylva, año 1647.*

A primeira carta a ser mencionada é a própria dedicatória: “À venerável Província da Arrábida com um livro da vida de S. Francisco – Acha-se impressa em o Mayor Pequeño. Estampado em Lisboa, ano de 1646” (II, 1; 101), em que D. Francisco Manuel faz o elogio tanto do assunto de seu livro – a vida de S. Francisco de Assis –, quanto do destinatário da dedicatória – a venerável Província da Arrábida. Não por coincidência, a carta é datada de 04 de outubro de 1646, dia de S. Francisco.

Numa carta escrita a um parente, de 09 de junho de 1646, dá notícia da composição da obra:

Agora me vou já desenfastiando com o meu S. Francisco que certo bem necessário me é olhar para as vidas dos Santos para sofrer esta que aqui me fazem levar os pecadores. (II, 92; 88)

Noutra carta, também endereçada a um parente e datada de 26 de junho de 1646, D. Francisco Manuel noticia a redação do livro:

Eu, pouco a pouco, vou perdendo o gosto de tudo. E já com este péssimo exercício tenho guerras apregoadas, e mando mais raramente um papel do que mandara um Tufão se fora Duque de Borgonha. Até com as escrituras de casa me vou muito mole mole. Contudo, o Sam Francisco está em dous livros. E ainda que tão devagar, me parece que a este passo poderá este ano chegar à praça. (II, 18; 90)

Escrevendo ao mesmo parente, em 04 de agosto de 1646, informa que a obra já está no livro 4:

S. Francisco anda em o livro 4, e, se me enfado um pouco mais, um dia acabo com o bom do Santo antes de tempo, porque já não há paciência para estes marchetes. (II, 19; 91)

Na carta “Ao Padre Frei Alexandre de Jesus, em graças do primeiro prémio que lhe mandou em um certamen poético da Conceição”, de 20 de agosto de 1646, refere-se novamente a *El Mayor Pequeño*:

Eu espero em Deus de pôr a família franciscana brevemente em maior dívida (se quem val tão pouco, pode somar obrigação), tirando a luz um Elogio, em que trabalho, da vida de S. Francisco. Para então, não só

guardo, mas peço, as aprovações e censuras de V. P., cuja muito religiosa pessoa guarde N. Senhor, etc. (III, 22; 96)

Ao escrever “dando ruim conta de negócios a um amigo que lhos havia encarregado”, em 01 de setembro de 1646, D. Francisco Manuel afirma o seu propósito de concluir o elogio de S. Francisco no dia a ele dedicado:

De mi não corre nova que vos diga, senão estar de propósito posto a acabar o nosso santo, no seu santo dia. Vai a obra de empreitada; muito me receo dela. (III, 98; 98)

Por fim, na carta escrita “ao Geral de certa Religião, sobre negócios tocantes ao bom governo dela”, D. Francisco Manuel novamente alude a *El Mayor Pequeño*:

Se as obrigações de cristão sobejam para obrigar qualquer homem a que estime e venere a Religião seráfica de S. F., a quanto mais não obrigarão outras maiores dívidas em que eu me acho ao Santo, havendo alcançado seu nome, seus benefícios, seu hábito e sua devação e ainda a ousadia de haver sido seu cronista em o livro e elogio que de sua vida tenho composto e publicado? Sobre estes firmes primissas bem é para crer que se não edificará descurso que não seja piadoso e verdadeiro. (V, 100; 537)

e) *El Fenis de Africa. Agustino Aurelio, Obispo Hypponense. Hallado entre las immortales cenizas de su memoria. Por D. Francisco Manuel. Dividido en dos partes. A Juan Nuñez da Cuña. En Lisboa. Por Pablo Craesbeeck. Año 1648. Quare?*

A primeira menção ao *Fênix de África* encontra-se no final da *narratio* da carta “ao M. R. P. Frei Bernardo de São Pedro, havendo passado a Roma”:

Resta dizer a V. P. que o meu livro ‘Feniz de África’ que V. P. viu em princípios e abençoou, está já impresso e publicado em duas partes, e posso dizer que estimado em muitas; mas, enquanto há dificuldades em o poder remeter a V. P., me não fica resultando algum contentamento do aplauso com que é recebido. Pedi ao Senhor N. quisesse remeter a Roma ao P. F. N. um volume. Creio o fará, e haverá assim maneira para que ele chegue a mãos de V. P. de quem espero que, julgando-o digno, queira comunicar a alguns dos ingenhos de Itália, práticos na língua espanhola, lá donde é tão bem aceita quanto aqui a experimentamos. (II, 5; 215)

D. Francisco Manuel também menciona o *Fênix de África* na *narratio* da carta que escreve “a um amigo”, “com a primeira parte do Fênix de África”:

En fin, Señor, yo envío a V. M. el Fénix de África dibujado de mi pluma por aquel grande original de filosofias y santidades. Tan grande en sus acciones, en sus virtudes tan resplandeciente, que ni las abrevia, ni oscurece, el desprimor de mis rasgos. (II, 20; 180)

Na carta “a um religioso parente, sobre a composição do Fénis de África”, encontra-se ainda referência à obra:

Agora é tempo de falar em Santo Agostinho; e vos falo como cristão, que eu entendia escrever sua vida, enquanto não sabia o que ela era, senão assi muito por maior. Mas agora vejo que ali não há que escrever, senão que ler. Porque qual pena de homem se atreverá a contar aquele abismo de santidade, de ciência? A mi me tem deixado absorto o que tenho lido do mesmo santo, que só ele pudera escrever de si dignamente; e poderá ser que, inspirado de Deus, só a esse fim o fizesse, por não defraudar a Igreja de tão celestial doutrina. (IV, 53; 110)

f) *Carta de Guia de Casados. Paraque pello caminho da prudencia se acerte com a casa do descanso. A hum amigo. Por D. Francisco Manuel. Em Lisboa. Com as licenças necessarias, na officina Craesbecckiana, 1651. Vende-se na Rua nova.*

A *Carta de Guia de Casados* tem sua primeira menção no final da *narratio* da carta “a um Ministro amigo. Com certo livro”:

Envio o livro dos Casados, em trajo que possa aparecer na livraria: mande-o V. S. lá pôr com os homens honrados, que não será o primeiro a que façam honra pelo vestido mais que pelo merecimento. (I, 32; 461)

Também na carta “remetendo a um amigo ãa carta de favor e dous volumes de Carta de Guia”:

A carta vai para o Doutor. Queira Deus lhe sirva de guia ao acerto que desejamos. Vão duas mais que a V. M. prometi. Estas não quero eu sejam

de guia a V. M. Tais são seus erros que, sendo meus, não podiam deixar de ser tais. (I, 80; 120)

Como já vimos, aqui aparece novamente a modéstia afetada, apontando o volume de erros da obra, que só se justifica por ser obra de quem é.

Na carta “A D. João Pereira, sobre causas familiares”, D. Francisco Manuel noticia a escritura da *Carta de Guia*, “a rogo de um noivo”:

As cartas não vieram. Busque-as bem V. M. e mande-mas, porque estou escrevendo ãa Carta de guia de casados, a rogo de um noivo, e hei mister saber como se requebram, para dar também nessa parte minha razão, que por força em tal matéria haverá de ser de ouvidas. (IV, 47; 328)

Segundo Lapa, comentando esse trecho da carta, “D. Francisco documentou-se com uma colecção de cartas de mulher, para escrever o seu livro célebre *Carta de Guia de Casados*. Seriam as cartas de D. Joana de Vasconcelos e Meneses, dirigidas em 1643 a seu marido, D. Diogo de Lima, que servia na campanha de Badajoz? Uma colecção destas cartas está até hoje em manuscrito na Biblioteca da Ajuda.”¹⁰⁰ Isso poderia explicar, talvez, as cartas que “não vieram” e de que D. Francisco Manuel precisava para escrever a *Carta de Guia*.

g) *Primeira Parte das Cartas Familiares de D. Francisco Manuel Escritas a Varias Pessoas Sobre Assuntos Diversos. Recolhidas e publicadas em cinco centurias. Por Antonio Luiz de Azevedo Professor de Humanidades e por elle offerecidas a Illustriss. Doutiss. e sempre Insigne Academia dos Generosos de Lisboa. Impresso em Roma. Na officina de Felipe Maria Mancini. MDC.LXIV. Com Licença dos Superiores.*

Finalmente, chegamos às *Cartas familiares*. Na carta escrita a António Luís de Azevedo, ou melhor, “ao autor deste livro, falando dele”, D. Francisco Manuel noticia estar procedendo à cópia das cartas para a composição do volume:

¹⁰⁰ *Op. cit.*, p.172.

Passam-se muitos dias sem escrever a V. M., mas para V. M. escrevo dias e noites. Vou-me ocupando em alimpar algũas destas cartas, e estão mais de duzentas já em forma que se podem ler e julgar, contanto que não seja V. M. o juiz a quem a mercê que me faz, peitou de sorte que me não receio menos dos seus favores, que pudera antes dos meus errores. (III, 49; 295)

Como se vê, acima se encontra o célebre trecho em que D. Francisco Manuel afirma ter “alimpado” algumas das cartas, ou seja, tê-las preparado para publicação. Outra carta é dirigida “ao autor deste livro quando juntava suas obras”:

Disseram-me que V. M. consistia tanto naquela afeição com que olha minhas obras, que se determinava a ajuntar algumas obras minhas. Não disputo de razão, pois conheço é a que digo. Pergunto só se é assi, porque poderei servir a V. M. nesse próprio engano à lei de bom e fiel librêu, que se lança com seu dono de tão boa vontade ao pego como ao campo. (III, 95; 278)

E ainda na carta “ao autor deste livro, queixando-se de sua fortuna”:

Voltam as 22 cartas que ficam já copiadas. Não sei se é tão fino este vintedozeno, mas, em fé de que a V. M. lho parece, eu as ponho confiado. Já disse a V. M. fazia conta de 400 papéis. Escritos estão já trezentos, mas deles, alguns que são de mero negócio, haverão de ficar para guardar a casa. Farei contudo o número prometido brevemente. V. M. se anime a me animar, escrevendo ali ãa introdução que nos assegure o campo, e a dedicatória ao nosso amigo. Não se perderá em que se vá fazendo, por que venha tudo a um tempo se não a ser perfeito, pelo menos a ser acabado. (IV, 9; 318)

A “gênese” das *Cartas familiares* aí se apresenta: um amigo que, admirando o estilo das cartas de outro, passa a colecioná-las. O remetente das cartas, ciente do fato, passa a auxiliá-lo na tarefa: duzentas, quatrocentas cartas copiadas. Ao fim, “cinco centúrias de cartas minhas se vos oferecem neste livro”, conforme afirma na *Carta do autor aos leitores de suas cartas*.

Além das referências às próprias obras, outro tema de interesse deve ser ressaltado: os juízos e concepções letradas que encontramos dispersos em algumas das cartas.

2) Concepções letradas

Um segundo tema freqüente nas cartas é a exposição das idéias de D. Francisco Manuel acerca de formas poéticas, consubstanciada principalmente através do juízo de obras.

No trecho seguinte, extraído da carta que D. Francisco Manuel escreve “sentenceando um certámen poético”, estão expostos os critérios que devem ser utilizados entre “poemas contenciosos”:

De muitas considerações pende a averiguação da preferência entre Poemas contenciosos. Parece-me se podem reducir a quatro circunstâncias. A primeira: que sejam em tudo conformes ao assunto. A segunda: que guardem decoro aos sujeitos propostos. A terceira: que se apropriem ao dialético da língua em que se escrevem. A quarta: que observem boa ortografia. A estas se junta outra pouco menos importante, qual é a moderação em aqueles que não pendem de lei de quantidade. (II, 34; 109)

A esta consideração se seguem os juízos dos poemas, considerados um a um. Segundo Sarmiento, “a longa carta ‘sentenceando um certamen poético’ (a carta nº 109) nos decepciona pelos seus juízos críticos secos e moralistas”¹⁰¹. Creio que o que nos decepcione na carta não é propriamente a suposta “secura” ou “moralismo” dos juízos, mas sim a ausência dos poemas objetos desses juízos, o que nos obriga a somente conjecturar os aspectos criticados em cada situação.

Também na carta “a D. Francisco de Quevedo”, escrita “ao princípio de sua amizade”, encontramos, agora em relação a seus próprios versos, um juízo crítico:

A los versos di aquellos tiempos el mejor cuidado, en cuyo empleo no tuvieron poca parte los cuidados de aquella edad. No sé si, por ocasión o lisonja, probé las Musas afables, no las austeras, cuyo favor me hacían creer los amigos; tanto no que, aun contra los preceptos de Horacio, yo confiase de mí más que medianamente. (II, 50; 3)

O trecho acima aplica o conhecido *topos* da mediania das virtudes, consagrado por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*: “todo sábio foge ao excesso e à falta,

busca o meio, e a este dá preferência (...) Em conclusão, a virtude é certa medianidade, como a que ao meio dirige a sua mira.”¹⁰² No caso, há menção expressa aos “preceitos de Horácio”, ou seja, provavelmente à fórmula horaciana da *aurea mediocritas*, extraída do seguinte trecho da Ode X, Livro II:

Rectius uiues, Licini, neque altum
Semper urgendo neque, dum procellas
Cautus horrescis, nimium premendo
Litus iniquom.
Auream quisquis mediocritatem
Diligit, tutus caret obsoleti
Sordibus tecti, caret inuidenda
Sobrius aula.¹⁰³

A rejeição ao preceito horaciano se justifica pela idade do poeta, que o levou a provar as Musas afáveis, e não as austeras, e ignorar a mediania das virtudes, confiando mais do que o devido em si mesmo.

Na carta que escreve a D. Lucas de Portugal, que publicava as obras poéticas de seu pai, D. Francisco de Portugal, “um dos mais estimados cortesãos de seu tempo” (II, 91; 428), D. Francisco Manuel, ao elogiar em seu juízo essa obra poética, esboça brevemente algumas suas idéias a respeito da poesia:

A locução, sobre ser bem fielmente castelhana, é florida e misteriosa. Ajunta com raridade a gala e decência, com que goza da graça e de doutrina de tal maneira que se não desvia daqueles fins para que a poesia foi inventada: assi persuade, assi deleita, assi ensina.

A poesia, na opinião de D. Francisco Manuel – no que ecoa os preceitos retóricos ciceronianos¹⁰⁴ e a lição de Horácio¹⁰⁵ –, foi inventada para persuadir (*mouere, flectere*), deleitar (*delectare, conciliare, placere*) e ensinar (*docere, probare*).

¹⁰¹ “Prefácio”, *cit.*, p.37.

¹⁰² ARISTÓTELES. *A Ética*, tradução de Cássio M. Fonseca, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d, pp.72, 73.

¹⁰³ *Oeuvres d'Horace*, publiées avec une étude biographique et littéraire, une notice sur la métrique et la prosodie dans les *Odes* et *Épodes*, des notes critiques, un index des noms propres et des notes explicatives par F. Plessis et P. Lejay, Paris: Librairie Hachette, 13ª edição, s/d, pp.84-85. Na tradução de Elpino Duriense: “Melhor, Licínio, viverás, nem sempre / Sulcando o alto mar, nem quando temes, / Cauto as procelas, costeando muito / A praia iníqua. / Quem preza a áurea mediania, evita / De um velho teto a sordidez seguro; / Evita sóbrio majestosos paços, / Alvo da inveja.” (*Odes*, tradução de Elpino Duriense, in: *Obras completas*, São Paulo: Edições Cultura, 1941, p.58).

Segue o juízo. D. Francisco Manuel aponta alguns defeitos na obra, mas os justifica pelo fato de a obra ser póstuma e D. Francisco de Portugal não a ter revisado:

Acham-se contudo por todo este livro uns leves descuidos que eu comparo aos sinais dos rostos das formosas, os quais, sendo em alguma maneira defeitos, servem de lhe acrescentar a gentileza. Acontece com mais perigo em todos os escritos que não gozam a última perfeição de seus autores; e de que ainda se não podem escusar os melhores advertidos.

Novamente invoca a autoridade de Horácio, que chamou “prudentes” aos seus rascunhos, o que parece ser uma alusão a esse passo da *Ars Poetica*:

Vir bonus et prudens uersus reprehendet inertis,
Culpabit duros, incomptis adlinet atrum
Transuorso calamo signum, ambitiosa recidet
Ornamenta, parum claris lucem dare coget,
Arguet ambigue dictum, mutanda notabit¹⁰⁶

Aponta ainda como exemplo o “pintor filósofo” que mostrava que “todo tempo poderia melhorar-se qualquer obra”, para concluir que as obras boas, se contêm erros, sempre podem ser corrigidas, enquanto as ruins, mesmo que se queira consertá-las, não são capazes de emenda:

Esta foi a razão por que Horácio chamou ‘prudentes’ aos seus borrões (donde depois o trasladou Bertolameu Leonardo) mas, a meu ver, mal entendidamente, porque Horácio mais quis dizer se não ofendiam seus versos dos que os censuravam (virtude grande nos prudentes) do que afirmou haver em seus escritos tanta prudência, que eles por si se emendassem. Por outro modo tinha não mal conhecido aquele pintor filósofo que nas pinturas mais perfeitas escreveu sempre ‘fazia’ e não

¹⁰⁴ “Erit igitur eloquens (...) is qui in foro causisque ciuilibus ita dicet ut probet, ut delectet, ut flectat.” (CÍCERO, Marco Túlio. *L’Orateur*, texte établi et traduit par Albert Yon, Paris: “Les Belles Lettres”, 1964, 69, p.25).

¹⁰⁵ “Os poetas desejam ou ser úteis, ou deleitar, ou dizer coisas ao mesmo tempo agradáveis e proveitosas para a vida.” HORÁCIO. *Arte Poética – Epistula ad Pisones*, in: *A Poética Clássica*, introdução por Roberto de Oliveira Brandão, tradução por Jaime Bruna, São Paulo: Cultrix, 1988, p.65. No original latino: “Aut prodesse volunt aut delectare poetae / Aut simul et iucunda et idonea dicere vitae.” (*Oeuvres d’Horace*, cit., p.615, vv.333-334).

¹⁰⁶ *Oeuvres d’Horace*, cit., p.624, vv.445-449. Em português: “Um homem honesto e entendido criticará os versos sem arte, condenará os duros, traçará, com o cálamo, de través, um sinal negro junto aos desgrenhados, cortará os ornatos pretensiosos, obrigará a dar luz aos pouco claros, apontará as ambigüidades, marcará o que deva ser mudado” (HORÁCIO. *Arte Poética – Epistula ad Pisones*, in: *A Poética Clássica*, cit., p.68).

‘fez’ para mostrar que todo tempo poderia melhorar-se qualquer obra, por bem acabada que ela fosse. Eu notei já algúas vezes que entre as ruínas e boas obras do entendimento humano há só esta diferença: que as boas, se se desacertam, tem lugar de melhorar-se; e as ruínas, ainda que se queiram melhorar, não são capazes de emenda.

Na sequência, D. Francisco Manuel aponta os “defeitos” diagnosticados — sendo que “alguns podem ser erros dos copiadore e não do autor” — e indica os seus “remédios”. O primeiro dos defeitos é o dos “consoantes incertos”:

Estes descuidos (que alguns podem ser erros dos copiadore e não do autor) eu os reduzo a três géneros; mas vá esta divisão por conta da filosofia que nos ensina como muitos nada não fazem algúia cousa. Acho aqui alguns consoantes incertos que se contraem de palavras que na nossa língua são consoantes e na castelhana o não são; porque, ainda que um nome seja o mesmo em português e castelhano, e seu significado seja também o próprio, todavia na pronúncia se difere tanto, que o mesmo nome, pronúnciado com diferentes estilos, parece diferente. Mas esta observação nenhum de todos os poetas portugueses, que até agora escreveram versos castelhanos, a guardou rigorosamente. E só eu me sujeitei a cumpri-la, como se verá nos meus escritos, e eu não vi jamais nos alheos. O remédio deste defeito (se é razão que assi lhe chamemos) era mudar os versos onde se achasse. Mas quem será tão atrevido que vá tirar a clava da mão a Hércules? Eu não, pelo menos. Parece-me que com algúia avertência aos leitores podia passar; ou dissimulação, se mais conviesse: que si, poderia convir, porque de ordinário sofremos melhor aos outros os desacertos em que nós já também havemos caído.

O segundo “defeito” é o uso de “agudos em versos heróicos”:

O segundo modo de inadvertência ainda é mais leve, porque verdadeiramente não foi inadvertência naqueles tempos em que estes versos se escreveram; mas antes comum consentimento de todos os que então poetizaram. Usam-se aqui os agudos em versos heróicos: cousa de que todos os poetas vulgares estão cheos, e que só de vinte anos a esta parte deve ser mal recebida entre os espanhóis; e de que todavia se não desprezam os italianos, pretendendo eles ser os mestres da poesia moderna. Para haver de mudar tantos versos era estragar muito os gentis conceitos que neles se compreendem; do que eu tivera grande escrúpulo, por mais que fora tão sábio e tão ousado como Justo Lipsis foi na sua Crítica¹⁰⁷, donde pretendeu melhorar os lugares da erudição profana e da poesia grega e latina. O mais que ousei a fazer, foi anotá-los. Devemos

¹⁰⁷ Creio se tratar do livro que D. Francisco Manuel coloca como um dos interlocutores do apólogo dialogal quarto, o *Hospital das Letras*, ao lado dos *Ragguagli di Parnaso*, de Traiano Boccalini, de *Los Sueños*, de Quevedo, e dos próprios apólogos de D. Francisco Manuel.

dizer aos leitores que sofram (quando não aprovem) o que não só sofreu mas aprovou a antiguidade.

O terceiro “defeito” é a “inteligência de algũas cousas”, que pode causar equívocos de interpretação:

Reparo, em terceiro lugar, na inteligência de algũas cousas, que podem ter avessa interpretação e muito desviada do espírito com que foram escritas. O melhor modo de satisfazer por estas cousas é escusá-las, se assi parecesse.

Arremata a *narratio* com um elogio final à obra de D. Francisco de Portugal:

Tudo notei com estrelas, porque tais são estas obras, que com estrelas se devem notar suas imperfeições. E aí se verá com que sinais podem ser advertidas suas perfeições.

Outro tema abordado por D. Francisco Manuel é o da falta de “largueza” da língua portuguesa, ao escrever “ao autor de Política Cristã, Gaspar de Sexas de Vasconcelos”, louvando-lhe a iniciativa de ter traduzido sua obra para o espanhol:

Yo he leído esta Política que V. M. escribió en lengua portuguesa, e hizo agora traducir en la castellana. En la primera y segunda edición me ha parecido una misma, y siempre bien. La hermosura de nuestro idioma es fuerza que tenga este corto lunar de no ser largo; y por esto ha sido cuerda diligencia volverle V. M. al romance esta escritura. Una tal obra, impiedad fuera hacerla sepultar en sola nuestra nación; ni era justo la ignoraran las otras, que de ella, no menos que los nuestros, necesitan. (III, 35; 2)

Essa questão da língua foi objeto da “Aprovação” escrita pelo Frei Francisco de S. Agostinho Macedo para a edição de 1664 das *Cartas familiares*:

Se a nossa lingoa fora comũ, o liuro fora hũa vniuersal Escola.

De resto, basta lembrar que o próprio Rei D. João IV escreveu sua “Defesa da Música Moderna” em espanhol, depois traduzida para o italiano, e, quando questionado sobre em que língua deveria ser escrita a vida de seu pai, D. Teodósio II,

acabou por decidir-se pela castelhana. A carta “ao Conde Camareiro-Mor, sobre a escritura de certo livro que se lhe havia encarregado” dá-nos notícia desse fato:

Tenho escrito a primeira parte das três em que divido esta obra, porque me pareceu convinha à dignidade dela aplicar-lhe todas as grandes cerimónias que se notam em outros não tão grandes sujeitos. Agora, achando-me em vésperas de pôr em limpo este primeiro volume, e procurando seguir em tudo aquele modo que a N. for mais agradável, peço a V. S. me faça mercê de entender dele se é servido que a linguagem desta história seja portuguesa ou castelhana, porque no estado de hoje se pode com facilidade transladar em aquele estilo mais conveniente. (III, 51; 168)

Logo a resposta do Rei seria conhecida, optando pela língua castelhana, conforme lemos numa carta “a um amigo”, “sobre agradecimento devido às boas obras”:

Vou também com alguns escrúpulos, porque perguntando eu, se escreveria em português ou castelhano, fui avisado que contentaria mais que em castelhano, esperando eu o contrário. Folgara muito que V. M. me alegrara esta ferida e me confirmara esta resolução, porque assi adiantaria a obra com novo fervor (IV, 100; 184)¹⁰⁸

Encontramos nas cartas ainda algumas outras concepções letradas, como na endereçada “a Rodrigo Mendes da Silva – *Em o livro da Vida do Condestable D. Nuno Álvares Pereira*. Acha-se impressa em o dito livro estampado em Madrid o ano de 1639”, em que D. Francisco Manuel expõe algumas idéias acerca da historiografia:

Entre todas as cousas que neste livro acho dignas de celebrar e engrandecer, celebro eu e engrandeço, e dissera melhor agradeço, a verdade desta História. Não perdem as lisonjas, por bem faladas, aquela vilania que lhes tem dado a mentira. Pode o vestido fermosear a um homem, mas não pode fazê-lo outro. Esta enfermidade da adulação é própria dos que historiam, sendo a causa que, como as mais vezes as obras humanas se encontram cheas de imperfeições (donde viera mais própria a censura que o louvor), crêem alguns autores ser obrigação do cronista achar sempre cousas grandes e justas que referir aos vindouros. (V, 1; 37)

¹⁰⁸ Uma última palavra ainda sobre o assunto: D. Francisco Manuel, no prefácio do *Ecco Politico*, afirma: “escribo con letras ajenas, porque los nuestros crean sin mas dilligencia que la raçon, y los contrarios no se escusen a la noticia de mis verdades. Esto hiço publicallas en su idioma” (*apud* PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço Biographico*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, p.208).

Vale mencionar, ainda, dentro das concepções letradas de D. Francisco Manuel, a carta que escreve “As Varões doctos de Portugal. Pedindo-lhe informação dos autores que escreveram, para se formar a Biblioteca Portuguesa”:

Há poucos anos que na cidade Lugdunense de Batavia, na Oficina Elzeveriana, se imprimiu a ‘República de Portugal’; donde, havendo de tratar seu autor dos escritores portugueses, antigos e modernos, põe tão poucos e com tão falta informação, que ali mais se vê Portugal ofendido que gabado. Este agravo feito à nossa nação e aos sujeitos que nela floresceram, a que se ajuntaram algũas outras considerações, me serviu de motivo para me dispor a ajudar que se escrevesse um Catálogo de todos os escritores deste Reino, em qualquer ciência, arte, faculdade e disciplina. (III, 25; 558)

O ambicioso projeto de um “catálogo de todos os escritores deste Reino, em qualquer ciência, arte, faculdade e disciplina” só seria levado a cabo no século XVIII, com a *Bibliotheca Lusitana*, do Abade Diogo Barbosa Machado.

Interessante ainda ressaltar um terceiro tema, as cartas cuja *narratio* trata da própria correspondência.

3) Sobre a correspondência

Encontramos também algumas cartas em que o tema é a própria correspondência, sejam cartas de queixas por não receber notícias ou por problemas de correspondência, sejam cartas de escusas por não haver escrito.

Vejamos alguns exemplos. Na carta “ao M. R. P. Frei Manuel de Macedo, escusando-se lhe não haver escrito”, D. Francisco Manuel, tendo conhecimento da presença do destinatário em Lisboa, envia-lhe uma carta em que se põe à sua disposição:

Soube agora se achava V. P. em Lisboa (me alegro que com saúde) e serei mais contente quando V. P. a melhor pagar, me avise posso eu (sequer pelas ocasiões da vizinhança) empregar-me em algum seu serviço. (I, 45; 22)

Já na carta “a um amigo, avisando-o como se lhe perdera a carta que lhe escrevia”, encontramos uma queixa contra o mensageiro, que perdeu as cartas que deveria ter-lhe entregue:

Ontem perdeu este moço as cartas que me trazia, donde diz vinha ãa vossa e de negócio. Não será o primeiro negócio que hajamos vós e eu perdido, nem será o derradeiro. (III, 58; 60)

Na carta “a hum amigo” que “se queixaua de que lhe não escreuesse”, D. Francisco Manuel parece responder à queixa do amigo de não lhe ter escrito pelo Natal, eis que a carta é datada de 30 de Dezembro, e o motivo de argumentação da carta é a “festa” a que o remetente não compareceu com uma “lembrança” sua:

A melhor festa que tiuestes nesta festa, foy não vos aparecer là alguã lembrança minha, mas que fosse vestida em trajas de comprimento. Bem sey que V. M. para aceytar o resto do repouso, não espera a que lho enuidem. (...) Torre, 30 de Dezembro, 1645. (IV, 71; 79)

Escrevendo a uma religiosa parente, “acusando-se de mau correspondente”, D. Francisco Manuel se “confessa” à destinatária, mostrando que o que parece ser “pouca devoção” – escrever pouco à parente religiosa – na verdade transmuta-se em prodígio, diante dos “enfadamentos e fastios” que padece:

Parece, certo, pouca devação não me confessar a V. M. senão de outo em outo dias. É ruim fê de sobrinho, esta. Mas em verdade que vão por cá tanto de monte os enfadamentos e fastios desta vivenda (ruim para tudo), que me não espanto do pouco que de V. M. sei, senão de como sei ainda este pouco. (V, 8; 155)

4) A tópica da amizade

Uma tópica importante abordada com alguma freqüência nas cartas de D. Francisco Manuel é a da amizade. Tendo como obra exemplar o diálogo *Lélio, ou A Amizade*, de Cícero, é uma das mais recorrentes tópicos do período do Humanismo. A

própria correspondência epistolar se afirma como uma das marcas dessa amizade entre eruditos, sendo a *carta familiar* o seu paradigma.

No início da *narratio* da carta “a Francisco Luís de Vasconcelos, com novas da Corte”, D. Francisco Manuel parece ecoar o diálogo ciceroniano:

Até agora parecia V. M. só senhor meu; e agora começa já a parecer meu amigo, começando a ser perseguido por meu respeito; dissera melhor, pelos de quem nos persegue sem respeito. A amizade pede semelhança. Eu quisera antes parecer-me a V. M., porque a ambos nos estivera melhor. (III, 41; 14)

Confronte-se a passagem acima com o conceito ciceroniano de amizade, nos dois trechos seguintes, na tradução de 1531 de Duarte de Resende:

Que a amizade não é outra coisa senão um final consentimento de todas as cousas divinas e humanas como benquerença e caridade

Nenhũa cousa haver que tanto traga para si outra cousa como a conformidade e semelhança traz a amizade¹⁰⁹

Veja-se que a idéia de que a “amizade pede semelhança”, conforme a formulação de D. Francisco Manuel, subjaz à idéia de amizade concebida por Cícero. Aliás, não diferentemente ensina Aristóteles no Livro II da *Retórica*:

são amigos aqueles que têm por boas e más as mesmas coisas, e por amigos e inimigos as mesmas pessoas. Daí resulta, forçosamente, querer para os amigos o que se deseja para si próprio; de modo que, são amigos aqueles que, ao quererem para si o que querem para a pessoa amada, mostram com toda a evidência que são amigos dela.¹¹⁰

¹⁰⁹ RESENDE, Duarte de. *Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*, introdução, comentário e actualização do texto por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982, pp.55, 66 (noutra tradução: “A amizade não é senão uma unanimidade em todas as coisas, divinas e humanas, acompanhada de afeto e de benevolência”, “Nada tem tanta força de sedução e de atração quanto a semelhança que conduz à amizade”, CÍCERO, Marco Túlio. *Lélio, ou A Amizade*, in: *Saber Envelhecer e A Amizade*, tradução de Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM, 1997, pp.85, 109; no original: “est enim amicitia nihil aliud nisi omnium divinarum humanarumque rerum cum benevolentia et caritate consensio”; “nihil esse quod ad se rem ullam tam allicitat et attrahat quam ad amicitiam similitudo”, *Laelivs De Amicitia*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/amic.shtml> Acesso em: 13 maio 2002). Note-se que formulação semelhante também é encontrada na célebre *Carta de Guia de Casados*: “a amizade consiste na semelhança” (*Carta de Guia de Casados*, nova edição, com prefácio biográfico por Camilo Castelo Branco e notas por Teófilo Braga, Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltda., edit., 4ª edição, s/d., p.196).

¹¹⁰ *Retórica*, introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998, p.115.

São inúmeras as cartas que D. Francisco Manuel escreve a amigos. Algumas tematizam a própria amizade, como a que escreve “a um amigo, em certo aperto seu”:

Não é bem que entre os amigos se conte por prosperidade nem por adversidade aquela que os não compreende. Afirmo a V. M. que da curteza desta minha sorte, não é maior o sentimento que me falte o que hei mister, senão que seja tão pouco o que tenho, que não abranja aos outros. Necessidades são minhas as de meus amigos. (III, 34; 41)

Note-se que a amizade, para D. Francisco Manuel, é uma completa simpatia ou identificação, seja com as alegrias, seja com os sofrimentos do destinatário. Isso é bastante perceptível nas cartas de consolação que escreve aos amigos, em que se solidariza com a sua dor, conforme veremos adiante.

Também na carta “tornando a saber de um amigo que havia dias não comunicava”, essa identificação se faz presente:

Há muitos dias que não sei de vós. Crede que vou contra a caridade, porque sem dúvida me faz proveito saber que passais bem. Tratai assi da vossa saúde como da de ambos; basta que eu haja espedido a vida. (IV, 20; 111)

Na carta “testemunhando de sua amizade”, escrita “a um amigo”, D. Francisco Manuel afirma:

Deixei a V. M. há dias com aquela aflição que a natureza não quer deixemos de ter em sucessos semelhantes. Espero agora que V. M. muito cobrado e muito vingado do sentimento, se ache hoje sem ele, pela paciência e pela experiência que a Deus sempre obriga, e aos homens consola. Diga-me V. M. como passa, porque, sendo como eu desejo, me darei por muito satisfeito. (IV, 89; 71)

Note-se que D. Francisco Manuel atualiza a fórmula de saudação antiga – *Si vales, bene est, ego valeo* – ao afirmar que, se o amigo estiver como deseja, dar-se-á por satisfeito. A amizade, assim, para D. Francisco Manuel, é o ato de compartilhar alegrias e tristezas, em que o amigo se alegra com as alegrias do amigo, e sofre com os sofrimentos dele.

5) A tópica do “mundo às avessas” ou do “desconcerto do mundo”

A tópica do “mundo às avessas”, ou do “desconcerto do mundo”, consubstancia-se numa “queixa contra o tempo”, no dizer de Curtius, em que “se glorifica o que antes se proscrevia. Tudo saiu de seu trilho.”¹¹¹

Encontramos, nalgumas cartas de D. Francisco Manuel, a atualização dessa tópica. Por exemplo, na carta “a um preso”, escrita “por consolação de sua ruim sentença”:

O mundo certo vai tal, que tanto mais longe dele nos podemos julgar melhor acomodados. E se de o não conhecer procede que isto não conheçamos, também por essa razão será conveniente o apartar-nos dele e vermo-lo de longe, porque é manha da vista nunca julgar bem de perto. (I, 22; 454)

Perceba-se que, no exemplo, o “desconcerto do mundo” é motivo para o seu desprezo, na atualização de outro lugar-comum, conhecido como *contemptus mundi*. Vejamos outro exemplo na carta “a D. Francisco de Almeida”, escrita “em pêsame da morte de uma sua filha religiosa”:

Quer Nosso Senhor levar os moços para mostrar aos velhos que lhe não faz agravo quando os chama; e aos moços também lhe faz mercê, socorrendo-os com sua mão e tirando-os dos perigos de tão ruim mundo. (I, 33; 462)

Como argumento para a consolação, D. Francisco Manuel considera mercê divina a morte dos moços, salvando-os desse mundo desconcertado. Mas também em cartas com um tom mais jocoso a tópica é relembrada; é o que podemos ver na carta “de ociosidade e galantaria”, endereçada “a um amigo retirado da Corte”:

Já eu disse que o mundo se me parecia muito com a rua dos algebebes, que têm os vestidos feitos e morrem por quem lhos vista, e o não acham; e logo todo dia não se vê senão passar pela mesma rua homens muito despidos, mortos por lhes vestir aqueles vestidos e mortos porque lhos não deixam vestir, sem haver quem possa consertar estas faltas, estes desejos e estas necessidades. (II, 10; 40)

¹¹¹ *Op. cit.*, p.140.

Num mundo em desconcerto não há entendimento entre os homens: uns dispõem de bens, mas não encontram quem os possa usufruir; outros desejam ou necessitam desses mesmos bens, mas não podem deles usufruir. Se D. Francisco Manuel tivesse, nesse passo, convocado a autoridade de suas “velhas”, elas diriam: “Deus dá nozes a quem não tem dentes.”

Uma variante dessa tópica é a que se consubstancia nas célebres querelas entre “antigos e modernos”. “Queixa-se Horácio (*Ep.*, II, 1, 76-89) de que o público só aprecia os escritores antigos. Os homens idosos não querem mais saber de inovações e apegam-se aos poetas preferidos de sua juventude.”¹¹² É o que vemos na carta “a um parente, sobre negócios diversos”:

Não se disse, por estes o que já disse algum: ‘que siempre son mejores los passados’. Tenho guerras apregoadas com a antiguidade, porque é muito parenta da velhice, sendo natural em nós aborrecer aqueles de quem nos tememos. (III, 18; 114)

6) A tópica das “armas e letras”

“Nunca e em nenhum lugar, a união da vida artística com a vida guerreira se realizou tão brilhantemente como na florescência da Espanha dos séculos XVI e XVII; basta recordar Garcilaso, Cervantes, Lope e Calderón. Todos foram poetas que prestaram também serviços militares.”¹¹³ Em Portugal, não podemos deixar de citar Camões, Diogo do Couto e, é claro, D. Francisco Manuel.

O episódio que teria ocorrido no célebre naufrágio da armada portuguesa em 1627 é exemplar dessa tópica:

Dom Manoel, não ignorando o risco em que se via, igual & comum ao de qualquer outro, mostrou sempre animo inteiro & com tanto excesso constante que passava a reprehensível; porque não são menos obrigados os Varões sábios que os outros homens a observar as oportunidades dos tempos. Sou bem lembrado de hũa notavel cousa a este proposito por

¹¹² CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, pp.143-144.

¹¹³ CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, p.236.

haver eu nella tambem sido parte. Mais fora de tempo foy suceder ella então que referilla eu agora. Assisti com Dom Manoel quasi toda a noite de aquella tribulação, porque lhe devia amor e doutrina, & querendo elle mudar vestidos, como todos a seu exemplo fizemos, ornandose cada qual do melhor que tinha, porque morrendo como esperava, fôsse a vistosa mortalha recomendação para a honrada sepultura; em meyo desta obra & consideração a que elle excitava, tirou Dom Manoel os papeis que comsigo trazia, entre os quaes abriu hum, & voltando para mi (que já dava mostras de ser afeiçoado ao estudo poetico) me disse socegradamente: *‘Este he hum soneto de Lope da Veiga que elle me deu, quando agora vim da Corte; louva nelle ao Cardeal Barbarino, legado a latere do Summo Pontifice Urbano VIII’*. A estas palavras seguio a lição delle & logo seu juizo, como se fora examinado em hũa serena Academia; tanto que por razão de certo verso que parecia ocioso naquelle breve poema, discorro, ensinandome o que era *Pleonasmo e Acirologia* & no que diferião, com tal socego & magisterio que sempre me ficou viva a lembrança de aquella acção como cousa muito notavel; sendo tudo explicado com tão boa sombra que influio em mim grande descuido do risco, donde vim a entender que a esse fim devia de mover comigo tão estranha pratica para o tempo¹¹⁴

Encontramos nas cartas de D. Francisco Manuel alguns exemplos desse *topos*. Por exemplo, na célebre carta escrita a Quevedo, “ao princípio de sua amizade”:

La libertad mejor que outro respeto me truxo más presto a la vida de las armas (si tal inquietud si puede llamar vida): de diecisiete fui soldado, seguía hasta ahora. Ni el premio tarda, ni mis esperanzas le han hallado menos. Aquel estruendo mal deja domarse del reposo que apetecen los libros. Todavía yo hice mis robos, mas no a la obligación, descansando con ellos las horas del descanso. (II, 50; 3)

Soldado sim, homem de armas sim, mas que também fez seus “robos”, descansando com os livros nas horas do descanso. Também na carta “a um religioso que lhe deu a rever uns discursos militares”, a tópica se atualiza:

Recolho-me, em paz dos Marciais (se gente tanto de guerra quizer conceder paz), com dizer a V. P. que estimei muito ver todos estes tratados, que V. P. fiou de mi; e que me alenta superiormente o considerar que um varão eclesiástico assi saiba entender os accidentes de aquele espírito bélico ou proceloso, que tão bons documentos nos esteja mostrando, e que tão úteis poderão ser aos que os guardarem. Não lhe será

¹¹⁴ *Epanaphoras*, pp.252-253, *apud* PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço biographico*, cit., pp.48-49.

novos a V. P. o ouvir quanto deve a profissão eclesiástica à militar. Mil são, por certo, os aspectos (benignos todos) com que se olham entrambas. Peleja o soldado por que descanse o sacerdote; e este ora para que aquele vença. A Fé se defende com o gládio do poder. E por isto cuidei já que com grande mistério vemos que aquelas duas colunas da Religião e da Igreja, os príncipes dos Apóstolos, S. Pedro e S. Paulo, repartiram entre si os dois sinais da potestade e fortaleza: as chaves em Pedro que denotam o que pode; a espada em Paulo que demonstra o que defende. (III, 45; 125)

Não só as armas e letras humanas andam juntas, mas também pode-se ver que as armas andam ao lado também das letras divinas. Noutra carta, enviada “ao Licenciado N., em resposta das primeiras conclusões que fez em Coimbra”, a tópica reaparece, dando notícia da futura mudança de prisão:

Sobre que de alguma maneira melhor ouvido, me dizem Ministros que cedo passarei desta prisão para o Castelo de Lisboa. Estamos há uma semana com as armas na mão, como V. M. de N. será avisado; e, segundo o sembrante do negócio, maiores ocupações que estas nos esperam. Contudo, já que as armas e letras se consentem, sirva-se V. M. de ler esse Poema (...) (IV, 85; 367)

Observe-se que a tópica aparece para justificar que o fato de estar “com as armas na mão”, ou seja, de prontidão, aguardando as mudanças de sua fortuna, não é empecilho para que as letras se manifestem, “já que as armas e letras se consentem”.

Para, enfim, confirmar a recorrência dessa tópica na correspondência de D. Francisco Manuel – e também pela beleza do exemplo –, recolhemos o seguinte trecho, presente numa das cartas a António Luís de Azevedo:

Este ofício de Secretário do Exército é cousa entre nós nova e que o Conde de Alegrete introduziu. [...] Discorro largo nisto, porque os negócios de V. M. são meus e por que veja V. M. se não enganou em me comunicar esta matéria. Resolvo-me que se pode bem aceitar, e que V. M. será ali estimadíssimo, pois Belona e Minerva é um mesmo génio. (C. Az., 23; 303)

Pelo que se depreende da carta, António Luís de Azevedo, professor de Humanidades, teria sido indicado para a função de Secretário do Exército. Consulta, então, o amigo D. Francisco Manuel, sobre o assunto; D. Francisco é de opinião que o professor de Humanidades pode aceitar o encargo, e que “será ali estimadíssimo, pois Belona e Minerva é um mesmo génio”, afinal as armas – representadas pela deusa da guerra

Belona – e as letras – representadas por Minerva, deusa da sabedoria – sempre se consentem.

7) A tópica do *theatrum mundi*

Na *narratio* de duas cartas encontramos a referência a tópica do *theatrum mundi*, ou seja, da “representação do mundo como um teatro em que os homens, movidos por Deus, desempenham seus papéis.”¹¹⁵

Na carta “de negócio”, escrita “a um parente”, D. Francisco Manuel compara a um “passo de Comédia” o fato de que duas pessoas lhe haviam dito que a outra lhe contaria determinado fato:

Muito se me afigura a passo de Comédia a prática que houve mi diante de N., porque N. me escreve que vós mo deveis de contar, e vós que ele mo haverá contado. (II, 89; 142)

Veja-se que uma cena de comédia, caracterizada pelo engano, é utilizada por D. Francisco Manuel para, de certo modo, advertir o destinatário de que não havia sido enganado, caso se tratasse de um ardil. Também na carta “aceitando a visita de uns hóspedes”, em que, como vimos, D. Francisco Manuel provavelmente se refere ao *Fidalgo Aprendiz*, a tópica do *theatrum mundi* está presente:

Aqui se engenhou ãa farsa que, se bem me não descontenta de todo, para quem como eu tem entrado tantas vezes no teatro da Fortuna, bem pudera ser melhor escrita. Ou será mal, por aquela certa regra de que não há alfaiate bem vestido. Quem mais trajado de enganos do mundo que eu? Quem mais despido dos seus desenganos? (III, 15; 82)

Para criticar a farsa, num índice de modéstia afetada, D. Francisco Manuel descreve-se como ator experiente do “teatro da Fortuna”, razão pela qual poderia ter sido “melhor escrita”. Convocando a autoridade de um rifão – “não há alfaiate bem

¹¹⁵ CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, p.190. No capítulo “El Tema del Gran Teatro del Mundo”, de seu *Erasmus y Cervantes* (Editorial Lumen), Antonio Vilanova persegue essa tópica desde suas origens estoicas até a sua mais plena realização no auto sacramental *El gran teatro del mundo*, de Calderón.

vestido”¹¹⁶ –, D. Francisco Manuel reforça a idéia de ator experiente do “teatro da Fortuna”, completando sua descrição como o mais “trajado de enganos do mundo” e o mais “despido dos seus desenganos”.

8) A tópica do *labor limae*

Labor limae é a expressão utilizada para “indicar o paciente trabalho de refinamento formal de uma obra de arte”¹¹⁷ e foi extraída do seguinte trecho da *Ars Poetica* de Horácio:

Não seria mais poderoso o Lácio pela bravura e gloriosos feitos de guerra do que pela língua, se não entediasses cada um dos poetas o demorado trabalho da lima. Vocês, descendentes de Pompílio, retenham o poema que não tenha sido apurado em longos dias por muita rasura, polido dez vezes até que uma unha bem aparada não sinta asperezas.¹¹⁸

Segundo Renzo Tosi, “a imagem da lima (...) não só recorre em outro texto de Horácio a propósito da comparação entre a poesia grega e a romana (*Sat.* 1, 10, 64-66, *Ep.* 2, 1, 166 s.), como também em outros autores, como Ovídio (*Epistulae ex Ponto*, 1, 5, 19 s., e *Tristia*, 1, 7, 30 (...)), Marcial (10,2,3), e Ausônio (*Ep.* 21); em Cícero (*Brutus*, 9,35; 24,93, *De oratore*, 1,39,180), é usada a propósito da oratória.”¹¹⁹

¹¹⁶ Note-se que o mesmo rifão é encontrado no apólogo dialogal primeiro, o dos *Relógios Falantes*, na fala do Relógio da Cidade: “Porisso se diz, que não ha Alfayate bem vestido” (*Apologos Dialogaes*, reprodução fiel do texto da edição de 1721, anotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery, Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920, p.4).

¹¹⁷ TOSI, Renzo. *Dicionário...*, cit., p.88, sentença 195.

¹¹⁸ HORÁCIO. *Arte Poética – Epistula ad Pisones*, in: *A Poética Clássica*, introdução por Roberto de Oliveira Brandão, tradução por Jaime Bruna, São Paulo: Cultrix, 1988, p.63. “Nec virtute foret clarisve potentius armis / Quam lingua Latium, si non offenderet unum / Quemque poetarum limae labor et mora. Vos, o / Pompilius sanguis, carmen reprehendite quod non / Multa dies et multa litura coercuit atque / Praeseptum deciens non castigavit ad unguem.” (*Oeuvres d’Horace*, publiées avec une étude biographique et littéraire, une notice sur la métrique et la prosodie dans les *Odes* et *Épodes*, des notes critiques, un index des noms propres et des notes explicatives par F. Plessis et P. Lejay, Paris: Librairie Hachette, 13^a edição, s/d, vv.289-294, pp.611-612).

¹¹⁹ *Op. cit.*, p.88, sentença 195.

A tópica do *labor limae* é atualizada em algumas cartas de D. Francisco Manuel, quando trata da escrita de suas obras. É o que vemos, por exemplo, na carta “ao Conde Camareiro Mor, com um livro de elogios fúnebres”:

Concertei-me com meus trabalhos para que me dessem tempo a este só exercício e alcancei-o. Sempre escrevo, mas como risco em ãa hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra. Seria bem satisfeito, se, para que depois luzisse, lhe aproveitasse esta moderação. (I, 84; 267)

A obra “luz pouco”, apesar do constante trabalho da lima. A idéia se repete ainda na carta que escreve “escusando-se com um amigo de lhe não escrever muitas vezes”:

Luz pouco o meu trabalho, sendo que não é pouco, porque N., que me escreve, está de fresco ocupado em maior serviço, copiando uns seus cadernos de Matemática, com que eu levo melhor as faltas em que os da História ficam, pois tudo é servi-lo. (II, 65; 217)

Apesar do árduo e longo trabalho da lima, a obra luz pouco. Mas a obra, quando luz, exige que o leitor esteja a sua altura. É o que vemos no trecho seguinte, extraído de uma carta em que D. Francisco Manuel envia o *Pantheon* – poema criticado por muitos como “obscuro” – a um Conde:

Não fiz livro em muitas horas para se ler em ãa hora. (IV, 83; 365)

Ora, do *labor limae* resulta a obra acabada; ao leitor cabe estar à altura dela. Afinal, “se as palavras que usamos têm em si alguma obscuridade, aquele raciocínio não penetra no espírito de quem ouve e, passando sem ser entendido, torna-se inútil, o que não acontece na escrita; pois, se as palavras que utiliza o escritor carregam consigo um pouco de, não diria dificuldade, mas acuidade recôndita e menos notória do que aquelas pronunciadas comumente, elas dão uma certa autoridade maior à escrita e fazem com que o leitor se mova com mais reserva e atenção, examinando melhor, se deleitando com a engenhosidade e o saber de quem escreve, e, cansando um pouco seu bom juízo, degusta aquele prazer que se experimenta ao conseguir coisas difíceis. E, se a ignorância de

quem lê é tanta que não possa superar aquelas dificuldades, não é culpa do escritor, nem por isso se deve considerar que aquela língua não seja bela.”¹²⁰

9) A tópica das “lágrimas de Heráclito e do riso de Demócrito”

D. Francisco Manuel também se refere à conhecida “lenda segundo a qual Demócrito era o filósofo que ria diante da insensatez dos homens, em antítese a Heráclito, amigo da solidão, cujo estilo ‘obsuro’ o aproximava da melancolia e o fazia filósofo das lágrimas.” Segundo João Adolfo Hansen, nesse *topos*, “corrente nas letras barrocas”, “ambos têm o ânimo perturbado pelo humor melancólico e, assim, não conseguem manter as adequações: Heráclito chora mesmo com as coisas ridículas, Demócrito ri mesmo com as dolorosas.”¹²¹ Essa tópica, de grande repercussão no período¹²², motivaria, inclusive uma disputa entre Vieira e o italiano Girolamo Cattaneo, na academia romana de Cristina da Suécia. Isso porque, “no século XVII os dois filósofos encarnavam a oposição entre a trágica efemeridade da vida no seu ineludível percurso temporal, no seu implacável devir, representada por Heráclito, e o acaso e a doutrina atomista que confinavam Demócrito nos limites do riso e do prazer imediato que os seiscentistas lhe atribuíam.”¹²³

¹²⁰ CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*, cit., p.48 (grifos nossos). No original: “se le parole che si dicono hanno in sé qualche oscurità, quel ragionamento non penetra nell’animo di chi ode e passando senza esser inteso, diventa vano; il che non interviene nello scrivere, ché se le parole che usa il scrittore portan seco un poco, non dirò di difficoltà, ma d’acutezza recondita, e non così nota come quelle che si dicono parlando ordinariamente, danno una certa maggior autorità alla scrittura e fanno che ’l lettore va più ritenuto e sopra di sé, e meglio considera e si diletta dello ingegno e dottrina di chi scrive; e col bon giudicio affaticandosi un poco, gusta quel piacere che s’ha nel conseguir le cose difficili. E se la ignoranza di chi legge è tanta, che non possa superar quelle difficoltà, non è la colpa dello scrittore, né per questo si dee stimar che quella lingua non sia bella.” (*Il Libro del Cortegiano*, cit., p.67).

¹²¹ “Discreto/Vulgar: Modelos Culturais nas Práticas da Representação Barroca”, in: *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, SP: IEL/UNICAMP, n° 17, jan./jun. 1991, p.42.

¹²² Gracián abre o “Realce VII” de seu *El discreto* (“El hombre de todas horas – Carta a Don Vicencio Juan de Lastanosa”) aludindo a esta tópica: “No siempre se ha de reír con Demócrito, ni siempre se ha de llorar con Heráclito, discretísimo Vicencio” (GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.95).

¹²³ SALOMÃO, Sonia N. “Introdução”, in: VIEIRA, Antônio. *As lágrimas de Heráclito*, fixação dos textos, introdução e notas de Sonia N. Salomão, São Paulo: Ed. 34, 2001, pp.63-64.

Em duas cartas encontramos referências explícitas a essa tópica. Na primeira delas, escrita “a um Ministro que assistia nas Cortes do Norte”, logo no início da *narratio* aparece a tópica, sendo que o remetente, em detrimento das lágrimas de Heráclito, se filia ao riso de Demócrito, o que explica que a carta sirva mais para *delectare* (“desenfado”) que para *docere* (“aviso”):

De algũas cousas por aqui moderadamente sucedidas dou particular aviso ao Senhor Embaxador, suponho que ali mesmo as logrará V. M. Elas, pelo que são e por serem por mi escritas, servirão antes para desenfado que para aviso; porque nas mais destas sigo de melhor vontade ao filósofo que ria que ao que chorava. (II, 45; 209)

Novamente a tópica aparece no início da *narratio* da carta escrita “a um amigo, falando do dinheiro e de matérias económicas”, em que critica a insaciedade dos criados, que cada vez exigem mais, e se queixa de suas necessidades:

Para tudo há razões no mundo, donde houve já dous parvos de dous sábios, que, de ãas próprias cousas, um ria, outro chorava. (III, 4; 27)

O filósofo que “ria” e o que “chorava” comparecem à carta como testemunhas, ainda que também viciosas, dos vícios e da condição humana, introduzindo o tema da *narratio*, ou seja, a ganância e ambição dos criados, ao lado da miséria e suas conseqüências (fome, despojamento etc.)

10) Discurso da consolação

Último a ser tratado, mas não por isso menos importante, é o discurso da consolação, “ou escrito da consolação, de que a carta de condolências é uma forma contrata”, sendo uma variedade do discurso epidítico¹²⁴. Os paradigmas de discursos consolatórios são as “cartas consolatórias” de Sêneca, sobretudo a que escreveu à Márcia, para consolá-la pela morte de seu pai, e a que escreveu à sua mãe Hélvia, consolando-a em razão do exílio que ele padecia.

¹²⁴ CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, p.122.

As cartas consolatórias¹²⁵ de D. Francisco Manuel dividem-se em dois grupos: um, que abrange as cartas de consolação em razão das adversidades da vida; o outro, com as cartas de consolação pela morte de entes queridos.

Vejamos exemplos do primeiro. É o caso da carta que escreve “a um preso”, “por consolação de sua ruim sentença”:

Ontem soube estava V. M. sentenciado (se bem não publicado o acordo; praza a Deus o tenha a sentença) e que haviam dado a V. M. alguma luz dele, causa por que eu a não dou a V. M. Muito diferente fim mereciam tantos trabalhos, mas os fins, de ordinário, correspondem aos princípios. Não está a desgraça em si senão em nós, donde já disse Plutarco que o bem ou mal que nos sucedia procedia de nós mesmo. A vida vence tudo. A constância ajuda a vida. O entendimento à constância. A virtude o entendimento, e para conseguir esta virtude que tantos bens nos faz, não há cousa como o conformar com a vontade divina. Ûa há-de ser feita nos

¹²⁵ Pierre Fabri divide as cartas consolatórias em dois tipos: “cartas missivas que se fazem a um amigo para o reconfortar e dar consolação de uma injúria que lhe foi feita por outrem, dividindo-se em três partes: na primeira, declarar o remetente como tal injúria feita ao amigo muito lhe desagrada; na segunda, demonstrar que não se deve encolerizar por tal injúria, porque é um malvado quem o injuriou, e conquistar a benevolência da parte adversa, pondo-o em ódio, narrando suas iniquidades, dizendo que não se deve dar atenção, dando esperança de que em breve, convencido o inimigo, ele retornará às suas primeiras dignidades etc.; na terceira, esforçar-se para consolá-lo, prometendo-lhe toda ajuda e conselho para remediar ou vingar etc.” (no original: “Les lettres missives que l’en fait a son amy pour le reconforter et donner consolation de l’injure qui a esté a luy faicte par aultruy, se diuise[nt] en trois. En la premiere, nous desclarerons comme il nous desplaist de telle iniure tresgrandement faict a nostre amy. En la seconde, nous demonstrerons que pour telle iniure il ne se doit point courroucer, pour ce que c’est vng meschant qui l’a iniurié, et acquerron la beniuolence de la partie aduerse, en le mettant en hayne, en narrant ses iniquitez, disant que on ne y doit point prendre garde, en donnant esperance que de bref, l’ennemi conuaincu, il retourn[er]a en ses premieres dignitez, etc. En la tierce, l’en s’efforcera de le consoler, en luy promettant tout ayde et de conseil y remedier ou venger, etc.” *Op. cit.*, p.234; a tradução para o português é minha), e as “cartas missivas de consolação a um amigo por uma coisa perdida se dividem em três partes: na primeira, declarar o remetente a dor que tem de tal fortuna, a qual estima recair sobre si próprio, tanto que o ama, e esforçar-se em lhe crescer sua dor; na segunda, converter-se em consolação, demonstrando por muitas razões, como não é mais necessário ficar triste, concluindo que ele deve tomar em si o conforto; na última, converter-se em alguma esperança, oferecendo-se para lhe fazer todas as coisas e especialmente para sua consolação” (no original: “Les lettres missives que l’en fait a son amy pour luy donner consolation de chose perdue, se partent en trois. En la premiere, nous declarerons la douleur que nous auons de telle fortune, laquelle nous estimons estre aduenue a nous memes, tant l’aymons, et nous efforçons de luy croistre sa douleur. En la seconde, nous nous conuertiron en consolation, en demonstrent par plusieurs raisons, et trois du plus, comme il ne s’en fault point encor marrir. Et par ce conclurron que il doit prendre en soy confort. En la derniere, nous le conuertironen quelque esperance, en nous offrant faire pour luy toutes choses et especialement pour sa consolation.” *Op. cit.*, p.238; a tradução para o português é minha). Já Francesco Sansovino reconhece três tipos de consolatórias: “consolar é o mesmo que confortar, e compreende sob si o gênero consolatório. É o consolar próprio do gênero deliberativo e tem os seus conceitos muito conformes àqueles do exortar. Divide-se em três espécies, uma é consolar de injúria, outra consolar de coisa perdida, a terceira consolar de exílio” (no original: “Consolare e quel medesimo che confortare, et comprende sotto di se il genere consolatorio. Et è il consolare proprio del genere deliberatiuo, et ha i suoi concetti assai conformi a quello dell’essortare. Si diuide in tre spetie, luna e consolar d’ingiuria, l’altro consolar di cosa perduta, la terza cōsolar d’esilio.” *Op. cit.*, fl.37v; a tradução para o português é minha).

homens: parece que é mais justo seja a de Deus que a sua própria. Não ostento descrições; não ofereço conselhos; reparto com V. M. nesta curta consideração de aquela matalotagem que há tantos dias ando fazendo à paciência, por que com menos risco suporte o largo trabalho desta navegação. (I, 22; 454)

No trecho acima podemos reconhecer o eco de uma passagem do livro *Da Tranqüilidade da Alma*, de Sêneca:

Assim, convençamo-nos bem de que o mal do qual sofremos não vem dos lugares, mas de nós mesmos, que não temos força para nada suportar: trabalho, prazer, nós mesmos; qualquer coisa do mundo nos parece uma carga.¹²⁶

Mas não é só. Vemos surgir aí um conceito fundamental presente em muitas das cartas consolatórias de D. Francisco Manuel: a constância. Objeto de um tratado de Sêneca, o *De Constantia Sapientis*, que pode ser sintetizado na tese que o inicia – “O sábio não é vítima nem de injúria nem de ofensa”¹²⁷ –, o conceito será retomado pelo neo-estoicismo do período dito renascentista. Assim, a constância é definida por Justo Lípsio como “a justa e firme força de um espírito que não é elevado ou abaixado por aquilo que é externo ou fortuito.”¹²⁸ Gracián, por sua vez, no Realce VI (“No sea desigual”) de *El Discreto*, atualiza o conceito, preceituando que “o varão prudente sempre foi igual, que é crédito de entendido, já que não no poder, no querer; de sorte que a necessidade violenta as forças, mas não os afetos, e ainda então procedem a sua mudança todas as circunstâncias em seu abono, testemunhando que não é variedade, senão urgência.”¹²⁹

Outro exemplo de carta consolatória é a endereçada “a um Ministro”, “consolando-o em certo desgosto”:

¹²⁶ SÊNECA, Lúcio Aneu. *Da Tranqüilidade da Alma*, tradução de Giulio Davide Leoni, in: *Os Pensadores*, vol. V, São Paulo: Abril Cultural, 1973, II, 15, p.210.

¹²⁷ *Sobre a Providência Divina e Sobre a Firmeza do Homem Sábio*, tradução, introdução e notas de Ricardo da Cunha Lima, edição bilíngüe, São Paulo: Nova Alexandria, 2000 (no original: “Nec iniuriam nec contumeliam accipere sapientem.”)

¹²⁸ LÍPSIO, Justo. *Les Deux Livres de la Constance, Esquels en forme de devis familier est discours des afflictions, et principalement des publiques, et comme il se faut résoudre à les supporter*, traduction anonyme du latin, édition de Tours (1592), Paris: Éditions Noxia, 2000, p.27 (a tradução para o português é minha).

¹²⁹ GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.93 (no original: “El varón cuerdo siempre fué igual, que es crédito de entendido, ya que no en el poder, en el querer; de suerte que la necesidad violenta las fuerzas, pero no los afectos, y aun entonces proceden a su mudanza todas las circunstancias en su abono, atestiguando que no es variedad, sino urgencia”; a tradução para o português é minha).

Disse já a V. S. que não se lhes dera o grande ânimo aos homens, senão para grandes experiências. Agora acrescento que nem as grandes virtudes para durarem muito no mundo. De ãa e de outra cousa tem V. S. assaz exemplos no que sofre e no que sente. Mas não satisfeitos, pelo menos não contentes, todos os servidores de V. S. de que lhe saia tão custosa a glória destas verdades, força é que sintamos ver que por outro modo não pudessem ser sabidas. (I, 26; 427)

O remetente simpatiza com o desgosto do destinatário, e procura exortá-lo a não se abater e a tomar exemplo em seus sofrimentos e sentimentos. Na carta “de consolação. A um amigo afligido”, em que Lapa viu uma “obra-prima de pessimismo esclarecido”¹³⁰, encontramos a atualização de uma tópica de lembrança da morte (*memento mori*), que associa o nascimento à morte:

Lloran los hombres sus miserias, como si pudieran estorballas; extrañanlas, como si sin ellas pudieran haber sido. ¿Qué es el hombre, sino un vaso de ansias, un libro de tribulaciones, un sello de tragedias? Erró el que dijo es el primer llanto el primer dolor. Antes que el nacer, había madrugado el sentir. Ninguna especulación fue tan solícita que llegase tan primero a la hora de nuestra queja, que ya no nos hallase quejosos. Vida es antes que muerte, afirmó, a mi ver, engañada, la filosofía. Y dijera mejor: vida es intervalo de dos muertes. Séase paradojo a la Naturaleza; que a la moralidad es axioma. Vida es antes que muerte, es imposible. Ser y no ser, son términos de toda entidad. Primero no era el Hombre que lo fuese; y después de haber sido vuelve a no ser: luego el no ser antelación supone al haber sido; luego la muerte no sucedió a la vida, sino la vida a la muerte. Éstos son aquellos dos vados tan parecidos, que de fuerza han de ser uno. El vientre que nos engendra es la primer cueva que nos sepulta. Tan pródiga fue la Providencia que, habiendo de reducirnos a un estrecho, nos cría en otro. ¿Quién con disculpa lo ignora? Óyelo a los filósofos, escúchalo a los Santos, ya que descrees a la Naturaleza. Miradle, dice, al hombre en las entrañas de su madre prisionero, engendrado en torpeza, conservado con riesgo. Veisle ya que animado con la vida se le influyen juntos peligro y necesidad. Luego que es viviente, es miserable. No preguntes su alimento. Duélete de su ejercicio; allí vive en dolor, allí padece la primer cautividad, allí aprende el primer llanto. ¿Defenderá por ventura la sangre que vivifica? Antes le ahoga. ¿Recreará el aire que ya respira? Antes le mata. ¿Cuál será allí su compañía, sino ascosidad? ¿Cuál su reposo, sino la inquietud? Veisle que ya es algo más fuerte, y es ésta la primer soberbia: se revuelve y pugna por salir insufrible. Comienza a despedazar la cadenas. Veisle ya ocasionando dolores — éste es su primer homicidio; prueba a salir con su peligro siempre. Aquí lucha la muerte con la vida. Y cuántas veces, como

¹³⁰ *Op. cit.*, p.266, nota à carta 111.

de concierto, cuando perdona a la suya, ejecuta la madre. Éste es el hombre: aquél, que antes de serlo, es mortal, facinoroso y homicida. Veisle que nació sin riesgo; no lo vereis nacer sin llanto. Lágrimas son su estilo, lágrimas piden las albricias de su nacimiento, lágrimas son las insignias de su dignidad, lágrimas las atalayas de sus miserias, lágrimas el prólogo de sus venturas. Y las del nacer, sin falta, ceremonia son con que la Naturaleza le da posesión de las del vivir. (V, 6; 562)

A associação do ventre materno com a cova pode ser encontrada em duas passagens do *Livro de Jó*:

Escureçam-se as estrelas com as suas trevas; / espere a luz, mas não a veja, / nem veja o despontar da aurora nascente: porque não fechou o ventre que me trouxe, / nem apartou de meus olhos os males. Por que não morri eu dentro do ventre materno? / Por que não pereci logo que saí dele? (Jó, 3, 9-11)

Por que me tiraste tu do ventre de minha mãe? / Oxalá eu tivesse perecido, sem que nenhum olho me visse. Teria sido como se não existisse, / trasladado do ventre materno para a sepultura. (Jó, 10, 18-19)

E ainda no *Livro de Jeremias*:

porque ele me não matou antes de sair do ventre materno, de sorte que minha mãe fosse o meu sepulcro, e nunca houvesse saído do seu ventre. Por que saí eu do seio materno, para ver o trabalho e a dor, e consumirem-se os meus dias na confusão? (Jer 20, 17-18)¹³¹

Lembre-se que a mesma passagem do capítulo 3 do *Livro de Jó* é citada por Quevedo em seu “Sueño de la Muerte”¹³². A idéia do ventre materno como a “primeira cova que nos sepulta”, onde se “padece o primeiro cativo” também se reforça ao lembrarmos o primeiro terceto do soneto de Quevedo que se inicia com o verso “¡Qué perezosos pies, qué entretenidos”:

Del vientre a la prisión vine en naciendo;
de la prisión iré al sepulcro amando
y siempre en el sepulcro estaré ardiendo.¹³³

¹³¹ BÍBLIA SAGRADA, tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares, São Paulo: Paulinas, 1980.

¹³² QUEVEDO, Francisco de. *Los Sueños*, CEE: PML Ediciones, 1995, pp.136-137.

¹³³ *Sonetos de amor e de morte*, seleção e tradução de Fernando Mendes Vianna; introdução de Manuel Morillo Caballero, ed. bilingüe, Madrid: La Factoría de Ediciones; Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, D. L. 1999, p.122.

Do ventre – primeira “cova que nos sepulta” – passa-se à prisão da vida e, desta, à sepultura. Devemos nos lembrar, nesse passo, que o substantivo “cova” é usado figuradamente por D. Francisco Manuel como sinônimo de “prisão”¹³⁴; por essa razão, o ventre é a primeira “prisão” do ser humano, fadado depois a estar “preso” na vida, assim como a alma está fadada a estar “presa” no corpo.

Mas não é só. D. Francisco Manuel define o ser humano pelas lágrimas, presentes desde o seu nascimento: mais uma vez a memória da condição humana, exilada do Paraíso *in hac lacrimarum vale*.

Das cartas de consolação pela morte os exemplos são bastante mais numerosos. Deve-se atentar que as cartas serão menos ou mais extensas e intensas em sua argumentação consolatória de acordo com a perda sofrida pelo destinatário.¹³⁵ Começemos pela carta de pêsame “a Dom António de Alcáçova”:

Com muito menor desgosto que eu visse a vossa casa que este presente da morte da Senhora D. Maria, vossa Avó, tivera muito particular

¹³⁴ MELO, D. Francisco Manuel de. *A Tuba de Caliope: (quarta musa das Obras Métricas)*, introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário por Segismundo Spina, São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.113, 243.

¹³⁵ Lembre-se, nesse ponto, o que recomenda Antonio de Torquemada: “nas cartas de consolo ou consolação, há muitas coisas a considerar, porque, segundo as qualidades das pessoas, assim se hão de escrever diferentemente, e também conforme a qualidade dos casos. E porque principalmente se escrevem estas cartas consolando aos vivos da falta dos que morrem, havemos de ter respeito no que os toca, porque de uma maneira se há de escrever ao que se lhe morre a mulher, que ao que se lhe morre algum filho, e diferentes hão de ser as cartas às mulheres a quem se lhes morre o marido, que a quem se lhe morreu o irmão; a mesma diferença se há de fazer escrevendo aos outros irmãos, que escrevendo a outros parentes que não são tão próximos. E para que numa palavra me entendais, haveis de observar a razão que tem aquele a quem escreverdes para sentir a morte do morto, e também a que tem por parte da pessoa que escreve, e conforme a ela escrever as cartas. Porque com os maridos e com as mulheres e com os filhos, muito mais se há de encarecer que com os outros, e assim, de grau em grau com os outros parentes e amigos, vindo em tanta diminuição o encarecer o sentimento que apenas se toque, e os consolos que quase não o sejam” (no original: “en las cartas de consuelo o consolação ay muchas cosas que considerar, porque, según las calidades de las personas, así se han de escribir diferentemente, y también conforme a la calidade de los casos. Y porque principalmente se escriven estas cartas consolando a los bibos de la falta de los que mueren, avemos de tener respeto a lo que les toca, porque de una manera se ha de escribir al que se le muere la muger, que al que se le muere algún hijo, y diferentes han de ser las cartas a las mugeres a quien se les muere el marido, que a quien se le murió el hermano; la mesma diferencia se ha de hazer escreviendo a los hermanos otros, que escreviendo a otros parientes que no son tan propincos. Y por que en una palabra me entendáis, avéis de mirar la razón que tiene aquél a quien escreviéredes para sentir la muerte del muerto, y también la que ay por parte de la persona que escribe, y conforme a ella escribir las cartas. Porque con los maridos y con las mujeres y con los hijos, mucho más se ha de encarecer que con los otros, y así, de grado en grado con los otros parientes y amigos, viniendo en tanta diminución el encarecer el sentimiento que apenas se toque, y los consuelos que casi no lo sean.” *Op. cit.*, pp.180-181; a tradução para o português é minha).

descontentamento; porque, como sempre vos estou desejando bens e descansos, tudo o que os contradisser me será penoso. Uma cousa acho aqui só de bem, que, se Deus nos leva uns parentes, parece que se obriga a vos dar outros. (I, 15; 449)

Note-se que no exemplo acima a argumentação consolatória é mínima, somente lembrando ao destinatário que o remetente compartilha da dor sofrida e que, por uma lei de compensação, se Deus “leva uns parentes, parece que se obriga a vos dar outros”. Vejamos a *narratio* da carta escrita “a D. Francisco de Almeida, “em pêsame da morte de uma sua filha religiosa”:

Mas, Senhor, pois V. M. havia dado aquela filha a Deus, não tem agora que se sentir de que ele haja cobrado o que era seu. Quer Nosso Senhor levar os moços para mostrar aos velhos que lhe não faz agravo quando os chama; e aos moços também lhe faz mercê, socorrendo-os com sua mão e tirando-os dos perigos de tão ruim mundo. No juízo e cristandade de V. M., creio eu que estão vivos de sorte estes discursos que não há que advertir de novo deles: antes espero que V. M. com sua grande constância nos dê a todos exemplo de como nos haveremos em nossas adversidades. (I, 33; 462)

Nessa carta, D. Francisco Manuel, para a consolação do pai enojado, argumenta que, sendo a filha religiosa, Deus, ao levá-la, só estaria cobrando aquilo que já era Dele. A argumentação segue com a tópica do “desconcerto do mundo”, que vimos anteriormente. Como último argumento para a consolação, exorta o destinatário para que seja exemplo de constância nas adversidades. De modo semelhante a carta “de pêsames, ao Conde de Torre, D. Fernando Mascarenhas”:

Confio em Nosso Senhor que pois se serviu de permitir um tal sucesso, repartirá com V. S. de sua fortaleza, para que a dor se suporte com muito cristã paciência, dando a V. S. largos anos de vida e dilatando sua casa de maneira que a presente perda se repare. (I, 58; 216)

Perceba-se que, segundo a argumentação de D. Francisco Manuel, se Deus permitiu que ocorresse a perda de um parente, não deixará de proporcionar a força de ânimo para suportar a dor com “cristã paciência”. E não só: pela mesma lei de compensação também proporcionará ao destinatário largos anos de vida e dilatará a sua casa, “de maneira que a presente perda se repare”, ou seja, a descendência se multiplicará

de forma a “compensar” a perda presente. O tom é menos exacerbado na carta “a um amigo, em pêsames da morte de seu sogro”:

De aqui ouço quebrar esses sinos e tudo é morrer: grandes e pequenos, moços e velhos. E sempre vemos isto e nunca cremos isto. Dizem-me: levou Deus o Senhor N. Julgo terá V. M. sentimento porque o verá ter e porque na falta de tais pessoas, até as de muito longe perdem. (I, 70; 157)

O remetente afirma que o destinatário “terá sentimento porque o verá ter”, ou seja, mesmo que, sendo genro, não sinta demais a morte do sogro, senti-la-á por ver sentirem-na aqueles que ama – provavelmente, uma alusão à esposa do destinatário, que certamente sofreria com a morte de seu pai. Contudo, mesmo não sentindo-a diretamente, a morte deve servir como motivo para a lembrança da morte – *memento mori* – eis que “tudo é morrer”, embora “sempre vemos isto e nunca cremos isto”. O mesmo tom de lembrança da morte encontramos na carta de pêsames “a outro amigo enojado”:

Por diferentes caminhos nos amoesta Nosso Senhor. Leva para si os velhos e leva os moços, porque de nenhum estado nos fiemos e em todos temamos. Sem embargo, parece que é mais razão converter a pena em escarmento e aproveitar-nos a nós, já que aos que acabaram, as nossas lágrimas não dão nenhum remédio. (I, 71; 53)

Em nenhum estado, velho ou moço, o homem está seguro: a morte leva a todos. Mas não se deve sofrer por sofrer, pois “aos que acabaram, as nossas lágrimas não dão nenhum remédio”: transforme-se o sofrimento em advertência, com proveito para o que sofre. Encontramos novamente, na carta “ao Conde de Vimioso, D. Luís de Portugal, pela morte de seu pai, o Marquês de Aguiar”, a idéia de que Deus cobra para si os bons, bem como a possibilidade de se reparar a perda:

Os séculos ruins não sofrem os varões bons. Neles é tão grande prova de virtude o acabarem então, como de vício em aqueles outros o perseguirem-nos sempre. Pensam, e certo foi, que Deus com grande providência pôs aos virtuosos por guardá-los e conservá-los inteiros para si. Nenhum motivo de desconsolação verá V. S. maior que esta certeza que muito induz ao alívio. Isto é para o de lá que sempre dura; e para o de cá (de que também não podemos deixar de fazer algũa conta) pode servir de remédio aquela bem fundada esperança, lícita em V. S., que com sua vida, e nela, alcançará todos os meios que restaurem a perda presente. (I, 75; 246)

A lembrança da morte, mais uma vez, é a tônica na *narratio* da carta “de pêsames a um Prelado, em a morte de uma irmã sua”:

Certamente, sobre as mais, é sensível a morte dos parentes e dos amigos. E não só por vermos acabar aqueles que amamos, senão também porque, vendo dar tão perto de nós os tiros de aquela inescusável seta, podemos crer que não estamos seguros. Muitos quiseram ensinar o desprezo da morte; poucos o aprovaram com o exemplo. Nos justos é digno, nos filósofos falso. Mas quem será tão justo que a não tema? Nem a gentileza, nem a mocidade, nem a discrição tem privilégio que este poder não quebrante. Ela faz iguais os mesmos que a fortuna e a natureza fez diferentes. Só nos fica este conhecimento por sagrado, que sua fúria não violenta. (III, 27; 45)

Há no trecho acima, além da lembrança da morte, outra tópica corrente: a de que a morte iguala a todos, “faz iguais os mesmos que a fortuna e a natureza fez diferentes”, que encontra, nos seguintes versos da ode horaciana a Séstio, uma das suas mais belas apropriações:

Pallida mors aequo pulsat pede pauperum tabernas
Regumque turres. O beate Sesti,
Vitae summa brevis spem nos vetat inchoare longam.¹³⁶

A morte deve, ao mesmo tempo, provocar a reflexão sobre a condição humana e ser padecida com constância. Na carta “a um grande senhor. De pêsames por outro grande”, D. Francisco Manuel, ao mesmo tempo que compartilha da dor sofrida, exorta o destinatário a enfrentar o padecimento com constância, que deve se igualar a todas as outras virtudes do destinatário, de forma a suportar o golpe com “prudência e cristandade”:

Verá así V. E. cuanta pena me cabe del presente, donde el llanto a todos es tan común y debido. Ha hecho Dios a V. E. grande por todos os lados; así debe igualar con su constancia las más virtudes que en su ánimo resplandecen, llevando y obedeciendo este golpe con prudencia y cristandad; seguro en las mejoras que ya logra quien sólo ha dejado a V. E. por alivio esta certidumbre. (IV, 16; 9)

¹³⁶ *Oeuvres d'Horace, cit.*, p.14. Na tradução de Elpino Duriense: “Com pé igual pálida morte pulsa / Dos pobres os alvergues, / E os palácios dos reis. Ó feliz Séstio, / Da vida e breve soma nos defende / Entrar em longas esperanças” (in: *Obras completas*, São Paulo: Edições Cultura, 1941, p.25).

Tudo o que observamos até agora pode ser aplicado na carta de pêsames “a um Conde” – a morte deve ser sofrida com constância, sem questionamentos sobre as “conveniências do céu”, e tirando-se proveito do sofrimento, para a própria advertência:

Reconheço a grande falta que fará ãa Senhora em tudo grande a essa casa; e sei bem decerto quanto V. S. deve sentir as faltas dela. Mas, Senhor meu, obrigados somos como cristãos a crer, posto que não entendamos, e como prudentes a entender como a crer que, ainda que ao juízo humano parecesse era agora a senhora Condessa mais necessária a sua família, ao juízo divino seria mais conveniente para o céu, donde podemos entender que descansa. Se os homens fossem capazes de penetrar os mistérios de Deus, perdera-se em nós a fé e a paciência, duas virtudes com que eles muito lhe agradam. E pois estas nos facilitam tanto o caminho áspero da glória, por que razão havemos de dar ouvidos a um pequeno sentimento? que enfim, enfim, ele há-de faltar, e nos pode faltar também depois o prêmio do sofrimento, que agora se nos oferece. Sejam, Senhor, reportados em nossas dores, sequer por nosso próprio proveito; e faça a cristandade ao juízo aquilo que depois, sem alguma utilidade, é certo que hão de fazer os dias e as mudanças. (V, 91; 510)

A maior das cartas de consolação, contudo, é endereçada “a um Ministro amigo, que se achava em grande desconolação pela morte de sua esposa” (IV, 84; 411). Esta carta é comparável, sem exageros, aos melhores exemplos antigos do gênero. Com uma *narratio* longuíssima, D. Francisco Manuel expõe um a um os argumentos para a consolação do amigo desconsolado, e retoma vários dos argumentos que já vimos nas suas outras cartas de consolação. Vejamo-la por partes:

Ora eu, havendo de escrever a V. S. esta carta, seguirei nela bem diverso caminho de aqueles comuns consolatórias, nas quais vemos que seus autores põem todo o estudo em desviar a tragédia presente da memória dos afligidos. Pelo que já filósofos e santos chamaram ornamento da vida ao esquecimento da morte. Disculpa-se em nossa fraqueza esta omissão, porque, medindo-se com o que somos o que havemos de ser, parece que nenhum de nós aceitara o ser que temos, se conhecesse sua fragilidade. Convinha que houvesse mundo povoado de homens; e também convinha que, para haver homens que povoassem esse mundo, os homens algũa vez se descuidassem de aquilo que eram e do que haviam de ser. Não convinha pois que esta memória fosse nosso exercício; mas convém que seja nosso desengano, salvo se do mesmo resguardo que a Providência quer que tenhamos à lembrança da morte, nos faz a própria lembrança. Ó humanos, que mais certo testemunho quereis de vossa contínua

fragilidade senão saberdes que não sois capazes de que se vos lembre de contínuo?

Nesse primeiro trecho, D. Francisco Manuel critica as “comuns consolatórias”, que têm por objetivo desviar da memória dos consolados a causa de sua aflição.¹³⁷ E justifica que a falta de lembrança da morte e da condição humana são necessárias para a própria existência do homem, povoando o mundo. No trecho seguinte, afirma que talvez por esta razão os homens não tenham conhecimento do dia de sua morte:

Já pode ser que fosse esta a razão por que Deus, fazendo-nos mortais, não quisesse dar-nos a saber o dia de nosso acabamento. Sabia Deus que, se o soubessem os homens, de medo de aquela hora ninguém chegaria a ela; sempre ficaríamos aquém do que nos estivesse concedido de vida. Porém eu, que agora o hei com um ânimo grande, qual é o de V. S., suposto que as feridas (segundo disse o poeta) sejam do tamanho do coração, grandes no grande e pequenas no pequeno, nem por isso afagarei sua dor, persuadindo-lhe o divertimento dela.

Nesse passo, para afastar um dos maiores esteios do estoicismo, a virtude da imperturbabilidade, D. Francisco Manuel argumenta que quase todas as coisas criadas têm sentimento, e que a sensibilidade é característica do ser humano, mas que os estoícos “vendiam por constância a insensibilidade”:

Duramente (a meu ver) ou mentirosamente, quiseram os Estoicos vender-nos por constância a insensibilidade. Não diriam bem as almas de ferro com corpos de barro; antes tão longe estava de ser perfeição do vigor humano, que fora o seu maior defeito, porque, que se devia aos homens de sofrer aquilo que não sentiam? De aquelas três faculdades que deu a Providência à alma do homem: vegetativa, sensitiva e racional – a

¹³⁷ Note-se o que afirma Antonio de Torquemada a respeito: “quero advertir-vos de uma coisa que agora têm algumas pessoas por primor: não lembrar na carta os mortos, senão por rodeios e circunlóquios. E isto dizem que é por não tornar à memória a pessoa que morreu, mas eu não posso persuadir-me de que esta seja a melhor maneira de escrever, como a eles lhes parece, porque, posto caso que nas cartas não se nomeiem os que morrem, qualquer palavra das que se escrevem basta para representá-los e pô-los diante dos olhos, no entendimento e memória daqueles a quem se escrevem as cartas. Porque, se isto não fosse, não haveria necessidade de consolá-los, não tendo eles presente a causa do consolo” (no original: “quiero advertiros de una cosa que agora tienen algunas personas por primor: no mentar en la carta a los muertos, sino dezirlo por rodeos y circunloquios. Y esto dicen que es por no tornar a la memoria la persona que es muerta, pero yo no puedo persuadirme a que ésta sea la mejor manera de escribir, como a ellos les parece, porque, puesto caso que en las cartas no se nonbren los que mueren, qualquiera palabra de las que se escriben bastan para representarlos y ponerlos delante de los ojos y en el entendimiento y memoria de aquéllos a quien se escriben las cartas. Porque, si esto no fuese, no avría neçesidad de consolarlos, si ellos no tubiesen presentes la causa del consuelo”, *Op. cit.*, p.181; a tradução para o português é minha).

faculdade sensitiva não negou a quási todo o número das cousas criadas. Donde é de notar que, quanto as fez mais capazes de sentimento tanto lhe deu maior grau de nobreza. De sorte que a cada um pelo que sente, podemos estimar pelo que é. Do homem que bem entende as cousas, dizemos que sente bem delas; e das cousas de que se não sente bem, dizemos que não são boas. Sentimento e entendimento tanto se parecem, que todos aqueles a quem Deus tirou o entendimento, lhes deu em seu lugar o sentimento, como mostrando que só o sentir enche o lugar do entender. Porque queremos logo obrigar ao homem a que não sinta, se tanto tem de racional como de sensitivo? Não seria certo menos que transtornar a Natureza, borrar os estatutos do Céu, fabricar novos homens sobre a terra. Senhor, o erro não está no que sentimos, senão no que erramos o sentimento. Do sentir fazemos nosso ofício aquele que nos compete; porque se, como sensitivos, nos não desobrigamos de sentir, como racionais somos obrigados a temperar o sentimento com a paciência, a paixão com o valor, a pena com a esperança. O sentimento, que só para em penalidade, não há dúvida que esse é infelicíssimo, porque, acarretando-nos mágoas e desgostos, nos deixa em meio da dor sem chegar ao aviso. Eis aqui em que difere esta paixão, quando se acha nos sábios ou nos ignorantes: que os sábios padecem com trabalho e proveito, e os ignorantes só com trabalho.

Sendo o homem um ser sensitivo, conclui D. Francisco Manuel que o erro não está em sentir, mas sim em errar o sentimento, pois sendo o homem um animal racional, deve temperar “o sentimento com a paciência”¹³⁸, a paixão com o valor, a pena com a esperança.” E reforça o argumento com o pensamento, em forma de máxima – “os sábios padecem com trabalho e proveito, e os ignorantes só com trabalho” –, através do qual pretende exortar o destinatário para que seja sábio e padeça com trabalho e proveito. Dessa idéia segue-se a exemplificação:

Por ventura haverá alguém, que possa levar o golpe da adversidade sem algum prémio? Não por certo. Ela, por si só, é desacomodada e espantosa. Veja-se aquela fadiga com que se alcança; veja-se aquela paciência com que se espera. Como se fizera tolerável ao lavrador lidar um ano e muitos anos com a terra fria e estéril? Domar animais bravos, conversar com feras brutas, sofrer inclemências de encontrados elementos, depender de astros malévolos, perigar nos vários ares, viver deles (que é peor), se não por aquele prémio que espera, por aquela esperança que o aconselha ao ouvido e o persuade a levar o peso de tal trabalho, porque enfim dará fruto, honra e prémio? Não há ouro que primeiro não seja terra. Verdadeiramente se observássemos seu progresso, o mais rudo, o mais

¹³⁸ Para Lísio, “a verdadeira mão da constância é a paciência e humildade de espírito, que eu defino, o suportar voluntário e sem debate daquilo que advém ao homem” (*Les Deux Livres de la Constance...*, cit., p.28; a tradução para o português é minha).

enganado o conhecerá. Que ânsias, que trabalhos, que vidas, que mortes não custa primeiro ãa coroa, antes que seja coroa, para que possa ser coroa! Oh! Senhor! por isto eu peço que não seja a mágoa somente mágoa. Apura-se a mágoa, e seja escarmento, desengano, doutrina. Se assi for, não contemos por mal a adversidade, por diligência, si, felicíssima. Bem aventurados aqueles, que, purificados na frágua de um prudente sentimento, se habilitam para um cristão sofrimento, para um cristão desengano! Conformes em que do golpe da adversidade assi se distila sangue, como bálsamo – sangue para quem o padece, bálsamo para quem o conhece – não fica duvidoso que entre os golpes mais penetrantes que a Fortuna ou que a Providência atira a um coração humano, é a morte daquelas pessoas a quem mais na vida amamos.

Com a conclusão, após os exemplos, de que com os golpes da adversidade se padece com trabalho (*sangue*) mas também com proveito (*bálsamo*), D. Francisco Manuel especifica a questão – dos golpes da adversidade em geral, para um golpe em particular: “a morte daquelas pessoas a quem mais na vida amamos”. Prossegue apontando a “ociosidade” da retórica consolatória – representada pelas *Suasórias* de Sêneca, o antigo, as declamações de Quintiliano e a *Consolação da Filosofia* de Boécio – depois que os homens passaram a dispensar a consolação, porque não mais se afligem. Mas ao fim se pergunta: “Será por ventura melhor a advertência dos presentes?” A resposta está na diferença dos sentimentos dos antigos e dos desta idade.

Pudera-se hoje duvidar deste costume, por quanto tem a Natureza trocados seus costumes. Vemos já ociosas as discretas Suasórias de Sêneca e as eficazes declamações de Quintiliano. A ilustre consolatória do famoso Boécio está no mundo como por de mais, depois que os homens alcançaram ãa nova filosofia, pela qual o afligido por si mesmo se consola, porque se não aflige. Certo que, se não haviam de sentir, que melhor foi não chorar; e, se não haviam de escarmentar, que melhor foi não sentir. Será por ventura melhor a advertência dos presentes? Isso não é senão porque, como é outro o amor de agora, é outra também a dor de agora. Guardou-se para aquela antiga idade do querer a idade do sentir; e para esta de engano se guardou a do alívio. Não se sente, porque se não ama; e não se perde, porque se não estima.

D. Francisco Manuel, então, convoca a autoridade de S. Ambrósio:

Disse S. Ambrósio, que nunca se perdia sem grande dor aquilo que com grande amor se possuía. Bem aviado estava o crédito de nosso amor, se ele se houvesse de pesar pelo peso de nosso pesar. Ora, contudo, se acaso algum amor, algum sentimento ficou à vida, para a morte se guarda.

Segue-se uma interpretação alegórica de um fenômeno físico: serem o sol e a sombra vistos maiores no ocidente, o que D. Francisco Manuel explica ao interpretar o ocidente como a morte, o sol como o amor e a sombra como a dor:

Já notei que o sol, sendo contrário da sombra, observa entre si e ela ãa maravilhosa proporção. É sabido que no ocidente, ao pôr do sol, ao fenecer da luz, então se vê maior o sol, então maiores as sombras. Raro mistério! Porque bern nos mostra a experiência de todos os dias e de todo o dia, que o mesmo é exaltar-se o sol que a sombra diminuir-se. Pois como no ocaso do sol vemos maior o sol e maiores as sombras? O que é com muita razão: porque o ocidente é figura da morte, e realmente morte da luz, é fim da claridade, é termo da alegria. Veja-se logo por toda a vida do dia crescer o sol; seja maior o sol e menor a sombra; para que se veja que na morte o mesmo que na vida pareceu oposto, assi se conforma, se ama, se une, que ao mesmo passo cresce a luz e cresce a sombra. O sol pareça maior e a sombra pareça maior, porque na morte o amor e a dor avulta muito mais que na vida. O amor que é o sol do céu do mundo, a dor que é a sombra do sol do amor.

Nesse passo, D. Francisco Manuel afirma que o amor se verifica no momento da morte. Retoma, então, a idéia inicialmente apresentada, de que o maior golpe é a morte de quem mais amamos:

Tenho, senhor, para mi que da mesma sorte que o ouro se verifica na pedra de toque, o amor se toca na pedra da sepultura. Aquela é amor, é ouro (e é ouro fino) que ali chega, que ali toca seus quilates. Já pode ser que os antigos, que puseram as aras por limite da amizade, isto quiseram dizer; porque nem era necessário dizer que o bom amor, a boa amizade devia passar das aras, se nos tinham dito que chegava até elas. Menos era necessário dizer-nos que não passaria delas, se não chegasse a elas. Ora, sendo o maior amor o amor da morte, sendo o maior golpe a morte do que mais amamos, que melhor mēzinha acharíamos a nosso descuido que aquele golpe naquele amor, aquele fim naquele golpe do que mais amamos? Qual prudência cristã, se isto conhece, põe logo grande cuidado em aliviar a dor que nos fica, se, tirando-nos a dor, nos tira o remédio?

Segue-se o exemplo dos antigos que, como lembrança da morte, enterravam os mortos pelos caminhos e pelos campos, e do “discreto” Santo Rei David, que chama “patente” ao sepulcro, numa referência ao *Livro dos Salmos*:

sepulchrum patens est guttur eorum linguis suis dolose agebant iudica illos Deus decidant a cogitationibus suis secundum multitudinem

impietatum eorum expelle eos quoniam inritaverunt te Domine (Sl 5, 11)¹³⁹

Daí D. Francisco Manuel extrai uma longa exortação à lembrança da morte, que “é horrível e medonha para aqueles que dela se esquecem, leve e fácil para aqueles que dela se lembram”:

Mandavam-se enterrar os primeiros pelos caminhos e pelos campos, a fim de saírem ao caminho ao nosso esquecimento e de batalharem em campo com nosso descuido. Ali queriam que seu exemplo vencesse nossa porfia e que seu escarmento convencesse nossa obstinação. De aqui, sem falta, o Santo Rei deu adjectivo de patente ao sepulcro. Não sei eu que coisa menos patente que ãa sepultura, a que parece que de propósito escondemos nas entranhas da terra, para esconder com ela sua memória e nosso aviso. Pois como David, sendo discreto, chama patente ao sepulcro? Chama-lhe patente, porque, por mais que nós o escondamos à vista, ele se mostra ao desengano. Desde essa própria solidão em que é edificado, desde esse próprio deserto em que mora oculto, desde aí grita, dá vozes e se mostra descoberto e patente. Abra a razão o que cerra o mármore; porque seu próprio silêncio o apregoa, seu desvio o inculca, sua ausência no-lo põe diante dos olhos. Aquela indústria com que o retiramos, é recomendação para que o reconheçamos. Só a este fim falaram com os caminantes, aqueles célebres epitáfios, aquelas elegantes inscrições para os de dentro ociosas, para os de fora oficiosas; de maneira que, nem parando nem andando, se disculpasse nosso divertimento. Pois, Senhor, veja V. S. com que razão, achando nós tantas vezes esta advertência das portas adentro, não só em nossa província mas em nossa cidade, não só em nossa cidade mas em nossa casa, não só em nossa casa mas em nosso coração, a haveremos de querer lançar fora de tal maneira, que fiquemos em falta com o amor dos mortos e com o proveito dos vivos? Eu disculpara de boa mente o esquecimento da morte, se dele nos resultasse algum proveito. Mas razão é que se culpe, quando vemos que ela é horrível e medonha para aqueles que dela se esquecem, leve e fácil para aqueles que dela se lembram.

Perceba-se que a “ausência” do sepulcro, oculto sob a terra, é causa de sua *evidentia*, de pô-lo diante de nossos olhos. Aliás, é o que pretende D. Francisco

¹³⁹ BIBLIA SACRA. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 10 abr. 2002. Na tradução do Pe. Matos Soares: “Sua garganta é um sepulcro aberto, / com as suas línguas urdem enganos; / tu, ó Deus, julga-os. / Frustram-se os seus desígnios, / expulsa-os segundo a multidão das suas impiedades, / porque te irritaram, Senhor.” (ed. cit.)

Manuel por toda essa carta: reavivar a lembrança da morte, eis que do esquecimento da morte não resulta nenhum proveito.¹⁴⁰

Afirma, então, que a lembrança da morte deveria ser resgatada “por nosso interesse”¹⁴¹, o que exemplifica com a “peçonha de Mitridates”, que desde criança tomava pequenas doses de veneno, para acostumar-se a ele, caso um dia viesse a ser envenenado. Em seguida, exclama: “Quantas vezes o entregar aos riscos é fugir deles! Muitas vezes o seguir os perigos é como arredá-los”, o que ilustra com o exemplo de Caim, extraído de Gên 4, 9:

et ait Dominus ad Cain ubi est Abel frater tuus qui respondit nescio num
custos fratris mei sum¹⁴²

E novamente argumenta a favor da lembrança da morte, que “se esquece” daquele que dela se lembra:

Por nosso interesse devíamos lembrar-nos de nosso acabamento. Não teve outro mistério aquela célebre peçonha de Mitridates, rei de Ponto, para que de morte se convertesse em vida, de veneno em alimento, senão o ser usada de contínuo. Faça-se o homem mortal familiar da morte, que ele lhe perderá o medo. Não havemos, Senhor, de desterrá-la, antes admiti-la; ser companheiros daquela inseparável companheira, que toda a vida nos acompanha. Quantas vezes o entregar aos riscos é fugir deles! Muitas vezes o seguir os perigos é como arredá-los. Disse-o Caim, e o oferece por desculpa de seu delito. Alegou a Deus que lhe não havia entregado seu irmão, para que ele tivesse obrigação de guardá-lo. Pois como se

¹⁴⁰ Formulação semelhante da tópica é encontrada numa carta de Camões: “Nunca vi cousa mais pera lembrar, e menos lembrada que a morte; sendo mais aborrecida que a verdade, tem-se em menos conta que a virtude. Mas contudo, com o seu pensamento, quando lhe vem à vontade, acarreta mil pensamentos vãos; e que tudo pera com ela é um lume de palhas. Nenhũa cousa me enche tanto as medidas pera com estes que vivem na mor bonança, como ela; porque quando lhe menos lembra, então lhe arranca as amarras, dando com os corpos à costa; e, se vem à mão, com as almas no inferno, que é bem ruim gasalhado” (CAMÕES, Luís de. *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Hernani Cidade, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, vol. III – Autos e Cartas, 1946, pp.236-237).

¹⁴¹ Afirma Alcir Pécora quanto aos sermões fúnebres de Vieira: “sobre o lugar retórico do impacto afetivo (...) são desenvolvidos os argumentos que terminarão por propor a assimilação da dor no interior de um rigoroso regime da vontade, em que a disciplina de sua aplicação assinala a principal via do reequilíbrio daquelas disposições anímicas alteradas.” (Argumentos afetivos nos sermões fúnebres do Padre Antônio Vieira. *Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira Congresso Internacional – Actas*, III volume, Separata, Braga: Universidade Católica Portuguesa / Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, p.1405).

¹⁴² BIBLIA SACRA. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 10 abr. 2002. Na tradução do Pe. Matos Soares: “E o Senhor disse a Caim: Onde está teu irmão Abel? E ele respondeu: Não sei. Porventura sou eu o guarda de meu irmão?” (ed. cit.)

compadecia que Deus, sabendo qual era a fereza de Caim, que por pior que fosse não pudera dar a morte a ãa vida, que nas próprias mãos da morte se houvesse posto, que de seu rigor se confiasse, que de sua indignação não fugisse? De aqui vemos que aquele que sempre lhe parece que morre, não morre; e aquele que sempre se lembra da morte, a morte se esquece dele.

D. Francisco Manuel prossegue exortando à lembrança da morte, mostrando que até mesmo os Príncipes e os grandes do mundo, se dela se acompanhassem, fariam a vida “mais segura e bem aventurada”:

Pudera o homem com razão dar queixas a Deus de que lhe ocultasse o dia e a hora de sua morte. Parecia, em certa maneira, que Deus não fazia muito caso daquela salvação do homem. Dera enfim suas queixas a Deus; mas seriam queixas sem razão; porque não havia mais eficaz modo de recomendarmos nosso fim, que fazer-no-lo incerto; não se achara definição tão clara de nossa fraqueza, como aquela contínua contingência, pela qual propendemos à fragilidade, à miséria e ao acabamento. Se o homem não acha um dia para se lembrar que é mortal, podendo morrer todos os dias, como houvera na vida ãa hora, em que se lembrasse da morte, tendo a vida segura por todos os anos da vida? Oh! ignorância discreta! Oh! inadvertência prevenida! Tema-se sempre o que sempre pode temer-se. Dê-se de contínuo por avisado aquele que jamais recebe aviso. Faleça todos os dias quem pode falecer todos os dias. Saiba que cada dia e cada hora é o seu dia e a sua hora quem não pode conhecer a hora nem o dia. Oh! se os Príncipes, se os grandes do mundo, em vez de aquelas guardas com que se cercam, se acompanhassem e se cingissem desta memória da morte, quanto mais segura e bem aventurada fariam a vida!

Invoca, em seguida, a autoridade de Sêneca – que “deixou dito ser ignorância temermos aquilo que não podíamos evitar” –, numa possível referência a esse passo do *De Vita Beata*:

É igualmente grande insensatez e ignorância da própria condição afligir-te com algo que te falta ou te acontece de penoso, como te admirares ou te indignares com o que sucede tanto aos bons quanto aos maus. Falo das doenças, das mortes, das fraquezas e de outras adversidades que ocorrem na vida humana. Tudo o que devemos sofrer em virtude da constituição do universo, abracemos com ânimo generoso; fomos levados a tomar este compromisso: suportar a nossa condição mortal e não nos perturbar com o que não podemos evitar.¹⁴³

¹⁴³ SÊNECA, Lúcio Aneu. *Da vida feliz*, tradução de João Carlos Cabral Mendonça, São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp.41-42. No original: “tam mehercules quam stultitia et ignoratio condicionis est suae dolore

Note-se que Sêneca é invocado não somente como autoridade, mas também como exemplo, que D. Francisco Manuel nos põe diante dos olhos. Invoca, também, a autoridade do “poeta grego”, que acredito ser Homero¹⁴⁴ – “o cobarde morre muitas vezes, o valente ãa só”:

Esse Sêneca, que provou bem consigo mesmo o que ensinou aos outros, quer no viver, quer no morrer, esse mesmo nos deixou dito ser ignorância temermos aquilo que não podíamos evitar. Lícito fora o medo da morte, se esse medo nos fora contra suas armas escudo. Donde disse o poeta grego que o cobarde morre muitas vezes, o valente ãa só; porque aquele morre de sua imaginação e este de sua obrigação. ãa só é a vez do morrer; e infinitas são as vezes em que se pode temer.

Segue-se a argumentação sobre o receio, o temor da morte, que é irrepreensível se comparado ao “desprezo artificial da vida” – que é, segundo D. Francisco Manuel, a filosofia dos Estóicos –, mas repreensível quando “indiscreto temor”, que “é sempre medo, e nunca é emenda”, ou seja, quando com esse “trabalho” não se tem “proveito”:

Este receio seria virtuoso, segundo se encaminhasse. Porque quando não induza a outro fim que ao aborrecimento de aquela hora, a desviar dela o pensamento, a temê-la só por temer e experimentar a falta da vida que se ama e se deseja – então é condenável. E então é louvável, quando, pelo conhecimento de nosso natural, vivêssemos como quem vive em perigo. Esta minha filosofia não torna a afirmar aquela que há pouco reprendi nos Estoicos. Porque o temor natural da morte é irrepreensível pela própria regra que se faz repreensível o desprezo artificial da vida. Falei do indiscreto temor que em nós há, do qual jamais se produz algum bom efeito; porque esse é sempre medo, e nunca é emenda.

quod deest aliquid tibi aut incidit durius, aequè mirari aut indigne ferre ea quae tam bonis accidunt quam malis, morbos dico, funera, debilitates et cetera ex transverso in uitam humanam incurrentia. Quidquid ex uniuerſi constitutione patiendum est, magno suscipiatur animo: ad hoc sacramentum adacti sumus, ferre mortalia nec perturbari iis quae uitare non est nostrae potestatis.” (*De vita beata*, XV, 6-7. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 10 abr. 2002).

¹⁴⁴ Seguindo essa hipótese, tentei localizar a referência na obra homérica. Consegui encontrar algo de semelhante nos seguintes versos do Canto XV da *Iliada*: “A morte menos ceifa os que enrubescem / Temendo a infâmia; sem socorro acabam / E sem glória os fujões.” (*Iliada*, tradução de Odorico Mendes, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1950, p.270).

A lição da morte, afirma D. Francisco Manuel, é lida por Deus aos homens, nos momentos em que os priva de seus entes queridos. Da *quaestio infinita* a *quaestio finita*: dos homens, em geral, que assistem à lição de Deus, ao Ministro amigo, em particular, a quem a “lição que Deus lhe dá hoje a V. S.” se apresenta:

Toda esta lição tão importante, ilustrada de mais altas doutrinas, nos lê Deus, fazendo cátedra de aquele ataúde, de aquela igreja aula, de aqueles convidados cursistas, de aquela divina e humana doutrina faculdade. Assi, quando virmos que o parente, o irmão, o filho, o pai, a mulher, nos falta diante dos olhos, tenhamos por certo que o sapientíssimo Mestre, vendo nossa rudeza neste estudo, quer repetir-nos as lições ùa e muitas vezes, a fim de nos fazer doutos e graduar em nosso desengano; pela qual acção sua providência deve de ser louvada e engrandecida, não certo ofendida e duvidada, segundo soe fazer nossa fraqueza. Confesso, Senhor, que esta lição que Deus lhe dá hoje a V. S. bem pode ser e será de grande aflicção a seu espírito; mas, se pelo que custa, havemos (como havemos) de inferir sua importância, nenhũa lhe podia a V. S. importar mais, porque nenhũa lhe podia custar tanto.

D. Francisco Manuel, nesse ponto, com base na idéia da “lição de Deus”, acrescenta a sentença “a letra com sangue entra”, que “traduz a dor que acompanha todo o ensino, toda aquisição de cultura e progresso humano”¹⁴⁵, a partir da qual continua a desenvolver a argumentação, acrescentando o exemplo de um “discreto”¹⁴⁶ quando “da morte de um seu filho”:

Lá se diz vulgarmente que a letra com sangue entra. Força é que custa sangue este ensino, e o melhor sangue, qual as lágrimas, sangue da alma, mais claro, mais ilustre que o mais ilustre e claro sangue, em que os homens depositaram o solar da maior nobreza. Pois certamente que, se as cousas se medem pelo trabalho que custam, não sei eu por que razão não fazemos eterna memória de um desengano tão custoso! Quem vir aquelas funerais pompas tão devagar fabricadas, tão depressa acabadas, bem

¹⁴⁵ Nota de Rodrigues Lapa (in: *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1937, p.212).

¹⁴⁶ Afinal, “só à morte se conhece de fato o discreto, pois apenas nas eleições definitivas observa-se o acertado ou o errôneo delas.” (PÉCORA, Alcir. “Argumentos afetivos...”, *art. cit.*, pp.1401-1402). Aliás, assim Gracián conclui *El discreto*: “É coroa da discricção o saber filosofar, sacando de todo, como solícita abelha, ou o mel do gostoso proveito ou a cera para a luz do desengano. A mesma Filosofia não é outro que meditação da morte; que é mister meditá-la muitas vezes antes, para acertá-la a fazer bem uma só depois” (no original: “Es corona de la discreción el saber filosofar, sacando de todo, como solícita abeja, o la miel del gustoso provecho o la cera para la luz del engaño. La misma Filosofia no es outro que meditación de la muerte; que es menester meditarla muchas veces antes, para acertarla hacer bien una sola después”, in: GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.145; a tradução para o português é minha).

poderá profetizar a brevidade da pena, assaz desigual à obrigação da dor; bem poderá convencer-nos no excessivo sentimento, quando começamos a sentir, com o excessivo descuido quando começamos a esquecer. Davam-lhe os pêsames a um discreto da morte de um seu filho que amava muito. Respondeu: — “Já não sinto tal morte, mas a injúria de que me hei de esquecer dela”.

Passa a argumentar que gostaria de encontrar um afeto intermediário, uma mediana virtude entre o esquecer e o lembrar, que se findasse a dor, o sofrimento, o trabalho, mas restasse o desengano, a sabedoria, o proveito:

Quisera achar um meio, que concertasse em nós os efeitos deste acidente; um affecto árbitro entre o esquecer e o lembrar; que o sentimento se mitigasse quanto à dor, e que sempre durasse quanto ao desengano. Vestir debalde aquela melancolia, arrastar os dós, para gastar primeiro a memória que a baieta, foi sempre cerimónia de hipocrisia, penosa e condenável. É esta ãa das razões que mais pode deter o pranto do mais lastimado e lastimoso; porque se choramos para nos esquecermos, traição é que fazem os olhos ao coração, ou ele a eles; se para nos lembrarmos, não são necessárias lágrimas para memórias. Antes, como o ânimo queixoso desafoga pelas palavras, a alma afligida pelas lágrimas se alivia; e às vezes se escoia de sorte que se despeja da dor, porque o sentimento que muito se chora não é o que muito dura. O Céu no-lo mostra, porque as tempestades de muita água não são as mais perigosas; as sem água trazem logo consigo raios e terremotos.

Contudo, se os homens argumentam que a falta da companhia, da conversação, da vista da pessoa querida torna inconsolável a dor pela perda, D. Francisco Manuel afirma que “por duas maneiras somos obrigados a levar esta dor”: a primeira, que aquele que ama se mostre fiel à sua dor, padecendo-a; a segunda, ver “aquele espírito que amamos já livre dos contrastes da vida, fora dos perigos do mundo, isento das leis da morte”, em que retoma um dos argumentos já utilizados noutra carta (“A D. Francisco de Almeida. Em pêsame da morte de uma sua filha religiosa”), como vimos acima:

Mas quando da parte da humanidade seja contradito, dizendo-se o que todos sabem dizer (não sei se fingir, porque nos menos é verdade) que a longa companhia que se aparta, a amada conversação que se perde, a desejada vista que desaparece, fazem neste caso inconsolável o sucesso, respondo que por duas maneiras somos obrigados a levar esta dor, que os homens julgam intolerável. A primeira seja porque, se nos queremos mostrar fieis à mesma dor, não é justo que lhe falem. Não se padece o que se não sente; nem se merece o que se não sofre. Quem amou, padeça,

que isso é o mesmo que faz quem foi amado; padeça que isso é o mesmo que deve. E como todos estes affectos nos compitam, já pela parte do amor, a cujo cargo está o padecimento, já pela parte da paciência, a cuja conta está o merecimento, bem se vê logo como igualmente que somos obrigados a sentir e a padecer pelo amar, somos obrigados a padecer e sentir pelo sofrer. Eis aqui como não há dor que não seja digna de sofrimento, visto que não há dor que não seja parte no merecimento. Por isso disse bem aquele filósofo que disse: não havia sido o ferro mais vezes cruel que piadoso, porque um ferro corta, outro cura. A segunda razão seja aquela que ao amor, à cristandade, à filosofia pudera ser primeira. Seja o vermos aquele espírito que amamos já livre dos contrastes da vida, fora dos perigos do mundo, isento das leis da morte. Oh! que grande bem! que já não há de morrer outra vez aquele que é falecido! Certo que, se bem se notasse o que é a morte acerca dos vícios, que, pela não ter por passar, podíamos desejar de tê-la passado. Que nos queixamos logo ou que nos enganamos com aquela mágoa da saudade, que nada penetra do ser deste acidente e só se detem em se lastimar das aparências? Pois por ventura, se o ser mortal é este, qual é o ser vivente?

Convoca, nesse passo, a autoridade de Sócrates, de Sêneca, de Eurípedes, até concluir que desnecessários são os autores diante da evidência da morte, que se põe diante de nossos olhos:

Perguntado um dia Sócrates se na vida podia haver descanso, respondeu que não; porque era vida de homem que se passava entre homens. O Sêneca: que aquela vida era de contado mais felice, que fosse mais breve. Eurípedes: que a vida era tão chea de moléstias, que duvidava se à vida chamasse morte, ou se à morte chamasse vida. Aqueles sagrados lumes da Igreja que disseram! Mas para que são mais autores que nós mesmos, nossos olhos, nosso conhecimento? Quem gostou jamais à glória do mundo, que a não desse por bem não conhecida? Verdadeiramente aqueles a quem se dá, não parece que se lhes dá por prémio, senão por castigo.

D. Francisco Manuel retoma, então, a tópica da *vanitas*, ou seja, de que as glórias do mundo são vãs, e procura descobrir de onde procede o amor dos homens pelo mundo. Invoca, para tanto, a autoridade de S. Bernardo e de S. Anselmo, e ao final conclui que “não é a morte dor inconsolável, senão muito digna de que a trate e leve um ânimo católico e prudente”:

Ser no mundo mais ditoso, não é ser mais ditoso, é padecer mais tempo a ocasião de ser mofino. Quiçá vem de aí que ordinariamente os grandes são mais gloriosos; porque os grandes soem ser de ordinário os a quem se prepara maior penalidade. Algũas vezes tenho cuidado donde nos veio a

nós este amor, esta estimação, em que temos ao mundo; porque tal engano parece que nos não pode vir nem do demónio, sendo o demónio e o homem as duas fontes, donde todo o engano nos procede. Mal pode vir do homem, se o primeiro homem, possuindo o melhor do mundo, a troco de um pequeno bocado, e por um só pomo, deitou a perder o mundo todo. Mal pode vir do demónio, pois a troco de ãa leve adoração, ofereceu o mundo todo. Em mais teve Adão um apetite que o valor do Universo. Em mais teve Satanás ãa lisonja que o preço de todo o Orbe. A quem saímos logo na grande conta que fazemos deste tão desprezado mundo, e tanto para desprezar? E, o que peor hei, deste mundo que tanto nos despreza. Se discorrêssemos nesta matéria, ela sobejara e faltara o descurso, porque ela é maior que o descurso. Por esta causa S. Bernardo, com primoroso pensamento, como escandalizado das perdas desta vida, achou grandes interesses na morte. Boa lhe chamou, porque é descanso; melhor, porque é meio de melhorar; excelente, porque é instrumento da segurança da vida, à morte e ao descanso. E S. Anselmo, consolando aos que ficam, diz assi: ‘se vês que mata ao bom, olha que o não ofende; se vês que mata ao mau, olha que é digno de ser ofendido’. Claro fica logo que, por todas as considerações, não é a morte dor inconsolável, senão muito digna de que a trate e leve um ânimo católico e prudente.

A estas “demasiadas regras”, D. Francisco Manuel acrescenta “outra mais útil que todas”: que a morte tem a virtude de tornar “um poço de vícios” num “espelho de virtudes”. Para tal, ao invés de convocar a autoridade das “letras morais e divinas” – cujos exemplos provavelmente seriam sobejamente conhecidos –, cita uma página de Plutarco, em que se narra a “ressurreição” de Tespésio “despois de três dias falecido”:

Falta por ajuntar a estas demasiadas regras, outra mais útil que todas para nós mesmos. Vemos que em um e outro tempo quis Deus tornar alguns mortos à vida, a fim de que a melhorassem. E não faltando nas letras morais e divinas alguns doutos exemplos, é bem notável o que escreve Plutarco em o livro de ‘Tarda Dei Vindicta’, donde se lê que o mancebo Tespésio ressucitou despois de três dias falecido; e com tal mudança de costumes, que aquele que era antes um poço de vícios, se tornou despois um espelho de virtudes. Tal virtude tem a morte. E parece que nos apaga Providência com essa sua virtude e execução que faz em nossa fragilidade: por que se desempenhe aquele horror que traz ao corpo com aquela fermosura que causa ao espírito.

Toda a longa argumentação se conclui com uma exortação a tomar como exemplo a morte alheia, para que se emende e melhore a vida:

Pois, senhor, a nós os vivos (que tanto mais fácil nos será ressuscitar nos costumes e morrermos na consideração dos que falecem) quanto maior obrigação nos corre de aproveitar-nos da morte alheia, para que emendemos e melhoremos nossa vida! Quem nos detem? Quem nos engana? Quem nos persuade o contrário? Ou que outra cousa é ver acabar aqueles, que nos deram o ser, ou aqueles a quem o havemos dado, senão ensaio que a morte faz neles do que há-de obrar cedo em nós outros? (IV, 84; 411)

Como vimos, a *narratio* nas cartas de D. Francisco Manuel, permeadas de digressões e argumentações, abordam os mais diferentes temas e lugares-comuns: desde as “conversações” e “graças delicadas, / do ar do paço adubadas”, até aquelas “das pregações, / com muito gosto furtadas”, como nos versos de Sá de Miranda¹⁴⁷. Chegamos, agora, ao momento de formular os pedidos: a *petitio*.

¹⁴⁷ “Carta a António Pereira, senhor do Basto, quando se partiu para a Corte co a casa toda”.

IV. *Petitio*

A *petitio*, tautologicamente falando, é a parte da carta em que se formulam pedidos¹⁴⁸. Encontramos nas *Cartas familiares* desde pedidos dos mais ínfimos bens materiais até convocações para projetos grandiosos, como o da Biblioteca Portuguesa:

¹⁴⁸ Nas *Rationes dictandi*, a *petitio* é definida como a parte da carta “na qual tenta-se pedir alguma coisa” e dividida em nove espécies (tradução a partir da edição de James J. Murphy, *The Principles of Letter-Writing*, in: *Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971. Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado no Anexo II); para Tomás Capuano, a *petitio* é a parte na qual “postulamos algo que seja justo, útil e necessário” (no original: “*petitio est oratio, per quam aliquid postulamus, quod sit iustum, utile et necessarium*”, *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung), p.33. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); afirma Pierre Fabri que, “nas cartas missivas, e em quase todas as cartas, faz-se sempre pedido; e, para que o pedido seja justo, é preciso demonstrar que a petição é justa; então demonstrar a possibilidade de sua realização; e, por fim, assinalar a remuneração. Mas não precisam ser postas expressamente em todas as cartas missivas” (no original: en lettres missives et presque en toutes, l'en fait tousiours demande; et, pour iustement demander, il est requis de demonstrer sa petition estre iuste; secondement, estre possible a celui a qui on demande en luy exposant la possibilité; tiercement, assigner la remuneration. Et ne sont pas requises d'estre mises expressement en toutes lettres missives”, FABRI, Pierre. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, pp.203-204; a tradução para o português é minha); já Juan Luís Vives afirma: “tratando-se de pedidos, deve sempre haver um senso de modéstia (pois quem faz um pedido coloca-se numa posição inferior), mas esta modéstia será maior ou menor de acordo com as circunstâncias e os indivíduos. Deve-se indicar, também, por que se está fazendo o pedido e por que para essa pessoa particularmente, pois se não há razão para pedir, pode-se parecer impertinente, arrogante, tolo ou supérfluo. Porém, em se tratando de um amigo ou de uma pessoa amigável ou obsequiosa, que em geral concede livremente o que se lhe pede, pode-se ser mais breve e simples, demonstrando a confiança que se tem em sua amizade ou em seu caráter, pois os amigos freqüentemente se ofendem quando pedidos são feitos com grandiosas e importunas súplicas. Isso porque eles suspeitam que seus amigos não gostem deles suficientemente, ou não tenham confiança na sua recíproca afeição. Todavia, se o destinatário não for bem conhecido, nem um amigo íntimo, deve-se mostrar alguma razão porque se é digno de obter o que se pede. Sendo necessário, o pedido pode ser feito em razão das qualidades pessoais, como origem, pátria, interesses comuns nos estudos, posição, amigos e inimigos, especialmente aqueles comuns. Finalmente, se não houver no remetente nada que mereça a concessão do pedido, há certamente motivo para que o destinatário o conceda, o que será visto como um ato de piedade e lhe acarretará honra e louvor” (no original: “*Adsit in petitione omni pudor (nam inferiore se facit quisquis rogat), sed in aliis rebus et apud alios maior aut minor. (...) Ostendes cur petas, cur ab eo potissimum; nam si causa non sit petendi, videtur res insolens aut arrogans aut inepta et supervacanea petere (...) Apud amicum aut hominem valde humanum ac facilem quique solet libenter eiusmodi praeberere quae nos cupimus, brevius licebit agere et simplicius, ostensa fiducia ex amicitia nostra aut illius moribus (...) Nam indignantur saepenumero amici magnis et ambitiosis precibus aliquid ab se amicos contencere; suspicantur enim illos non satis amare, aut confidere amori mutuo. (...) Sin alienior sit et non adeo familiaris, ostende aliquid cur dignus sis qui impetres. (...) Si cui opus fuerit, habet ea quae sunt in persona. Petimus propter genus, propter patriam, propter communionem studiorum, propter magistratum, propter amicos, propter inimicos, praesertim communes. (...) Denique si nihil sit in nobis dignum ob quod petamus, illum certe esse dignum qui det. Hoc ei fore pium, honorificum, laudabile”, *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989, pp.40, 42, 44; a tradução para o português é minha).*

1) Pedidos de bens materiais

Uma das cartas mais conhecidas em que D. Francisco Manuel pede bens materiais, e que geralmente é incluída nas antologias pelo seu conteúdo aparentemente jocoso, é a escrita “a um amigo, pedindo-lhe uns pêntens”, cuja *petitio* se segue:

Sirva-se V. M. de me conceder uma alçada contra estes delinquentes, mandando-me um pentém de cana; que canas e varas de justiça muito se querem parecer, segundo se dobram. (V, 17; 483)

Explica-se: os “delinqüentes” a que se refere D. Francisco Manuel seriam os piolhos, de que fora acometido e que não lhe davam tranqüilidade.

Na carta “a Rui Lourenço de Távora, sobre queixas e negócios”, D. Francisco Manuel pede uma “manta de lenha” para enfrentar o frio do inverno:

Sirva-se V. M. de mandar ãa manta de lenha; que, com esta incerteza, estou desaviadíssimo para o inverno. E segundo isto vai, levo jeito de lhe queimar aqui todo o pinhal a V. M. (I, 93; 66)

Noutras cartas, encontram-se pedidos de livros. É o que se vê na carta “a um parente, convidando-o a que o visse”:

V. M. me traz por lá alguns livros aventureiros que eu não quisera ver aventurados a não tornarem, dentre os quais escolho para mi os que vos aviso debaixo de condição que todos são vossos, e aqui mais seguramente; mas praza a Deus que no cabo me não suceda o que ao outro, que, por guardar os frangãos do bilhafre, os atou a todos e, enfim, ele veio e lhos levou todos juntos. (II, 44; 140)

Também na carta “convidando a um amigo para que o tornasse a ver”, D. Francisco Manuel, além da visita, explícita na didascália, pede que o destinatário lhe traga também “o frade” e um seu livro:

[...] eu vos fico esperando. Trazei o frade e dizei-lhe que me traga o meu livro. (II, 93; 106)

Em geral, contudo, D. Francisco Manuel faz poucos pedidos de bens materiais.

2) Pedidos de correspondência ou informações

Noutras cartas o que é objeto de *petitio* é a própria correspondência. Vemo-lo na carta escrita “a um amigo, avisando-o como se lhe perdera a carta que lhe escrevia”, em que D. Francisco Manuel pede que a carta perdida seja novamente remetida:

Se naquele papel vos ia algũa cousa, me avisai e tornai a mandar-mo, porque eu de mau criado tenho o não vos adivinhar a vontade como devia. (III, 58; 60)

Na carta que escreve a um parente, “desculpando-se de ser breve”, a *petitio* se reserva ao pedido de notícias:

Senhor, sem começo nem cabo (visto que não é a primeira vez que os meus papéis não têm pés nem cabeça), V. M. me diga como está, se folgou muito, como foi de chançoneta e de coscorão, que é o que importa, e do Natal o melhor vilancete. Tudo isto e o mais que vós quiserdes, junto a algũa razão do que vos tenho pedido e encomendado, me faça V. M. a saber em um escrito. (IV, 11; 376)

O mesmo, na carta endereçada a uma religiosa parente, “acusando-se de mau correspondente”:

Mande-me V. M. mui boas novas suas, e então, em virtude delas, poderei eu dar razão de mi, porque assi é razão que não saiba de mi parte, enquanto não sei parte de V. M. (V, 8; 155)

Note-se que nessa *petitio* D. Francisco Manuel atualiza a fórmula de saudação antiga — *Si vales, bene est, ego valeo* — afirmando que somente poderá dar razão de si depois que tiver notícias de sua destinatária. Não somente isso, mas também se trata de uma atualização da máxima cristã de amor ao próximo: o remetente só pode saber de si, somente se preocupa consigo, depois que tem notícias do próximo, seu destinatário.

Interessante mencionar aqui as cartas que escreve pedindo cartas para incluir na coleção das *Cartas familiares*. Por exemplo, quando escreve “pedindo a um amigo algũas das cartas que lhe havia escrito para a composição deste volume”:

Vou com este papel pedir a V. M. se sirva de mandar-me os que tiver meus, que eu prometo torná-los logo, se não com melhoria, com puntualidade. (II, 11; 39)

E, ainda, na carta que escreve “mandando certa carta a um amigo para que a dirigisse, e pedindo-lhe outra para esta obra”:

Faça, Senhor, que lho peço; e lea primeiro a carta, por que, se não vai em forma, risque e torne-ma. De aquelas minhas se alivie V. M. por uns dias emprestando-mas; que tal sou eu, e tão parvo, que tenho jeito de lhas tornar. (V, 42; 493)

Na carta dirigida “aos Varões doctos de Portugal. Pedindo-lhe informação dos autores que escreveram, para se formar a Biblioteca Portuguesa”, D. Francisco Manuel esboça um grandioso projeto de organizar uma “Biblioteca Portuguesa”, o que parece ter sido realizado somente no século XVIII, com a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado:

E porque obra tamanha requiere muito fundados alicerces, pois se fabrica para toda a posteridade, peço V. M. afectuosamente, da parte do beneficio público e da minha, me queira fazer mercê de tomar o trabalho de me mandar informar dos sujeitos que conhecer filhos dessa cidade, que hajam escrito ou escrevam, quer publicassem suas obras quer não, neste Reino ou fora dele; particularizando de cada um tudo quanto houver alcançado, assi da obra como do autor, como do ano, lugar em que escreveu, a quem dedicou, que calidades havia no tal sujeito, em que idioma compôs e se em mais matérias, que aplauso teve; e finalmente tudo o que V. M. julgar é conveniente a sua notícia e elogio. Isto, não menos dos que passaram que dos que hoje vivem; ainda também dos que não forem naturais desse povo, como nele hajam feito sua vivenda. (III, 25; 558)

3) Pedidos de visitas

Encontram-se também algumas cartas em que D. Francisco Manuel pede aos destinatários que o visitem ou sejam seus hóspedes. É o que vemos, por exemplo, na carta “a um parente, convidando-o a que o visse”:

Ora, se acaso vos enfastiastes já da Corte e quereis um bocado da Torre como alcaparra, lá vai a nossa barqueta; muito fácil vos será mandardes embarcar a liteira de dormir, que assi lhe chamam os italianos; e a vós depois, para vos parecer a tornada à cidade mais fermosa. (II, 44; 140)

Novamente na carta já citada acima “convidando a um amigo para que o tornasse a ver”:

Enfim, em a [barca] de que de cá vai, ou em a que de lá pode vir, eu vos fico esperando. (II, 93; 106)

O mesmo na carta que escreve “convidando a um amigo para que viesse a ser seu hóspede” encontra-se o pedido de visita:

Sinto sobretudo a ausência destes amigos, que na ausência dos outros me aliviam e consolam. Ora Deus traga a V. M. e lhe tenha o mar mais casado do que me dizem que está N. com N. (IV, 40; 107)

Ainda na carta “convidando a um parente para ser seu hóspede”:

Se não chover nem ventar, lá tendes a fragata e mandado meu para vos trazerem perante mi, sem vos receber réplica nem a palavra por depósito. (IV, 57; 108)

4) Pedidos de intercessão

Trata-se das cartas em que pede intercessão para a sua liberdade. Na carta “a Cristianíssima Rainha Regente de França D. Ana de Áustria”, por exemplo, D. Francisco Manuel pleiteia a intervenção da destinatária em favor de sua libertação:

Tão lastimosa injúria feita à minha inocência, digna empresa parece de que V. Majestade a encomende a seu incomparável valor; e saibam assi as nações estranhas alcança tanto a virtude de V. Majestade que, não só em seus reinos mas nos alheos, exercita a direcção de todas as boas obras. Bem competente é, Senhora, ache seu escudo a Justiça no braço da consorte de um Monarca que a teve por alcunha. Tudo seguirá vossa prudentíssima vontade, quando V. Majestade se haja por servida de amparar-me debaixo do gloriosíssimo seu nome, inclinando-se a interceder com uma afectuosa recomendação, para que se veja minha

causa com todo o bom respeito devido à interposição de V. Majestade, e não fique sem remédio aquele que soube buscar vosso poderoso auxílio. (I, 3; 160)

No mesmo sentido, embora mais brevemente, a carta “ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Mazarino, pedindo-lhe seu favor”:

Humildemente peço a V. Emin. seja servido de mandar admitir à sua presença meus escritos; os quais por ventura poderão conseguir algum crédito, por ofícios dos ministros de França e Portugal, que em ambas as cortes assistem, quando V. Emin. se digne de executar comigo a honra de querer conhecer-me. (I, 4; 161)

Ainda no mesmo sentido na carta “ao Conde de Briena, secretário de Mandamentos de Sua Majestade Cristianíssima, sobre a mesma pretensão”:

He suplicado a S. Majestad Cristianísima y al Eminentísimo Señor Cardenal Mazarino se dignasen valerme. Pero como a tan altas personas llegarán mis humildes y extranjeras voces, si V. S. por su sola bondad no fuere servido de darles piadosa mano? Yo lo suplico así, Señor, con todo afecto, y no con menor confianza espero quedar por este singular favor tan de V. S. como lo está siendo mi nombre indignamente colocado en su librería por ofícios del ilustrísimo Señor N., a quien yo debo también la audacia de llegar a los pies de V. S. con estas letras. (I, 5; 162)

Também na carta “pedindo sua intercessão, a um grande ministro de França”:

Agora, instado de mi aflicción, y alentado de la buena memoria del Ilustrísimo Señor N., oso implorar el amparo de S. Majestad Cristianísima y del Eminentísimo Señor Cardenal Mazarino, cuyos nombres me sean escudo y su recomendación sagrado. Todo, Senhor Excelentíssimo, me será imposible, si V. Excelencia, por su propia bondad, no se sirve de dar auxilio a mi pretensión, gustando de tenerme aquí, y en todo el mundo, por tan suyo, como lo están siendo mis libros en su generosa casa (I, 49; 163)

E ainda na carta “a outro [ministro de França], por semelhante ocasião”:

Todo lo que yo suplico a S. M. y Eminencia, aunque es con mucha causa, es con muy poco mérito. Éste espero dever a V. S. que, interponiendo su

valor, se digne valer a un miserable injustamente afligido entre los suyos, y en su propia patria naufragante. (I, 50; 164)

Do prisioneiro que pede pentes de cana para livrar-se de piolhos, que suplica pela libertação, ao letrado que reúne cartas para um volume ou conclama os “varões doutos de Portugal” para um ambicioso projeto de documentação. Esse é o amplo leque da *petitio* nas cartas de D. Francisco Manuel.

Todos os pedidos formulados, requerimentos prontos, basta concluir e dizer adeus. Eis a *conclusio*.

V. *Conclusio*

A *conclusio*¹⁴⁹, nas *Cartas familiares*, geralmente se apresenta como um remate da *narratio*, a suma da carta, equilibrando-a, estabelecendo uma espécie de relação simétrica com a didascália. Vejamos alguns exemplos. Na carta “a Jorge da Câmara, estando doente”, o tema é, por óbvio, a saúde do destinatário:

¹⁴⁹ As *Rationes dictandi* definem a *conclusio* simplesmente como “a passagem pela qual uma carta é terminada” (tradução a partir da edição de James J. Murphy, *The Principles of Letter-Writing*, in: *Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971). Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado no Anexo II); Paulo Camaldulense, também em termos singelos, a define como o fim e a determinação de todo o discurso (no original: “conclusio est exitus et determinatio totius orationis”, *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Texto inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980), p.92. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); para Galfredo de Vinsauf, a *conclusio* é “a parte extrema em que se expõe o que se postula ou o fim a que a carta se destina” (no original: “conclusio epistole pars extrema in qua ostendit quid sibi uel alii postulet, uel ad quid precedentia induxerit qui epistolam destinavit”, *Summa de arte dictandi*, composta tra il 1188 e il 1190, edizione: V. LICITRA, *La Summa de arte dictandi di maestro Goffredo*, “Studi medievali”, s. III, 7 (1966), p.909. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); já Tomás Capuano entende a *conclusio* como a parte pela qual “delimita-se, fecha-se e finda-se a carta, expondo o que se segue de conveniente ou inconveniente das coisas antes expostas” (no original: “Conclusio est oratio, per quam epistola limitatur, clauditur et finitur, ostendendo, quid commodi vel incommodi ex re premissa sequatur”, *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung), p.33. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); Pierre Fabri expõe três tipos de *conclusio*: “a conclusão só se faz por três maneiras: por ampliação, como induzindo à ira; por comisseração, como comovendo à piedade; e por epílogo, como recolhendo brevemente o que foi longamente espalhado pela epístola. Isto se deve fazer quando a carta tem muitas ou longas partes, com o fim de que, pela profusão de palavras ditas, os receptores não desviem da conclusão” (no original: “Et est a noter que conclusion ne se faict que en trois manieres; c’est assavoir par ampliation, comme induisant a ire, par commiseration, comme commouvoir a pitié, a pardonner, etc.; par epilogue, comme en recueillant briefvement ce qui a esté longuement esparty en l’epistre. Et se doit faire, quant l’epistre tient plusieurs ou longues parties, a celle fin que, par la multitude des parolles dessusdictes, les auditeurs ne desuient de la conclusion”, *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, p.201; a tradução para o português é minha); quase no mesmo sentido Antonio de Torquemada: “a conclusão é aquela com que brevemente tomamos a fazer um epílogo ou memória de tudo o que dissemos e tratamos na carta que escrevemos” (no original: “la conclusión es aquella con que brevemente tomamos a hazer un epílogo o memoria de todo lo que avemos dicho y tratado en la carta que escrevimos”, *Manual de escribientes*, in: TORQUEMADA, Antonio de. *Obras completas*, vol. I, Madrid: Turner Libros, 1994, p.165; a tradução para o português é minha); Justo Lipsisio define a *conclusio* como “o termo da carta e o seu fim” (“terminum epistolae et finem”), com cinco partes convencionais: *valedictio*, indicação de lugar, indicação de tempo, fecho complementar e assinatura. Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado de Lipsisio no Anexo IV.

Enfim, Senhor, viver como são, perdoar como doente. Nosso Senhor, etc. Lisboa, 27 de Junho, 1638. (I, 39; 21)

A *conclusio*, iniciada por uma conjunção final – “enfim” – arremata a carta com uma espécie de máxima, condensada numa construção bimembre: “viver como são, perdoar como doente”. Segue-se a *valedictio* abreviada – “Nosso Senhor, etc.” – que se explica pela extrema brevidade da carta e, talvez, pela amizade dos correspondentes, pois entre amigos as intenções são sempre as melhores possíveis, o que dispensaria um desenvolvimento maior da *valedictio*.

Também encontramos a *conclusio* em forma de remate da *narratio* na carta “em juízo das obras poéticas de D. Francisco de Portugal, um dos mais estimados cortesãos de seu tempo. A seu filho que as publicava”, em que D. Francisco Manuel sintetiza o “parecer” que acabara de concluir:

Este é meu parecer, que, sobre o aplauso de tantos, já não pode ir a ser juiz, senão testemunha desse mesmo aplauso, anunciador da eternidade prevenida a estes escritos. N. S. vos guarde, senhor Dom Lucas. Castelo, 25 de Junho, 1651. (II, 91; 428)

Na carta escrita “a um parente que estava na guerra”, a *conclusio* arremata a *narratio* e apresenta os desejos de bom sucesso ao destinatário:

Já não posso mais que desejar bem a quem quero bem, porque é cousa que faço cá dentro de mi; e ainda assi creio é agouro de todo o bom sucesso. Guarde-vos Nosso Senhor, etc. Torre, em 15 de Dezembro, 1646. (IV, 34; 104)

Escrevendo “a um amigo ausente”, D. Francisco Manuel conclui a carta protestando ser “noute e tarde”, num eco de uma das tópicas de remate apontadas por Curtius¹⁵⁰:

Senhor, isto tudo são palavras ociosas, e eu tenho muito que fazer, que é noute e tarde. Mande-se V. M. ficar ou ir muito embora; e o guarde Nosso

¹⁵⁰ “Convém acabar, porque anoitece”. Cf. CURTIUS, Ernst Robert. *Op. cit.*, p.135.

Senhor em todas as suas andanças e estanças como desejo. Torre Velha, 30 de Novembro, 1646. (IV, 56; 103)

Na carta “de pêsames a um Prelado, em a morte de uma irmã sua”, D. Francisco Manuel arremata a *narratio* com uma síntese das pretensões consolatórias da carta:

Não quero melancolizar de novo a memória de V. S.; adverti-la menos. Rogo sobre tudo a Deus tenha V. S. vida e saúde como eu lhe desejo, que para os enganos comuns assaz de armas nos dão os desenganos de cada dia, se nos soubermos armar deles. N. Senhor, etc. Elvas, 4 de Março, 1643. (III, 27; 45)

Na *conclusio* da carta “a Dom Fernando Alvia de Castro, sentindo-se de seus achaques”, encontramos, como remate da *narratio*, a atualização da tópica do *mundo às avessas* ou *desconcerto do mundo*, quando D. Francisco Manuel conclui que os tempos em que vivem estão tão às avessas que já não basta ser pequeno, sendo que ser já é propriamente perigoso:

Oh Senhor! que estamos em tempo em que para viver quieto não basta o ser pequeno: o ser é perigo. Como se rirão agora de nós os grandes, donde só se cuidava era o risco natural. De todos guarde Nosso Senhor a V. M. como pode. Castelo, em 27 de Novembro, 1638 (III, 32; 28)

Note-se o contraste entre *conclusio* das cartas citadas acima e a da escrita “ao Papa Inocêncio X”:

Aqui vou ora, como posso, na reverência e affecto destes papéis, que ponho em mãos de vosso ministro, o Vice Coleitor Apostólico nestes Reinos, que de mi há inteira informação. Meu juízo e crença someto à vossa verdadeira doutrina, Padre Santíssimo. O grande Deus dê a V. Santidade larga vida e perpétua assistência para o santo regimento de Sua Igreja. Escrita na Torre de Bethlem a 25 de Novembro, ano cristão 1645. (I, 2; 73)

A formalidade, tanto na conclusão da carta, quanto na própria *valedictio*, explica-se decorosamente pela autoridade do destinatário da carta. O mesmo

pode-se dizer da carta escrita “à Cristianíssima Rainha Regente de França D. Ana de Áustria”:

Cristianíssima Senhora, o grande Deus prospere vossa vida e desígnios, segundo à sua Igreja é conveniente, e estão pedindo os afectos de todos os vossos vassalos e dos desejos de todos os devotos de vossa amplíssima Coroa, como eu, o menor deles, não cesso de vos rogar e vos desejo. Majestade Cristianíssima. Postrado às sombras do vosso real respeito.
(I, 3; 160)

A *conclusio* é, também, nas cartas de D. Francisco Manuel, o lugar para as cortesias finais. Na carta “a um grande senhor. De pêsames por outro grande”, o remetente põe-se a serviço do destinatário:

Con toda puede V. E. mandarme repartir todo quanto en esta Corte llegase a ser de cuidado ó conveniencia a su servicio. La Excelentissima Persona de V. E. guarde Nuestro Señor muchos años como deseo. Madrid, 1 de Setiembre, 1637. (IV, 16; 9)

Todavia, a cortesia por excelência da *conclusio* é a *valedictio*, que por vezes adquire um carácter formular e na qual remetente sintetiza os seus desejos de boa saúde ao destinatário e dele cordialmente se despede¹⁵¹, podendo guardar algumas vezes uma relação de simetria com a *salutatio*. A quase totalidade das cartas de D. Francisco Manuel, como pudemos constatar nos exemplos acima, apresenta *valedictio*, que pode aparecer mais ou menos desenvolvida, e em termos mais ou menos formais, de acordo com a pessoa do destinatário.

¹⁵¹ Para Justo Lipsis, a *valedictio* “é do mesmo modo uma formalidade da conversação, em que desejamos bons votos ao destinatário. Era expressa entre os antigos com uma simples palavra, *Adeus*. Assim em Ovidio: *Aceita, que sempre se finda a carta com essa palavra, / e que dos meus se diferenciem os teus fados, o meu Adeus*. Algumas vezes *Olá* ou *Bom dia* é acrescentado, nem há impropriedade num pequeno acréscimo como *minha vida* ou *caríssimo*. Ou outrem pode acrescentar outra palavra apropriada à ocasião: *Adeus e até logo*, *Adeus e boa sorte*. Algumas vezes a *valedictio* compreende um desejo: *Peço a Deus que te proteja e favoreça os teus desígnios* etc. Todos estes dispositivos podem ser judiciosamente imitados ou alterados de acordo com a ocasião e a pessoa” (no original: “quae inserta pariter ex sermonis ritu, quo abeuntes alter alteri bene precamur. Expressa antiquis verbo *Vale*. Ovidius: *Accipe, quo semper finitur epistola verbo, / Atque meis distent ut tua fata, Vale*. Interdum *Ave*, *Salve*: nec indecore cum adjectiuncula *mi anime*, *mi suavissime*. Aut alio verbo ad argumetum apto: *Vale et veni*, *Vince et vale*. Interdum et voto concepta: *Deum precor ut te servet, consilia tua fortunet*, etc. Quae omnia cum iudicio imitanda aut immutanda pro re et persona”, *Op. cit.*, p.14; a tradução para o português é minha).

Algumas das cartas, contudo, apresentam a *valedictio* abreviada – sendo “Nosso Senhor etc.” a mais comum¹⁵². A maioria das cartas em que D. Francisco Manuel se utiliza da *valedictio* abreviada é enviada a amigos, ou parentes. Vejamos alguns poucos exemplos:

A um Conde amigo. De boas festas [...] Sobretudo Nosso Senhor, etc. (I, 18; 452)

Mandando um livro e pedindo outro. A um autor amigo [...] Nosso Senhor, etc. (I, 37; 465)

Disculpando-se com um amigo da falta de correspondência [...] Sobretudo guarde Nosso Senhor a V. M. como desejo etc. (II, 40; 270)

A um parente, sobre matérias de galantaria [...] Nosso Senhor, etc. (II, 48; 50)

Repreendendo a um amigo do pouco que lhe escrevia [...] Nosso Senhor, etc. (III, 11; 19)

Ao autor deste livro, falando dele [...] Nosso Senhor, etc. (III, 49; 295)

¹⁵² Cf. o *Manual de escribientes*, de Antonio de Torquemada: “uma coisa não deixarei de dizer-vos para burlar dela e rir-me dos que os escrevem, ainda que muitos dos que se têm por avisados a usam, e é que põem ‘Nosso Senhor, etc.’ para que os que recebem as cartas adivinhem o que querem dizer. E isto, falando sem fazer-lhes agravo, pois que o merecem, é uma das grandes necedades que eu vi, e a meu parecer, por tal a condeno. E porque também seria necedade gastar palavras em refutá-la, sendo tão notório aos claros juízos, quero deixá-lo para que vós o julgueis e fujais de cair em um erro tão grande, pois pode cada um dali adiante acrescentar com o ‘etc.’ o bem ou o mal que quiser, e pelos termos que o parecer, e nem todos os que escrevem cartas estão bem com aqueles a quem as escrevem, e poderiam ter diferente intenção da que aos outros pareceria. E finalmente, ou é mui grande torpeza ou mui grande preguiça de quem escreveu uma folha ou duas não escrever também outras duas linhas, ou se não, não tem outro nome senão o que já vos disse, que é mui grande necedade e ignorância” (no original: “Una cosa no dexaré de dezir para burlar della y reýrme de los que los escriven, aunque muchos de los que se tienen por avisados la usan, y es que ponen ‘Nuestro Señor, etc.’ para que los que reýiben las cartas adivinen lo que quieren dezir. Y esto, hablando sin hazerles agravo, pues que lo mereçen, es una de las grandes neçedades que yo he visto, y a mi pareçer, por tal condeno. Y porque también sería neçedad gastar palabras en confundirla, siendo tan notorio a los claros juizios, quiero dexarlo para que vosotros lo juzguéis y huyáis de caer en un hierro tan grande, pues puede cada uno de allí adelante añadir con el ‘etc.’ el bien o el mal que quisiere, y por los términos que le pareçiere, y no todos los que escriven cartas están bien con aquéllos a quien las escriven, y podrían tener diferente yntención de la que a los otros les pareçiere. Y finalmente, o es muy gran torpeza o muy gran pereza de quien ha escrito una plana o dos no escribir también otros dos ringlones, o si no, no tiene outro nonbre sino el que ya os he dicho, que es muy gran neçedad y ynorançia.” (in: TORQUEMADA, Antonio de. *Obras completas*, vol. I, Madrid: Turner Libros, 1994, p.205; a tradução para o português é minha). Para maiores detalhes, v. Capítulo III do Anexo I.

Lastimando-se com um amigo de ãa desgraça [...] Deus vos guarde, Senhor meu, etc. (IV, 17; 51)

A um amigo. De negócio [...] Deus vos guarde, etc. (IV, 54; 186)

De queixa. A um amigo que o animava com esperanças [...] Nosso Senhor, etc. (V, 12; 76)

Agradecimento de lembranças. A um amigo [...] Nosso Senhor, etc. (V, 50; 7)

Outras *valedictiones* destacam-se pela sua adequação ao destinatário, ou ao tema tratado na carta, ou ainda a algumas das palavras da própria *conclusio*. São os casos das cartas ao Papa Inocência X e à Rainha Ana de Áustria, transcritas acima. Vejamos alguns outros exemplos:

Ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, sobre matérias históricas [...] Ilustre y docto Conde, Dios os guarde. (I, 6; 55)

De ociosidade e galantaria. A um amigo retirado da corte [...] Sobretudo sapei que me fazeis cá grande falta; e que, se não vindes logo, estou já concertado com ãa Alfamista altareira para que me vá por aí além apregoando: quem achou um D. N. perdido? Deus vos depare, Senhor, e vos guarde, depois de deparado. (II, 10; 40)

A Dom João da Gama, em graça de um presente [...] O meu desejo é ver-vos e servir-vos, e que vos guarde Deus, amigo e Senhor, como a todos nos importa. (III, 31; 25)

Ao Secretario Gaspar Ruys de Escaray, sobre negócios [...] Guarde Nuestro Señor a V. M. como le suplican sus servidores. (III, 36; 17)

A Manuel de Faria e Sousa que lhe havia aconselhado se louvasse em certo negócio seu [...] Nesta forma vai o ano em branco no papel, crendo que assi convinha. Muitos anos se nos vão desta maneira. Ponha-lho lá V. M.; ficar-me-á devendo dar-lhe ocasião para ficar com algum ano menos. Tenha sobretudo V. M. muitos de vida. (III, 38; 12)

A Francisco Luís de Vasconcelos, com novas da Corte [...] Isto é o que sei. E, para saber tudo, só me falta ver a V. M., cuja pessoa guarde Nosso Senhor muitos anos como desejo. (III, 41; 14)

A um grande senhor. De pêsames por outro grande [...] La Excelentísima Persona de V. E. guarde Nuestro Señor muchos años como deseo. (IV, 16; 9)

De reconciliação. A um ministro [...] Deve-me V. M. (e não é pouca dívida) dar mais crédito a ãa só hora de satisfação, que a muitos anos de queixa. Esta se aparte de nós; e o lugar que deixou vazio a desconfiança, encha a verdadeira amizade, a que, por meu natural, hábito e palavra, me obrigo. Confirme-a Nosso Senhor, dando a V. M. muitos anos de vida para que a certifique, e a mi para que a mereça. (IV, 72; 8)

Consolando a um amigo de certa ruim nova que lhe mandara [...] Guarde Deus a V. M. e o alegre com muitos anos de vida, que sempre serão poucos para os que eu lhe desejo. (IV, 94; 52)

A um grande senhor, em graça de um favor que dele havia recebido [...] Guarde Nosso Senhor a pessoa de V. E., para amor e delícia de Portugal e do Mundo, com mais próprio nome do que já o gozou algum monarca. (V, 45; 6)

Note-se que, nas cartas de galantaria, até a *valedictio* adota um tom jocoso; para pessoas de autoridade, a *valedictio* é grave e adequada à dignidade do destinatário.

Resta ainda uma última palavra, a respeito do local e data das cartas. Algumas das cartas não trazem nem local, nem data; noutras, D. Francisco Manuel anota apenas o dia; outras, ainda, trazem o dia e o mês; algumas, por fim, trazem dia, mês e ano anotados. O local assinalado é quase sempre “Torre” ou “Castelo”, que indica as prisões em que esteve recolhido. Por vezes, indicações da cidade: Lisboa, Madri, Londres (I, 7; 38), Elvas (II, 7; 46 ; III, 27; 45), o “cuartel de Bergas de S. Vinoc.” (II, 57; 35), “Alost” (III, 46; 36), “Quartel de Anascot” (V, 1; 37). Outras curiosamente são anotadas como “de aqui” (p. ex. I, 20; 544, e III, 67; 48).

Nesse passo gostaria de apontar que, em algumas das cartas, a data é assinalada por meio do dia religioso¹⁵³. É o que vemos nos seguintes exemplos:

A um Ministro amigo. De intercessão [...] Sobretudo guarde Deus a V. S. como desejo. *Dia de Santo André*. (I, 12; 543)

A um parente, mandando-lhe uns versos de devação para que lhos fizesse copiar [...] Torre, em 19 de Março, dia das Candeas, que também cá não faltam. (II, 72; 372)

A Francisco Luís, pedindo-lhe que o visse [...] Castelo, em Sábado Santo. (II, 82; 481)

De Boas Festas e negócios. A um amigo [...] Torre, em dia de Páscoa. (V, 65; 384)

Datada a carta, basta lacrá-la e enviá-la. Finda aqui o domínio das artes epistolares.

¹⁵³ Lembre-se, neste ponto, que Vives de certa forma recomenda a datação das cartas através de eventos religiosos: “por que também não podemos dizer: ‘Adeus. No nascimento de nosso Salvador, da Virgem Maria, na festa de São Martinho, ou da conversão de São Paulo?’” (no original: “Quin nos etiam ‘Vale natali Servatoris, Virginis matris, feriis D. Martini, conversionis Pauli?’”, *op. cit.*, p.90; a tradução para o português é minha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fins, de ordinário, correspondem aos princípios.

D. Francisco Manuel de Melo, *Cartas familiares*, Centúria I, Carta 22

Isto que tenho dito é o que me parece sobre este negócio, no qual poderá haver outros melhores pareceres que o meu, que eu não desgabarei, porque não sou tão afeiçoado ao meu, que qualquer outro me não pareça melhor

Diogo do Couto, *O soldado práctico*, Primeira Parte, Cena IX.

Considerações Finais

Obviamente que esse trabalho não é exaustivo. Para utilizar uma metáfora extraída das cartas de D. Francisco Manuel, serve tão-somente como “carta de marear”, ou carta de guia, para que no futuro se possa proceder a um estudo mais exaustivo desse epistolário que, sem dúvida, merece muito maior atenção que a que tem recebido nas últimas décadas.

Ao analisá-las com base nas cinco partes mais comuns da carta que acabaram se fixando, na tradição da *Ars dictaminis*, pudemos perceber que as *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel não são meramente o “diário truncado da sua vida na prisão”, idéia defendida por Lapa¹⁵⁴, e seguida por Sarmento¹⁵⁵. Em nossa opinião, podemos perceber que cada uma das cartas de D. Francisco Manuel deve ser considerada em si mesma, como exemplar de um estilo determinado de compô-las, conclusão a que se chega, por óbvio, somente ao se deixar de lado a leitura biográfica e psicológica empreendida pela crítica tradicional.

Ademais, com base no conceito de *carta familiar*, definida, como vimos, não só e meramente pela pessoa a quem se destina, mas também, e sobretudo, por um determinado estilo de compô-la, tendo como principais características a coloquialidade, a brevidade e a clareza, podemos concluir que as *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel se apresentam como modelos do gênero. Aliás, assim as viam os seus contemporâneos.

Ao contrário da crítica moderna, e a despeito do tom encomiástico por vezes adotado, os contemporâneos de D. Francisco Manuel ressaltaram a importância do epistolário que se publicava. António Luís de Azevedo, na dedicatória à Academia dos Generosos, enfatiza “ser o único livro de cartas que se publicou em nosso idioma; o qual, por que nunca seja despojado deste privilégio, também será o último, porque depois deste pouco lugar fica à confiança para que se esperem outros.”

No prólogo “Aos Discretos”, ainda António Luís de Azevedo reforça a importância do livro: “Vi primeiro muitos volumes de Cartas que escreveram os

¹⁵⁴ *Op. cit.*, p.XXIII.

¹⁵⁵ Prefácio, II Parte. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, cit., p.36.

antigos e modernos, assi latinos, como italianos e espanhóis e franceses. Confesso que nenhũas me pareceram melhores. E mais creio que me não engano, deve de ser porque de todas tem o melhor.” Entre os muitos volumes de cartas vistos por António Luís de Azevedo, conforme se lê na nota marginal ao texto, estavam os de Angelo Poliziano, Plínio, o Jovem, Justo Lípsio, Sêneca, Santo Isidoro, Cícero, Torquato Tasso.¹⁵⁶

O Frei Francisco de S. Agostinho Macedo, qualificador do Santo Officio, em sua “Aprovação”¹⁵⁷, elogia a divisão em centúrias: “Andou auisado quẽ as diuidio em Centurias, e poz em armas desafiando aos mayores engenhos confiado na ventagem com que escreue.” Exatamente a disposição que é elogiada pelos contemporâneos, é desfeita, como vimos, nas edições modernas. Afirma ainda: “As palauras são proprias, a frase lidima, o estilo corrente. Mostra hũa belleza descuydada, fermosura sem afeites, lindeza com arrufos, que entretem sem fastio os Leytores.” O que era lido como corrente – aliás uma das características da *carta familiar* –, é criticado hoje como uma “inútil fogueira barroca”¹⁵⁸, como “defeitos da época”¹⁵⁹, como tendo “enfeite demais”¹⁶⁰. A “beleza descuidada” apontada nas *Cartas familiares* pode ser entendida como o ideal de *sprezzatura*, postulado por Castiglione no *Cortegiano*. Mas Macedo diz mais: “He o Volume hũa idea de Cartas, que serue de original a todas as copias.” As *Cartas familiares* servem de modelo de imitação a quaisquer cartas. E conclui com o elogio do próprio autor: “Conhecido he o Liuro por seu Autor D. Francisco Manuel Fenix sem duuida dos engenhos, que não pode deixar de ser Fenix, quem o gera. E bem se sabe que gerou elle o Fenix de Africa entre as luzes, sem o desconto das cinzas.” Ou seja, se não bastar a singularidade do livro para recomendá-lo, que o recomende a fama de seu autor, afinal “não há perfume como o da fama, que se percebe de muito longe, que conforta os atentos e vai deixando rastro de aplauso pelo teatro do mundo que durará séculos inteiros.”¹⁶¹

¹⁵⁶ O texto completo do prólogo “Aos Discretos”, com as autoridades referidas no texto identificadas nas notas marginaes, vem reproduzido no Anexo V.

¹⁵⁷ O texto completo da “Aprovação” vem reproduzido no Anexo V.

¹⁵⁸ ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal, cit.*, p.160.

¹⁵⁹ SARMENTO, Maria da Conceição Moraes. *Op. cit.*, p.40.

¹⁶⁰ LAPA, M. Rodrigues. *Op. cit.*, p.XXIV.

¹⁶¹ GRACIÁN, Baltasar. *El discreto, in: Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.119 (no original: “No hay olor como el de la fama, que se percibe de muy lejos, que conforta los atentos y va dejando rastro de aplauso por el teatro del mundo que durará siglos enteros”; a tradução para o português é minha).

Não é demais lembrar, nesse passo, que, em 1724, quando da impressão do *Tratado da ciência Cabala*, D. Manoel Caetano de Souza assim se expressava sobre o autor:

Vi por ordem de V. Maj. o tratado intitulado Notícia da Arte Cabalística, obra póstuma de Dom Francisco Manoel de Mello, cujo nome basta para assegurá-la de que não contém cláusula contra o real serviço de V. Maj., porque a pena deste autor se ocupou repetidas vezes no serviço desta Coroa, e o fez conhecer no mundo por tão grande português, como discreto e erudito, o que se vê gostosamente nas muitas obras políticas, poéticas e históricas deste autor, e é justo que de um engenho tão estimável se não percam nem as relíquias, ainda que nelas não haja mais utilidade que o poderem ser objeto de veneração que se deve aos homens que justamente aspiraram à imortalidade da fama.¹⁶²

E em 1752, quando da 2ª edição das *Cartas familiares*, Luís de Moraes e Castro considerou-as como “uma obra das mais úteis que se têm visto”.¹⁶³

Lembremos também que o próprio D. Francisco Manuel ressaltava, como uma das características do livro, a *variedade*:

O livro vai sem ordem escrito, tendo por mais agradável aqui a variedade, e me parece que poderá levar quatrocentas epístolas, que, como as mais são breves, não fará fastioso volume.¹⁶⁴

Variedade que, num passo de *El discreto*, é elogiada por Gracián como característica do próprio ser humano:

Dir-me-ão que todo é desigualdades este mundo, e que segue ao natural o moral. A mesma terra, que se empina nos montes, se humilha depois nos vales, solicitando sua maior formosura em sua maior variedade. Que coisa mais desigual que o próprio tempo, já coroando-se de flores, já de geadas? E todo o universo é uma universal variedade, que ao cabo vem a ser harmonia. Pois se o homem é um outro mundo abreviado, e daí que cifre em si a variedade? Não será fealdade, senão uma perfeita proporção composta por desigualdades.¹⁶⁵

¹⁶² *Tratado da Ciência Cabala, ou Notícia da Arte Cabalística*, apresentação Alberto Dines, comentários Elias Lipner, Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.65.

¹⁶³ *Apud* SARMENTO, Maria da Conceição Moares. *Cit.*, p.18.

¹⁶⁴ C. Az. 23; 303.

¹⁶⁵ GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.94 (no original: “Diránme que todo es desigualdades este mundo, y que sigue a lo natural lo moral. La misma tierra, que se empina en los montes, se humilla después en los valles, solicitando su mayor hermosura en su mayor variedad. ¿Qué cosa más desigual

Variedade que é condenada, como vimos, pela crítica moderna, que preferiu dispor as cartas em ordem cronológica, por ser de “muito mais interesse” para o leitor.

Esse mundo de “inúteis fogueiras barrocas” é o universo da emulação, em que a grande arte está em imitar os melhores e ocultar qualquer vestígio da arte: “usar em cada coisa uma certa *sprezzatura* [displícência] que oculte a arte e demonstre que o que se faz e diz é feito sem esforço e quase sem pensar.”¹⁶⁶ Um universo cuja perfeição estava no domínio da técnica, no domínio de um arcabouço de conhecimentos que servia ao mesmo tempo de fonte e modelo para a imitação.

Sabemos da importância da imitação para o amadurecimento do estilo. Afinal, “a assimilação da experiência por parte dos aprendizes pode primeiramente realizar-se mediante a imitação (μίμησις, *imitatio*) concreta dos modelos (παράδειγμα, *exemplum*) criados pelo mestre: em realidade, esta forma primitiva e concreta de assimilar-se a experiência seguirá sendo necessária em todas as etapas do desenvolvimento e prática da *ars*”¹⁶⁷. Praticamente todos tratadistas, em maior ou menor grau, recomendam e enumeram autores considerados “modelares”.¹⁶⁸ Sabemos também que, ao longo do tempo, não somente os autores da Antigüidade, mas também os contemporâneos passaram a ser considerados dignos de emulação¹⁶⁹.

Ademais, objeto da *imitatio* era não só o estilo, mas também a *virtus*. “As *virtutes* se aprendem na *imitatio* mediante os *exempla* e na *ars* mediante a *doctrina*”, de forma que o aprendiz viva “num ambiente de bons *exempla* tanto na ética como no idioma”, o que ordena a seleção dos modelos, de forma que “a matéria da leitura

que el mismo tiempo, ya coronándose de flores, ya de escarchas? Y todo el universo es una universal variedad, que al cabo viene a ser armonía. Pues si el hombre es un otro mundo abreviado, ¿qué mucho que cifre en sí la variedad? No será fealdad, sino una perfecta proporción compuesta a desigualdades.”; a tradução para o português é minha).

¹⁶⁶ CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*, cit., p.42. No original: “usar in ogni cosa una certa sprezzatura, che nasconda l’arte e dimostri ciò che si fa e dice venir fatto senza fatica e quasi senza pensarvi.” (*Il libro del cortegiano*, cit., pp.59-60.) Creio que, diferentemente da tradução citada, *sprezzatura* se traduziria melhor por “desenvoltura”.

¹⁶⁷ LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria: fundamentos de una ciencia de la literatura*, versión española de José Perez Riesco, Madrid: Editorial Gredos, 1966, tomo I, p.60 (a tradução para o português é minha).

¹⁶⁸ Para maiores detalhes, v. Anexo I.

ofereça *exempla* para a *imitatio* estilística e literária assim como para a *imitatio* ativa (ética).¹⁷⁰ Assim, “ao lado dos critérios seletivos gramaticais, estilísticos e literários, deve-se contar com os critérios éticos. Também aqui o critério geral é a *virtus*, pois a leitura pode servir de *exemplum* para a própria atuação.”¹⁷¹ Muitos desses *exempla* concretizavam-se em sentenças ou lugares-comuns, transmitidos através dos séculos por meio dos textos.¹⁷²

Como pudemos ver, D. Francisco Manuel é um familiar de todo este universo: domina amplamente a retórica epistolar com a mesma mestria com que lança mão de várias tópicas. Não bastasse isso, D. Francisco Manuel era visto como *exemplum* pelos contemporâneos e pelas gerações seguintes, autor de obras “tão envejadas de muitos como imitadas de poucos”, como afirma António Luís de Azevedo no prólogo “Aos Discretos”. Mas não só *exemplum* de estilo, mas *exemplum* moral, afinal

escreveu-as peregrinando pelo mundo, e depois, entre as maiores tribulações, preso em hũa Torre, fulto de saúde, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desamparado dos amigos [...] Tudo motivos para o realce do acerto com que chegou a escrever sem dar mostras do menor desconcerto de ânimo; combatido de tantas desgraças, vencido porém de nenhũas. [...] Aqui vemos por experiência os documentos da Filosofia no sofrimento. [...] Sou certo que, se lerdes suas Cartas, lhe aplicareis a lástima, porque males alheos sempre fizeram ânimos compassivos. Será pelo temor que temos de ver em nós o que estamos vendo nos outros.

Vejo, assim, nessas cartas de D. Francisco Manuel exatamente isto: um modelo de imitação, tanto em seu sentido estilístico quanto no moral. O tom da dedicatória de António Luís de Azevedo à Academia dos Generosos e do prólogo “aos Discretos”, bem como a “Aprovação”, a despeito de serem peças encomiásticas, ressalte-se¹⁷³, parece não deixar dúvidas quanto a isso. As cartas de D. Francisco Manuel, escritas a

¹⁶⁹ É o caso por exemplo de Angelo Poliziano (1454-1494), cujas cartas são mencionadas como modelos nas obras de Erasmo, Vives, Torquemada e Lúpsio. Para maiores detalhes, v. Capítulo III do Anexo I.

¹⁷⁰ LAUSBERG, Heinrich. *Manual...*, cit., pp.73, 74, 75 (a tradução para o português é minha).

¹⁷¹ *Id.*, *ibid.*, p.77.

¹⁷² Ou da “erudita conversação”, como lembra Gracián, em *El discreto*: “Vase comunicando de unos a otros en la erudita conversación, y la tradición puntual va entregando estas sabrosísimas noticias a los venideros entendidos, como tesoros de la curiosidad y de la discreción.” (GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.90).

¹⁷³ Recorde-se aqui o que Mário Gonçalves Viana diz a respeito da “Aprovação”: “Até o censor eclesiástico, Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, ao dar o seu parecer, tem, para elas, palavras de simpatia, que

diversas pessoas sobre assuntos diversos e reunidas em cinco centúrias por António Luís de Azevedo apresentam-se, assim, como um conjunto de cartas, as mais variadas, em que se encontram dignos modelos de imitação, que fazem uso próprio de alguns lugares-comuns fixados pelos textos que constituem a tradição letrada do Ocidente.

Findo aqui o capítulo e este trabalho, aliás lançando mão de um último lugar-comum – *finis coronat opus*¹⁷⁴ –, tomado de empréstimo a D. Francisco Manuel, na sua jocosa reformulação: “O fim coroa a obra. E às vezes degola a cabeça que havia de coroar.”¹⁷⁵

ultrapassam os termos frios e protocolares das habituais autorizações” (“Ensaio biográfico e histórico-crítico sobre D. Francisco Manuel de Melo”, in: MELO, D. Francisco Manuel de. *Trechos escolhidos*, selecção, notas e índices remissivos por Mário Gonçalves Viana, Porto: Editora Educação Nacional, 1940, p.54).

¹⁷⁴ Para maiores detalhes a respeito, v. TOSI, Renzo. *Dicionário...*, cit., p.389, sentença 828.

¹⁷⁵ V, 72; 498. Noutra carta (IV, 75; 359) encontramos referência a essa mesma tópica: “O fim coroa a obra. E certo que pelo alicerce não se pode ter em pouca conta o edifício.”

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1) *Obras de D. Francisco Manuel de Melo*

MELO, D. Francisco Manuel de Melo. *A feira dos anexins*, edição dirigida e revista por Inocêncio Francisco da Silva, Lisboa: Parceria Antonio Maria Ferreira, Livraria Editora, 1916.

------. *Apologos dialogaes*, reprodução fiel do texto da edição de 1721, anotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery, Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920.

------. *As segundas três musas*, ensaio crítico, selecção e notas de António Correia de A. e Oliveira, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

------. *A tuba de Calíope: (quarta musa das Obras métricas)*, introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário por Segismundo Spina, São Paulo: Brasiliense, 1988.

------. *Carta de guia de casados*, nova edição, com prefácio biográfico por Camilo Castelo Branco e notas por Teófilo Braga, Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltda., edit., 4ª edição, s/d.

------. *Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel : escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos / Recolhidas e publicadas em cinco centurias por Antonio Luis de Azevedo...* – Impresso em Roma [Italia] : Na Officina de Filipe Maria Mancini, 1664.

------. *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1937.

------. *Cartas familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981.

------. *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escritas a Antonio Luiz de Azevedo*, publicadas com Introducção e Notas por Edgar Prestage, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

------. *Epanáforas de vária história portuguesa*, 3ª edição revista e anotada por Edgar Prestage, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

- . *O fidalgo aprendiz*, introdução e notas de António Correia de A. Oliveira, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
- . *Relógios falantes: apólogo dialogal primeiro*, texto rectificado, prefácio e notas de António Correia de A. Oliveira, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964.
- . *Tácito português – vida, morte, dittos e feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*, prefácio e leitura do manuscrito por Raul Rêgo, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.
- . *D. Teodósio II, Duque de Bragança*, segundo o Códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda, tradução e prefácio de Augusto Casimiro, Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.
- . *Tratado da ciência Cabala, ou Notícia da arte cabalística*, apresentação Alberto Dines, comentários Elias Lipner, Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- . *Trechos escolhidos*, ensaio biográfico e histórico-crítico, selecção, notas e índices remissivos por Mário Gonçalves Viana, Porto: Editora Educação Nacional, 1940.

2) *Sobre D. Francisco Manuel de Melo*

BELARDINELLI, Renata Cusmai. I *Doze Sonetos* per la Morte de Inés de Castro di Don Francisco Manuel de Melo – Introduzione, Lettura Critica, Commento e Glossario. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. XVII, pp.845-935, 1982.

FIGUEIREDO, Fidelino de. Dom Francisco Manoel de Mello. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Typ. Lit. Rohe, ano II, nº 8, pp.63-78, nov.1920.

LAPA, M. Rodrigues. Prefácio. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1942, pp.VII-XXVII.

LE NAUFRAGE DES PORTUGAIS sur les côtes de Saint-Jean-de-Luz et d’Arcachon, édition établie par Jean-Yves Blot et Patrick Lizé, relations traduites par Georges Boisvert, Paris: Chandeigne, 2000.

MARTINS, Adolfo Silveira. D. Francisco Manuel de Melo – um homem, uma obra e um tempo – um tempo entre tempos. Disponível em: <http://www.terravista.pt/mussulo/4683/ManuelMello.htm> . Acesso em: 18 out. 2002.

MOREIRA, Fernando Alberto Torres. A Problemática da Morte nos Sonetos de D. Francisco Manuel de Melo. *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto: Universidade do Porto, 1991. Disponível em: <http://ipn.pt/literatura/dfmelo.htm> . Acesso em: 31 maio 2002.

OLIVEIRA, António Correia de A. Prefácio. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Relógios falantes: apólogo dialogal primeiro*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964, pp.05-34.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. As idéias literárias de D. Francisco Manuel de Melo. *Revista da Faculdade de Letras, Lisboa*, nº 13-14, 5ª série, pp. 401-408, jun. 1990, (publicado posteriormente em PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *Xadrez de Palavras: Estudos de Literatura Barroca*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996, pp.41-52).

-----, O tema da ‘guerra interior’ nas *Obras métricas* de D. Francisco Manuel de Melo. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. XXVIII, pp.213-235, 1990 (publicado

- posteriormente em PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *Xadrez de palavras: estudos de literatura barroca*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996, pp.53-74).
- PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello – esboço biographico*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- , *D. Francisco Manuel de Melo*, tradução de António Álvaro Dória, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
- SERRÃO, Joel. Aproximação da mentalidade de Francisco Manuel de Melo. *Colóquio/Letras*, Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, nº 33, pp. 51-61, set. 1976.
- SOUZA, Margarete Edul Prado de. *Uma política matrimonial prudente: A Carta de guia de casados (1651) de Dom Francisco Manuel de Melo*, Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: IEL, UNICAMP, 1997.
- SPINA, Segismundo. Introdução. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *A tuba de Calíope: (quarta musa das Obras métricas)*, São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.15-69.
- VIANA, Mário Gonçalves. Ensaio biográfico e histórico-crítico sobre D. Francisco Manuel de Melo. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Trechos escolhidos*, selecção, notas e índices remissivos por Mário Gonçalves Viana, Porto: Editora Educação Nacional, 1940, pp.05-76.

3) *Obras Gerais*

a) História da Literatura

- AMORA, A. Soares. *Presença da literatura portuguesa – era clássica*, 6ª edição, /São Paulo/: Bertrand Brasil, s/d.
- BARREIROS, António José. *História da literatura portuguesa*, /Lisboa/: Editora Pax, 4ª edição, v. II.
- BICKEL, Ernst. *Historia de la literatura romana*, versión española de José Mª Díaz-Regañón López, Madrid: Editoria Gredos, 1987.
- BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa, III – Os seiscentistas*, Publicações Europa-América, s/d.
- BRASIL, Reis. *História da literatura portuguesa*, Lisboa: Oficinas Gráficas do “Jornal do Fundão”, 1958.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *História da literatura*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1960, v. II.
- CIDADE, Hernâni. *Lições de cultura e literatura portuguesas*, 1º volume (Séculos XV, XVI e XVII), Coimbra: Coimbra Editora, 1951.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Bern: Francke, 1978.
- . *Literatura europea y Edad Media latina*, traducción de Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre, Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2 tomos, 1995.
- . *Literatura europeia e Idade Média latina*, tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai, São Paulo: Hucitec: Edusp, 1996.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- LE GENTIL, Georges. *La littérature portugaise*, Paris: Librairie Armand Colin, 1935.

- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, Lisboa: Com. Nac. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: BN, [19--].
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*, São Paulo: Cultrix, 1977.
- , *A literatura portuguesa através dos textos*, São Paulo: Cultrix, 1997.
- ONRUBIA DE MENDOZA, José. *Literatura española*, Barcelona: Editorial Labor, S. A., 1969.
- PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*, tradução de Manuel Losa, S. J., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- RAMOS, Feliciano. *História da literatura portuguesa: desde as origens à actualidade*, Braga: Livraria Cruz, 1950.
- REMÉDIOS, Mendes dos. *História da literatura portuguesa desde as origens até a actualidade*, 6ª edição, Coimbra: Atlântida, s/d.
- SALINARI, Carlo , RICCI, Carlo. *Storia della letteratura italiana con antologia degli scrittori e dei critici*, 1. Dalle origini al quattrocento, edizione ampliata e aggiornata, Roma-Bari: Editori Laterza, 1988.
- SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- , LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*, Santos, SP: Livraria Martins Fontes, 1973.
- SILVEIRA, Francisco Maciel , MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros , CUNHA, Maria Helena Ribeiro da. *A literatura portuguesa em perspectiva*, direção de Massaud Moisés, São Paulo: Atlas, 1993, vol. II.
- SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Literatura italiana: linhas, problemas, autores*, com a colaboração de Marco Cerruti *et al.*, tradução de Nilson Carlos Moulin Louzada, Maria Betânia Amoroso, Neide Luzia de Rezende, São Paulo: Nova Stella: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

b) *Poética e Retórica*

- ALBERICO DE MONTECASSINO. *Flores rhetorici*, a cura di D. M. Inguanez e H. M. Willard, Montecassino, 1938 (Miscellanea cassinese 14). Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 28 dez. 2001.
- ANÔNIMO (de Bolonha). *The principles of letter-writing*. In: *Three medieval rhetorical arts*, tradução de James Jerome Murphy, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971, pp.05-25.
- ARISTÓTELES. *Poética*, tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.
- , *Retórica*, introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.
- BARILLI, Renato. *Retórica*, tradução de Graça Marinho Dias, Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *As figuras de linguagem*, São Paulo: Ática, 1989.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Diálogos del orador*. In: -----, *Obras escogidas*, Buenos Aires: Librería “El Ateneo”, Editorial, 1951, pp.13-238.
- , *De l'orateur*, texte établi et traduit par Edmond Courbaud, Paris: Les Belles Lettres, 1957.
- , *L'orateur*, texte établi et traduit par Albert Yon, Paris: Les Belles Lettres, 1964.
- , *De Oratore ad Qvintvm Fratrem*, Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 31 maio 2002.
- DEMÉTRIO. *Sobre el estilo*, introducciones, traducciones y notas de José García López, Madrid: Editorial Gredos, 1979.
- ENCYCLOPEDIA OF RHETORIC AND COMPOSITION, edited by Theresa Enos, New York / London: Garland Publishing Inc., 1996.

ERASMO, Desidério, de Rotterdam. *Breuissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, Paris: impresso por Nicolau de Pratis, 1521, 10 folhas não numeradas. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>, Bibliothèque Nationale de France. Acesso em: 26 março 2002.

----- *On the writing of letters / De conscribendis epistolis*, translated and annotated by Charles Fantazzi, in: SOWARDS, J. Kelley (ed.) *Collected works of Erasmus*, Literary and Educational Writings 3, vol.25, Toronto: University of Toronto Press, 1985, pp.1-254.

----- *A formula for the composition of letters / Conficiendarum epistolarum formula*, translated and annotated by Charles Fantazzi, introductory note by R. A. B. Mynors, in: SOWARDS, J. Kelley (ed.) *Collected works of Erasmus*, Literary and Educational Writings 3, vol.25, Toronto: University of Toronto Press, 1985, pp.255-267.

FABRI, Pierre. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969.

GALFREDO DE VINSANF. *Summa de arte dictandi*, composta tra il 1188 e il 1190, edizione: V. LICITRA, *La Summa de arte dictandi di maestro Goffredo*, "Studi medievali", s. III, 7 (1966), pp. 865-913. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*, São Paulo: Atual, 1986.

HESTER, James D. Rhetoric and the composition of the letters of Paul. In: *The Journal for the Study of Rhetorical Criticism of the New Testament*. Disponível em: <http://rhetjournal.uor.edu/HesterComp.html> Acesso em: 07 out. 2002.

HORÁCIO. *Arte poética – Epistula ad Pisones*. In: *A poética clássica*, introdução por Roberto de Oliveira Brandão, tradução por Jaime Bruna, São Paulo: Cultrix, 1988.

KENNEDY, George A. *A new history of classical rhetoric*, Princeton: Princeton University Press, 1994.

- LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria : fundamentos de una ciencia de la literatura*, versión española de José Perez Riesco, Madrid: Editorial Gredos, 3 tomos, 1966.
- . *Elementos de retórica literaria*, versión española de Mariano Marín Casero, Madrid: Gredos, 1965.
- LÍPSIO, Justo. *Principles of letter-writing: a bilingual text of Justii Lipsii Epistolica institutio* (Library of Renaissance Humanism), edited by R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or.
- LONGINO (ou DIONÍSIO). *Do sublime*. In: *A poética clássica*, introdução por Roberto de Oliveira Brandão, tradução por Jairne Bruna, São Paulo: Cultrix, 1988.
- MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*, Atlanta, Ga.: Scholars Press, 1988.
- MUÑOZ MARTÍN, Maria Nieves. *Estructura de la carta en Cicerón*, Madrid: Ediciones Clásicas, 1994.
- MURPHY, James Jerome (ed.) *Sinopsis histórica de la retórica clásica*, versión española de A. R. Bocanegra, Madrid: Gredos, 1989.
- PAULO CAMALDULENSE. *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le "Introductiones dictandi" di Paolo Camaldolese (Texto inedito del sec. XII ex.)*, "Studi e ricerche dell'Istituto di latino", 3 (1980), pp.69-100. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001.
- QUINTILIANO. *Oeuvres complètes*, avec la traduction en français publiées sous la direction de M. Nisard, Paris: Librairie de Paris, s/d.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SANSOVINO, Francesco. *[II] segretario overo formulario di lettere missive et responsive / di M. Francesco Sansovino,...*, Num. BNF de l'éd. de Cambridge (Mass.) : Omnisys, [ca 1990]. Reprod. de l'éd. de In Turino: appresso del Bevilacqua, 1580. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>, Bibliothèque Nationale de France. Acesso em: 26 março 2002.

- TOMÁS CAPUANO. *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung). Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001.
- TORQUEMADA, Antonio de. *Manual de escribientes*, in: *Obras Completas*, vol. I, edición y prólogo de Lina Rodríguez Cacho, Madrid: Turner Libros, 1994, pp.1-213.
- TRUEBA LAWAND, Jamile. *El arte epistolar en el Renacimiento español*, Madrid: Editorial Támesis, Colección Támesis, Serie A, v. 159, 1996.
- VIVES, Juan Luís. *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989.

c) *O Cortês, o Galante e o Discreto*

- CASTIGLIONE, Baldassare. *Il libro del cortegiano*, introduzione di Amedeo Quondam, note di Nicola Longo, Garzanti, 9ª edição, 2000.
- . *O cortesão*, tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada, São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos costumes*, tradução de Edileine Vieira Machado, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*, in: ----- . *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960.
- HANSEN, João Adolfo. Discreto/vulgar: modelos culturais nas práticas da representação barroca. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, SP: IEL/UNICAMP, n° 17, pp.29-57, jan./jun. 1991.
- LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1992.

PORTUGAL, D. Francisco de. *Arte de galantaria*, adaptação, prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira Editor, 1943.

d) Filosofia e Moral

ARISTÓTELES. *A ética*, tradução de Cássio M. Fonseca, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

BARROS, Elena Mesa Sandulski. *Tradução comentada de El héroe, obra de Baltasar Gracián*, Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: IEL, UNICAMP, 1997.

BOÉCIO. *A consolação da filosofia*, tradução de Willian Li, revisão Gilson Cesar Cardoso de Souza, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CÍCERO, Marco Túlio. *Lélio, ou A amizade*. In: ————. *Saber envelhecer e A amizade*, tradução de Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM, 1997.

———. *Laelivs De amicitia*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/amic.shtml>
Acesso em: 13 maio 2002.

GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960.

LÍPSIO, Justo. *Les deux livres de la constance, esquels en forme de devis familier est discoursu des afflictions, et principalement des publiques, et comme il se faut résoudre à les supporter*, traduction anonyme du latin, édition de Tours (1592), Paris: Éditions Noxia, 2000.

———. *Book of constancy*, englished by John Stradling 1594, very slightly retouched and annotated by Jan Garrett, 1999. Disponível em: <http://www.wku.edu/~garreje/lipsius1.htm> e <http://www.wku.edu/~garreje/lipsius2.htm> . Acesso em: 25 março 2002.

PÉREZ, David J. (selecção e prefácio). *Moralistas espanhóis*, tradução de Acácio França, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1952.

PLATÃO. *Fedro*. In: ————. *Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro*, tradução de Jorge Paleikat, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

- RESENDE, Duarte de. *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Cipião*, introdução, comentário e actualização do texto por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.
- SÊNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*, tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- . *Cartas consolatórias*, tradução de Cleonice Furtado de Mendonça van Raij, apresentação de Joaquim Brasil Fontes, Campinas, SP: Pontes, 1992.
- . *Da tranqüilidade da alma*, tradução de Giulio Davide Leoni, in: *Os Pensadores*, vol. V, São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- . *Da vida feliz*, tradução de João Carlos Cabral Mendonça, São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- . *De vita beata*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/sen.vita.html>
Acesso em: 10 abr. 2002
- . *Epistulae morales ad Lucilium*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/seneca.ep.html> Acesso em: 10 abr. 2002
- . *Sobre a brevidade da vida*, tradução, notas e introdução de William Li, edição bilíngüe, São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- . *Sobre a providência divina e Sobre a firmeza do homem sábio*, tradução, introdução e notas de Ricardo da Cunha Lima, edição bilíngüe, São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- . *Sobre a tranqüilidade da alma; Sobre o ócio*, tradução, notas e apresentação de José Rodrigues Seabra Filho, edição bilíngüe, São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

e) História

- ARIÈS, Philippe , DUBY, Georges (dir.) *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*, tradução de Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3.

- BLITZER, Charles. *A era dos reis*, tradução de José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- GARIN, Eugenio (dir.) *O homem renascentista*, tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- HATTON, Ragnhild. *A época de Luís XIV*, Lisboa: Verbo, 1971.
- MATTOSO, José (direção de). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- VILLARI, Rosario (dir.) *O homem barroco*, tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa: Editorial Presença, 1995.

f) *Crítica, Ensaaios, Obras Literárias e de Referência*

- ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar-comum: alguns temas de Horácio e sua presença em português*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ALONSO, Damaso. *Poesia espanhola: ensaio de métodos e limites estilísticos*, tradução de Darcy Damasceno, São Paulo: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes. *Os homens e os livros (séculos XVI e XVII)*, Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- BÍBLIA SACRA. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bible.html> Acesso em: 10 abr. 2002.
- BÍBLIA SAGRADA, tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares, São Paulo: Paulinas, 1980.
- BRINCHES, Victor. *Dicionário biobibliográfico luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

- BURKE, Peter. *As fortunas d'O cortesão: a recepção européia a O cortesão de Castiglione*, tradução de Álvaro Hattner, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CAMARGO, Martin. *Ars dictaminis, ars dictandi*, Turnhout-Belgium: Brepols, 1991.
- CAMÕES, Luís de. *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Hernani Cidade, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, vol. III – Autos e Cartas, 1946.
- CARCOPINO, Jérôme. *Les secrets de la correspondance de Cicéron*, Paris: L'Artisan du Livre, 2 tomos, 1947.
- CHEVALLIER, R. (ed.) *Présence de Cicéron – Actes du Colloque des 25, 26 septembre 1982 – Hommage au R. P. M. Testard*, Paris: Les Belles Lettres, 1984.
- CHOMARAT, J. “La Lettre”, in: *Grammaire et rhétorique chez Érasme*, Paris: Les Belles Lettres, tomo II, 1981, pp.1003-1052.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo I, 1934.
- *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo II, 1935.
- *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo III, 1936.
- *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans, Paris: Les Belles Lettres, tomo IV, 1950.
- “Pour L. Flaccus”, texte établi et traduit par André Boulanger, in: *Discours*, Paris: Les Belles Lettres, tomo XII, pp.51-140, 1938.
- CONTE, Gian Biagio. *Latin literature – A history*, translated by Joseph B. Solodow, revised by Don Fowler and Glenn W. Most, Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- COROLEU, Alejandro. “Humanismo en España”, in: *Introducción al Humanismo del Renacimiento*, edited by J. Kraye, Madrid: Cambridge University Press, 1998, pp.295-330. Disponível em: <http://www.nottingham.ac.uk/hispanic/research/alejahum.html>, Department of

- Hispanic and Latin American Studies, School of Modern Languages, University of Nottingham. Acesso em: 02 fev. 2002.
- CORREA CALDERÓN, E. *Baltasar Gracián – su vida y su obra*, Madrid: Gredos, 1970.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*, edición de Felipe C. R. Maldonado revisada por Manuel Camarero, Madrid: Castalia, 1995.
- DIZIONARIO LETTERARIO BOMPIANI degli Autori di tutti i tempi e di tutte le letterature, Milano: Valentino Bompiani Editore, 1957.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, tradução de Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 1. Uma história dos costumes, 1994.
- . *La société de cour*, tradução de Pierre Kamnitzer e Jeanne Etoré, Paris: Flammarion, 1985.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE, 1992.
- FERREIRA, João Palma (seleção). *Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981.
- . *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- GALVÃO, Walnice Nogueira, GOTLIB, Nádia Battella (org.) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*, Paris: Dunod, 1998.
- GUEVARA, Antonio de. *Epístolas familiares*, selección prologada por Augusto Cortina, Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, S. A., 1946.
- HALE, John Rigby. *Dicionário do Renascimento italiano*, tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1989.
- . Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): o decoro. *Discurso*, Revista do Departamento de Filosofia da USP, n° 31, pp.259-284, 2000.

- HARVEY, Paul, Sir (compilado por). *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*, traduzido por Mário da Gama Kury, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- HENDERSON, Judith Rice. Erasmus on the Art of Letter-Writing. In: MURPHY, James J. (ed.) *Renaissance eloquence: studies in the theory and practice of Renaissance rhetoric*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983, pp.331-355.
- HOMERO. *Iliáda*, tradução de Odorico Mendes, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1950
- HORÁCIO. *Oeuvres d'Horace*, publiées avec une étude biographique et littéraire, une notice sur la métrique et la prosodie dans les *Odes* et *Épodes*, des notes critiques, un index des noms propres et des notes explicatives par F. Plessis et P. Lejay, Paris: Librairie Hachette, 13ª edição, s/d
- . *Obras completas*, São Paulo: Edições Cultura, 1941.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*, São Paulo: Cultrix, 1992.
- MUHANA, Adma Fadul. *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- . O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*, mimeo., 1999, 13p. (publicado posteriormente em *Discurso*, Revista do Departamento de Filosofia da USP, nº 31, pp.329-345, 2000).
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*, São Paulo, Campinas: EDUSP, Editora da UNICAMP, 1994.
- . Cartas à Segunda Escolástica. In: *A outra margem do Ocidente*, organização de Adauto Novaes, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 373-414.
- . Argumentos afetivos nos sermões fúnebres do Padre António Vieira. In: *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira Congresso Internacional – Actas*, III volume, Separata, Braga: Universidade Católica Portuguesa / Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp.1399-1410.
- . *Máquina de gêneros*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

- PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *Xadrez de palavras: estudos de literatura barroca*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- QUEVEDO, Francisco de. *Los sueños*, CEE: PML Ediciones, 1995.
- , *Sonetos de amor e de morte*, seleção e tradução de Fernando Mendes Vianna; introdução de Manuel Morillo Caballero, ed. bilingüe, Madrid: La Factoría de Ediciones; Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, D. L. 1999.
- REI, José Esteves. As cartas do Pe. António Vieira e a retórica comunicativo-funcional. Uma dimensão pedagógica. In: *Actas do Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira – Congresso Internacional*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 1635-1646. Disponível em: <http://www.ipn.pt/opsis/litera/letras/ensaios.htm> . Acesso em: 31 maio 2002.
- ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina, 1965 (publicado posteriormente pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985).
- SANTOS, Marcos Martinho dos. Arte Dialógica e Epistolar segundo as *Epistolas Morais a Lucílio*. *Letras Clássicas*, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, n. 3, pp.45-93, 1999.
- SHEPARD, Laurie. *Courting power: persuasion and politics in the early Thirteenth Century*, New York, London: Garland Publishing, Inc., 1999.
- SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. *Retórica e teorização política na carta “a el-rei D. João” de Sá de Miranda*, Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: IEL, UNICAMP, 1996.
- THE OXFORD CLASSICAL DICTIONARY, London: Oxford University Press, 1950.
- TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VAN TIEGHEM, Philippe (dir.) *Dictionnaire des littératures*, Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- VIEIRA, Antônio. *As lágrimas de Heráclito*, fixação dos textos, introdução e notas de Sonia N. Salomão, São Paulo: Ed. 34, 2001.
- VILANOVA, Antonio. El tema del gran teatro del mundo. In: -----, *Erasmus y Cervantes*, Barcelona: Editorial Lumen, 1989, pp.456-499.

ANEXOS

ANEXO I

Descrição histórica de algumas Artes Epistolares

Nam haec brevia. quae tamen ipsa, quoniam usui etiam aliis esse posse, tu aliique censes: age, non invideo, communica. sed hac lege, ut omnes sciant, discentibus, non doctis; juvenibus, non adultis, haec a nobis scripta: nec unquam edendi isto fine.

Justo Lípsio. *Epistolica Institutio*

CAPÍTULO I

Referências Epistolares na Antigüidade

Video te, mi Lucili; cum maxime audio; adeo tecum sum ut dubitem an incipiam non epistulas sed codicellos tibi scribere.

Sêneca. *Epistulae Morales ad Lucilium*, Liber Sextus, LV, 11

Capítulo I – Referências Epistolares na Antigüidade

Introdução

A Antigüidade não concebeu nenhum tratado de epistolografia autônomo. As poucas regras sobre a escrita de cartas que nos restaram integram tratados de retórica. A inclusão neles de capítulos específicos sobre a escrita de cartas pode sinalizar, contudo, a importância que o gênero epistológico passou a ter.

Num período que cobre cerca de cinco séculos – ou seja, desde o século I a.C. até o século IV d.C. –, menções a cartas aparecem nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das dispersas nas epístolas de Cícero, de Sêneca e de Gregório Nazianzeno¹⁷⁶. O interesse dessas referências antigas é patente, uma vez que são as primeiras teorizações sobre epistolografia de que se tem notícia e documentação. Especificamente, quanto às epístolas de Cícero e de Sêneca, o principal interesse reside na sua eleição como modelos de escrita epistolar, sobretudo durante o período dito renascentista.

Alguns traços comuns parecem unir todas as concepções epistolográficas da Antigüidade: a carta é definida como um diálogo entre amigos e, como tal, deve ser breve e clara, adaptando-se aos seus destinatários e empregando o estilo mais apropriado¹⁷⁷. Como veremos, de certo modo, essa definição da carta como diálogo, ou como uma das partes de um diálogo, perpassará praticamente todas as artes epistolares.

Demétrio

Demétrio, autor do Περὶ ἐρμηνείας (em latim, *De Elocutione*), não deve ser confundido com Demétrios de Fáléron (ap.354 – ap. 283 a.C.), a quem erroneamente a tradição manuscrita atribuiu a autoria do *De Elocutione*¹⁷⁸. Pouco ou nada se sabe sobre o seu autor. Não se pode precisar também a data de composição do tratado, provavelmente escrito entre os séculos I a.C. e I d.C. Seja como for, trata-se da primeira obra a expor regras teóricas sobre epistolografia, embora não autonomamente, e sim na forma de um excurso¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Baseio-me sobretudo no livro de Abraham J. Malherbe, *Ancient epistolary theorists* (Atlanta, Ga.: Scholars Press, 1988) que, todavia, inclui ainda obras dos chamados “Pseudo Demétrio” (*Tipos Epistolares*) e “Pseudo Libânio” (*Estilos Epistolares*), bem como os “Papiros de Bolonha, 5”. A despeito do eventual interesse das obras citadas, optamos, contudo, por não incluí-las neste trabalho, eis que se constituem quase que exclusivamente em tipologias e modelos de cartas, não contribuindo muito para a teorização do gênero.

¹⁷⁷ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, pp.12-14.

¹⁷⁸ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.2; KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric*, Princeton: Princeton University Press, 1994, p.88, n.10; “Demetrius”, in: *The Oxford Classical Dictionary*, London: Oxford University Press, 1950, p.265. Em sentido contrário, atribuindo a autoria do tratado a Demétrios de Fáléron: POSTER, Carol. “Demetrius of Phalerum”, in: *ENCYCLOPEDIA OF RHETORIC AND COMPOSITION*, edited by Theresa Enos, New York / London: Garland Publishing Inc., 1996, pp.174-175.

¹⁷⁹ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.3.

Demétrio aborda, nas seções 190-235 de seu tratado, o chamado estilo simples (*ischnos*), que é associado ao vício da aridez (*xeros*), e propõe a sua aplicação na escrita de cartas¹⁸⁰ (especificamente nas seções 223-235). Toma como base um juízo de Artemón, que teria compilado as cartas de Aristóteles, segundo o qual se devem escrever as cartas da mesma maneira que os diálogos, de tal forma que a carta seja como uma das duas partes de um diálogo. Demétrio afirma, então, que a carta deve ser algo mais elaborada que o diálogo, pois enquanto o diálogo imita alguém que improvisa, a carta é escrita e enviada a alguém, de outra forma, como se fosse um presente. Ainda assim, deve-se adotar na carta um estilo simples, pedestre, de maneira que mais se aproxime de uma conversa entre amigos do que da demonstração pública de um orador.

Crítica o uso de “frases soltas” como não apropriadas para as cartas por causar obscuridade na escrita e por não ser a imitação própria da escrita como o é do debate. Prossegue comparando a carta ao diálogo, devendo ser ela rica na descrição dos caracteres, pois se pode dizer que cada um escreve a carta como retrato de seu próprio ânimo, sendo a carta a forma de composição literária em que mais se pode ver o caráter do escritor.

Quanto à extensão e ao estilo da carta, ambos devem ser ordenados cuidadosamente, considerando que as cartas muito extensas ou muito pomposas não são, em verdade, cartas, senão tratados em forma epistolar, como as de Platão e Tucídides.

A carta deve ser mais livre, tendo Demétrio por ridícula e pouco cortês a construção de períodos como se se estivesse escrevendo um discurso judicial e não uma carta. Ela deve ser a expressão breve de um sentimento amistoso e a exposição de um tema simples em termos simples, o que veta, por exemplo, que se preste à veiculação de sofismas ou questões de história natural.

Demétrio afirma que constituem a beleza de uma carta as expressões de amizade e os numerosos provérbios que contém. Considera-os a única filosofia que se deve encontrar numa carta, já que são populares e de domínio comum. Mas não devem ser utilizadas máximas e exortações, pois quem as utiliza não parece estar falando familiarmente numa carta, mas sim eloqüentemente num púlpito.

Quando, contudo, as cartas forem dirigidas ao Estado e a pessoas reais devem adotar um tom ligeiramente elevado, levando-se em conta a pessoa a quem se escreve. Reafirma que a elevação do estilo não deverá chegar ao ponto de se ter um tratado no lugar de uma carta, dando como exemplos disso as cartas de Aristóteles a Alexandre e a de Platão aos amigos de Diôn.

Demétrio conclui que a carta, em geral, quanto ao seu modo de elocução, deve mesclar os estilos gracioso e simples, sendo como uma das partes de um diálogo. Para George A. Kennedy, esta discussão na obra de Demétrio reflete presumivelmente o crescente papel da epístola, pública e privada, no período helenístico.¹⁸¹

¹⁸⁰ POSTER, Carol. *Op. cit.*, p.175.

¹⁸¹ *Op. cit.*, pp.89-90.

Marco Túlio Cícero

Cícero (106a.C.—43a.C.) não escreveu nenhum tratado sobre epistolografia, nem sistematizou o seu estudo em seus tratados de retórica¹⁸². Há, contudo, em alguns de seus textos, e sobretudo em suas cartas¹⁸³, diversos conceitos a respeito da arte epistolográfica, o que faz pressupor que tivesse sólidos conhecimentos da teoria epistolar grega¹⁸⁴. Ademais, a importância de Cícero para a epistolografia está na recuperação de suas cartas no período renascentista, quando seus ferrenhos defensores o elegerão como modelo absoluto para a escrita de cartas.

Nas *Epistulae ad Atticum*, Cícero vê a carta como uma conversação por meio da escrita: “Eu, apesar de nada ter para te escrever, ainda assim escrevo, pois parece que falo contigo” (12, 53)¹⁸⁵; “Nada teria para escrever. Nenhuma nova ouvi, e a todas as tuas cartas respondi ontem. Mas como a aflição não só me priva do sono, mas também não me permite manter-me acordado sem uma imensa dor, por isso comecei a escrever-te sem assunto definido, pois assim contigo quase falo, e é a única coisa que me acalma” (9, 10, 1)¹⁸⁶.

Além disso, a carta, para Cícero, manifesta o caráter de quem a escreve: “Eu te vi todo em tua carta.” (*Epistulae ad Familiares* 16, 16, 2)¹⁸⁷

Quanto aos tipos de cartas, Cícero distingue entre *litterae publicae* e *privatae* (*Pro Flacco* 37) adotando diferentes estilos em cada uma delas. Nas *Epistulae ad Familiares* (2, 4, 1; 4, 13, 1; 6, 10, 4), distingue entre cartas simples com informações fatuais e cartas comunicando o temperamento de quem as escreve, dividindo-se estas em *genus familiare et iocosum* e em *genus severum et grave*.¹⁸⁸

Para Cícero as cartas devem ainda adaptar-se às circunstâncias e ao temperamento de seus destinatários (*Epistulae ad Familiares* 2, 4, 1; 4, 13, 1; *Epistulae ad*

¹⁸² “Mas é possível dizer que a arte do ditado [*ars dictaminis*], se não floresce com os escritores de artes mais antigos, jaz de algum modo embrionária nestes; é o que se pode concluir com Cícero (séc. I a.C.). Este, de modo geral, afirma que os mestres de retórica não tratam todos os preceitos da invenção e elocução (CIC. *De or.* 1 12 52). De modo particular, porém, afirma que não tratam os preceitos da conversa filosófica (*sermo*), mas tão-somente os da contenda oratória (*contentio*; id. *Off.* 1 37 132 – 38 137). Demais, diz ainda que é possível adaptar-se os preceitos desta àquela (id. *Off.* 1 37 132).” (SANTOS, Marcos Martinho dos. “Arte Dialógica e Epistolar segundo as *Epistolas Morais a Lucílio*”, in: *Letras Clássicas*, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, n. 3, 1999, p.46)

¹⁸³ Segundo Gian Biagio Conte, a correspondência de Cícero compreende os 16 livros *Ad Familiares*, com cartas datadas de 62 a 43a.C., os 16 livros *Ad Atticum*, com cartas de 68 a 44a.C., três livros *Ad Quintum Fratrem*, com cartas de 60 a 54a.C., e dois livros *Ad Marcum Brutum*, cuja autenticidade é controvertida (cartas de 43a.C.), num total em torno de novecentas cartas (*Latin Literature – A History*, translated by Joseph B. Solodow, revised by Don Fowler and Glenn W. Most, Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1994).

¹⁸⁴ É a hipótese defendida por KEYES, C.W. “The Greek Letter of Introduction”, *American Journal of Philology* 56 (1935) 44, *apud* MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.3. V. também KENNEDY, George A. *Op. cit.*, pp.90, 207-208.

¹⁸⁵ “Ego, etsi nihil habeo, quod ad te scribam, scribo tamen, quia tecum loqui videor.” *Apud*: MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.24.

¹⁸⁶ “Nihil habebam, quod scriberem. Neque enim novi quicquam audieram et ad tuas omnes rescripseram pridie. Sed, cum me aegritudo non solum somno privaret, verum ne vigilare quidem sine summo dolore pateretur, tecum ut quasi loquerer, in quo uno acquiesco, hoc nescio quid nullo argumento proposito scribere institui.” *Apud*: MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.24.

¹⁸⁷ “Te totum in litteris vidi.” *Apud*: MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.24.

¹⁸⁸ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.12.

Atticum, 9, 4, 1), devendo ser escritas no estilo mais apropriado (*Epistulae ad Familiares* 15, 21, 4), que pode ser o das conversas cotidianas (*Epistulae ad Familiares* 9, 21, 1), atentando-se, contudo, para a correta utilização dos gracejos (*Epistulae ad Familiares* 2, 4, 1)¹⁸⁹. Nesse sentido, a clareza do texto consistirá sobretudo na disposição ordenada da matéria.

María Nieves Muñoz Martín afirma ser cortesia habitual, na forma ciceroniana da carta, responder àquela que se acaba de receber primeiramente, seguindo a mesma ordem nas questões, e continuando depois com a própria motivação.¹⁹⁰ Ademais, a narração epistolar está orientada não só para informar, mas também para persuadir, podendo supor-se também que o destinatário tenha já alguma informação sobre os fatos. Assim, o *docere*, que corresponde ao relato expositivo, é complementado pelo *movere*, um meio emotivo da *persuasio* que se obtém mediante o encarecimento próprio do uso dos afetos¹⁹¹.

Quanto à estrutura da carta ciceroniana, María Martín divide-a em três partes: “abertura”, “setor central” e “conclusão”, que considera os elementos estruturais fundamentais que vêm determinados por sua posição e sua função¹⁹².

Na “abertura”, da qual exclui o marco epistolar externo, qual seja, a saudação inicial, integrada por três elementos (*intitulatio*, *inscriptio* e *salutatio*), identifica certos elementos com uma frequência altamente significativa e com diverso grau de formulismo¹⁹³. Como, para Cícero, a carta se concebe como um substituto da comunicação oral e da presença física, a “abertura” é a parte que prepara para o “encontro”, identificando e aproximando o remetente do destinatário¹⁹⁴.

Quanto ao “setor central” da carta, a dificuldade de delimitá-lo e defini-lo nas cartas gregas, em razão da brevidade dos papiros, levou a caracterizá-lo num sentido negativo: o centro do corpo epistolar é o que *não é* a “abertura” nem a “conclusão”, já que estas partes, mais estereotipadas, identificam-se com mais facilidade¹⁹⁵. A função do “setor central” é conter a mensagem propriamente dita, comunicando determinada informação ao destinatário. É por meio dele que se realiza o “encontro” entre remetente e destinatário.

A “conclusão” atua como epílogo do corpo epistolar. Seus elementos constitutivos caracterizam-se sobretudo pelo formulismo¹⁹⁶. María Martín aponta como características da conclusão a reiteração da motivação principal da carta, a

¹⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, p.13.

¹⁹⁰ *Estructura de la carta en Cicerón*, Madrid: Ediciones Clásicas, 1994, p.44.

¹⁹¹ *Id.*, *ibid.*, p.50.

¹⁹² *Id.*, *ibid.*, p.13.

¹⁹³ a) referências a comunicações prévias; b) expressões de declaração; c) referências ao próprio escrito; d) expressões de pesar/alegria; e) manifestações de vontade; f) pedidos de carta/visita; e, em combinação com os anteriores: g) *verba cogitandi/sentiendi*; h) expressões de surpresa; i) contrução *de* + ablativo; j) determinações locais e temporais. Para maiores detalhes, *id.*, *ibid.*, pp.14-32.

¹⁹⁴ *Id.*, *ibid.*, p.52.

¹⁹⁵ *Id.*, *ibid.*, p.33, n.1.

¹⁹⁶ María Martín identifica nove tipos de “conclusão” na carta ciceroniana: a) fórmulas e expressões declarativas; b) manifestações de vontade; c) referências a futuro encontro; d) expressões de benefício; e) pedidos de carta; f) referências a futura carta; g) expressões tranquilizadoras; h) expressões de confiança; i) *post scripta finales*. Para mais detalhes, *id.*, *ibid.*, pp.55-75.

concentração do elemento prescritivo e o interesse em assegurar o futuro contato com o destinatário. E, se a “abertura” do corpo estabelece o contato entre remetente e destinatário, e o “setor central” representa o “encontro” como substituto da comunicação oral, a “conclusão” finaliza esse contato e permite, mediante seus elementos, que este se realize novamente¹⁹⁷.

Sêneca

Tal como Cícero, Sêneca não teorizou sobre a escrita de cartas, mas encontramos aqui e ali, nas *Epistulae Morales ad Lucilium*, certos conceitos a respeito do ato de escrever cartas.

Na Epístola 45, 13, Sêneca aborda o aspecto material da carta: “Mas para não exceder a dimensão normal de uma carta, que não deve encher a mão esquerda do leitor, adiarei para outra altura esta discussão com os dialécticos, gente em excesso subtil, e cuja única preocupação é esta, e apenas esta!”¹⁹⁸

Para Sêneca, assim como para Cícero, a carta tem o poder de tornar presente a pessoa do destinatário: “Agradeço-te a freqüência com que me escreves, pois é o único meio de que dispões para vires à minha presença. Nunca recebo uma carta tua sem que, imediatamente, fiquemos na companhia um do outro. Se nós gostamos de contemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo ausente? A mão de um amigo gravada na folha da carta permite-nos quase sentir a sua presença – aquilo, afinal, que sobretudo nos interessa no encontro directo”¹⁹⁹; “Estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz; estou de tal modo perto de ti que já não sei bem se te vou escrever uma carta, ou apenas um recado para enviar a tua casa!”²⁰⁰

Quanto ao estilo, as cartas devem adotar um tom coloquial, como numa conversa entre amigos: “Tens-te queixado de receberes cartas minhas escritas sem grandes pruridos de estilo. Mas quem é que escreve com pruridos se não aqueles cuja pretensão se limita a uma eloquência empolada? Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco

¹⁹⁷ *Id., ibid.*, pp.74-75.

¹⁹⁸ *Cartas a Lucílio*, tradução de J. A. Segurado e Campos Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.154. No original: “Sed ne epistulae modum excedam, quae non debet sinistram manum legentis implere, in alium diem hanc litem cum dialecticis differam nimium subtilibus et hoc solum curantibus, non et hoc.” (*Epistulae Morales ad Lucilium*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 10 abr. 2002) Essa mesma passagem será utilizada por Justo Lipsio em sua *Epistolica Institutio*. Para a nossa tradução do tratado de Lipsio, v. abaixo, Anexo IV.

¹⁹⁹ *Trad. cit.*, Epístola 40, I, p.136. No original: “Quod frequenter mihi scribis gratias ago; nam quo uno modo potes te mihi ostendis. Numquam epistolam tuam accipio ut non protinus una simus. Si imagines nobis amicorum absentium iucundae sunt, quae memoriam renovant et desiderium [absentiae] falso atque inani solacio levant, quanto iucundiores sunt litterae, quae vera amici absentis vestigia, veras notas afferunt? Nam quod in conspectu dulcissimum est, id amici manus epistulae impressa praestat, agnoscere.”

²⁰⁰ *Trad. cit.*, Epístola 55, 11, p.190. No original: “Video te, mi Lucili; cum maxime audio; adeo tecum sum ut dubitem an incipiam non epistulas sed codicillos tibi scribere.”

elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, de fingido! Se isso fosse possível, eu preferia mostrar-te o que sinto, em vez de o dizer. Mesmo que eu estivesse discutindo contigo não me iria pôr na ponta dos pés, nem fazer grandes gestos, nem elevar a voz: tudo isto seriam artifícios de oradores, enquanto a mim me bastaria comunicar-te o meu pensamento, num estilo nem grandiloquente nem vulgar.”²⁰¹

Contudo, o tom coloquial não deve ser entendido como completo despojamento do estilo epistolar, mas como a expressão decorosa do que se pretende transmitir: “O que me agradou na tua carta foi ver que dominas as palavras e que a preocupação do estilo não te leva a divagações extemporâneas. Há muita gente que se põe a escrever coisas que não tinha planeado movida pela sugestão de algum vocábulo bem soante. Contigo tal não sucede: as tuas frases são concisas e adequadas ao assunto; dizes apenas o que queres, e sugeres ainda mais do que dizes. O teu estilo é sintoma de algo muito mais importante: de que a tua alma se não interessa pelo supérfluo, pelo bombástico. Encontro em ti, contudo, algumas metáforas que, sem serem audaciosas, são de certo modo atrevidas; encontro símiles – mas proibirem-nos o uso destas figuras a pretexto de que só nos poetas elas são legítimas, significa que se não leram os autores antigos, de uma época ainda não deformada pela obsessão da eloquência. Tais autores, embora falando com simplicidade e com a única preocupação de se fazerem entender, têm um estilo repleto de comparações, que, aliás, reputo necessárias aos filósofos, não pela mesma razão que aos poetas, mas como meio de superar as limitações da linguagem e de permitir, quer ao orador quer ao auditório, a apreensão directa da matéria em causa.”²⁰²

Filóstrato de Lemnos

Autor do *De Epistulis*, datado do século III d.C., Filóstrato de Lemnos, nascido por volta do ano 190 d.C., não deve ser confundido com Filóstrato, o Atenense, de quem foi discípulo e genro.

Filóstrato dirige seu pequeno tratado a Aspasius de Ravena, numa espécie de crítica pelo fato de este último não saber empregar um estilo adequado para a

²⁰¹ *Trad. cit.*, Epístola 75, 1-2, p.305. No original: “Minus tibi accuratas a me epistulas mitti quereris. Quis enim accurate loquitur nisi qui vult putide loqui? Qualis sermo meus esset si una desideremus aut ambularemus, inlaboratus et facilis, tales esse epistulas meas volo, quae nihil habent accersitum nec fictum. [2] Si fieri posset, quid sentiam ostendere quam loqui malletm. Etiam si disputarem, nec supploderem pedem nec manum iactarem nec attollerem vocem, sed ista oratoribus reliquisset, contentus sensus meos ad te pertulisse, quos nec exornassem nec abiecissetm.”

²⁰² *Trad. cit.*, Epístola 59, 4-6, pp.210-211. No original: “audi quid me in epistula tua delectaverit: habes verba in potestate, non effert te oratio nec longius quam destinasti trahit. [5] Multi sunt qui ad id quod non proposuerant scribere alicuius verbi placentis decore vocentur, quod tibi non evenit: pressa sunt omnia et rei aptata; loqueris quantum vis et plus significas quam loqueris. Hoc maioris rei indicium est: apparet animum quoque nihil habere supervacui, nihil tumidi. [6] Invenio tamen translationes verborum ut non temerarias itaque periculum sui fecerint; invenio imagines, quibus si quis nos uti vetaret poetis illas solis iudicat esse concessas, neminem mihi videtur ex antiquis legisse, apud quos nondum captabatur plausibilis oratio: illi, quis simpliciter et demonstrandae rei causa eloquebantur, parabolis referti sunt, quas existimo necessarias, non ex eadem causa qua poetis, sed ut imbecillitas nostrae adminicula sint, ut et dicentem et audientem in rem praesentem adducant.”

escrita de cartas²⁰³. Como modelos de uso do estilo epistolar de discurso enumera, entre os filósofos, Apolônio de Tiana e Dio; entre os comandantes militares, Brutus, ou a pessoa que Brutus empregou para escrever suas cartas; entre os Imperadores, o “divino” Marcos, quando ele próprio as escrevia. Entre os retóricos, Herodes, o Ateniense, embora muitas vezes, com o seu *aticismo*²⁰⁴ e sua loquacidade, afaste-se, segundo Filóstrato, do estilo epistolar apropriado.

Nesse ponto, Filóstrato passa a enumerar as características do que entende por um “estilo epistolar apropriado”: deve na aparência ser mais *ático* do que o discurso diário, mas mais ordinário do que seja o *aticismo*; deve ser composto de acordo com o uso comum, sem estar, contudo, em contrariedade com um estilo gracioso.

Quanto à graça do estilo, Filóstrato exige que ela seja atingida sem que se façam “alusões secretas”, pois o escritor, ao fazê-las, parece ser pretensioso, e a pretensão numa carta é puerilidade. A despeito disso, concorda que as cartas mais breves façam uso de períodos sentenciosos, que neste caso são admissíveis em razão justamente da brevidade de tais cartas. Mas tais períodos devem ser eliminados de cartas mais longas, por serem demasiado eloqüentes para uma carta; contudo, se houver necessidade, conforme a finalidade da carta, um período sentencioso pode ser incluído como citação do que foi dito, ou para concluir um pensamento.

Se a clareza é uma boa guia para todo o discurso, afirma Filóstrato, assim o é ainda mais para uma carta. “Se concedemos algo ou fazemos uma petição, se concordamos ou discordamos, se atacamos alguém ou nos defendemos, ou se declaramos nosso amor, prevaleceremos mais facilmente se nos expressarmos com clareza do estilo. Expressar-nos-emos claramente e sem vulgaridade se expressarmos alguns de nossos pensamentos ordinários de uma maneira original, e alguns pensamentos originais de uma maneira familiar.”²⁰⁵ Em síntese, para Filóstrato a clareza é o maior meio de persuasão.²⁰⁶

Gregório Nazianzeno

Na *Epístola 51*, dirigida a Nicóbulo e datada dos anos 384-390, Gregório Nazianzeno (c.329-c.390), um dos Padres da Igreja, respondendo a um questionamento de seu destinatário sobre o assunto (“visto que tu também me questionaste sobre esta matéria”), discute inicialmente a extensão da carta, afirmando que há os que escrevem cartas mais longas e os que escrevem cartas mais breves que o apropriado.

²⁰³ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.3.

²⁰⁴ *Aticismo*, segundo Massaud Moisés, “designa o estilo preciso, simples, irrepreensível, elegante, polido, composto de frases isentas de ornatos desnecessários ou excesso de palavras, em que a lucidez do pensamento se reveste de uma forma cristalina e sucinta. O vocábulo ‘aticismo’ prende-se ao falar da Attica, tornado o modelo de linguagem política e literária quando se processou a expansão da Grécia. Com a decadência do povo helênico, no século II a.C. passou-se nostalgicamente a encarar os escritores de Atenas (capital da Attica) dos séculos V e IV a.C. como mestres de sobriedade lingüística, digna de preservação e culto. Em parte por reação contra o estilo empolado que entrou em moda no contacto do Grego com os idiomas orientais, o aticismo, transferindo-se para Roma, alcançou o ápice no século II da era cristã.” (*Dicionário de Termos Literários*, São Paulo: Cultrix, 1992, pp.46-47).

²⁰⁵ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.43.

²⁰⁶ MARTÍN, Maria Nieves Muñoz. *Op. cit.*, p.51, n.56.

“Ambos afastam-se completamente de atingir o objetivo,” prossegue Gregório, “tal como os arqueiros que ou acertam alguém ou além quando tentam atingir o alvo. Erram igualmente, embora por razões opostas.”²⁰⁷

Para Gregório Nazianzeno, uma carta deve ter três qualidades: concisão, clareza e graça.

Quanto à concisão, o que determina a extensão das cartas é a necessidade do objetivo a que se destinam: “não se deve escrever e escrever quando a matéria é limitada, nem ser mesquinho com as palavras quando há muito a se dizer.”²⁰⁸

Quanto à clareza, Gregório afirma que a melhor e mais belamente escrita é a carta que é persuasiva tanto ao ignorante quanto ao sábio, parecendo àquele como escrita num estilo popular, e a este como acima do usual; uma carta que, além de tudo, é entendida imediatamente.

A terceira qualidade da carta, ao lado da concisão e da clareza, é, segundo Gregório, a graça. Ela deve ser preservada se, de um lado, pretende-se evitar a completa aridez, a carência de ornatos, num estilo tão despojado e sem ornamentação, que não permita ditos sentenciosos, provérbios e apotegmas nem gracejos ou enigmas que suavizem o discurso. De outro lado, não se deve fazer uso indevido desses artifícios. Não usá-los de todo é rústico, usá-los demais é saciar o leitor. Para Gregório, eles devem ser usados do mesmo modo que os fios de púrpura nos mantos, ou seja, com parcimônia: podem ser usados *tropos*, mas poucos, e desde que não sejam de mau gosto. “Antíteses²⁰⁹, pariroses²¹⁰ e isocólons²¹¹ eu deixo para os sofistas,” diz Gregório, “mas devemos de certo modo usá-los, fazendo-o com humor de preferência que seriamente.”²¹²

Gregório conclui suas observações com uma pequena fábula que teria ouvido aos “hábeis” sofistas: “quando os pássaros estavam disputando sobre quem deveria ser rei, e para tal reuniram-se, cada qual adornado à sua maneira, o maior adorno da águia era que ela não pensava ser bela. É esta qualidade desornamentada, que está tão próxima da natureza quanto possível, que deve especialmente ser preservada nas cartas.”²¹³

Caio Júlio Victor

A *Ars Rhetorica* de Caio Júlio Victor, ainda que inclua em suas fontes Hermágoras (ao menos indiretamente), Marcomannus, e o tratado de Áquila Romano a respeito de *figuras*, é calcada sobretudo no *De Oratore* e no *Orator* de Cícero, e muitas

²⁰⁷ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.59.

²⁰⁸ *Id., ibid.*, p.59.

²⁰⁹ “Figura que ressalta uma contradição colocando-a no interior de uma repetição” (REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.243).

²¹⁰ “Equilíbrio rítmico entre dois membros de uma frase” (*Id., ibid.*, p.250)

²¹¹ O *cólon* “designava, na métrica grega, uma combinação de pés, via de regra os dois primeiros, formando uma unidade, ou seja, destituídos de pausa. (...) O período composto de dois cólons iguais ou sintaticamente simétricos, peculiar à linguagem dos provérbios, recebe o apelativo de *isocólon*” (MOISÉS, Massaud. *Dicionário...*, *cit.*, p.89).

²¹² MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.61.

²¹³ *Id., ibid.*, p.61.

passagens são excertos ou paráfrases de Quintiliano.²¹⁴ A despeito disto, dedica um capítulo à escrita de cartas, e é o primeiro em língua latina a fazê-lo sistematicamente.

O capítulo 27 da *Ars Rhetorica* de Victor, *De Epistolis*, inicia-se com a afirmação de que muitas diretrizes que pertencem ao discurso oral também se aplicam às cartas. Victor então divide as cartas em dois tipos: as cartas de negócio (*negotiales*) e as cartas familiares (*familiares*). As cartas de negócio o são em virtude de sua matéria oficial e séria, caracterizando-se pelas sentenças severas, pela clareza de estilo e pelo especial esforço por uma expressão concisa. A elas se aplicam algumas das regras da oratória, mas sendo sempre o estilo familiar a governar o discurso. Victor admite que fatos históricos sejam narrados, ou que se adote um estilo mais erudito, desde que não diminua a graça da carta ou corrompa o estilo epistolar.

Quanto às cartas familiares, a brevidade é a primeira norma, observando-se que o texto pode admitir cortes apenas até o ponto em que pareça não haver ali uma omissão. Isso porque a clareza deve irradiar da carta, a não ser que se objetivasse o segredo, como alguns homens que costumavam criar entre si um código obscuro, por exemplo César, Augusto, ou Cícero. Mas quando não há necessidade de esconder algo, diz Victor, deve-se evitar muito mais a obscuridade nas cartas que nos discursos e na conversação. Pois, nas cartas, não é possível interpelar o remetente para esclarecer pontos obscuros, uma vez que está ausente, ao contrário de quando se fala com pessoas que estão presentes.²¹⁵ Por isso, também, não devem ser incluídos fatos obscuros da história, nem provérbios desconhecidos, nem expressões antiquadas, nem torneios pedantes de frase. E arremata: “não permita que a clareza seja obscurecida por barragens verbais ou por um estilo túrgido.”²¹⁶

Na seqüência, Victor passa a tratar da carta em relação ao seu destinatário: “uma carta escrita a um superior não deve ser jocosa; a um igual, não deve ser descortês; a um inferior, não deve ser soberba. A carta a um culto não deve ser descuidadamente escrita, nem a carta a um inculto deve ser indiferentemente composta, nem deve ser escrita negligentemente a um amigo íntimo, nem menos cordial a um não amigo. Seja profuso em congratular alguém em seu sucesso de tal modo a aumentar a sua alegria, mas console alguém que está sofrendo com poucas palavras, pois uma ferida sangra quando tocada por uma mão pesada. Quando escrever alegre as suas cartas pessoais, conte com a possibilidade de que elas possam ser relidas em tempos mais tristes. Nunca dispute, menos ainda numa carta.”²¹⁷

Ainda quanto ao destinatário, Victor adverte sobre a relação estreita entre as formalidades adotadas e o grau de amizade que mantém com o remetente: “As aberturas e conclusões das cartas devem conformar-se com o grau de amizade ou de dignidade do destinatário, e devem ser escritas de acordo com o costume.” Acrescenta ser

²¹⁴ KENNEDY, George A. *Op. cit.*, p.278.

²¹⁵ O trecho de Victor parece ecoar o seguinte passo do *Fedro*, de Platão: “Uma vez escrito, um discurso sai a vagar por toda parte, não só entre os conhecedores mas também entre os que o não entendem, e nunca se pode dizer para quem serve e para quem não serve. Quando é desprezado ou injustamente censurado, necessita do auxílio do pai, pois não é capaz de defender-se nem de se proteger por si.” (PLATÃO. *Fedro*, in: *Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro*, tradução de Jorge Paleikat, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d, p.270.)

²¹⁶ MALHERBE, Abraham J. *Op. cit.*, p.63.

²¹⁷ *Id.*, *ibid.*, p.65.

por vezes agradável acrescentar uma ou duas frases gregas na carta, desde que isso não seja feito de maneira intempestiva ou muito freqüente, assim como um provérbio familiar, um verso de poesia ou uma parte de um verso.

Victor conclui afirmando que, “algumas vezes, é agradável escrever como se estivesse conversando, usando expressões como ‘tu também?’ e ‘tal como tu disseste!’ e ‘vejo-te sorrir...’ de cujo gênero muitas se encontram em Cícero. Mas estas expressões, como disse, devem ser usadas nas cartas familiares; pois o tom dos outros tipos de cartas deve ser mais sério. Em conclusão, afirma ser o cuidado com tais ajustes fundamental para sair-se bem em suas cartas e em todos os outros escritos.”²¹⁸

²¹⁸ *Id., ibid.*, p.65.

CAPÍTULO II

A Escola de Bolonha e outras escolas

Bononia docet

(lema da cidade de Bolonha)

Suum cuique tribuere tota est aequitas

(sentença medieval calcada em preceito atribuído a Ulpiano)

Capítulo II – A Escola de Bolonha e outras escolas

Introdução

As artes epistolares da Antigüidade vigoraram durante a Idade Média até que, em razão dos negócios públicos, sejam civis, sejam eclesiásticos, exigiu-se um estilo formalmente mais rígido. “O período que produziu as mais antigas *artes dictandi* foi aquele em que o desenvolvimento político e econômico aumentou drasticamente a quantidade e variedade de documentos oficiais requeridos pelos eclesiásticos, pela nobreza e pelos cidadãos. A estabilização dos domínios feudais depois de séculos de tumultos e a emergência dos primeiros estados centralizados modernos conduziu a um volume de correspondência diplomática sem precedentes, registros oficiais, e outros. A Igreja, como poder espiritual e temporal, foi, é claro, diretamente afetada pelos mesmos desenvolvimentos e passou por semelhantes necessidades de novos caminhos para gerenciar demandas que sobrecarregavam os velhos métodos. A Controvérsia das Investiduras do final do século XI foi um estímulo especialmente importante ao estudo da retórica como propedêutica para a escrita de efetiva propaganda. Ao menos parcialmente, devido ao aumento da estabilidade política, o período foi igualmente caracterizado pelo crescimento econômico e pela expansão do comércio. O clima intelectual desses tempos ocorreu também pela criação de novas disciplinas. A Europa estava passando por uma renovada confiança no poder da razão humana para descobrir e descrever a ordem inerente na natureza. Modos tradicionais de classificar o conhecimento, como as sete artes liberais, começavam a ser modificados, assim como as instituições que os haviam perpetuado. Todos esses fatores foram especialmente evidentes no norte da Itália, onde a tradição escrita da *ars dictaminis* começou.”²¹⁹ Nasce então a *Ars Dictaminis*, cujos tratados serão modelados a partir do discurso clássico, adaptando-se a tradicional divisão do discurso às peculiaridades da carta. Martin Camargo a define como “a parte da retórica medieval que trata das regras de composição das cartas e outros documentos em prosa”, distinguindo a disciplina – a *ars dictaminis* – dos tratados sobre a matéria – as *artes dictandi*.²²⁰

O centro da *Ars dictaminis* esteve, no “final do século XI, no convento beneditino de Montecassino, em torno de Alberico de Montecassino e Juan de Gaeta (que veio a se tornar o papa Gelásio II)”²²¹. Alberico de Montecassino, nas *Flores rhetorici* (ou *Dictaminum radii*), resalta a importância da retórica na escrita, discute as partes do discurso, mas concentra-se no exórdio e nas “cores”, que são os tropos e figuras usados para adornar o discurso e *mover* a audiência, na qual já refere o *leitor*²²²; distingue,

²¹⁹ CAMARGO, Martin. *Ars Dictaminis, Ars Dictandi*, Turnhout-Belgium: Brepols, 1991, pp.31-32.

²²⁰ *Op. cit.*, p.20.

²²¹ PÉCORA, Alcir. “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”, in: *Máquina de Gêneros*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.19. Alberico de Montecassino morreu em 1107. O pontificado de Gelásio II se deu entre 1118 e 1119.

²²² FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.3.; PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.19. O referido trecho das *Flores rhetorici* é o seguinte: “Colores autem eius dico quibus capitur benevolentia, docilitas, attentio. Attentum ergo lectorem reddere si volueris, vera, honesta, utilia pollicearis.” (ALBERICO DE MONTECASSINO. *Flores rhetorici*, a cura di D. M. Inguañez e H. M. Willard, Montecassino, 1938 (Miscellanea cassinese 14), p.36. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 28 dez. 2001.)

também, a *salutatio* (“lugar em que são consideradas as *personas*, o *propósito* e o *tema* – respectivamente, especificando-se se o autor da carta e seu destinatário estão no mesmo estatuto, se são amigos ou inimigos ou quais são os modos adequados às intenções do autor ou ao tema”²²³) do *exordium*²²⁴. Alberico de Montecassino escreveu ainda um outro tratado, *Breviarium de dictamine*, dirigido a dois estudantes, Guindfrid e Guido, que parece ser a redação de um curso de princípios de retórica, de início ministrado oralmente, no qual a aplicação de algumas das regras da escrita de cartas é feita na primeira seção. Esta também inclui um breve tratamento a respeito da composição dos privilégios papais²²⁵, bem como a definição do *dictamen* como o tipo prosaico da arte epistolar, em oposição ao métrico.²²⁶ Ainda assim, contudo, segundo Camargo, as obras de Alberico de Montecassino não podem ser consideradas *artes dictandi* estritas, pois a matéria delas é a retórica tradicional do currículo das artes liberais, abrangendo uma área muito maior que a escrita de cartas. A despeito disso, prossegue Camargo, Alberico de Montecassino é o mais antigo escritor medieval conhecido a incluir a escrita de cartas como um domínio no qual a retórica tradicional pudesse ser aplicada.²²⁷

No início do século XII, e pelos próximos dois séculos, Bolonha passa a ser o centro da *Ars dictaminis*. Um dos primeiros nomes a se destacar é o de Adalberto Samaritano, um professor secular de Bolonha, que redigiu seus *Praecepta dictaminum* entre 1111 e 1118, que constituem a mais antiga *ars dictandi* de que se tem notícia²²⁸. Se se pode considerar Alberico de Montecassino o primeiro escritor medieval a dedicar parte de uma obra retórica à escrita de cartas, Adalberto Samaritano é o primeiro a dedicar à matéria todo um tratado. Adalberto Samaritano inicia os *Praecepta dictaminum* com a indicação do campo do *dictamen* que, para ele, abrange gramática, retórica e dialética. Descreve, em seguida, os vários tipos de saudação, todos adequados ao destinatário, dos quais apresenta trinta e quatro exemplos, ao lado de uma seleção de modelos de cartas.²²⁹ Variando o tipo de saudação, varia o tipo da carta, que pode ser classificada como *sublimis*, *mediocris*, ou *exilis*.²³⁰ Segundo Fantazzi, a *salutatio* “foi altamente cultivada, tornando-se mais e mais elaborada na forma, como requerido pela etiqueta de uma sociedade hierarquizada.”²³¹ Adalberto Samaritano, contudo, não poupa críticas aos escritos de Alberico de Montecassino em sua obra.

²²³ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.19. O trecho das *Flores rhetorici* é o seguinte: “[Salutatio]. In primis pensetur persona mittentis, persona cui mittitur, pensetur inquam vel sit sublimis, vel humilis, vel amicus vel hostis, postremo ocuiuscumque modi vel fortunae sit. Altera manet consideratio an iustam rem vel iniustam, an ingentem vel modicam exigat. Tertium est ut qua intentione quaerat scriptor examinet, dico superbe vel humiliter, dure vel leniter, minis, blandiciis, iusticia vel amicitiae fidutia. Ubi personam, rem, intentionem examinaveris, unumquodque secundum se librabis. Si sublimis sublimiter sonet, humilis humiliter, amice amicus, hostis hostiliter prosequatur.” (ed. cit., p.38).

²²⁴ “Post salutationem exordium inibis, post exordium narrationem promovebis quae sic erit honesta, si brevis fuerit et clara.” (Flores rhetorici, p.38).

²²⁵ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.3.

²²⁶ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.19.

²²⁷ *Op. cit.*, pp.30-31.

²²⁸ CAMARGO, Martin. *Op. cit.*, p.31, citando SCHMALE, Franz-Josef. “Die Bologneser Schule der ‘Ars dictandi’”, *Deutsches Archiv für Esforschung des Mittelalters*, 13 (1917), 16-34. Fantazzi afirma ser Adalberto Samaritano “o primeiro *dictator* conhecido, um termo que ele aparentemente inventou para designar sua profissão” (*Op. cit.*, p.3).

²²⁹ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.3.

²³⁰ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.20.

²³¹ *Op. cit.*, p.3.

Considerado um rival de Adalberto Samaritano, o cónego Hugo de Bolonha, que ensinou retórica na escola da catedral de Bolonha, compôs suas *Rationes dictandi prosaice*, entre os anos de 1119 e 1124, logo depois dos *Praecepta dictaminum* daquele. Nas *Rationes*, Hugo de Bolonha “especifica dois tipos básicos de *dictamen*: o *prosaico*, em que vai concentrar-se, e o *métrico* (cuja composição guarda medida por pés, por número de sílabas e rima, ou combina prosa e verso).”²³² Hugo de Bolonha, “definindo a prosa epistolar, liga o *dictamen* de Cícero e Salústio com o de São Paulo, embora, como em todos teóricos medievais e renascentistas, as cartas de Paulo nunca sejam discutidas”.²³³ Expõe, então, longamente o que julga ser próprio das saudações que, “sempre em terceira pessoa, definem-se segundo três categorias de *pessoa* (superior, igual, inferior) e é um dos lugares para se obter a *boa vontade* do leitor”²³⁴, além de apresentar “os epítetos próprios e as frases a serem usadas em cada caso.”²³⁵ A carta ainda “admite mais 3 partes: *exórdio* (cuja função é predispor o leitor para o que se segue); *narração* (que faz o relato do fato); e *conclusão*.”²³⁶ Hugo, também, defende Alberico das críticas de Adalberto Samaritano. “O debate entre Adalberto e Hugo”, contudo, “voltou-se menos a pontos específicos da teoria e prática da escrita de cartas que ao contexto em que a *ars dictaminis* devia ser ensinada. Partidário da educação eclesiástica tradicional, Hugo pensava que a *ars dictaminis* deveria permanecer sendo parte da retórica e, por conseguinte, subordinada a ela em sentido lato; enquanto Adalberto, partidário de programas escolares mais novos, favorecia a criação de uma nova disciplina, independente da menos pragmática retórica do currículo das artes liberais e talvez sobrepondo-se a ela no tempo. A posição de Adalberto prevaleceu. As artes escritas por seus seguidores e as escritas pelos igualmente numerosos seguidores de Hugo durante algumas décadas sinalizam uma tradição tão distinta da retórica que Alberico ensinou quanto eram as nascentes universidades das escolas das catedrais. E o sucesso da nova disciplina foi tal que, para alguns, a retórica do século XII era a *ars dictaminis*.” Ademais, “é muito mais da obra de Adalberto que da de Alberico que começou a tradição textual do gênero, com seu distintivo vocabulário, estrutura e conteúdo. Mesmo o principal advogado de Alberico, Hugo de Bolonha, está muito mais relacionado ao seu rival e contemporâneo Adalberto que ao seu predecessor de Montecassino.”²³⁷

Nesse contexto, surgem as *Rationes dictandi* (1135), de um autor anônimo de Bolonha, bem como as obras posteriores de Paulo Camaldulense (que viveu no século XII), Galfredo de Vinsauf (escrita entre 1188 e 1190) e Tomás Capuano (que morreu em 1243), que logo analisaremos mais detalhadamente.

Com a escola francesa, no início do século XIII, cujos “famosos centros de estudo do *dictamen* – Tours, Orléans, Blois, Meung – eram também famosos centros de estudo de clássicos *auctores*” e onde “o *dictamen* era ensinado principalmente em conjunto com a gramática (de fato, usualmente por mestres de gramática), enquanto em

²³² PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.20.

²³³ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.4.

²³⁴ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.20.

²³⁵ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.4. Fantazzi acrescenta: “Instrução como esta torna-se comum em tratados posteriores, até o tempo de Erasmo, que inclui uma extensa seção sobre epítetos em seu tratado”.

²³⁶ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, p.20.

²³⁷ CAMARGO, Martin. *Op. cit.*, pp.32-33, 31.

Bolonha era associado com o estudo do direito²³⁸, a velha discussão de Adalberto Samaritano e Hugo de Bolonha ressurgem, sob nova roupagem. “Os trabalhos dos professores franceses e as práticas dos notários franceses que vinham trabalhar na chancelaria papal cresceram em popularidade até que fortemente influenciaram o ensino do *dictamen* em Bolonha.”²³⁹

Vale destacar, nesse passo, o *Candelabrum* (1220-1227), de Bene de Florença, “tratado dividido em cinco livros básicos” e que inclui, segundo Camargo, “uma grande quantidade de material ‘gramatical’ de Mathieu de Vendôme, Geoffroy de Vinsauf, e outras fontes francesas”²⁴⁰. O Livro I “define a *compositio* como disposição ornada das palavras (*ordinatio verborum equabiliter perpolita*), que exige um ritmo distinto da fala comum: o *cursus*. A composição pode ser, em primeiro lugar, *apta*, vale dizer, artística, quando se produz harmonia entre as palavras num arranjo uniforme e supõe o emprego do *cursus*, com alternância de vogais e consoantes no início e fim das palavras; além disso, guarda regras específicas de *cadência* e exige como principal habilidade a disposição de unidades rítmicas num movimento global. A composição também pode ser natural, que é mais própria para explanações, reduzindo-se o artístico à obtenção de uma ordem natural e elegante.” A composição ainda pode ser *casual*, reservada por Bene de Florença aos manuais e comentários às Escrituras.²⁴¹ “O segundo livro do *Candelabrum* é dedicado às figuras tradicionais de ornato, seguindo basicamente a mesma relação da *Rhetorica ad Herennium*. No Livro III, Bene propõe três tipos de *dictamen*: em *prosa* (*sermo communis* ou *solutus*); *métrico* (com emprego de *pés* determinados); e *rítmico* (com número regular de sílabas e rima).” Ao *dictamen* em prosa, Bene de Florença atribui “como primeira parte principal a *salutatio*, que aconselha vir sempre na 3ª pessoa e determinada pela relação de *dignidade* entre o remetente e o destinatário, de modo a ajustá-los entre si num processo que chama de *collatio personarum*. O Livro IV trata das quatro outras partes, já sedimentadas em Bolonha; primeiramente, o *Exordium*, que realiza a introdução do relato dos fatos e tem a função de tornar o destinatário receptivo, favoravelmente disposto (*captatio benevolentiae*) e atento; a simpatia do leitor pode ser obtida mediante referência do escritor a si mesmo, ao seu oponente, ao próprio leitor ou à ocasião. De acordo com a matéria de que trata a carta, o *exordium* pode ser *direto* (*principium*) ou *indireto* (*insinuatio*); sua dicção deve ser fluente e observar a correção gramatical, sem que resulte disso uma composição demasiado estudada, que fuja muito ao usual ou ganhe aspecto pomposo. Ao exórdio, segue-se a *narratio*, que conta os fatos e deve ser concisa, clara, plausível (*brevis, dilucida, verisimilis*); depois, a *petitio*, e, por último, a *conclusio*, que principalmente dá satisfação das expectativas levantadas. O Livro V resume os anteriores.”²⁴²

O que se pode depreender de todos esses tratados – bem como dos que veremos mais detalhadamente em seguida – é uma grande preocupação com a demonstração de cortesia e etiqueta nas cartas, praticada numa sociedade altamente hierarquizada, de acordo com o que se prescreve nas distintas possibilidades de *salutatio*.

²³⁸ CAMARGO, Martin. *Op. cit.*, p.33.

²³⁹ *Id.*, *ibid.*, p.33.

²⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p.34.

²⁴¹ PÉCORA, Alcir. *Art. cit.*, pp.21-22.

²⁴² *Id.*, *ibid.*, pp.22-23.

Características como brevidade e clareza, já prescritas pela tratadística antiga, são reafirmadas, o que as faz parecer cada vez mais como elementos próprios do gênero epistolar.

Anônimo de Bolonha

As *Rationes Dictandi*, do chamado Anônimo de Bolonha, datadas do ano 1135, após definirem a carta como “o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente”, ou ainda como “um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando plenamente os sentimentos de seu remetente”, dividem-na em cinco partes, a saber: *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*.

A *salutatio*, que é definida como “uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas”, classifica-se em: “prescrita”, se o nome do destinatário é escrito primeiro, seguido por todas as suas qualificações; “subscrita”, se o nome do destinatário é posto ao fim, com todas as qualificações; e “circunscrita”, se o nome do destinatário é escrito em vários lugares. Ressalta, em seguida, a importância dos epítetos, que “devem ser selecionados a fim de que eles apontem algum aspecto do renome e do bom caráter do destinatário.” Quanto aos remetentes, os epítetos devem ser escolhidos de forma adequada, “para indicar humildade e não orgulho”. Como índice para tal seleção, aponta as ordens das pessoas envolvidas, “de forma que, como freqüentemente os nomes dos postos eclesiásticos ou das profissões estão unidos com os nomes de seus remetentes, sejam qualificados pela adição de frases através das quais nenhum orgulho é ostentado”. Considera que, nas saudações, “os nomes dos destinatários devem sempre ser postos antes dos nomes dos remetentes, (...) a não ser que – e somente quando – um homem mais importante esteja escrevendo a um menos importante.” Nesse caso, o “nome do remetente deve ser posto em primeiro lugar, de modo que sua distinção seja demonstrada pela própria posição de seus nomes.” Isso porque, “é claro, entre todas as pessoas algumas são proeminentes, outras são inferiores, e ainda outras estão entre ambas”, sendo “proeminentes” as pessoas “das quais não se acham superiores, como o Papa ou o Imperador.” Assim, “quando um *dictator* põe-se a escrever, e a diferença entre o estado das pessoas envolvidas é conhecida”, deve considerar: a) o número e condição dos remetentes e destinatários, isto é, se o que se pretende “é um homem escrever para outro homem, ou um escrever para vários, ou vários para um, ou vários para vários; e se um igual para outro igual, um inferior a um superior, ou um superior a um inferior”; b) o tema da carta, “tanto que o escritor pode moldar a saudação com palavras adequadas e prescritas de acordo com a circunstância”; c) os epítetos, ou seja, “o que é conveniente para ser agregado aos nomes das pessoas envolvidas”. Seguem-se copiosos exemplos, divididos de acordo com remetentes e destinatários: de um monarca ao papa, e de todo súdito aos prelados; a saudação universal do papa; do imperador a todos os homens; saudações entre eclesiásticos; aos monges; de prelados a seus subordinados; entre nobres, príncipes e clero secular; de amigos íntimos ou aliados; de súditos aos seus senhores seculares; destes mesmos senhores aos seus subordinados; de senhores a subordinados culpáveis e que

ofenderam; de um professor a seu aluno; de um aluno a seu professor; de pais a seus filhos; de filhos a seus pais; de filhos delinquentes aos mesmos pais. Como últimas considerações sobre a *salutatio*, afirma que deve adequar-se ao tema a ser tratado na carta (“é necessário refletir cuidadosamente neste ponto pois podemos nos aplicar para preparar diversas saudações para a carta, que serão adequadas ao tema a ser tratado depois”), bem como ser costume na saudação tomar material do nome do destinatário, “de modo que o levemos a uma maior boa vontade”, do que fornece alguns exemplos.

À *salutatio* segue-se a *captatio benevolentiae*, que é “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário”, o que pode ser assegurado por cinco modos: pelo remetente, se “se menciona humildemente alguma coisa sobre seus negócios ou suas obrigações ou suas razões”; pelo destinatário, “quando não somente a humildade do remetente mas também os louvores ao destinatário são devidamente indicados”; por ambos; pelas circunstâncias, “se alguma coisa é acrescida que seja apropriada a ambas as pessoas envolvidas, ou que esteja no propósito das coisas, ou poderia ser adequadamente ou razoavelmente associada à boa disposição”; ou pela matéria, “se o grau de sua futura importância é posto abertamente adiante”. Considera que “muito freqüentemente a maior parte da *captatio benevolentiae* já está em curso na própria saudação. Por esta razão devemos planejar nossas cartas de modo que nunca a humildade do remetente ou o mérito do destinatário avancem demais na saudação, devemos ou prosseguir com o restante da carta imediatamente com a narração ou com a petição, ou devemos indicar nossa própria boa disposição de preferência breve e modestamente. Também, nas partes restantes da carta uma considerável boa disposição é expressa repetidas vezes – como em certos nomes indicando a honra ou glória do cargo ou ordem do destinatário.”

A *narratio* é “a enumeração ordenada dos fatos sob discussão, ou melhor, uma apresentação dos fatos de um modo que parecem eles próprios se apresentar”. Tem como características a brevidade e a clareza, para vantagem da causa do remetente. Classifica-se em simples e composta, sendo aquela a que “compreende a exposição de somente uma matéria”, e esta, “a que compreende a exposição de várias matérias.” Podem versar sobre o passado, o presente, ou o futuro.

Segue-se a *petitio*, parte “na qual tenta-se pedir alguma coisa”, havendo nove espécies: 1) *supplicatória* (quando se pede por meio de súplicas; “subalternos freqüentemente usam esta forma”); 2) *didática* (“quando se busca, por meio de preceitos, o que deve ou não ser feito”); 3) *cominativa* (“quando é feita por meio de ameaças; afinal de contas, a posição de alguém é em um certo sentido uma ameaça”); 4) *exortativa* (“quando se busca com insistência o que deve ou não ser feito”); 5) *incitativa* (quando se busca algo por meio do encorajamento); 6) *admonitória* (“por meio de advertência”); 7) *de conselho autorizado* (“por meio de aconselhamento”); 8) *reprobativa* (“por meio de reprovação”); e 9) *direta* (“por qualquer outro modo que não estes já elencados, mas somente pela sua indicação ou enunciação direta”). Como a *narratio*, a *petitio* também pode ser simples ou complexa.

Por fim, a *conclusio*, que é “a passagem pela qual uma carta é terminada”.²⁴³ Acrescenta ser “costumeiro na conclusão referir-se ao motivo pelo qual a questão é vantajosa ou não segundo os assuntos tratados na carta.” A *conclusio* pode, assim, ser usada para afirmar ou negar

Tais partes não são necessariamente exigíveis em todas as cartas. Pode haver cartas sem *conclusio* e/ou sem *petitio*, subsistindo com as partes restantes. Ou pode haver cartas em que se omita a *salutatio* e/ou a *captatio benevolentiae*, o que “é feito certamente, às vezes, de modo que quando alguém pretende declarar desprezo, ou raiva ou cólera por uma mente indigna, apresentará não a *salutatio*, mas usará meramente na posição regular da *salutatio* apresentar os nomes das pessoas envolvidas”, permanecendo completa a carta com as partes restantes. “Contudo, se a *narratio* não é usada, a carta não estará completa somente com as quatro partes restantes”, embora seja possível haver cartas completas que contenham somente a *petitio* e a *conclusio*, ou somente aquela. Ou seja, “deve-se notar que a *salutatio* com a *narratio* apenas, ou a *petitio* apenas, constituem uma carta completa; mas com a *captatio benevolentiae* somente, ou apenas com a *conclusio*, não se pode ter nada que se assemelhe a uma carta”.

As partes da carta também não precisam vir na ordem prescrita, podendo ser alterada. Mas o tratadista recomenda que somente aqueles mais experimentados na arte de escrever cartas se aventurem a mudar a disposição delas.

Paulo Camaldulense

Paulo Camaldulense viveu no século XII. Sua obra, *Introductiones dictandi*, depois de tratar da imitação e da exercitação, define a carta como “o discurso que, em seus limites, demonstra afeto a quem é enviado”²⁴⁴. Divide, então, a carta em *proemium* (o que é dito em primeiro lugar e que é adotado por saudação em resposta da atenção e benevolência do auditório²⁴⁵); *exordium* (é o discurso dirigido ao ânimo do auditório para prepará-lo convenientemente para ser ouvido com diligência²⁴⁶); *narratio* (contém a exposição da causa, devendo ser breve, clara e verossímil²⁴⁷); *argumentatio* (é o discurso

²⁴³ Tradução a partir da edição de James J. Murphy (*The Principles of Letter-Writing, in: Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971). Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado no Anexo II.

²⁴⁴ “Epistola est oratio mittentis affectum sua circumscriptione insinuans”. (PAULO CAMALDULENSE. *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Testo inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980), p.87. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001).

²⁴⁵ “Proemium est antecedens locutio, quae per salutis adoptionem, quam praesentat, auditorum benivolentiam reddit attentiores.” *Id., ibid.*, p.89.

²⁴⁶ “Exordium est oratio animum auditoris idonee comparans ad audiendum cum diligentia.” *Id., ibid.*, p.89.

²⁴⁷ “Nunc de narratione, quae causae continet expositionem, dicendum uidetur. (...) Narrationem uero conuenit habere haec tria; ut sit brevis et lucida ueriquesimilis.” *Id., ibid.*, p.90.

pelo qual provamos a fé de nossa causa ou confrontamos a causa adversa²⁴⁸) e *conclusio* (é o fim e a determinação de todo o discurso²⁴⁹).

Expostas as partes da carta, Paulo Camaldulense trata do estilo, afirmando que o bom *dictator* deve polir suas palavras pela *elegância*, *dignidade* e *composição*.²⁵⁰ *Elegância* é o que faz com que cada palavra seja expressa com clareza, com vocabulário em uso (ou seja, o de uso público e cotidiano) ou adequado (o mais apropriado ao assunto)²⁵¹. *Dignidade* é “a ornamentação que, pela graça do vocabulário, pela beleza das sentenças, de diversos modos conquista a mente do auditório.”²⁵² *Composição*, por fim, é “aquela combinação atentamente corrigida, que, pela gramática, ciência do correto falar, dispõe convenientemente nomes e verbos e outras palavras em todas as partes da carta e, da mesma forma bem disposta, pinta, com as cores da ornada e embelezada arte da retórica, e expõe, pela argumentação dialética, o que convém a cada pessoa, sexo, idade e ordem social.”²⁵³

Paulo Camaldulense conclui o seu tratado com um elenco dos vícios que o bom *dictator* deve evitar²⁵⁴, fornecendo os seus conceitos e exemplos.

Galfredo de Vinsauf

Galfredo de Vinsauf, ou Mestre Galfredo, produziu sua obra entre 1188 e 1230, tendo sido docente em Bolonha entre 1190 e 1200. É autor de *Poetria Nova*, datada entre 1208 e 1213, na dedicatória da qual celebra Inocêncio III, cujo pontificado foi de 1198 a 1216.²⁵⁵

Escreveu a *Summa de arte dictandi* entre 1188 e 1190, em que inicia com a definição de *dictamen*: “é uma série de orações acabadas cortada a intervalos de distância e não obrigada a leis de metro”²⁵⁶. Enumera, em seguida, as partes da carta

²⁴⁸ “Argumentatio est oratio, per quam nostrae causae fidem probamus aut aduersa confri<n>gimus.” *Id., ibid.*, p.91.

²⁴⁹ “Conclusio est exitus et determinatio totius orationis.” *Id., ibid.*, p.92.

²⁵⁰ “bonus dictator polire uerba sua debet per elegantiam, dignitatem, compositionem.” *Id., ibid.*, p.92.

²⁵¹ “Elegantia est, quae facit, ut unumquodque uerbum aperte declaretur, usitato quidem sermone aut proprio. Vsitatus sermo est, qui uersatur in quotidiana et publica consuetudine; propriu<s>, qui patenter illius rei est aut esse potest, de qua loquimur.” *Id., ibid.*, p.92.

²⁵² “Dignitas est exornatio, quae per sermonis dulcedinem, per sententiae uenustatem diuersis modis mentem reficit auditoris.” *Id., ibid.*, p.93.

²⁵³ “Compositio est illa diligenter emendata complexio, quae in cunctis partibus epistolae per gramaticam, recte loquendi scientiam, nomina et uerba ceterasque dictiones congrue disponit, et eadem bene disposita ornatis et expolitis rethoricae artis coloribus pingit et, quid unicuique personae, sexui, aetati et ordini conueniat, prout necessitas requirit, dialecticis argumentationibus ostendit.” *Id., ibid.*, p.93.

²⁵⁴ “Vitia igitur, quae in nostris cauere debemus locutionibus, haec sunt: barbarismus, soloecismus, acyrologia, tapinosis, macrologia, tautologia, enclipsis et cacosyntheton, collisio uocalium, et metacismus ac peryodus (si aliquo excessu senarium numerum punctorum superauerit), et aliqua, quae ob sui prolixitatem nequaquam uoluimus ad praesens numerare.” *Id., ibid.*, pp.93-94.

²⁵⁵ CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*, tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai, São Paulo: Hucitec: Edusp, 1996, p.88.

²⁵⁶ “Dictamen est orationum series perfectarum interuallis intercisa distantibus, nullis metrorum legibus obligata.” (GALFREDO DE VINSauf. *Summa de arte dictandi*, composta tra il 1188 e il 1190, edizione: V. LICITRA, *La Summa*

que, segundo a disciplina do costume escolástico, são quatro: *salutatio*, *exordium*, *narratio* e *conclusio*.²⁵⁷

Define a *salutatio* como “o limiar da carta, contendo os nomes da pessoa que envia e da pessoa a quem é enviada”²⁵⁸. Elenca, em seguida, inúmeros exemplos, assim divididos: saudação dos rústicos; saudação aos avaros; saudação aos generosos; saudação aos escolares; saudação dos discípulos aos mestres; saudação aos juízes; saudação entre amigos; saudação dos filhos aos pais; saudação dos pais aos filhos; saudação do imperador aos súditos; saudação de reis ao imperador; saudação do imperador ao papa; saudação de bispos ou arcebispos ao papa; saudação a prelados; saudação a religiosos.

Trata, na seqüência, do *exordium* ou *proverbium*, que é “o discurso contendo sentença proveniente do costume ou da natureza”²⁵⁹, enumerando novamente diversos exemplos: exórdio de cativos; exórdio de sitiadores aos inimigos; exórdio de pobres; exórdio de amigos; exórdio dos filhos aos pais; exórdio dos pais aos filhos etc.

A *narratio* é dividida em *narratio rhetoris* e *narratio dictatoris*. Aquela narra fatos ocorridos ou que poderiam ter ocorrido; esta exprime façanhas ou mentiras acerca do presente, do passado e do futuro.²⁶⁰ Afirma ainda ser a forma da narração multiforme: tantos são os modos de narrar quantos são os *dictatores*.²⁶¹ Seguem-se, como nas partes anteriores, diversos exemplos de modos de narrar.

Por fim, a *conclusio* é definida como a parte extrema em que se expõe o que se postula ou o fim a que a carta se destina²⁶². Há, contudo, cartas que não têm *conclusio*, o que ocorre quando não há *narratio*, modalidade de carta que Galfredo chama de *petitio*.²⁶³ Aponta as expressões características da conclusão, tais como “logo”, “penso”, “portanto”.²⁶⁴

O tratado de Galfredo de Vinsauf, como o de Paulo Camaldulense, conclui com o elenco de diversos vícios do *dictamen*, dentre os quais o mais interessante a ser destacado é o seguinte: “Também é vicioso não observar as qualidades das pessoas, como quando se atribui o que é dos laicos ao clérigo, ou o que é dos soldados ao rústico, ou vice-versa. Assim como distintas são as pessoas, assim distintos devemos ter os estilos, para exprimir os vários costumes dos homens, os diversos ofícios, as diferentes dignidades

de arte dictandi di maestro Goffredo, “Studi medievali”, s. III, 7 (1966), p.885. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001.)

²⁵⁷ “Secundum scolastice consuetudinis disciplinam, quatuor sunt partes epistole: salutatio, exordium, narratio et conclusio.” *Id.*, *ibid.*, p.886.

²⁵⁸ “Est autem salutatio limen epistole, personam mittentis et cui mittitur continens nominatim.” *Id.*, *ibid.*, p.886.

²⁵⁹ “Exordium siue prouerbium est oratio sententiam continens prodeuntem a consuetudine uel a natura.” *Id.*, *ibid.*, p.892.

²⁶⁰ “Est narratio rethoris et est narratio dictatoris. Narratio rethoris tantum res gestas uel quasi gestas prosequitur; narratio dictatoris facta uel ficta exprimit circa presens, preteritum et futurum.” *Id.*, *ibid.*, p.900.

²⁶¹ “Narrationum multiformis est forma. Totus enim narrationis modus est, quotus dictatorum numerus.” *Id.*, *ibid.*, p.900.

²⁶² “conclusio epistole pars extrema in qua ostendit quid sibi uel alii postulet, uel ad quid precedentia induxerit qui epistolam destinauit.” *Id.*, *ibid.*, p.909.

²⁶³ “Plerumque contingit quod conclusionem non habet epistola, quando scilicet narratio non precedit, et tunc illa dictaminis species petitio nuncupatur.” *Id.*, *ibid.*, p.909.

²⁶⁴ “Signa conclusionis sunt: Ergo, ideo, igitur, unde, hinc, inde, quam ob rem, quapropter, quocirca, et huiusmodi.” *Id.*, *ibid.*, p.909.

(...) Assim deve o *dictator* conformar as palavras às condições de cada um, na carta, como se a condição do destinatário, tal como refletida num espelho, pudesse ser lida.”²⁶⁵

Tomás Capuano

Tomás Capuano, que foi eleito, em 1225, Patriarca de Jerusalém, mas não confirmado pelo Papa, faleceu em 1243. Escreveu um tratado chamado *Ars Dictaminis* em que, após uma breve introdução, na qual censura aqueles que “precipitando sentenças e confundindo o juízo, põem luzes nas trevas e trevas nas mesmas luzes” e aqueles que, “sem prévio magistério, fazem-se *dictatores*”, distingue três *genera dictaminum*: o *prosaico* (que permite divagar longa ou largamente, ou quanto se queira), o *métrico* (que consiste na utilização de um pé e medidas das sílabas) e o *rítmico* (caracterizado pela computação de sílabas com consonância dos finais), associando a cada um deles, respectivamente, o autor modelar: Cassiodoro, Virgílio e Primatus. Admite também o gênero prosimétrico ou misto, que seria a mistura dos anteriores, tendo como modelo Boécio. Passa, então, a tratar da carta.

Indicando a etimologia da palavra, que viria de *epi*, “supra”, e de *stolon*, “enviar”²⁶⁶, Tomás Capuano distingue, tal como o Anônimo de Bolonha, as cinco partes da epístola: *salutatio* (que é a “adoção de cumprimentos”, pois “saudamos com efeito aquele a quem puramente estimamos e que desejamos que viva são e alegre”²⁶⁷; seguem-se inúmeros exemplos de *salutatio*); *exordium* (ou *benevolentiae captatio*, “a benigna facilidade de expressão das palavras, atraindo a atenção do auditório, observando cuidadosamente e atendendo diligentemente a dignidade e qualidade das pessoas, sejam ou não do clero”²⁶⁸); *narratio* (cuja exposição “deve ser breve, provável e aberta: se quiséssemos falar da ruína de Tróia, seria ‘breve’ se não começássemos desde o início, mas a partir do rapto de Helena, para não ultrapassar a causa da destruição; ‘aberta’, se observarmos a ordem dos fatos; ‘provável’, se expusermos o tempo e o lugar, explicando as coisas sempre de modo verdadeiro ou ao menos verossímil”²⁶⁹); *petitio* (a parte na qual

²⁶⁵ “Item uiciosum est non obseruare proprietates personarum, ut quod laici est clerico et quod militis est rustico attribatur, uel e conuerso. Sicut enim distincte sunt persone, sic distinctos debemus habere stilos, ad exprimendos uarios hominum mores, diuersa officia, dissimiles dignitates: (...). Ita debet dictator uerba singulorum conditionibus conformare, ut in epistola, uelud in speculo tersiore, mittentis persone conditio possit legi.” *Id., ibid.*, p.910.

²⁶⁶ “Denominata est autem epistola ab ‘epi’, quod est supra, et ‘stolon’, quod est missio” (TOMÁS CAPUANO. *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung), pp.15-16. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001).

²⁶⁷ “Dicta est autem salutatio salutis adoptio. Illum enim salutamus, quem pure diligimus sanumque desideramus vivere ac iocundum.” *Id., ibid.*, p.17.

²⁶⁸ “Exordium sive benevolentie captatio est benigna verborum eloquentia, quadam attentione alliciens animos auditorum et dignitatem seu qualitatem personarum tam in clero quam extra clerum sollicitè observans ac diligenter attendens.” *Id., ibid.*, p.31.

²⁶⁹ “quidem expositio debet esse brevis, probabilis et aperta, ut si de Troiana ruina loqui volumus, non ab ovo gemmino initium capiamus sed a raptu Helene, que causa exstitit procul dubio destructionis; ‘aperta’, si ordinem rerum gestarum

“postulamos algo que seja justo, útil e necessário”²⁷⁰) e *conclusio* (a parte pela qual “delimita-se, fecha-se e finda-se a carta, expondo o que se segue de conveniente ou inconveniente das coisas antes expostas”²⁷¹). Seguem-se uma série de exemplos, em que Tomás Capuano indica cada uma das partes da carta, além de demonstrar, como o Anônimo de Bolonha, a possibilidade de existir cartas que não contenham todas as partes, obrigatoriamente.

servaverimus, ‘probabilis’ erit, si tempus et locum ostendimus, ad rem facientia semper vere vel saltem verisimiliter explicantes.” *Id., ibid.*, p.32.

²⁷⁰ “Petitio est oratio, per quam aliquid postulamus, quod sit iustum, utile et necessarium”. *Id., ibid.*, p.33.

²⁷¹ “Conclusio est oratio, per quam epistola limitatur, clauditur et finitur, ostendendo, quid commodi vel incommodi ex re premissa sequatur.” *Id., ibid.*, p.33.

CAPÍTULO III

A Nova Epistolografia

PRINCE. And how doth thy master, Bardolph?

BARDOLPH. Well, my lord. He heard of your Grace's coming to town. There's a letter for you.

(...)

PRINCE. I do allow this well to be as familiar with me as my dog; and he holds his place, for look you how he writes.

POINS. [Reads] "John Falstaff, knight"- Every man must know that as oft as he has occasion to name himself, even like those that are kin to the King; for they never prick their finger but they say "There's some of the King's blood spilt." "How comes that?" says he that takes upon him not to conceive. The answer is as ready as a borrower's cap: "I am the King's poor cousin, sir."

PRINCE. Nay, they will be kin to us, or they will fetch it from Japhet. But the letter: [Reads] "Sir John Falstaff, knight, to the son of the King nearest his father, Harry Prince of Wales, greeting."

POINS. Why, this is a certificate.

PRINCE. Peace! [Reads] "I will imitate the honourable Romans in brevity."-

POINS. He sure means brevity in breath, short-winded.

PRINCE. [Reads] "I commend me to thee, I commend thee, and I leave thee. Be not too familiar with Poins; for he misuses thy favours so much that he swears thou art to marry his sister Nell. Repent at idle times as thou mayst, and so farewell. Thine, by yea and no- which is as much as to say as thou usest him- JACK FALSTAFF with my familiars, JOHN with my brothers and sisters, and SIR JOHN with all Europe."

POINS. My lord, I'll steep this letter in sack and make him eat it.

William Shakespeare. *Henry IV*, Part 2, Act II, Scene II

Capítulo III – A Nova Epistolografia

Introdução

A cena do *Henry IV* (1591), de Shakespeare, em que ocorre a leitura da carta de Falstaff, transcrita como epígrafe desta seção, é sintomática quanto ao sentimento de muitos humanistas em relação à tradição medieval da arte epistolar. Todos os tratados epistolares são unânimes em criticar e até mesmo ridicularizar a rigidez e o formalismo que a *ars dictaminis* teria atingido.

Contudo, esse é o resultado de um longo processo de transição entre o pleno domínio da *ars dictaminis* medieval e a epístola dita humanística. Durante mais de um século os dois estilos conviveram lado a lado, até prevalecer a doutrina que regula a segunda.

O início de todo esse processo costuma ser identificado num fato, até certo ponto casual, mas que foi decisivo para a redefinição do gênero: a redescoberta das cartas de Cícero, primeiramente por Petrarca, depois por Coluccio Salutati.

Francesco Petrarca (1304-1374), o poeta coroado no Capitólio, era um colecionador de manuscritos e formou uma importante biblioteca. Em sua constante busca por obras da Antigüidade, pesquisando na Biblioteca do Capítulo de Verona, encontrou, em 1345, um manuscrito contendo as cartas de Cícero a Atticus, Quintus e Brutus. A descoberta foi decisiva, tanto que o próprio Petrarca, movido pelas epístolas ciceronianas, passaria a reescrever as suas cartas para posterior publicação²⁷².

²⁷² “Petrarca ocupou-se especialmente das epístolas, elaboradas segundo o modelo dos epistolários de Cícero e Sêneca e em geral endereçadas não a um único destinatário mas a grupos de amigos que tinham como referência o destinatário (...) Trata-se de cartas que sofreram um longo processo de revisão e reestruturação por parte do autor, na passagem do momento de comunicação até sua oficialização. No final dos anos 40, concebeu-se o primeiro projeto de uma coletânea orgânica, que deveria receber o título de *Epystolarum mearum ad diversos liber*. Gradualmente ampliado, o ‘livro’ multiplicou-se nos 24 volumes de cartas (num total de 350, principalmente para amigos mas também para destinatários ideais) que em 1366 foram apresentadas como *Rerum familiarum libri*. Outras 125 epístolas distribuídas em dezessete livros juntaram-se nos *Rerum senilium libri* (1361-1374), tendo ficado sem destinação definitiva; um décimo oitavo deveria ter incluído uma carta autobiográfica à posteridade (*Posteritati*) que, escrita em 1367 e retomada mais adiante, não foi concluída. *Sine nomine* (1342-1358) são as dezenove cartas satíricas destinadas aos pontífices e aos eclesiastas da Cúria de Avinhão, que por razões de prudência, não mencionam o nome dos destinatários: daí o título. Outras cartas, que Petrarca não escolheu para destinação oficial e publicadas postumamente, foram designadas sob o título *Variae*. Em hexâmetros latinos são as 66 *Epistolae metricae* (1331-1361), escritas no estilo do poeta latino Horácio, e distribuídas em três livros. Convém repetir que a epístola de Petrarca não é uma simples carta. Nela, fatos e informações são submetidos a uma reflexão destinada a ter ressonância pública, como num tratado. Com a diferença de que Petrarca abandonou o hábito demonstrativo usado na elaboração dos tratados medievais, optando – modernamente – por uma forma bem personalizada e mais ‘cotidiana’ de intervenção pública.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Literatura Italiana: linhas, problemas, autores*, com a colaboração de Marco Cerruti et al., tradução de Nilson Carlos Moulin Louzada, Maria Betânia Amoroso, Neide Luzia de Rezende, São Paulo: Nova Stella: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp.174-175).

Coluccio Salutati²⁷³, segundo Fantazzi “o grande sucessor de Petrarca no domínio da epistolografia”, como chanceler de Florença, era responsável por toda a correspondência diplomática da República enviada a papas, reis e imperadores, além da comunicação com as embaixadas e a supervisão das cartas dentro do território florentino. Sua influência no estilo chancelar italiano é de extrema importância, com o reestabelecimento de uma retórica mais cortês que dele havia desaparecido.²⁷⁴ Tal como Petrarca, Salutati colecionava manuscritos e, por sua insistência, o chanceler de Milão, Pasquino Cappelli, ordenou uma pesquisa na Biblioteca da Catedral de Vercelli, de que resultou a redescoberta, em 1392, das cartas de Cícero depois conhecidas como *Ad familiares*.²⁷⁵

Todavia, Petrarca e Salutati, ao lado da produção inspirada em Cícero, continuaram a escrever cartas no estilo da *ars dictaminis* medieval quando necessário. Não podemos esquecer que Salutati era um chanceler e, para as cartas públicas e oficiais, a *ars dictaminis* ainda ditava as regras. Judith Rice Henderson, citando Gudrun Lindholm, mostra que, por exemplo, “o *cursus* foi usado regularmente no século XIV por Cola di Rienzo e Coluccio Salutati. Os humanistas do século XV Leonardo Bruni, Gasparino Barzizza²⁷⁶ e Poggio Bracciolini abandonaram os ritmos medievais nas cartas seculares, mas o *cursus* continuou a aparecer na correspondência papal até que foi rejeitado no início do século XVI por Pietro Bembo e Jacopo Sadoletto, aqueles ardentes ciceronianos que serviram como secretários do Papa Leão X.”²⁷⁷

Além da redescoberta das cartas de Cícero, outras obras recuperadas no início do século XV foram de enorme importância na revisão do gênero epistolar: em 1416, Poggio Bracciolini (1380-1459) encontra o texto completo de Quintiliano no Monastério de St. Gall; em 1421, foi encontrado na Biblioteca da Catedral de Lodi um manuscrito com o *Brutus*, o *De oratore* e o texto completo do *Orator*, todos de Cícero. Ao lado disso, as cartas de Cícero passaram a integrar, em 1419, o currículo da escola de Guarino Guarini (também conhecido como Guarino da Verona, 1374-1460), em Verona. Finalmente, com a imprensa, a difusão de todos os textos recentemente descobertos foi imensa: basta citar o exemplo do *Ad familiares*, impresso por Sweynheym e Pannartz, em Roma em 1467 e 1469; por João de Speyer, em Veneza, em 1469, com uma primeira

²⁷³ “Coluccio Salutati nasceu em Stignano, Val di Nievole (Pistoia) em 1331. Tabela em várias cidades, entre as quais Bolonha e Roma, em abril de 1375 foi nomeado ‘chanceler ditador’ (em referência à *ars dictandi*) da Comuna de Florença, onde morreu em 1406.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Op. cit.*, p.201).

²⁷⁴ FANTAZZI, Charles. General introduction, *cit.*, p.7.

²⁷⁵ *Id.*, *ibid.*, p.7.

²⁷⁶ “Gasparino Barzizza (c.1360-c.1431), um dos primeiros humanistas italianos, ensinou retórica, gramática e filosofia moral, esperando reviver a literatura latina. Os exemplos da arte epistolar em suas *Epistolae* foram determinados para ensinar a composição em prosa.” In: “Creating French Culture (Library of Congress Exhibition)”. Disponível em: <http://lcweb.loc.gov/exhibits/bnf/bnf0004.html>, acesso em: 05 fev. 2002).

²⁷⁷ HENDERSON, Judith Rice. “Erasmus on the Art of Letter-Writing”, in: MURPHY, James J. (ed.) *Renaissance Eloquence – Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983, p.336. Jacopo Sadoletto foi cardeal, nasceu em 1477 e faleceu em 1547. Pietro Bembo (1470-1547) dispensa apresentações.

impressão de 100 cópias e uma segunda de 600 cópias; por Aldo Manuzio, em 1502, 1512, 1522 e outras dez edições posteriores.²⁷⁸

Surgiram diversas coleções de cartas de humanistas, como as de Leonardo Bruni²⁷⁹, Poggio Bracciolini²⁸⁰, Giammario Filelfo (1426-1480), Enea Silvio Piccolomini²⁸¹, Marsilio Ficino²⁸², Angelo Poliziano (1454-1494), que, ao lado das cartas de Cícero, Plínio, Símaco, passam a ser apontadas como modelos dignos de imitação.²⁸³

Ao mesmo tempo, a arte epistolar começa a ter seus preceitos revistos, com o surgimento de inúmeros tratados sobre o gênero. “Um dos primeiros e provavelmente pela razão de sua maior influência foi o *Elegantiolae* de Agostino Dati²⁸⁴, publicado em Colônia em 1470. O *Rudimenta grammatices* de Niccolò Perotti²⁸⁵, de 1473, contém um breve capítulo sobre a composição de cartas (*De componendis epistolis*). Giammario Filelfo, filho de Francesco, compilou um *Novum epistolarium*, ilustrando oitenta diferentes tipos de cartas com um estilo próprio para cada um, que foi publicado em 1481, um ano depois de sua morte.”²⁸⁶

O *Novum epistolarium* de Giammario Filelfo, descrito por J. Chomarat como “rígido e minucioso”, embora publicado em 1481, um ano após sua morte, deve ter sido elaborado alguns anos antes, já que seu prefácio é datado de 8 de fevereiro de 1477. Contém “alguns preceitos retóricos gerais, depois distingue 80 tipos de cartas (*tituli*): *commendaticia*, *consolatoria pro funere*, *consolatoria pro re perditā*, *consolatoria pro exule*, *gratulatoria*, *inuitatoria ad amicitiam* etc. etc.; para cada *titulus*, Filelfo redigiu três modelos de cartas que distinguem o seu estilo: *familiar*, *familiarissima* e *grave*; a *familiar* conta em geral com quinze a vinte linhas, a *familiarissima* é duas vezes mais curta, a *grave* cerca de duas vezes mais longa; esta última é sempre ilustrada por vários nomes próprios: escritores referidos ou citados, grandes homens, países, monumentos ou cidades célebres que constituem os *exempla* do tema tratado; sua frequência é bem menor na carta *familiar*,

²⁷⁸ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.7. Fantazzi afirma que em 1501 já havia mais de 50 impressões do *Ad familiares*, a maioria na Itália.

²⁷⁹ “Leonardo Bruni nasceu em Arezzo em 1370. Viveu em Florença, participando ativamente da vida política da cidade até morrer em 1444. Além de ter pesquisado textos clássicos, foi tradutor do grego: traduziu para o latim alguns diálogos de Platão e a *Ética Nicomachea* de Aristóteles, além de Plutarco, Xenofonte, Eschine, Demóstenes.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Op. cit.*, p.202).

²⁸⁰ “Secretário apostólico, pesquisador e transcritor de códigos, Poggio Bracciolini (1380-1459) nasceu em Terranuova no Aretino. Viajou muito pela Europa como diplomata até se tornar – com funções predominantemente executivas – chanceler da senhoria de Florença.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Op. cit.*, p.202).

²⁸¹ “Enea Silvio Piccolomini nasceu em Corsignano, depois Pienza (Siena) em 1405. Escritor e estudioso, dedicou-se à carreira diplomática. Após entrar para a Cúria, foi eleito papa em 1458, assumindo o nome de Pio II. Morreu em Ancona, em 1464, ao tentar organizar – em vão – uma cruzada contra os turcos.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Op. cit.*, p.205).

²⁸² “Marsilio Ficino nasceu em Figline Valdarno (Florença) em 1433. Era filho do médico pessoal de Cosme de Medici. Em 1473, ordenou-se religioso. Protegido por Lourenço, o Magnífico, dedicou-se ao estudo e ao ensino. Morreu em Careggi em 1499.” (SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.) *Op. cit.*, p.204).

²⁸³ As cartas de Angelo Poliziano, por exemplo, são mencionadas nas obras de Erasmo, Vives, Torquemada e Lúpsio, como poderemos verificar em seguida.

²⁸⁴ Agostino Dati nasceu em 1428 e faleceu em 1478.

²⁸⁵ Niccolò Perotti nasceu em 1430 e faleceu em 1480.

²⁸⁶ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.8.

quase nula na *familiaríssima*; em suma, a *gravidade*, segundo Filelfo, consiste em fazer brilhar sua erudição. Ao fim, cada grupo de três cartas é seguido por uma lista de fórmulas sinônimas: assim para a *epistola suasoria* (*titulus VIII*): *suadeo tibi ut discas – ne quod iter aggressus es deseras, te hortor – abs te peto diligenter, ut ab instituto non discedas – etc. etc....*; a impressão de artifício que dão essas classificações minuciosas e mecânicas é reforçada pelo fato de que cada carta é datada e que a data avança regularmente um dia a cada carta nova. Filelfo realizou a façanha de aplicar suas rígidas categorias à *epistola iocosa* que pode aliás ser *iocosa de se* ou *de alio*; tem-se então seis *epistolae iocosae* das quais duas *iocosae graues!*²⁸⁷

O *De componendis et ornandis epistolis*, de Giovanni Sulpizio di Veroli, publicado em 1488, é descrito por Fantazzi como “muito breve e mostra uma imitação mecânica das prescrições de Quintiliano para o orador com a inclusão de uma seção sobre pronúncia e memória, obviamente inadequada para a escrita de cartas.”²⁸⁸

O tratado de Francesco Negro (1450?-1510), *Ars Epistolandi*²⁸⁹, impresso em Deventer em 1491, é composto por trinta fôlios em que se tem “uma definição do objeto da carta: ‘tornar presentes por esse remédio nossos amigos ausentes’²⁹⁰. Os vinte capítulos seguintes tratam cada um de um gênero epistolar particular: *commendaticium*, *petitorium*, *munificum*, *demonstratium*, *eucharisticum*, *amatorium*, *lamentatorium* etc. etc., *iocosum*, *commissium*, *regium*, *mixtum*. Cada gênero é, por seu turno, subdividido em espécies, sendo que cada uma delas recebe uma definição, acompanhada de uma *regula* explicando o plano a seguir para esse tipo de carta; vem em seguida uma proposição, enunciando o tema preciso de uma carta particular própria a ilustrá-lo, depois uma correção, o *exemplum*. O *commendaticium genus* se subdivide em *epentica* (*epistola*) e *dic[e]anica*; a primeira é definida: ‘*quae scribitur in alicuius certae personae commendationem pro aliqua dignitate consequenda*’; a segunda ‘*quae scribitur etc. pro aliquo negotio expediendo*’ será ela própria subdividida em *dicanica civilis* e *dicanica criminalis*. Para a *epistola epentica* a regra é de compô-la em 4 partes: 1. *captatio benevolentiae ab ea persona ad quam scribimus*, 2. *captatio benevolentiae ab eius persona quam commendare intendimus*, 3. *rem ipsam exponemus quam impetrare cupimus*, 4. *vel aliquod praemium pollicebimur vel potius perpetuam servitutem nostram offeremus si quod petimus consequi poterimus*. *Propositio*: *commendetur Cesari Sempronius pro equestri dignitate consequenda...* Vê-se, os exemplos são freqüentemente fantasiosos. Os 20 capítulos formam um primeiro livro; um segundo enumera, em 3 páginas, trinta *elegantiae* referentes à ordem das palavras na frase etc. úteis para as cartas, diz Negro. Um terceiro

²⁸⁷ CHOMARAT, J. “La Lettre”, in: *Grammaire et Rhétorique chez Érasme*, Paris: Les Belles Lettres, tomo II, 1981, p.1008.

²⁸⁸ *Op. cit.*, p.8.

²⁸⁹ A descrição deste tratado por Chomarar me faz crer seja o mesmo tratado cujo fac-símile está disponível no endereço virtual da Bibliothèque Nationale de France com o título de *Opusculum epistolarum familiarum*, edição impressa em 1502 por Joannem Gysser.

²⁹⁰ “*Oratio pedestris* que *absentes amicos presentes facit* (fº III); Negro indica que essa definição provém do cômico latino Turpilio. Ela não convém evidentemente a todas as cartas, mas Negro não assinala isto.” (CHOMARAT, J. *Op. cit.*, p.1007, n.25)

libellus classifica em 18 parágrafos os títulos (epítetos) que convém utilizar segundo a classe do destinatário, desde o papa até mulheres, passando por príncipes e *studiosi viri*.²⁹¹

Mas os tratados de arte epistolar não ficaram restritos à Itália. Na Alemanha, por exemplo, vamos encontrar um dos grandes nomes do período: Heinrich Bebel. Contudo, “o primeiro tratado importante sobre a matéria a aparecer na Alemanha é o de Conrad Celtis²⁹², o *Tractatus de condendis epistolis*, apensado aos seus comentários sobre o *De inventione* de Cícero e ao *Ad Herennium* (Ingolstadt, 1492). Ele reestabelece a dicotomia medieval entre epístolas divinas e humanas no começo de seu ensaio, mas restringe-se a eventos contemporâneos, por exemplo, uma carta de Inocêncio ao Imperador Romano, ou mesmo uma carta sua a sua senhora, Hasilina Endemia.”²⁹³

Heinrich Bebel, nascido em 1472 (ou 1473), foi professor de retórica e poesia em Tübingen, entre 1497 e 1518, ano de seu falecimento. Seu tratado *Commentaria epistolarum conficiendarum*, impresso naquela cidade, em 1500, “ataca os autores dos manuais ‘bárbaros’ então em circulação nas escolas alemãs: Paulus Lescher, Joannes Borida de Aquilegia, Pontius, Carolus Virulus se Samuel de Monte Rutilo.”²⁹⁴ Recorrendo aos autores clássicos, procurou provar que a carta era uma conversação entre amigos ausentes a respeito de seus negócios e, como tal, deveria ser escrita no *sermo* latino e não no estilo oratório. Cita as cartas de Símaco, elogiando-lhe a brevidade, em contraposição às de Sêneca, cujo estilo considera seco e árido. As cinco partes da carta apontadas pelos outros tratadistas são, para Bebel, inadequadas ou desnecessárias: “o *exordium* foi usurpado do discurso, enquanto nem toda carta exige *narratio* ou *petitio*.”²⁹⁵ Ao contrário, defende que deve-se atentar para a persuasão e a dissuasão, para a declaração da amizade, para a exortação à virtude, para a detenção do vício.

“Depois de tratar de vícios e virtudes da composição, Bebel atacou as fórmulas da *salutatio* encontradas nos manuais contemporâneos”, descrevendo as diferenças entre a *salutatio* medieval e a humanista: “1. Se a carta fosse dirigida a um superior, o dictator medieval colocava o nome do destinatário antes do seu; o humanista, seguindo a prática clássica, colocava o seu nome primeiro, mesmo que se tratasse de um homem humilde escrevendo ao papa ou ao imperador (...). 2. Deve-se dirigir-se ao destinatário da carta no singular, não no plural. Bebel acha especialmente desagradável o costume medieval de se dirigir ao correspondente por um ‘polido’ plural *vos* ao invés do singular *tu*. 3. A saudação deveria ser expressa como *salutem dicit* ou *salutem plurimam dicit*. Em *Contra epistolas Carolis*, que foi apensado aos *Commentaria* em 1503, Bebel ria dos antiquados floreios de Carolus Virulus (...) Eles eram não somente ornados demais, mas também não gramaticais, pois *salus* não tem forma plural. 4. Títulos simples poderiam ser adicionados aos nomes dos correspondentes na *salutatio*, (...) mas não epítetos subservientes usados pelos epistológrafos ‘bárbaros’ (...) Bebel concluiu os *Commentaria* com quatro páginas de mais apropriados epítetos a serem usados ao se dirigir a correspondentes de diferentes classes e ocupações.”²⁹⁶ Num tratado mais antigo, *Qui*

²⁹¹ CHOMARAT, J. *Op. cit.*, pp.1007-1008.

²⁹² Conrad Celtis nasceu em 1459 e faleceu em 1508.

²⁹³ FANTAZZI, Charles. *Op. cit.*, p.8.

²⁹⁴ HENDERSON, Judith R. *Art. cit.*, p.340.

²⁹⁵ *Id.*, *ibid.*, p.341.

²⁹⁶ *Id.*, *ibid.*, pp.341-342.

auctores legendi sint ad comparisonem eloquentiae, Bebel recomendava a leitura de Cícero, Plínio e Filelfo, como modelos epistolares a serem imitados.²⁹⁷

Contudo, podemos dizer que somente no século XVI surgiram os tratados mais bem acabados do gênero, com as obras, sobretudo, de Erasmo de Rotterdam, Juan Luis Vives e Justo Lúpsio. Ao lado deles, surgem os manuais de secretaria, mais voltados para a prática desse profissional de corte, cuja ascensão na época era patente: o diálogo de Antonio de Torquemada e o manual de Francesco Sansovino podem servir como grandes exemplos do gênero. Não esqueçamos, é claro, das próprias coleções de cartas, as quais, além de surgirem ao lado das epístolas antigas como modelos de imitação, muitas vezes veiculam idéias a respeito do gênero: aqui se encontram as *Epístolas Familiares* de Fr. Antonio de Guevara. Começemos, contudo, analisando o capítulo dedicado à epistolografia do manual de retórica de Pierre Fabri, que ainda deixa transparecer o exaustivo espírito classificatório, tão criticado em Filelfo e Negro.

Pierre Fabri

Em seu manual de retórica *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, de 1521, o pregador normando Pierre Fabri²⁹⁸ classifica as cartas “segundo os três estilos oratórios, em elevadas ou graves (quando tratam de teologia, das sete artes liberais, do regime de príncipes e da coisa pública); medianas ou familiares (quando tratam de coisas mecânicas, de economia, do governo da casa, das rendas e do comércio); e baixas ou humildes, mas sempre úteis, honestas e necessárias (quando tratam da família, da casa, das crianças, de galanteios, pastores, etc.)”²⁹⁹ Cada um dos três estilos oratórios se combina com um dos três “estados” das pessoas: os “grandes”, como o papa, imperador, rei etc.; os “medianos”, como padres, burgueses e todos aqueles que não sejam nem de alta nem de baixa condição; os “baixos”, como são os servidores, trabalhadores etc.³⁰⁰ Fabri, nesse

²⁹⁷ *Id.*, *ibid.*, p.341.

²⁹⁸ São escassas as informações a respeito de Pierre Fabri. O *Dictionnaire des littératures*, dirigido por Philippe Van Tieghem, registra apenas o seguinte: “FABRI (Pierre), XVI^e s. – Esthéticien français, auteur d’un *Grand et vrai Art de pleine rhétorique...* (1521) que fut très répandu; il y précise la nature exacte de la rime.” (Paris: Presses Universitaires de France, vol.2, p.1315) Não há qualquer precisão a respeito das datas de nascimento e falecimento, embora se acredite que tenha falecido antes de janeiro de 1521 (Cf. a respeito a introdução de A. Héron à edição do manual de Fabri, Genève: Slatkine Reprints, 1969, pp.II-III).

²⁹⁹ MUHANA, Adma Fadul. “O gênero epistolar: diálogo per absentiam”, mimeo., 1999 (publicado posteriormente em *Discurso*, Revista do Departamento de Filosofia da USP, n° 31, 2000, p.334). No original: “Les haultes et graues substances sont quant on parle de theologie, des sept ars liberaulx, du regime des princes et la chose publique. Les moyennes et familiares substances sont quant on traicte des choses mecaniques, de yconomique et gouuernement de sa maison, de rentes, de marchandise et de tout profit singulier et honneste. Les basses et humiliees substances, est quant l’en parle de basses et petites matieres; combien qu’ilz soient utiles, honnestes et necessaires, touteffois l’exercitation en est vng pou deiectee, comme de famille, de maison, de petis enfans, de quelongnies, de fleurettes, de bergers, vashers, etc.” FABRI, Pierre. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, pp.27-28.

³⁰⁰ “Item, il est trois estatiz: les grans, comme le pape, empereur, roy, etc.; les moyens, comme prestres, bourgoys et tous ceulx qui ne sont trop hault esleuez ne trop bas deprimez; le bas, comme sont seruiteurs, laboureurs, etc.” FABRI, Pierre. *Le grand*

sentido, apresenta o tom a ser adotado para cada destinatário: “falando a ou de alguém maior que si próprio, deve-se falar a ele ou dele com toda honra, humildade ou reverência, empregando a suas pessoas termos superlativos e comparativos, como ‘muito alto, muito poderoso, muito honrado, muito temido’ etc., segundo a qualidade de sua dignidade. (...) Falando a um igual, deve-se falar com a mais familiar reverência, empregando termos positivos e comparativos, e poucos superlativos, como ‘sábio, prudente, honrado, discreto, poderoso, temido’ etc. (...) Falando a um inferior, deve-se falar com uma honesta autoridade dando-lhe a entender amplamente e sem temor a sua intenção”.³⁰¹ Comenta Adma Muhana a respeito: “aqui se faz presente tanto a epistolografia dos séculos medievais, como a rigidez dos esquemas estilísticos da poesia e prosa antigos, na sua menção a pastores, servos, lavradores, etc., que aludem sobretudo à assimilação da chamada ‘roda virgiliana’ às espécies epistolares.”³⁰²

Fabri define toda epístola ou carta missiva como “falar aos ausentes como presentes”. Apresenta então uma classificação das cartas quanto ao seu tema: “teologais e de divindade”, como as epístolas de Platão a Dionísio, de São Pedro, de São Paulo, de São Jacques e de São João; ou “de costumes e virtudes”, como as epístolas de Santo Agostinho, São Jerônimo, Santo Ambrósio, Sêneca, Cipriano; ou “de grande matéria”, como de paz, guerra e governo; ou “de novidades que surgem”; ou “consolatórias”; ou “de recomendação”; ou “de advertência”; ou “de amor”, como as epístolas de Ovídio, Propércio; ou “de familiaridade doméstica”; ou “alegres”.³⁰³

Todavia, ressalva que “tudo se pode reduzir em dois tipos de cartas missivas”, apresentando uma nova classificação, que leva em conta a ação do emissor: cartas ativas e cartas em resposta. As cartas ativas são aquelas narrativas, petições e cominativas. As cartas em resposta, aquelas que devem responder concordando, desculpando, cumprimentando etc.³⁰⁴

Apresenta outra classificação, dividindo-as, ao que parece, quanto ao seu tom, em cartas “de doutrina”, “jocosa” ou “de gravidade”. Carta de doutrina é aquela

et vrai art de pleine rhétorique, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, p.194.

³⁰¹ “Se l’en parle a plus grant ou de plus grant que soy, l’en doibt parler a luy ou de luy en tout honneur, humilité ou reuerence, en vsant a leurs personnes de termes suppellatifz et comparatifz, comme ‘trehault, trespuissant, treshonorable, tresredoubté,’ etc. (...) Se l’en parle a esgal a soy, l’en doibt parler en plus familiere reuerence, en vsant de termes positifz et comparatifz, et pou de suppellatifz, comme ‘sage, prudent, honorable, discret, puissant, redoubté,’ etc. (...) Se l’en parle a moindre que soy, l’en doit parler par maniere de honeste authorité en leur donnant a entendre amplement et hardiment son intention”. *Op. cit.*, pp.194-195, 195, 196.

³⁰² *Art. cit.*, p.334.

³⁰³ “Et est a entendre que toute epistre ou lettre missiue n’est aultre chose que aux absens parler comme presens, et parler a eulx et leur desclarer sa volonté, desquelles il en est plusieurs manieres: les vnes teologalles et de diuinité, come les epistres Platon a Denis, de saint Pierre, de saint Pol, de saint Jacques et de saint Iehan; les aultres sont de meurs et de vertus, comme les epistres saint Augustin, saint Hierosme, saint Ambroise, Seneque, Cyprian; les aultres de grant matiere, come de paix, guerre et gouuernement; les aultres de noualitez qui aduiennent; les aultres consolatores; les aultres recommandatiues; les aultres monitiues; les aultres d’amour, comme les epistres de Ouide, Properse; les aultres de familiarité domestique; les aultres joyeuses.” *Op. cit.*, p.197.

³⁰⁴ “Mais ie me arreste au plus commun disant que tout se peult reduire en deux manieres de lettres missiues: les vnes missiues actiues, les aultres missiues responsiues. Les missiues actiues s’appellent celles qui sont narratiues et petitores et cominatiues. Les missiues responsiues s’appellent les celles qui doibuent response en acordant, excusant, congratulant, etc.” *Op. cit.*, pp.197-198.

que ensina aos ausentes, podendo ser de matéria certa (quando se dá a causa, razão, ou autoridade ou opinião do que se pergunta) ou duvidosa (quando se deixa a matéria indecisa), sendo seu fim o aproveitamento e a utilidade. Carta jocosa é a que, pela linguagem leve, abundante e familiar, refere coisas familiares e domésticas aos ausentes, podendo ter linguagem alegre ou temas alegres contados para fazer rir. Carta de gravidade, por fim, é a constituída por matéria grave e pesada, tanto moral quanto civil, sendo seu fim a honra.³⁰⁵

Fabri divide a carta em três partes, “como um argumento que é maior, menor e conclusão, que os oradores dizem a causa, a intenção e a consequência”. A causa é o que move ou constringe a escrever a alguém, querendo lhe demonstrar uma vontade. A intenção é a demonstração dessa vontade. A consequência, por fim, é a conclusão boa ou má, em proveito ou em prejuízo, que decorre da intenção declarada como premissa. Dessas duas primeiras, como da maior e menor, segue a consequência.³⁰⁶ Acrescenta alguns exemplos, variando a ordem dessas três partes. Afirma, em seguida, que a conclusão só se faz por três maneiras: por ampliação, como induzindo à ira; por comiseração, como comovendo à piedade; e por epílogo, como recolhendo brevemente o que foi longamente espalhado pela epístola. Isto se deve fazer quando a carta tem muitas ou longas partes, com o fim de que, pela profusão de palavras ditas, os receptores não desviem da conclusão. Mas a conclusão por epílogo convém mais às epístolas que às cartas missivas e especialmente nos gêneros judicial e demonstrativo, pois toda carta missiva deve ser breve.³⁰⁷

Na seqüência, afirma que há muitas cartas missivas que começam por um provérbio, autoridade ou por uma sentença perfeita, a qual deve ser premissa do que se queira persuadir ou dissuadir, ou conveniente para esse fim.³⁰⁸ Após alguns exemplos, acrescenta que, nas cartas missivas, e em quase todas as cartas, faz-se sempre pedido; e, para que o pedido seja justo, é preciso demonstrar que a petição é justa; então demonstrar a possibilidade de sua realização; e, por fim, assinalar a remuneração. Mas não precisam ser

³⁰⁵ “Toute epistre, ou elle est de doctrine ou de ieu ou de grauité. Epistre de doctrine est celle qui de toutes choses enseigne les absens. Epistre de ieu, qui par joyeux, long et familier langage l’en rescript des choses familiares et domestiques aux absens. Epistre de grauité, c’est quant de graue et pesante matiere, tant morale que ciuile, l’en rescripte aux absens. (...) La fin de epistre de doctrine, c’est profit et vilité. La fin de grauité, c’est honneur. Epistre de doctrine pour enseigner les absens, se fait de matiere certaine ou doubt[e]use: de matiere certaine, quant l’en donne la cause, raison ou autorité ou opinion de ce que on demande; et douteuse est quant l’en laisse la matiere indecise (...) Epistre de ieu se faict de langage ioyeux ou de fait ioyeux recité pour faire rire”. *Op. cit.*, p.198.

³⁰⁶ “Toute epistre est partie en trois, comme vng argument qui est de maieur, mineur et de conclusion, que les orateurs disent la cause, l’intention et la consequence. La cause est ce qui nous meult ou contraint a escrire a aultruy, en luy voulant signifier nostre volonté. L’intention, c’est de luy signifier par lettre nostre volonté, la consequence; [sic] c’est quant est premise nostre intention et declaree, nous faisons conclusion en bien ou mal, ou profit ou dommaige, etc. (...) de ces deux premieres, come de maieur et mineur, ensuit la consequence”. *Op. cit.*, p.199.

³⁰⁷ “Et est a noter que conclusion ne se faict que en trois manieres; c’est assauoir par ampliation, comme induisant a ire, par commisération, comme commouoir a pitié, a pardonner, etc.; par epilogue, comme en recueillant briefuement ce qui a esté longuement esparty en l’epistre. Et se doit faire, quant l’epistre tient plusieurs ou longues parties, a celle fin que, par la multitude des parolles dessusdictes, les auditeurs ne desuient de la conclusion. Et ce dernier conuient plus aux epistres que aux lettres missiues et especiallement en gerres iudicial et demonstratif et de ampliation et commisération. (...) Et est a noter que toute lettre missiue doit estre briefue.” *Op. cit.*, p.201.

³⁰⁸ “Item, sont aussy plusieurs lettres missiues qui commencent par vng prouerbe ou autorité ou par vne sentence parfaite, laquelle doit estre premissa et conueniente a la fin de ce que l’en veult suader ou dissuader.” *Op. cit.*, p.202.

postas expressamente em todas as cartas missivas. E há quatro coisas que impedem os pedidos de serem atendidos: a primeira, quando se pede uma coisa grande demais, ou mais do que se deve; a segunda, o tempo, como quem pede neve no verão; a terceira, quando o lugar não é conveniente, como pedir dez escudos ao devedor em Rouen, quando ele os deve em Paris; a quarta, é a causa, como: “Senhor Deus, vós me deveis o paraíso; eu sou cristão, eu Vo-lo peço”; Ele dirá: “Eu vos darei o paraíso verdadeiramente, assim que vós cumprirdes a vontade de Meu Pai.”³⁰⁹

Antes de tomar a pena para escrever, aconselha Fabri, deve-se considerar a pessoa a quem se escreve e principalmente sua condição e sua dignidade, e se ele é pessoa pública ou privada, ou rico ou pobre, amigo ou não, bem conhecido ou pouco.³¹⁰ Aplica essa regra geral a alguns casos específicos, como quando se escreve: a prelados (“deve-se honrá-los muito, especialmente quando se lhes pede alguma coisa, mas se deve resguardar de elevá-los demais ou mais que o razoável, pois isso seria vício e desonra feita a eles”); a amigos (“pode-se escrever breve ou longamente e à vontade, pois o amigo aceita tudo com gosto”); a inimigos, ou a pessoas pouco conhecidas, ou a pessoas que fazem pouca estima daquele que lhes escreve (“deve-se honestamente e primeiramente declarar seu amor por ser justo ou caridoso, sem se envaidecer ou falar arrogantemente, depois ser breve e ornado”). E conselhos gerais: “guardar-se de escrever sobre altas matérias que seu entendimento ou ciência não compreendem: nisso se conhecem os idiotas”; “esteja certo de que a mais bela linguagem é a comum e familiar, e não a de altos termos escabrosos demais e escumados do latim, ou de baixos termos bárbaros, ou conhecidos apenas num lugar, pois, como diz Horácio: *Há certo modo em tudo: Há certas raias entre as quais consiste, Nem mais cá, nem mais lá, o justo acerto.*”³¹¹

Deve-se considerar, também, a matéria de que se escreve, saber se é honesta (pois será necessária pouca persuasão), ou humilde (pois será necessário exaltá-la),

³⁰⁹ “Item, il est assauoir que en lettres missiues et presque en toutes, l’en fait tousiours demande; et, pour iustement demander, il est requis de demonstrier sa petition estre iuste; secondement, estre possible a celui a qui on demande en luy exposant la possibilité; tiercement, assigner la remuneration. Et ne sont pas requises d’estre mises expressément en toutes lettres missiues (...) Et est a noter quatre choses qui empeschent les demandes estre accordees: la premiere, c’est la chose quant on demande trop grant chose ou plus que l’en ne doit (...); la seconde, c’est le temps, comme qui demande de la neyge en esté (...); la tierce, c’est le lieu qui n’est pas conuenable, comme demander dix escus a mon debteur a Rouen, et el les me doit a Paris; la quarte, c’est la cause, comme: ‘Sire Dieu, vous me debuez paradis; ie suis chrestien, ie le vous demande’; il dira: ‘Je vous ay donné paradis voyrement, par ainsy que vous accomplissez la volonté de mon pere.’” *Op. cit.*, pp.203-204.

³¹⁰ “Mais est assauoir que, avant que l’en prenne la plume pour escrire, l’en doit considerer la personne a qui l’en rescript et principalement sa condition et sa dignité, et s’il est personne publique ou priuee, ou riche ou poure, amy ou non, bien congneu ou pou.” *Op. cit.*, p.204.

³¹¹ “Quant l’en rescript aux prelatz, on les doit fort honnorer, speciallement quant l’en leur demande aucune chose, mais l’en se doit garder subtillement de les trop esleuer ou plus que de raison, car ce seroit vice et deshonneur fait a eulx. Se l’en rescript a son amy, l’en peult rescrire court ou long et a son plaisir, car l’amy prent tout a plaisir. Se l’en rescript a son ennemy ou a personne pou congneue ou qui face pou d’estime de celui qui rescript, l’en doit honnestement et premierement desclarer son amour estre iuste ou charitable, sans se vanter ou arrongamment parler, puis estre brief et aorné; mais garder l’en se doit a escrire de plus haulte matiere que son entendement ou science ne comprend: a cela congnoist on les sotz (...) Et soyez certains que le plus beau langaige qui soit, c’est le commun et familier qui n’est de haultz termes trop scabreux et escumez du latin, ou de bas termes barbares, ou ne sont congneuz que en vng lieu, car, comme dict Orace: *Est modus in rebus, sunt certi denique fines, Quos ultra citraque nequit consistere rectum.*” *Op. cit.*, p.205. O trecho de Horácio citado pertence à primeira Sátira do Livro I; a tradução utilizada no corpo do texto é de Antônio Luiz de Seabra (“Sátira Primeira, a Mecnas, Sobre a inconstância e avariza dos homens”, in: HORÁCIO. *Obras completas*, São Paulo: Edições Cultura, 1941, p.156).

duvidosa ou obscura (pois será necessária uma mais longa declaração), maravilhosa, infame ou desonesta (pois serão necessários grandes remédios) etc.³¹²

Em todas as cartas, há *saudação*, *sobrescrito* e *subscrição*. *Subscrição* é simplesmente acrescentar o nome do remetente, sem louvor ou vitupério, com algum título ou dignidade, para dar a entender de quem se trata. *Sobrescrito* é o que se escreve do lado de fora das cartas onde se põe o nome daquele a quem as cartas se endereçam, e onde ele mora, quando não for notoriamente conhecido; e junto de seu nome deve-se acrescentar o nome de sua dignidade, de seu ofício ou de sua profissão, a nobreza ou parentesco; se se colocam dois ou três, o mais digno deve ser o primeiro.³¹³

Fabri, nesse passo, inicia uma nova seção, dedicada às cartas missivas, que serão detalhadamente estudadas em diversos tipos, seguidos sempre de exemplos. Dessa seção destacamos:

– cartas missivas em que se pretende, para alguém que se recomenda, a obtenção de alguma dignidade; o que se faz em quatro partes: na primeira, adquire-se a benevolência do destinatário ao louvar-lhe a liberalidade, largueza etc., pelas quais tem confiança de obter dele aquilo que se pede; na segunda, adquire-se a benevolência do destinatário ao louvar-lhe suas virtudes – que ele é agradável a todos, ou qualquer outra coisa; na terceira, deve-se revelar o pedido, dizendo-o justo, honesto e fácil, e pelo qual o destinatário pode ter grande honra ou proveito em deferir o pedido; na quarta, promete-se toda servitude e perpétua obediência, estimando-se que o bem que será feito àquele por quem se escreve será também para si mesmos.³¹⁴ E recorda: adquirir a benevolência de alguém, que os oradores dizem *captare beniuolentiam*, é aplaudir ou louvar, ou repreender aquele a quem, ou de quem, ou a coisa de que se fala³¹⁵;

– cartas missivas em que se pede graça ou qualquer outra coisa que se diz munificência incorpórea, como doutrina, conselho etc., o que se faz em quatro partes: na primeira, é necessário demonstrar como aquele a quem se pede tem poder de dar o que se lhe vem pedir, a fim de que ele não possa escusar-se por impossibilidade; na segunda, demonstrar que o pedido é justo e honesto, a fim de que ele não se escuse dizendo

³¹² “Item aussy est a considerer la matiere de quoy l’en rescript, sçauoir s’elle est honneste ou vray semblable, ou infame ou humble, ou douteuse ou obscure, ou merueilleuse, etc. Car, se la chose est honneste de soy, il y fault pou de suasion; si elle est douteuse ou obscure, il y fault plus longue declaration; sy elle est humble, il la fault exalter, sy elle est merueilleuse ou laide ou deshonneste, il y fault de plus grans remedes.” *Op. cit.*, p.206.

³¹³ “Item, en toutes lettres l’en faict salutation, superscription et subscription. Subscription n’est aultre chose que mectre son nom simplement, sans louenge ou vitupere, avec quelque titre ou dignité, pour donner a entendre qui on est. (...) Superscription est ce que l’en rescript au dehors des lettres ou l’on mect le nom de celuy a qui les lettres s’adressent, et ou il demeure, quant il n’est point notoirement congneu ou au messenger ou a plusieurs; et doibt l’en avec son propre nom mettre le nom de sa dignité, de son office ou de son mestier, ou noblesse ou parenté, et, se l’en mect deux ou trois, le plus digne doibt estre le premier.” *Op. cit.*, pp.206-207.

³¹⁴ “quant on rescript pour aultruy, en le recommandant a celle fin qu’il obtienne quelque dignité; la ou il fault faire quatre parties. En la premiere, on acquiert beniuolence a la personne de celuy a qui l’en rescript, en le louant de liberalité, largesse, etc., par lesquelles l’en a fiance de obtenir de luy ce qu’on demande. En la seconde partie, l’en acquerra la beniuolence de celuy pour qui on rescript, en le louant que pour ses vertus, il est a tous agreable ou quelque aultre chose. (...) En la tierce, l’en doibt ouuir sa demande, en la disant iuste, honneste et facile, et par laquelle celuy a qui l’en rescript peult auoir grant honneur ou proffit en accordant la demande. En la quarte, l’en promet toute seruitude et perpetuelle obayssance, en estimant tel bien qui sera faict a celuy pourquoy l’en rescript estre faict a soy mesmes.” *Op. cit.*, p.208.

³¹⁵ “Nota que acquerir beniuolence a aultruy, que les orateurs dient *captare beniuolentiam*, c’est applaudir ou louer, ou blasmer celuy a qui, ou de qui, ou la chose de quoy l’en parle”. *Op. cit.*, p.208.

que o faria voluntariamente, se o pedido fosse justo; na terceira, fazer o pedido, declarando ser fácil a maneira de obtê-lo; na quarta, prometer ouro ou prata ou uma coisa certa ou perpétuo serviço. Mas, em qualquer caso, deve-se usar uma linguagem humilde, pois tanto mais concorda o homem em deferir o que se lhe pede ou se contenta do que deu, quanto ele veja que a humildade fala³¹⁶;

– cartas missivas que se fazem a um amigo para o reconfortar e dar consolação de uma injúria que lhe foi feita por outrem, dividindo-se em três partes: na primeira, declarar o remetente como tal injúria feita ao amigo muito lhe desagrade; na segunda, demonstrar que não se deve encolerizar por tal injúria, porque é um malvado quem o injuriou, e conquistar a benevolência da parte adversa, pondo-o em ódio, narrando suas iniquidades, dizendo que não se deve dar atenção, dando esperança de que em breve, convencido o inimigo, ele retornará às suas primeiras dignidades etc.; na terceira, esforçar-se para consolá-lo, prometendo-lhe toda ajuda e conselho para remediar ou vingar etc.³¹⁷;

– cartas missivas de consolação a um amigo por uma coisa perdida, que se dividem em três partes: na primeira, declarar o remetente a dor que tem de tal fortuna, a qual estima recair sobre si próprio, tanto que o ama, e esforçar-se em lhe crescer sua dor; na segunda, converter-se em consolação, demonstrando por muitas razões, como não é mais necessário ficar triste, concluindo que ele deve tomar em si o conforto; na última, converter-se em alguma esperança, oferecendo-se para lhe fazer todas as coisas e especialmente para sua consolação³¹⁸;

– cartas missivas domésticas, que se fazem escrever sobre o estado de saúde do remetente ou de outrem, dividindo-se em três partes: na primeira, seguindo Cícero, dizendo como ele ou de forma semelhante: “Se tu estás bem, Deus seja louvado, também estou bem”; na segunda, falando da saúde ou das causas da reparação da

³¹⁶ “Quant l’en demande grace ou quelque autre chose que l’en dit incorporelle munificence, comme doctrine, conseil, etc., il faut partir ses lettres en quatre. En la premiere, il faut demonstrer comme celuy a qui on demande, a puissance de donner ce que on luy veult demander, affin que il ne se puisse excuser par impossibilité. Secondement, demonstret la demande estre iuste et honneste, affin que il ne s’excuse que il le feroit voluntiers, se la demande estoit iuste. Tiercement, faire sa demande, en declarant la maniere de l’obtenir estre facile. En la quarte, promettre or ou argent ou certaine chose ou perpetuel service. Mais (...) l’en doibt vser d’humble langage, car de tant plus condescent l’homme a accorder ce que on luy demande ou se contente de ce qu’il a donné, de tant que il veoit que humilité parle.” *Op. cit.*, p.214.

³¹⁷ “Les lettres missives que l’en faict a son amy pour le reconforter et donner consolation de l’iniure qui a esté a luy faicte par altruy, se diuise[nt] en trois. En la premiere, nous desclareron comme il nous desplaist de telle iniure tresgrandement faict a nostre amy. En la seconde, nous demonstresons que pour telle iniure il ne se doibt point courroucer, pour ce que c’est vng meschant qui l’a iniurié, et acquerron la beniuolence de la partie aduerse, en le mettant en hayne, en narrant ses iniquitez, disant que on ne y doibt point prendre garde, en donnant esperance que de bref, l’ennemi conuaincu, il retourn[er]a en ses premieres dignitez, etc. En la tierce, l’en s’efforcera de le consoler, en luy promettant tout ayde et de conseil y remedier ou venger, etc.” *Op. cit.*, p.234.

³¹⁸ “Les lettres missives que l’en faict a son amy pour luy donner consolation de chose perdue, se partent en trois. En la premiere, nous declarerons la douleur que nous auons de telle fortune, laquelle nous estimons estre aduenue a nous mesmes, tant l’aymons, et nous efforçons de luy croistre sa douleur. En la seconde, nous nous conuertiron en consolation, en demonstrent par plusieurs raisons, et trois du plus, comme il ne s’en fault point encor marrir. Et par ce conclurron que il doibt prendre en soy confort. En la demiere, nous le conuertironen quelque esperance, en nous offrant faire pour luy toutes choses et especialement pour sa consolation.” *Op. cit.*, p.238.

saúde, se esteve doente; na terceira, diz-se comumente “sem mais, para o momento”, salvo: o Espírito Santo vos queira conservar etc., ou doutra maneira à vontade³¹⁹;

– cartas missivas domésticas de negócios familiares, dividindo-se em três: na primeira e segunda partes, tudo como na anterior, descrevendo o estado das coisas; na terceira, expor uma conclusão, dizendo querer advertir sobre tais negócios, porque o destinatário é amigo etc.³²⁰;

– cartas missivas em que não há matéria para escrever a um amigo, mas se pretende visitá-lo por cartas falando de si e de seus negócios, o que se faz em três partes: na primeira, o remetente adquire benevolência para si, dizendo que não tinha matéria para escrever, todavia o amor que lhe cultiva o incita a lhe dar recreação pela comunicação das cartas, e assim ter o prazer de que o destinatário lhe escreva, visto que nada há que mais aproxime os amigos, e os faça estar presentes, que uma recordação escrita por cartas missivas; na segunda, afirma como está são e em boa situação, desejando saber da saúde e prosperidade, pedindo a Deus que o queira guardar etc.; na terceira, pede-se-lhe que queira freqüentemente visitar por cartas, a fim de que, quando ouvir dizer de sua saúde e prosperidade, tenha causa de consolação, oferecendo-se etc.³²¹;

– cartas missivas em que não há matéria para escrever, mas se quer visitar um amigo por cartas, escrevendo-lhe sobre alguns pequenos negócios ou notícias sem importância, dividindo-se em três partes: na primeira, declara o remetente a causa que o incita a escrever, visto que não tem matéria para escrever, demonstrando que é em razão da amizade, que pela longa ausência poderia diminuir, e também que pretende lhe escrever a fim de que ele lhe responda; na segunda, gentilmente saudará o destinatário e, se nada há de novo, breve e compreensivelmente lhe falará, a fim de que ele saiba que o remetente se lembra dele e que o quer aconselhar das novidades do país; na terceira, o remetente oferece os seus préstimos e se recomenda ao destinatário, pedindo que este o recomende a todos³²².

³¹⁹ “Se nous voulons rescrire de nostre estat ou santé ou maladie, ou de la santé d’aultruy, l’en part ses lettres en trois. En la premiere, en enuyuant Tullies, nous ferons comme luy ou semblable clause, en disant: Si vales, bene est, equidem valeo. ‘S’il t’est bien, Dieu soit loué, car nous sommes tous en bon point.’ En la seconde, nous reciterons nostre salut ou les causes de la reparations de nostre salut, se nous auons esté malades (...) En la tierce, l’en dict communement non aultre pour le present, fors: Le Saint Esperit vous vueille conseruer, etc.,’ [sic] ou aultre a la plaisance”. *Op. cit.*, pp.269-270.

³²⁰ “Lettres missiues domestiques de negoces familiares se partent en trois: En la premiere et seconde partie, tout vng comme cy deuant, en rescriuant de nostre estat. En la tierce, nous ferons nostre conclusion, disans que nous le voullons bien aduertir de telles negoces, pource qu’il est nostre anoy, en nous offrant, etc.” *Op. cit.*, p.271.

³²¹ “Quant on n’a point matiere pour rescrire a son amy, et on le veult visiter par lettres en parlant de soy ou de ses negoces, ainsi qu’il est dict deuant, se l’en parle de soy, l’en diuise ses lettres en trois. En la premiere, nous acquerrons la beniuolence a nostre personne, en disant, combien que nous n’ayon matiere pour rescrire, touteffoys l’amour que nous auons a luy nous incite a luy donner recreation pour la communication de noz lettres, et aussi nous puissons auoir plaisir a ce qui nous rescripra, attendu qu’il n’est rien qui plus approche amys, et les face estre presens que souuenante rescription par lettres missiues. En la seconde partie, nous declareron, comme nous sommes sains et en bon point, desirans sçauoir de la santé et prosperité, priant Dieu qui le vueille garder, etc. En la tierce, nous luy prieron qu’il nous vueille souuent visiter par lettres, a celle fin que, quant nous orron dire de son salut et prosperité, nous ayon cause de consolation, en nous offrant, etc.” *Op. cit.*, pp.272-273.

³²² “Quant on n’a point de matiere pour rescrire et on veult visiter son amy par lettres, en luy rescriuant d’aulcunes petites negoces ou nouuelles qui sont de nulle utilité, il fault comme deuant partir ses lettres en trois. En la premiere, commes il est dict, nous desclareron la cause qui nous incite a rescrire, attendu que nous n’auons point matiere de rescrire, en demonstrent que c’est en conformant nostre amytié, qui par longue absence se pourroit amoindrir, et aussi que nous voullons luy rescrire a celle fin qu’il nous rescriue. En la seconde partie, doulcement nous le saluerons et, se il est rien de nouueau, breuement et

Fabri conclui a parte dedicada à escrita de cartas de seu manual de retórica com as cartas mistas e as cartas missivas reais.

Erasmus de Rotterdam

Desidério Erasmo (c.1469-1536), mais conhecido como Erasmo de Rotterdam, escreveu três tratados sobre a escrita de cartas: *Breuiissima maximeque compendiarum conficiendarum epistolarum formula*, uma pequena brochura de dez folhas, impressa por Matthaeus Maler em Erfurt, em 1520; *Libellus de conscribendis epistolis*, com 76 folhas, impresso por Siberch em Cambridge, em 1521; e *Opus de conscribendis epistolis*, um alentado volume de mais de 400 páginas, impresso em agosto de 1522 por Froben, em Bâle.

A despeito da proximidade das datas de impressão, os tratados devem ter sido compostos muitos anos antes. “Embora seja difícil datar precisamente a composição destes antigos rascunhos, as cartas de Erasmo e os próprios tratados fornecem umas poucas pistas. A *Breuiissima formula* pode ter sido publicada a partir do rascunho que Erasmo enviou a Fisher com uma carta prefacial de março de 1498. James D. Tracy especulou que a *Breuiissima formula* representa um rascunho anterior ao *Libellus*, visto que naquela não há exemplos de cartas do próprio Erasmo, somente duas de Plínio, o Jovem. Além do problema de datação, há alguma dúvida de que o tratado, tal como publicado, seja inteiramente obra de Erasmo. Erasmo recusou-se a reconhecer a *Breuiissima formula* em 1521. Ele não autorizou sua publicação até 1536, quando apareceu o *De conscribendis epistolis* de Juan Luis Vives.”³²³ Quanto ao *Libellus*, Judith Rice Henderson acredita que possa ter sido composto no fim de 1501 ou no início de 1502.³²⁴ O *Opus de conscribendis epistolis*, por fim, representa o estágio mais avançado a que chegou a arte epistolar erasmiana.

“Nos seus três estados sucessivos, o estudo de Erasmo sobre a arte epistolar segue a mesma ordem, do menor para o maior. Uma primeira parte define a carta e seu caráter particular. Uma segunda (ausente do *Libellus*), desenvolve a idéia de que é necessário muito exercício para se adquirir a capacidade de improvisar, propondo certos escritores como modelos. Em terceiro lugar, Erasmo trata a saudação e as fórmulas de polidez, em particular os epítetos (essas considerações faltam na *Formula*). Depois do que ele classifica os diferentes tipos de cartas no deliberativo, demonstrativo, judiciário (na *Formula*, os dois primeiros gêneros estão invertidos). O *Libellus* e o *Opus* subdividem esses três gêneros em espécies, ilustradas cada uma com exemplos, e reúnem ao fim tipos de carta ‘extraordinárias’, que não puderam encontrar lugar entre as três primeiras

entendiblement nous le declarerons, a celle fin qui luy apperre qu’il nous souuient de luy, et que nous le voullons bien aduertir des nouuelles de nostre pays. En la tierce, ainsi que es autres, nous luy offerons, etc., en nous recommandant a luy, luy priant qu’il nous recommande à tous.” *Op. cit.*, p.274.

³²³ HENDERSON, Judith Rice. “Erasmus on the Art of Letter-Writing”, in: MURPHY, James J. (ed.) *Renaissance Eloquence – Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983, p.344.

³²⁴ *Id.*, *ibid.*, p.347.

categorias. O *Opus* junta aos exemplos de cada tipo uma espécie de fraseologia que recorda frases que possam ser utilizadas neste tipo de carta (*sylua*).³²⁵ Vejamos, agora, com um pouco mais de detalhe, cada uma das três obras erasmianas sobre a arte epistolar.

“Erasmus redigiu, em Paris, para um de seus alunos ingleses que o reclamava, um opúsculo sobre a arte epistolar, preparado em menos de 20 dias e redigido em dois, não destinado à publicação. Este aluno, pouco dotado, Robert Fisher, conhecera desde sua adolescência a vida de corte: já estava carregado de prebendas quando se voltou para o estudo das letras e foi a Paris, no começo de 1497; deixou Erasmo por volta de março de 1498, com a deslealdade (*perfidia*) que havia em seu caráter, segundo o próprio Erasmo; morreu ao menos nove anos antes da publicação da *formula*, da qual ele não é, por consequência, responsável. Entretanto, somente do manuscrito em sua posse é que poderia ter sido copiada esta *formula*, que é certamente uma parte do texto original de Erasmo, tendo o primeiro editor somente substituído, na dedicatória, o nome de Robert Fisher por aquele imaginário de Petrus Paludanus.”³²⁶ Parece ser esta a gênese da *Breissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula* que, segundo Charles Fantazzi, “talvez em razão de sua brevidade, (...) popularizou-se com 53 edições registradas no século XVI”.³²⁷ “A *Breissima formula* é mais um conselho geral sobre a escrita de cartas que uma *compendiaria* de fórmulas, e apesar da reclamação de Erasmo de que Fisher teria misturado seu próprio material com o de seu professor, o conselho parece tipicamente erasmiano.”³²⁸

A *Breissima Formula*, após a carta dedicatória, inicia-se com a definição da carta atribuída a Libânio, como “um colóquio entre ausentes”³²⁹. Sendo colóquio, que deve ser interpretado em termos familiares, a carta, segundo Erasmo, “nada traz que a difira de uma conversação do cotidiano em linguagem comum, e muito erram aqueles que uma certa grandiloquência trágica utilizam na composição da carta e, onde todos os homens de engenho agem sem artifício, procuram esplendor e glória de abundância e de ostentação, quando muito pouco é necessário.”³³⁰ Aconselha, então, que “o estilo epistolar deve ser simples e mesmo bastante descuidado, no sentido de um descuido estudado”, de forma que pareça “não trabalhado e quase improvisado e sem preparação”.³³¹ Ou seja, “uma carta deve parecer não trabalhada e espontânea: aqueles que ansiosamente procuram palavras obsoletas ou incomuns ou cunham neologismos e algumas vezes

³²⁵ CHOMARAT, J. “La Lettre”, in: *Grammaire et Rhétorique chez Érasme*, Paris: Les Belles Lettres, tomo II, 1981, p.1009.

³²⁶ *Id. ibid.*, pp.1004-1005.

³²⁷ *Op. cit.*, p.10.

³²⁸ HENDERSON, Judith Rice. *Art. cit.*, p.345.

³²⁹ “Epistola est absentis ad absentem colloquium”, *Breissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, Paris: impresso por Nicolau de Pratis, 1521, 10 folhas não numeradas. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>, Bibliothèque Nationale de France. Acesso em: 26 de março de 2002.

³³⁰ “Porro colloquium sermonem familiarem interpretamur, ut intelligamus epistolam nihil fere a communi sermone quotidianarum collocutionum differre, nimisque errare eos, qui tragica quadam grandiloquentia in componendis epistolis utuntur atque ibi omnes ingenii vires effundunt, atque splendorem quaerunt copiaeque et ostentationis gloriam, ubi minime opus est.” *Op. cit.*

³³¹ “Esse enim epistolicus stilus simplex debet, ac veluti negligentiusculus nam est etiam quaedam negligentia diligens. (...) illaboratus tamen ac paene subitus atque extemporarius videtur.” *Op. cit.*

escrevem uma carta inteira com o objetivo de uma ousada palavra nova revelam serem bárbaros eles mesmos.”³³²

Abre-se o primeiro capítulo, dedicado à exercitação e ao estilo (*De exercitatione et stilo*), em que Erasmo afirma que “pureza e propriedade de estilo são alcançados pelo diligente exercício de escrita acompanhado pela cuidadosa revisão e o estudo em profundidade de diversos escritores”³³³, isso porque “a pena é o melhor mestre para nos fazer bem dizer, como convenientemente Crasso afirma, segundo Cícero.”³³⁴

O segundo capítulo trata da imitação (*De imitatione*), pois “grande parte da arte consiste em imitação: a partir da leitura de autores adequados, uma abundância de palavras pode ser tomada, e uma variedade de figuras, e tanto com a doutrina que pode ser edificada, quanto com o exemplo de todas as virtudes a mente pode ser ordenada.”³³⁵ Aponta, como modelos a serem imitados, as cartas de Cícero, de Plínio, o Jovem, de Angelo Poliziano e de Sêneca, reservando-se este último, contudo, aos mais experientes.

No terceiro capítulo, sobre o juízo (*De iudicio*), Erasmo critica que “alguns (claramente refere-se a alguns humanistas) reclamam que não há qualquer ‘arte’ de escrever cartas e riem do estudo diligente e da prática, mas se fabricar, moldar e forjar um vaso de barro requer arte, então certamente o discurso, a glória da razão humana, não pode existir sem arte.”³³⁶ É verdade, de qualquer forma, que quem escreve uma carta a um amigo não deve tomar refúgio na retórica.³³⁷ A divisão da carta em *salutatio*, *exordium*, *narratio*, e *conclusio* não é sempre nem freqüentemente adequada.³³⁸ Ao contrário, não se deve tagarelar sem trabalho, método, ou disciplina. Erasmo conclui com uma classificação dos três tipos de cartas copiada da retórica: demonstrativo, deliberativo e judicial.”³³⁹ Ao fim são transcritas duas cartas de Plínio, o Jovem.

O *Libellus de conscribendis epistolis* “abre com uma afirmação de que a grandiloqüência teatral é indecorosa numa carta familiar. Erasmo compara o estilo da carta não como quem grita num teatro, mas como quem sussurra num canto com algum amigo. O escritor de cartas deve aspirar, dentro dos limites do *sermo* e sob a *contentio* da

³³² HENDERSON, Judith Rice. *Art. cit.*, p.345.

³³³ *Id.*, *ibid.*, p.345.

³³⁴ “Quoniam stilus optimus effector est, et magister dicendi, ut apte apud Ciceronem Crassus ait.” *Breivissima...*, *cit.* A citação de Cícero é do *De oratore* I, 150, 7-8: “Stilus optimus ac praestantissimus dicendi effector ac magister” (*De L’Orateur*, livre premier, tradução de Edmond Courbaud, Paris: Les Belles Letres, 1957, p. 148).

³³⁵ “Quoniam vero artis pars magna imitatione continetur, ab auctoribus lectione dignis, verborum sumenda est copia, et varietas figurarum, ut cum ponendi ratio, tum ad exemplum virtutum omnium mens dirigenda est.” *Op. cit.*

³³⁶ Henderson refere-se a o seguinte trecho: “Sed quis est adeo non ab eruditione modo, sed communi sensu remotus, ut fabricandi, texendi, et e luto vasa ducendi, artem aliquam esse putet, sermonem autem, quo nihil est secundum rationem praestantius, arte ac praeceptis nihil egere?” *Breivissima...*, *cit.*

³³⁷ A passagem a que Henderson se refere é esta: “Non dissimulandum tamen quosdam contra sentire, quotidianis scilicet familiarissimisque epistolis nullum adhibendum artificium rhetoricum esse, sed constare illas naturali quodam sensu, et communi oratione”. *Breivissima...*, *cit.*

³³⁸ Henderson se refere ao seguinte trecho: “Quo magis ridiculi sunt, qui omnes epistolas in salutationem, exordium, narrationem et conclusionem partiuntur, inque iis putant totam artem consistere. Neque iis simul omnibus semper, sed nec frequenter admodum opus est, atque ut in orationibus pleraque mutantur, causis, temporibus, necessitate, occasione.” *Breivissima...*, *cit.*

³³⁹ HENDERSON, Judith Rice. *Art. cit.*, pp.345-346. Para maiores detalhes, v. nossa tradução da *Brevissima Formula* no Anexo III.

oração, pela agudeza, dicção apropriada, inteligência, humor, encanto e brevidade.”³⁴⁰ Em relação à brevidade, sua pior violação é a saudação pomposa, com o objetivo de bajular o destinatário, “comparando-o ao sol, estrela matutina, lâmpada brilhante, espelho, flor, jóia, luz do sol, paraíso, e assim por diante”.³⁴¹ Na saudação devem aparecer simplesmente os nomes dos correspondentes, com o nome do remetente em primeiro lugar, seguindo o uso de Cícero, Plínio, o Jovem, e outros modelos da Antigüidade, aos quais podem ser acrescidos simples títulos indicando um ofício ou profissão. Os epítetos, que são listados por Erasmo segundo a ordem social, devem ser utilizados no corpo da carta.³⁴² “Erasmo afirma que um *exordium* não é sempre necessário, criticando Francesco Negro, mas ele então distingue as cartas simples das cartas mistas, talvez lembrando a classificação de Negro. Se a carta mista aspira a uma estrutura formal, ela deve seguir a ordem cronológica ou uma outra ordem lógica sugerida pela matéria, mas não as divisões prescritas pela *ars dictaminis*. Erasmo divide a carta simples nas mesmas três categorias usadas na *Breuiissima formula*: judicial, deliberativa e demonstrativa. O restante do tratado descreve e dá exemplos de tipos de cartas em cada categoria.”³⁴³

O *Opus de conscribendis epistolis*³⁴⁴ se inicia com oito capítulos que descrevem a natureza e o estilo da carta.³⁴⁵ Segundo Erasmo, o caráter distintivo da carta está em sua diversidade infinita. Nesse sentido, critica as definições restritivas e uniformes da carta e de seu estilo, em que alguns exigem as cinco características seguintes: estilo seco (*exilem dicendi figuram*); estilo não trabalhado (*illaborata dissolutaque flu(i)t*); ausência de eloquência coesa (*omnibus contentionis neruis car(e)t*); vocabulário da língua cotidiana (*vulgo mutuatis verbis contexta*); brevidade (*breuitate*).

Cada um desses pontos será retomado e repellido por Erasmo. Quanto à brevidade, o que é necessário não é uma carta de pouca extensão, mas a concisão, pois esse é o verdadeiro sentido de *breuitas*. Em relação ao estilo não trabalhado, ou seja, sem figuras, Erasmo afirma que mais vale um estilo excessivamente ornado e refinado que desleixado e grosseiro; mas o preferível é a “limpeza” (*mundicia*), a meio caminho entre os dois extremos. Tratando-se da ausência de eloquência, ou seja, do tom, este nem sempre será o da conversação cotidiana, podendo elevar-se mesmo ao sublime, se a matéria e o destinatário o exigirem. Em relação ao uso do vocabulário cotidiano, que garantiria a clareza (*perspicuitas*), trata-se de uma noção relativa, pois depende da erudição do leitor; o essencial é ter em conta a matéria tratada e o destinatário. Quanto ao estilo, seco ou não, é uma questão de conveniência, que deve ficar a critério do remetente.

Erasmo aponta como princípio único o *decorum*, descartando como estéril toda a discussão sobre os estilos ático, ródio, asiático, e cita Quintiliano para lembrar

³⁴⁰ *Id., ibid.*, p.347.

³⁴¹ *Id., ibid.*, p.347.

³⁴² *Id., ibid.*, p.347.

³⁴³ *Id., ibid.*, pp.347-348.

³⁴⁴ Para estas considerações sobre o *Opus* de Erasmo estarei seguindo a minuciosa descrição do tratado por J. Chomarat, *Op. cit.*, pp.1010-1038.

³⁴⁵ HENDERSON, Judith Rice. *Art. cit.*, p.351. Os capítulos tratam da “forma da carta”, da “carta não elaborada”, da “dignidade da carta”, da “clareza da carta”, da “eufonia”, do “estilo da carta”, das “características distintivas da carta” e do “refinamento” (ERASMO, Desidério, de Rotterdam. *On the Writing of Letters / De Conscribendis Epistolis*, translated and annotated by Charles Fantazzi, in: SOWARDS, J. Kelley (ed.) *Collected Works of Erasmus*, Literary and Educational Writings 3, vol.25, Toronto: University of Toronto Press, 1985, pp.12-22).

o princípio fundamental da retórica: “a melhor forma de eloquência é a que melhor se adapta à matéria, ao lugar, ao momento, à qualidade do auditório”. O mesmo se aplica à carta: “a melhor é a que se afasta deste gênero de cartas banal e sem arte (*vulgato hoc et indocto literarum genere*); que é composta dos mais refinados pensamentos (*exquisitissimis*) e das palavras mais bem escolhidas, mas adaptadas (*aptis*); que está mais em harmonia com a matéria, o lugar, o momento, a pessoa”.

Assim, em primeiro lugar, é a finalidade da carta que deve determinar seu estilo: “tratando de altas questões, que seja grave; de matérias mediócras, harmoniosa (*concinna*); de matérias humildes, correta e agradável; que, na brincadeira, ela seduza por seu humor e sua graça; no elogio, por sua pompa (*apparatu*); que, na exortação, seja veemente e apaixonada; na consolação, carinhosa e afetuosa; para persuadir, grave e rica de pensamentos; na narração, clara e descritiva (*graphice*); para pedir, discreta; para recomendar, solícita; nas circunstâncias felizes, cumprimentadora; na tristeza, séria”.

Comparando a carta a um polvo, que toma a cor do terreno sobre o qual está localizado, pela sua infinita capacidade de mudança, Erasmo afirma, em segundo lugar, que a carta se adaptará aos momentos e às pessoas, tomando um tom diferente segundo o seu destinatário: “a um velho ou a um jovem, a uma pessoa sombria e severa ou a outra naturalmente bem-humorada; a um cortesão ou a um filósofo; a um familiar ou a um desconhecido; a alguém que viva despreocupadamente ou a um homem muito ocupado; a um companheiro sincero ou a um falso amigo que nada de bom vos deseja”.

Em terceiro lugar, o remetente deverá considerar-se a si mesmo, como um tipo de Mercúrio que “se metamorfoseará em todas as espécies de formas (*habitus*) segundo a circunstância (*pro re praesenti*)”, de maneira a fazer compreender com que intenção ele escreveu: “A carta é prolixa? Diz-se que foi escrita para um homem ávido de ler e que vive despreocupadamente. É trabalhada e rebuscada, quis-se escrever para um letrado etc.”

É necessário, contudo, a despeito de suas formas infinitamente variadas, que a carta tenha sempre uma língua pura, em que se sintam um espírito cultivado e equilibrado (*munda, erudita, sana*). A mudança de tom, que noutro gênero seria considerada um erro, na carta é facilmente aceitável, não sendo mesmo desprovido duma graça particular (*praecipuam gratiam*). Em suma, a carta é um gênero proteiforme, ao qual é ridículo e vão querer impor uma forma e uma figura únicas, o que não significa que seja um gênero sem limites.

Erasmo aborda, então, o caráter particular da carta *familiar*. Distinguindo as cartas das *declamantiunculae* (“pequenas declamações”, ou seja, cartas que são compostas a título de exercício ou para mostrar o seu talento, como por exemplo a *Phalaris* de Luciano, as cartas de amor de Filóstrato, as *Heróidas* de Ovídio), dos *libri* (“tratados”, como as “cartas” de Platão, todas as de Sêneca, a maioria das de Jerônimo, Cipriano, Agostinho, e algumas de Tertuliano) e dos discursos (cartas endereçadas a príncipes ou a magistrados), Erasmo afirma que, mesmo que se reserve o nome de carta apenas às familiares, ou seja, àquelas que tratam de questões privadas e que se endereçam a um amigo, é impossível prescrever-lhes uma forma determinada. Tudo o que se pode dizer de mais preciso é que a carta familiar deve assemelhar-se a uma conversa amigável sendo, segundo as palavras de Turpílio, “uma espécie de conversa à distância entre amigos” (*Absentium amicorum quasi mutuus sermo*). São suas características: simplicidade,

franqueza, alegria, vivacidade (*simplicitatem, candorem, festivitatem, argutiam*); pode-se passar de uma matéria a outra; quanto ao estilo, “convém a este gênero o aticismo, e o estilo humilde (*humilior*), mais próximo do cômico que do trágico, ou mesmo abaixo, se isso é possível, do tom da comédia, contanto que esse estilo humilde seja de um letrado (*modo docta sit humilitas*)”; o gênero familiar aprecia a concisão: sem exórdio, sem palavras expressivas, sem narrações alusivas.

Em todo caso, a carta deve ter um estilo elegante e puro (*elegantia, mundities*); a afetação, risível em si, o é ainda mais quando unida à incorreção. Mas para adquirir esta pureza e esta naturalidade são necessárias grandes leituras, regras, uma observação cuidadosa dos autores, um longo treinamento para escrever e falar.

Nesse passo, Erasmo inicia a parte didática de seu tratado, voltada aos mestres, abordando o exercício e a imitação, ou a maneira de ensinar a arte epistolar: 1º escolha dos assuntos (fábulas dos poetas, narrativas históricas, assuntos fictícios, lugares-comuns); 2º modo de propor o assunto; 3º correção dos deveres dos alunos.

Na sequência, apresentam-se a subscrição da carta e as fórmulas de polidez. Erasmo critica os usos medievais, consagrados pela chancelaria pontificia, e defende o retorno às práticas dos antigos, não pela admiração supersticiosa que se tem deles, mas porque seus usos e costumes eram mais simples e mais sábios. Trata do uso dos epítetos, dá exemplos da saudação final (*valedictio*) e explica como datar a carta.

Inicia-se, então, uma longa parte acerca da ordem nas cartas, com conselhos para cada um de seus tipos. Erasmo distingue cartas com assunto único e cartas com assunto múltiplo: naquelas a ordem será “ditada pela reflexão (*consilium*), e não por preceitos miúdos”; nestas, “cartas complexas (*confusaneis*) em que se acumulam vários assuntos quase inumeráveis, ou em que dizemos as coisas como elas nos vêm à boca, ou em que imaginaremos uma ordem qualquer inspirada a partir do momento, do lugar, das pessoas ou das matérias, o que tornaremos visível por freqüentes pequenas transições”. Essas transições permitem conciliar diversidade e unidade, natureza e arte. As cartas com assunto múltiplo são freqüentes entre amigos (*familiares*).

Quanto às cartas com assunto único, suas formas são em número infinito. Erasmo descarta tanto a classificação em três gêneros (que recobre a distinção entre *docere, delectare* e *mouere*) de Cícero, pois seria apenas um artifício destinado a preparar uma conclusão preestabelecida, quanto uma classificação baseada no tom ou cor afetiva (*character*), pois seria impossível fazê-lo, já que a carta pode exprimir todas as paixões, que são em número infinito. Apresenta, então, uma classificação fundada nas três divisões tradicionais da eloquência, acrescida de um quarto gênero, o “familiar”, cada um deles subdividido, perfazendo 27 espécies de cartas: gênero deliberativo (*exhortatoria epistola, dehortatoria epistola, suasoria epistola, dissuasoria epistola, consolatoria epistola, petitoria epistola, commendatitia epistola, monitoria epistola, amatoria epistola*); gênero demonstrativo; gênero judicial (*criminatoria epistola, expostulatoria epistola, purgatio, exprobatio, inuectiva, deprecatoria epistola*); gênero familiar (*nunciatio, mandatoria epistola, collaudatoria epistola, gratiarum actio, lamentatoria epistola, gratulatoria epistola, iocosa epistola, conciliatoria epistola, laudatoria epistola, officiosa epistola, disputatoria epistola*).

Chomarat, nesse ponto, ao invés de “seguir Erasmo passo a passo nos conselhos que ele dá para cada um desses tipos de cartas”, prefere “deduzir os temas maiores, em número de três: a carta e o discurso, a acomodação, a amplificação.”³⁴⁶

Quanto à carta e o discurso, embora Erasmo afirme ser a carta uma forma de gênero oratório, aludindo freqüentemente aos tratados de retórica ou resumindo-os, ao mesmo tempo ele procura enfatizar as diferenças entre a carta e o discurso: “o orador não conhece antecipadamente o espírito dos juizes e se dirige a muitos: o que pode seduzir um, chocará talvez outro; o epistológrafo em geral já conhece seu correspondente e, em todo caso, pode adivinhar pela reflexão o que ele pensa e assim melhor ajustar seu estilo (em compensação, o orador, na medida em que percebe as reações de seu auditório, pode modificar a linha de seu discurso).”³⁴⁷ Sobretudo, diz Erasmo, “a liberdade da carta é tal que ela pode tomar seu ponto de partida não importa de onde”; já partir do que é mais distante do assunto é um erro insuportável num discurso. É importante ressaltar que Erasmo admite que, à maneira de alguns modernos, a carta seja iniciada por uma citação de autor ilustre ou pela evocação de um mito célebre. Também se pode, nas cartas familiares e humorísticas, começar abruptamente por uma interjeição ou uma exclamação, à maneira dos satíricos. Erasmo completa: “e já que as cartas enviadas e recebidas duma parte e doutra são a imagem de uma conversação e de um diálogo (*mutuum alloquium*), será bem mais belo que elas reproduzam tão fielmente quanto possível a realidade que elas representam”. Para Erasmo, “a despeito de suas concessões à tradição oratória (invenção), a essência da carta pela elocução está ao lado da conversação: é a carta familiar que é a verdadeira carta.”³⁴⁸

Em relação à acomodação (*accommodatio*), que é o ato do qual resultará o *decorum*, ela oferece dois aspectos: a acomodação ao *assunto*, pois a cada gênero convém um determinado tom, e à *pessoa do destinatário*, a qual “determinará em grande parte o tom a se adotar e a escolha dos argumentos entre os que o tópico permita reunir”.³⁴⁹

Por fim, quanto à amplificação (*amplificatio, exaggeratio*), e o seu contrário, a atenuação (*attenuare, extenuare*), afirma Erasmo: “quando se trata de fazer nascer os *affectus*, o procedimento principal e quase único que reina nesse domínio é a amplificação, da qual toda a ação consiste em elevar e em abaixar (*alleuando deprimendoque*)”.

Seguem-se, pois, a essa série de preceitos das cartas, uma série de exemplos de cada um dos gêneros: alguns são do próprio Erasmo, compostos para o tratado ou nele inseridos; outros “reúnem em *syluae*, na seqüência de cada capítulo, referências a cartas antigas ou modernas e fórmulas, desses mesmos autores ou de Erasmo, constituindo uma fraseologia útil para o tipo de carta considerada.”³⁵⁰

É importante destacar que, segundo Henderson, Erasmo sintetizou “as tradições da epistolografia medieval e clássica, enquanto rejeitava o legalismo dos *magistri nostri* e dos ‘macacos de Cícero’. O *Opus de conscribendis epistolis* descreveu a

³⁴⁶ CHOMARAT, J. *Op. cit.*, p.1022.

³⁴⁷ *Id., ibid.*, pp.1024-1025.

³⁴⁸ CHOMARAT, J. *Op. cit.*, p.1026.

³⁴⁹ *Id., ibid.*, p.1028.

³⁵⁰ *Id., ibid.*, p.1032.

escrita de cartas como era praticada pela maioria dos humanistas da Renascença, e não como era estreitamente definida por uns poucos puristas ciceronianos”.³⁵¹

Juan Luís Vives

Juan Luís Vives (1492-1540) foi professor em Louvain (1519), em Oxford (1523) e preceptor de Maria Tudor, filha de Henrique VIII da Inglaterra. Era amigo de Erasmo de Rotterdam. Seu tratado *De conscribendis epistolis* foi publicado por Hillen, em Antuérpia, em 1534, e reimpresso várias vezes ainda no século XVI, algumas vezes em conjunto com a *Brevissima Formula* de Erasmo.

Dedicado a Alonso de Idiáquez, secretário do Imperador Carlos V, ao lado de Francisco de los Cobos, o tratado de Vives inicia-se com a usual definição da carta como uma “conversação entre ausentes através da escrita”,³⁵² baseada em Cícero e Libânio³⁵³, a que Vives acrescenta uma citação de Santo Ambrósio: “a utilidade da carta está na possibilidade de que, ainda que em locais separados, unamo-nos no espírito, pois, entre ausentes refulge a imagem da presença e a conversação por escrito une os separados, de modo que com um amigo compartilhamos nosso sentimento e comunicamos nosso pensamento.”³⁵⁴

Vives, então, explica a etimologia de “epístola” em grego, a que se segue a razão por que, na sua opinião, as cartas eram empregadas na Antigüidade: transmitir notícias de assuntos públicos ou privados a pessoas ausentes. Vives afirma haver muitos tipos de cartas, mas em vez de enumerá-los, cita a divisão de Cícero, exposta numa carta a Cúrio, em cartas *familiares* (*familiares et iocosum*) e cartas *sérias* (*severum et grave*). Sua própria classificação, contudo, divide-as em cartas de *informação*, de *petição*, de *recomendação*, de *conselho* e de *advertência*, às quais serão posteriormente acrescentadas cartas *consolatórias*, de *reconciliação*, de *instrução* e de *discussão*.³⁵⁵

Após essa parte introdutória, Vives aborda a invenção nas cartas, que é tratada em conjunto com a disposição, “especialmente no exórdio da carta, pois freqüentemente não podem ser facilmente separadas”³⁵⁶. Assim como em qualquer outro

³⁵¹ *Art. cit.*, p.355.

³⁵² “Epistola est sermo absentium per litteras.” VIVES, Juan Luís. *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989, p.22.

³⁵³ FANTAZZI, Charles. General Introduction, *cit.*, p.14.

³⁵⁴ “Epistolarum usus est (...) ut disiuncti locorum intervallis affectu adhaereamus, in quibus inter absentis imago refulget praesentiae et collocutio scripta separatos copulat, in quibus etiam cum amico miscemus animum et mentem ei nostram infundimus”. *Op. cit.*, p.22

³⁵⁵ “quales sunt propemodum nuntiatoriae, petitoriae, commendaticiae, consultoriae, admonitoriae et si quae sunt eius generis quae vicem absentiae escribentis impleant. Additae sunt postea consolatoriae, conciliatoriae, praeceptoriae, disputatoriae”. *Id. ibid.*, p.24.

³⁵⁶ “praecipue in exordiis, propterea quod haec saepenumero disiungi non possunt commode.” *Id. ibid.*, p.26.

tipo de discurso, a invenção na carta não é de todo matéria de arte, mas de *prudência*, ou seja, é produto de habilidade, memória, juízo e experiência.³⁵⁷

Ademais, quem pretende escrever uma carta deve considerar quem é, a quem está escrevendo, a respeito de qual assunto, quem somos para ele e quem ele é para nós.³⁵⁸ Quanto ao destinatário, Vives aconselha que se deve considerar sua história familiar, seus recursos pessoais, sua condição social, sua reputação, sua erudição, seu caráter e gênio. “Todas estas coisas podem ser facilmente levantadas numa simples reflexão momentânea.”³⁵⁹

Nesse sentido, o início da carta deve ser extraído ou do próprio remetente e de coisas que lhe pertençam, ou do destinatário e de coisas que lhe pertençam, ou do próprio assunto sobre que se escreve, tal qual um curto exórdio.³⁶⁰ Caso a escolha recaia sobre as virtudes do destinatário, deve-se ter o cuidado de que, na enumeração delas, não haja nenhuma adulação; ademais, deve-se mencionar especialmente aquelas virtudes que sejam mais apropriadas ao conteúdo da carta, como clemência, se se pede perdão; humanidade, se amizade; liberalidade, se benefícios; prudência e probidade, se conselho.³⁶¹

Quando se tratar da primeira carta escrita a alguém, deve-se tomar cuidado para que o novo destinatário não tenha uma impressão do remetente sob algum vício, como impudência, arrogância, loquacidade, ostentação, velhacaria, afetação pedante, adulação imoderada e parasitária, escurridade, ignorância, ou imprudência.³⁶² Contudo, nem tudo é adequado a todas as pessoas. Assim, deve-se saber a quem se pode expressar admiração, a quem se pode mencionar laços paternos de hospitalidade, ou o cuidado dos subordinados. Caso não haja uma razão especial que justifique a carta, deve-se considerar quem é o destinatário para o remetente, pois este será o tom de toda a carta.³⁶³

Nesse passo, Vives enumera longamente as características do estilo a ser adotado em relação a cada tipo de destinatário: próspero e soberbo; severo e desagradável; inculto e estúpido; engenhoso; erudito etc.

Devem ser banidas de toda a experiência humana as cartas de tipo enganador, insípido, inepto, em que todas as indicações de intenções são confusas. Insinceras e adadoras são as cartas em que não há modo de se discernir o intento do remetente, como nas cartas chamadas cortesãs e bem educadas. Pois o pensamento humano,

³⁵⁷ “inventionem omnem non solum epistolae, verum cuiuscumque alterius generis, sermonis orationisve, ut etiam in his quae loquimur, haud penitus artis esse, sed prudentiae; quae paritur ex ingenio, memoria, iudicio atque usu rerum.” *Id. ibid.*, p.26.

³⁵⁸ “Scripturus epistolam consideret quis et cui scribat et quibus de rebus, qui simus nos ad illum, qui ille in se.” *Id. ibid.*, p.28.

³⁵⁹ “Haec enim uno mentis intuitu facile percurremus omnia et momento temporis.” *Id. ibid.*, p.28.

³⁶⁰ “Sumendum igitur principium vel ex te aut rebus tuis, vel ex illo aut rebus eius, vel ex re ipsa de qua scribis, idque tamquam exordio.” *Id. ibid.*, p.30.

³⁶¹ “et in commemoratione virtutum ne sit species ulla assentationis (...) et ea maxime commemorabimus illius bona quae ad rem de qua scripturi sumus aptissima fuerint, ut clementiam, si petimus veniam; humanitatem, si amicitiam; liberalitatem, si beneficium; prudentiam et probitatem, si consilium.” *Id. ibid.*, p.32.

³⁶² “Ideo prima epistola vehementer est elaborandum ne apud novum erga nos animum in suspicionem veniamus cuiusquam vitii aut impudentiae aut arrogantiae aut loquacitatis aut ostentationis aut vafricici aut putidae affectationis aut immodicae assentationis et parasiticae aut scurrilitatis aut imperitiae aut imprudentiae.” *Id. ibid.*, p.32.

³⁶³ “Nec puto quemquam admonendum esse non omnia omnibus congruere. Videndum cui possis admirationem de ipso tuam allegare, cui paternum hospitium, cui curam subditorum. Quod si nihil habes quare scribas excusandum, tum contemplare qui sit ille cui scribis, nam hinc tota epistola temperatur.” *Id. ibid.*, p.34.

encoberto pela grande massa corporal, é impenetrável, mas revela-se em certa medida pelo discurso. Porém, se este for completamente fingido e disfarçado, o que se deixará conhecer do homem?³⁶⁴

Após essa pequena digressão, Vives retorna à matéria do tratado, abordando o assunto das cartas. Uma carta pode conter qualquer assunto mas, por questões didáticas, elas são divididas em várias classes. A carta pode falar de coisas que se referem ao remetente, ao destinatário, a ambos, ou a coisas que se referem a outros. Nesse ponto, Vives afirma que todos os homens são dotados de *mente* (é o intelecto, fundado no juízo, sagacidade e capacidade intelectual, que inclui agudeza mental, rapidez, estupidez, lentidão, erudição e ignorância), *corpo* (cor, boa aparência, deformidade, força, fraqueza, saúde, beleza, feiúra, alimentação) e de *coisas externas* (dinheiro, vestuário, em uma palavra, tudo o que se possui, honra, dignidade, raça, feitos, amigos, pátria, inimigos, má reputação, posteridade). Uma carta pode referir-se a quaisquer desses elementos, mente, corpo, coisas externas. E enumera uma série de exemplos: referentes à mente, podem ser cartas de conselho, de conciliação, de cortesia; referentes ao corpo, podem ser cartas de conselho e algumas cartas de petição; referentes a coisas externas podem ser cartas de petição, de recomendação.

Vives prossegue afirmando que sobre todos os assuntos deve-se falar moderadamente, modestamente e com um senso de propriedade e contenção, de modo que não haja nenhuma aparência de arrogância, que não se suporta nem mesmo nos maiores homens, pois é como veneno que, quando derramado sobre as coisas que até então eram muito bonitas, contamina-as. De modo semelhante, se se expressa o descontentamento em relação a algum insulto ou indignidade sofrida, ou se se fala disso para todos, parecerá que se está enfeitado por isto, cego pelo amor-próprio; deve-se deixar que se pareça ser guiado por um bom julgamento.³⁶⁵ Assim, não se deve exagerar o assunto com uma linguagem violenta, mas deve-se expor tudo civilizada e suavemente.³⁶⁶

Tratando-se de pedidos, deve sempre haver um senso de modéstia (pois quem faz um pedido coloca-se numa posição inferior), mas esta modéstia será maior ou menor de acordo com as circunstâncias e os indivíduos. Deve-se indicar, também, porque se está fazendo o pedido e porque para essa pessoa particularmente, pois se não há razão para pedir, pode-se parecer impertinente, arrogante, tolo ou supérfluo.³⁶⁷ Porém, em se tratando de um amigo ou de uma pessoa amigável ou obsequiosa, que em geral concede livremente o que se lhe pede, pode-se ser mais breve e simples, demonstrando a confiança

³⁶⁴ "Omnino tollendum est e vita genus illud epistolarum fallax, insulsum, ineptum, quo signa omnia voluntatum confunduntur; adeo blandum et assentatorium ut nullo penitus modo scribentis possit animus dignosci, quales sunt epistolae quae nominantur aulicae et bene educatae. Nam humanus cogitatus tanta mole corporis contextus impenetrabilis est, profertur quadamtenus sermone. Quod si hic quoque fictus sit penitus et contextus, quid reliquum sit ad hominem noscendum?" *Id. ibid.*, pp.34,36.

³⁶⁵ "De nostris rebus dicemus modice, modeste, pudibunde, parce, ut absit species omnis arrogantiae, quam ne in maximis quidem viris ferimus videturque velut venenum, quod res alioqui pulcherrimas superfluum corrumpit. Ad eundem modum si de iniuria vel contumelia nostri querimur aut omnino verba facimus, ne videamur caeci amore nostri rapi, (...) quo admonemur ut se quisque norit, sed duci iudicii." *Id. ibid.*, pp.38,40.

³⁶⁶ "Ita rem non exaggerabimus verborum atrocitate, sed civiliter omnia explicabimus et mansuete." *Id. ibid.*, p.40.

³⁶⁷ "Adsit in petitione omni pudor (nam inferiore se facit quisque rogat), sed in aliis rebus et apud alios maior aut minor. (...) Ostendes cur petas, cur ab eo potissimum; nam si causa non sit petendi, videtur res insolens aut arrogans aut inepta et supervacanea petere." *Id. ibid.*, p.40.

que se tem em sua amizade ou em seu caráter, pois os amigos freqüentemente se ofendem quando pedidos são feitos com grandiosas e importunas súplicas. Isso porque eles suspeitam que seus amigos não gostem deles suficientemente, ou não tenham confiança na sua recíproca afeição.³⁶⁸ Todavia, se o destinatário não for bem conhecido, nem um amigo íntimo, deve-se mostrar alguma razão porque se é digno de obter o que se pede.³⁶⁹ Sendo necessário, o pedido pode ser feito em razão das qualidades pessoais, como origem, pátria, interesses comuns nos estudos, posição, amigos e inimigos, especialmente aqueles comuns.³⁷⁰ Finalmente, se não houver no remetente nada que mereça a concessão do pedido, há certamente motivo para que o destinatário o conceda, o que será visto como um ato de piedade e lhe acarretará honra e louvor.³⁷¹

Na seção seguinte, Vives trata amplamente das cartas de recomendação. Em primeiro lugar, deve-se mostrar que a matéria da carta é digna do favor e boa vontade do destinatário.³⁷² Deve-se mostrar também que há qualidades no recomendado que fazem com que mereça uma atenção especial, as quais devem ser acomodadas ao caráter e experiência do destinatário.³⁷³ Por outro lado, se o destinatário têm o remetente em alta conta, é suficiente expor, de modo sincero, que a pessoa cuja causa está sendo advogada é cara ao remetente e que seus negócios lhe são de grande interesse.³⁷⁴ Em se tratando de príncipes e pessoas influentes, Vives afirma que há entre eles certos sinais pelos quais reconhecem a sinceridade e a honestidade das cartas de recomendação, pois em geral as recomendações são concedidas em razão de insistentes pedidos, não em razão da amizade ou do mérito da pessoa, e às vezes não se pode recusá-las.³⁷⁵

Quanto às matérias pertinentes ao destinatário (*De rebus eius ad quem scribimus*), Vives ressalta que se deve mostrar que, embora os assuntos digam respeito ao destinatário, também o remetente preocupa-se com eles. Se se tratar de um mero relato de notícias, não há necessidade de conselhos retóricos e artísticos, podendo a carta ser escrita com simplicidade. Se se tratar de um louvor, deve-se fazê-lo de maneira plausível e elogiar aquelas coisas que sejam um estímulo à virtude.³⁷⁶ Ao narrar, as figuras

³⁶⁸ "Apud amicum aut hominem valde humanum ac facilem quique solet libenter eiusmodi praeberere quae nos cupimus, brevius licebit agere et simplicius, ostensa fiducia ex amicitia nostra aut illius moribus (...) Nam indignantur saepenumero amici magnis et ambitiosis precibus aliquid ab se amicos contencere; suspicantur enim illos non satis amare, aut confidere amoris mutuo." *Id. ibid.*, p.42.

³⁶⁹ "Sin alienior sit et non adeo familiaris, ostende aliquid cur dignus sis qui impetres." *Id. ibid.*, p.42.

³⁷⁰ "Si cui opus fuerit, habet ea quae sunt in persona. Petimus propter genus, propter patriam, propter communionem studiorum, propter magistratum, propter amicos, propter inimicos, praesertim communes." *Id. ibid.*, p.44.

³⁷¹ "Denique si nihil sit in nobis dignum ob quod petamus, illum certe esse dignum qui det. Hoc ei fore pium, honorificum, laudabile." *Id. ibid.*, p.44.

³⁷² "primum omnium ut dignum ostendamus hunc esse illius gratia et favore." *Id. ibid.*, p.44.

³⁷³ "Ex commendato, si demonstramus in eo esse aliquid propter quod mereatur diligi. (...) Et accommodanda sunt haec moribus atque usu illius." *Id. ibid.*, pp.44, 46.

³⁷⁴ "Ex nostra parte, si nos ille amat cui scribimus, nec ficta, sufficet aperire illum cuius causa laboramus carum nobis esse et illius negotium magnae curae." *Id. ibid.*, p.46.

³⁷⁵ "Habent principes et potentes viri signa quaedam inter se quibus dignoscunt quam vere et ex animo commendet qui scribit; nam saepe commendationes dantur importunis precibus, non amicitiae aut dignitati personae, nec licet interdum recusare." *Id. ibid.*, p.48.

³⁷⁶ "In alterius rebus sic semper scribendum ut videantur nobis curae esse. Si tantummodo narras, nullo ad eam rem apparatu vel arte opus fuerit; simpliciter id potest expediri. Sin laudas, verisimiliter id facito et ea laudato quae sint illi tamquam stimulus ad virtutem." *Id. ibid.*, p.50.

utilizadas devem ser adequadas à história. Ditos e gracejos podem ser utilizados, mas como eles são muito mais fruto da natureza que da prática ou da leitura, aquele que não tiver talento para tal deve abster-se de utilizá-los, sob pena de parecerem ridículos.³⁷⁷ Vives divide os gracejos em dois tipos: alguns são breves, contendo uma, duas, ou umas poucas palavras, que podem ser chamados “ditos”; outros são dispersos através da descrição ou explanação de alguma coisa. O primeiro tipo é entendido somente por poucos, aqueles de inteligência rápida; o último é mais apropriado para uma audiência despreparada.³⁷⁸

O material para a carta consolatória, segundo Vives, pode ser tomado ou da pessoa que está sendo consolada (ex.: “isto não é adequado a um homem de sua linhagem”), ou ser derivado das coisas (ex.: “o que foi perdido não era tão digno que devesse gerar aflição”), ou através de uma comparação entre coisas e pessoas (ex.: “não é adequado que a perda de dinheiro seja lamentada por um rei, de quem deveria vir o exemplo para ensinar aos outros a grandeza de espírito e o desprezo pelo dinheiro”).

Quanto às cartas de reclamação ou de invectiva, é autoritário insistir muito na falta cometida e perseguir o assunto com linguagem abusiva, mas é uma marca de civilidade e cortesia dar a razão para a sua queixa e expor porque aquela não era a coisa adequada a ser feita.³⁷⁹ Para Vives, em todas cartas alguma virtude moral e qualidade agradável devem estar presentes; a maior precaução, contudo, deve ser tomada para não ofender alguém numa carta.³⁸⁰

Quanto às cartas em resposta, duas coisas devem receber particular atenção: o que foi escrito por aquele a quem se responde e com que espírito.³⁸¹ Em geral, deve-se falar de si próprio modesta e moderadamente e minimizar os auto-elogios. Não deve receber resposta imediata uma carta de invectiva ou abusiva, para que se evite o ardor do momento e se possa ponderar o conteúdo e a causa da repreensão. A resposta deve ter uma discreta polidez, pois esta empresta um sabor agradável à carta. Ao contrário, uma polidez exagerada é insípida e desagradável, ao menos para os paladares saudáveis.³⁸²

Vives passa a tratar das partes da carta, iniciando pela saudação, em que defende que o nome do remetente venha em primeiro lugar, por ser natural que o nome do escritor preceda o do receptor³⁸³, criticando aqueles que pensam que colocar o nome por

³⁷⁷ “Quippe tametsi paratur nonnihil vel exercitatione vel lectione, tamen maxima pars naturae est munus. Idcirco cognoscat se quisque, et si ad id non est natus, ne tentet quidem; sequitur enim necessario ut ipse sis ridiculus si non sint tua.” *Id. ibid.*, p.52.

³⁷⁸ “Et ex facetiis sunt aliae breves, quae in verbo uno vel duobus, certe paucis, sunt sitae, quae dicta nuncupamus, aliae fusae in narratione atque explicatione rei cuiuspiam. Illud prius genus a paucis intelligitur nisi acuto ingenio (...). Posterius istud imperitis auribus aptius est.” *Id. ibid.*, p.52.

³⁷⁹ “In quo genere imperiosum est nimis malefactum dicere et rem atrocitate verborum insectari; civilitatis vero et comitatus causam addere cur queraris, cur illud recte factum non sit.” *Id. ibid.*, p.60.

³⁸⁰ “nullam convenit esse epistolam in qua non virtus aliqua animi et grata quaedam indoles exsistat (...) Vehementer cavendum est ne quem epistola offendamus.” *Id. ibid.*, p.64.

³⁸¹ “Duo sunt in respondendo spectanda potissimum: quae scripta sunt ab eo cui respondemus et quo animo.” *Id. ibid.*, p.64.

³⁸² “Invective ac maledicae epistolae vel in totum respondendum nihil est vel non ilico ubi est reddita, sed sedata commotione illa animi et refrigerato ardore illo perturbationis, tum expendendum quid obiciatur et quibus de causis. (...) Porro quemadmodum epistolis moderata quaedam comitas suave condimentum praebet, ita redundantia comitatus palatis quidem sanis insulsa est penitus ac ingrata.” *Id. ibid.*, pp.66, 68.

³⁸³ “Prius eius qui scriberet, hoc enim natura prius est indicari quis faciat quam cui.” *Id. ibid.*, p.68.

último seja sinal de modéstia.³⁸⁴ Quanto ao uso de epítetos, afirma que os antigos somente os empregavam se o destinatário ou o remetente tivessem uma função pública, arrematando: não é mais lisonjeiro ser tão altamente estimado que não haja necessidade de epítetos, como no caso de Guillaume Budé, Erasmo de Rotterdam, ou Thomas Morus?³⁸⁵ Ademais, algumas expressões de afeição são utilizadas entre homens ligados por estreitos laços de amizade.³⁸⁶ E, como é de cortesia ou de simples humanidade, ao saudar as pessoas quando as encontramos, logo após os nomes, devem-se expressar bons votos.³⁸⁷ Quanto à discussão sobre o uso de terceira pessoa no título da carta, e primeira pessoa no seu corpo, Vives é taxativo: os homens dos tempos antigos não tinham o hábito de usar a primeira pessoa com seus nomes, mesmo quando falavam de si próprios; nesse caso, usavam a terceira pessoa, como em descrições e contratos.³⁸⁸ Aliás, sobre os títulos, afirma que não há carta da Antigüidade que não os tenha, seja posto pelo autor, seja citado por outra pessoa. Contudo, se este título era acrescentado pelo mensageiro quando a carta era enviada, então certamente nada seria necessário adicionar quando a resposta fosse devolvida por ele mesmo, ou quando a carta fosse entregue pelo próprio remetente.³⁸⁹

Vives refere-se então ao antigo costume de começar as cartas com a fórmula *Si vales, bene est, ego quoque valeo*, afirmando que ela poderia ser expressa de várias maneiras e que, a despeito de ter desaparecido do uso, não seria tão obsoleta que não pudesse ser acrescida às vezes, para ornamentar a carta.³⁹⁰

Em relação à ordem da carta, “Vives advoga liberdade e espontaneidade e um uso judicioso de palavras de transição. Depois de dar vários exemplos próprios e de Cícero, apresenta algumas fórmulas de *valedictio* e exemplos de como indicar a data e o local.”³⁹¹ Quanto à datação, Vives lembra que os antigos referiam-se a festas para datar as cartas. E pergunta: por que também não podemos dizer: “Adeus. No nascimento de nosso Salvador, da Virgem Maria, na festa de São Martinho, ou da conversão de São Paulo?”³⁹² Vives apresenta, em seguida, um modelo de carta com todas as suas indicações. E acrescenta que todas as regras apresentadas não se aplicam somente a cartas em latim, mas também àquelas em línguas vernáculas.³⁹³

³⁸⁴ “Alii existimant moderationis esse postremo se loco nominari. Quam fatue, quasi minus honestum sit quicquid ultimum.” *Id. ibid.*, p.70.

³⁸⁵ “Epithetis parcebant prorsum; addebant solum si quid muneris gereret et cui scribebatur et qui scribebat. (...) Quid quod praestibilius est tantum illum existimari ut appositis non sit opus, velut Guglielmo Budaeo, Erasmo Roterodamo, Thomae Moro?” *Id. ibid.*, p.70.

³⁸⁶ “Sunt inter homines amicitia coniunctissimos quaedam interdum amoris significationes.” *Id. ibid.*, p.72.

³⁸⁷ “Porro autem ut comitatis est immo vero humanitatis in congressibus salutare, ita statim post nomina bene precabantur.” *Id. ibid.*, p.76.

³⁸⁸ “non solitos priscos illos homines nomini suo primam addere personam, etiam de se loquentes, sed tertiam, ut in rationibus et contractibus”. *Id. ibid.*, p.80.

³⁸⁹ “Denique nulla est veterum epistola quae non titulum illum habeat sive ab auctore suo positum sive ab alio citatum. Si is titulus tabellario erat adscriptus cum mitteretur, certe nihil fuit necesse addi cum ab illo referretur aut ederetur ab auctore.” *Id. ibid.*, p.80.

³⁹⁰ “Fuit olim mos vetus (...) epistolas sic exordiri: ‘Si vales bene est, ego quoque valeo’. (...) Id variis modis enuntiabatur (...) Quae particula abiit ex usu (...) sed non ita quin addi possit et aliquando debeat ornetque epistolam.” *Id. ibid.*, pp.80, 82.

³⁹¹ FANTAZZI, Charles. General Introduction, *cit.*, p.16.

³⁹² “Quin nos etiam ‘Vale natali Servatoris, Virginis matris, feriis D. Martini, conversionis Pauli?’”. *Op. cit.*, p.90.

³⁹³ “non solum in Latina lingua sed in vernaculis”. *Id. ibid.*, p.92.

“Segue-se uma breve referência aos sobrescritos e endereços, e uma mais extensa discussão sobre o estilo das cartas, em que reitera os preceitos costumeiros de simplicidade, espontaneidade e ausência de pretensão.”³⁹⁴ Nesse sentido, Vives define a carta como uma imagem da conversação cotidiana e um diálogo continuado, e foi inventada por não outro propósito que o de informar e representar as conversações daqueles que estão ausentes³⁹⁵. Assim como a conversação diária deve ser simples, direta e natural³⁹⁶, assim deve ser o estilo da carta: a carta deve ser adornada com simplicidade e seu ornamento deve ser a ausência de ornamentos³⁹⁷. O principal é lembrar que a carta é como uma moça plebéia, e mesmo que umas sejam um pouco mais adornadas e refinadas que outras, elas não se comparam às moças patricias, da mesma forma que servas não rivalizam com suas senhoras.³⁹⁸

Vives critica alguns mestres que, quando discutem a composição de cartas, falam em introdução, narração, confutação, confirmação, peroração, invenção, disposição e elocução, partes todas extraídas da Oratória, o que é obviamente supérfluo e estranho à carta, pois dificilmente alguma carta conterà todas elas, e esta frágil moça não pode suportar tal artifício.³⁹⁹

Na segunda parte do tratado, Vives apresenta “uma miscelânea de frases e convenções, com descrições especialmente técnicas da terminologia usada na composição e envio das cartas, explanando a respeito de coisas como as palavras usadas por escribas, materiais de escrita e os vários modos de selar uma carta. Vives então fornece ao leitor uma cornucópia de frases comuns usadas nas cartas e dá instrução a propósito do uso de tempos, com exemplos tirados de escritores antigos, principalmente Cícero, com o qual ele mostra uma extraordinária familiaridade.”⁴⁰⁰

Na parte intitulada *Salutandi formulae usui nostro aptae*, Vives aborda a questão de como saudar uma terceira pessoa através da carta, enumerando uma série de exemplos. Segue-se então o modo como responder a tais saudações (*Resalutandi*).

Vives discute, então, a brevidade da carta (*De brevitae epistolae*), mostrando que tal questão já é discutida há muito tempo⁴⁰¹, desde Demétrio (que Vives, seguindo a tradição, confunde com Demétrios de Fáléron), passando por Sêneca e Cícero. Vives afirma que é muito importante que o remetente se adapte ao caráter do destinatário. Conforme a natureza do assunto, será possível ao fim da carta escusar-se por sua brevidade àquele que esperava uma longa carta, ou por sua prolixidade àquele que se satisfaz com uma carta breve. No primeiro caso, o da brevidade, pode-se escusá-la em razão de suas

³⁹⁴ FANTAZZI, Charles. General Introduction, *cit.*, p.16.

³⁹⁵ “Epistola imago quaedam est quotidiani sermonis ac colloqui cuiusdam perpetui, nec enim in aliud est inventa quam ut absentium sermones referat ac repraesentat.” *Id. ibid.*, p.96.

³⁹⁶ “Sermo autem noster quotidianus simplex esse debet et rectus et naturalis”. *Id. ibid.*, p.96.

³⁹⁷ “omari (...) epistolam simplicitate et excultissimam esse sine cultu”. *Id. ibid.*, p.96.

³⁹⁸ “Summa haec est ut meminerimus esse epistolam, hoc est, puellam plebeiam, in quibus etsi aliae aliis ornantur excultius paulo et ditius, mundum tamen patriciarum non aequant, uti nec famulae dominarum.” *Id. ibid.*, p.102.

³⁹⁹ “Quidam de epistolis componendis disserentes de proemio tradunt, de narratione, confutatione, confirmatione, peroratione, de inventione, dispositione, elocutione, ex rhetorum praeceptionibus repetita, quod plane est supervacaneum et loco huic alienum. Primum quod nulla est fere epistola quae habeat quinque illas partes, nec tantum artificium tenera haec puella sustinet.” *Id. ibid.*, pp.102, 104.

⁴⁰⁰ FANTAZZI, Charles. General Introduction, *cit.*, p.16.

⁴⁰¹ “Illud praeterea iam olim quaesitum, quam brevem esse epistolam conveniret”. *Op. cit.*, p.124.

ocupações e através de uma certa moderação em não querer perturbá-lo ou interrompê-lo no meio de negócios importantes. No último caso, o da prolixidade, pode-se escusá-la pela natureza do assunto, ou pelo prazer que o remetente tem de escrever ao destinatário.⁴⁰² Acrescenta que cartas curtas que contenham um dito agudo em poucas palavras têm muita beleza e, se nada tiverem de insolente, soberbo, desdenhoso, podem ser enviadas até mesmo a reis e príncipes e a homens de grande severidade.⁴⁰³

Quanto àqueles que pretendem publicar suas cartas sem a publicação da carta a que respondem, como Plínio e Políziano, Vives afirma que repetem em suas respostas os principais pontos da carta que estão respondendo, mesmo nas mais triviais matérias, o que usualmente se faz somente em assuntos importantes, e com mais cuidado quando pensam que sua resposta será lida por pessoas que não leram a carta respondida.⁴⁰⁴ E, “como um tipo de epílogo, Vives acrescenta um comentário pessoal sobre escritores de cartas da antiguidade até os seus dias”⁴⁰⁵ (*De auctoribus epistolarum*).

António de Guevara

Bispo de Guadix e de Mondoñedo, capelão e cronista do Imperador Carlos V, Fr. António de Guevara (1480-1545) publicou suas *Epístolas Familiares* em Valladolid entre 1539 e 1542.⁴⁰⁶ “De conteúdo familiar e ligeiro, de acordo com a preceptiva ciceroniana (Familiares II, 4, 1), a epístola humanística arraigou-se na Península, a partir das famosíssimas *Lettere* de Pietro Aretino (1538), com as *Epístolas familiares* (1539-1542) de Fray Antonio de Guevara. Em sua coleção de ‘epístolas que algumas vezes escrevi a parentes e amigos’, Guevara abordou os mais diversos temas, a meio caminho entre o ensaio e a pura ficção literária.”⁴⁰⁷

⁴⁰² “Multum te accommodari convenit ingenio illius cui scribis et pro ratione materiae licebit in fine aut brevitatem escusare apud illum qui longas cupit aut prolixitatem apud eum qui brevibus delectatur. Illa excusatur negotiis aut nostris aut illius et pudore ne obstrepamus aut interpellemus in maximis occupatum; prolixitas excusatur rei qualitate, dulcedine cum illo colloquendi.” *Op. cit.*, p.126.

⁴⁰³ “Epistolia et codicilli, quae paucis verbis acutam quampiam sententiam concludunt, plurimum habent venustatis. (...) Quod nihil habeant insolens, superbum, fastidiosum, mitti possunt vel ad reges ipsos ac principes, et homines quantumvis superciliosos.” *Op. cit.*, p.126.

⁴⁰⁴ “Sunt qui in respondendo repetant ceu epistolae illius capita ad quam rescribunt. Quod solet in gravibus fieri negotiis et tamen accuratius cum a nonnullis lectum iri responsum arbitrantur, non lecta epistola provocante. Nam hoc fine etiam in levioribus fecerunt quidam, ut ii qui suas epistolas cogitabant edere, non editis ad quas rescriberent, sicuti Plinius et Politianus”. *Op. cit.*, p.128.

⁴⁰⁵ FANTAZZI, Charles. General Introduction, *cit.*, p.16.

⁴⁰⁶ “La primera parte de las *Epístolas familiares* apareció en 1539 (Valladolid, Juan de Villaquirán). En sólo el siglo XVI, se editó once veces más. Por su parte, la *Segunda parte de las epístolas familiares* salió por primera vez en 1542 (Valladolid, Juan de Villaquirán); tuvo seis ediciones en el resto del siglo. Además, ambas partes se publicaron juntas en tres ediciones del XVI. También, en el siglo XVI las varias versiones de las *Epístolas Familiares* tuvieron tres ediciones alemanas, treinta y cuatro francesas, dos holandesas, siete inglesas y veintitrés italianas.” LAWAND, Jamile Trueba. *El arte epistolar en el Renacimiento español*, Madrid: Editorial Tàmesis, Colección Tàmesis, Serie A, v. 159, 1996, p.93.

⁴⁰⁷ COROLEU, Alejandro. “Humanismo en España”, in: *Introducción al Humanismo del Renacimiento*, edited by J. Kraye, Madrid: Cambridge University Press, 1998, pp.295-330. Disponível em:

Das *Epístolas Familiares* de Guevara, quatro interessam-nos particularmente, pelas concepções epistolares que nelas encontramos; são elas: a epístola V, “*Letra para don Pedro Girón, en la cual el auctor toca la manera del escribir antiguo*”; a epístola VI, “*Letra para don Íñigo de Velasco, Condestable de Castilla, en la cual el auctor toca la brevedad que tenían los antiguos en el escrebir*”; a epístola VIII, “*Letra para don Alonso de Alborno, en la cual se toca que es caso de mala criança no responder a la carta que le escriben*”; e a epístola X, “*Letra para don Enrique Enríquez, en la cual el auctor le responde a muchas demandas graciosas*”.

Na epístola V, “*Letra para D. Pedro Girón, na qual o autor trata da maneira do escrever antigo*”, Guevara, numa deliciosa crítica dirigida a uma carta que supostamente teria recebido do destinatário, trata de aspectos materiais da carta, como o sobrescrito (“*Filóstrato, na vida de Apolónio Tianeu, diz que era costume entre os ipimeus pôr as datas das cartas nos sobrescritos delas, para que, se fossem de poucos dias escritas, as lessem, e se fossem velhas, as rasgassem*”⁴⁰⁸) e a letra (“*é verdade que, embora seja velha a data da carta, a letra poderia ser legível e boa, mas o juro per sacra numina que parecem mais caracteres com que escrever o mosaico, que não carta de cavaleiro*”⁴⁰⁹), passando à própria materialidade da escrita através dos tempos (“*segundo a variedade dos tempos, assim se foi descobrindo a maneira do escrever entre os homens; porque, conforme com o que diz Estrabão, De Situ Orbis, primeiro escreveram em cinza; depois, em cascas de árvore; depois, em folhas de louro; depois, em lâminas de chumbo; depois, em pergaminho; e, por último, vieram a escrever em papel. É, também, de saber-se que, nas pedras, escreviam com ferro; nas folhas, com pincéis; na cinza, com os dedos; nas cascas, com facas; no pergaminho, com cálamos; e no papel, com penas. A tinta com que escreveram os antigos foi, primeiramente, de um peixe por nome siba; depois, a fizeram de sumo de sarças; depois, de fuligem de fumo; depois, de vermelhão; depois, de cardenilho; e, por fim, inventaram de goma, galhas, caparrosa e vinho.*”⁴¹⁰)

Aponta, em seguida, ao criticar mais precisamente a carta que lhe foi enviada, alguns vícios da carta, sob o aspecto material: “*ficai sabendo, senhor, que as condições da vossa carta eram: ser o papel grosso, a tinta branca, as linhas tortas, as letras transtrocadas, e as razões apagadas; de maneira que ou vós, senhor, a escrevestes à lua ou*

<http://www.nottingham.ac.uk/hispanic/research/alejahum.html>, Department of Hispanic and Latin American Studies, School of Modern Languages, University of Nottingham. Acesso em: 02 fev. 2002.

⁴⁰⁸ GUEVARA, António de. *Epístolas Familiares*, in: PÉREZ, David J. (selecção e prefácio). *Moralistas espanhóis*, tradução de Acácio França, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1952, p.201. No original: “*Filóstrato, en la vida de Apolonio Thianeo, dice que era costumbre entre los ipimeos de poner las datas de las cartas en los sobrescritos dellas, para que si fuesen de pocos días escritas las leyesen, y si fueran añejas, las rasgasen.*” GUEVARA, Antonio de. *Epístolas Familiares*, selección prologada por Augusto Cortina, Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, S. A., 1946, p.27.

⁴⁰⁹ Trad. cit., p.201. No original: “*Es verdad, pues, que si la data de la carta es vieja, que la letra es legible y buena, sino que le juro per sacra numina, que parecen más caracteres con que se escribe el mosaico, que no carta de caballero.*” *Op. cit.*, p.27.

⁴¹⁰ Trad. cit., pp.201-202. No original: “*Según la variedad de los tiempos, así fué descubriéndose la manera del escribir entre los hombres; porque, según dice Estrabón, De situ orbis, primero escribieron en ceniza, después, en cortezas de árboles, después en hojas de laurel, después en planchas de plomo, y después en pergamino, y lo último vinieron a escribir en papel. Es tambien de saber que en las piedras escribían con hierro, en las hojas con pinceles, en la ceniza con los dedos, en la corteza con cuchillos, en el pargamino con cañas, y en el papel, con péñolas. La tinta con que escribieron los antiguos fué la primera de un pece que se llamaba jibia, después la hicieron de zumo de zarzas, después de hollín de humo, después de bermellón, después de cardenillo, y al fin la inventaron de goma, agallas, caparrosa y vino.*” *Op. cit.*, pp.27-28.

algum menino que era aprendiz de escola.”⁴¹¹ Ainda em crítica à carta recebida, adverte quanto à sua extensão: “Já que a carta vinha velha, aberta, suada, esfolada e borrada, seria na verdade curta de razões e abreviada de linhas? Não, por certo, senão que, não tendo nada escrito, tinha duas folhas e meia; por maneira que, quando a abri e vi, pensei que era alguma monitória com que me citavam, e não carta que me escreviam.”⁴¹²

Também na Epístola X temos indicações sobre a materialidade da carta: “Trabalhai sempre, senhor, em que, se escreverdes alguma carta mensageira, sejam certas as linhas, as letras juntas, as razões separadas, a letra boa, o papel limpo, o sinete leve, a dobra igual e o selo claro; porque é lei de corte que, naquilo que se escreve, se mostre a prudência e, na maneira de escrever, se conheça a criação.”⁴¹³ E uma crítica ao estilo das cartas que parecem “interrogatórios”: “Muitas vezes tornei a ler a vossa carta e não achei a que mais responder nela, que, na verdade, mais parecia interrogatório para tomar testemunhos, que não carta para amigos.”⁴¹⁴

A Epístola VI, “Letra para D. Íñigo de Velasco, condestável de Castela, na qual toca o autor na brevidade que tinham os antigos no escrever”, responde Guevara a uma carta de D. Íñigo, na qual este teria reclamado da sua brevidade ao lhe escrever: “Ao que me escreve vossa Senhoria sobre o por que sou eu tão curto no escrever, a isto, senhor, vos respondo que, se não me engano, para o falar não é mister mais que viveza; porém para o escrever é necessário muito senso; porque para provar se um homem é sensato ou louco nada é mais preciso do que lhe pôr umas esporas nos pés ou uma pena na mão. Em todas as coisas confesso ser longo, excepto no escrever, que não me pesa ser curto, porque de uma palavra inconsiderada, posso logo retratar-me, mas a firma da minha mão não na posso negar. Dizer uma inocência é tolice, mas firmá-la com o próprio punho é necedade.”⁴¹⁵ Ou seja, a brevidade, para Guevara, é irmã da prudência. Seguem-se, então, diversos exemplos de brevidade colhidos na Antiguidade: “Se Laércio, Plutarco, Plínio, Vegécio, Vulpício e Eutrópio não nos enganam nas suas histórias, muitos poetas, oradores, filósofos, reis e príncipes houve nos séculos passados dos quais se lê que eram no falar mui extensos, mas no escrever mui corrigidos. César, numa carta que escreveu do Belo Pérsico para Roma, não dizia mais que estas palavras: ‘Vim, vi, venci’. Octávio, o imperador,

⁴¹¹ Trad. cit., p.202. No original: “Sabed, señor, que las condiciones de vuestra carta eran: ser el papel grueso, la tinta blanca, los renglones tuertos, las letras trastocadas, y las razones borradas; de manera que o vos, señor, la escribistes a la luna, o algún niño que era aprendiz en la escuela.” *Op. cit.*, p.28.

⁴¹² Trad. cit., p.202. No original: “Ya que la carta venía vieja, abierta, sudada, desollada y borrada, es verdad que era corta de razones y abreviada en renglones? No por cierto, sino que a no tener nada escrito, tenía dos pliegos y medio; por manera que cuando la abrí y vi, pensé que era alguna monitoria con que me citaban, y no carta que me escribían.” *Op. cit.*, p.28.

⁴¹³ Trad. cit., p.226. No original: “Siempre trabajad, señor, en que si escribiéades alguna carta mensajera, que los renglones sean derechos, las letras juntas, las razones apartadas, la letra buena, el papel limpio, la nema sutil, la plegadura igual y el sello claro; porque es ley de corte que en lo que se escribe se muestre la prudencia, y en la manera del escribir se conozca la criança.” *Op. cit.*, p.47.

⁴¹⁴ Trad. cit., p.229. No original: “Muchas veces he tomado a leer vuestra carta, y no he hallado más a que responder a ella, que a la verdad más parecía interrogatorio para tomar testigos que no carta para amigos.” *Op. cit.*, p.49.

⁴¹⁵ Trad. cit., pp.211-212. No original: “A lo que vuestra Señoría dice, que por qué en el escribir soy tan corto, a esto, señor, os respondo que, si yo no me engaño, para el hablar no es menester más de viveza, mas para el escribir es necesaria mucha cordura; porque para probar si es un hombre cuerdo o loco, no es más menester de ponerle unas espuelas en los pies o una pluma en la mano. En todas las cosas confieso ser largo, excepto en el escribir, que no me pesa ser corto; porque de una palabra inconsiderada puédome luego retratar, mas la firma de mi mano no la puedo negar. Decir una inocencia es bobedad, mas firmarla de su mano es necedad.” *Op. cit.*, p.34.

escrevendo a seu sobrinho Gaio Drúcio, dizia assim: ‘Já que estás no Ilírico, lembra-te que és dos Césares, e que te enviou o senado, e és agora moço e meu sobrinho, e cidadão romano’. O imperador Tibério, escrevendo ao irmão Germânico, dizia assim: ‘Os templos se guardam, os deuses se servem, o senado pacífico, a república próspera, Roma sadia, fortuna mansa, e ano fértil: isto aqui na Itália, o mesmo desejamos a ti em Ásia’. Cícero, escrevendo a Cornélio, diz assim: ‘Alegra-te, pois eu não estou mal, e eu me alegrarei se estiveres bem’. O divino Platão, escrevendo de Atenas a Dionísio, o tirano, diz assim: ‘Matar teu irmão; exigir mais tributo; forçar o povo; esquecer-me a mim, teu amigo; e tomar Fócio por inimigo, obras são de tirano’. O grande Pompeu, escrevendo do Oriente ao senado, dizia assim: ‘Padres conscritos, Damasco é tomada, Pentápolis submetida, Síria é colônia, Arábia confederada e Palestina vencida’. O cônsul Gneu Sívio, escrevendo as novas de Farsália para Roma, dizia assim: ‘César venceu, Pompeu morreu, Rufo fugiu, Catão se matou, a ditadura acabou e a liberdade se perdeu’.”⁴¹⁶

Na epístola VIII, “Letra para D. Alonso de Alborno, na qual se trata de que é má criação não responder à carta que lhe escrevem”, Guevara demonstra ser de polidez e cortesia o responder às cartas que se recebe: “Tomai, senhor, por estilo, nunca deixardes de responder ao que tomou trabalho de vos escrever, porque o alcaide dos fidalgos, que é Hernán Sanz de Minchaca, me disse que ninguém perdia a fidalguia pelo responder a uma carta. Responder ao maior é de necessidade, responder ao igual é de vontade; mas responder ao menor é de pura virtude. (...) Tão altos e tão grandes príncipes, como aqui temos nomeado, pelo haverem eles escrito a homens tão baixos e de tão vis ofícios, não os citam os historiadores para os afeiar, senão para os engrandecer; do que podemos inferir não estar a baixaza em escrever ou responder a pessoas baixas, senão em fazer obras escandalosas e desonestas.”⁴¹⁷ E, por fim, um conselho de cortesia, aplicável não só às cartas: “Se não quereis, senhor, que vos chamem presunçoso ou, por melhor

⁴¹⁶ Trad. cit., pp.212-213. No original: “Si Laercio, Plutarco, Plinio, Vegecio, Vulpicio y Eutropio no nos engañan en sus historias, muchos poetas, oradores, filósofos, reyes y príncipes hubo en los siglos pasados de los cuales se lee que eran en el hablar muy largos, mas en el escribir muy corregidos. César, en una carta que escribió dende el Bello Pérsico a Roma, no decía más destas palabras: Vine, vi, vencí. Octavio el emperador, escribiendo a su sobrino Gayo Drusio, decía así: Pues estás en el Ilirico, acuérdate que eres de los Césares y te envió el senado, y eres agora mozo y mi sobrino, y ciudadano romano. El emperador Tiberio, escribiendo a su hermano Germánico, decía así: Los templos se guardan, los dioses se sirven, el senado pacífico, la república próspera, Roma sana, fortuna mansa, y año fértil: esto es acá, en Italia, lo mismo deseamos a ti en Asia. Cicerón, escribiendo a Cornelio, dice así: Alégrate, pues yo no estoy malo, que también me alegraré yo si tú estás bueno. El divino Platón, escribiendo dende Athenas a Dionisio el tirano, dice así: Matar a tu hermano, demandar más tributo, forzar al pueblo, olvidar a mí, tu amigo, y tomar a Focio por enemigo, obras son de tirano. El gran Pompeyo, escribiendo dende Oriente al Senado, decía así: Padres conscritos, Damasco es tomada, Pentápolis sujeta, Siria es colonia, Arabia confederada, y Palestina vencida. El cónsul Gneo Sívio, escribiendo las nuevas de la Farsalia a Roma, decía así: César venció, Pompeyo murió, Rufo huyó, Catón se mató, la dictadura acabó, y la libertad perdió.” *Op. cit.*, pp.34-35.

⁴¹⁷ Trad. cit., p.215. No original: “Tomad, señor, por estilo de nunca dejar de responder al que tomó trabajo de os escribir, porque el alcaide de los hijosdalgo, que es Hernán Sanz de Minchaca, me dijo que ninguno perdía la hidalguía por responder a una carta. Responder al mayor es de necesidad, responder al igual es de voluntad; mas responder al menor es de pura virtud. (...) Tan altos y tan grandes príncipes como aquí habemos nombrado, haber ellos escripto a hombres tan bajos y de tan viles ofícios, no lo cuentan los historiadores para se lo afeiar, sino para por ello los engrandecer; de lo cual podemos inferir que no está la bajaça en escribir o responder a personas baxas, sino en haber obras escandalosas y deshonestas.” *Op. cit.*, pp.40, 41.

dizer, louco, precisais ser bem criado; porque com a boa criação, mais que com outra coisa, se atraem os inimigos e se sustentam os amigos.”⁴¹⁸

Antonio de Torquemada

O *Manual de Escribientes*, de Antonio de Torquemada⁴¹⁹, não chegou a ser impresso em seu tempo, tendo sido redescoberto somente em 1970, quando foi publicado pela Real Academia Espanhola. Permaneceu em manuscrito e não se sabe a data precisa de sua composição, pois “o manuscrito carece de data (a de 1574 que o encabeça corresponde somente ao ano em que o livro passou a ser propriedade de seu filho ou do Cardeal Rodrigo de Castro), e só cabe assegurar por uma referência interna que se escreveu antes de 1562.”⁴²⁰

Adotando a forma dialógica, em que dois discípulos, Josepe e Luis, aprendem os preceitos da arte com o secretário Antonio, o *Manual* está dividido em quatro partes: “a primeira trata das condições e qualidades que há de ter o que houver de servir o ofício de secretário, e quais são necessárias e quais proveitosas, e quais fazem um secretário perfeito. A segunda é um tratado da ortografia castelhana. O terceiro, das provisões que comumente se fazem neste ofício. A quarta, das cartas mensageiras. É tratado de que se poderão aproveitar todos os que pretenderem saber escrever bem cartas suas ou alheias, porque tem avisos mui necessários e proveitosos.”⁴²¹

A primeira parte reserva-se às condições e partes que hão de ter os secretários para saber servir bem seus ofícios. São elas: 1ª) que o secretário seja secreto conforme o nome; 2ª) que os secretários sejam fiéis e pratiquem com tão grande fidelidade seus ofícios; 3ª) que tenha boa natureza e discrição bastante; 4ª) que aquele que houver de escrever uma carta saiba bem a língua, assim em entendê-la como em escrevê-la; 5ª) que os que escreverem tenham abundância de palavras com que poder declarar o que quiserem dizer, e que de tal maneira o digam que concluam, não somente as matérias que tratarem,

⁴¹⁸ Trad. cit., p.217. No original: “Si no queréis, señor, que os llamen presuntuoso, o por mejor decir, loco, preciaos de ser bien criado; porque con la buena crianza, más que con otra cosa, se atraen los enemigos y se sustentan los amigos.” *Op. cit.*, p.41.

⁴¹⁹ Pouco se sabe a respeito da vida de Torquemada: “TORQUERMADA (Antonio de), milieu du XVIe s. – Poète satirique et romancier espagnol, auteur des *Colloques satiriques* (1553) et du *Jardin de fleurs curieuses* (1570). Le premier de ces ouvrages est un document remarquable sur les mœurs et les types de l’époque. Bibl. – Eldson (J. H.), *On the Life and Work of the Spanish Humanist A. de T.*, Univ. de Californie, 1937; 55.” (VAN TIEGHEM, Philippe (dir.) *Dictionnaire des littératures*, Paris: Presses Universitaires de France, 1984, vol.4, p.3940). Segundo Lina Rodríguez Cacho, deve ter nascido em Astorga, entre 1507 e 1511, e faleceu antes de 1569. Para maiores detalhes, v. CACHO, Lina Rodríguez. “Introducción”, in: TORQUEMADA, Antonio de. *Obras completas*, vol. I, Madrid: Turner Libros, 1994, pp.XIII-XLIII.

⁴²⁰ CACHO, Lina Rodríguez. “Introducción”, *cit.*, p.XVI.

⁴²¹ TORQUEMADA, Antonio de. *Manual de escribientes*, in: *Obras completas*, *cit.*, p.3. No original: “La primera trata de las condiciones y calidades que ha de tener el que oviere de servir el oficio de secretario, y cuáles son necesarias y cuáles provechosas, y cuáles hazen a un secretario perfeto. La segunda es un tratado de la orthographía castellana. El terçero, de las provisiones que comúnmente se hazen en este oficio. La quarta, de las cartas mensajeras. Es tratado de que se podrían aprovechar todos los que pretendieren saber escrevir bien cartas suyas o ajenas, porque tiene avisos muy necesarios y provechosos.”

mas as razões com que as disserem; 6ª) deve saber mais línguas que a sua própria; ao menos saber latim e ainda grego, porque nestas duas línguas está escrito o melhor que está escrito, e se souber francês, toscano e alemão, não deixará de ser mais bem entendido, porque o saber falar em diferentes línguas desperta o entendimento; 7ª) deve ser bom ortógrafo o que houver de escrever, que não é a menor parte nem menos necessária a boa ortografia; 8ª) deve ter boa letra; 9ª) deve saber escrever bem uma carta, ser lido e ter visto muitas coisas e de matérias mui diferentes, assim em metro como em prosa, e saber muitas fábulas e histórias, e ter notícia de fatos estranhos e peregrinos de latinos, gregos e outras nações; 10ª) deve conhecer o mundo e ter notícia de outras nações e gentes estranhas, de seus costumes e modo de vida, de suas torpezas e cortesias; os que não o houverem visto, nem puderam conhecê-lo, que se dêem à lição da cosmografia, sendo curiosos em entendê-la para ter notícia das coisas do mundo, pois esta é uma das que mais despertam os engenhos e avivam os entendimentos; 11ª) que um secretário tenha um pouquinho de espírito, ou veia, para fazer uma copla quando seja necessário, a sério ou de brincadeira.⁴²²

Dessas condições, algumas são necessárias, outras proveitosas, e outras que dão maior perfeição ao ofício. As que forçosamente se requerem e são necessárias, além de ser o secretário secreto e fiel, é a boa natureza, o entendimento vivo e o juízo assentado, que saiba escrever bem a língua e que seja bom ortógrafo. As que se hão de ter por proveitosas são: ser bons latinos e ter notícias de muitas coisas. Outras que fazem aos secretários mais perfeitos são: ter visto e lido muito, ser curiosos em entender fatos estranhos e peregrinos, ser bons cosmógrafos, ou ao menos ter alguma parte da cosmografia, bem como as características restantes, já apontadas.⁴²³

Questionado sobre a brevidade, Antonio afirma que “a brevidade no que se escreve é o que se usa atualmente, e parece muito bem que em poucas palavras se compreenda muita sentença”, isso porque “há alguns secretários e outros que escrevem cartas cheias de retórica vã, e por termos que não sabem dar conclusão no que querem dizer, porque usam de uns preâmbulos e circunlóquios que não somente não são necessários, mas que antes prejudicam e escurecem o fim do que se pretende.”⁴²⁴ Ao lado da brevidade, emprega-se um estilo simples e humilde em escrever, de tal maneira que o que se disser seja bem dito, por palavras breves e claras. Mas nem todos estão obrigados a seguir este estilo e ordem nas cartas: se forem pessoas a quem Deus tenha dado talento para mais, porque sempre uma carta escrita num estilo gentil e delicado parece muito bem, e se se alegam algumas autoridades da Sagrada Escritura, ou de filósofos ou autores antigos, ou de doutores da igreja, como seja a bom propósito, dá grande autoridade e brilho àquilo que se escreve. E o mesmo ocorre quando se alegam e trazem alguns bons exemplos e histórias

⁴²² *Id.*, *ibid.*, pp.19-26.

⁴²³ *Id.*, *ibid.*, pp.28-29.

⁴²⁴ *Id.*, *ibid.*, p.29. Vale citar o trecho: “La brevedad en lo que se escriviere es lo que el día de oy se usa, y parece muy bien que en pocas palabras se comprehenda mucha sentencia. Porque ay algunos secretarios y otros que escriven cartas llenas de retórica vana, y por términos que no saben dar conclusión en lo que quieren dezir; porque usan de unos preámbulos y circunloquios que no solamente no son neçesarios, sino que antes dañan y escurecen el fin de lo que se pretende. Y así, en lugar de declararse y dar a entender lo que dizen, lo dexan más escuro para los que lo leen, y aun por ventura para sí mesmos, porque si fuesen preguntados y requeridos que se declarasen, no sabrían hazerlo si no fuese por otras palabras muy diferentes de las primeras.”

com que autorizar e dar maior claridade à escritura.⁴²⁵ Nesse sentido, ainda que os senhores queiram a simplicidade na escrita, o estilo há de ser galante e conduzido por bons termos de retórica, que em breves palavras compreendam muita sentença com razões polidas e delicadas, e que por elas se declare de tal maneira sua intenção que, se possível, não possa engendrar-se dúvida no entendimento do que ler a carta. Isso tudo porque deve-se saber pedir, persuadir, desculpar-se, culpar a outros, recomendar, diminuir, abater, engrandecer, escurecer, aclarar, inventar, acusar, escusar e, muitas vezes, sem que pareça que se quer fazê-lo.⁴²⁶

Seguem a segunda parte, que trata da ortografia castelhana⁴²⁷, e a terceira, que apresenta as provisões ordinárias que se usam conforme o estilo e ordem desta Ilustríssima Casa de Benavente, ou seja, um extenso elenco de modelos de cartas para diversas situações oficiais, conforme o uso do padrão de Torquemada.⁴²⁸

A quarta e última parte aborda as cartas que comumente se chama *mensajeiras*, bem como a ordem e estilo que deve-se observar nelas, com regras e avisos proveitosos.⁴²⁹

Torquemada inicia afirmando a falta de curiosidade dos espanhóis em relação ao assunto, em oposição à que sobra às outras nações. Assim, “na língua latina e na grega, houve muitos autores que escreveram sobre retórica, tratando a razão e ordem que se deve ter para saber compor e falar bem um discurso ou um arrazoado, entre os quais Demóstenes, Aristóteles na *Retórica Ad teodestum*, Gregório Trapesuncio, Quintiliano, e Cícero, no *De oratore*. Outros, que quiseram particularizar mais, trataram o que toca a escrever as cartas mensageiras, e assim o fez Conrado Celte e Johannes Van Pauteren, bem como Juan Luís Vives. (...) E sobre todos escreveu Erasmo o livro *De conscribendis epistolis*, bem larga e prolixamente.”⁴³⁰

Segue a definição da carta: “epístola vem de *epistelo*, verbo grego que quer dizer *envio*. Mas deste nome *carta* eu não pude achar interpretação nem derivação, salvo se queremos dizer que se deriva deste nome, *caracter*, entendendo por ele as letras e figuras que se imprimem no papel ou no pergaminho.”⁴³¹ Não satisfeito com essas explicações, Torquemada define a carta como “uma mensageira fiel de nossas intenções, e intérprete dos pensamentos do espírito, pela qual fazemos certas aos ausentes aquelas

⁴²⁵ *Id.*, *ibid.*, pp.30-31.

⁴²⁶ *Id.*, *ibid.*, pp.32, 34.

⁴²⁷ *Id.*, *ibid.*, pp.39-71.

⁴²⁸ *Id.*, *ibid.*, pp.71-117.

⁴²⁹ *Id.*, *ibid.*, p.118.

⁴³⁰ *Id.*, *ibid.*, p.120. No original: “En la lengua latina y en la griega ha auido muchos autores que escrivieron Retórica, tratando la razón y orden que se ha de tener para saber conponer y hablar bien una oración o un razonamiento, y así escrivieron sobre esto: Demóstenes, Aristóteles en la *Retórica Ad teodestum*, Gregorio Trapesuncio, Fabio Quintiliano, y Tulio en el *De Oratore*. Y otros que quisieron particularizar más trataron lo que toca a escrevir las cartas mensajeras, y así lo hizo Conrado Celte y Juanes Dispauterio, y Juan Ludobico Bives. (...) Y sobre todos escrivió Erasmo el libro *De conscribendis epistolis* bien larga y prolixamente.”

⁴³¹ *Id.*, *ibid.*, p.121. “*Epístola* viene de *epistelo*, verbo griego que quiere dezir envío. Mas deste nonbre *carta* yo no he podido hallar ynterpretación ni derivación, salvo si queremos dezir que se deriva de este nonbre, *carácter*, entendiendo por él las letras y figuras que se ynprimen en el papel o en el pergamino.” É interessante, nesse passo, lembrar a etimologia que Francisco Rodrigues Lobo dá, na *Corte na Aldeia*, para a palavra carta (que viria, segundo Lobo, de Cartago).

coisas que convém que nós lhes escrevamos, e que eles as entendam e saibam como se, estando presentes, as disséssemos por palavras.”⁴³² Para dar autoridade ao que vai dito, Torquemada afirma que, segundo Santo Ambrósio, o uso das cartas se inventou para que os que estão apartados com grande distância de terra entre si aproximem-se por meio delas, porque quando se vê a carta, nela se representa a imagem e figura do que a escreve como se estivesse presente e falasse com ele, declarando-lhe suas intenções.⁴³³

Seguem-se as considerações que hão de fazer os que escreverem alguma carta para não errar no que disserem, que são seis: 1) quem escreve; 2) a quem escreve, pois convém aos que escrevem conhecerem-se primeiro a si mesmos, e quem são, ainda que seja muito difícil, segundo a cegueira e soberba que todos temos em pensar que valem e merecemos tanto quanto aqueles a quem escrevemos; de modo que atente para o seu estado e condição, se é inferior àquele a quem escreve, para acatá-lo e reverenciá-lo com palavras em que reconheça a sua superioridade ou valor, pois não somente pelas leis humanas, mas também pelas divinas, é permitido e aprovado que haja graus superiores e inferiores entre as pessoas; ademais, *qui se humiliat exaltabitur*, e não deixa de ser senhor um senhor quem é por humilhar-se, antes muitas vezes é causa de ser mais estimado, tido e acatado⁴³⁴; 3) o que escreve, ou seja, que coisa é aquela que tratam ou pedem, persuadem ou procuram; e se é justa ou injusta, boa ou má, fácil ou difícil, sem perigo ou perigosa, possível ou impossível, prejudicial ou sem prejuízo, honrosa ou com alguma mancha e desonra, sem engano ou enganosa, e, finalmente, se o que queremos, tratamos e pedimos é coisa que como amigos podemos pedir e, como inferiores, suplicar; como maiores, mandar; e, como iguais, querer de nossos iguais, de forma que tudo o que se há de pedir tenha de ser justo, honesto, santo, bom, fácil, sem perigo possível, sem prejuízo, sem engano e, sobretudo, que a petição seja conforme à pessoa que a pede e também conforme a quem se pede⁴³⁵; 4) por que escreve, isto é, a razão ou causa por que escreve, e se é suficiente e bastante para fazê-lo escrever⁴³⁶; 5) quando escreve, pois quando estamos alegres, não queríamos ver nem ouvir coisa de tristeza, e quando estamos tristes, dá-nos pena representar-nos coisa de contentamento e alegria; quando estamos muito pobres, não queríamos que nos pedissem o pouco de fazenda que nos resta, e quando estamos ricos, que nos pusessem em aventura de perdê-la; quando estamos enfermos ou em perigo, que nos dissessem ou escrevessem coisa de brincadeiras, e quando estamos aflitos, que em lugar de nos consolar, nos representassem coisas que nos pudessem dar maior pena e desgosto; deste modo, deve-se considerar e aguardar o tempo e lugar para entender quando nos convém tratar e escrever de uma matéria, e quando de outra⁴³⁷; 6) de que maneira, ou seja, que os homens considerem e vejam primeiro em tudo o que falarem ou escreverem a maneira com que o dizem e escrevem, para que não errem, pois aos príncipes se escreve de uma maneira,

⁴³² *Id.*, *ibid.*, p.122. No original: “carta es una mensajera fiel de nuestras yntençiones, y yntérprete de los pensamientos del ánimo, por la qual hazemos çiertos a los ausentes de aquellas cosas que conviene que nosotros les escrivamos y que ellos entiendan y sepan como si estando presentes se las dixiésemos por palabras.”

⁴³³ *Id.*, *ibid.*, p.122.

⁴³⁴ *Id.*, *ibid.*, pp.124-126.

⁴³⁵ *Id.*, *ibid.*, pp.126-127.

⁴³⁶ *Id.*, *ibid.*, p.127.

⁴³⁷ *Id.*, *ibid.*, p.129.

aos senhores de outra, aos iguais diferentemente, e também aos inferiores, dando e aplicando a cada um as palavras de sua dignidade e merecimento. Assim, hão de falar de uma maneira com os amigos e conhecidos, de outra com os que não conhecem, e diferenciar aos que têm sua conversação e amizade de muito largo tempo, daqueles que recentemente tenham conhecido por amigos, dos quais ainda não tenham acabado de conhecer suas intenções e vontades⁴³⁸.

Torquemada aponta, então, que maneira de escrever seja melhor para se usar nas cartas: deve ser breve, mas convém fazer algumas premissas e dar algumas causas antes de vir à petição; ao fim, concluir com parecer que estimarão e terão em muito que se lhes conceda o que pedem, de forma que as cartas não sejam tão largas e prolixas que enfadem e cansem ao que as ler. Mas esta prolixidade ocorre apenas quando nas cartas há matérias e palavras supérfluas, rodeios e circunlóquios, que parece que o que as diz ou escreve não sabe ou não quer concluir e acabar. Isso porque há muitas cartas de Cícero, de Sêneca, de Angelo Poliziano, muito largas, que quase parecem tratados ou livros, e com tudo isto não sofrem repreensão, porque as matérias que nelas se tratam são de tal qualidade que não parece que tenha nelas coisa supérflua, nem que justamente pudera deixar de se dizer, e a prolixidade e largueza não consiste na matéria, mas nas palavras e razões com que se trata.⁴³⁹

Define o estilo como a ordem que se tem no escrever, subindo, diminuindo ou mediando a qualidade das palavras e sentenças que se escrevem, maneira e ordem de escrever que se reduz a sete diferenças de estilos, que são: *estilo subido* (aquele que encerra e encobre em si muita diversidade e diferenças de entendimentos, sentenças e figuras, e que requer glosa para deixar-se entender); *estilo grave* (é o que leva muito grande autoridade e gravidade nas palavras, e ponderação nas razões que se escrevem); *estilo delicado* (aquele que se escreve com razões delicadas e muito sutis, vivas e encarecidas, de maneira que, com maior eficácia, façam o efeito daquilo que se pretende; é o estilo mais copioso e de maior diversidade de matérias, em que se acharão maior número de autores; é, enfim, o de maior primor e sutileza, porque contém e abraça consigo a maior parte dos outros estilos); *estilo elegante* (é o que se escreve com palavras que declaram a matéria que se trata por bons termos, sem haver nenhuma supérflua nem faltosa, de maneira que venha proporcionadamente a dar o sentido que em si contém, não acrescentando, nem deixando ou diminuindo o que é necessário; o que quiser escrever em estilo elegante tem de observar que nem se eleve em palavras que seja necessário estudo para entendê-las, nem se abaixe tanto que não levem mais ordem e artifício que o que comumente se usa); *estilo gracioso* (aquele que além de se falar e escrever com razões mui bem ordenadas e elegantes, contém em si coisas graciosas e aprazíveis para os que as ouvem ou lêem, as quais podem consistir no fato de que se trata pela relação, e também nas mesmas palavras que encerram e levam encobertas algumas sutilezas ou brincadeiras, ou contos verdadeiros e fingidos que deleitam e dão contentamento ao gosto dos leitores); *estilo simples* (é o que comumente usamos escrevendo em cartas de pouca importância, em petições, em escrituras, em negócios, como dizem, pela via ordinária, não tendo atenção a mais do que se entenda o que queremos dizer, sem cuidar de muita eloquência nem elegância, nem das outras coisas tocantes aos

⁴³⁸ *Id.*, *ibid.*, pp.130-131.

⁴³⁹ *Id.*, *ibid.*, pp.133-134.

outros estilos); *estilo torpe e grosseiro* (é o que não somente tem em si esta simplicidade que dissemos, mas que também não guarda ordem nem concerto, nem regra, usando de uns vocábulos toscos, bárbaros e comuns entre gente lavradora).⁴⁴⁰ Torquemada adverte, contudo, que geralmente um estilo predomina entre os demais, pois quando dizemos que um autor escreve em estilo subido, é-o pela maior parte, e o mesmo em cada gênero dos outros estilos, já que, na maioria dos autores, os estilos vão mesclados, de sorte que numa matéria levam um estilo e, mudando aquela, mudam este.⁴⁴¹

Torquemada defende a imitação para os que escrevem cartas, afirmando quão lícito é aos que escrevem imitar outros autores graves e que escrevam de matérias e coisas que tenham alguma conveniência com aquelas que escrevemos. Mas adverte: imitação e não furto, que o que se saca ao pé, como dizem, da letra, mais justamente se pode dizer furtar que imitar. É lícito, sim, aos que escrevem imitar o ar e artifício que houverem visto noutros, disfarçando as palavras e mudando-as, cortando, acrescentando e interpondo, de maneira que se diferenciem e não pareçam todas umas, pois quando isto se sabe bem fazer, e não tão a bandeiras despregadas, não deixa de ser lícito, porque em fim *nichil dictum quod non sit prius dictum*.⁴⁴²

Segue-se a significação de título que, no caso da carta, trata-se de todos os que se põem no princípio das cartas, que são uma mostra e sinal das pessoas a quem escrevemos e do merecimento que têm, ou da estima e reputação em que os tem a pessoa que lhes escreve as cartas.⁴⁴³ Torquemada aponta os títulos eclesiásticos e os títulos seculares, e explica o uso de cada um deles.

Aproveitando-se dos preceitos e regras dos autores retóricos, apresenta as cinco partes que se requerem de parte da pessoa que escreve uma carta para saber bem fazê-la: 1) *invenção* (os que quiserem escrever uma carta, primeiro hão de imaginar e pensar que negócio ou que coisa é a que querem tratar nela); 2) *disposição* (depois que a houverem inventado e achado em seu entendimento, e estiverem satisfeitos da matéria e sujeito, hão de procurar dar mui boa traça em sabê-la ordenar e guiar, que é a disposição ou composição); 3) *fala* (é a língua bem concertada e atinada, assim em vocábulos como em estilo, de maneira que declarem os negócios e coisas que se escreverem clara e abertamente, sem pôr confusão no entendimento das pessoas a quem as cartas forem dirigidas por ir a língua mal ordenada ou as sentenças escuras e confusas); 4) *memória* (é importante porque por ela vamos ordenando e compondo nas palavras o que havíamos inventado e determinado no entendimento, conforme a traça e concerto que nele fizemos; também para que não esqueçamos nada do que queremos dizer, porque muitas vezes pensamos e imaginamos muitas coisas para aplicá-las à matéria que tratamos e ao

⁴⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, pp.137-143.

⁴⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p.144.

⁴⁴² *Id.*, *ibid.*, pp.147-149 [sic]. A sentença citada por Torquemada pode ser identificada tanto com a passagem do *Eunuchus* (41), de Terêncio: “Nullum est iam dictum quod non sit dictum prius”, quanto com o seguinte trecho do *Eclesiastes* (1, 9-10): “Que é o que foi? É o mesmo que há de ser. Que é o que se fez? O mesmo que se há de fazer. Não há nada de novo debaixo do sol, e ninguém pode dizer: Eis aqui está uma coisa nova, porque ela já existiu nos séculos que passaram antes de nós.” (BÍBLIA SAGRADA, tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares, São Paulo: Paulinas, 1980.) Para maiores detalhes, v. TOSI, Renzo. *Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2000, sentença nº799, p.375.

⁴⁴³ *Id.*, *ibid.*, p.151.

tempo de efetuá-lo esquecemos de algumas delas; ainda para que não nos contradigamos; e, por fim, para **pode** alegar as autoridades e exemplos que acerca das matérias que tratam se representaram **no** entendimento e juízo); 5) *pronúnciação* (em vez da boa pronúnciação, que convém aos oradores e predicadores, aos que escrevem convém a boa ortografia).⁴⁴⁴

Além dessas cinco partes, outras seis partes são convenientes e necessárias nas cartas: 1) *princípio* (serve para ganhar a vontade daqueles a quem escrevemos, ou de fazer que a leiam com maior atenção e com o ânimo mais preparado para entender e fazer o que adiante diremos e pediremos); 2) *narração* (é o que comumente os canonistas, legistas e ainda os teólogos chamam *caso*, em que se vai narrando ou contando o que sucedeu ou o que sucede no presente, ora seja verdadeiro, ora seja falso como se fosse verdadeiro); 3) *divisão* (é a parte pela qual mostramos que negócios ou que coisas são as que havemos de tratar, distinguindo uns dos outros); 4) *confirmação* (que é, segundo a definição de Cícero, citada por Torquemada, uma declaração de nossos argumentos com grande veemência); 5) *contradição* (é a parte pela qual damos a entender e provamos que aquelas coisas que se podem alegar ou dizer contra aquilo que pretendemos, ou não são verdadeiras, ou se o são, não bastam nem são causas suficientes para que se deixe de efetuar e fazer o que pretendemos e pedimos); 6) *conclusão* (é aquela com que brevemente tornamos a fazer um epílogo ou memória de tudo o que dissemos e tratamos na carta que escrevemos). A estas seis partes, Torquemada acrescenta uma sétima, a *petição*, porque na maioria dos arrazoados, discursos e cartas, rogamos, pedimos e suplicamos que se conceda ou se faça por nós alguma coisa.⁴⁴⁵

Em resposta a uma questão posta por um discípulo a propósito de haver ou não necessidade de todas as partes aparecerem juntas em todas as cartas que se escreverem, afirma que muito poucas vezes se acharão todas elas juntas, assim nas cartas como nos arrazoados, porque umas e outras não são necessárias senão conforme à causa por que escrevemos e à matéria que tratamos, ao que se segue uma longa exposição, que irá tomar quase todo o restante do diálogo, a respeito das cartas que se usam comumente no ofício de secretário, que são: carta de *visitação*, carta de *cumprimento*, carta de *felicitação*, carta de *consolação*, carta de *negócios*, carta de *favor*, carta de *agradecimento*, carta de *ofensa*.

Da tipologia apresentada, destacamos as cartas de *visitação*: “os senhores costumam enviar-se a visitar uns aos outros, e o principal intento que levam no que escrevem é saber da saúde que têm aquelas pessoas que são visitadas. Assim, estas cartas quase todas são um preâmbulo, encarecendo o desejo que têm de ser avisados sobre a saúde do destinatário, e a entrada ou princípio dessas cartas tem tantas diferenças, e tão diversas vias, que assim não se poderiam contar, nem reduzir em suma, como se quiséssemos pôr número nas areias da Líbia.” Há diversas maneiras de escrever uma carta de *visitação*, mas sempre se deve diferenciar as pessoas a quem as cartas são escritas.⁴⁴⁶

Também destacamos as cartas de *consolação*: “nas cartas de consolo ou *consolação*, há muitas coisas a considerar, porque, segundo as qualidades das

⁴⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, pp.159-163.

⁴⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, pp.164-166.

⁴⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, pp.168-169; 172. É interessante lembrar, nesse passo, que Pierre Fabri, como vimos, também prevê a “visitação por cartas” (*visiter son amy par lettres*; *Op. cit.*, p.274).

peessoas, assim se hão de escrever diferentemente, e também conforme a qualidade dos casos. E porque principalmente se escrevem estas cartas consolando aos vivos da falta dos que morrem, havemos de ter respeito no que os toca, porque de uma maneira se há de escrever ao que se lhe morre a mulher, que ao que se lhe morre algum filho, e diferentes hão de ser as cartas às mulheres a quem se lhes morre o marido, que a quem se lhe morreu o irmão”, mas “isto não poderei eu vos declarar tanto por exemplos que não deixe a maior parte para a vossa discrição”. Contudo, “quero advertir-vos de uma coisa que agora têm algumas pessoas por primor: não lembrar na carta os mortos, senão por rodeios e circunlóquios. E isto dizem que é por não tornar à memória a pessoa que morreu, mas eu não posso persuadir-me de que esta seja a melhor maneira de escrever, como a eles lhes parece, porque, posto caso que nas cartas não se nomeiem os que morrem, qualquer palavra das que se escrevem basta para representá-los e pô-los diante dos olhos, no entendimento e memória daqueles a quem se escrevem as cartas. Porque, se isto não fosse, não haveria necessidade de consolá-los, não tendo eles presente a causa do consolo, e, quanto a isto, vós podereis sentir e usar o que melhor vos parecer, que eu não o tenho por inconveniente”.⁴⁴⁷

Seguem-se as cortesias e o fecho das cartas. As cortesias são “uma coisa para que entendais os escalões que se podem subir e baixar no tratamento das pessoas conforme o valor e méritos que tiverem, considerando-os também de parte daquele que escrever a carta”, ou seja, “considerando quem é e a quem escreve para saber-lhe dar a cortesia que merece”.⁴⁴⁸

Das partes finais do diálogo – “do fim ou saudação das cartas e da data e firma delas”, “do cerrar das cartas”, “dos sobrescritos das cartas” –, destacamos a primeira delas, que trata “da saudação, que é o fim das cartas, que comumente se diz ‘o Nosso Senhor’”, ou seja, a *valedictio*. Torquemada afirma que “o que agora nós pomos e escrevemos no fim, costumavam antigamente, assim latinos como gregos, pôr no princípio, porque o nome que se põe agora na firma era a primeira palavra, para que se entendesse de quem era a carta, e depois dela vinha o que se põe no sobrescrito (...) para que se soubesse a quem se enviava. E logo se escreviam as saudações ou saúdes”.⁴⁴⁹ Ressalva, todavia: “uma coisa não deixarei de dizer-vos para burlar dela e rir-me dos que os escrevem, ainda que muitos dos que se têm por avisados a usam, e é que põem ‘Nosso Senhor, etc.’ para que os que recebem as cartas adivinhem o que querem dizer. E isto, falando sem fazer-lhes agravo, pois que o merecem, é uma das grandes necedades que eu vi, e a meu parecer, por tal a condeno. E porque também seria necedade gastar palavras em refutá-la, sendo tão notório aos claros juízos, quero deixá-lo para que vós o julgueis e fujais de cair em um erro tão grande, pois pode cada um dali adiante acrescentar com o ‘etc.’ o bem ou o mal que quiser, e pelos termos que o parecer, e nem todos os que escrevem cartas estão bem com aqueles a quem as escrevem, e poderiam ter diferente intenção da que aos outros pareceria. E finalmente, ou é mui grande torpeza ou mui grande preguiça de quem escreveu uma folha ou duas não escrever também outras duas linhas, ou se não, não tem outro nome senão o

⁴⁴⁷ *Id.*, *ibid.*, pp.180-181.

⁴⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, pp.200-202.

⁴⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, p.203. No original: “así digo que lo que agora nosotros ponemos y escrevimos en el fin, solían antiguamente, así latinos como griegos, poner en el principio, porque el nonbre que se pone agora en la firma era la primera palabra, para que se entendiese cúa era la carta, y tras ella venía lo que se pone en el sobreescrito (...) para que se supiese a quién se ynbiava. Y luego se escrevían las salutationes o saludes”.

que já vos disse, que é mui grande necedade e ignorância.”⁴⁵⁰ Observe-se que, apesar de condenar o uso da *valedictio* abreviada, a justificativa de tal condenação se faz pelo fato de que nem sempre as relações entre remetente e destinatário são amistosas; contudo, podemos imaginar que, em se tratando de cartas entre amigos, cujas intenções sejam claras e as relações cordiais, o “erro” de acrescentar uma *valedictio* abreviada deixaria de ser tão grave.

O diálogo se finda com uma fala do secretário Antonio, que se põe à disposição de seus discípulos para dirimir quaisquer dúvidas, pois “como os juízos são diversos, também são diversos os pareceres, e poderia ser que o que eu vos disse entendendo-o de uma maneira, vós o entendais de outra, dando-lhe sentido mui diferente, e as coisas conferidas, diz o refrão, são mui melhor entendidas. E com este pressuposto, demos fim a tão larga prática.”⁴⁵¹

Francesco Sansovino

Il Secretario, overo Formulario di Lettere missive et responsive di M. Francesco Sansovino nel qual si mostra'l modo di scriver lettere acconciamente e con arte in ogni materia. Con gli Epitheti que si danno nelle mansioni ad ogni qualità di persone. Et con uarie lettere di Signori in diuerse tempi, e occasione scritte. Este é o título completo d’*O Secretário*, de Francesco Sansovino⁴⁵² que, “em 1564, foi publicado em quatro livros, reeditado em sete livros, em 1579, e conheceu catorze edições até 1608.”⁴⁵³

⁴⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, p.205. No original: “Una cosa no dexaré de deziros para burlar della y reýrme de los que los escriven, aunque muchos de los que se tienen por avisados la usan, y es que ponen ‘Nuestro Señor, etc.’ para que los que reçiben las cartas adivinen lo que quieren dezir. Y esto, hablando sin hazerles agravio, pues que lo mereçen, es una de las grandes neçedades que yo he visto, y a mi pareçer, por tal condeno. Y porque tanbién sería neçedad gastar palabras en confundirla, siendo tan notorio a los claros juizios, quiero dexarlo para que vosotros lo juzguéis y huyáis de caer en un hierro tan grande, pues puede cada uno de allí adelante añadir con el ‘etc.’ el bien o el mal que quisiere, y por los términos que le pareçiere, y no todos los que escriven cartas están bien con aquéllos a quien las escriven, y podrían tener diferente yntención de la que a los otros les pareçiere. Y finalmente, o es muy gran torpeza o muy gran pereza de quien ha escrito una plana o dos no escribir tanbién otros dos ringlones, o si no, no tiene outro nonbre sino el que ya os he dicho, que es muy gran neçedad y ynorancia.”

⁴⁵¹ *Id.*, *ibid.*, p.213. No original: “como los juizios son diversos, tanbién son diversos los pareçieres, y podría ser que lo que yo os he dicho entendiéndolo de una manera, vosotros lo entendáis de outra, dándole el sentido muy diferente, y las cosas conferidas, dize el refrán, son muy mejor entendidas. Y con este prosupuesto, demos fin a tan larga plática.” Aqui também parece haver um eco do *Fedro* platônico (v. nota 215).

⁴⁵² “Nascido em Roma em 1521, Francesco Sansovino foi trazido a Veneza depois do saque de sua cidade nativa em 1527, e lá seu pai obteve uma posição honrada como engenheiro. Francesco estudou Direito em Pádua e em Bolonha, e após ter tentado carreira como cortesão na corte do Papa Júlio III, ele finalmente retornou a Veneza. Lá casou-se e viveu sossegadamente até sua morte em 1583. Francesco Sansovino tipifica as figuras que participaram dos círculos editoriais do período. Autor polígrafo de poesia, de escritos em prosa sobre literatura, história e retórica, assim como tradutor e editor, Sansovino não somente compilou, traduziu e anotou textos para os impressores venezianos, mas ele mesmo abriu sua própria casa impressora, publicando ao redor de trinta edições, muitas de boa qualidade, entre 1560-62 e em 1568. Nenhum dos trabalhos de Sansovino é muito lido hoje, embora muitos tenham sido largamente lidos durante o Renascimento, especialmente seus trabalhos históricos. Sua descrição enciclopédica de sua cidade adotada, *Veneza, cidade nobre e singular, descrita em XIII livros (Venetia, città nobilis et singolare, descritta in XIII libri*, Venezia, 1581), é uma fonte útil para

Segundo Salvatore S. Nigro, “o manual de Sansovino se desenvolve a partir do tratado de Pigna [trata-se de *O Príncipe*, de Giovan Battista Nicolucci, por alcunha *Il Pigna*, secretário do Duque Alfonso II d’Este], numa continuidade de terminologia e de exemplos.” O secretário de Sansovino, contudo, não é mais conselheiro, “mas sobretudo escrivão culto, com a tarefa limitada de perito em retórica aplicada à correspondência epistolar do senhor a cujo serviço se colocou.”⁴⁵⁴

Para além da discussão sobre o papel dos secretários nas cortes quinhentistas e seiscentistas, o que nos interessa no manual de Sansovino são, além de alguns dos modelos que apresenta, as concepções epistolares que adota.

Dividido em quatro livros, *O Secretário* volta-se sobretudo à prática da escrita de cartas. O *Livro Primeiro*, após exaltar a importância dos secretários junto às cortes (“Qual seja a dignidade do Secretário, & de quantas maneiras se encontram os Secretários, e de que estima gozam junto aos Príncipes & às Repúblicas”; “Em qual estima, & como foram chamados os Secretários nos tempos de nossos maiores”⁴⁵⁵), elenca as principais características do secretário: “o Secretário deve ser literato & conhecedor das doutrinas & das línguas”; “o Secretário deve ser fiel, & secreto”; “o Secretário deve ter engenho agradável e prudente”; “o Secretário deve ser diligente no seu ofício”⁴⁵⁶. Ao final, agrupa as “diversas qualidades que convêm ao Secretário”, entre as quais destacam-se: “no caráter da escritura, seja copioso de figuras”; “no estilo seja claro, cândido, nunca afetado ou escabroso, mas distenso e gentil, usando palavras próprias e civis, não impróprias e antigas, que sejam significativas e que, nas matérias graves, sejam graves”; “no escrever, distenda bem os conceitos, para que não se possam interpretar, talvez em dano do seu Senhor”, sendo o último conselho que, “em suma, faça-se familiar às epístolas de Cícero”.⁴⁵⁷

descrições das igrejas, trabalhos de arte, personalidades, eventos famosos e costumes do tempo. Escreveu também uma história dos turcos na Europa (*Annali Turcheschi*), uma história de famílias italianas ilustres (*Origini e fatti delle famiglie illustri d'Italia*), um tratado em sete livros sobre a arte de escrever cartas (*Il Secretario*), assim como um livro sobre o governo dos reinos e das repúblicas (*Del governo dei regni e delle repubbliche*). Sansovino encontrou tempo também para a crítica literária, incluindo estudos de Dante, de Petrarca, de Ariosto, de Bembo e de Sannazaro. Neste gênero, um livro sobre o *Decameron* de Boccaccio, *Lettere sopra le dieci giornate del Decameron* (Veneza, 1543), é digno de nota.” (In: “1564/1578/1596 Venice: GIOVANNI BATTISTA & MELCHIOR SESSA AND BROTHERS”. Disponível em: <http://www3.nd.edu/~italnet/Dante/text/1564.venice.html>, University of Notre Dame, Indiana. Acesso em: 01 fev. 2002).

⁴⁵³ NIGRO, Salvatore S. “O Secretário”, in: VILLARI, Rosario (dir.) *O Homem Barroco*, tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.83. A edição de Sansovino de que estou me utilizando é um fac-símile de uma edição de 1580 impressa em Turim, dividida em quatro livros.

⁴⁵⁴ *Id.*, *ibid.*, p.85.

⁴⁵⁵ “Qual sia la degnità del Secretario, & di quante maniere si trouino i Secretarij, et di che stima presso a Principi & alle Republiche”; “In quale stima, & come fussero chiamati i Secretarie ne tempi de nostri maggiori”. SANSOVINO, Francesco. [II] *secretario ouero formulario di lettere missive et responsive / di M. Francesco Sansovino,...*, Num. BNF de l’éd. de Cambridge (Mass.): Omnisys, [ca 1990]. Reprod. de l’éd. de In Turino: appresso del Bevilacqua, 1580, fls.5,6. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>, Bibliothèque Nationale de France. Acesso em: 26 de março de 2002.

⁴⁵⁶ “Il Secretario dee essere letterato & conoscitor delle dottrine & delle lingue”; “Il Secretario dee essere fedele, & secreto”; “Il Secretario dee hauere ingegno piaceuole & accorto”; “Il Secretario dee essere diligente nel officio suo”. *Op. cit.*, fls. 6v., 7v., 8v., 9.

⁴⁵⁷ “Diuerse qualita che si conuengono al Secretario”; “Nel carattere della scrittura, sia copioso di figure”; “Nello stile sia chiaro, candido, non punto affettato o scabroso, ma disteso, e gentile, usando parole proprie et civili, e nõ improprie et antiche et che sien significatiue, e nelle materie graui seno graui”; “Nello scriuere distenda bene i concetti, accioche non si possono

O *Livro Primeiro* prossegue com a questão de saber se as cartas devem ou não obedecer a regras (“Se as cartas devem ser livres ou reguladas & de que qualidade se têm de fazer”⁴⁵⁸), em que Sansovino, após apresentar um resumo de cada uma das posições, recorre a um excuro histórico, partindo da tradicional divisão ciceroniana (*cartas familiares* e *cartas graves*), para concluir: “seja portanto gracioso, culto, não afetado e sincero. Escrita grave a pessoas graves, e agradável a agradáveis; em suma, acomode-se àquele a quem se escreve”⁴⁵⁹. Em seguida, aborda o “princípio de dentro das cartas & o uso dele”, ou seja, a aposição dos nomes do remetente e do destinatário e o uso de expressões de cortesia, desde o uso romano até os usos contemporâneos, Sansovino considera que “as palavras cerimoniais são necessárias, seja porque com elas se demonstra humildade e reverência a qual procede da raiz da cortesia, seja porque quem as escreve se faz conhecer por cortês e por gentil”⁴⁶⁰.

Sansovino, em seguida, trata “das saudações que se recomendam aos outros pelo seu nome”⁴⁶¹, enumerando várias maneiras de o fazer; “do anúncio ou pedido que se coloca no final da carta”, afirmando que “a carta ordinariamente se fecha com esta expressão ‘tenha saúde’, uso que é como o latino, porque esses diziam ‘Vale’, assim da forma que ‘tenha graça’ e ‘esteja bem’. Costuma-se variá-lo não mais nem menos que as outras partes, e em geral o anúncio se faz ou em torno da tranqüilidade dos outros, ou dos filhinhos, ou da saúde, ou do amor aos princípios, ou de sucessos felizes”⁴⁶². Dá disso uma série de exemplos.

Seguem-se a *datação da carta* (“da data das cartas, & do dia que se escreve quando foi dada ou feita”⁴⁶³), a *assinatura* (“das subscrições”⁴⁶⁴), o sobrescrito (“dos títulos ou sobrescritos que se fazem nas cartas”⁴⁶⁵), os *epítetos* (“epítetos diversos reunidos em brevidade, que se dão às pessoas públicas & privadas”⁴⁶⁶), todos sempre exaustivamente exemplificados. Conclui-se o *Livro Primeiro* com as *dobras* e o *selo* das cartas⁴⁶⁷.

Abre-se o *Livro Segundo* com a “divisão das cartas nas suas partes”: “todas as cartas escritas ou por escrever-se, assim públicas como privadas, contêm coisas passadas, presentes ou futuras. Porém disseram os antigos, e os modernos o confirmam, que

interpretare, forse a dâno del suo Signore”; “Et in somma si faccia famigliari l’epistole di Cicerone”. *Op. cit.*, fl.9v, 9v-10; 10; 10v.

⁴⁵⁸ “Se le lettere debbono essere sciolte o legate & di che qualita si hanno da fare”. *Op. cit.*, fl.10v.

⁴⁵⁹ “Sia per tâto leggiadra, culto, nō affettata et sincera. Graue scritta a psone graui, et piaceuole a piaceuoli, et in somma s’accomodi a colui che si scriue.” *Op. cit.*, fl.13.

⁴⁶⁰ “Del principio delle lettere di dentro & lo uso di esso”; “le parole ceremoniali sieño necessarie, si perche con quelle si dimōstra humiltà et riverenza la qual procede dalla radice della cortesia, si perche chi le scriue si fa conoscer per costumato, et per gentile”. *Op. cit.*, fls.13, 14-14v.

⁴⁶¹ “Delle salutationi che si commettono ad altri per suo nome”, *Op. cit.*, fl.14v.

⁴⁶² “Dello annuntio o preghiere che si mette nel fine delle lettere”; “La lettera ordinariamente si chiude con questa parola state sano, il quale uso come è latino, per che essi diceuano Vale, cosi pare anco che habbia gratia et stia bene. Si costuma di variarlo ne piu ne meno come laltre parti, et per ordinario lannuntio si fa o intorno alla quiete altrui, ao figliuoli, o alla sanità, o allamor de principi o a successi felici, in questa forma.” *Op. cit.*, fl.15v.

⁴⁶³ “Della data delle lettere, & del giorno che si scriue quando fu data o fatta.” *Op. cit.*, fl.16v.

⁴⁶⁴ “Delle sottoscrittioni.” *Op. cit.*, fl.18.

⁴⁶⁵ “Delle mansioni o sopra scritte che si fanno alle lettere.” *Op. cit.*, fl.19v.

⁴⁶⁶ “Epitheti diuersi raccolti in breuita, che si danno alle persone publiche & priuate.” *Op. cit.*, fl.25.

⁴⁶⁷ “Delle piegature & del sigillo delle lettere.” *Op. cit.*, fl.26v.

as cartas escritas a respeito de qualquer matéria estão compreendidas nos três gêneros da Oratória, com os quais abrangeram as causas, isto é, o demonstrativo, o deliberativo e o judicial, contanto que o demonstrativo compreenda as matérias presentes, porque se louvam as virtudes, as pessoas e mil outras coisas. Ao contrário, censuram-se os vícios e a celeridade que reinam nos homens. O deliberativo abarca o futuro, visto que temos necessidade de conselho e, depois, de eleição. O judicial se reserva ao passado porque trata dos homicídios, dos roubos, das discórdias e doutras coisas assim feitas que se levam a juízo, no que consiste o acusar e o defender. Então diremos que todas as cartas estão sob um desses gêneros preditos. E que sob o deliberativo, chamado suasório pelos Latinos, contêm-se a conciliação, a exortação, o dissuadir, o pedido, a consolação, a recomendação, a admoestação e a amatória. Sob o demonstrativo colocam-se a descrição das pessoas das regiões, dos campos, das fortalezas, dos hortos, dos montes, das tempestades, das viagens, dos internatos e de outras coisas assim feitas. Sob o judicial se trata a acusação, a querela, a defesa, a inventiva e outras semelhantes. A estes três podemos ajuntar o quarto gênero, com que compreende a carta narrativa, aquela de aviso, a congratulatória, a lamentatória, a comissiva, a de agradecimento, a laudatória, a oficiosa, a burlesca e outras semelhantes que serão tratadas em seu lugar.”⁴⁶⁸

Segue o *Livro Segundo* com as “divisões das cartas e suas partes”⁴⁶⁹, afirmando que todas as cartas podem ser divididas no máximo em cinco e no mínimo em três partes, e que todas as partes serão examinadas particularmente em todos os gêneros de cartas, a saber: *exortar* (“exortar é um gênero de persuadir com razões, com pedidos e com lisonjas”⁴⁷⁰); *dissuadir* (“dissuadir é o contrário de persuadir ou exortar a qualquer coisa”⁴⁷¹); *recomendar* (“recomendar é pôr nas mãos de um seu confidente, pessoa ou coisa que seja cara, e principalmente a si mesmo, os amigos, a pátria, os parentes, os servidores e coisas que nós, movidos pela afeição, costumamos recomendar a fim de que tenham honras, dignidade, saúde e finalmente todos os bens”⁴⁷²); *demandar* (“demandar

⁴⁶⁸ “Tutte le lettere scritte o da scriuersi cosi publiche come priuate contengono o cose passate, o presenti o future. Pero dissero gli antichi et i moderni lo confermano che le lettere in qualunque materia scritte sono comprese da i tre generi de gl’Oratori coquali abbracciarono le cause cioè dal dimostratiuo dal deliberatiuo, et dal giudiciale, conciosia che il deliberatiuo [*sic*] comprende le materie presenti, perche si lodano le virtù, le persone et mill’altre cose. All’incontro si biasimano i viti e le scelerità che regnano ne gl’huomini. Il deliberatiuo abbraccia l’auenire, attento che noi habbiamo bisogno del consiglio, et poi dell’eletione. Il giudiciale riguarda al passato perche tratta de gli homicidi, delle rapine, delle discordie e d’altre cosi fatte cose che si portano in giudicio, nel che consiste l’accusare et il difendere. Adūque diremo che tutte le lettere caggiono sotto vn di questi predetti generi. E che sotto il deliberatiuo chiamato suasorio da Latini si cõtene la cõciliatione l’essortatione, il dissuadere, la domanda, la consolatione, la raccomandatione, l’ammonitione et l’amatoria. Sotto il dimostratiuo si mette la discriptione delle persone de paesi, de campi, delle fortezze, de gl’horti, de mōti delle tempeste, de viaggi, de conuiti et di cosi fatte altre cose. Sotto il giudiciale si tratta l’accusa, la querela, la difesa, l’inuettua et simili altri. A questi tre poßiamo aggiugnere il quarto genere, il quale comprende la lettera narrativa, quella d’auiso, la rallegatoria, la lamentatoria, la commessiua, la ringratiatoria la laudatoria, l’officiosa, la burlesca et simiglianti altre che si tratteranno a luogo loro.” *Op. cit.*, fls.27v.-28.

⁴⁶⁹ “Divisione delle lettere & sue parti.” *Op. cit.*, fl.28.

⁴⁷⁰ “Esortare e un genere di persuadere con ragioni, con preghiere et con lusinghe”. *Op. cit.*, fl.28v.

⁴⁷¹ “Dissuadere è il contrario di persuadere o esortare a qualche cosa”. *Op. cit.*, fl.29v.

⁴⁷² “Raccomandare è mettere in mano d’un suo confidēte o persona o cosa che sia cara et principalmente se stesso, gli amici, la patria, i parenti, i seruidori et cose che noi mossi dalla affettione sogliamo raccomandare accioche habbiano honori, degnita, salute et finalmente ogni bene.” *Op. cit.*, fl.30v.

não é outra coisa que pedir ou requerer algo para obter qualquer coisa⁴⁷³); *louvar* (“louvar é próprio do gênero demonstrativo, e o louvor é aquele que nasce da língua de muitos em honra daquele sujeito que merece ser louvado. O contrário do louvor é o que se diz censura ou vitupério⁴⁷⁴); *agradecer* (“agradecer, isto é, referir ou render graças de benefício recebido, é verbo comum a todos os gêneros de persuadir⁴⁷⁵); *amar* (“amar é ter graça e causar afeição a qualquer pessoa ou por sua virtude ou por sua beleza, ou por sua dignidade, ou por tais outras partes que agradam⁴⁷⁶); *lamentar* (“lamentar diremos que seja o mesmo que condoer-se, isto é, sentir dor, ou da morte, ou dos tempos, ou da fortuna, ou da perda liberdade, ou de outras coisas semelhantes e é em suma uma demonstração do nosso mal ao amigo ao qual se escreve, esperando receber consolação. Divide-se este gênero em três espécies, uma é lamentar-se de injúria, a outra de coisa perdida, a terceira de exílio⁴⁷⁷); *consolar* (“consolar é o mesmo que confortar, e compreende sob si o gênero consolatório. É o consolar próprio do gênero deliberativo e tem os seus conceitos muito conformes àqueles do exortar. Divide-se em três espécies, uma é consolar de injúria, outra consolar de coisa perdida, a terceira consolar de exílio⁴⁷⁸); *narrar* (“narrar é contar ou dar aviso ao amigo de qualquer coisa que ele não saiba⁴⁷⁹); *congratular* (“congratular, ou alegrar, é um conceito do ânimo que nasce do prazer que nós recebemos daquelas coisas que agradam, como, ao contrário, a dor nasce do desprazer daquelas outras que afligem⁴⁸⁰); *repreender* (“repreender, que por outro verbo diremos acusar, com o qual repreendemos aquela pessoa, que seja amiga ou inimiga, por celeridade, ignorância, ou outras coisas semelhantes⁴⁸¹); *escusar* (“é quando procuramos purgarmo-nos daquele erro do qual somos acusados, que se chama acusação porque deriva de acusar, assim como ao contrário chama-se escusa, o que deriva de escusar pelo qual se toma ainda aquela coisa que será a causa daquele erro de que somos acusados⁴⁸²); *familiar* (“familiar e doméstica é aquela carta que nós escrevemos ao amigo sobre nossos negócios.⁴⁸³); *comum* (“gênero comum de cartas é aquele pelo qual nós visitamos os nossos amigos, ainda que não haja

⁴⁷³ “Domandare nō e altro che chiedere o richiedere alcuno per ottenere qualche cosa”. *Op. cit.*, fl.32v.

⁴⁷⁴ “Lodare è proprio del genere dimostratiuo, e la lode è quella che nasce dalla lingua di molti in honor di quel soggetto che merita d’esser lodato. Il contrario della lode è il biasimo o vituperio che si dica.” *Op. cit.*, fl.33v.

⁴⁷⁵ “Ringratiare, cioe riferire o render gratie di beneficio riceuto, e verbo comune a tutti i generi di persuadere”. *Op. cit.*, fl.34v.

⁴⁷⁶ “Amare e hauere gratia et portare affettione a qualche persona o per sua virtu o per sua bellezza, o per sua degnità, o per cotal altre parti che piacciono.” *Op. cit.*, fls.35-35v.

⁴⁷⁷ “Lamentare diremo che sia quel medesimo che dolersi, cioe sentir dolore, o di morte, o de tempi, o della fortuna, o di perduta liberta, o d’altre cose simili et è in somma una dimostration del nostro male all’amico al qual si scriue, et sperando di riceueme consolatione.” *Op. cit.*, fls.36-36v.

⁴⁷⁸ “Consolare e quel medesimo che confortare, et comprende sotto di se il genere consolatorio. Et è il consolare proprio del genere deliberatiuo, et ha i suoi concetti assai conformi a quello dell’essortare. Si diuide in tre spetie, luna e consolar d’ingiuria, l’altro consolar di cosa perduta, la terza cōsolar d’esilio.” *Op. cit.*, fl.37v.

⁴⁷⁹ “Narrare è raccontare o dare auiso all’amico di qualche cosa che egli non sappia.” *Op. cit.*, fl.38v.

⁴⁸⁰ “Rallegrare, o allegrare e un concetto dell’animo che nasce dal piacer che noi reiceuiamo di quelle cose che ci diletanno, si come allo incontro il dolersi nasce dal dispiacere di quelle altre che ci attristano.” *Op. cit.*, fl.40.

⁴⁸¹ “Riprendere, che per latro verbo diremo accusare, e quella com la quale riprendiamo qualche persona amica o nemica ch’ella ci sai, o di sceleratezza, o di dignoranza, o di cotal altre cose.” *Op. cit.*, fl.40v.

⁴⁸² “Scusare e quando cerchiamo purgarci di quello errore del qual siamo accusati, che si chiama accusa perche deriuu dall’accusare, si come allincontro chiamasi scusa, quello che deriuu dallo scusare per la qual si piglia ancora quella cosa che sara stata cagione di quell’errore di che siamo accusati.” *Op. cit.*, fl.41v.

⁴⁸³ “Famigliare et domestica è quella lettera che noi scriuiamo delle nostre facende.” *Op. cit.*, fls.42v-43.

necessidade de escrever, e se divide em duas espécies como a familiar, isto é, a comum do próprio estado, e a comum de negócios, e se observa não mais nem menos do que acima se disse⁴⁸⁴); *motejar* (“motejar ou burlar é comum a todos os gêneros de persuadir, mas vulgarmente motejar é um falar escasso de palavras, abundante de sentenças, de sutis e prontas invenções que contém diversas qualidades de gracejos, dos quais alguns induzem ao riso, como os espirituosos e argutos, outros, ao riso e à maravilha, como os graves e agudos; e alguns outros à maravilha somente, como os mordazes, e, por vezes ainda, ao riso em excesso, sendo grande o número daqueles que têm satisfação em ouvir lacerar e não só em morder os outros. Divide-se em duas espécies, uma é motejar de si, a outra motejar de terceira pessoa⁴⁸⁵); *encarregar* (“é impor a outrem a tarefa de levar ao fim algum negócio⁴⁸⁶); *real* (“será aquela carta que procede dos Príncipes e dos Senhores⁴⁸⁷); *mista* (é a “carta que contém em si diversas matérias sem ordem, todas matérias as quais se podem facilmente reduzir sob os seus gêneros. E deste gênero misto são quase todas as cartas que se encontram atualmente impressas⁴⁸⁸).

De todos estes gêneros, destacamos o das *cartas familiares*: “Divide-se em duas espécies, uma do próprio estado e a outra dos negócios. Ora, se nós escrevermos ao nosso amigo avisando-lhe do nosso próprio estado, que seria de doença, ou de saúde, ou de outras coisas, a primeira parte dispor-se-á segundo o uso dos antigos, os quais diziam: ‘se estás bem, tudo está bem, e eu também estou bem’, mas nós, usando outro modo diremos, avisando (...) sobre a saúde reconquistada: ‘Eu pela graça de Deus estou muito bem, e começo a me sentir muito vigoroso e com boa disposição. Creio que o mesmo ocorra também convosco’. (...) A segunda parte conterà claramente, e brevemente em si, que nós estamos sãos, ou o modo com o qual nós ficamos curados estando enfermos. O mesmo poderemos também escrever de qualquer outra pessoa, expondo como adoeceu e de que modo se livrou, rendendo todavia graças a Deus, que quis assim, ou escreveremos sobre o nosso estado de nos termos tornado ricos, ou de termos adquirido alguma dignidade, a fim de que o nosso amigo se alegre, ou se doa das nossas aventuras, ou desventuras das quais nós o avisamos (...) A terceira parte se despenderá em torno das palavras cerimoniais, dizendo: ‘Estejais bem, amai-me como vós costumais.’ Podemos também depois destas palavras oferecermo-nos segundo o ordinário dito acima.”⁴⁸⁹

⁴⁸⁴ “Comune genere di lettere è quello per lo quale noi uisitiamo i nostri amici, ancora che non ci occorra bisogno di scriuere, et si diuide in due spetie come la famigliare cioè come [*sic*] di proprio stato et comune di facende, et s’osserua ne piu ne meno, come di sopra e detto.” *Op. cit.*, fl.43.

⁴⁸⁵ “Motteggiare o burlare è comune a tutti i generi di persuadere, ma uolgarmente motteggiare è un parlar scarso di parole, abondante di sentenze, et di sottili e pronte inuentioni che contiene diuerse qualita di motti, de quali alcuni inducono il riso come i faceti et arguti, altri il riso et la marauiglia si come i graui et acuti, et alcuni altri la marauiglia sola come i mordaci, e talhora il riso anchora in molti, essendo molto il numero di coloro che prendono diletto di sentir lacerar non che mordere altrui. Si diuide in due spetie l’una è motteggiare di se, l’altra motteggiar di terza persona.” *Op. cit.*, fl.43v.

⁴⁸⁶ “Commettere è imporre altrui la cura di mettere à fine qualche facenda”. *Op. cit.*, fl.44v.

⁴⁸⁷ “Reale sara quella lettera che procede da Principi, e da Signor”. *Op. cit.*, fls.45-45v.

⁴⁸⁸ “Mista chiameremo quella lettera, laquale contiene in se diuerse materie senza ordine, le quali tutte materie si potrebbero facilmente ridurre sotto i suoi generi. Et di questo genere misto, son quasi tutte le lettere che si trouano hoggidi stampate”. *Op. cit.*, fl.46.

⁴⁸⁹ “Si diuide in due spetie, l’una del proprio stato l’altra delle facende. Ora se noi scriueremo all’amico nostro auisandolo del proprio nostro stato come sarebbe di malattia, o di sanita, o daltro. La prima parte si disporrà secondo l’uso degli antichi, i quali diceuano. Si vales bene est, ego quidem valeo, ma noi usando altro modo diremo auisando (...) della sanita racquistata. Io per la gratia di Dio sto molto bene, et comincio a sentirmi assai gagliardo et di buona uoglia. Credo che il medesimo sai anco di voi. (...) La seconda parte conterà chiaramente, et breuemente in se, che noi siamo sani, o il modo col quale noi ci siamo

Em caso de *cartas familiares sobre negócios*: “Se depois quisermos escrever carta familiar a um nosso amigo a fim de que saiba o que nós fazemos e como estão as nossas coisas, a primeira parte será como aquela acima [ou seja, das cartas familiares do próprio estado], porque em cartas assim feitas estas cláusulas feitas de tal modo são muito comuns, onde diremos: ‘Eu estou bem, assim creio que estejais também’ etc. (...) A segunda parte será toda em torno do narrar o nosso negócio, fazendo-o com brevidade e claramente, não deixando porém para depois coisa alguma, que pertença ao predito nosso negócio. (...) A terceira parte e última dispor-se-á desta maneira: concluiremos a carta dizendo que quisemos escrever ao amigo sobre aquela matéria, porque nós sabemos que pelo amor que ele tem por nossa fortuna, ou boa ou má que ela seja, é comum com ele. No resto observaremos as palavras cerimoniais das ofertas segundo o costume”.⁴⁹⁰

O *Livro Terceiro* apresenta, seguindo a ordem dos gêneros expostos no livro anterior, “exemplos todos inteiros para maior entendimento do Leitor, com as suas partes anotadas na margem através de números”.⁴⁹¹

Por fim, o *Livro Quarto* traz “exemplos de algumas cartas já escritas há muitos anos, a fim de que se veja quanto os Secretários daqueles tempos escreviam em nome de seus príncipes, e com pouco espírito certamente, e com menos polidez do que usamos nos nossos dias. A fim de que, fazendo nós comparação com aquelas que serão postas ao fim, se veja quanta diferença há entre um modo e outro dos escritores antigos e modernos. E, para que mais plenamente se tenha luz nesta matéria por aqueles que desejam saber, ver-se-á no fim uma seleção de cartas de um Secretário do nosso tempo muito belas para aguçar o intelecto dos homens galantes, a fim de que com o exemplo dos outros aprendam também eles nas ocasiões a acomodar-se com a pena para explicar com graça os conceitos das suas essências.”⁴⁹²

risanati essendo infermi. Il medesimo potremo anco scriuere di qualunque altra persona, mettendo come s'amalasse, et in che modo si liberasse, rendendone tuttaua gratie a Dio, che habbia voluto cosi, o che scriueremo dello stato nostro d'esser diuentati ricchi, o di hauere acquistato qualunque dignita, accioche l'amico nostro s'allegri, o si doglia delle nostre auenture, o disauenture delle quali noi lo auisamo (...) La terza parte si dispendera intorno alle parole ceremoniali con dire. State sano, amatevi come voi solete. Possiamo anco innanzi alle predette parole offerirci secondo l'ordinario detto di sopra.” *Op. cit.*, fls.43, 56v, 71.

⁴⁹⁰ “Se poi vorremo scriuer lettera famigliare a un nostro amico facendo accioche egli sappia quel che noi facciamo et come siano le cose nostre. La prima parte sara come quella disopra, perche in cosi fatte lettere queste clausule a cosi fatto modo son molto communi onde diremo. Io sto bene, cosi credo che sia di voi etc. (...) La seconda parte sara tutta intorno al narrar il nostro negotio, facendo cio con breuità et chiaramente non lasciando pero a dietro cosa alcuna, che appartenga al predetto nostro negotio. (...) La terza parte et vltima, si disporra in questa maniera, che noi conchiuderemo la lettera dicendo che habbiamo voluto scriuere all'amico in quella materia, perche noi sappiamo che per l'amor che egli ci porta la nostra fortuna, o buona o rea ch'ella si sia, è comune con lui. Nel resto osserueremo le parole ceremoniali dell'offerte secondo il solito”. *Op. cit.*, fls.43, 57, 71.

⁴⁹¹ “esempi tutti interi per piu intelligenza del Lettore, con le loro parti notate nel margine per via di numeri”. *Op. cit.*, fl.79v.

⁴⁹² “In questo quarto libro habbiamo uoluto mettere gli essempi d'alcune lettere gia scritte molti anni sono, accioche si uegga quanto i Secretari di quei tempi scriueuano per nome de principi loro, et con poco spirito certo, et con meno politezza di quel che usiamo a di nostri. Accioche facendo noi comparatione da quelle che saranno poste nel fine si uegga quanta differenza sia tra l'un modo et l'altro de gli scrittori antichi et moderni. Et perche piu pienamente si habbia lume in questa materia da coloro che deiderano di sapere si uedrà nel fine una scelta di lettere d'alcun Secretario del tempo nostro molto belle per acuir l'intelleto de galanti huomini, accioche con l'esempio de gli altri imparino anch'essi nell'occasioni ad accomodarsi con la penna a spiegar con leggiadria i concetti de gli animi loro.” *Op. cit.*, fl.108v.

Justo Lício

Dividida em treze capítulos e precedida por uma carta do autor a seu editor, a *Epistolica Institutio*, do humanista flamengo Justo Lício (1547-1606), publicada em 1590, apresenta-se como um “livrinho” escrito “a alunos, não a doutos, a jovens, não a adultos”.⁴⁹³

Trata o primeiro capítulo “dos vários nomes da carta: e da sua forma entre os Antigos”. Lício, após explicar a etimologia de “epístola” e discutir a forma correta de escrevê-la, enumera os diversos nomes pelos quais os antigos a conheciam: *litterae*, *tabulae*, *tabellae*, e *codicilli*, explicando cada um deles.

Lício, no segundo capítulo, define a carta como uma “notícia escrita de um espírito a outro ausente, ou quase ausente”, após o que explica a definição (“Disse *notícia de um espírito*, pois o fim da carta é duplo: ou afirma um sentimento, ou trata de um assunto. (...) disse *ausente*; mas acrescentei também *quase ausente*, da forma como as cartas são empregadas por aqueles que estão presentes.”⁴⁹⁴), através de diversos exemplos, entre os quais a famosa frase de Turpilio: “A única coisa que faz os homens ausentes presentes.”⁴⁹⁵

Definida a carta, Lício trata, no capítulo três, da matéria da carta, que é “a coisa que se sujeita ao escrito”⁴⁹⁶. A matéria tem dois elementos: o *convencional*, que é “o mesmo, ou quase o mesmo, em toda carta, e é repetido quase como uma fórmula”⁴⁹⁷, formado das preliminares (“o que é costumeiramente posto em primeiro lugar: tais como o nome e a saudação”⁴⁹⁸) e da conclusão; e o *variável*. Interessante ressaltar, nesse passo, que Lício, embora apresente os costumes dos antigos quanto aos nomes e às saudações, afirma que tais usos devem ser ajustados ao tempo em que se escreve.

A conclusão, elemento convencional da carta, anunciada no capítulo anterior, vem exposta no quarto capítulo, definida como o “termo da carta e o seu fim”⁴⁹⁹ e abrangendo cinco partes convencionais: “1) a *Valedictio*, que é do mesmo modo uma formalidade da conversação, em que desejamos bons votos ao destinatário. Era expressa entre os antigos com uma simples palavra, *Adeus*. Assim em Ovídio: *Aceita, que sempre se finda a carta com essa palavra, e que dos meus se diferenciem os teus fados, o meu Adeus*. Algumas vezes *Olá* ou *Bom dia* é acrescentado, nem há impropriedade num pequeno acréscimo como *minha vida* ou *caríssimo*. Ou outrem pode acrescentar outra palavra apropriada à ocasião: *Adeus e até logo*, *Adeus e boa sorte*. Algumas vezes a *valdictio* compreende um desejo: *Peço a Deus que te proteja e favoreça os teus designios* etc. Todos estes dispositivos podem ser judiciosamente imitados ou alterados de acordo com a ocasião

⁴⁹³ “Ede libellum, potius quam ut alius alibi eum edat (...) ut omnes sciant, discentibus, non doctis; juvenibus, non adultis, haec a nobis scripta”. LÍPSIO, Justo. *Principles of Letter-Writing: A Bilingual Text of Justii Lipsii Epistolica Institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or., p.2.

⁴⁹⁴ “Definio autem Epistolam: SCRIPTUM ANIMI NUNTIIUM AD ABSENTES, AUT QUASI ABSENTES. Animi nuntium dixi: quia finis epistolae duplex; aut affectui testando, aut rei significandae. (...) dixi *absentes*. sed addidi etiam *quasi absentes*: quod interdum ea usurpata ad praesentes.” LÍPSIO, Justo. *Op. cit.*, p.8.

⁴⁹⁵ “Sola res est quae homines absentes, praesentes facit.” *Id.*, *ibid.*, p.8

⁴⁹⁶ “Materiem dico rem quae subjecta scriptione.” *Id.*, *ibid.*, p.10.

⁴⁹⁷ “quae in omni epistola, eadem aut paene eadem, et quasi ex formula recurrit.” *Id.*, *ibid.*, p.10.

⁴⁹⁸ “Praeloquium intellego, quod ex ritu praemittitur: ut nomina et salus.” *Id. ibid.*, p.10.

⁴⁹⁹ “terminum epistolae et finem.” *Id.*, *ibid.*, p.14.

e a pessoa. 2) *Indicação de lugar*: Isto é necessário entre aqueles que estão separados, a menos que esteja totalmente claro. Conseqüentemente, é com freqüência omitido por Cícero, e em casos semelhantes também podemos omiti-la. 3) *Indicação de tempo*: Aqui tu encontras o dia sempre anotado, o ano usualmente, e a hora algumas vezes. 4) *Fecho complementar*: Este era desconhecido entre os antigos, exceto em cartas a governantes, em que era posto como uma demonstração de respeito e lealdade, como *Devotadamente seu*. De qualquer forma, dele podemos fazer uso, e eu não o condeno em cartas a grandes homens ou a estrangeiros. Entre amigos isto parece descabido, até mesmo vulgar. 5) *Assinatura*: Embora seja comum entre nós, provavelmente era raramente usada entre os antigos. Pois eles usualmente ditavam suas cartas e despachavam-nas por seus próprios escravos ou conhecidos emissários, e nada havia no exterior da carta além do lacre e do barbante.⁵⁰⁰ Segue, então, uma longa exposição acerca do uso do lacre entre os antigos, com diversos exemplos.

O quinto capítulo aborda os elementos variáveis da matéria, que são os que diferem em cada carta, ou seja, a ocasião em que e a razão por que a carta é escrita. Segundo Lísio, a matéria variável “é múltipla: não menos extensa que a própria vida”⁵⁰¹; contudo, pode ser limitada através duma tríplice classificação: *séria* (é “a carta que se refere a matérias públicas ou privadas, mas trata-as da forma mais abundante, e com cuidado”), *douta* (é “a carta que se refere ao conhecimento ou sabedoria”, dela havendo três espécies: *literária*, *filosófica* ou *teológica*) e *familiar* (é “a carta que toca às coisas nossas ou em torno de nós, às coisas freqüentes na vida”, sendo “a matéria própria e mais comum da carta: e, se a verdade queremos admitir, é a única que lhe é irmã”).⁵⁰²

Lísio reserva ao sexto capítulo “umas poucas palavras sobre a invenção e organização”, em que recomenda, quanto à *invenção*: “não escrevas uma carta a não ser que tenhas o argumento concebido e a mente (assim como digo) fervilhando.”⁵⁰³ Quanto à *organização*, afirma que “o melhor na carta é que seja negligenciada ou inexistente. Como nas conversas de algo descuidado e desorganizado gostamos, assim aqui. Então permite-nos não responder sempre precisamente ponto por ponto; mas sim como apraza, e como este ou aquele venha à mente ou à pena.”⁵⁰⁴ E, embora as cartas sérias

⁵⁰⁰ “I. *Valedictio*. quae inserta pariter ex sermonis ritu, quo abeuntes alter alteri bene precamur. Expressa antiquis verbo *Vale*. Ovidius: Accipe, quo semper finitur epistola verbo, / *Atque meis distent ut tua fata, Vale*. Interdum *Ave*, *Salve*: nec indecore cum adiectiuncula *mi anime*, *mi suavissime*. Aut alio verbo ad argumetum apto: *Vale et veni*, *Vince et vale*. Interdum et voto concepta: *Deum precor ut te servet*, *consilia tua fortunet*, etc. Quae omnia cum iudicio imitanda aut immutanda pro re et persona. II. *Loci adiectio*. quae necessaria inter absentes: nisi si de eo plane constet. Itaque Ciceroni crebro ommissa: et in pari causa omittenda nobis. III. *Temporis*. in quo dies semper, annos plurimum, horas interdum notatas invenies. IV. *Subscriptio*. quae priscis ignota: nisi forte in litteris ad Imperatores; quibus subscriptum per speciem honoris et obsequii, *Devotos se esse*. Nos tamen usurpamus. nec damno apud grandes aut ignotos: apud familiares vacuum videatur, imo vile. V. est *Superscriptio*. quae nobis inter legitima, veteribus raro fortasse usurpata. Dabant enim plerumque et mittebant per Pueros suos aut Tabellarios notos; nec aliud in exteriore epistola, quam signum et linum.” *Id., ibid.*, p.14.

⁵⁰¹ “Ea multiplex: nec minus late patet quam haec vita.” *Id., ibid.*, p.20.

⁵⁰² “Seriam dico, quae ad publica aut privata pertinet, sed uberius ea tractat, et cum cura”; “Doctam dico, quae ea quae ad scientiam aut sapientiam, continet”; “Familiaris dico, quae res tangit nostras aut circa nos, quaeque in assidua vita. Ea propria et creberrima Epistolae materies: et, si verum fateri volumus, germanae illius una.” *Id., ibid.*, p.20.

⁵⁰³ “nec ad epistolam scribendam veniatur nisi argumento concepto, et mente (ut ita dicam) tumente.” *Id., ibid.*, p.22.

⁵⁰⁴ “qui optimus in epistola, neglectus aut nullus. Ut in colloquiis incuriosum quiddam et incompositum amamus: ita hic. Adeo ut nec in responsionibus ordine et distincte ad capita semper respondeamus: sed ut visum, atque ut hoc illudve in mentem aut calamus venit.” *Id., ibid.*, p.22.

requeiram uma organização mais apurada, Lísio adverte que se deve parar “um pouco antes da aplicação da Oratória”, tomando-a “como um modelo, não como imitação. Por que atares-te com regras?”⁵⁰⁵

O capítulo sétimo aborda o estilo coloquial que, segundo Lísio, é o adequado à carta. Recomenda, então, a observância de cinco pontos, que serão tratados neste e nos próximos capítulos: brevidade, clareza, simplicidade, elegância e decoro.

A brevidade (*brevitas*) é a primeira e principal virtude do estilo epistolar, pois, tal “como na conversação ou na narração, assim na carta é odiosa a tagarelice, que afeta os mais inábeis; e os mais loquazes em geral são os menos eloqüentes.”⁵⁰⁶ A brevidade é apreciada se é empregada com discernimento e moderação pois, ao escrever, erra tanto quem diz menos do que o assunto exige quanto quem diz mais. Todavia, a brevidade deve adequar-se à matéria da carta: se séria ou erudita, a carta pode ser mais difusa, “e alguma gravidade das palavras poderia ser acrescentada à própria matéria grave”⁵⁰⁷; se familiar, pode ser mais condensada, sendo que assuntos variados e superficiais não devem ser sobrecarregados com um estilo rebuscado. Isso porque, “como as velas são proporcionais ao tamanho do navio, assim as palavras devem sê-lo em relação ao assunto.”⁵⁰⁸ Mas a brevidade deve adequar-se também à *classe* (“se a carta for escrita a um estranho ou a um superior, deverá ser um pouco mais ampla e floreada, pois a estrita brevidade com tais pessoas não afasta o desprezo. De outro modo se com amigos ou iguais”⁵⁰⁹) e à *capacidade* das pessoas (“leve em conta se escreve a alguém levemente douto ou agudo. Se a um jovem, então seguramente pode ser mais extenso, e eu não propagaria as trevas acima do engenho daqueles por si pouco brilhantes”⁵¹⁰), “visto que o ponto capital da arte é escrever convenientemente”⁵¹¹. Lísio, por fim, pergunta: “Como, então, tornar o estilo breve?”, respondendo que se deve observar: os *assuntos* (“para que nada supérfluo acrescentes, nada repitas, principalmente os pontos a que estás respondendo”), a *composição* (“para evitar a estrutura de longos períodos, usa frases curtas, freqüentemente sem conjunções”) e a *linguagem* (“que as mais ornadas frases, alegorias, imagens sejam rejeitadas; que sua linguagem seja sóbria e pura, que se contente com as necessárias provisões de palavras”)⁵¹². Adverte, contudo, para o vício da aridez, comum entre os jovens.

⁵⁰⁵ “sed ita, ut semper infra Oratoriam illam diligentiam consistas, et imitere eam, non aequas. Praeceptis cur te alliges?” *Id.*, *ibid.*, p.22.

⁵⁰⁶ “quod ut in sermone aut fabulis, sic in epistolis odiosa garrulitas. Quam tamen, quod observes, imperitissimus quisque affectat; et loquentes fere plurimum, qui minimum eloquentes.” *Id.*, *ibid.*, p.24.

⁵⁰⁷ “et rei per se gravi addi verborum aliquod pondus.” *Id.*, *ibid.*, pp.24, 26.

⁵⁰⁸ “Scilicet ut vela pro magnitudine navium: sic verba debent esse, pro rerum.” *Id.*, *ibid.*, p.26.

⁵⁰⁹ “ut si ad ignotos aut magnates scribitur, uberior et floridior paullo epistola sit. quia stricta illa brevis apud hos tales, non abest a contemptu. Aliter, si ad amicos aut aequales.” *Id.*, *ibid.*, p.26.

⁵¹⁰ “ut si ad leviter doctum aut acutum; si ad juvenum. extendam tunc profecto, nec tenebras ingeniis offundam per se parum claris.” *Id.*, *ibid.*, p.26.

⁵¹¹ “quoniam caput artis, scribere accommodare.” *Id.*, *ibid.*, p.26.

⁵¹² “Qui fiet igitur sermo brevis? observatione triplici: *rerum*, *compositionis*, *verborum*. *Rerum*; ut supervacuum nihil admisceas, nil repetas; in primis non capita ad quae respondes. *Compositionis*, ut structuram et periodum longiorem omnem fugias: membris utare, et asyndetis saepe. *Verborum*; ut laetior omnis phrasis, allegoria, imago abdicetur: parca et pura oratio sit, necessaria suppellectile verborum contenta.” *Id.*, *ibid.*, p.26.

A clareza (*perspicuitas*), abordada no capítulo oitavo, é, segundo Lísio, freqüentemente ameaçada pela brevidade: “Quão difícil e quão rara é a brevidade que não desvie ou frustre a atenção! Em quantos casos o entendimento do leitor não é submetido à tensão!”⁵¹³ Nesse sentido, Lísio considera que “o maior vício de estilo não é meramente o de ser mal compreendido, mas sim o de ser compreendido com dificuldade”⁵¹⁴, acrescentando ser excessivamente engenhoso quem pode ser compreendido por um mero esforço de ingenuidade, especialmente numa carta, que não deve exigir um perito ou um intérprete. Obtém-se a clareza, então, a partir da observação de três condições: se as palavras são adequadas; se são correntes; e se são coerentes.

A simplicidade (*simplicitas*), tratada no capítulo nono, é exigida tanto no *estilo* (“convém ser simples, sem cuidados, natural, o mais semelhante à conversação diária”⁵¹⁵), quanto no *pensamento* (“um tipo de simplicidade e delicadeza que deve em todo o escrito transparecer, e desvendar uma certa candura de um espírito livre. (...) Assim convém que suas melhores características sejam representadas, especialmente quando se escreve por amizade; assim, digo, tu debes salpicar a carta de afável sentimento e boa vontade, como se de açúcar a polvilhasses; e faz-te agradável ao gosto do leitor.”⁵¹⁶). E mesmo nas cartas mais alongadas ou eruditas, a simplicidade não deve ser abandonada: admitem-se os ornamentos, mas nunca a afetação.

A elegância (*venustas*) e o decoro (*decentia*) vêm expostos em conjunto no décimo capítulo. “Aquele trata-se inteiramente de talento, este de juízo; ambos dispensam os laços das regras.”⁵¹⁷ Será o estilo elegante quando for leve, vivo e elevado, e revelar uma certa graça cativante e encanto e, embora a elegância seja um dom da natureza, Lísio acrescenta dois conselhos: 1) “tu debes algumas vezes mesclar provérbios e alusões a antigos ditos ou feitos, e partes de verso ou de máximas de sabedoria”; 2) “tu debes temperá-la oportunamente com gracejos e ditos espirituosos, e eu não hesitaria em dizer que estes são a vida e a alma de uma carta.”⁵¹⁸ Quanto ao decoro, ou adequação, “encontra-se numa carta quando alguma coisa está adequada e apropriadamente escrita.”⁵¹⁹ O decoro envolve dois aspectos: a *pessoa* (ou seja, em relação ao remetente e ao destinatário da carta) e o *assunto* (“qualquer coisa deve concordar com o conteúdo, e as vestes das sentenças e frases devem ser adequadas à estrutura do assunto”⁵²⁰).

No início do capítulo XI, Lísio trata brevemente da *elocução* (“duas ou mais palavras juntas numa sentença”, sendo exigidos *elegância e brilho*⁵²¹) e da

⁵¹³ “Quam ardua, quam rara illa brevitatis, quae non praetervolet aures aut defraudet? in qua legentis sensus non opus sit intendi?” *Id., ibid.*, p.28.

⁵¹⁴ “sumnum in sermone vitium esse, non solum non capi, sed etiam aegre capi.” *Id., ibid.*, p.28.

⁵¹⁵ “simplicem eum esse devere, sine cura, sine cultu; similimum cottidiano sermoni.” *Id., ibid.*, p.30.

⁵¹⁶ “ut simplex quiddam et ingenuum in tota scriptione eluceat, et aperiat candorem quemdam liberae mentis. (...) Itaque optima ea tibi repraesentanda; et imprimis illi ad quem scribis amica. ut inquam lenium affectuum et benevolentiae illud, ut sic dicam, saccharum, inspergatur; fiatque delectabilis, et ad legentis gustum.” *Id., ibid.*, p.30.

⁵¹⁷ “Illa ab ingenio tota est; haec a iudicio: quorum utrumque spernit ligari praeceptorum his vinclis.” *Id., ibid.*, p.32.

⁵¹⁸ “Primum, ut adagia allusionesque ad dicta aut facta vetera, versiculos aut argutas sententias utriusque linguae interdum immisceas. Secundum, ut jocos salibusque opportune condias; quos animam et vitam epistolae esse non fugiam dicere.” *Id., ibid.*, p.32.

⁵¹⁹ “quae tum in epistola, cum omnia apte et convenienter scripta.” *Id., ibid.*, p.32.

⁵²⁰ “ut omnia pro argumento; et sententiarum phrasiumque vestis apta sit corpori rerum.” *Id., ibid.*, p.32.

⁵²¹ “Voces duas aut plures in sententia junctas (...) In illis *elegantia et nitor*.” *Id., ibid.*, p.34.

linguagem (as “próprias palavras sozinhas”, das quais se exige constem do vernáculo, evitando-se arcaísmos e neologismos, e sejam próprias⁵²²).

O restante deste capítulo e os dois últimos do tratado de Lísio destinam-se muito mais à formação do missivista. A partir da idéia de *imitação* (a “adequada forma de nosso estilo modelada conforme o estilo dos antigos”⁵²³), Lísio aborda os seguintes temas: quem e quando se deve ler; o que e de quem se deve selecionar; o que se deve imitar e o que evitar, com a indicação dos escritores modelares.

Vale ressaltar aqui as observações a respeito do vocabulário: “O vício inerente à seleção das palavras, a excessiva aspereza ou arcaísmo. No que, ao imitar os comediógrafos, para mim principalmente, deve tomar cuidado, e nem algo sórdido da linguagem deles para a sua traga, nem algo obsoleto. Pois como imperitos pintores ao desenhar uma face facilmente copiam rugas, manchas, verrugas, e as qualidades naturais negligenciam, e a própria fisionomia; assim freqüentemente os jovens raras ou impressionantes palavras escolhem, e a natureza e o gosto da linguagem omitem. Quais, no entanto, são as palavras sórdidas? As que jazem, que rastejam, e as da sujeira do vulgo e da praça pública tomadas; não podem ser discriminadas a não ser por um refinado juízo. Quais as obsoletas? Há dois critérios, quanto à natureza e quanto à opinião. Quanto àquela, diria das palavras que tais realmente são; quanto a este, trata-se meramente do entendimento vulgar. Pois hoje assim enfraquece-se algo que é ignorado, que não é comum aos ouvidos dos imperitos, e como obsoleto é censurado; mesmo que extraído das melhores autoridades e da melhor época. As da primeira categoria, portanto, tu debes simplesmente evitar ou usar somente com justificação e explicação. Mas tu podes mesmo aproximar-te das da última categoria de palavras e tecê-las no teu discurso tal qual pedras preciosas.”⁵²⁴ E uma última precaução: evitar a excessiva exibição e afetação no uso das figuras, imagens, agudezas.⁵²⁵

⁵²² “Voces ipsas singulas. (...) in his *latinitas et proprietas*.” *Id., ibid.*, p.34.

⁵²³ “Imitationem dico, sermonis nostri ad sermonem veterem, aptam conformationem, et stilo expressam.” *Id., ibid.*, p.34.

⁵²⁴ “vitium agnatum verborum delectui, nimia asperitas aut antiquitas. Quod in comicis imitandis praecipue mihi cave, et ne quid aut sordidum ab iis dictio tua trahat, aut obsoletum. Nam ut imperiti pictores in facie exprimenda, rugam, naevum, verrucam facile imitantur; indolem negligunt, et ipsum vultum: sic saepe adolescentes rara aut exstantia verba excerptunt, ingenium omittunt et genium dictionis. Quae autem verba sordida? quae jacent, repunt, e faece vulgi et e triviis sumpta, nec nisi iudicio discernenda. Quae obsoleta? notae duplicis, natura e opinione. Illa dixerim, quae revera talia sunt: haec, quae sensu dumtaxat vulgi. Nam hodie ita invaluit, ut quidquid ignotum, nec tritum auribus imperitorum, obsoletum censeatur; quamquam ab optimis auctoribus petitum, et ab optimo illo aevo. Priora igitur aut plane vitabis, aut non nisi cum excusatione et interfatiuncula uteris: ista etiam appetes, et intexes sermoni tuo tamquam gemmas.” *Id., ibid.*, p.48.

⁵²⁵ Para maiores detalhes, v. nossa tradução do tratado de Lísio no Anexo IV.

CAPÍTULO IV

A Arte Epistolar em Portugal

ainda que a carta consta de letras, não é profissão de letrados o fazê-las cortesãs e quem sabe tanto do estilo da corte (...) pode dar lei para elas.

Francisco Rodrigues Lobo. *Corte na Aldeia*, Diálogo II

Capítulo IV – A Arte Epistolar em Portugal

Introdução

“Já no século XV,” segundo Andrée Crabbé Rocha, “temos epistolários individualizados. Breves como os de Lopo de Almeida, de Fr. João Álvares ou de Fr. João Claro, ou relativamente extensos como o de D. Pedro, do das Sete Partidas, são, a muitos títulos, dignos de menção.”⁵²⁶

Durante o século XVI o gênero epistolar em Portugal passa a conhecer uma nova força. Basta lembrar toda a literatura sobre as conquistas marítimas portuguesas, muito dela constituída de cartas – o exemplo da celeberrima carta de Pero Vaz de Caminha é paradigmático. Ou então as cartas de Jerónimo Osório (1506-1580), bispo de Silves, as de Afonso de Albuquerque (que seu filho Brás de Albuquerque utilizou para publicar em 1557 os *Comentários de Afonso de Albuquerque*), ou ainda algumas das poucas cartas que nos restaram de Camões.

Mas é no século XVII, contudo, “que se desenham algumas das personalidades mais definidas da epistolografia portuguesa.”⁵²⁷ Nesse contexto, surge Francisco Rodrigues Lobo (c.1573/4-1621), que organizará uma coletânea de cartas e, principalmente, sintetizará, em alguns dos diálogos de *Corte na Aldeia*, a arte epistolar dispersa nos inúmeros tratados do gênero. Avançado o século, veremos surgir dois dos maiores epistológrafos portugueses: D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e Pe. António Vieira (1608-1697).

Analisemos agora, com um pouco mais de detalhe, a importância de Luís de Camões e Francisco Rodrigues Lobo para a epistolografia portuguesa.

Luís de Camões

Restaram-nos poucas cartas do grande poeta português: “duas cartas publicadas na segunda edição de ‘Rimas’ (uma de Ceuta (?), outra de Goa), um bilhete a D. Francisca de Aragão, acompanhando três glosas a um mote seu, um fragmento de carta a D. Francisco de Almeida, e duas cartas de Lisboa, escritas na mocidade (3 e 4).”⁵²⁸ Vale ressaltar aqui que, segundo Andrée Crabbé Rocha, “o seu estilo varia conforme o destinatário: em termos de subtil galanteria, a uma dama do paço; em termos de de esfuziante e irresponsável graça, a um amigo ausente; em termos de solene despedida duma pátria infeliz, a um soldado fidalgo.”⁵²⁹

⁵²⁶ ROCHA, Andrée Crabbé. *A Epistolografia em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina, 1965, p.28.

⁵²⁷ *Id.*, *ibid.*, p.28.

⁵²⁸ ROCHA, Andrée Crabbé. *Op. cit.*, p.110.

⁵²⁹ *Id.*, *ibid.*, p.111.

Podemos destacar, nas cartas camonianas, trechos sentenciosos, à maneira de máximas, como nos exemplos seguintes, extraídos da carta escrita de Ceuta⁵³⁰, e publicada em 1598:

“Pouco sabe da tristeza quem, sem remédio pera ela, diz ao triste que se alegre; pois não vê que alheios contentamentos a um coração descontente, não lhe remediando o que sente, lhe dobram o que padece.”

“toda a galantaria é tirá-la de onde se não espera”

“No mundo não tem boa sorte senão quem tem por boa a que tem.”

“Grande trabalho é querer fazer alegre rosto quando o coração está triste; pano é que não torna nunca bem esta tinta; que a Lũa recebe a claridade do Sol, e o rosto do coração. Nada dá quem não dá honra no que dá; não tem que agradecer quem, no que recebe, a não recebe; porque bem comprado vai o que com ela se compra. Não se dá de graça o que se pede muito. Estai certo que quem não tem ãa vida tem muitas. Onde a razão se governa pela vontade, há muito que praguejar e pouco que louvar. Nenhũa cousa homizia os homens tanto consigo como males de que se não guardaram, podendo. Não há alma sem corpo, que tantos corpos faça sem alma, como este purgatório a que chamaís honra; onde muitas vezes os homens cuidam que a ganham, aí a perdem. Onde há enveja, não há amizade; nem a pode haver em desigual conversação. Bem mereceu o engano quem creu mais o que lhe dizem que o que viu. Agora, ou se há-de viver no mundo sem verdade, ou com verdade sem mundo.”

Da mesma carta, transcreve-se o seguinte trecho, exemplar no tratamento da tópica da lembrança da morte:

“Nunca vi cousa mais pera lembrar, e menos lembrada que a morte; sendo mais aborrecida que a verdade, tem-se em menos conta que a virtude. Mas contudo, com o seu pensamento, quando lhe vem à vontade, acarreta mil pensamentos vãos; que tudo pera com ela é um lume de palhas. Nenhũa cousa me enche tanto as medidas pera com estes que vivem na mor bonança, como ela; porque quando menos lembra, então lhe arranca as amarras, dando com os corpos à costa; e, se vem à mão, com as almas no inferno, que é bem ruim gasalhado.”

Essa carta se fecha com a seguinte *conclusio*, introduzida pela expressão “a tudo isto”, funcionando como remate da *narratio*, sendo que a *valedictio* abreviada é exemplar da humildade do remetente perante o destinatário:

“A tudo isto podeis responder que todos morremos do mal de Faetão, porque del dicho al hecho, va gran trecho. E de saber as cousas a passar

⁵³⁰ In: CAMÕES, Luís de. *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Hernani Cidade, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, vol. III – Autos e Cartas, 1946, pp.225-242.

por elas, há mais diferença que de consolar a ser consolado. Mas assi entrou o Mundo, e assi há-de sair; muitos a repreendê-lo, e poucos a emendá-lo. E com isto amaino, beijando essas poderosas mãos ãa quatrínqua de vezes, cuja vida e reverendíssima pessoa nosso Senhor, etc.”

De outra carta, remetida supostamente da Índia e também publicada em 1598⁵³¹, destaquemos o seu exórdio:

“Desejei tanto ãa vossa, que cuido que pola muito desejar a não vi; porque este é o mais certo costume da Fortuna: consentir que maios se deseje o que mais presto há-de negar. Mas por que outras naus me não façam tamanha ofensa, como é fazerem-me suspeitar que vos não lembro, determinei de vos obrigar agora com esta; na qual pouco mais ou menos vereis o que quero que me escrevais dessa terra. Em pago do qual, de antemão vos pago com novas desta, que não serão más no fundo de ãa arca pera aviso de alguns aventureiros que cuidam que todo o mato é orégãos, e não sabem que cá e lá más fadas há.”

Também destaquemos o exórdio da carta escrita “de Lisboa, a um seu amigo”⁵³²:

“Õa vossa me deram, a qual, pelo descostume, me pôs em tamanho espanto como contentamento, em saber novas de quem tanto as desejava; mas nem com esta vos forrareis do esquecimento que de mim tivestes em me não escreverdes antes de vos irdes.”

Note-se que a carta camoniana, mais que mero relato de notícias, constrói-se como peça de argumentação, seja exortando o destinatário a reflexões sobre o mundo e a vida, como nos exemplos da primeira carta, seja captando a benevolência dele para o estabelecimento de um mais assíduo diálogo epistolar, como nos exemplos das duas outras cartas.⁵³³

Francisco Rodrigues Lobo

a) *Cartas dos Grandes do Mundo*

O Manuscrito de n. 14.021 da *British Library*, datado de 1611, traz, sob o título de “Cartas dos grandes do mundo, de Papas, Emperadores, Reis, Respublicas, Potentados e homeñs insignes; tiradas de diversos lugares, de autores graves; colhidas de

⁵³¹ *Id.*, *ibid.*, pp.243-248.

⁵³² *Id.*, *ibid.*, pp.249-257.

⁵³³ É importante acrescentar, ainda, que as cartas camonianas que sobreviveram têm estilo muito semelhante a algumas das cartas de D. Francisco Manuel, o que nos permite supor que, entre os modelos deste, possivelmente estava o poeta d’*Os Lusíadas*.

varios arquivos; traduzidas de diferentes linguas; por Francisco Rodrigues Lobo” a primeira coletânea em língua portuguesa de cartas. As cartas coligidas por Rodrigues Lobo foram “traduzidas de diferentes linguas, sobretudo do latim, pois reproduz nada mais que 29 das *Epistolae* de Cataldo Siculo”⁵³⁴. Dividindo-as em três partes, Francisco Rodrigues Lobo apresenta cartas escritas principalmente nos séculos XV e XVI, entre as quais há cartas de D. João II e D. Manuel I.

Em 1934, Ricardo Jorge publicou, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, as *Cartas dos grandes do mundo: cartas dos reis, senhores e homens insignes portugueses*, mas, segundo Andréa Crabbé Rocha, neste volume “só figuram as cartas de reis, senhores e homens ilustres portugueses, mas o manuscrito do British Museum comporta mais duas ordens de cartas : as de príncipes europeus, e as de ‘autores graves’ da antiguidade e de príncipes infiéis modernos”⁵³⁵, o que é confirmado por José Adriano de Carvalho, que afirma Ricardo Jorge só publicou a primeira parte do manuscrito, englobando as “cartas de reis, senhores e homens insignes por estes expedidas ou recebidas”⁵³⁶.

b) *Corte na Aldeia*

Andréa Crabbé Rocha, ao abordar a arte epistolar em *Corte na Aldeia*, afirma que “Rodrigues Lobo dava assim seguimento doutrinário a uma obra antológica a que metiera ombros em 1612, as *Cartas dos Grandes do Mundo*, coligidas por ele”⁵³⁷.

Os dezesseis diálogos de *Corte na Aldeia*, impressos em 1619, inserem-se na tradição do grande modelo do gênero, *Il Libro del Cortegiano* (Veneza, 1528), de Baldasare Castiglione. “A obra organiza-se, equilibradamente, à volta de três grandes pólos: um que se situa na tradição renascentista da literatura de comportamento social, outro que assume a herança de muitos debates da filosofia moral humanística e o último que examina como que uma certa especialização do cortesão determinada por tantas limitações económicas e culturais dos que poderiam identificar-se ou querer identificar-se, digamo-lo com algum risco, com o estatuto social da nobreza, espelhado, utopicamente, se quisermos, nos seus valores éticos.”⁵³⁸

Particularmente, interessam-nos os diálogos II e III, em que as personagens discutem o que há de ter uma correspondência: “os preceitos da *Corte na Aldeia* sobre a epistolografia, que tudo regulam desde o endereço no sobrescrito até às fórmulas de fecho e à assinatura, abrangem normas gerais de estilística, tal como, noutra parte da obra, sucede com os preceitos da conversação galante.”⁵³⁹

⁵³⁴ ROCHA, Andréa Crabbé. *Op. cit.*, p.33.

⁵³⁵ *Id.*, *ibid.*, p.33.

⁵³⁶ In: LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1992, nota nº 10, p.99.

⁵³⁷ *Op. cit.*, p.33.

⁵³⁸ CARVALHO, José Adriano de. “Introdução”, in: LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*, Lisboa: Editorial Presença, 1992, p.9.

⁵³⁹ SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. *Op. cit.*, p.432.

No diálogo II, *Da polícia e estilo das cartas missivas*, através da fala de D. Júlio, é lançado o tema da discussão que abrangerá também o diálogo III: “pois o Doutor falou ontem em cartas missivas, e aprovou para elas a língua portuguesa, nos há-de declarar o que há-de ter ãa carta para ser cortesã e bem escrita.”⁵⁴⁰

De início, o Doutor Lívio recusa-se a falar, objetando que, embora “a carta consta de letras, não é profissão de letrados o fazê-las cortesãs e quem sabe tanto do estilo da corte, como Leonardo, pode dar lei para elas”, mas acaba aceitando o encargo após a fala do dono da casa, Leonardo, que o convence a “principiar a matéria, dizendo que nome é *carta* e o seu princípio”⁵⁴¹. Segue o Doutor Lívio, explicando a origem da palavra *carta*, que viria de *Cartago*, assim como *pergaminho* de *Pérgamo*, além de outras palavras como *estilo* e *epístola*.

Leonardo segue, então, com a palavra, expondo os preceitos para os “exteriores” da carta: “cortesia comũa, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela sutil e selo claro. E com estas condições será carta de homem de corte.”⁵⁴² Tais preceitos serão desenvolvidos no decorrer do diálogo.

Inicialmente, a cortesia que, “não falando na leitura da carta, é o sobrescrito, o apartado da cruz té à primeira regra, e do princípio do papel té o começo de todas; e o sinal e nome de quem escreve, abaixo da data da carta. E porque nisto ha diferentes costumes e erros, me parece bem fazer de tudo lembrança.”⁵⁴³ Leonardo define o sobrescrito: “é ãa notícia vulgar da pessoa a quem se escreve e do lugar aonde lhe mandam a carta, expremindo-se nele o nome e a dinidade por onde é mais conhecida, e o do lugar aonde naquele tempo assiste. Nesta regra geral há ãa limitação, e é que às pessoas de grande título e cargo se pode calar ou usar de outro modo diferente esta segunda notícia, porque, além dos cargos declararem muitas vezes a assistência das pessoas, parece cortesia que às que são mui conhecidas por seu título e dignidade, basta essa e o nome para serem buscadas.”⁵⁴⁴ Apresentam-se diversos exemplos, muitos dos quais hilários; Leonardo complementa: “a notícia deve ser vulgar, que nem afronte, nem lisonjeie, nem sobeje, nem falte.”⁵⁴⁵ Perguntado por Píndaro, o estudante, sobre que lugar dar aos títulos nos sobrescritos, já “que há alguns mais compridos que as cartas, que rezam o nome, o título, o senhorio, o cargo, a comenda e ainda as pretensões da pessoa a quem se escreve”, responde Leonardo que “os títulos é cousa conveniente e necessária, usados, porém, com moderação conforme ao que tenho dito, que notícia vulgar é ser um homem conhecido por o senhorio e cargo que tem. E, assim, se há-de escrever de cada um o cargo que tem, e por onde é mais conhecido.” Mas, “tudo isto com a brevidade necessária, porque o sobrescrito, como dixe, serve de notícia e não já de adulação. E, na carta, não se permite no sobrescrito o que se não consente no interior.”⁵⁴⁶

⁵⁴⁰ LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1992, p.73.

⁵⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p.74.

⁵⁴² *Id.*, *ibid.*, p.75. Cf. *supra* a Epístola X, “*Letra para don Enrique Enríquez, en la cual el auctor le responde a muchas demandas graciosas*”, de Antonio de Guevara.

⁵⁴³ *Id.*, *ibid.*, p.76.

⁵⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p.78.

⁵⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, p.79.

⁵⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p.79.

Leonardo passa à “segunda cortesia”, que diz respeito ao espaço que se deve deixar em branco para iniciar o texto da carta: “é no papel, da cruz té à primeira regra, que há alguns que lhe põem os olhos muito junto com as sobancelhas, outros, que lhe deixam polo meio ùa estrada de coches. E, pola desconformidade que há entre uns e outros, veio a ser a regra entre os iguais que fique em branco a quarta parte do papel, que vem a ser no alto a primeira dobra, e na ilhargia um espaço razoado que dá lugar à mão para ter a carta sem cobrir as letras, e para se cortar ou passar chancela sem as ofender.”⁵⁴⁷

A “terceira cortesia”, prossegue Leonardo, “é o nome e sinal do que escreveu a carta, que nem há-de estar tão junto das letras que pareça sôfrego delas, nem no meio do papel como quem escolheu melhor lugar, nem tão apartado que fique ausente das regras, nem tanto na ponta do fim que pareça que se amuou àquele canto; mas com um meio ordinário, como é assinar-se um pouco abaixo das regras, mais inclinado à parte direita que à esquerda, que é ùa certa modéstia e humildade de quem escreve.” Perguntado sobre expressões que se costuma acrescentar ao nome, ao final da carta, como *servidor da vossa mercê, vassalo, cativo*, Leonardo responde: “por fugir (...) de alguns extremos, o mais seguro é escrever cada um o seu nome sem mais leitura.”⁵⁴⁸

Deixando a questão da cortesia comum, Leonardo avança a discussão afirmando que “há-de ter a carta regras direitas, que há alguns que escrevem em escadas como figuras de solfa; letras juntas e razões apartadas, com a distinção dos pontos, vírgulas e acentos necessários, para fazerem perfeito sentido das razões, porque há cortesãos que, por afermosearem a letra e facilitarem melhor os rasgos da pena, vão encadeando as letras polas cabeças como sardinhas de Galiza e de maneira confundem a escritura que não há tirar dela o sentido verdadeiro de seu dono. E há cartas bem notadas que, por mal escritas, perdem reputação. O papel seja limpo para nele empregar sem fastio a vista o que há-de ler, e porque pareçam melhor as letras bem ordenadas; a chancela, sutil, porque ao abrir da carta a não ofenda, que alguns a fazem parecer a carta rota antes de lida; dobras iguais, porque o concerto autoriza as cousas e as faz parecer melhor; o selo, claro, assim para lustro da carta como para guarda dela, pois é o cadeado que a defende dos curiosos de saber segredos alheios.”⁵⁴⁹

Leonardo acrescenta, a pedido de D. Júlio, ainda uma longa explicação, abundante em exemplos, sobre as “armas e tenções com que se costumam selar as cartas”: as armas “é a insígnia que cada um tem de sua nobreza, conforme ao apelido com que se nomeia. E com o sinete delas sela as cartas de importância, ou com elmo e folhagens sobre o paquife do escudo, ou com ele em tarja, como tenção, que estas, como são pensamentos e dessenho particular, se abrem às vezes em redondo, ovado ou quadrângulo, e outras figuras, sem respeitar a do escudo.”⁵⁵⁰ Conclui-se o diálogo II com a observação de Solino, um velho muito rico: “vejo que temos a carta cerrada, selada e com sobrescrito, sem ainda sabermos nada do principal dela.”⁵⁵¹

O diálogo III, *Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas*, propõe saber, seguindo a definição ciceroniana, “que cousa é carta missiva ou

⁵⁴⁷ *Id., ibid.*, p.80.

⁵⁴⁸ *Id., ibid.*, p.81.

⁵⁴⁹ *Id., ibid.*, p.82.

⁵⁵⁰ *Id., ibid.*, pp.82-83.

⁵⁵¹ *Id., ibid.*, p.87.

mandadeira, e o para que foi inventada, que pola definição de Marco Túlio, a quem todos seguem, é ùa mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam de nossas cousas, ou das que a eles lhes relevam.”⁵⁵² Ainda seguindo Cícero, propõe a classificação das cartas missivas: “Três gêneros de *cartas missivas* assina o mesmo Túlio, aos quais alguns costumam reduzir muitas espécies delas. O primeiro é das *cartas de negócio* e das cousas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um, que é o que para as cartas primeiro foram inventadas, que, por tratarem de cousas familiares, se chamaram assim. O segundo, de *cartas dentre amigos* uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida. O terceiro, de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias divinas, de advertências a príncipes e senhores e outras semelhantes. O primeiro gênero se divide em cartas *domésticas*, *civis* e *mercantis*. O segundo em cartas de *novas*, de *recomendação*, de *agradecimento*, de *queixumes*, de *desculpa* e de *graça*. O terceiro, que é mais grave e levantado, contém cartas reais em matérias de Estado, cartas *públicas*, *inectivas*, *consolatórias*, *laudativas*, *persuasórias* e outras, que se pegam a cada ùa das que nomeei em todos os três gêneros.”⁵⁵³ As cartas amatórias, cuja falta é sentida por D. Júlio, serão deixadas para serem tratadas ao final (embora Leonardo, por fim, deixe definitivamente de abordá-las).

Quanto às cartas do primeiro gênero, o Doutor Lívio objeta que elas pareceriam “secas” e que seria “matéria estéril” para que nela se empregasse o “fruto do entendimento”. Mas explica Leonardo: “antes, como essas foram as primeiras, e delas nasceram as leis e as regras para outras, será razão que debaixo deste gênero tratemos das mais, repartindo o pouco que eu soube dizer por os lugares de cada ùa. E, assim, me parece que, como a carta que escrevemos ao amigo sobre seu negócio, ao criado sobre as cousas da casa, e o mercador ao outro sobre seus tratos e mercancia, é um aviso e ùa relação que lhe não podemos fazer em presença, fazendo-o por meio de ùa carta, devemos usar nela o que na prática costumamos, que é brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios e propriedade sem metáforas nem translações.”⁵⁵⁴ Trata-se aqui, segundo José Adriano de Carvalho, da “regra de oiro da *ars dictaminis* cortesã”⁵⁵⁵.

A brevidade na carta existirá “quando de tal maneira, e com tal artifício a escrevermos, que se entendam dela mais cousas do que tem de palavras”, o que se obtém “por meio dos relativos e subsequentes que, sem nomear as palavras, as repetem; e por ordem das sentenças e adajos, que, sem entender as cousas, as declaram; e nisto se adiantam muito as cartas da prática familiar, que se escrevem de cuidado, e têm mais tempo de se furtarem palavras para se subentenderem razões.”⁵⁵⁶ Mas a brevidade advogada por Leonardo é sem enfeite, ou afeitação, que é “o cuidado sobejo de enfeitar as palavras com elegância, ou por via de epítetos, ou de escolha de lugar para as sílabas fazerem melhor som aos ouvidos”, acrescentando que, “em favor desta opinião, dizia um homem insigne deste Reino e que teve nele os melhores lugares da república eclesiástica e secular, que a carta e a mulher muito enfeitadas, em certo modo eram desonestas; e eu antes seguira este voto que

⁵⁵² *Id., ibid.*, pp.89-90.

⁵⁵³ *Id., ibid.*, p.90.

⁵⁵⁴ *Id., ibid.*, p.90.

⁵⁵⁵ *Id., ibid.*, p.90, n.2.

⁵⁵⁶ *Id., ibid.*, p.91.

o de alguns retóricos que deram à carta missiva cinco partes de oração, convém a saber: *saudação, exórdio, narração, petição e conclusão*; e, se houvéssomos de seguir o seu estilo, mudaríamos de todo o das cartas.”⁵⁵⁷ Perguntado sobre se o uso de epítetos, Leonardo responde: “os epítetos ou servem para descrição e declaração das cousas, ou para propriedade, ou para ornamento e enfeite delas. Os primeiros são necessários nas cartas como em tudo; os segundos, menos; os terceiros, escusados.”⁵⁵⁸ Ao final, esclarece que “ũa carta pode ser breve e levar escritas muitas páginas de papel, porque pode tratar de tantos negóceos ou cousas que as ocupem, mas estarão relatadas de modo que seja a leitura comprida e a carta breve.”⁵⁵⁹

Quanto à clareza, “posto que a clareza é parte da brevidade, a clareza é das razões e a brevidade das palavras. E, assim, pode a carta ser breve, mas confusa, e clara sendo comprida”.⁵⁶⁰

Enfim, a propriedade é a “das palavras na sua própria significação, sem serem emprestadas por via de translações para outros lugares, que é termo que argúi pobreza de linguagem. (...) E, porque há metáforas e translações tão usadas e próprias que parecem nascidas com a mesma língua, que como adajos andam pegadas a ela, se devem trazer, quando forem tais, nas cartas missivas do mesmo modo que na prática se costumam. (...) E, além destas, tão usadas e naturais que servem de propriedade à língua portuguesa, há outras nascidas de provérbios ou adajos, que têm o mesmo lugar e antigüidade (...) E quanto a carta tiver mais destas, será mais breve e cortesã, pois, como primeiro disse, por este modo se entendem da carta mais cousas do que tem escrito de palavras. Pelo contrário usando, em lugar destas, outras humildes, populares ou inovadas, será vício na propriedade da carta”.⁵⁶¹

Nesse ponto D. Júlio solicita que Leonardo lhes dê “alguma limitação”, ou declare “a linguagem que se deve usar neste estilo das cartas”, pois há muitas mal escritas, cujos erros, na opinião de D. Júlio, “nascem de os homens se cansarem muito em quererem parecer singulares.” Ao que Leonardo responde: “as palavras da carta hão-de ser vulgares, e não já populares, nem esquisitas: vulgares de modo que todos as entendam, e, ao menos, que a quem se escrevem não sejam perigrinas; e não já populares, que sejam termos humildes, palavras baixas que a cortesia não recebe, e que tão pouco, em lugar dos adajos e sentenças, tenham anexins. Também se deve fugir ao termo esquisito de palavras alatinadas, ou acarretadas de outras línguas estranhas, que sempre têm o sabor da sua origem.”⁵⁶²

Feliciano, também estudante, companheiro de Píndaro, pede que Leonardo dê alguns exemplos dos gêneros em que dividiu a carta, o que não faria se fosse “vinte gêneros de cartas em que um retórico as dividiu, que, por querer dar leis e partes a cada ãa, as confundiu todas.”⁵⁶³

⁵⁵⁷ *Id., ibid.*, p.91.

⁵⁵⁸ *Id., ibid.*, p.92.

⁵⁵⁹ *Id., ibid.*, p.92.

⁵⁶⁰ *Id., ibid.*, p.92.

⁵⁶¹ *Id., ibid.*, p.93-94.

⁵⁶² *Id., ibid.*, p.94.

⁵⁶³ *Id., ibid.*, p.94. É interessante notar o constante esforço de Rodrigues Lobo em distanciar-se de parte da tratadística epistolar que, no seu afa classificatório, acabou por cometer alguns exageros...

Deste ponto até o final do diálogo III sucedem-se diversos exemplos de cartas, em cada um dos três gêneros apresentados anteriormente. É curioso perceber que muitos dos exemplos coletados por Rodrigues Lobo são comuns a diversos tratadistas, como podemos verificar, por exemplo, na Epístola VI, “*Letra para don Íñigo de Velasco, Condestable de Castilla, en la cual el auctor toca la brevedad que tenían los antiguos en el escribir*”, de Antonio de Guevara. Vale ressaltar o que Rodrigues Lobo diz a respeito de algumas cartas em especial: *cartas de recomendação de alguma pessoa ou de algum negócio* – “em as quais tem mais lugar a disposição e ornamento dos retóricos, encarecendo os merecimentos da pessoa ou a importância da cousa que encomendais facilitando-a na condição e vontade a quem a pedis, concluindo com a petição e oferecimento de vossa parte”⁵⁶⁴; *cartas de agradecimento* – “têm o campo mais largo para nelas se espalhar a pena e o entendimento, pois quem mais se obriga e encarece o que recebe, escreverá com melhor termo, não saindo dos da carta missiva”⁵⁶⁵; *cartas de queixume* – “o queixume por cartas se deve fazer com toda a moderação que a urbanidade requer”⁵⁶⁶; *cartas jocosas ou de galantaria* – “têm mais campo e liberdade para se poderem usar nelas alguns termos fora das limitações das nossas regras, porque, assim em se estenderem mais como em se sujeitarem menos, ficam desobrigadas das primeiras leis, que são *brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios, propriedade sem metáforas*, pois o termo da graça e galantaria nisso se diferencia do sesudo e pontual, não negando que há algumas que não perdem a graça nem o siso”⁵⁶⁷.

Importa-nos ainda ressaltar alguns pontos do diálogo IX, *Da prática e disposição das palavras*. Neste diálogo Leonardo apresenta as “cinco advertências” para o falar bem: *falar vulgarmente com propriedade; fugir da prolixidade; não confundir as razões com brevidade; não enfeitar com curiosidade as palavras; não descuidar com a confiança*.⁵⁶⁸ Na sequência do diálogo, Leonardo explicará cada uma das “advertências”.

Assim, a primeira, “falar vulgarmente com propriedade”, significa falar “qual os melhores falem e todos entendam: sem vocábulos estrangeiros, nem esquisitos, nem inovados, nem antigos e desusados, senão comuns e correntes, sem respeitar origens, derivações, nem etimologias (...) E disto, e do falar com propriedade, tenho dito na prática que tivemos sobre as cartas missivas o que não será necessário repetir agora de novo, mas somente dar mostra de que esses dois termos se não encontram, que, se o falar próprio é com palavras naturais e menos figuras da retórica para ornamento delas, e não usar dos tropos de alegorias, metáforas, translações, antonomásias, antífrasis, ironias, enigmas, e outras muitas, isso se usa na prática vulgar para se tratarem livremente as palavras próprias, pois somente algumas translações, antonomásias e ironias se acham nela e muito raramente outras figuras.” Nesse ponto, define *translação*: “é figura quando passamos as palavras de ãa cousa a outra, porém com ãa semelhança conveniente”, e depois esclarece: “Esta figura se custuma usar para um de quatro efeitos: ou para evitar palavras desonestas, ou para abreviar razões compridas, ou por acudir à pobreza da linguagem, ou por afermosear e enfeitar a prática.” Em seguida, trata da *antonomásia*: “se usa algumas

⁵⁶⁴ *Id.*, *ibid.*, p.99.

⁵⁶⁵ *Id.*, *ibid.*, p.100.

⁵⁶⁶ *Id.*, *ibid.*, p.100.

⁵⁶⁷ *Id.*, *ibid.*, p.101.

⁵⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, p.184.

vezes na conversação, posto que só nas pessoas ou partes do mesmo reino será mais aceita.” Por fim, da *ironia*: “mais que todas, é própria na conversação, pois consiste mais na graça, riso ou dissimulação do que fala, que nas palavras; esta se considera em duas maneiras: a primeira, tirando a propriedade às cousas; a segunda, furtando o sentido às razões; uma é mero escárneo; a outra, dissimulada sutileza.”⁵⁶⁹

Sobre a segunda advertência, “fugir da proluxidade”, afirma Leonardo que “há muitos homens tão palavrosos que vos não deixam tomar carta na conversação, e são tão amigos de levarem um comprimento té o fundo que nem com o silêncio vos defendeis dos seus. E é vício de que se há-de fugir como de peste da discrição.”⁵⁷⁰

Quanto à terceira advertência, “não confundir as razões com brevidade”, Leonardo ressaltar não ser o primeiro a se queixar de que, “quando queria ser breve, ficava escuro. E, verdadeiramente, a prática comprida não a compreende a memória, e a mais breve do que necessário cega o entendimento. E há muitos que, por abreviarem o que dizem, não declaram o que querem, que posto que a brevidade seja louvada, e por ela se aventajassem os lacônicos na linguagem dos outros gregos, o cortesão nem há-de dizer as cousas em três palavras, nem em trezentas.”⁵⁷¹

Na quarta advertência, “não enfeitar com curiosidade as palavras”, o Doutor Lívio, após comparar o “erro” da brevidade com o do enfeite, afirma ser este “um trabalho não somente escusado, mas odioso, que a prática arteficiosa embaraça aos que sabem pouco, e não agrada mais ao discreto, e serve de névoa para as cousas que se tratam; que com o ornamento das razões se perde muitas vezes o sentido principal delas, e é tão culpável o feitio, que nisso se perde, como o que as mulheres usam em desmentir as graças da natureza com fingida fermosura, que nunca aos bem entendidos pode parecer verdadeira.”⁵⁷²

E, por fim, sobre a quinta advertência, “não descuidar com a confiança”, prossegue o Doutor Lívio: “há muitos que, de confiados em sua suficiência, falam por si e não pesam as palavras com o receio que, para bem, há-de ser sempre a balança delas. E, assim, ora dizem algũas pouco decentes à honestidade da conversação, outras, escandalosas a algum dos ouvintes, outras que, por serem fora de tempo, perdem o lugar, e ele, na opinião dos que escutam, o que com muitos outros tem alcançado. O primeiro descuido da confiança, e o que fica mais em descrédito do cortesão, é quando entre mulheres principais usa de algũas palavras que, ou no som ou na matéria, ofendam a honestidade de seu estado.”⁵⁷³ Retoma a palavra Leonardo, e apresenta os dois últimos “descuidos da confiança”: “o segundo descuido é quando o discreto fala ou alega latins entre pessoas que o não sabem, ou que não têm obrigação de o entender, como são as mulheres; ou conta diante delas histórias da Índia, ou de outras regiões remotas onde esteve, dizendo as cousas com muitas palavras dos nomes próprios daquelas partes (...) O último descuido e mais perigoso é que, motejando em matéria que possa ofender a terceiro, não advirta, antes de falar, se está na presença a quem toque por sangue ou amizade a

⁵⁶⁹ *Id., ibid.*, pp.184-187.

⁵⁷⁰ *Id., ibid.*, p.191.

⁵⁷¹ *Id., ibid.*, p.191.

⁵⁷² *Id., ibid.*, p.192.

⁵⁷³ *Id., ibid.*, pp.192-193.

ofensa que se faz ao ausente, ainda que seja em matéria leve, ou se está ali outro do mesmo estado de que se murmura, do mesmo cargo, vício ou costume, que, não tendo esta vigilância, lhe poderia nacer da sua graça ãa ruim reposta.”⁵⁷⁴

O diálogo IX se arremata com uma discussão sobre o que seja o “sal” na conversação: “o sal é ãa graça e composição da prática, do rosto ou do movimento do andar, que faz as pessoas aprazíveis.”⁵⁷⁵

⁵⁷⁴ *Id., ibid.*, pp.193-194.

⁵⁷⁵ *Id., ibid.*, p.195. Note-se que a idéia do “sal” que “tempera” o discurso já se encontrava em pelo menos uma das passagens do *De Oratore*, de Cícero: “libandus est etiam ex omni genere, urbanitatis facetiarum quidam lepos, quo tamquam sale perspergatur omnis oratio” (*De Oratore ad Quintum Fratrem*, I, 159. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/bib.html> Acesso em: 03 abr. 2002). O mesmo emprego encontramos em *El discreto*, de Gracián: “Mas subiendo de punto y tiempo, tiene con letras de aprecio las sentencias de Filipo Segundo, los apotegmas de Carlos y las profundidades del Rey Católico. Si bien los más frescos, y corriendo donaire, son los que tienen más sal y los más apetitosos.” (GRACIÁN, Baltasar. *Obras completas*, Madrid: Aguilar, 1960, p.91).

ANEXO II

Regras para escrever cartas – Anônimo de Bolonha

REGRAS PARA ESCREVER CARTAS

Anônimo de Bolonha

Tradução de Emerson Tin

Versão para o português a partir da tradução para o inglês de James J. Murphy
(*The Principles of Letter-Writing, in: Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley, Los Angeles, London:
University of California Press, 1971, pp.05-25)

I. PREFÁCIO

Temos sido instados pelos persistentes pedidos de professores para expormos, de forma breve, alguns pontos importantes sobre as regras para escrever cartas. Mas pedimos que o especialista não ria, que o dente maligno do invejoso não morda, e que o inábil na arte não se afaste – pois, afinal de contas, se até a plenitude da lua é deficiente, esta empresa não será considerada inútil em toda parte. Portanto, permita-se aos homens honestos ouvir honestamente o que aqui é honestamente exposto, e o que ouvirem entenderem, e encerrar aquilo que eles entenderam de modo seguro no cofre do coração. E permita-se igualmente que aqueles que sejam avançados nesta arte acrescentem em alguma coisa outros pontos, como os grãos lançados prodigamente sobre a eira com o objetivo de separá-los.

II. COMO UM TEXTO ESCRITO DEVE SER

Um texto escrito é a disposição de alguma matéria na forma escrita, procedendo-se numa ordem adequada. Ou, um texto escrito é um adequado e conveniente tratamento de alguma matéria, adaptado à própria matéria. Ou, um texto escrito é uma adequada e conveniente exposição escrita sobre alguma coisa, ou memorizada ou enunciada em discurso ou por escrito.

Agora, alguns textos escritos são métricos, outros rítmicos, outros em prosa.

Um texto métrico é uma exposição escrita que é propriamente identificável por medidas prescritas de pé e duração.

Um texto rítmico é aquela que é estruturada silabicamente conforme uma determinada regra numérica.

Mas visto que a nossa intenção é tratar somente do texto em prosa, permita-nos descrever mais cuidadosamente o que tal texto é e como deve ser escrito.

Um texto em prosa é uma exposição escrita que ignora as medidas de metro, e segue numa contínua e adequada ordem. Agora, permita-nos aqui descrever o próprio significado deste primeiro termo, pois, em Grego, *proson* quer dizer “contínuo”. Então, dizemos que uma exposição escrita é “adequada” quando nela tratamos da matéria sob discussão em palavras ordenadas conforme as regras gramaticais para prosa ou poesia.

Permita-nos agora examinar particularmente como dar forma a este tipo de composição, cada um em um formato conveniente e simples ou em conformidade com as circunstâncias.

Os termos “conveniente e simples” (*recta et simplici*) são usados neste ponto porque as palavras de um escritor poderiam alcançar até o menos educado ou as mais ignorantes pessoas; por exemplo, por esta razão, eu poderia dizer: “Ó leal e mais querido, eu bem suponho que tu tens conhecimento de quão grande confiança tenho em ti sobre todos os meus negócios.”

A expressão “em conformidade com as circunstâncias” significa um método para os escritores mais experientes. É uma conformidade apta, um conjunto de palavras ordenadas de um modo diferente da sintaxe ordinária; deve ser feita em todos os sentidos harmoniosa e claramente, ou seja, como um fluxo corrente.

Embora pudéssemos discutir, neste ponto, uma disposição correta das palavras, isso será decidido mais pelo ouvido do que alguém ensinando poderia explicar, apesar disso já temos o suficiente para fornecer simplesmente alguma forma de introdução àqueles inexperientes nesta arte.

III. DEFINIÇÃO DE CARTA

Uma epístola ou carta, então, é o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente. Ou, em outras palavras, uma carta é um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando plenamente os sentimentos de seu remetente.

IV. AS PARTES DE UMA CARTA

Há, de fato, cinco partes de uma carta: a Saudação, a Captação da benevolência, a Narração, a Petição e a Conclusão.

V. O QUE É A SAUDAÇÃO

A Saudação é uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas.

Agora, a saudação pode ser “prescrita”, “subscrita” ou “circunscrita”.

É “prescrita” se o nome do destinatário é escrito primeiro, seguido por todas as suas qualificações, desta maneira: “A FULANO, o mais companheiro dos amigos e o mais eminente na glória de todas as virtudes, BELTRANO, o estudante de cartas que é sempre tão lento quão persistente, expressa seus cumprimentos e o sentimento de terna afeição.”

Em seguida, uma saudação é chamada “subscrita” se o nome do destinatário é posto ao fim, com todas as qualificações, como se a saudação apresentada acima fosse inteiramente escrita na ordem oposta.

Uma saudação é “circunscrita” se o nome do destinatário é escrito em vários lugares, desse modo: “A INOCÊNCIO, venerado em Cristo Nosso Senhor, pela Graça de Deus o Sumo Pontífice e universal Papa de toda a Sagrada Igreja, FULANO, o bispo de Verona presta a devida reverência em Cristo.”

O que deve ser incluído em uma Saudação

Em seguida, devemos considerar cuidadosamente em que lugar da Saudação podem ser feitos alguns acréscimos que queremos aos nomes dos destinatários; acima de tudo, esses acréscimos devem ser selecionados a fim de que eles apontem algum aspecto do renome e do bom caráter do destinatário.

Agora, se pretendemos acrescentar alguma coisa aos nomes dos remetentes, que seja feito ao menos de forma adequada, pois deve ser escolhida para indicar humildade e não orgulho, certamente. Para nós é necessário, portanto, ser guiados pelas ordens das pessoas envolvidas de forma que, como freqüentemente os nomes dos postos eclesiásticos ou das profissões estão unidos com os nomes de seus remetentes, sejam qualificados pela adição de frases através das quais nenhum orgulho é ostentado; por exemplo, se é um clérigo ou algum outro eclesiástico, ele deve sempre ser intitulado assim: “João, clérigo”, ou “diácono” ou “bispo” ou “abade” ... “embora indigno” ou “sem valor” ou “pecador”. Em funções ou cargos seculares, é claro, não é necessário que seja feito deste modo, podendo-se dizer por exemplo: “BELTRANO, amigo dos Toscanos”, ou “BELTRANO, Duque de Veneza”, ou “Marechal da Toscana” e outras coisas semelhantes.

Em seguida, deve-se observar as saudações em que os nomes dos destinatários devem sempre ser postos antes dos nomes dos remetentes, ou com todos os seus adjetivos no caso dativo, ou igualmente com todos os seus adjetivos no acusativo, a não ser que — e somente quando — um homem mais importante esteja escrevendo a um menos importante. Pois então o nome do remetente deve ser posto em primeiro lugar, de modo que sua distinção seja demonstrada pela própria posição de seus nomes.

Agora, quando o nome do destinatário é escrito com seus adjetivos no caso dativo, então sem erro devemos terminar a saudação com as palavras declinadas; isto é, elas devem ser acrescentadas no acusativo ou genitivo ou em um forte ablativo, conforme o juízo do escritor. Uma saudação é concluída no acusativo quando dizemos: *salutem et intime dilectionis affectum* (“cumprimento e, de profunda estima, o sentimento”). Se, por outro lado, devemos trocar a ordem, a saudação é concluída no genitivo, como poderíamos dizer: *affectum ultime dilectionis* (“sentimento de profunda estima”). Será concluída no ablativo se acrescentarmos: *cum salute perenni* (“com eterno cumprimento”) ou alguma coisa similar.

Mas se escrevermos os nomes dos destinatários com todos os seus adjetivos no caso acusativo, será absolutamente necessário que a própria saudação seja concluída com infinitivos ou de alguma forma que as suas palavras sejam relacionadas à construção infinitiva; por exemplo: “GREGÓRIO, pela divina graça, resplendente nos esplendores da universal sabedoria, BELTRANO deseja vê-lo viver em alegre prosperidade e abundar sempre em sucesso no futuro”, ou “continuar com seu ininterrupto sucesso”, subentendendo-se nesta saudação, é claro, a palavra “espera” ou “quer” ou “deseja”, da mesma forma que em outra saudação a palavra “envia” ou “dirige” ou “confia” pode ser subentendida.

Em seguida, permita-nos mostrar brevemente o que é próprio nas saudações enviadas a todo tipo de pessoas.

É claro, entre todas as pessoas algumas são proeminentes, outras são inferiores, e ainda outras estão entre ambas. Agora, diz-se “proeminentes” das pessoas das quais não se acham superiores, como o Papa ou o Imperador.

Portanto, quando um escritor de cartas (*dictator*) põe-se a escrever, e a diferença entre os estados das pessoas envolvidas é conhecida, ele deve levá-la em consideração primeiramente se o propósito é de um homem escrever para outro homem, ou de um escrever para vários, ou de vários para um, ou de vários para vários; e se de um igual para outro igual, de um inferior a um superior, ou de um superior a um inferior.

Em seguida, o tipo de assunto deve ser considerado, tanto que o escritor pode moldar a saudação com palavras adequadas e prescritas de acordo com a circunstância.

Em seguida, o escritor deve saber o que é conveniente para ser agregado aos nomes das pessoas envolvidas, como por exemplo a correta conclusão de alguma saudação. Se um homem está escrevendo para um ou vários ou vários para um ou vários, e a escrita ocorre entre iguais, ou de inferiores para superiores, os nomes dos destinatários devem ser postos em primeiro lugar, na ordem da saudação, no caso dativo ou acusativo com seus adjetivos. Os nomes dos remetentes, por outro lado, com seus adjetivos correspondentes, deve ser posto em último lugar, no caso nominativo. Mas se superiores estão escrevendo para inferiores, os nomes dos remetentes devem ser colocados em primeiro lugar de modo que sua ordem possa ser indicada pela própria sequência da escrita.

As Saudações de um Monarca ao Papa, e de todo Súdito aos Prelados.

Além disso, se a saudação é sempre dirigida ao Papa pelo próprio Imperador, ou de algum homem de ordem eclesiástica, é melhor que seja enviada de uma das seguinte formas: “Ao venerável no Senhor e Cristo FULANO, pela graça de Deus altíssimo e universal Bispo de toda a Sagrada Igreja, BELTRANO pela graça de Deus augusto monarca dos romanos”, ou “BELTRANO, pároco da Igreja de Ravenna, embora indigno, expressa a devida reverência em Cristo”, ou “constância de devida obediência”, “governo da devida reverência”, “lealdade da devida servitude” ou “obediência da devida lealdade”.

Agora, essas saudações ou outras similares são oportunamente enviadas entre eclesiásticos, ao menos de subordinados a prelados, e “em Cristo” ou “no Senhor Jesus Cristo” deve sempre ser acrescentado.

Realmente, há termos particulares que estamos acostumados a inserir em saudações deste tipo: “reverência”, “lealdade”, “devoção”, “obediência”, “servitude” e “submissão”.

E destes substantivos adjetivos devem ser derivados que sejam similares aos substantivos, e devem ser incluídos na saudação da maneira exposta acima.

A Saudação Universal do Papa

“Bispo Inocêncio, servo dos servos de Deus em Seu amado filho Cristo, a BELTRANO, augusto imperador dos romanos, envia cumprimentos e bênçãos papais.”

As Saudações do Imperador a todos os homens

“FULANO, augusto imperador dos romanos pela graça de Deus, expressa amizade e bons votos ao Bispo de Faventia”, ou “ao Conde de Pictava”, ou “ao povo de Pisa”.

Mas quando algum bispo ou duque ou povo de alguma cidade escreve ao imperador, as seguintes coisas ou algumas como elas devem ser acrescidas ao nome do monarca: “Ao renomado, excelentíssimo, invencibilíssimo, eminentíssimo conquistador e sempre augusto imperador dos romanos, FULANO, BELTRANO, arcebispo de Pisa, embora indigno, expressa sua devida obediência em Cristo”, ou alguma coisa similar às formas acima.

Saudações entre Eclesiásticos

“FULANO, pela graça de Deus bispo da Sagrada Igreja de Bolonha, embora indigno, envia incessantes bons votos em Cristo”, ou “cumprimento no eterno Cristo”, “fraternais cumprimentos e preces no Senhor”, “desejos crescentes de fraternal boa vontade e amor”, “expressa um sentimento de fraternal afeição”, ou “envia cumprimentos e sinceras preces no Senhor”.

Agora, pode acontecer que prelados tenham pessoas reverendas sob sua autoridade às quais não “bênçãos” mas “cumprimentos e um acréscimo constante de verdade” ou “sincero” ou “pura piedade” devem ser escritos.

Principalmente aos Monges

“...Um acréscimo de piedade verdadeira em Cristo”, “a recompensa do sagrado diálogo”, “a recompensa da eterna glória”. Pois verdadeiramente, ao escrever aos monges estamos acostumados a fazer menção sempre à “piedade” ou “sagrado diálogo”.

Saudações de Prelados a seus Subordinados

“FULANO, pela graça de Deus bispo da Sagrada Igreja de Bolonha, embora indigno, envia a BELTRANO, servo da Igreja da Sagrada Maria, cumprimentos e bênçãos”, “cumprimentos e um acréscimo de bênçãos”, ou “bênçãos no Senhor com bons votos.”

Pois, de fato, é sempre costume para prelados eclesiásticos em suas saudações a seus subordinados pronunciar uma bênção.

E deve também ser notado que os mesmos prelados de igrejas, mesmo se eles estão escrevendo a subordinados que estão sob sua própria autoridade, não enviam “bênçãos” a eles a menos que eles sejam párocos; “cumprimentos com um sentimento de amizade” ou quaisquer outras que sejam apropriadas são enviadas entre amigos. Se, por outro lado, eles não são párocos, a eles deve-se enviar “cumprimentos com um sentimento de estima.”

Em uma carta de suspensão, excomunhão, ou severa reprovação, eles devem escrever simplesmente como se segue: “FULANO, pela graça de Deus bispo de Faventia, a BELTRANO, um clérigo” – e nada mais, porque “escreve esta carta” será subentendido. Se, contudo, é necessário comunicar uma advertência, a saudação deve dizer “cumprimentos de acordo com o mérito”, ou “favor onde é considerado merecido”, ou “amizade a quem merece por seu valor”, ou “cumprimentos àqueles a quem podem ser merecidamente concedidos”.

Quem desejasse conhecer as saudações adequadas dos subordinados aos prelados, aprenderia que há seis palavras apropriadas à construção delas: “lealdade”, “reverência”,

“obediência”, “devoção”, “servitude” e “submissão”. E qualquer destas nós poderíamos usar, nós adicionaríamos um adjetivo como se segue: acrescentando “devida lealdade”, ou “veneração”, ou inserindo “em Cristo”, ou “no Senhor”, ou “em Jesus Cristo”, ou “no Senhor Jesus Cristo”, deste modo: “devida veneração em Cristo”, ou “devida lealdade em Cristo Jesus”.

Agora se quisermos variar a forma, os acusativos devem ser trocados por genitivos, e qualquer das coisas mencionadas acima que seriam adequadas devem ser acrescentadas, tanto que podemos dizer: “a servitude”, ou “lealdade da devida veneração em Cristo”, ou “a veneração da devida servitude no Senhor”.

Podemos fazer isto de modo tão humilde quanto se poderia adequadamente desejar, como em “a devotadíssima veneração em Cristo”, ou “a servitude da devotadíssima veneração”; além disso, “em Cristo Jesus”, ou “naqueles que são de Cristo” poderiam também ser acrescentados.

Saudações entre Nobres, Príncipes e Clero Secular

“Ao vigoroso soldado e nobre amigo, Conde FULANO, BELTRANO, o Duque de Veneza, envia cumprimentos e votos de toda a boa fortuna”, “cumprimentos e terna afeição”, ou “ininterrupta afeição com incessantes bons votos”, se talvez uma destas formas é adequada a ser enviada entre estes homens. A passagem seguinte mostrará quais formas são claramente apropriadas a ser enviadas entre companheiros e amigos.

Saudações de Amigos Íntimos ou Aliados

“A FULANO, o mais íntimo dos amigos”, ou “o mais amado dos companheiros”, ou “o mais querido dos favoritos”, ou “atados um ao outro por uma união mútua de afeição”, ou “ligados juntos por uma indissociável cadeia de afeição”, ou “FULANO, devotado ao estudo das cartas, envia cumprimentos e um sentimento de terna afeição”, “a afeição de terno sentimento com incessantes bons votos”, “a firmeza da pessoal camaradagem”, “a doçura da mais querida amizade”, “a constância de sinceros bons votos”, ou “a doçura de um amor imperecível”.

Um outro exemplo de união na amizade: “Guido, já atado por um sincero laço de afeição, FULANO, seguidor da profissão de lógico, deseja ser atado ainda mais a ele por uma mútua cadeia de afeição e não ser perturbado pela hostilidade, deseja vê-lo viver para sempre e abundar em todas as boas coisas, viver sempre honradamente e nunca cessar em sua afeição, possuir sempre sabiamente uma vida feliz, e tomar sempre mais firmemente os caminhos virtuosos.”

Estas saudações são também enviadas apropriadamente a companheiros ou amigos íntimos, desde que os diferentes estados dessas pessoas possam ser indicados por uma variação particularmente fácil. Pois onde está escrito “Guido, já atado por um sincero laço de afeição”, “amizade” ou “camaradagem” ou “fraternidade” pode ser escrito onde está escrito “de afeição”; a verdade da matéria requererá de um ou de outro modo.

Saudações de Súditos aos seus Senhores Seculares

Quando subordinados seculares escrevem uma saudação aos seus senhores, eles não devem, sob qualquer circunstância, dizer “veneração” ou “fidelidade”, mas devem dizer em vez disso “serviço”, “obediência”, “servitude”, “lealdade”, “subordinação”, e outros semelhantes.

“Ao seu mais amado senhor” ou ainda “a sua mais proeminentemente estimada e mais digna excelência”, “FULANO, seu leal servidor” ou “seu devotado seguidor” ou “seu súdito em todas as coisas”, “declara sua leal servitude”, “solicitude na altíssima lealdade”, “obediência da devida servitude”, “submissão da devida obediência”, “lealdade e toda maneira de servitude”, “servitude na mais terna lealdade”, e de modo semelhante.

Saudações destes mesmos Senhores aos seus Subordinados

“FULANO, filho de Guido, BELTRANO, leal servidor” ou “devotado seguidor”, “envia cumprimentos e bons votos”, “cumprimentos e bons votos duradouros”, “boa-vontade e todo apoio”, “incessante assistência, com cumprimentos”, e outros similares.

Saudações de Senhores a Subordinados Culpáveis e que ofenderam

“FULANO, bispo de Faventia, embora indigno, a João, presbítero da Igreja de Sagrada Maria, envia cumprimentos e perdão conforme o mérito”, “cumprimentos conforme eles merecem”, “perdão no grau que se considere merecido”, ou “cumprimentos proporcionados por sua iniquidade”, e outros semelhantes.

A Saudação de um Professor a seu Aluno

“FULANO, promotor da carreira escolástica, deseja ver BELTRANO, seu mais querido amigo e companheiro, adquirir os ensinamentos de toda a literatura, possuir plenamente toda a diligência da carreira filosófica, seguir não a loucura mas a sabedoria de Sócrates e Platão”.

A Saudação de um Aluno a seu Professor

“A FULANO, pela divina graça resplendente no encanto ciceroniano, BELTRANO, inferior à sua devotada erudição, expressa a servitude de um coração sincero”, ou “sempre obediente no honroso serviço”, ou alguma outra frase correspondente àquelas adequadas para serem enviadas pelos subordinados aos prelados.

O que deve ser incluído nas Saudações dos Pais aos seus Filhos

Em saudações que são enviadas por um sentimento de amor de pais aos seus filhos, estamos acostumados sempre a pôr o termo “bênçãos”; isto está estabelecido desde que foi escrito: “A obediência dos filhos alegra seus pais, e os filhos são sempre enriquecidos por suas bênçãos”.

Saudações de Pais a seus Filhos

“Pedro o pai e Maria a mãe, a João seu mais amado filho, enviam bênçãos paternais com seus cumprimentos”, ou “fortes cumprimentos e eternas bênçãos”.

Saudações de Filhos a seus Pais

Por outro lado, a saudação de um filho a seus pais deve por todos os sentidos ser qualquer uma das descritas acima como apropriadas para ser enviadas a superiores por subordinados como, por exemplo, “filial veneração com amor”, “servitude de filial veneração”, e outras semelhantes.

Saudações de Filhos Delinqüentes aos mesmos Pais

“A Pedro e Maria seus pais, FULANO, uma vez seu filho mas agora destituído da filial afeição”, “uma vez querido por eles mas agora sem causa tornou-se sem valor, possa ele todavia parecer a qualquer deles ser capaz de nada fazer”.

Um outro exemplo: “A FULANO, o mais amado senhor”, ou “caríssimo pai” ou “relação” ou “irmão” ou “companheiro”, “FULANO agrilhado por cadeias de ferro”, ou “sujeito ao mais severo confinamento da prisão”, ou “atado por pesados laços”, “envia, por todas as maneiras, votos de boa fortuna às pessoas de quem ele próprio tanto necessita”, “envia votos com seus cumprimentos para toda a prosperidade que ele não tem”, e outros similares.

Considerações sobre as Saudações

É necessários refletir cuidadosamente neste ponto pois podemos nos aplicar para preparar diversas saudações para a carta, que serão adequadas ao tema a ser tratado depois na carta.

Por exemplo, se alguém queria repreender algum outro que pareceu ter abandonado os bons costumes e se devotado a alguns vícios, ele deveria expressar seus cumprimentos assim: “Alderico, indecentemente devotando-se a uma conduta viciosa e apresentando-se contrariamente ao que é próprio, BELTRANO, seu irmão”, ou “uma vez seu íntimo amigo”, “aconselha-o a abandonar os vícios completamente e a retornar à busca da honra”.

Uma outra Consideração

Além disso, é costume tomar o material da saudação do nome do destinatário de modo que o levemos a uma maior boa vontade. Deste modo, por exemplo, se ele é chamado Benedito ou Graciano ou João (que significa “graça de Deus”), ou Benigno ou Amado ou algum outro nome similar, podemos começar nesses casos a saudação como se segue:

A Benedito pelo nome: “Ao homem de toda sabedoria pela divina graça, Benedito pela graça, Benedito pelo nome, Benedito até pelas ações, BELTRANO oferece o leal serviço e deseja a proteção das divinas bênçãos”.

A Graciano pelo nome: “Graciano, resplendente pela divina graça tanto em ações quanto em honras, BELTRANO deseja vê-lo ser elevado sempre pela divina graça e nunca ser perturbado por qualquer mal”.

A quem quer que seja: “Máximo”, ou “Honório” ou “Odório, abençoado por inspiradores espíritos”, ou “Desidério, desejável conforme o significado de seu próprio nome, BELTRANO deseja vê-lo florescer em prósperos sucessos e brilhar sempre adiante na fama de toda a honra”.

VI. A CAPTAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA (*benevolentiae captatio*)

Agora que estas coisas foram explanadas, especialmente as variedades de saudações, trataremos da Captação da benevolência. A Captação da benevolência (*benevolentiae captatio*) numa carta é uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário.

Isto pode ser assegurado numa carta por cinco modos: pela pessoa que envia a carta, ou pela pessoa que a recebe, ou por ambas imediatamente, ou pelo efeito das circunstâncias, ou pela matéria em questão.

A boa disposição pode ser assegurada pela pessoa que envia a carta se menciona humildemente alguma coisa sobre seus negócios ou suas obrigações ou suas razões.

Por outro lado, será assegurado pela pessoa que recebe a carta quando não somente a humildade do remetente mas também os louvores ao destinatário são devidamente indicados.

A boa disposição será assegurada também pelo efeito das circunstâncias se alguma coisa é acrescida que seja apropriada a ambas as pessoas envolvidas, ou que esteja no propósito das coisas, ou poderia ser adequadamente ou razoavelmente associada à boa disposição, tal como “intimidade”, “afeição”, “companheirismo”, “familiaridade”, “senhorio e serviço”, “sentimento paternal e sentimento filial”, e outros similares.

Em alguns casos, a boa disposição será assegurada pela matéria em questão se o grau de sua futura importância é posto abertamente adiante. Este tipo de Captação da benevolência é também usado na conclusão de uma carta.

Se, contudo, a situação resulta numa carta combativa a ser escrita, isto é, para inimigos ou oponentes, a boa disposição poderia de fato ser procurada de acordo com as pessoas dos adversários, nomeadamente nesta forma que Cícero introduz em seu *Livro de Retórica*, este método deve ser usado, por todos os sentidos, se quisermos conduzir nossos oponentes ao ódio, à intolerância ou à disputa. Se a matéria em questão é de honra, ou se o auditor é conhecido por ser amigável, deve-se procurar a boa disposição imediata e claramente; se não é de honra, deve-se usar rodeios e dissimulação. Como uma matéria de fato, oponentes são conduzidos ao ódio se suas ações infames são citadas com cruel orgulho; à intolerância se seu comportamento é caracterizado por ser insolente e insuportável; e à disputa se sua covardia ou devassidão é exposta.

Ao lado disso, muito freqüentemente a maior parte da Captação da benevolência já está em curso na própria saudação. Por esta razão devemos planejar nossas cartas de modo que nunca a humildade do remetente ou o mérito do destinatário avancem demais na saudação, devemos ou prosseguir com o restante da carta imediatamente com a narração ou

com a petição, ou devemos indicar nossa própria boa disposição de preferência breve e modestamente.

Também, nas partes restantes da carta uma não inconsiderável boa disposição é expressa repetidas vezes – tal como em certos nomes indicando a honra ou glória do cargo ou ordem do destinatário. O próprio destinatário pode ser chamado muitas vezes “padre” ou “senhor” ou “eminente pontífice” ou “nobre duque” ou “o mais íntimo dos companheiros” conforme os princípios de variação anotados anteriormente.

VII. A NARRAÇÃO

A Narração é a enumeração ordenada dos fatos sob discussão, ou melhor, uma apresentação dos fatos de um modo que parecem eles próprios se apresentar.

Por tudo o que já foi exposto, uma Narração deve ser breve e clara para vantagem da causa do remetente. Algumas Narrações são simples, outras complexas. Uma Narração simples é a que compreende a exposição de somente uma matéria. Uma Narração complexa é, por outro lado, a que compreende a exposição de várias matérias.

Ademais, algumas Narrações são escritas sobre o passado, outras sobre o presente, e ainda outras sobre o futuro. O modo de manejar essas várias formas será objeto deste livro no momento adequado.

VIII. A PETIÇÃO

Agora, a parte que é chamada a Petição, na qual tenta-se pedir alguma coisa.

Há, de fato, nove espécies de Petição: suplicatória, didática, cominativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa e direta.

Uma Petição é suplicatória quando se pede por meio de súplicas algo que deve ou não ser feito. Subalternos freqüentemente usam esta forma.

Uma Petição é didática quando se busca, por meio de preceitos, aquilo que deve ou não ser feito. É cominativa quando é feita por meio de ameaças; afinal de contas, a posição de alguém é em um certo sentido uma ameaça, por exemplo, quando um bispo envia uma mensagem para advertir um de seus subordinados sobre a força de seu cargo, ou quando algum senhor a endereça a um servo sob ameaça de arrancar-lhe os olhos ou cortar-lhe a cabeça ou a mão direita, e coisas semelhantes.

Uma Petição é exortativa quando se busca com insistência aquilo que deve ou não ser feito; admonitória, por meio de advertência; de conselho autorizado, por meio de aconselhamento; reprovativa, por meio de reprovação.

Por outro lado, será direta quando se pedir aquilo que deve ou não ser feito por qualquer outro modo que não estes já elencados, mas somente pela sua indicação ou enunciação direta.

Novamente, algumas Petições são simples, algumas complexas, da mesma forma exposta acima.

IX. A CONCLUSÃO

A Conclusão, é claro, é a passagem pela qual uma carta é terminada.

É costumeiro na conclusão referir-se ao motivo pelo qual a questão é vantajosa ou não segundo os assuntos tratados na carta. Por exemplo, se estes tópicos foram tratados pormenorizadamente e através de rodeios na Narração, estas mesmas coisas são aqui resumidas e assim impressas na memória do destinatário.

Assim podemos usar esta passagem para afirmar ou negar. Para afirmar a vantagem da carta, pode-se escrever deste modo: “Se tu fizeres isto, tu terás toda a nossa mais plena afeição”; para negar, a desvantagem pode ser posta numa frase assim: “Se tu falhares neste ponto perderás sem dúvida a nossa amizade”.

O fim de uma carta nada contém que remeta diretamente à matéria da própria carta. Assim eu poderia dizer na primeira pessoa, “Eu saúdo Pedro e Paulo”; na segunda pessoa, “Adeus, Pedro e Paulo, meus irmãos e amigos”; ou na terceira pessoa, “Possa a boa fortuna ser cada vez maior para Pedro e Paulo”.

X. SOBRE A BREVIDADE DE UMA CARTA

Descrevemos até agora as cinco partes de uma carta. Mas, para que não pareça que uma carta não seja aceitável por não trazer todas as partes, permita-nos mostrar quais das partes não podem ser removidas ao tornar breve uma carta. Certamente a Conclusão, que é a parte final, é muitas vezes omitida, ou por sua inutilidade, ou por sua inconveniência, pois o que foi dito antes já está suficientemente claro, ou porque a carta já se estendeu nas outras partes e, assim, o prolongamento de uma carta tediosa será evitado.

A Petição é freqüentemente omitida quando o remetente nada planeja pedir. A carta permanece completa, mesmo nesse caso, com somente três das partes originais da carta.

Contudo, se a Narração não é usada, a carta não estará completa somente com as quatro partes restantes. Assim, o início de uma carta propriamente abreviada será a Narração, deste modo: “Foi indicado”, ou “Revelou-se-nos”, ou “Aprendemos através da fidedigna explicação de muitos homens...”

Novamente, embora a Saudação seja removida do início, a carta permanecerá completa com somente as quatro partes restantes. Isto é feito certamente às vezes, de modo que quando alguém pretende declarar desprezo, ou raiva ou cólera por uma mente indigna, apresentará não a Saudação, mas usará meramente na posição regular da Saudação apresentar os nomes das pessoas envolvidas – por exemplo, “Pedro a João”; ou pode desejar indicar algo como um grande desdém de espírito, como se segue: “Pedro a João, servo imprestável e merecidamente renegado”, e outros similares. Por outro lado, a Saudação é algumas vezes omitida por receio, como em Salústio: “Quem eu sou tu saberás a partir do que te está sendo enviado”.

Agora se a Saudação é removida de algum modo, é necessário que a Captação da benevolência seja igualmente removida, desde que estejam adjacente e mutuamente ligadas. Conseqüentemente, a carta permanecerá correta mesmo somente com as três partes restantes, conforme, é claro, a habilidade do remetente.

Se a Narração é também removida, a carta permanecerá completa o suficiente apenas com a Petição e a Conclusão. O início deste tipo de carta será: “Por portador,

confiamo-lhe estes escritos”, ou “em constância”, ou “firmemente”, “Dirigimo-nos a ti, sem mais delongas”.

Também encontramos casos em que muitas cartas permanecem completas somente com a Petição.

Novamente, deve-se notar que a Saudação com a Narração apenas, ou a Petição apenas, constituem uma carta completa; mas com a Captação da benevolência somente, ou apenas com a Conclusão, não se pode Ter nada que se assemelhe a uma carta.

XI. SOBRE O DESLOCAMENTO DAS PARTES

Agora que as partes de uma carta foram enumeradas e cuidadosamente explicadas, permita-nos discutir brevemente sobre a ordem em que as partes podem ser movidas.

De fato, sobre a ordem em que podemos tratar os exemplos usuais na maioria dos casos, permita-nos declarar tal como uma regra que as partes da carta devem ser arranjadas de forma semelhante à ordem em que elas são vistas pelo leitor para ser claramente usadas e explicadas – por exemplo, a Saudação deve sempre vir primeiro – tal que a carta assim redigida possa ser vista claramente como fazendo as vezes de mensageiro. Pela mesma razão, numa carta usando somente as outras quatro partes, o início deve ser a Captação da benevolência, tal que quando a atenção do destinatário é assegurada nesta parte, ele estará mais favoravelmente inclinado a entender o restante da carta. Certamente, então, a Narração deve seguir-se a ela e depois a Petição; é especialmente por causa dessas partes que se busca a completa boa disposição. Então deve seguir-se a Conclusão, que encerra o que foi dito antes e indica o que pode se desenvolver a partir dela.

Contudo, ainda estes caminhos podem algumas vezes ser modificados sem que se viole a correção.

Agora a Captação da benevolência – que é, é claro, escrita conforme a pessoa do remetente ou do destinatário ou de ambas ao mesmo tempo, ou conforme as circunstâncias – pode ser posta não impropriamente na posição da Narração. Isto é feito de forma que, depois que os receptivos sentimentos do destinatário estão assegurados por esta parte, o lugar da Petição será imediatamente a seguir, deste modo:

Narração: “Que cuidado e pesar, que perda e dor sincera a cruel morte trouxe sobre nós com o passamento de nosso próprio pastor – seguramente cada um que conheceu a vida e conduta moral de nosso devoto padre pode saber disto muitíssimo bem! Isto acima de tudo é porque, Ó eminente padre, nós escapamos para o seu amor paternal. Isto é porque nós procuramos sua bondade em nossas cartas.”

Captação da benevolência: “De fato, quem não pediria livremente a ajuda dele, que sabe tudo prover piamente para o bem-estar de seu rebanho? Quem não procuraria sem hesitação o conforto de alguém que sabe ser compassivo e sagrado? Portanto, padre, desde então nós percebemos que todos estes dons da virtude prosperam quase em todo o seu ser”.

Petição: “Nós humildemente rogamos que tu abasteças nossa – antes muito mais tua – Igreja com o cuidado de um padre devotado ao Senhor, e que te empenhes em encontrar

para nós um padre capaz conforme a prudência de tua administração e designa-o para nós tão logo o encontres.”

Algumas vezes, a Captação da benevolência é posta depois da Narração e da petição, e nenhuma Conclusão é usada neste último lugar. Isto é usualmente feito para assegurar um maior efeito nas cartas de resposta, deste modo:

Narração: “Mais raramente – ou nunca – ocorre que alguém prefira dar que receber. De fato, é natural da condição humana que quando um homem sabe que precisa de poucas coisas, ele procura obter e exige muito mais. Pois, cada homem provém despido do útero de sua mãe, e enquanto está privado do vestuário, em outras palavras, então está ele necessitado de todas as coisas. Conseqüentemente, é inteiramente conforme à natureza humana que teus pais devam enviar umas poucas coisas a ti, até mesmo menos que o teu respeito filial poderia exigir deles. Mas eu não posso, meu filho, provê-lo em tudo aquilo que tu me pediste.”

Petição: “Eu peço em termos amigáveis que tu não recebas esta mensagem com aborrecimento.”

Captação da benevolência: “Pois eu sei que a sabedoria de teu bom senso é tão grande quanto tu és digno de ser louvado não somente por aqueles ligados a ti pelo parentesco, mas também por todos os outros”.

A Petição pode até ser colocada com exatidão antes da Narração, se o juízo do escritor esforçar-se por fazê-lo cuidadosamente. Pois quando a Narração segue-se à Petição, é necessário para tal que seja ligado que o tema da discussão esteja relacionado em parte à Petição e em parte à demonstração dela, da forma como se colocou na seguinte carta:

Captação da benevolência: “Visto que eu saiba verdadeiramente que ambos estamos atados pelo laço do parentesco e por uma união de terna afeição, conseqüentemente eu não hesito de todo em recorrer à tua bondade, com confiante coragem, e então buscar de ti um favor”.

Petição: “Peço, portanto, humildemente, rogo mais seriamente, suplico compassivamente, que tu sustentas-me generosamente com teus presentes de agora até a Festa da Ressurreição”.

Narração: “Pois de fato tu sabes quão exíguos são os donativos dos pais, quão infreqüentes, quão inadequados. Se enviarem um pouco, consideram-no ter sido muito; e julgam sem razão que o trabalho aplicado ao estudo da literatura é obviamente estúpido, e que meus esforços sem razão de nenhum modo são produtivos”.

Novamente deve-se com cuidado considerar que freqüentemente a uma Petição simples segue-se uma complexa Narração, ou que uma Petição complexa acompanha uma Narração simples, ou que ambas são feitas simples ou complexamente.

Agora, quando uma Petição complexa segue-se a uma Narração complexa, se os elementos particulares da Petição corresponderem a determinados elementos da Narração, eles podem ser tratados em conjunto, desta maneira:

Parte da Narração: “Ouvimos isto dito em público – e confiamos em algumas partes determinadas desta informação – que esse Roger, o Tirano de Apúlia, guerreou contra Benevento, e que ele tem tomado diversas fortalezas e as tem grandemente fortificado como bases para suas tropas”.

Parte da Petição: “Por causa disto, convocamos agora tua lealdade, de modo que tu o ataques como homens de combate e te lances contra esse homem com toda a força que tu possuis”.

Uma outra parte da Narração: “Ouvimos do mesmo modo que os Anconianos, que desviaram sua lealdade para ele, tiveram de submeter o governo de sua cidade às suas mais abomináveis regras.”

Uma outra parte da Petição: “Por esta razão nós também pedimos que, depois da verdade desta matéria conhecida agora, tu te recordes da constância de nossa lealdade, ou de outro modo castigue e destrói-os como traidores e inimigos das leis romanas”.

E assim em todas as cartas semelhantes a mistura das partes pode continuar muito corretamente tanto quanto se deseje. Ou, depois que todos os elementos da Narração tiverem sido expostos, todos os elementos da Petição podem então ser dispostos numa contínua sucessão, porém dependerá sempre do juízo do escritor da carta.

XII. SOBRE A CONSTRUÇÃO GRAMATICAL DE UMA CARTA

Agora que estas cinco partes foram tratadas brevemente, permita-nos voltarmos-nos à sintaxe de uma carta. Mas, primeiramente, é necessário notar que em toda espécie de texto há três tipos de sentenças que tanto a teoria quanto a prática da leitura indicarão claramente para nós.

A primeira delas é chamada “suspensiva”, a outra “constante” e a terceira, “finita”. É chamada “suspensiva” aquela pela qual, quando é ouvida, a mente do ouvinte é virtualmente mantida em dúvida e espera ouvir algo mais além disso. E isto deve sempre ser proferido com uma acentuação marcante. Por outro lado, é chamada “constante” aquela que realmente de nada necessita para a integração de seu significado exceto por qualquer desejo do escritor de acrescentar algo. Dizemos que é “finita” aquela pela qual o discurso e a intenção do escritor é completado.

De fato, um exemplo de todas estas é encontrado na seguinte frase: “Embora seja propriedade da justiça dar a cada um o que é seu, contudo a própria justiça ama ser tratada com moderação, e a consolação ama ser empregada com compaixão para o contrito de coração.”

XIII. SOBRE A VARIAÇÃO DE UMA CARTA

Pois verdadeiramente toda carta deve ser arranjada dentro de um formato conveniente como dito acima, ou em conformidade com as circunstâncias.

É especialmente necessário para isto a adaptação às circunstâncias para ser feito persuasivo e harmonioso e resplendente no judicioso uso das palavras. Visto que esta capacidade é adquirida pelo julgamento dos ouvidos e pela experiência em escrever – antes que por alguns preceitos muito rígidos – estamos satisfeitos com este livro que fornece algumas habilidades básicas para o inexperiente.

Agora, permita-nos adiar não demasiadamente a discussão da sintaxe de uma carta.

[Neste ponto o autor acrescenta uma breve discussão das oito partes do discurso, os seis casos de terminação das palavras, e outras matérias sobre a “construção” ou a forma gramatical de um texto escrito. A discussão da sintaxe é largamente tomada do gramático romano Prisciano (fl. 550 d. C.), cuja *Ars grammatica* conclui com dois capítulos que circularam separadamente na Idade Média sob o título Sobre as construções (*De constructionibus*).]

ANEXO III

Brevíssima e muito resumida

fórmula de elaboração epistolar – Erasmo de Rotterdam

BREVÍSSIMA E MUITO RESUMIDA FÓRMULA DE ELABORAÇÃO EPISTOLAR

Tradução de Emerson Tin

Versão em português a partir da edição latina de 1521, impressa em Paris

(*Brevisima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*,

Paris: impresso por Nicolau de Pratis, 1521, 10 folhas não numeradas.

Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>, Bibliothèque Nationale de France. Acesso em: 26 março 2002)

e da edição em língua inglesa de 1985

(*A Formula for the Composition of Letters / Conficiendarum epistolarum formula*, translated and annotated by Charles Fantazzi, introductory note by R. A. B. Mynors, in: SOWARDS, J. Kelley (ed.) *Collected Works of Erasmus*, Literary and Educational Writings 3, vol.25, Toronto: University of Toronto Press, 1985, pp.255-267)

Desidério Erasmo de Rotterdam a Pedro Paludano

Venceste-me enfim, humaníssimo Pedro. Tens tantas vezes nos solicitado a doutrina de escrever cartas. Mas vê, nesse meio tempo, enquanto os teus desejos cumpro de boa vontade, quantas calúnias a mim mesmo têm afrontado. O que enfim os críticos dirão? Ou melhor, o que não dirão, quando virem minha audácia de tratar de uma matéria por muitos tão diligente e sabiamente tratada? “Queres tu”, dirão, “o tecido de Penélope desfazer depois de tantos autores? Só é possível que exponhas ou do mesmo modo, ou de modo pior, sendo que aquele é supérfluo, este até pernicioso.” Eu em verdade embora tivesse muitas outras coisas que poderia responder, contudo só esta digo: se desta matéria alguma coisa escrever, a nenhuma pegada prender-me-ei. Aceita assim esta brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar e a ti somente persuada, não tanto pelas palavras, mas ainda pela arte de que carece. Adeus, saúda os amigos comuns.

Definição de carta

A carta é definida de várias formas pelos escritores latinos, mas quase no mesmo sentido. O sofista grego Libânio define a carta desse modo, “a carta é um colóquio de ausente a ausente”.⁵⁷⁶ Ora como colóquio em termos familiares interpretamos, como entendemos que a carta nada traz que a difira de uma conversação do cotidiano em linguagem comum, e muito erram aqueles que uma certa grandiloquência trágica utilizam na composição da carta e, onde todos os homens de engenho agem sem artifício, procuram esplendor e glória de abundância e de ostentação, quando muito pouco é necessário. Com efeito, o estilo epistolar deve ser simples e mesmo bastante descuidado, no sentido de um descuido estudado. Por exemplo, as cartas de Plínio Cecílio, agudas, expressas de forma elegante, nas quais nada há a não ser o doméstico, o cotidiano, mas todas as coisas ainda em vernáculo, de forma correta e ornada se lêem. Em qualquer caso, seja aquele estilo com muita arte e engenho e com elegância formado e elaborado, deve ainda parecer não trabalhado e quase

⁵⁷⁶ Libânio, *Characteres epistolici* 2.

improvisado e sem preparação. Observando verdadeiramente isto em primeiro lugar, deve-se então fugir das palavras artificiais, antigas, excessivamente afetadas, e repetidas dos aborígenes dos séculos, as quais hoje a maior parte corrompidos e imitadores ridículos utilizam, palavras novas e inusitadas ansiosamente procuradas, como se se passassem por doutores, e nem pensando que as palavras são inventadas em razão dos assuntos, assim escrevendo Horácio na *Arte Poética*: “Os escritos socráticos poderão indicar as idéias”⁵⁷⁷. E as palavras não involuntárias seguem o assunto previsto. Seria quase supérfluo depois disto M. Túlio Cícero e Fábio Quintiliano totalmente repetir, a não ser que hoje se encontrem caçadores de palavras, e ansiosos caçadores, que estejam preparados para escrever cartas e mais cartas por causa de uma palavra. Em qualquer caso, uma voz fraca, com longo esforço procurada, nas cartas inserem, pensando ter encontrado a palma da vitória. É então que revelam ao máximo a linguagem viciosa e mal pronunciada.

Capítulo I: Da exercitação e do estilo

É de importância preliminar, portanto, para que a matéria seja toda aguda, engenhosa e prudentemente disposta, visto que, em tanta opulência da língua latina, palavras próprias, adequadas, e nascidas para o próprio significado da matéria não podem faltar. E assim é necessária a exercitação, e um estilo não medíocre. Em verdade deve-se escrever quanto mais cedo e mais diligentemente possível. Porque a pena é o melhor mestre para nos fazer bem dizer, como convenientemente Crasso afirma, segundo Cícero⁵⁷⁸. E como a terra mais profundamente arada, gerando e desenvolvendo as sementes, é fecundada, assim certamente um estilo não meramente superficial espalha o fruto dos estudos mais abundantemente e mais fielmente o retém. Assim primeiro usando de suma solicitude e zelo de estilo. Mas a faculdade improvisada e o fruto amplíssimo e certíssimo dos estudos, bem como uma sólida confiança no discurso não podem ser adquiridas sem freqüente e assídua exercitação de escrita. E desse modo assíduo o estilo, gera para nós opulência e abundância de discurso, e traz admirável prontidão ao dizer e ao escrever. Pois primeiramente o estilo deve ser lento e cuidadoso, tendo várias e múltiplas leituras dos autores, e examinando-lhes a importância. Nem, em primeiro lugar, deve recorrer à ocorrência das palavras, e imediatamente às ofertas por si sem cautela, como alguns fazem, capturando as primeiras delas e avidamente agarrando-as. Suspeita é com efeito tal facilidade, que muitos por ignorância a exultam e dela se glorificam. Por isso, consta de Salústio, segundo Quintiliano, que escrever história seja lentíssimo, e Virgílio pouquíssimos versos por dia compõe habitualmente⁵⁷⁹. Nunca absolutamente com sucesso imaginará, nem convenientemente

⁵⁷⁷ Horácio, *Ars poetica* 310. [Nota do Tradutor Brasileiro: servimo-nos para o trecho da tradução de Jaime Bruna (*A Poética Clássica*, São Paulo: Cultrix, 1988, p.64)].

⁵⁷⁸ Cícero, *De oratore* I, 150, 7-8: “Stilus optimus ac praestantissimus dicendi effector ac magister” [N.T.B.: “A pena é o melhor e o mais hábil mestre para nos fazer bem dizer.” Nossa tradução para o português baseou-se também na tradução francesa de Edmond Courbaud (*De L’Orateur*, livre premier, Paris: Les Belles Letres, 1957, p. 148)].

⁵⁷⁹ Quintiliano, *Institutio oratoria* X, 3, 8: “Sic scripsisse Sallustium accepimus, et sane manifestus est etiam ex opere ipso labor. Vergilium quoque paucissimos die composuisse versus auctor est Varius”. [N.T.B.: “Assim escrevia Salústio, ouvimos dizer, e verdadeiramente manifesto é, mesmo nas próprias obras, o trabalho. E Virgílio, também, pouquíssimos versos compunha num dia, segundo Vário.”]

colocará, nem ornada e polidamente escreverá, quem não tiver primeiramente se servido da prática lenta no estilo e na razão. A demora, com efeito, prepara o juízo melhor e mais sólido, e resfria-se o amor da invenção. Pois se enganam aqueles que tentam escrever a primeira vez com muito estilo e de modo tão velocíssimo. O zelo, com efeito, em primeiro lugar é necessário, ainda que breve e felizmente se siga um estilo mais abundante e mais corajoso. O hábito com efeito dará a celeridade (como Fábio afirma⁵⁸⁰), paulatinamente as coisas por si mais facilmente se apresentarão, as palavras corresponderão, a composição se seguirá, todas por fim, como numa família bem instituída, em obediência estarão. Porém, o zelo daqueles que nunca cessam de encontrar falha e a quem nada jamais agradou de modo satisfatório é importuno e deve ser evitado. Não é fácil dizer quem está mais errado, se aquele que se satisfaz com tudo que se faz ou aquele a quem nada satisfaz. Deve-se evitar esses cuidados infinitos, para que se escreva o melhor possível. Mas escrevendo em todos os casos conforme a capacidade, haja portanto desse zelo uma certa medida.

Capítulo II: Da imitação

Porque em verdade grande parte da arte consiste em imitação: a partir da leitura de autores adequados, uma abundância de palavras pode ser tomada, e uma variedade de figuras, e tanto com a doutrina que pode ser edificada, quanto com o exemplo de todas as virtudes a mente pode ser ordenada. Estultíssimo verdadeiramente é aquele que, como Plínio na carta afirma, não prefere imitar aquelas que lhe são ótimos modelos⁵⁸¹.

Acerca da imitação um exatíssimo juízo é necessário

Por isso é que um exatíssimo juízo nesta parte de nossos estudos é necessário. Após ter pesado todas as coisas com cuidado, devemos primeiramente determinar que escritores devemos imitar. Dignos de imitação sem controvérsia são aqueles que o consenso de muitos séculos aprovou, e nas cartas de Cícero, o principal na eloquência latina, está dito que há mais natureza que arte. Plínio em verdade tem mais arte e precisão. Ambos todavia são ótimos. Estes dois não são únicos a ser lidos, entretanto; devem ser lidos também outros que se prepararam a partir da imitação dos antigos. Entre os quais penso que Políziano deve ser certamente incluído, por causa de seu estilo brilhante e do cuidado meticuloso que exibiu em determinadas cartas. Quanto à leitura de Sêneca, muitos doutos consideram que, apesar de ter sido homem de notável cultura, todavia empregou um estilo árido e conciso, de modo que com mais fecundos escritores devem se desenvolver os engenhos dos jovens. Por outro lado há grandes virtudes nele, não somente as pertinentes à moral, mas também literárias e estilísticas, que não dificilmente depreenderão dele aqueles que em várias leituras forem versados. E devemos ler não somente as cartas daqueles a quem desejamos

⁵⁸⁰ Quintiliano, *Institutio oratoria* X, 3, 9: “Nam primum hoc constituendum, hoc optinendum est, ut quam optime scribamus: celeritatem dabit consuetudo.” [N.T.B.: “Pois o principal a constituir, a obter é escrever o melhor possível: o hábito dará a celeridade.”]

⁵⁸¹ Plínio, *Epistulae* I 5, 12-13: “Est enim ... mihi cum Cicerone aemulatio, nec sum contentus eloquentia saeculi nostri; nam stultissimum credo ad imitandum non optima quaeque praeponere.” [N.T.B.: “Pois ... procuro rivalizar com Cícero, e não estou contente com a eloquência de nossa época; de fato estultíssimo creio quem não elege os melhores como modelo.”]

imitar, mas também de todos os tipos de escrito restantes que contribuem à perfeição e à eloquência do estilo. Com efeito, assim como não são as cartas de um único gênero, assim não devem ser de um mesmo gênero os escritores que elegemos. Porque aqueles que de toda a lista das obras de Marco Túlio Cícero somente elegem as suas cartas ou o *De Officiis*, como discípulos de Cícero não devem se proclamar. Deve ser lido com efeito no todo, eis que em si é vário e diverso, como vário e diverso o gênero da matéria.

Capítulo III: Do juízo

Assim pois o juízo é a base da imitação, exceto se de fato ela se apodera do juízo, sendo não somente inútil, mas também perigosíssimo obstáculo. Devemos conseqüentemente observar quem iremos imitar, para não elegermos os mais indignos em lugar dos excelentes e mais aprovados. Além disso, quem tenha proposto Cícero a si como chefe e comandante, nunca se arrependerá nem com a eloquência, nem com a agudeza, nem com a disposição. Enganam-se, contudo, aqueles que pensam ser a imitação por si só suficiente. É verdade, com efeito, o que diz Quintiliano, que é “de um engenho preguiçoso a marca de se deter nas invenções dos outros. Realmente, o que seria destes tempos que sem exemplo tem estado, se os homens nada fizessem ou nada pensassem a não ser o que já conhecessem? Evidentemente, nada teria sido inventado.” Por isso corretamente exclama Horácio aos imitadores: “Ó imitadores, rebanho servil, que por vezes / a bile, por vezes o riso vosso tumulto me provoca!” E certamente ninguém pode se igualar a outra pessoa, cujas pegadas pensa que deve seguir. Necessário é, segundo o mesmo Fábio, que sempre seja posterior àquele que se segue⁵⁸². E são algo máximo no discurso aquelas características que não podem ser imitadas, como o engenho, a facilidade de invenção, sendo necessário portanto primeiramente a arte e os preceitos, então a imitação e o juízo. Por último, a freqüente exercitação da pena. Porém, levanta-se a questão, se se pode regular toda a arte da escrita de cartas. Alguns com efeito contentam-se com as regras naturais do latim da conversação diária, e negam existir qualquer arte de escrever. E riem de nosso zelo, a partir do exemplo de aclamados professores, um dos quais, interrogado sobre esses conceitos e figuras, respondeu ignorá-los, mas se fosse necessário, seriam encontrados em sua declamação. Outro perguntado se era seguidor de Teodoro ou Apolodoro: “Eu”, disse, “parmulário sou”.⁵⁸³ Mas quem é aliás que, afastado não somente da instrução, mas também do senso comum, possa pensar que há uma arte de fabricar, de tecer, e de extrair vasos da argila, e contudo que o discurso, que após a própria razão é a coisa mais importante, de nenhuma arte ou preceitos necessita? Não devemos desprezar, entretanto, o fato de que há aqueles que são de opinião contrária, que defendem que nas cartas familiares nenhum uso da arte retórica deve haver, mas que delas deve constar um certo sentido natural e discurso comum. É inútil recorrer à arte quando se deve escrever uma carta de momento a um amigo sobre um assunto imprevisto, apresentado sem dúvida o argumento, sem ter sido procurado, de pronto com efeito deve ser empregada a prudência, que é o principal no estilo, pois de

⁵⁸² Quintiliano, *Institutio oratoria* X, 2, 10.

⁵⁸³ Quintiliano, *Institutio oratoria* II, 11, 2 [N.T.B.: “*parmularius*, -i, subs. M. Parmulário, partidário dos gladiadores armados de escudo (Quint. 2, 11, 2)”, in: FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE, 1992, p.390). A tradução em língua inglesa diz: “I am no man’s disciple”, ou seja, ao pé-da-letra, “eu sou discípulo de nenhum homem”].

modo variado se adapta às coisas a cada momento. É conveniente, com efeito, algumas vezes mudar alguma coisa na ordem constituída e tradicional, e às vezes convém, como em estátuas e pinturas vemos variar a posição, a aparência, o estado, porque a situação o exige, por esta razão deve-se preferir a utilidade a quaisquer que sejam os preceitos e as recomendações dos mestres, mas de tal modo, contudo, que a regra da arte seja por si só mais densa e mais eficaz. Quão ridículos são aqueles que todas as cartas em saudação, exórdio, narração e conclusão dividem e pensam que nelas consiste toda a arte. Nem sempre é necessário usá-las todas juntamente, nem com frequência inteiramente, e como nos discursos muitos mudam, conforme o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião. Assim principalmente nas cartas, eis que tratam de vários assuntos, e são escritas a homens de origem, estado, e temperamento diferentes, em horas diferentes, em lugares diferentes. Certamente a prudência é necessária, que é companheira ou mãe da própria arte. Aqueles que, com efeito, tentam dizer ou escrever tudo a partir de um preceito, é inevitável que tenham pouca eficácia. Já aqueles que nunca seguem quaisquer preceitos e que se lançam com ímpeto, perseguem e percorrem como com rédeas frouxas, livres e desenfreadas, espalham muitas coisas desregradamente, naturalmente sem discernimento. Pois tanto num quanto noutro à moderação se deve recorrer. Contudo, em verdade, deve-se reconhecer que “a doutrina afasta qualquer coisa do estilo como a lima ao áspero, e a pedra de amolar ao sem corte, e o tempo ao vinho, assim os vícios são extraídos, e se há alguma perda pelo polimento do texto, é porque de melhor maneira está”, como Fábio diz.⁵⁸⁴ Não devemos dar atenção àqueles que crêem ter uma força maior as coisas que não têm arte, pensando ser mais eficaz dizer “arrombar” que “abrir”, “romper” que “soltar”, “arrastar” que “conduzir”, como escreve Quintiliano, o que a alguns não instruídos pode parecer ter uma abundância maior, porque dizem todas as coisas e nenhuma lei os coíbe, mas com ímpeto solto e desenfreado seguem, enquanto que aos instruídos será eleição e regra⁵⁸⁵. Não resultará portanto vigor, mas violência, evidentemente para aqueles que, sem trabalho, sem regra, sem disciplina, querem parecer eloqüentes.

Da divisão em gêneros

Visto que, portanto, três sejam os gêneros de causas (demonstrativo, deliberativo, judicial), dos quais o orador se utiliza, como Cícero e Quintiliano escreveram, a estes três todas as espécies de cartas podem ser reduzidas. Facilmente isso entende quem algum dia das cartas dos antigos tentou extrair a arte latente, e quem, com desdém ali do gênero de escrever ou de falar trivial, preferiu seguir leis e regras precisas, do que a cada passo e sem discernimento confundir aquilo que mais tarde será explicado.

Gênero demonstrativo

O gênero demonstrativo consiste no elogio e no vitupério, e embora fosse primeiramente composto para a ostentação, foi usado mais tarde pelos Romanos para os assuntos civis. Por exemplo, os discursos fúnebres freqüentemente dão forma à parte de uma função pública e

⁵⁸⁴ Quintiliano, *Institutio oratoria* II, 12, 8.

⁵⁸⁵ Quintiliano, *Institutio oratoria* II, 12, 6.

são freqüentemente encarregados aos magistrados por um decreto do senado. O elogio de um homem pode derivar-se das qualidades de mente ou de corpo ou de considerações diversas, como Aristóteles e Quintiliano prescreveram. As cartas que elogiam ou vituperam alguém devem ser atribuídas a este gênero da maneira acima estabelecida. Deste gênero é a carta de Plínio cujo princípio é “Se quando a nossa cidade” etc.⁵⁸⁶ Primeiro Plínio elogia o filósofo Eufrates por suas qualidades intelectuais proeminentes, tais como sua erudição e eloquência. Então por seus traços físicos finos, tais como sua altura, sua aparência considerável, seu cabelo longo, sua longa barba branca. Por último, por razões diversas, mencionado somente de passagem, sem muita ênfase, como quando Plínio afirma que era o genro de Juliano Pompeio, um famoso jurista e cônsul. Deste gênero também é a carta do mesmo Plínio: “Pedes-me que para a filha de teu irmão” etc.⁵⁸⁷ Aqui elogia Minício pela altivez do seu caráter, pelo renome de sua cidade natal e pelos pais, e pela grande integridade com que tinha administrado diversos negócios. Então por seu nobre e honrado semblante, o encanto e a dignidade senatorial de sua aparência física inteira. E finalmente pelos recursos amplos e impressionante riqueza de seus antepassados. Outras cartas devem ser encontradas neste mesmo escritor e em outros escritores compostas com habilidade similar, de que é fácil para qualquer um escolher os princípios artísticos apropriados a sua carta. Seria inútil repetir as categorias de vitupério, que correspondem exatamente àquelas do elogio. Ao gênero demonstrativo pertencem não somente as descrições dos homens mas das cidades, das casas, das montanhas, e dos lugares, que ocorrem freqüentemente nos discursos e nas cartas, como a descrição de Sicília em Cícero. Nestes últimos, no entanto, observamos a forma e a utilidade. A forma no aprazível do mar ou da planície; a utilidade na sua salubridade ou fertilidade. Acrescente-se que em nenhum outro gênero se pode fazer uso de mais ornamentos, ou em que se possa permitir ao orador apresentar mais de si. De fato, há algumas vezes digressões poéticas, que por assim dizer ultrapassam os limites prescritos, tal como vemos se fazer nos panegíricos. Mas a carta tem seu próprio caráter. Nas descrições deste tipo deve-se usar palavras que são ornadas, bem como apropriadas, e mais liberdade é requerida agora e então no uso de alusões históricas ou poéticas. Para dar um exemplo da poesia: para descrever uma casa muito bonita, podemos dizer que é a morada das ninfas e das Musas. É assim que Virgílio, na descrição do porto cartaginês, afirma: “Com doce fonte, e em viva rocha bancos / Das ninfas sede”⁵⁸⁸. Com efeito, se isto num discurso não é negado, por que então na carta não permiti-lo, eis que é familiar e geralmente escrita por pessoas dedicadas ao ócio, até mesmo com assunto não esperado? Com efeito, se alguma arte deve ser aplicada às cartas, este tipo de escrita deve manter-se comparativamente livre e fácil. Há alguns discursos, de fato (como diz Fábio no livro nono), que são ligados, coesos e contínuos, e outros mais livres, tal como na conversação e nas cartas, salvo se trata de algum assunto acima da sua natureza, como de filosofia, da República e semelhantes coisas árduas. Além disso, tal como uma coisa é muito bem descrita por alguém, assim aplicadamente a devemos imitar. Para descrições de lugares certamente Lívio, algumas vezes Salústio, assim como em outras Plínio, especialmente

⁵⁸⁶ Plínio, *Epistulae* I, 10.

⁵⁸⁷ Plínio, *Epistulae* I, 14.

⁵⁸⁸ Virgílio, *Aeneis* I, 167-168. [N.T.B.: a tradução utilizada para os versos de Virgílio é a de Manuel Odorico Mendes (*Geórgicas — Eneida*, Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1956, p.108)].

quando descreve a forma ou de alguma região, ou de algum animal selvagem como de uma fera, de um peixe, de uma árvore, de uma planta, de uma flor, de uma folha, de uma raiz, como se os delineasse com um pincel. Excelente com efeito neste gênero era Plínio, mas não é suficiente ter examinado somente um exemplo deste autor. Todos eles devem ser lidos, o quanto possível, e os melhores exemplos devem ser escolhidos, de modo que sejamos não somente copiosos, mas variados e versáteis.

Gênero deliberativo

Agora ao gênero deliberativo me encaminho, que compreende muitas espécies de cartas, e realmente são as cartas suasórias e dissuasórias, exortatórias e não exortatórias, petições, monitórias, amatórias, das quais depois sucessivamente tratarei. De início deve-se observar que o gênero deliberativo, que também pode ser chamado suasório, deve ser definido com utilidade e com decoro. Contudo, quando com utilidade dizemos, com decoro também queremos seja interpretado, eis que nada útil pode ser dito, que da mesma forma decoroso não seja. Pois neste gênero o que deve ser mais observado é a utilidade, que com o decoro deve estar ligada, e não podemos aconselhar, persuadir, dissuadir, exortar, pedir, advertir, a não ser que ao supra dito escopo todos (assim como disse) a pena como seta tenhamos apontado. As partes deste gênero são as decorosas, as úteis e as *δυνάτον*, “o que o nosso termo *possibile* nomeia: que embora pareça uma denominação dura, é ainda a única”, como Quintiliano afirma⁵⁸⁹. Que estas partes não ocorrem todas em toda questão é demasiado óbvio para necessitar explicação. Contudo, há aqueles que adicionam ao número das partes, classificando como partes o que são meramente divisões das partes. “Pois o que é permitido, justo, igual, pio, doce, e o que ainda se quiser adicionar do mesmo gênero, tudo pode subordinar-se à honestidade”, o autor é do mesmo modo Fábio⁵⁹⁰. O deleitoso é de tal importância na persuasão que em determinadas disputas a deliberação se centra unicamente em torno desta noção; mas é especialmente importante quando tem alguma aparência de honra, ou quando é realmente honesto ou louvável. Ninguém se submete ao luxo a ponto de considerar somente o prazer quando deve dar um conselho, conseqüentemente o honesto deve ser temperado com o deleitoso, e o deleitoso fortificado e suportado pelo honesto. “Freqüentemente dizemos que se deve sacrificar o que é útil, e fazer o que é honesto; como com os Opitergianos, a quem demos conselho de não se render ao inimigo, ainda que devessem morrer, se assim não o fizessem”; e preferimos o útil ao honesto, como quando se discutiu se os escravos deveriam receber armas na Guerra Púnica, embora escravos sejam proibidos de guerrear sob risco de pena capital, segundo o jurisconsulto Marciano. Mas ainda que nisto não seja inteiramente desculpável o que seja desonesto, a natureza, com efeito, criou todos os homens livres (como Fábio afirma) e dos mesmos elementos, e possivelmente mesmo de uma antiga e nobre origem, pode-se afirmar⁵⁹¹, e mesmo que sejam escravos, eles ainda são homens, como Sêneca disse. A carta de recomendação é incluída por alguns no gênero deliberativo, porque em elogiar alguém a outro nós nos empenhamos em provar que nossa causa é honesta, aceitável e proveitosa. Ao elogiar quem

⁵⁸⁹ Quintiliano, *Institutio oratoria* III, 8, 25.

⁵⁹⁰ Quintiliano, *Institutio oratoria* III, 8, 26.

⁵⁹¹ Quintiliano, *Institutio oratoria* III, 8, 31.

recomendamos, mostramos que nossa recomendação é honesta. Neste gênero começamos com uma introdução, captando a benevolência com nossa modéstia, dizendo, por exemplo, que comprometemo-nos com esse negócio somente com hesitação, compelidos pelas instâncias de outros e daqueles que estamos recomendando; então descrevendo seus estudos e costumes mostraremos que são dignos da amizade e familiaridade ou da bondade e do auxílio desse a quem nós estamos escrevendo. Elogiá-los-emos às vezes pela distinção de sua linhagem e por sua pátria, ou, o que é muito mais eficaz, pelos seus dons intelectuais e de aprender, tal como a modéstia, a confiabilidade, a indústria, a habilidade no falar, ou qualquer outra insigne erudição. Uma maneira muito eficaz de recomendação é dizermos que aquele que recomendamos é uma pessoa grata e consciente dos benefícios recebidos, desde que os favores concedidos a homens ingratos possam em um certo sentido ser considerados desperdiçados. Quanto à possibilidade de conceder o favor devemos mostrar que a pessoa recomendada pode ser ajudada e distinguida pela pessoa a quem estamos escrevendo, ou por outros, a saber amigos desse a quem estamos escrevendo. Há muitos exemplos deste gênero em Cícero e em Plínio, mas uma carta de Plínio pode bastar para a ilustração, aquela do segundo livro que começa assim: “Tu te apoderas de toda oportunidade para me obrigar”, e a carta breve de Horácio a Cláudio Nero. Tais cartas podem também ser escritas em verso, como aquela em que ele altamente recomenda seu amigo Septímio a Cláudio. Em todo o caso, devemos ser extremamente cuidadosos para não recomendarmos pessoas indignas. Isso porque tal ação traz invariavelmente o pesar, como corretamente ensinou Horácio em suas cartas: “aquele que recomendas repetidas vezes deves considerar, / para que logo as faltas de outro a ti não provoquem vergonha”. As cartas monitórias, as cartas exortatórias (quando a mesma disciplina se aplicar aos contrários) e as não exortatórias têm o mesmo argumento e as mesmas regras da arte. Mas devemos sempre nos aproveitar de um pronto juízo, que é o componente principal da arte, e é de tal importância que todos os preceitos parecem ter sua origem nele. As cartas de pedido compreendem praticamente os mesmos pontos, mas neste gênero alguma perspectiva da recompensa deve ser incluída. Tal como no virgiliano discurso petitorio de Juno a Éolo, que é construído com grande habilidade: “Catorze esbeltas ninfas me cortejam,/ Das quais” etc.⁵⁹² Assim, para circunscrever toda a discussão em uma breve sentença, o honesto, o útil, o fácil, ou o possível, à matéria do gênero deliberativo em geral pertence.

Gênero judicial

Agora vem o judicial. O gênero judicial, que é múltiplo e vário, consta de duas funções mais importantes, acusação e defesa. Acusação, pois, dizemos da inculpação por um crime que é sustentada contra um réu. Defesa, a objeção com a qual o réu se defende do crime, e se desvia dele completamente. Assim pois neste gênero colocamos a carta acusatória, a objurgatória ou incriminatória, a invectiva ou vituperativa, embora esta última também possa ser incluída no gênero demonstrativo, eis que os três gêneros se misturam com frequência. Entre os precedentes também enumeramos o excusatório ou justificatório da culpa, em que um tipo muito agressivo de argumento deve ser usado. Acrescentaram alguns

⁵⁹² Virgílio, *Aeneis* I, 71 e ss. [N.T.B.: Trad. cit., p.105].

a acusação mútua, que em grego é “ἀντικατηγορία” e, no latim, “recriminatio” pode-se dizer, da qual Fábio distingue dois gêneros: um em que as partes se atacam mutuamente pelo mesmo crime, outro em que se atacam por crimes diferentes⁵⁹³. É difícil enunciar regras gerais para este gênero em razão de tanta variedade de casos e de argumentos. Mas, em primeiro lugar, pode-se afirmar sem controvérsia que aquilo de que acusamos os outros pode ser intensificado pela amplificação, do mesmo modo como podemos elidir, ou repelir, ou diminuir as objeções que nos são feitas. Que em tais casos assim se inflama algumas vezes o discurso, com todos os afetos se derramando. De fato, algumas vezes neste gênero expressamos desejos, repelimos maus agouros, rogamos, e mostramos a inquietação ou da nossa acusação ou da defesa, como nestes exemplos: “quisera Deus que revivesse teu pai”, ou “os deuses afastem os males”, ou “a ti agora, ó Júpiter, melhor e maior rogo etc.”, e infinitas outras expressões que mais convêm a um discurso que a uma carta, embora receba os afetos em várias ocasiões. Nas cartas deste tipo, portanto, devemos utilizar um breve exórdio, introduzimos pouco a pouco a causa com toda arte e astúcia. Assim se estivermos acusando alguém, ou o perdão pedindo para alguma falha, dizemos que somos fracos, e desiguais contra aqueles que agem contra nós, sem que se exagere a confiança, e assim fazamos ter pouca fé a nossa justiça e probidade. Proêmios desse tipo usou Messala, segundo Fábio⁵⁹⁴. Exórdios deste tipo, com efeito, são apropriados para conquistar o favor, visto que por natureza com prazer favorecemos aqueles que vemos trabalhando e ansiosos, e de si próprios não muito confiantes, donde os mais antigos, por meio da simulação, ocultarem sua eloquência, que deve estar distante de toda arrogância, simples e submissa. Devemos além disso evitar parecer contumeliosos, malignos, soberbos, maldizentes em relação a qualquer homem ou qualquer ordem social, de cujo gênero pode ser este exemplo: “eu não ignoro quão difícil é defender a sua inocência contra ti, homem de tão reconhecida autoridade, cujo poder de discurso é tão grande que nada há que não possa persuadir; teu nome é considerado com tal favor por todas as ordens da sociedade, que mesmo calando tu poderias com o consenso de todos absolver do crime que tu me acusaste recentemente, mas que com toda a justiça deve se voltar contra ti. Percebo que desempenho um tão duro papel, e uma tão difícil função, embora necessário, e todavia empreendo um esforço para te responder que, sendo tão exígua, tão nula a nossa eloquência, mesmo aquilo que fosse até agora vigoroso, a ansiedade de toda esta defesa suprimiu.” Deve ser observado como a idade é de grande ajuda no proêmio, como quando dizemos que somos jovens e nossos adversários veteranos e vitoriosos que, somente pela sua experiência, podem triunfar ou sobre nossa instrução ou sobre nossa inocência. Ou, ao contrário, podemos dizer que nossa velhice, que conviria ser quieta e plácida, é perturbada por aqueles que, em respeito à nossa idade, deveriam ser mais circunspectos e mais respeitadores.

⁵⁹³ Quintiliano, *Institutio oratoria* III, 10, 4: “...duo genera erunt eius: alterum quo litigatores idem crimen inuicem intentant, alterum quo aliud atque aliud”.

⁵⁹⁴ Quintiliano, *Institutio oratoria* IV, 1, 8: “Sed ut praecipua in hoc dicentis auctoritas, si omnis in subeundo negotio suspicio sordium aut odiorum aut ambitionis afuerit, ita quaedam in his quoque commendatio tacita, si nos infirmos, inparatos, inpaes agentium contra ingeniis dixerimus, qualia sunt pleraque Messalae prohoemia.”

ANEXO IV

A arte de escrever cartas – Justo Lípso

A ARTE DE ESCREVER CARTAS DE JUSTO LÍPSIO

Tradução de Emerson Tin

Versão em português a partir da edição bilingüe (latim/inglês) de R. V. Young e M. Thomas Hester,
Principles of Letter-Writing: A Bilingual Text of Justi Lipsii Epistolica Institutio (Library of Renaissance
Humanism), annotation c. by Book News, Inc., Portland, Or.

JUSTO LÍPSIO ENVIA SAUDAÇÕES AO SEU FRANCISCUS RAPHELENGIUS⁵⁹⁵

Visto que assim o desejas, faça-se. Editar este livrinho antes que outro noutro lugar o edite: o que, dizes, preocupa-te⁵⁹⁶. Eu, contudo, nisto esperança não criei: e sabes que divulguei com improvisado cuidado essas idéias há quase quatro anos, tendo por objetivo o exercício e a compreensão dos estudantes. Fiz úteis digressões então, ou mescliei com estas matérias particulares muitas outras, que não tens aqui, com o propósito de ilustrar ou confirmar a argumentação. De fato, se tu e outros julgarem possa ser este resumo proveitoso para alguém, prossegue, não te impeço, recomenda-o; mas com esta condição: que todos saibam que, a alunos, não a doutos, a jovens, não a adultos, escrevi: que, sem isto, nem seja publicado. De fato, tais matérias reservávamos ao diálogo *Da instrução da juventude*. Mas, como no início disse, visto que assim o desejas, faça-se; e tu, em outros escritos mais sérios, de Plantijn o nome e a fama propaga. Adeus. 28 de outubro de 1590.

⁵⁹⁵ Franciscus Raphelengius (1539-1597) era genro do editor de Lísio, Christoffel Plantijn (c. 1520-1589). Durante a rebelião nos Países Baixos contra Filipe II, Plantijn, com o encorajamento de Lísio, estabeleceu uma tipografia em Leiden para que a Antuérpia não fosse novamente saqueada pelos espanhóis como em 1576 e o negócio de Plantijn fosse arruinado. Quando a Antuérpia capitulou em 1585 e Plantijn retornou, Raphelengius, tendo se tornado calvinista, desejava muito deixar o sul da Holanda e assumir a gerência da tipografia de Plantijn em Leiden, onde a primeira edição da *Epistolica institutio* foi publicada. Além de suas atividades como impressor, Raphelengius era hábil em árabe e hebraico, de que se tornou professor em Leiden em 1586. Veja Leon Voet, "The Shop of Christopher Plantin", em *Antwerp's Golden Age: The Metropolis of the West in the 16th and 17th Centuries* (catálogo de uma exibição do Smithsonian Institution, 1973-1975), 160; J. Brugman, "Arabic Scholarship", em *Leiden University in the Seventeenth Century: An Exchange of Learning*, ed. por Th. H. Lunsingh Scheurleer e G. H. M. Posthumus Meyjes (Leiden: Universitaire Pers Leiden/E. J. Brill, 1975), 204; e E. Van Gulik, "Drukkers en Geleerden: De Leidse Officina Plantiniana (1583-1619)", em *Leiden University in the Seventeenth Century*, 366-93.

⁵⁹⁶ Embora a "modéstia afetada" seja um *topos* retórico, tratado por Curtius, a carta de Lísio a Jan Moretus, em 13 de janeiro de 1591, sugere que ele estava verdadeiramente preocupado com as edições piratas e que esta publicação foi acelerada.

A ARTE DE ESCREVER CARTAS DE JUSTO LÍPSIO

Capítulo I

Dos vários nomes da carta: e da sua forma entre os Antigos

A carta que correta e admiravelmente se escreva, apresentá-la à juventude⁵⁹⁷ é o meu propósito. Mas serei breve: atento ao uso, não à beleza; nem de todas as coisas próprias à matéria, mas daquelas mais importantes, tratarei.

EPISTOLA é termo grego, que significa *enviado*⁵⁹⁸ – tu podes quase dizer remetido (Isidoro a interpreta como *missa*)⁵⁹⁹; mas estava, mesmo entre os Latinos, em uso há muito tempo. Plauto usa-o várias vezes, e Afrânio⁶⁰⁰ intitulou até uma de suas comédias *A Carta*. Confiando-se na autoridade de livros e tabuinhas de pedra, em que se encontra com frequência desse modo, Poliziano⁶⁰¹ e muitos outros hoje escrevem-na com uma medial *u* [epistula]; mas, a menos que eu esteja errado, ela nunca foi escrita assim antes da época de Vespasiano⁶⁰². E com um *o* tu terás escrito sem dúvida mais corretamente e mais à *propos*⁶⁰³.

Os antigos chamavam-na por outros nomes, *litteræ*, *tabulæ*, *tabellæ*, e *codicilli*. *Litteræ* (os poetas também usavam o singular, *littera*), devido à importância dos caracteres escritos e por ser o mais frequentemente usado nos gêneros literários⁶⁰⁴. *Tabullæ*, *tabellæ* e *codicilli*, devido ao aspecto material, visto que “antes do uso do papiro e do pergaminho” (cito as palavras de Isidoro) “os conteúdos das cartas eram escritos em tabuinhas de

⁵⁹⁷ *Juventus* ordinariamente designa a idade da juventude ou uma pessoa jovem com idade entre vinte e quarenta anos, então obviamente Lípsio não está falando sobre alunos infantis mas homens jovens, talvez já com uma carreira profissional iniciada. Veja E. Catherine Dunn, “Lipsius and the Art of Letter-Writing”, *Studies in the Renaissance* 3 (1956): 147-48, esp. n.6.

⁵⁹⁸ [Nota do Tradutor Brasileiro: ἡ πρὸ τοῦ ἐπιστέλλειν no original].

⁵⁹⁹ Isidoro de Sevilha, *Etymologiarum sive Originum Libri XX*, ed. W. M. Lindsay (Oxford: Clarendon Press, 1911): “Epistolam proprie Graeci vocant, quod interpretatur Latine missa. Στόλα enim sive στόλοι missa vel missi” (“os gregos propriamente chamavam-na *epistola*, que em latim significa missa. Pois Στόλα ou στόλοι significa missa ou missi [enviar]”), 6.8.17. Além de alterar levemente as palavras, aqui e na referência de n. 605 abaixo, Lípsio também citou incorretamente em ambos os lugares o Livro 7 das *Etimologias*. Tais erros ligeiros talvez forneçam mais uma evidência da declaração da epístola prefacial de que as palestras foram compostas de maneira improvisada e publicadas apressadamente.

⁶⁰⁰ Lúcio Afrânio foi um poeta cômico romano contemporâneo de Terêncio (c.195a.C.–c.159a.C.), de cujas obras sobreviveram somente alguns poucos fragmentos. Ele é mencionado com tristeza por Horácio (*Epis.* 2.1.57) como um dos antigos que é altamente estimado enquanto os contemporâneos são desprezados.

⁶⁰¹ Angelo Ambrogini, “Poliziano” (1454-1494), esteve entre os mais notáveis eruditos e poetas humanistas, em latim e italiano, de seu tempo.

⁶⁰² Tito Flávio Vespasiano (9 d. C. – 79 d. C.) foi Imperador de Roma de 69 d. C. até a sua morte. Modernos estudos têm chegado a uma conclusão diversa da de Lípsio: *epistula* é a grafia clássica preferida, apesar de o medial *o* poder ser encontrado tanto no latim pré-clássico quanto no latim pós-clássico e mesmo em Cícero.

⁶⁰³ [N. T. B.: ἡ ἀναλογία no original.] *À propos* é o nosso esforço para surtir o efeito da expressão grega de Lípsio com uma expressão francesa.

⁶⁰⁴ Lípsio parece querer dizer que visto que as *letras* (i.e., os caracteres do alfabeto) são a mais notável característica da escrita, *letra* (i.e., carta) era usada como um termo para o mais comum tipo (ou gênero) de escrita.

madeira aplainada. Donde os seus portadores chamavam-se *tabellarii*.⁶⁰⁵ Recordo que a passagem está transcrita na Epístola 42 de Jerônimo.⁶⁰⁶ Sobre a mesma matéria, Festo disse: “Os antigos usavam tabuinhas de madeira ao invés de papiro, com as quais, de um lado a outro, enviavam informações aos ausentes por mensageiros: donde chamavam-se a estes de *Tabellarii*; e *Tabellæ* como estas eram enviadas também pelos Imperadores.”⁶⁰⁷ Por esse motivo Plauto definiu a carta, em seu *Pseudolo*, como “intermediária de cera e madeira e letras.” E um pouco depois: “A um cumprimento dela de madeira desejas tu responder com um de prata?”⁶⁰⁸ Tabuinhas do mesmo tipo são conhecidas mesmo em Homero, em que Preto destina uma carta a Belerofonte escrita “sobre uma tabuinha revestida”.⁶⁰⁹ Elas eram usualmente tabuinhas cobertas de cera feitas de faia, abeto, madeira de caixas, limeira ou de casca de tília, bordo, cidra ou marfim. Não há espaço aqui para confirmar tudo isto com exemplos. Papiro [*charta*] também era usado para este propósito, e tu podes facilmente inferi-lo do título de Marcial, *Chartæ epistolares*,⁶¹⁰ e os espanhóis dão este nome às cartas hoje.⁶¹¹

Mas seja *tabella*, seja *charta*, estas formas diferem um pouco das atuais. Eram pequenas páginas, numa espécie de diminuto livrinho. Desse modo devem ser entendidas as palavras de Cícero: “A última paginazinha escrita por tua mão perturbou-me.” E, “já outra paginazinha teve êxito.”⁶¹² Excetuo as cartas públicas ao Senado e Povo (*S. P. Q.*, ou *Senatus Populusque*), que eram escritas numa forma mais ampla e transversalmente no pergaminho, quase como se fossem histórias. Este é o pensamento de Suetônio em *Julius*: “Ele disse ser o primeiro a enviar cartas ao Senado em páginas com o formato de um livrinho, apesar de antes os cônsules e generais somente enviarem folhas escritas evidentemente de modo transversal”.⁶¹³ Neste ponto, Isidoro esclarece: “Certos nomes para livros eram determinados entre os pagãos de acordo com a extensão: na forma mais breve são poemas e cartas; mas histórias certamente eram escritas numa escala muito maior”.⁶¹⁴ E

⁶⁰⁵ “Ante cartae et membranarum usum in dedolatis ex ligno codicellis epistolarum alloquia scribebantur, unde et portiores earum tabellarios vocaverunt” (“Antes do uso de papiro e pergaminho, as mensagens de cartas eram escritas em pequenas tabuinhas de madeira aplainada e por isso chamavam seus mensageiros de tabelarii”), *Etymologiarum* 6.8.18. Veja acima, n.599.

⁶⁰⁶ Conforme edições modernas, a oitava epístola de Jerônimo é a aqui citada. Veja São Jerônimo, *Lettres*, ed. e trad. Jerome Labourt (Paris: Société d'Édition “Les Belles Lettres”, 1949), 1: 24-25.

⁶⁰⁷ Sexto Pompeu Festo, *De Verborum Significatione Fragmentum* ([Geneva]: Petrus Santandreas, 1583), 188. Há uma edição moderna desta obra de W. M. Lindsay (Lipsiae in Aedibus: B. G. Teubneri, 1933). Festo era um gramático do século quarto. Somente os últimos nove livros dos vinte originais de sua obra sobreviveram junto com um sumário do todo do século oitavo de Paulo Diácono.

⁶⁰⁸ *Pseudolus* 42,47. A primeira linha é de uma carta de amor para o jovem herói Calidoro. A segunda é resposta zombeteira do “escravo trapaceiro” Pseudolo ao desejo de Calidoro de responder à carta, escrita numa tabuinha de madeira coberta de cera, com *argenteam*, “alguma coisa em prata”.

⁶⁰⁹ *Iliada* 6.169. Belerofonte está carregando uma carta de Preto ao seu sogro na qual Preto pede para assassinar o portador da mensagem.

⁶¹⁰ *Epigramas* 14.11, tem o cabeçalho (*lemma*) *Chartae Epistolares*, “Cartas de Papéis” (atualmente papiros). O epigrama é citado no texto do Capítulo III. Veja abaixo n.627.

⁶¹¹ A palavra espanhola para carta é *carta*, ou algumas vezes, em textos da Renascença, *charta*.

⁶¹² A citação de Lísio para a primeira dessas duas referências, *Epistulae ad Familiares* 2.13 (*Ad Caelium*), corresponde às edições modernas; mas a segunda, que Lísio cita como 2.25, é *Epist. Fam.* 11.25 (*Ad D. Brutum*) em edições modernas.

⁶¹³ *Vidas dos Césares* 1.56.6. Lísio alterou ligeiramente as palavras de Suetônio.

⁶¹⁴ *Etymologiarum* 6.12.1.

desse modo explico Sêneca: “uma carta não deve encher a mão esquerda do leitor”⁶¹⁵, o que com certeza é confirmação da brevidade e miudeza de forma do livrinho.

Capítulo II

O que é uma carta e quais são suas partes

Defino agora uma carta: é uma NOTÍCIA ESCRITA DE UM ESPÍRITO A OUTRO AUSENTE, OU QUASE AUSENTE. Disse *notícia de um espírito*, pois o fim da carta é duplo: ou afirma um sentimento, ou trata de um assunto. Ambrósio aponta o modelo a Sabino: “O hábito de escrever cartas existe para unir em afeição enquanto estamos separados pela distância”.⁶¹⁶ Cícero cita este último a Cúrio: “Por esta verdadeira razão ela foi inventada, tal que podemos informar aqueles que estão ausentes de alguma coisa que eles devam saber, de interesse de ambos ou deles próprios”.⁶¹⁷ E antes dele, Turpílio: “A única coisa que faz os homens ausentes presentes.”⁶¹⁸ Propriamente, portanto, disse *ausente*; mas acrescentei também *quase ausente*, da forma como as cartas são empregadas por aqueles que estão presentes. “Assim Augusto manteve as conversas mais graves com sua esposa Lúvia somente através de escritos e anotações”.⁶¹⁹ E da mesma forma ele “advertiu por escrito” sua filha Júlia no Anfiteatro.⁶²⁰ De fato, era costume sob o Imperador Tibério “dirigir-se a ele por escrito, ainda que se estivesse presente”.⁶²¹ Como se pode verificar em Plutarco, esse costume começou com Júlio César, que foi o “primeiro a imaginar a correspondência com seus amigos por meio de cartas, mesmo em Roma, quando negócios urgentes o impossibilitavam de encontrá-los ou quando a multiplicidade de suas ocupações e a extensão da cidade não lhe davam tempo para isso”⁶²². A este tipo de carta chamavam propriamente “codicelli” [memorandos]. Tal idéia aparece na epístola 56 de

⁶¹⁵ *Epistulae Morales* 45. Livros – quase todos rolos de papiro – são desenrolados com a mão direita, a parte a ser lida reunida na esquerda. [N. T. B.: o trecho todo de Sêneca é: “Mas para não exceder a dimensão normal de uma carta, que não deve encher a mão esquerda do leitor, adiarei para outra altura esta discussão com os dialéticos, gente em excesso subtil, e cuja única preocupação é esta, e apenas esta!”; a tradução é de J. A. Segurado e Campos (*Cartas a Lucílio*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.154), de que me servirei para todas as demais citações das *Epistulae Morales ad Lucilium*].

⁶¹⁶ *Epistolas* 47.

⁶¹⁷ *Epist. Fam.* 2.4 (*Ad Curionem*). Lípsio alterou ligeiramente as palavras para ajustar à sua sintaxe.

⁶¹⁸ Lípsio anota que está citando Turpílio, um escritor cômico romano que morreu em 103 a. C., a partir da epístola 42 de São Jerônimo, que em edições modernas é a de número 8 (veja acima n. 606). Lípsio acrescenta numa nota marginal, “eu desejaria transpor de forma que [o metro] fosse troque: *homines absentes, quae presentes*.”

⁶¹⁹ Suetônio, *Vidas dos Césares* 2:84. Lípsio alterou ligeiramente as palavras para ajustar à sua sintaxe.

⁶²⁰ Macróbio, *Saturnalia*, trad. Percival Vaughan Davies (New York: Columbia University Press, 1969), 177. O trecho seguinte é o parágrafo inteiro: “Há aqui um outro dito bem conhecido delas. Num espetáculo de gladiadores o contraste entre o séquito de Lúvia e o de Júlia saltava aos olhos, pois aquele era formado por um número de homens adultos de distinção, mas este era cercado por pessoas jovens de duvidosa posição. Seu pai enviou a Júlia uma carta de aviso, sugerindo-lhe que percebesse a diferença entre o comportamento das duas principais damas de Roma, ao que ela escreveu esta resposta: ‘Estes amigos meus serão velhos também, quando eu o for’” (2.5.6).

⁶²¹ Tácito, *Anais* 4.39.

⁶²² *Vidas Comparadas*, “Júlio César”, 17.5. [N.T.B.: a tradução citada é de Hélio Vega, *Alexandre e César – Vidas Comparadas*, Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.109].

Sêneca: “Estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz; estou de tal modo perto de ti que já não sei bem se te vou escrever uma carta, ou apenas um recado para enviar a tua casa!”⁶²³ Esta é a definição de carta. Distingo as duas partes principais, que são a matéria e o estilo.

Capítulo III

Matéria definida e dividida: premissas da carta

Digo MATÉRIA para A COISA QUE SE SUJEITA AO ESCRITO. Tem dois elementos, o convencional e o variável. O convencional é o que É O MESMO, OU QUASE O MESMO, EM TODA CARTA, E É REPETIDO QUASE COMO UMA FÓRMULA. Tais são as preliminares e a conclusão. Por *preliminares* entendo O QUE É COSTUMEIRAMENTE POSTO EM PRIMEIRO LUGAR: tais como o nome e a saudação. Antigamente era costume que ambos os nomes do remetente e do destinatário deveriam ser postos do lado de fora da carta. O do remetente primeiro, mesmo quando escrevesse para alguém mais importante. Isto não era sem razão, pois o primeiro interesse do destinatário é saber quem envia a carta. Era também usual permitir somente nomes simples, não termos laudatórios e bajuladores, tanto ao remetente, quanto ao destinatário. Exceto se para uma autoridade ou alto cargo. Pois então o título era acrescentado: “P. Servílio Rulo, Tribuno do Povo, Decênviro, a Cneio Pompeio, Procônsul.”⁶²⁴ Mas não havia o uso de epítetos, exceto àqueles particularmente queridos ou familiares, a quem então poderiam chamar “sapiientíssimo”, “nobilíssimo”, “amabilíssimo”, “sua alma”, e o mais freqüente dos termos, “seu”. Este último termo destinavam até para alguém menos conhecido, como em Lívio: “Pretores Siracusanos ao seu Marcelo”⁶²⁵. Os antigos faziam isto ocasionalmente, mas a época da decadência empregou este termo em tudo e a todos, até o extremo de Plínio que cumprimentaria o próprio Imperador tão familiarmente como “seu” no prefácio de sua obra prima.⁶²⁶ Em reação a esta atitude, Marcial escreve:

⁶²³ “Video te mi Lucili cum maxime, audio. Adeo tecum sum, ut dubitem na incipiam non epistolas, sed codicillos tibi scribere.” A citação de Lísio está incorreta; a passagem vem no final da epístola 55. *Codicillos*, aqui traduzido como “memorandos”, são as pequenas tabuinhas de madeira aplainada mencionadas no capítulo I [N.T.B.: Trad. cit., p.190; Segurado e Campos traduz *codicillos* por “recados”].

⁶²⁴ Públio Servílio Rulo, como tribuno em 63 a. C., propôs um projeto de lei populista para a redistribuição da terra, que foi apoiado por Júlio César. Cícero foi instrumento da violenta oposição ao projeto, que foi abandonado, por seus discursos *De lege agraria*. Célio refere ligeiramente ao projeto de lei de Rulo numa carta a Cícero escrita em 50 a. C. (*Epist. Fam.* 8.6.5). Cneu, ou Gneu, Pompeu (106-48 a. C.) é Pompeu o Grande, o mais importante rival de César. Seu consulado de 52 a. C. estendeu seu poder militar pro consule até sua morte depois de sua derrota por César em Farsália. [N.T.B.: Decênviro: um dos magistrados que substituíam o pretor, no julgamento dos processos civis; procônsul: governador de uma província com autoridade de cônsul.]

⁶²⁵ Aparentemente uma referência a Lívio, *Ab Urbe Condita* 24.31.6. Se é assim, Lísio citou erroneamente de acordo com as modernas edições, em que se lê: “Prætores Syracusani consuli Marcelo” (“Pretores Siracusanos ao Cônsul Marcelo”).

⁶²⁶ Plínio, o Velho, *História Natural*: “Plinius Secundus Vespasiano Suo S” (“Plínio Segundo saúda o seu Vespasiano”). Escritores romanos do primeiro século d. C. – incluindo Plínio – estavam conscientes da decadência de seu próprio período. Veja Gordon, Williams, *Change and Decline: Roman Literature in the Early Empire*, Sather Classical Lectures, vol. 45 (Berkeley: University of California Press, 1978), 6-51.

“Seu” a quem mal se conhece, “seu” a quem é caro,
Uma carta costuma chamar a todos de “SEUS”.⁶²⁷

E nas cartas de Plínio, o Jovem, tu dificilmente lês algo diferente disso, e o mesmo ocorre em várias passagens das *Pandectae*.⁶²⁸ Naquele tempo era assim: eu hoje ajustaria os usos à nossa época, e de outras idéias servir-me-ia, preferindo-as às minhas. Para sábios, virtuosos e simples homens reservaria a maneira simples; aos grandes homens, a outra. Não colocaria meu próprio nome irrefletidamente em primeiro lugar e então escreveria meramente de acordo com a fórmula, “O Maior dos Reis”, “Príncipe Ilustríssimo”, “Poderosíssimo Senhor” etc. Infeliz exibição de conhecimento, que deve causar riso ou ofensa – a menos que numa carta, e então somente estará corretamente escrita, pareça-se àquele a quem é escrita.

Quanto à Saudação, é claro que antigamente era disposta após os próprios nomes, indubitavelmente à maneira das conversas, em que saudamo-nos uns aos outros imediatamente. Os gregos faziam-no de modo semelhante: para eles *seja feliz* era usado para desejar algo como bem, ou *esteja bem*, que era a saudação de Epicuro. Ou havia *faça bem*, que Platão prefere em certas ocasiões com Dionísio.⁶²⁹ Horácio, não mais grego que de costume, expressava isto:

A Celso Albinovano, alegria e sucesso
Envia, ó Musa, ao meu pedido.⁶³⁰

Algumas vezes omitiam estas coisas, especialmente os reis, devido à majestade. Plutarco aponta, “Com Dario vencido, Alexandre removeu de suas cartas o termo *saudações*, exceto daquelas que escreveu a Fócion, a quem unicamente, como a Antípatro, ele dirigia uma saudação.”⁶³¹ A velha fórmula do início, S.V.B.E.E.V.⁶³², também parece fazer parte das preliminares. Era freqüente nas cartas privadas; nas públicas era universal, mesmo nas

⁶²⁷ *Epigramas* 14.11. Veja acima, n.610. [N.T.B.: no original: “Seu leviter noto, seu caro missa sodali, / Omnes ista solet charta vocare SUOS.”]

⁶²⁸ Plínio, o Jovem (61 d. C. – c. 112), sobrinho e herdeiro de Plínio, o Velho, (23/24 d. C. – 79; veja acima, n. 626), é melhor lembrado por suas cartas literárias em nove livros e por um décimo livro de cartas a Trajano, resultantes de suas obrigações como um oficial do império. As *Pandectae* são uma compilação de lei romana efetuada pelo Imperador Justiniano em 529 d. C. Presumidamente Lísio enfatiza a ubiquidade do *suo* por apontar a sua ocorrência em tão diversas fontes.

⁶²⁹ Diógenes Laércio observa que Platão inicia todas as suas treze epístolas, exceto uma, com a pouco comum saudação de “esteja bem” ou “faça bem” ou “seja bom”, até como Epicuro saudou seus correspondentes com a frase “boa vida” (para ti), *Vidas de Filósofos Ilustres* 3.61. A exceção dentre as epístolas de Platão é a terceira, a Dionísio de Siracusa, na qual ele começa por desejar ao tirano “alegria”, e então prossegue a argumentar que seu modo usual de desejar “faça bem” é uma forma mais racional e própria de saudação.

⁶³⁰ Lísio cita Horácio, *Epístolas* 2.2, mas atualmente está citado na primeira linha e meia das *Epístolas* 1.8. [N.T.B.: no original: “Celso gaudere et bene rem gerere Albinovano / Musa rogata refer.”]

⁶³¹ Plutarco, *Vidas*, “Fócion” 17.6.

⁶³² “Si vales, bene est, ego valeo” (“Se tu estás bem, está tudo bem, e eu estou bem”). Para exemplos, veja Plínio, o Jovem, *Epístolas* 1.11, e Sêneca, *Epístolas* 15. [N.T.B.: o trecho de Sêneca é: “Costumavam os antigos (e o uso conservou-se até ao meu tempo) escrever logo a seguir à epígrafe das cartas estas palavras: ‘Se estás de boa saúde, tanto melhor; eu estou de boa saúde.’” (Trad. cit., p.50)]

épocas tardias. É também usualmente empregada por estes caracteres, S.V.G.E.V.; isto é, *Si vales, gaudeo, ego valeo* [Se tu estás bem, alegro-me, eu estou bem]. Isto se lê em Gaio Ópio, *Da Guerra Hispânica*,⁶³³ e sem motivo estou perturbando os eruditos e obrigando-os à correção⁶³⁴.

Capítulo IV

Das partes finais de uma carta e também do lacre

Volto-me agora à Conclusão, que é como chamo o TERMO DA CARTA E O SEU FIM. Usualmente, inclui essas cinco partes convencionais:

1) a *Valedictio*, que é do mesmo modo uma formalidade da conversação, em que desejamos bons votos ao destinatário. Era expressa entre os antigos com uma simples palavra, *Adeus*. Assim em Ovídio:

*Aceita, que sempre se finda a carta com essa palavra,
e que dos meus se diferenciem os teus fados, o meu Adeus.*⁶³⁵

Algumas vezes *Olá* ou *Bom dia* é acrescentado, nem há impropriedade num pequeno acréscimo como *minha vida* ou *caríssimo*. Ou outrem pode acrescentar outra palavra apropriada à ocasião: *Adeus e até logo*, *Adeus e boa sorte*. Algumas vezes a *valēdictio* compreende um desejo: *Peço a Deus que te proteja e favoreça os teus desígnios* etc. Todos estes dispositivos podem ser judiciosamente imitados ou alterados de acordo com a ocasião e a pessoa.

2) *Indicação de lugar*: Isto é necessário entre aqueles que estão separados, a menos que esteja totalmente claro. Conseqüentemente, é com freqüência omitido por Cícero, e em casos semelhantes também podemos omiti-la.

3) *Indicação de tempo*: Aqui tu encontras o dia sempre anotado, o ano usualmente, e a hora algumas vezes.

4) *Fecho complementar*: Este era desconhecido entre os antigos, exceto em cartas a governantes, em que era posto como uma demonstração de respeito e lealdade, como *Devotadamente seu*.⁶³⁶ De qualquer forma, dele podemos fazer uso, e eu não o condeno em

⁶³³ Gaio Ópio foi um íntimo aliado de Júlio César. A ele *Bellum Alexandrinum*, *Africum*, e *Hispaniense* são atribuídos, provavelmente por engano. Suetônio questiona a atribuição (*Vidas dos Césares* 56.1).

⁶³⁴ Lísio foi grande crítico do excessivo gosto pela correção entre os clássicos eruditos de seu tempo e atacou a prática na sátira menipéia, *Somnium: Lusus in nostri aevi criticos* (Antuérpia, 1581). O texto foi editado por C. Mattheussen e C. L. Heesakkers, *Two Neo-Latin Menippean Satires: Justus Lipsius: Somnium; Petrus Cunaeus: Sardi Venales*, no. 54 em *Textus Minores* No. 54 (Leiden: E. J. Brill, 1980). Veja a breve descrição de J. IJsewijn, “Neo-Latin Satire: *Sermo* and *Satyr Menippea*”, em *Classical Influences on European Literature, A. D. 1500–1700*, ed. R. R. Bolgar (Cambridge: Cambridge University Press, 1976), 49.

⁶³⁵ *Tristia* 5.13.33-34. Sobre a ortografia de *epistola*, veja acima, n.602. [N.T.B.: no original: “Accipe, quo semper finitur epistola verbo, / Atque meis distent ut tua fata, Vale.”]

⁶³⁶ Lísio cita a *História Romana* de Dio 57 [11]; e “Tibério” 3.32 [2], de *As Vidas dos Césares* de Suetônio. O editor do texto Loeb deste último descreve a *subscriptio* como “consistente de orações para o bem estar do imperador” e cita, além de Dio, Plínio, *Epístolas* 10.1. Em sua nota marginal, Lísio acrescenta “e em antigas

cartas a grandes homens ou a estrangeiros. Entre amigos isto parece descabido, até mesmo vulgar.

5) *Assinatura*: Embora seja comum entre nós, provavelmente era raramente usada entre os antigos. Pois eles usualmente ditavam suas cartas e despachavam-nas por seus próprios escravos ou conhecidos emissários, e nada havia no exterior da carta além do lacre e do barbante.

O lacre era usualmente uma imagem de seu próprio dono,⁶³⁷ ou de algum de seus ancestrais, estampada em cera ou argila. Em cera, seu uso é bem conhecido; em argila, Cícero demonstra na quarta oração Verrina que este uso chegou até ele: “Ele observou o lacre na argila branca”⁶³⁸. E também no *Pro Flacco* ele chama “argila asiática” a este tipo de lacre.⁶³⁹ A fita com que a carta era amarrada era um barbante feito de linho, e sobre ele o lacre era colocado e impresso. Assim encontramos em Plauto:

“Traz-me tu cera e barbante! Vamos! Amarra-a, lacra-a rapidamente!”⁶⁴⁰

E não era possível abrir a carta sem a quebra do lacre. Por isso lemos em Quinto Cúrcio: “Mas Parmênion desatou a fita da carta”.⁶⁴¹ Em Cícero: “Para cortar o barbante”.⁶⁴² E em todos os lugares a frase comum, “abrir a carta”. Ademais, o lacre era quebrado com um tipo de régua, e então sempre sustentavam, com o propósito de credibilidade, ser o lacre identificado antes de abrir a carta. Assim na comédia de Plauto:

“Pega, e identifica o lacre.”⁶⁴³

E novamente:

“Toma, observa o lacre.”⁶⁴⁴

Cícero escreve na oração de Catilina: “Mostrei os despachos a Lêntulo, e perguntei se ele reconhecia o lacre. Ele indicou com a cabeça. É verdadeiramente, eu disse, a imagem de seu avô, um homem distintíssimo.”⁶⁴⁵ Salústio escreve, “As cartas eram lidas rapidamente, quando outrora todos conheciam os seus lacres.”⁶⁴⁶ Isto era feito cuidadosamente, contudo, pois com o lacre mutilado era fácil e seguro negar alguma coisa escrita por alguém, a menos quando a carta era ditada (e freqüentemente o era) e escrita por outrem.

tábuas de pedras, D.N.M.Q.E., que significa “devotado a sua divindade e majestade” (*Devotus Numini Majestatique Ejus*).

⁶³⁷ Uma nota marginal acrescenta “ou outra coisa, como o lacre usado por Augusto com uma Esfinge, e depois com uma imagem de Alexandre, e finalmente com uma sua própria.”

⁶³⁸ Em C. Verrem 4.26.58. O texto Loeb interpreta: “casu signum iste animum advertit in cretula.” Isto é, ele observou *por acaso* o selo na argila branca.

⁶³⁹ *Pro Flacco* 16.37.

⁶⁴⁰ *Bacchides* 748: “cedo tu ceram ac linum actutum. age oblige, obsigna cito.” Lípsio omitiu a palavra *actutum* (“imediatamente”) em sua citação e negligenciou anotar que as duas cláusulas são dirigidas a dois diferentes personagens na peça.

⁶⁴¹ Quinto Cúrcio, *História de Alexandre* 7.2.25. O texto diz exatamente “Parmenio vinclum epistulae solvens, quidnam rex ageret requirebat” (“Parmênion, desatando a fita da carta, perguntou o que o rei estava fazendo”).

⁶⁴² Lípsio não identifica a fonte em Cícero, mas ele aparentemente está pensando em *In Catilinam* 3.5.10: “Primo ostendimus Cethego; signum cognovit. Nos linum incidimus; legimus” (“Primeiro mostramo-la a Cetego; ele reconheceu o lacre. Cortamos o barbante; lemos”).

⁶⁴³ *Pseudolus* 988. O texto Loeb diz “Accipe et cognosce signum”, sem a interjeição.

⁶⁴⁴ *Curculio* 423.

⁶⁴⁵ *In Catilinam* 3.5.10.

⁶⁴⁶ *Bellum Catilinarium* 47.2.

Antigamente era assim, e ainda não nego absolutamente que havia algumas vezes uma assinatura. Plutarco, no *Dion*, entre várias cartas ele alega, cita o seguinte: “Uma era endereçada do lado de fora ‘de Hiparino ao Pai’.”⁶⁴⁷ Isto pareceria sustentar a idéia daqueles que defendem que o que sempre lemos como um cabeçalho na frente das cartas dos antigos estaria, para orientação dos mensageiros, atrás delas⁶⁴⁸. Seja como for, para nós a assinatura está em uso; também devido aos mensageiros que são tanto ignorados para nós, quanto ignorantes, ou de preferência devido ao entranhado costume, com o qual lutaríamos inutilmente. De fato, pela mesma razão, permitam-me sugerir o uso de títulos – sem ostentação, contudo, ou excessivamente óbvia adulação.

Esta é a matéria convencional de uma carta, na qual se podem incluir todas as cartas que Suetônio chama de “formais”.⁶⁴⁹ Estas são escritas sobre um assunto específico, numa única e mesma forma, a muitas pessoas; são usadas até hoje nos negócios públicos e nas cortes dos príncipes, e (salvo engano) Cassiodoro as chama “cartas oficiais”.⁶⁵⁰

Capítulo V

Da matéria variável e sua organização

Chamo matéria variável a QUE DIFERE EM CADA CARTA: A OCASIÃO EM QUE E A RAZÃO POR QUE É ESCRITA. Ela é múltipla: não menos extensa que a própria vida. O que de fato há das coisas divinas e humanas que pela fala não comunicamos? E, portanto, também pelas cartas, que são uma alternativa à fala. Embora isto pareça difuso, creio ser possível estabelecer um limite a isso tudo numa divisão tríplice: *séria, douta, familiar*.⁶⁵¹ *SÉRIA* chamo a carta que se refere a matérias públicas ou privadas, mas trata-as da forma mais abundante, e com cuidado. Entre as públicas, este gênero inclui:

⁶⁴⁷ Plutarco, *Vidas Comparadas*, “Dion” 31.1.

⁶⁴⁸ Aparentemente, Lísio tem em vista o cabeçalho das cartas em códices manuscritos e modernas edições impressas, pois aquele aparecia, na antiga prática, dobrado para cima, do lado de fora do rolo epistolar.

⁶⁴⁹ “Pari arrogantia, cum procuratorum suorum nomine formalem dictaret epistulam” (“Com igual arrogância ele ditou uma carta formal no nome de seus procuradores”), *Vidas dos Césares*, “Domiciano”, 13.2. O tradutor da Loeb verte *formalem epistulam* como “carta circular”.

⁶⁵⁰ “Hic itaque epistolarum Canoniarum curam provectus accipiat. Vt amplius momenta suae integritatis exhibeat, quando fidem publicam sibi respicit esse commissam” (“E desse modo, promovido, aceita a responsabilidade pelas cartas oficiais. Assim mostra a importância de sua integridade de modo mais amplo, quando pondera que a fé pública nele foi depositada”). Cassiodoro, *Variarum Libri* 12.11.23 (Veneza, 1533), 270. No código justiniano *canonicas* diz respeito ao tributo anual. As *Variae* de Cassiodoro foram editadas por Theodore Mommsen em *Monumenta Germanica Historica*, em *Auctorum Antiquissimorum*, vol. 12 (Berlim: Weidmann, 1894). As *Variae* compreendem cartas, declarações, *formulae* para nomeações, e similares, que Cassiodoro produziu em vários cargos oficiais para os reis ostrogodos da Itália entre 507d.C. e 537d.C. Veja James J. O'Donnell, *Cassiodorus* (Berkeley: University of California Press, 1979), 55–102.

⁶⁵¹ Cícero diz que, além das cartas que enviam informações, “dois tipos de cartas existem que me trazem grande prazer, uma é a familiar e jocosa, a outra severa e pesada” (“Reliqua sunt epistolarum generea duo, quae me magno opere delectant, unum familiare et iocosum, alterum severum et grave”, *Epist. Fam.* 2.4.1, citada por Lísio anteriormente; veja acima, n.617). É tentador e no geral não improvável ver um eco de Cícero na divisão tríplice de Lísio quanto à matéria das cartas, mesmo que as categorias de Cícero obviamente careçam do rigor formal daquelas planejadas por Lísio. Como um erudito, este poderia facilmente ver uma carta culta como o tosco equivalente da carta informativa que interessa ao político Cícero.

Narrações, Dissertações, Deliberações, das coisas de estado, de guerra, de paz, e outras tais. Entre as privadas: Consolações, Recordações, Petições, Repreensões, Desculpas, Conselhos, Elogios; e, numa palavra, tudo que um pouco mais seriamente escrevamos, e tal como num assunto fixando o pé. Este gênero freqüentemente ocorre, e mais do que o necessário, algumas vezes em razão da vontade, é empregado. DOUTA chamo a carta que se refere ao conhecimento ou sabedoria; e assunto não epistolar com epistolar veste cobre. De tal espécie há três tipos: ou é Literária, e dos mais agradáveis estudos se ocupa; como outrora as Questões Epistolares de Varrão, ou as inquirições por carta de Válgio Rufo⁶⁵². Ou Filosófica, e da Natureza ou dos Costumes trata: como as cartas de nosso Sêneca, mas também as de Platão. Ou enfim Teológica, que é a dedicada às coisas sacras: como são as de Agostinho, Jerônimo, Cipriano, Basílio, e de ambos Gregórios. Finalmente, FAMILIAR chamo a carta que toca às coisas nossas ou em torno de nós, às coisas freqüentes na vida. Esta é a matéria própria e mais comum da carta: e, se a verdade queremos admitir, é a única que lhe é irmã. Com as duas formas anteriores, refiro-me à Séria e à Douta, freqüentemente a Familiar está mesclada; assim mesclada é que a matéria é variada e não simples.

Capítulo VI

Umas poucas palavras sobre a invenção e organização

Disse o suficiente sobre a matéria em geral: da invenção e organização há algo a ser acrescentado, mas brevemente. Quanto à *invenção*, o que é necessário para tão abundantes instruções? Com ela sempre ao alcance; e não escrevas uma carta a não ser que tenhas o argumento concebido e a mente (assim como digo) fervilhando. Para as verdadeiras *cartas familiares* o argumento é contínuo; nada digo aqui das cartas *sérias* ou *doutas*, em que, ao contrário, o assunto deve ser ampliado ou desenvolvido de alguma forma; mas os livros dos retóricos ensinar-lhe-ão. Nem sequer inteiramente sobre a *organização* laboro: pois o melhor na carta é que seja negligenciada ou inexistente. Como nas conversas de algo descuidado e desorganizado gostamos, assim aqui. Então permite-nos não responder sempre precisamente ponto por ponto; mas sim como apraza, e como este ou aquele venha à mente ou à pena. Em geral esta incúria é conveniente: e o grande Mestre corretamente aconselha, “As cartas devem algumas vezes divagar livremente”⁶⁵³. E assim ele próprio hesita, retoma seu argumento, turva-o, confunde-o: e de nada parece cuidar mais que de mostrar que de nada tem cuidado. Por outro lado, nas cartas *Sérias*, não nego que alguma coisa mais se exija no modo de organização: mas de tal modo que pares um pouco antes da aplicação da Oratória, e a tomes como um modelo, não como imitação. Por que atares-te com regras? Assim como há alguma ordem na formação de batalha do comandante, e ainda

⁶⁵² Marco Terêncio Varrão, um contemporâneo de Cícero, escreveu *De Re Rustica* e *De Lingus Latina* e figura como uma importante fonte para a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho. C. Válgio Rufo, um amigo de Horácio, é mencionado nas *Sátiras* 1.10.82, e a ele se destina *Odes* 2.9, em que é encorajado a cessar de lamentar a morte de seu escravo favorito, Mistes, em elegias ao invés de celebrar as recentes vitórias de Augusto. Era também conhecido por seus trabalhos em prosa sobre medicina e retórica, mas nada de sua pena sobreviveu.

⁶⁵³ Nota marginal de Lísio cita Cícero, *Ad Atticum*, mas a referência é realmente a “sic epistulae nostrae debent interdum alucinare” (*Ad Quintum Fratrem* 2.11).

não é a única; assim deves tu observar em toda matéria: tanto em virtude do assunto quanto de seu discernimento a dispões.

Capítulo VII

Do estilo colloquial: o que dele deve ser dito: e, primeiro, da brevidade

Trato agora do estilo colloquial, com o objetivo de que, confesso, estas *Regras* o assumam. Quanto à matéria, é totalmente um assunto de moderada prudência; e difficilmente será manejada impropriamente. Mas em tal estilo há labor e erro; e hoje não vemos frequentemente o corpo de uma carta (livremente exponho) decentemente vestido pelos ornamentos do estilo. Chamo colloquial ao MODO DE ESTILO E DE ELOCUÇÃO ADEQUADO À CARTA. Como tal, considerá-lo-ei de duas maneiras: geralmente e particularmente. Geralmente, na totalidade do caráter e estrutura da carta; particularmente, nos detalhes, isto é, na dicção e na syntaxe. Sobre o caráter, portanto, do estilo epistolar, recomendo-vos que observeis estes cinco pontos: brevidade⁶⁵⁴, clareza⁶⁵⁵, simplicidade, elegância, decoro. Aquela é a primeira, e para mim a primeira virtude do estilo colloquial: e a tal ponto que é própria da carta. De modo que, se muito longa (com Demétrio concordo), já o nome de “livro” assume, o de “carta” abandona.⁶⁵⁶ Com isto muitas coisas são anunciadas; mas exige muitas palavras? Acrescento que, como na conversação ou na narração, assim na carta é odiosa a tagarelice. E ainda, tu podes observar, esta afeta os mais inábeis; e os mais loquazes em geral são os menos eloquentes. Como aqueles mirrados de corpo que avolumam-no com as roupas, assim aqueles destituídos de engenho ou sabedoria derramam-se nas palavras. Mas a Brevidade é por mim apreciada e por aqueles de bom gosto: se, contudo, com discernimento e moderação é empregada. Enganar-se, pois, aqui sei ser possível: e como em atirar flechas, não menos erra quem as lança aquém do alvo do que quem as lança além; assim ao escrever, erra quem diz menos do que o assunto exige tanto quanto quem diz mais.

No entanto, visto a medida apropriada à matéria. Se é uma carta *Séria* ou *Erudita*, desejaria alguma coisa mais difusa e alguma gravidade das palavras poderia ser acrescentada à própria matéria grave. Se é *Familiar*, condensa: e assuntos variados e superficiais tu não deves sobrecarregar com um estilo rebuscado. Naturalmente, como as velas são proporcionais ao tamanho do navio, assim as palavras devem sê-lo em relação ao assunto. Além disso, um juízo em relação às pessoas adoto, o qual é dúplice: quanto à *Ordem* e quanto à *Capacidade*. Quanto à *Ordem*, se a carta for escrita a um estranho ou a

⁶⁵⁴ [N.T.B.: *brevitas* tem aqui não somente o sentido de brevidade, ou seja, de que o discurso seja pouco extenso, mas também, e sobretudo, um esforço de condensação, isto é, o texto deve ser o menos extenso possível, mas sem que se prejudique o seu entendimento].

⁶⁵⁵ [N.T.B.: *perspicuitas* poderia ser traduzido pelo termo vernáculo “perspicuidade”, mas decidimos traduzi-lo por “clareza” (tal como na tradução em língua inglesa optou-se por “clarity”), sinônimo mais corrente no Brasil. Note-se que a idéia de “clareza” aqui deve abranger não só o aspecto de compreensão do texto, quer dizer, de se tornar o discurso inteligível, mas também o de destacamento das suas idéias, ou seja, o texto da carta deve ser suficientemente “claro” para que a matéria nela veiculada seja posta em relevo, e não submersa em excessivos recursos ornamentais].

⁶⁵⁶ Demétrio, *Do Estilo* 228.

um superior, deverá ser um pouco mais ampla e floreada, pois a estrita brevidade com tais pessoas não afasta o desprezo. De outro modo se com amigos ou iguais. Quanto à *Capacidade*, leve em conta se escreve a alguém levemente douto ou agudo. Se a um jovem, então seguramente pode ser mais extenso, e eu não propagaria as trevas acima do engenho daqueles por si pouco brilhantes. E, de minha parte, esta estrutura se aplica a toda pessoa distinta: a ela, digo, tu deves adequar a tua pessoa e o teu estilo, visto que o ponto capital da arte é escrever convenientemente⁶⁵⁷. Como, então, tornar o estilo breve? Por uma observação tríplice: dos *Assuntos*, da *Composição*, da *Linguagem*. Dos *Assuntos*, para que nada supérfluo acrescentes, nada repitas, principalmente os pontos a que estás respondendo. Da *Composição*, para evitar a estrutura de longos períodos; usa frases curtas, freqüentemente sem conjunções. Da *Linguagem*, que as mais ornadas frases, alegorias, imagens sejam rejeitadas; que tua linguagem seja sóbria e pura, que se contente com as necessárias provisões de palavras.

Eis isto sobre a Brevidade: estes meus ditos para homens, não para jovens, são. Pois até aqui eu encorajei tanto estes últimos à brevidade que até os amedrontei: seja porque dificilmente pode assumi-la – e a imitação da Brevidade mais facilmente nesta idade se engana; seja porque um jovem pode não julgá-la útil – e o gosto juvenil pela brevidade (freqüentemente vemos) geralmente resulta em um árido e seco estilo. Não se alcança facilmente tal louvável moderação a não ser que haja de início uma certa abundância e excesso que a idade pouco a pouco reduz.

Capítulo VIII

Da clareza: como é violada, como é obtida

A segunda virtude é a *clareza*; localizei-a propositadamente depois da brevidade porque aquela é grandemente ameaçada por esta. Quão difícil e quão rara é a brevidade que não desvie ou frustre a atenção! Em quantos casos o entendimento do leitor não é submetido à tensão! Então sustente sempre isto na mente: o maior vício de estilo não é meramente o de ser mal compreendido, mas sim o de ser compreendido com dificuldade. Nisto há alguns que se enganam pela natureza, que produzem idéias obscuras e enigmáticas espontaneamente; há os que o fazem por estudo, em quem nada sábio ou louvável se observa, a não ser o recôndito, e isto afugenta os espíritos comuns. Estultos! É excessivamente engenhoso quem pode ser compreendido por um mero esforço de ingenuidade, especialmente numa carta, que não deve exigir um perito ou um intérprete. Claramente, portanto, escreva: e, se puder, brevemente; mas tal como se isto fosse uma condição saiba: a claridade vem da necessidade. O estilo será então claro se três condições forem observadas: se suas palavras são adequadas, se correntes, se coerentes.

⁶⁵⁷ Veja Cícero, *Orator* 21.70; e o Capítulo X e n.667 abaixo.

Capítulo IX

Dois tipos de simplicidade, com as recomendações específicas

Propus a simplicidade como a terceira virtude: deve ser entendida de dois modos, visto que exijo-a tanto no estilo quanto no pensamento. Quanto ao *estilo*, é certo – e isto se afirma pelo exemplo dos antigos – que convém ser simples, sem cuidados, natural, o mais semelhante à conversação diária. Conseqüentemente, Demétrio deseja que uma carta seja escrita como um diálogo⁶⁵⁸; e o próprio Cícero diz: “teci esta carta a partir das palavras cotidianas”⁶⁵⁹. Sêneca diz de forma apropriada: “Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo sejam as minhas cartas”⁶⁶⁰. Assim como as mulheres dizem para ornar de modo a não parecer ornado⁶⁶¹, assim a carta, a qual o ornamento deve acompanhar, e não afetar nela ou por ela. Quanto ao *pensamento*, assim entendo como um tipo de simplicidade e delicadeza que deve em todo o escrito transparecer, e desvendar uma certa candura de um espírito livre. Pois nada faz mais a natureza e a personalidade de alguém transparecer (como Demétrio propriamente escreveu)⁶⁶² que uma carta. Assim convém que suas melhores características sejam representadas, especialmente quando se escreve por amizade; assim, digo, tu debes salpicar a carta de afável sentimento e boa vontade, como se de açúcar a polvilhasses; e faz-te agradável ao gosto do leitor. Que neste gênero Cícero é único, e unicamente a ser imitado. Outros preceitos, com efeito, o assunto não contém.⁶⁶³

⁶⁵⁸ *Do Estilo* 223. Demétrio diz isto ele próprio, mas relaciona a idéia a Artemon, como Lípsio observa abaixo no Capítulo XI. O próprio Demétrio diz, “a carta deve ser um pouco mais planejada que o diálogo” (224).

⁶⁵⁹ “epistolas vero quotidianis verbis texere solemus” (“as cartas em verdade com palavras cotidianas costumamos tecer”, *Epist. Fam.* 9.21.1).

⁶⁶⁰ Epístolas 75, 1. Todo o contexto é apropriado à discussão de Lípsio: “Tens-te queixado de receberes cartas minhas escritas sem grandes pruridos de estilo. Mas quem é que escreve com pruridos se não aqueles cuja pretensão se limita a uma eloquência empolada? Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, de fingido!” [N.T.B.: Trad. cit., p.305]

⁶⁶¹ Lípsio provavelmente estava pensando em Cícero: “Nam ut mulieres pulchriores esse dicuntur nonnullae inotnatae quas id ipsum deceat, sic haec subtilis oratio etiam incompta delectat” (“Pois como as mulheres dizem ser mais formosas sem adornos e que a falta de alguns deles é conveniente, assim o discurso simples agrada mesmo que desarranjado.”) [N.T.B.: é importante ressaltar que Cícero emprega um trocadilho intraduzível com o termo “incompta”, que significa tanto “despenteado”, e retoma portanto o tema da beleza feminina, quanto “sem arte, grosseiro, tosco”, que se poderia aplicar com mais propriedade ao discurso escrito de forma simples, “sem arte”. Por isso a tentativa de traduzi-lo por “desarranjado”, que pode aplicar-se tanto a uma mulher quanto ao discurso.]

⁶⁶² *Do Estilo* 227.

⁶⁶³ Na sua contínua insistência sobre a importância de Cícero como um modelo, o “anticiceroniano” Lípsio não é incoerente. Como Morris W. Croll observa, escritores anticiceronianos, do tempo do *Ciceronianus* de Erasmo, esforçaram-se para distinguir entre o próprio Cícero e as servis imitações dos ciceronianos. Deste seu primeiro afastamento da pura imitação ciceroniana, Lípsio da mesma forma “procura se refugiar sob a garantia ortodoxa das cartas de Cícero”, “Justo Lípsio e o Movimento Anticiceroniano no fim do século XVI e no começo do século XVII”, em *Estilo, Retórica e Ritmo: Ensaios de Morris W. Croll*, ed. J. Max Patrick e Robert O. Evans (Princeton: Princeton University Press, 1966), 16-17. Veja também no mesmo volume: “‘Prosa Ática’ no século XVII”, 70-71, e “Prosa Ática: Lípsio, Montaigne, Bacon”, 171-72.

Permiti-me acrescentar uma precaução ou exceção: em razão do assunto algumas vezes aumenta a carta e escreve um pouco mais eruditamente (como em cartas sérias); mas ainda assim, não abandones totalmente a simplicidade. E se algumas vezes pode ter ornamentos, afetação nunca. Pois aquelas escritas para pompa e ostentação do engenho (tais como as de Filóstrato e Faláris, da mesma forma que as de Sinésio e em algumas de Plínio)⁶⁶⁴ ignoro possam manter o nome de verdadeiras cartas entre verdadeiros juízes.

Capítulo X

Da elegância e decoro em conjunto

Duas virtudes restam, *elegância* e *decoro*, embora dificilmente alguma coisa reste a ser tratada. Pois ambos são de um tipo tal que posso brevemente relembrar-lhes sem doutrinação. Aquela trata-se inteiramente de talento, este de juízo; ambos dispensam os laços das regras. Chamo um estilo de “elegante” quando é *no geral leve, vivo e elevado, e revela uma certa graça cativante e encanto*. Embora a elegância seja usualmente um dom da natureza, há ainda alguma coisa neste duplo conselho: primeiro, tu deves algumas vezes mesclar provérbios e alusões a antigos ditos ou feitos, e partes de verso ou de máximas de sabedoria em ambas as línguas⁶⁶⁵. Segundo, tu deves temperá-la oportunamente com gracejos e ditos espirituosos, e eu não hesitaria em dizer que estes são a vida e a alma de uma carta.

Por *decoro* entendo aquilo a que os gregos chamam *adequação*;⁶⁶⁶ encontra-se numa carta quando alguma coisa está adequada e apropriadamente escrita. Envolve dois aspectos: a *pessoa* e o *assunto*. Quanto à pessoa, esta tem enfoque dúplice: com respeito a ti mesmo e a quem tu escreves. Já o assunto, em qualquer caso, é simples: qualquer coisa deve concordar com o conteúdo, e as vestes das sentenças e frases devem ser adequadas à estrutura do assunto. O decoro é uma grande mas oculta virtude, e não injustamente Cícero adverte-nos, “tal na vida qual no discurso, nada é mais difícil que ver o que é adequado”.⁶⁶⁷ E não desperdiço as palavras aqui, pois conheço tudo isto para estar em juízo: a Deus e à natureza pede, não à Arte.

⁶⁶⁴ Flávio Filóstrato (nascido c. 170 d. C.) escreveu, além de suas *Cartas Eróticas*, a *Vida de Apolônio de Tiana* e as *Vidas dos Sofistas*. O caráter de suas cartas pode ser medido pela referência que diversas delas formam como fonte para a famosa canção de Ben Jonson “Drinke to me, onely, with thine eyes” (*The Forrest* 9). Faláris, tirano de Agrigento (c. 570/65-554/49 a. C.), era notório no mundo antigo por sua engenhosa crueldade, mais notadamente por assar suas vítimas vivas em um touro de bronze. As cartas atribuídas a ele foram provavelmente escritas por um sofista do século 2º d. C. Sinésio de Cirene (c. 370-413 d. C.) foi um culto pagão neo-platonista que se converteu ao Cristianismo e se tornou Bispo de Ptolemais em 410. Cento e cinquenta e seis de suas cartas sobreviveram. Sobre Plínio, o Jovem, veja a nota n.628.

⁶⁶⁵ I. e., grego e latim. Veja o uso de Lísio de ἡ ἀλότης acima no Capítulo I e n.603.

⁶⁶⁶ [N.T.B.: τὸ πρέπον no original].

⁶⁶⁷ “Sed est eloquentiae sicut reliquarum rerum fundamentum sapientia. Ut enim vita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat videre. Πρέπον appellant Graeci, nos dicamus sane decorum” (“Pois o fundamento da eloquência, como de tudo o mais, é a sabedoria. E como na vida, assim é no discurso; nada é mais difícil que ver o que convém. Os gregos chamam isto de ‘conveniência’; nós dizemos de modo razoável ‘decoro’”), *Orator*, 21.70.

Capítulo XI

Estilo coloquial tratado em detalhe: sua aquisição através da imitação; três preceitos sobre isso, dos quais o primeiro relaciona-se ao modo e momento da leitura

Falei genericamente do estilo coloquial; trato mais especificamente de seus elementos – elocução e linguagem. Aquela chamo a DUAS OU MAIS PALAVRAS JUNTAS NUMA SENTENÇA; esta, às PRÓPRIAS PALAVRAS SOZINHAS. Naquela, *Elegância e Brilho* se requer; nesta, *Vernáculo e Propriedade*. Todas estas qualidades, hoje, extraem-se ora *do que se ouve*, ora *do que se lê*. O efeito do que se ouve é ligeiro, pois as coisas que se ouvem não aderem à *mente* tão bem quanto as que se lêem; e nem sempre as coisas que se ouvem são as melhores, visto que um estilo coloquial em latim é raro, e poucos homens falam com o mesmo cuidado com que escrevem. E assim os homens mais doutos e mais eloqüentes freqüentemente são outros na conversação; e dificilmente vemos ou veremos um exemplo de eloqüência que tenha se formado somente a partir do que ouviu. A leitura, portanto, é mais segura e mais útil, mas somente se a *Imitação* for acrescida; sem esta, que é fraca, tudo será vão. *Imitação* digo da ADEQUADA FORMA DE NOSSO ESTILO MODELADA CONFORME O ESTILO DOS ANTIGOS. Disto advém (numa palavra) a esperança de uma crescente colheita de frases e palavras. Não por outra Arte, qualquer uma que se tente, um homem mais eloqüente se fará, quanto faz um poeta um sonho no Parnaso.⁶⁶⁸

Da imitação, portanto, com cuidado e de modo prático falarei, através de três pontos: *Quem e quando tu deves ler; O que e de quem tu deves selecionar; O que tu deve imitar e o que evitar*. Primeiro: apenas por haver uma abundância de escritores hoje é que se pode justificar esse duvidoso argumento. Poucos dos antigos permaneceram: e quem defende que tudo deles mereça ser lido? A não ser alguns poucos italianos que recentemente confinaram a eloqüência às leituras somente de Túlio Cícero. Ó idéia vã e fastidiosa! Não só contrária ao pensamento dos mestres antigos, mas contrária à razão e contrária ao uso. Eles agora não refuto; e sei que outrora, quando era um pouco jovem, aderi a eles, até o momento em que me contive e retomei de um mais maduro juízo as rédeas. Tu comigo, todos lendo e imitando certamente se estabelece: não todos de uma vez, contudo, ou na mesma época. Há alguma distinção entre os níveis de maturidade, que anoto em termos práticos.

Existe a *Pueril*, que é uma certa e elementar Imitação, existe a *Crescente*, existe a *Adulta*; naquela primeira, a doutrina dos Italianos me satisfaz: e por algum tempo Cícero não só principalmente deve ser lido, mas somente. Para que fim? Para que, é evidente, a estrutura e a coerência da prosa possam ser estritamente formadas de acordo com um certo hábito, e numa consistente linha de discurso. Ignoro se aconselharia o mesmo se Calvo,

⁶⁶⁸ Lísipio está mais provavelmente pensando nas linhas de abertura do prólogo às Sátiras de Pérsio: “Nec fonte labra prolui caballino / nec in bicipiti somniasse Parnaso / memini, ut repente sic poeta prodirem” (“Nem na fonte cabalina os lábios molho, / nem do sonho no duplo cume do Parnaso / lembro, quando de repente como poeta surgiria”). A fonte cabalina é, claro, a Hipocrene, nascida de um coice do casco de Pégaso no topo do Monte Hélicon. Pérsio (34d.C.–62d.C.) está ridicularizando Ênio (236–169a.C.), o “Pai da poesia romana”, que numa passagem de seus *Annales* preservada por Cícero (*Academicæ Quaestiones* Pr. 2.16.51), relata encontrar Homero num sonho visionário e beber da Hipocrene no Monte Hélicon, donde retorna com uma guirlanda de poeta. O incidente é mencionado seriamente por Lucrécio, *De Rerum Naturæ* 1.117 e ironicamente por Propércio 3.3.1ff.

Célio, Bruto, César, e outros do grupo dos oradores existissem.⁶⁶⁹ Mas, como a matéria se estabelece hoje, quem ao lado de Túlio poderia nos suprir de períodos, cláusulas, ritmos, e de uma série contínua de discursos? Deste modo, pelo menos no meu entendimento, o jovem deve necessariamente começar. Como um pintor que toma a tela e primeiro esboça o homem todo, depois procura as cores certas e acrescenta-as a cada parte, assim o meu imitador primeiro forma o corpo de sua eloquência, depois busca cores variadas. A não ser que faça assim (atenção agora, jovem, ou mais tarde terá de ter atenção), que gere uma forma elíptica, desorganizada, variada numa mistura de estilos. Cotidianamente vejo isto; e a causa do engano não ignoro. Tenha Cícero como primeira influência em primeiro lugar e tenha-o somente. Mas por quanto tempo? De acordo com o engenho o tempo definiria: para o mais hábil, um ano; para aquele mais obtuso, ainda um outro ano mais. E acrescento não inutilmente que, logo depois desta tarefa, as cartas de Manuzio, de Sadoletto, de Bembo, de Bunel, e principalmente de nosso Longueil, podem ser lidas. Não porque estas (para ser franco) sejam de excelente qualidade, mas porque com um certo sentimento pueril eles pisaram com pé ansioso o batido caminho de Cícero, e então pelos seus vestígios mais seguro e mais fácil será o vosso curso.⁶⁷⁰

Quanto à Imitação *Crescente*, outros admito: mas ainda gradualmente; não por saltos prossiga, mas passo a passo. Então, é meu conselho, tu debes primeiro voltar-se para aqueles que se libertaram de Cícero, e que à abundância, à suavidade, à linguagem fluente, restituem aquela rica e ágil natureza. Tais são Fábio principalmente, e algo de Q. Cúrcio, Veleio, Lívio e César;⁶⁷¹ seriam mais semelhantes a Cícero, se não os afastasse outra espécie de assuntos. Então, lê-os portanto, mas moderadamente: e com toda aplicação Plauto e Terêncio; que, uma vez que o corpo do discurso esteja tal qual a estrutura de um

⁶⁶⁹ Gaio Licínio Calvo Macro (82–47? a.C.), Marco Célio Rufo (82?–48 a.C.), Marco Júnio Bruto (85–42 a.C.), e Júlio César (102?–44 a.C.) chamar-se-iam todos para Lúcio como oradores “áticos” rebelados contra o domínio do “asianismo” de Cícero, mas a oratória de nenhum deles sobreviveu. Calvo foi também um dos “novos poetas” aliados a Catulo. Célio e Bruto deixaram cartas a Cícero em sua coleção *Ad Familiares*, e César, é claro, deixou suas histórias. Todos os quatro são tratados no *Brutus* de Cícero, dedicado a Marco Júnio e no qual ele é um interlocutor. Veja a introdução de G. L. Hendrickson na edição Loeb.

⁶⁷⁰ Todos estes homens eram conscientemente estilistas ciceronianos. Paolo Manuzio (Paulus Manutius, 1512–1574), filho de Aldo Pio Manuzio (Aldus) que fundou a Imprensa Aldina, foi notável como erudito e sucedido na gerência da imprensa. Publicou uma edição das obras de Cícero e um comentário sobre alguns de seus discursos e cartas. Jacopo Cardinal Sadoletto (Jacobus Sadoletus, 1477–1547) é mais lembrado por sua controvérsia com Calvino sobre os próprios significados e fins da reforma da Igreja. Escreveu muitos tratados e cartas e alguns versos latinos. Pietro Cardinal Bembo (Petrus Bembus, 1470–1547) foi claro no encorajamento da língua vernácula para prosa e verso. Escreveu poesia e prosa em latim tão bem quanto em italiano, incluindo uma larga e importante correspondência em ambas as línguas. Pierre Bunel (Petrus Bunellus, 1499–1549) foi um humanista francês que deixou duas coleções póstumas de cartas latinas, *Epistolae Familiares* (1551) e *Epistolae ciceroniano stylo scriptae* (1581). Christophe de Longueil (Christophorus Longolius, 1488–1522), embora nascido em Mechelen nos Países Baixos (por isso “de nosso Longueil”), vinha de uma família normanda e considerava-se como francês. Embora instruído na lei civil, tornou-se um ciceroniano sob a influência de Bembo e Sadoletto e logo cedo desistiu da lei e do serviço governamental pela literatura. Correspondeu-se – não muito amigavelmente – com Erasmo, e sempre houve a especulação se Longolius seria o modelo para Nosoponus no *Ciceronianus* de Erasmo.

⁶⁷¹ Fábio é Marco Fábio Quintiliano (c.35 d.C.–c.95 d.C.), autor das *Institutiones Oratoriae* e de um hoje perdido *De Corruptione Eloquentiae*. Quinto Cúrcio Rufo (fl.c.43 d.C.), autor de uma *História de Alexandre*, Veleio Patérculo (c.36 a.C.–c.31 d.C.), um historiador menor, e o verdadeiramente maior historiador, Tito Lívio (59 a.C.–17 d.C.), como Quintiliano, todos refletiram a influência de e a estima por Cícero. Júlio César provavelmente aparece aqui novamente como um contrapeso contemporâneo de Cícero.

edifício estabelecido, será bastante útil aconselhar-te para polir todas as partes. De quem a propriedade das palavras melhor se buscar? De quem das frases aquele brilho ático? De quem, ademais, o encanto, a elegância e a afabilidade mais abundantemente se haure que dos meus comediógrafos? Plauto, com efeito, aqui sozinho entendo; e o anteponho (e não o imponho: sinceramente assim o sinto) a todos, que no Lácio ou na Grécia sulcaram a tranqüila superfície dos mares de papel.⁶⁷² Um e outro são especialmente adequados para as cartas (quanto às composições formais, com efeito, de outro modo julgo) e escritos familiares, pois em verdade que outra coisa é uma carta senão uma cotidiana palestra? Então não errou Artemus, *apud* Demétrio, ao propor que do mesmo modo o diálogo e a carta sejam escritos.⁶⁷³ E Plínio pela mesma razão, as cartas de uma certa dama elogiando, a Plauto e Terêncio sem metro compara-as.⁶⁷⁴ De fato, o próprio Plínio no segundo grupo por direito incluo, visto que ele é elegante, agudo, refinado, mas não sem delicadeza, algumas vezes doçura até, e um pouco de força. A ele uma companhia moderna dou, mas maior que os modernos, que é o toscano Ângelo⁶⁷⁵, o qual (a não ser por algumas finuras afetadas e rebuscadas) parece capaz de manter a paz com aqueles mesmos antigos no campo das cartas.

Eis como pode ser o biênio de aprendizado: em que a mão vai corrigindo o estilo algo como dentro de uma toga sem ornamentos.⁶⁷⁶ Agora, na devida ordem, na Imitação *Adulta*, permito-lhe avançar livremente e vagar por todos os tipos de escritores. Leia, observe, e recolha as flores de todas as campinas para esta grinalda de Eloquência. Mas principalmente encorajaria a leitura de Salústio, Sêneca, Tácito, e este tipo de breves e sutis escritores, dos quais a afiada foice o exagero em pouco tempo suprime; torna-se o discurso estrito, forte e verdadeiramente viril.

Findei a parte primeira: a não ser que ligeiramente algo acrescente, exatamente o mesmo Cícero será totalmente com proveito lido cotidianamente e relido; especialmente às horas vespertinas, e, se houver oportunidade, até a hora de dormir. A mente então, ignoro de que modo, melhor capta, retém e digere no silêncio. Tente, e descobrirá nesta pequena informação não pequena importância.⁶⁷⁷

⁶⁷² Com toda a probabilidade esta metáfora reflete um trecho de Catulo: “illa rudem cursu prima imbuit Amphitriten” (64.11). Literalmente, “aquela [a nau Argo] com rude curso pela primeira vez sulcou Anfitrite [a rainha do mar, esposa de Poseidon; ou seja, o próprio mar]”. Catulo prossegue descrevendo as ondas “torturadas” alvejadas pelos remos.

⁶⁷³ *Do Estilo* 223. Veja acima, n.658.

⁶⁷⁴ Uma referência a Plínio, o Jovem, *Epístolas* 1.16, que inclui uma discussão sobre as cartas que um Pompeu Satúrnio escreveu a sua esposa, mas que relembram a Plínio Plauto e Terêncio sem metro (i.e., em prosa) e então pareceram muito hábeis para uma mulher.

⁶⁷⁵ Ângelo Ambrogini, que tomou o pseudônimo de Poliziano (Politianus, 1454–1494), foi o principal poeta lírico de seu tempo em latim e em vernáculo, tanto quanto um ativo sábio humanista. Erasmo, cujo *Ciceronianus* (1528) antecipou o movimento anticiceroniano da geração de Lísio, escreveu que admirava os dons de Poliziano “superiores aos de outros homens” e elogiava seu estilo assim como seu “grande clamor por fama”. Veja a *Correspondence of Erasmus*, trad. R. A. B. Mynors e D. F. A. Thomson (Toronto: University of Toronto Press, 1976), 3: 35. Croll anota que Poliziano era, junto com Erasmo, uma importante influência de Muret, Lísio, e outros anticiceronianos, em “Muret and the History of ‘Attic Prose’”, em *Style, Rhetoric, and Rhythm*, 112.

⁶⁷⁶ Ao deixar a infância um jovem romano deveria despir a toga pretexta, orlada de púrpura, e vestir uma toga sem ornamentos (toga pura). Esta deveria ser também a idade em que um jovem poderia começar a ingressar nos negócios públicos da cidade.

⁶⁷⁷ [N.T.B.: o belo jogo de palavras do original latino de Lísio é intraduzível. Diz o original: “Tenta, reperies in levi monito non leve momentum”, em que o adjetivo *levis*, -e, “leve”, tem os mesmos sentidos que em

Capítulo XII

Dos excertos: como devem ser organizados e de quem passagens particulares devem ser tomadas

Sobre o que selecionar e de quem acrescentei uma outra parte, embora isto pudesse discutir mais facilmente com exemplos; todavia, com brevidade disto tratarei. Mera leitura não é suficiente, nem a sua repetição, nem mesmo para quem tenha a mais dotada memória. É necessário trabalhar com alguns *excertos* e *notas* daquelas passagens e palavras que devemos imitar. Tais excertos num livrinho de lembrete, tal qual tesouro, gostaria de encerrar, donde os recursos do discurso no tempo certo e quando necessário seriam fornecidos. Faria, no entanto, três livrinhos: um, que chamaria de *formulário*; outro, de *ornamentário*; o terceiro, de *dicionário*.⁶⁷⁸ Os dois primeiros ao universo do estilo pertencem mais; o terceiro a coisas distintas. No primeiro, as fórmulas são dúplices: quanto à *construção* (*de ordem, de narração, de coerência, de transição, de quebra, de conclusão*) e quanto à *matéria* (*de petição, de agradecimento, de dedicatória, de elogio, de censura, de afirmação*, e alguns daqueles lugares-comuns que nas cartas freqüentemente ocorrem). O segundo é o livro *ornamentário*, em que é disposto separadamente sob estes cabeçalhos: *analogias, alegorias, comparações, ditos agudos, sentenças*, e alguns daqueles brilhantes ornamentos do estilo. O terceiro, o dicionário, dividido em duas partes, *frases* e *palavras*. Tais frases gostaria de anotar aqui, aquelas mais insígnies ou mais aprimoradas que ocorrem; as palavras, aquelas raras, novas, ou com novo sentido ou com alteração usadas. A disposição das frases não observo, exceto que gostaria de dispô-las separadamente, de acordo com os escritores: as de Túlio sozinhas, as de Plauto e de Terêncio sozinhas, as dos historiadores sozinhas – o que deixo para que cada um faça conforme o seu juízo ou indústria. Entre as Palavras observaria somente a ordem do Alfabeto.

Estes são os itens que gostaria de ver selecionados. Mas de quem? Certamente não de qualquer um indistintamente: mas ao discernimento com alguns exemplos vos guiarei. Com *formulae* de Cícero preencha um livro completamente; acrescento Plínio, Políziano, ou algum outro que tu sejas capaz de transcrever ou copiar convenientemente. Para *ornamentos*, toma-os de Cícero, Fábio, Plínio, dos historiadores, Sêneca, mesmo dos gregos, principalmente Plutarco. Exemplos de *frases* são especialmente tomados de Cícero, e dos poetas cômicos, algumas vezes dos historiadores, e mesmo de outros a quem não mencionei, tais como Varrão, Gélio, Suetônio, os jurisconsultos; e, sem dúvida, algumas

português (de pouco peso, fisicamente falando, ligeiro, de pouca importância, pequeno, insignificante); *monitum*, -i tem o sentido de “conselho, aviso”; *momentum*, -i significa tanto “peso” (num sentido físico), quanto “importância”. Além da repetição do adjetivo *leve*, Lípsio emprega duas palavras com sonoridades aproximadas (*monitum/momentum*), sendo que a segunda delas instaura a duplicidade de sentido em relação ao adjetivo anterior (“non leve momentum” pode-se ler tanto como “não leve [portanto, pesado] peso” quanto como “não insignificante importância”. Procurei manter o jogo de palavras com o emprego de “informação/importância”, mas perdeu-se, infelizmente, a ambigüidade da expressão].

⁶⁷⁸ George Kennedy forneceu uma útil nota sobre esta passagem: “Na Idade Média manuais sobre a escrita de cartas freqüentemente continham *formulae*, tais como aberturas e conclusões, que os estudantes poderiam inserir numa carta, e toda uma série de formulários retóricos existia na Renascença”, *Classical Rhetoric and Its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980), 29. Por isso, nosso termo “formulário” para traduzir o *libellus formularum* de Lípsio, e “ornamentário” e “dicionário” seguem o mesmo modelo para os *libelli ornamentarum dictionisque*.

vezes até Apuleio.⁶⁷⁹ Das *Palavras*, em uma palavra, faz uso de todas; mesmo os Gramáticos e antigos Glossários não são inúteis.

Capítulo XIII

Da expressão e forma de estilo através dos três tipos de imitação

O terceiro ponto é utilíssimo a ser seguido: *quem imitar*, e *quem evitar*. Em vão, de fato, aqueles dois primeiros, sem este; nem leitura nem seleção seriam úteis, sem a correta imitação. Visto ser este o caso, por três espécies distintas de Imitação conduzi-los-ei, e em cada um o que se deve seguir direi, e o que se deve evitar.

Entre os *pueris*, estas duas coisas vos proponho: primeiro, na composição como um todo imita as *formulae* principalmente e os bem conhecidos lugares-comuns; segundo, a forma, o ritmo, as características e a estrutura do discurso de Cícero. Imitar, não só industriosamente, mas também afetuosa e ardentemente: assim digo, de modo que a cor desejada e a pintura apareçam, ao contrário do furto. Como às crianças não envergonha, quando aprendem a escrever, às diversas formas de letras uma a uma serem por outra mão conduzidas, assim tu não debes te envergonhar aqui. Cláusulas, frases e partes de períodos com permissão freqüentemente tu podes inserir; e uma colcha de retalhos a partir da púrpura de Túlio podes tecer, pouco depois tecerás com a tua. Gênero de exercício que outrora na Germânia⁶⁸⁰ sobre este assunto propus, vale lembrar, sem entretanto esmiuçá-lo. Tal era: todos estes seguir. Do que fugir? De nada, a não ser do que os gramáticos evitam.

Agora na *Crescente*, no meu juízo, cresça pouco a pouco, e observar aconselho estes três pontos: primeiro, que em seus furtos mais modesto seja; com efeito, convém não ir longe demais. Segundo, que ao copiar as fórmulas se contenha; com efeito, é necessário não ir longe demais. Assim como os dedos na cítara penosamente e com esforço de início se colocam, mas depois às cordas e notas vai espontaneamente, assim a mente a estas técnicas pouco a pouco se acostuma. Terceiro, que as melhores frases e palavras de qualquer fonte tome; e com elas forme, assim como direi, a aparência exterior de seu discurso.

E sem dúvida aqui uma especial preocupação – o que evitar? O vício inerente à seleção das palavras, a excessiva aspereza ou arcaísmo. No que, ao imitar os comediógrafos, para mim principalmente, deve tomar cuidado, e nem algo sórdido da linguagem deles para a sua traga, nem algo obsoleto. Pois como imperitos pintores ao desenhar uma face facilmente copiam rugas, manchas, verrugas, e as qualidades naturais negligenciam, e a própria fisionomia; assim freqüentemente os jovens raras ou impressionantes palavras

⁶⁷⁹ Aulo Gélío (c. 130 d. C.–c. 180 d. C.) foi o autor das *Noctes Atticae*, uma coleção de ensaios em geral breves sobre uma variedade de tópicos eruditos e literários. Apuleio (nascido c. 123 d. C.) é mais conhecido por seu conto em prosa latina *Metamorfoses*, ou *O Asno de Ouro*. Por *jurisconsulti* Lúpsio provavelmente se refere aos comentários da lei romana por algumas personalidades do segundo século como Paulo e Ulpiano compilados pelo Imperador Justiniano nas *Pandectae* (veja acima, n.628). Sobre Varrão, veja acima, n. 652. A despeito da promessa no início deste parágrafo, o modo de seleção dos autores de Lúpsio parece mais tratar “de qualquer um indistintamente” que com discernimento.

⁶⁸⁰ [N.T.B.: “**Germania**, -ae, subs. pr. f. Germânia, região da Europa, limitada pelos rios Reno e Danúbio, pelo **Oceanus Germanicus** e **Mare Suebicum** (Cés. B. Gal. 4, 4, 2)”, in: FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE, 1992, p.240].

escolhem, e omitem o engenho e o gênio da linguagem.⁶⁸¹ Quais, no entanto, são as palavras sórdidas? As que jazem, que rastejam, e as da sujeira do vulgo e da praça pública tomadas; não podem ser discriminadas a não ser por um refinado juízo. Quais as obsoletas? Há dois critérios, quanto à natureza e quanto à opinião. Quanto àquele, diria das palavras que tais realmente são; quanto a este, trata-se meramente do entendimento vulgar. Pois hoje assim enfraquece-se algo que é ignorado, que não é comum aos ouvidos dos imperitos, e como obsoleto é censurado; mesmo que extraído das melhores autoridades e da melhor época. As da primeira categoria, portanto, tu debes simplesmente evitar ou usar somente com justificação e explicação. Mas tu podes mesmo aproximar-te das da última categoria de palavras e tecê-las no teu discurso tal qual pedras preciosas. Quanto a este gênero todo, numa mais oportuna ocasião vos aconselharei e instruirei por exemplos.⁶⁸²

Resta a última imitação, ou seja, a *Madura*. Quanto a esta recomendo que não tantos ornatos exteriores devem ser observados, mas virtudes internas e refinamento: isto é, figuras, imagens, agudezas, e o que chamo de ornamentos. Nisto uma cautela – quando o discurso já inicia a conclusão e sobre a parte mais importante a mão impõe, evite-se a excessiva exibição⁶⁸³ e afetação. Este é um vício inteiramente infeliz, e que se introduz insensivelmente sob a aparência de virtude; é uma paixão excessiva pelo refinamento, e sem medida. Somente com dificuldade podes tu vê-la e evitá-la por si próprio: feliz é aquele que tem nesta matéria algum mestre ou conselheiro amigo.

Estes comentários expõem sobre as cartas o meu conselho: que ofereçam algum fruto, espero, àqueles que os ouviram; receio que pareçam exíguos àqueles que tão somente os leram.

⁶⁸¹ [N.T.B.: diz o original: “ingenium omittunt et genium dictionis”. Lísio faz um jogo de palavras com o par “ingenium” (qualidade natural, natureza, engenho, inteligência, talento) / “genium”(gênio, prazer, gosto, deleite) que procurei manter em português, a despeito de poder comprometer o sentido da frase].

⁶⁸² Esta obra, se foi escrita, não sobreviveu.

⁶⁸³ κακοζήλια . Literalmente, “mal ardor”. Quintiliano (*Institutio oratoria* 2.3.9) associa estilos que são “inchados” (*tumidos*), “viciosos” (*corruptos*) e “tinidos” (*tinnulos*) como “todo outro tipo de excessos” (*quocunque alio cacozeria genere*), e previne que o uso de *hyperbole* pode levar a κακοζήλια (“extravagante afetação”, de acordo com a tradução Loeb, 8.6.73). A discussão é esclarecida pela discussão da relação entre *zelos* ou *aemulatio* e *imitatio* em Greene, *The Light in Troy*, 58–59, 172–174.

ANEXO V

Reprodução das páginas iniciais

da edição de 1664 das *Cartas Familiares*

PRIMEIRA
PARTE
DAS CARTAS FAMILIARES
DE
D. FRANCISCO
MANUEL
ESCRITAS A VARIAS PESSOAS
SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS.

Recolhidas, e Publicadas em Cinco Centurias.

POR
ANTONIO LUIS
DE AZEVEDO

PROFESSOR DE HUMANIDADES
E Por elle Offerecidas.

A ILLVSTRISS. DOVTISS. E SEMPRE INSIGNE

ACADEMIA
DOS GENEROSOS DE LISBOA.



IMPRESSO EM ROMA.

Na Officina de Filipe Maria Mancini. M. DC. LXXIV

Com Licença das Superiores.

A INSIGNE
ACADEMIA
DOS GENEROSOS
DE LISBOA.
ANTONIO LVIS
DE AZEVEDO.

Seu Academico deseja perpetua felicidade.



SE eu dissesse que este Rio,
corria para esse Mar. Que
esta Pedra, buscaua esse Cen-
tro. Que esta Aguia, voaua a esse Sol.
Que esta Exalação, subia a essa Esfera:
diria o mesmo que este Liuro vay fazen-
do, saindo agora de minha mão para
vosso amparo, ó Generosissima Aca-



demia dos Generosos; porque elle
 como Rio da Eloquencia, se encaminha
 ao Oceano da Sabiduria; como Pe-
 dra do Aplauso, se dirige à Mina da Fa-
 ma; como Aguia da Galantaria, se re-
 monta ao Sol da Generosidade; como
 Exalação da Sutileza, se levanta ao Ceo
 do Entendimento. Desta sorte pois,
 posso bem affirmar que por tantos illu-
 stres como reciprocos finais, não será
 menos conhecido o voto que o simu-
 lacro: porque se este Liuro das Cartas
 de Dom Francisco Manuel, verifica em
 si mesmo, os quatro simbolos propo-
 stos; Vós também Generosa Acade-
 mia, por innumeraueis prerrogatiuas
 concordais estas semelhanças. Em Vos
 se acha hum Mar de letras humanas, e
 diuinas; que entre Vos se professaõ, se
 enfi-

ensinaõ, se aprendem, se disputaõ, e se-
 melhoraõ. Hum Centro de preciosas
Pedras, que servirão ao Edificio da me-
 moria: porque tendo em pedra sòlida o
 fundamento de vossa doutrina, tendes
 como natural a immortalidade. Hum
Sol cuja esplendida luz, influye igual-
 mente que illumina, o qual acendido na
 radiante Tocha de nossa Empresa, dà e
 darà claridade a outras mayores. Hum
Firmamento, pella nobreza dos Astros
 que Vos illustraõ, e cõ que Vòs, por elles,
 illustrarèis o Mundo todo. Sendo logo
 Vos esta, ò famosa Academia! e sendo
 este o Liuro, tão filho de seu Autor
 como elle vosso, a Vòs, a elle, e a my des-
 conhecera, se hauendo eu de publi-
 callo, buscasse para Vòs outro empre-
 go, para nòs outro auxilio. Vingança

seria, e não affecto, fazer como as Obras
 e o nome de seu Autor, nouamente pe-
 rigrinassem em busca de outras aras. O
 Liuro perigrinou já em os lououres
 dos estrangeiros, para descançar agora
 em os aplausos dos naturaes. Veremos
 assy conformes a aquellas queixas, da pa-
 tria, e dos patricios: Vós fereis a primei-
 ra em honrar o filho, e elle o primeiro
 em senão queixar dos desprezos da
 mãy. Gozará deste modo, não sò esta
 marauilha, mas a quella de ser o vnico
 Liuro de Cartas que se publicou, em
 nosso Idioma: o qual, por que nunca seja
 despojado deste priuilegio, també será
 o vltimo: porque depois deste, pouco
 lugar fica à confiança, para que se espe-
 rem outros. Neste grao o asseguro fa-
 tisfeito em vossa companhia, não me-

nos por gozar de vossa estimação, como da ventagem que elle ha de gozar por Vos, a que sempre aspirou, e que vos mereceo sempre, como hum dos mais fieis, e zelosos de vossos Alumnos. Recebeio sapientissima Academia humanamente. pois elle troca hoje os interesses de sua Mayoria, só por lograr o interesse de vossa igualdade; depois de hauer mostrado às nações de Europa, a estatura da gloria da patria, bem dibujada nas planas deste papel, bem delineada nas linhas destas Cartas: donde agora já todos, com facil obsevação alcanção, segundo a quantidade desta Parte, a immensidade desse Todo, de vossos merecimentos; e que sois Vós nobilissima Academia, o gigante deste dedo. Do qual espero justamente,



que nas ^{as}altas paredes da posteridade
 escreua qual he o affecto e reueren-
 cia, com que tal presente Vos offere-
 ço; ficando assy constando, e assy con-
 stante para sempre, seu credito, vossa
 gloria, nossa obrigação, e o meu
 nome.

Antonio Luis de Azeuedo.

*Lisboa em 20. de
 Janeiro de 1664.*

4 68

A O S DISCRETOS.



COM Vosoutros fallo, os que o foes, ou com os que o de-zejaõ fer. A Vosoutros busco confiado, seguro de que vos hey de achar benignos. Naõ ha discreto que o naõ seja; nem ignorante que naõ seja rigoroso. Com a sciencia se moderaõ as paixoens. Maes dominaõ os homens os appetites com o que sabem, que com o que podem. Se houuera maes scientes, foraõ menos os apaixonados. Menos foraõ os criticos, se foraõ maes os sabedores. Naõ me queixo de que se note o que he mau; mas de que se note o bom, ou porque o he, ou porque sennaõ conhece. Apenas fae a obra, quando està já censurada; maes da inueja que

†† do

- 1 Imenial. Sat. 3.
Paulatim vicia, atque errores excuit omnes.
Prima docens vestrum sapientia.
- Terent. in Hec.
Illic sapere, qui ubicumque opus sit, animum possit flectere.
- Lud. Viu. lib. 2. de an. cap. de affectibus.
Sapiens surgentem naturæ effectum rationis freno compescit, cogitque, recto iudicio cedere.
- 2 Senec. de Prouid.
Cum his conuersare, qui se corrigant.
- 3 D. Bernar. sup. Cant.
Detractores quidam simulata verecundia facio conceptam malitiam quam retinere possunt conantur.
- Cicer. ad Heren.
Invidia plerumque bonos infecatur.
- Picus Mirandula in Angel. Polit. lib. 1. ep. 3
Non eo usque delicato ingenio sum, ut amici hominis litura fastidium

4 Angel. Polit. epist. 4.
*Momo personam induit,
 quæstio ferunt scandalum
 Veneris culpæque, cùm
 Venerem non possit.*

do zelo: * Momos ha da perfei-
 çaõ, como os houue dos defeitos.
 Sinal he de infirmitade o disfa-
 bor, com que se gostaõ os man-
 jares bons. Mal compostos an-
 daõ os humores no corpo huma-
 no, quando o doce lhe parece
 defabrido. Na luz do Sol, huns
 acreditaõ a vista; outros a per-
 dem. O defeito, està da parte da
 potencia que, he limitada, e não
 da parte do objecto, que sempre
 he claro. Olhos ha taõ fracos,
 que atè da luz de huma vella se
 offendem. Esta he, Senhores,
 a razãõ, porque sò com vosco fal-
 lo; que como Discretos, não se-
 reis apaixonados. Não sò nos
 que escreuem não ha de hauer
 aquelles dous affectos de Amor,
 e Odio; tambem os não ha de ha-
 uer em os que lem; paraque jul-
 guem do que lerem com acerto.
 Offereçouos as Cartas de Dom.
 Francisco Manuel, maes para
 lisongearuos o gosto com que
 sey aplaudis seus Escritos, que
 para me grangear a mim, credito;
 que

que luzir com luzes alheas, he querer a poucos passos, dar mostras da propria escuridade. Bem conhecido he o Autor pellas Obras com que tem saído, tão envejadas de muitos, como imitadas de poucos; Sobre tudo admiradas dos maes entendidos. ⁵ Se foraõ posthumas, fora sem duvida maes vniuersal a estimaçaõ; porque com a vida que perdem os Escretores, adquirem vida para suas obras. ⁶ Esta, que inuentou a minha curiosidade, tratei de dar à estampa, quando dezejaua ao Cedro, paraque durasse sempre. ⁷ Vi primeiro muitos volumes de Cartas, que escreueraõ os antigos, e modernos, assy Latinos, como Italianos, e Espanhoes, e Franceses. Confesso que nenhũas me parecerã melhores; E maes creio, que me naõ engano; deue de ser porque de todas, tem o melhor. Escreueoas peregrinando pello mundo, e de spoes entre as mayores tribulaçoens, preso em hũa

†† 2 Tor-

⁵ Ouid. lib. 8. Amor.
*Pascitur in viciis labor, post
sata quiescit.*

*Tum suus ex merito quem-
que tactur honor.*

Horat. l. 3. Carm. Od. 30.
*Non omnis moriar, mul-
taeque pars mei.*

*Vivibus Libitinae; usq;
ego prospera*

Crescam laude recens.

Idem.

*Virtutem incolumen odi-
mus;*

*Sublatam ex oculis queri-
mus invidi.*

⁶ Horat. in Arte poetica
*Speramus carmina
fingi*

Possis linenda cedro.

Perfius.

Ea cedro digna locutus

⁷ Angel. Polit. Plinius
Secundus. Iustus Lips.
Seneca. D. Hieronymus.
S. Isidorus. Cicero. Tor-
quar. Tass. Antonius Pe-
rez. & alij quamplurimi.

8 Senec. epist. 9.
*Circa everfos ingens soli-
 tudo est.*
 Petrarch Dial. 27.
*Qui infidelis esse incipit,
 definit esse amicus.*

9 Ex adagio.
*Inus malorum non nocet
 strepitum.*
 Horat. Carm. Od. 1.
*Est animus illi
 rerumque praesentium
 cunctis
 Temporalis, dum super
 reficit.*

10 Ouid. lib. 1. de Trist.
 lib. 1.
*Carmina praesentant au-
 tem delecta ferunt.*
*Nubila sunt subire tem-
 pora nostra malis.*
*Carmina successum scriben-
 tis & illa querunt.*
*Ate mare, me veni, me fi-
 ra iussit hyems.*
*Da mihi Moenidemque tot
 est, missa casus.*
*Ingenium tantis excidit
 omnia malis.*
 11 Cicero lib. 1. de Offic.
*Magna laus, & admiran-
 bilis ceteri poteruntque
 casus aduersi.*

Torre, falto de faude, sem gosto,
 sem liberdade, deixado dos pa-
 rentes, ⁸ desamparado dos ami-
 gos: desses quero dizer, que re-
 tinhaõ o nome, naõ o officio;
 porque deixaraõ de o ser quando
 era necessario o fossem maes. Tu-
 do motiuos para o realce do a-
 certo, com que chegou a escre-
 uer, sem dar mostras do menor
 delconcerto de animo; ⁹ com-
 batido de tantas desgraças, ven-
 cido porẽm de nenhuãs. De
 grandes pilotos he naõ perder o
 leme, nas mayores tormentas; e
 de grandes sabios naõ lhe pertur-
 barem os infortunios o juizo:
 Norte por quem se gouerna o co-
 ração humano, no mar tempe-
 stuoso das afflições. Embrave-
 çase a Fortuna contra o corpo,
 com tanto que deixe liure o espí-
 rito para o discurso. ¹⁰ Estas Car-
 tas maes parecem de quem viue
 entre as delicias de hum sossega-
 do retiro, que de quem lida com
 os cuydados de hũa prizaõ peno-
 sa. ¹¹ Quem assy naõ cede às
 des-

desgraças, digno era de grandes felicidades. Queixaffasse alguã vezes de sua fortuna, maes para se mostrar sensível, que para mostrar-se queixoso. ¹² Não he de fôr no entendido dar mostras de sentimento; fora deslustre, se dera occasião para se sentir. Onde, ha razão, ha dor; basta que não haja desesperação. Não me espanto de que assy se queixe, espanto me de que assy sofra. ¹³ Aqui vemos por experiencia os documentos da Filotona no sofrimento. Dar queixas, val tanto como o pedir remedio, para o do que se queixa. De elle creon os pede a compaixão: como quem sabe, que para malles de tantos anos, não pode hauer outro remedio. Sou certo que se leres suas Cartas, lhe applicareis a laltima: ¹⁴ porque males alheos sempre lizeraõ animos compassivos: ¹⁵ Será pello temor que temos de ver em nos, o que estãmos vendo nos outros. O estillo não he o de que muitos vĩaõ, culto, e enig-

Alciat. Embl. 36.

Adentis

Qui constantiter eris, premis digna feret.

¹² Seneca.

Dolor clamorem explicat, dum secreta non exprimat; non potest honor par dolori esse, nec rationi dolor.

¹³ Seneca epist. 30.

Hic Philosophia praeferat in onerumque corporis habitum, fortem in conspectu mortis hilarem nec deficientem.

Virgil.

Superanda omnis fortuna ferendo est.

Horat. Carm. l. 1. Od. 24.

Leuius fit patientia

Quicquid corrigere est nefas.

¹⁴ Vergil. 1. Aeneid.

Non ignara mali, miseris succurrere disco.

¹⁵ D. Greg. 1. Moral.

Quam aliena infirmitati compatiuntur, valentius a nobis roboramur, ut ante futurorum mentes ad praesentia aduersa se prepararet, et cruciatus intus, quos timebat, exspectet.

16. Lipsi. in Epistolar.
instit.

17. Quintil. inst. Orator.
l. i. c. 9.

Peregrino¹ sermoni atten-
tem Vedium Lucilius
infestatur. Pollio de-
prehendit in Lipsi Pa-
raunitatem.

18. Idem.

Quia cum laudem virtu-
tem eorum, qui potentia-
rem facere linguam la-
tinam studebant, nec a-
lienis egre instituti fa-
ceantur.

19. Idem lib. i. cap. 11.

Verba d. viciu-
ta, non solum magnos
assertores habent, sed
etiam afferunt orationi
maiestatem aliquam no-
sine delectatione, nam &
auctoritatem antiquita-
tis habent, & quia in-
termisla sunt, gratiam
novitati suilem parant.

20. Horat. in Arte poet.
Brevi esse labori.

Obscurus fio.

21. Quintil. l. 4.

Superuacua cum lecto di-
cuntur.

22. Diog. Laert.

enigmatico; he o de que havião
de vfar todos, claro, breue, sen-
tencioso, e proprio; sem affeite,
sem rodeos, nem metáforas. ¹⁶

Aparecer de Lipsio, o escreuer
Cartas ha de ser conforme ao fal-
lar; a escriptura não he bem des-
diga da pratica. O modo com
que se escreue, he hum pouco
maes apurado do com que se fal-
la. ¹⁷ Não se val de palauras es-
trengueiras; ja pode ser temeroso
da censura que fez Lucilio a Vec-
tio, e Pollio ao Historiador Ro-
mano; ¹⁸ ou por alcançar o lou-
vor que dà Quintiliano aos que
escreuendo na lingua propria,
desprezaõ as alheas. ¹⁹ Vfa, si,
alguãs vezes das nossas Portu-
guesas antigas, imitando a Salustio;
de quem disse hum Critico, imi-
tara as de Cataõ. Vfasdas com
mediocridade, seruem de orna-
to aos periodos; Igual graça tem
o antigo, que o nouo. ²⁰ Não he
taõ breue que confunda, ²¹ nem
taõ prolixo que enfaltie; ²² guar-
da aquella mediania, taõ prouei-
tosa

rosa em todas as virtutes moraes.

23 Por breue não entende Quintiliano o que he pouco; mas o que he necessario; e todo o necessario he breue, por sentença do Lyrico. Maes são os conceitos que as palauras; e são tão boas as palauras, que podem servir de conceitos. A ellas creio se pode aplicar o de Plinio a Traiano. Nascuntur sub calamo verba. E o que das suas dezia Policiano: Verba mea sub acumine stili nascuntur. Deueis aduertir que em as introduçoens das cartas, senão referem os nomes dos viuos, a que foraõ escritas: mas os dos mortos, so mente, excuzando respeito, e preferencias odiosas sempre, e maesem acçoens que sò se enca-minhaõ ao comum contentamẽto: *Ultra non moror*.

In templo Delphico testatur hoc duo apophthegmata esse inscripta columnis marmoreis. Nofse se ipsum. Neguid nimis.

Hor. L. 2. Carm. Od. 10. Auream quisquis mediocritatem Diligit. &c.

23 Quintil. lib. 4. cap. 12. de narratione.

Not autem breuitatem in hoc ponimus, non ut minus, sed ne plus dicatur quam oporteat. Hec tenenda est via. Dicendum quantum opus est, quantum sat est.

AD ZOILOS.

*Vnguibus hic vestris sit pagina quæque notata,
At mendum his nullum est; ergo notate bonum.*

Aos

Protestação.

TVdo o que neste Liuro se diz tem fogueitado à doutrina, e correcção da santa Madre Igreja Romana seu Autor, quando escreueo estas Cartas, e o Compositor quando ordenou a publicação dellas, que foraõ de nouo correctas com toda vigilancia por escuzar qualquer leue escandalo, conforme seu Autor em todas suas obras tem procurado, como dellas se conhece, por tantos actos positiuos.

Approbatio.

DE Mandato Reuerendissimi P. Hyacinthi Libelli Magistri Sacri Palatii, legi attentè, & accuratè recognoui has Epistolas à Domino Francisco Manuel scriptas, & ab Antonio Luiz de Azeuedo collectas: in quibus, præterquam quòd à Fidei recta, & morum sana doctrina minimè abhorrent, nihil est quod non liceat, imò nihil quod non deceat. Insunt præterea suauia acumina, innocentes vneres, eruditi sales: & quantum vtriusque linguae intelligentia assequi possum, propria est locutio, nitida phrasis, stylus candidus, compositio apta, elegantia summa. Accedit concinnitas quædam venusta, & felix verborum, & sententiarum vbertas, & copia. Spargit documenta salubria, ferit exhortationes pias, adhibet præcepta politica: miscet vtile dulci. In iocosis pondus, in serijs iocos, in obuijs accurationem, in varijs ordinem, in diuersis proportionem, in tristibus hilaritatem, in lætis moderationem lector inueniet. In familiari Epistolarum stylo perfectam Reipublicæ formam exhibet. Vellem communis ea, in qua scribit, esset lingua, vt ad omnes nationes erudita utilitas cum voluptate perueniret. Ideam hic esse Epistolaris styli, doctis confirmem. Ac recipio

†††

fore

fore, vt qui studiosi has Epistolas legere occoeperint, ij non nisi inuiti deponant. Hoc meum est verum, syncerumque iudicium. In Collegio de Propaganda Fide. Kalend. Septemb. Anni salutis. M. DC. LXIV.

F. Franciscus à S. Augustino Macedo.

Imprimatur si videbitur Reuerendiss. Sacri Palatij Apostolici Mag.

O. Archiepiscop. Patracen. Vicesg.

Imprimatur

Fr. Hyacinthus Libellus Sacri Palatij Apostolici Magister.

Aprouação .

POR commissão do Reuerendissimo P. Iacinto Libelli Mestre do Sacro Palacio, vi este Volume de Cartas, composto por D. Francisco Manuel. Com ecei a lello com curiosidade, continuei com goſto, acabei com admiração. Metime na lição, e achei me engolfado em hum mar de diſcriçoens: ſeruiome de Carta de marear para tomar a altura do Norte dellas, e ceuado no goſto de ler achei em cada letra hũa Pedra de Ceuar, em cada linha hum rumo de engenho. Deſcarteyme de todas as occupaens, e fiquei encartado, ou encantado dentro do labirinto doce do Volume, dando de mão ao fio para ſahir, accitandoo para me embarçar de modo, que não ſahiſſe. Encontrey menos Minos-Tauros, e mais Minas d'ouro onde enriqueci. Andou auilado quẽ as diuidio em Centurias, e poz em armas deſafiando aos mayores engenhos confiado na ventagem com que eſcreue. Vele nas armas de que vſa, e no modo com que as maneja. Poem em campo armado de ponto em branco, no branco do papel, auifos, ſentenças, piques, galantarias, rifaõs, alluſoens, remoques, annexins, deſdens, compliments, contos, queixas, petiçoens, ſatisfaçoens, graças, tudo diſpoſto, e trauado de maneira que parece exercito formado. Mas ſendo a guerra de Familiares Episto-

las vence sem força , conquista sem violencia . Rende-
 demselhe voluntarios os afeitos dalma , e fazense
 prisioneiros adorando as prisoens , que valem maes
 que a liberdade . Afeição não magoa : cativa , não
 força : moue , não constrange : rende não offende .
 Dãse aqui as mãos o honesto , vtil , e deleitoso .
 Correm parelha , a elegancia , e a propriedade : a
 facilidade , e o decoro : a composição , e o despeio : a
 gravidade , e a galantaria : a variedade , e a semelhan-
 ça . Encontramse lendo , equiuocos graciosos , pro-
 verbios agradaveis , descripçoens apraziueis , anne-
 xins galantes , digressões alegres , documentos
 proueitofos . As palautas são proprias , a frase lidi-
 ma , o estylo corrente . Mostra hũa belleza descuy-
 dada , fermolura sem afeites , lindeza com arrufos ,
 que entretem sem fastio os Leytores . Pica com
 agudeza , remoquea com graça , conta sem proluxi-
 dade , pede sem importunação , representa sem
 biocos , queixa se sem melindres . Mistura suas ray-
 nas , que valem mais , que lisongjas : e ainda que
 requebros . Se olho para a facilidade parece nature-
 za , se para a elegancia parece arte , se para o desen-
 fado parece confiança : na composição se ve hum
 descuydo cuydadoso . He o Volume hũa idea de Car-
 tas , que serue de original a todas as copias . Se a
 nossa lingoa fora comũa , o liuro fora hũa vniuersal
 Eicola . Foi Prouidencia Divina , que a impressão
 destas Cartas se fizesse em Italia mãy das letras para
 reco-

reconhecer o parto por legitimo filho da doutrina.,
e paraque o que na Patria era vnico, fora della ficasse
com a excellencia de Peregrino. Conhecido he o
Liuro por seu Autor D. Francisco Manuel Fenix
sem duuida dos engenhos, que naõ pode deixar de
ser Fenix, quem o gera. E bem se sabe que gerou
elle o Fenix de Africa entre as luzes, sem o delcon-
to das cinzas. Roma neste Collegio de Propaganda
Fide. 16. Setembro de 1664.

*Frey Francisco de S. Agostinho
Macedo.*

CAR-

C A R T A

DO AVTOR AOS LEITORES

DE SVAS CARTAS.

Senhores: Assim como pede a cortezia que faya-
mos a receber a porta de nossas cazas, com algũa
cortez de mostração a nossos hospedes, manda a vr-
banidade, que com algũa aduertencia, vamos a
encontrar nossos Leitores, ao principio de nossos li-
uros. Lá collumão aquelles desculpar-se aos outros de
que não sejaõ bem agasalhados; e cá estes se escuzão
a elloutros, de que sejaõ mal instruidos. Ora segundo
a boa ley deste costume, se a my me valessem as es-
cuzas que posso darvos por satisfaçoẽs, todos ficaria-
mos satisfeitos. Vos que sabeis meu natural, e não
inorais meu cabedal, he certo que não recebereis
com sobressalto, a inutilidade deste Liuro. Do mes-
mo vos peço que vos lembreis, quando o julgardes
para que vos não deis por offendidos de sua pobreza.
Assy o espero quando eu seja tão venturoso, que an-
tes comece que acabe, com pequena opinaõ de dis-
creto; pois de ordinario os affectos, vallem como
os numeros, segundo o lugar donde estaõ postos. Se
desde logo começardes a ler tem presumir de achar
tesouros, nada sentireis quando vos faltem. Pode a
aihea

alheia afeição, conui daruos com a leitura destas cartas . Iá se sabe que a Amizade he filha do Amor , de quem não degenera em ser mal vista: e do Pay-ninguê duuidou, ser criado tanto à sua vontade que pretêde que todos estimem, e aprouem, o que elle apro-ua, e estima . Cinco Centurias de Cartas minhas se vos offerecem neste Liuro : as maes foraõ escritas cõ sangue, enxutas com lagrimas , dobradas com singeleza , selladas pella desgraça leuadas pella mo fina . Sõ se deleitarã de as ler a Fortuna , que as fez ditar : como quem nellas esta vendo o dibuxo das façanhas de sua iem razaõ . Em os Affuntos ha pouca variedade, porque sempre o humor da Sorte, estaua fixo na melancolia . Aquellas que com melhor pena se escreueraõ : não esperou a tempestade da desgraça que as leuasse outro vento: porque em fim como obra de penas, e de palauras, hauiaõ de ter no ar sua sepultura bem que no fogo, tiuessem seu nacimẽto . Por todas cintila o queixume, a pezar da modestia, que procura embaraçallo, e desmẽtillo, mas a dor he taõ atreuida, como quem nunca lhe falta coraçãõ de auezada a viuer nelle . O maes que não acautelou o temor por mãos do artificio : não passa, de frasís naturais palauras fans, e modos comuns: que se acazo se meteraõ em ordem , maes se deue à natureza que ao estudo : O peito aberto mal pode nngir , e menos compor-se a jnorancia . He verdade que lhe amanheceu despoes outro tẽpo maes sereno, mas a gosto he como o dia:

que

que maes de preſta torna outro, do que o paſſado reſulcita . As Cartas ſerias, e de negocios de Eſtado, em que podia deſcubrir ſe algũa ſenaõ agradavel vtil eſpeculaçaõ, naõ podem communicarſe, nem o permittirã o lugar, ainda que a materia o concedeſſe; mas ſe o agazalho deſtas he qual deue eſperarſe de voſſa benignidade, breuemente poderaõ offerecerſe a voſſo uizo, em outras tantas Centurias; outras tantas occaſiões de vos moſtrardes Sabios com minha jnorancia . Suprirã a riqueza do numero, a deſualia da calidade . Naõ vos marauilhe a promeſſa, ſendo facil de cumprir; deſpoes de hauer ajuſtado que sò nos primeiros ſeis anos da minha prizaõ, eſcreuivinte e duas mil, e ſeis centas cartas . E que ſerã hoje ſendo doze os de prezo, ſeis os de deſterrado, e muitos os de deſditozo? Da infelicidade da compoſiçaõ, erros da eſcritura, deſmancho dos numeros, e outras imperfeições da eſtampa, naõ ha que dizeruos: Vós os vedes, vós os calligay; que eu por força havia de perdoallos, ou porque entre os alheos ſe deſſimulaſſem os meus; ou porque a par dos meus, ſenaõ viraõ os alheos . Deus vos guarde .

O AVTOR.

CAR.

ANEXO VI

Exemplares da 1ª e 2ª edições nas Bibliotecas do Mundo

Exemplares da 1ª e 2ª edições das *Cartas familiares* nas Bibliotecas do Mundo

1) Biblioteca Nacional de Portugal

MELO, Francisco Manuel de, 1608-1666

Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos, recolhidas, e publicadas em cinco centurias por Antonio Luis de Azevedo... - Em Roma: na officina de Filipe Maria Mancini, 1664 . - Ex. incompl.; falta o anter. e a carta C. da Centuria 5ª (entre pp. 795 e 800) ex. res. 533 V.. - Ex. compl., contendo a Carta C. da Centuria 5ª (impr. post. em Lisboa) com 800 p. ex. Res. 373 V.. - BN Paris CXI 1036. - Inocencio II 442. - NUC NM 0423825. - Palau (2ª ed) 160460. - Simón Diaz. Bibliogr. lit. hesp.

BN RES. 373 V.

BN RES. 533 V.

AZEVEDO, ANTONIO LUIS DE, FL. 16--

MANCINI, FILIPPO MARIA, FL. 166--167-

MELO, FRANCISCO MANUEL DE, 1608-1666

Cf. o Prefácio de Maria da Conceição Moraes Sarmiento, à p.16: "Da edição de 1664 encontrei oito exemplares: um na Biblioteca da Universidade de Coimbra, outro na Biblioteca da Faculdade de Letras da mesma Universidade, dois na Biblioteca Nacional de Lisboa, um na do Palácio da Ajuda, dois na Biblioteca Municipal do Porto e outro na Nacional de Madrid. É provável que haja outros mais, em bibliotecas particulares ou estrangeiras."

2) Bibliothèque Nationale de France

Auteur(s) : Mello, Francisco Manuel de (pseud. Clemente Libertino)

Titre(s) : *Primeira parte das Cartas familiares* [Texte imprimé] de Francisco Manuel,... recolhidas e publicadas em cinco centurias, por Antonio Luis de Azevedo,...

Publication : Roma : F. M. Mancini, 1664

Description matérielle : In-4°, 800 p., pièces limin.

Autre(s) auteur(s) : Azevedo, Antonio Luis de. Ed.

Notice n° : FRBNF30923114

3) Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Paris

AUTOR(ES) Melo, Francisco Manuel de. 1608-1666

Mancini, Filippo Maria. fl. 165-, impr.

TÍTULO/ RESP. *Primeira parte das cartas familiares* / de D. Francisco Manuel escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos ; recolhidas, e publicadas em cinco centurias por

Antonio Luis de Azevedo.. PUBLICAÇÃO Em Roma : na officina de Filipe Maria Mancini
1664

DESCR. FÍSICA [22], 794 p. ; 22 cm

ASSUNTOS Melo, Francisco Manuel de. 1608-1666 – [Cartas]

CDU 821.134.3-6"16"

821.134.3-6 Melo, Francisco Manuel de COTA(S) LID 158

AUTOR(ES) Melo, Francisco Manuel de. 1608-1666

Azevedo, António Luís de . ed. lit.

TÍTULO/ RESP. Primeira parte das cartas familiares escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos, recolhidas e publicadas em varias centurias / por Antonio Luis de Azevedo

PUBLICAÇÃO Lisboa : [s.n.] 1752

DESCR. FÍSICA XVI, 559 p. ; 20 cm

ASSUNTOS Melo, Francisco Manuel de. 1608-1666 – [Cartas]

CDU 821.134.3-6"16"

821.134.3-6 Melo, Francisco Manuel de COTA(S) LID 251

4) Biblioteca do Vaticano

Documento nº1/1

10472739

Notizia bibliografica

Autore : Manuel, Francisco.

Titolo : Primeira parte das cartas familiares ... escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos. Recolhidas, e publicadas em cinco centurias por Antonio Luis de Azevedo...

Pubblicazione : Em Roma, na officina de Felipe Maria Mancini,

Anno di pubblicazione : 1664.

Descrizione fisica : [24], 800 p. 23 cm.

Lingua : Spagnolo

Esemplari

Bibl. Sezione Collocazione

Biblioteca Apostolica Vaticana STAMPATI Barberini.Y.X.81

5) British Library

Title: Primeira parte das Cartas familiares de D. Francisco Manuel escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos. Recolhidas, e publicadas em cinco centurias. Por Antonio Luis de Azevedo ... Offerecidas a ... Academia dos Generosos de Lisboa.

Main heading: MANUEL DE MELLO. Francisco

Additional headings: AZEVEDO. Antonio Luis d'

Publication details: Roma: Na Officina de Filipe Maria Mancini, 1664. pp. 1-794. 4o.

Shelfmark: 1609/2709.

Notes: No more published?

6) Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Melo, Francisco Manuel de, 1608-1666.

Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel : escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos / *Recolhidas e publicadas em cinco centurias por Antonio Luis de Azevedo ...* - Impresso em Roma [Italia] : Na Officina de Filipe Maria Mancini, 1664.

[26], 800 [i.e. 798]p. ; 25cm. (4to)

Pagina de titulo: Obras familiares de D. Francisco Manuel.

Carta 100. da Centuria Quinta, nos exs. 2 e 5 foi impressa posteriormente em Lisboa, com papel e tipos diferentes e inseridas nesses exemplares.

P. [2] e [4] em branco.

Paginas numeradas erradamente.

Numeros 504-505 omitidos na paginacao.

Referencia: Innocencio, t. 2, p. 442.

Ex. 2 em: 22,2,17; Ex. 3 em:25,1bis,9; Ex. 4 em: 217,2,5; Ex.5 em: 217,3,1; Ex. 6 em:223,1,4

ABNI JAM FJS BFR

I. Azevedo, Antonio Luis de. II.Título.

CDD: 869.6

BN001566024

Localização: 22,2,16,ex.1 OR

7) Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Chamada: 869.0 M528PR

Localização: AGE

Tipo de Documento: LIVRO - Monografia

Título: PRIMEIRA PARTE DAS CARTAS FAMILIARES

Autores: MELO, FRANCISCO MANUEL DE

AZEVEDO, ANTONIO LUIS DE

Imprenta: ROMA : F M MANCINI , 1664

Descrição Física: 800 p

Idioma: PORTUGUES

Assuntos: LITERATURA PORTUGUESA.

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

A

ALBERICO DE MONTECASSINO, 39, 45, 175, 176
 Amizade, tópica da, 81
 AMORA, A. Soares, 26, 144
 ANÔNIMO (de Bolonha), 3, 9, 45, 179, 184, 253, 255
 ARISTÓTELES, 39, 74, 75, 82, 146, 150, 164, 191, 221, 278
 Armas e letras, tópica das, 85, 87
Ars dictaminis, 3, 4, 33, 37, 42, 46, 115, 122, 133, 149, 152, 165, 175, 176, 177, 184, 189, 190, 204, 247
Ars dictandi, 46, 115, 122, 149, 152, 175, 176, 184, 190
 AZEVEDO, António Luís de, 13, 14, 15, 16, 18, 30, 38, 72, 87, 88, 133, 134, 137, 138

B

BARREIROS, António José, 27, 28, 42, 144
 BARZIZZA, Gasparino, 190
 BEBEL, Heinrich, 193
 BEMBO, Pietro, 190
 BICKEL, Ernst, 19, 20, 144
 BOÉCIO, 104, 150, 184
 BRACCIOLINI, Poggio, 190, 191
 BRAGA, Teófilo, 13, 22, 23, 24, 82, 107, 140, 144, 145, 155, 156
 BRASIL, Reis, 26, 144
 BRUNI, Leonardo, 190, 191

C

CAMARGO, Martin, 152, 175, 176, 177, 178
 CAMÕES, Luís de, 24, 50, 58, 85, 107, 153, 241, 242
Captatio benevolentiae, 9, 37, 45, 46, 47, 50, 53, 58, 60, 63, 178, 179, 180, 181
 Carta consolatória, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 102, 104, 124, 195, 208, 212, 247
 CASTIGLIONE, Baldassare, 49, 91, 134, 136, 149, 152, 244
 CELTIS, Conrad, 193
 CHOMARAT, J., 21, 153, 191, 192, 193, 202, 204, 207
 CÍCERO, Marco Túlio, 19, 39, 48, 50, 60, 66, 75, 81, 82, 90, 134, 146, 150, 153, 163, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 177, 189, 190, 191, 193, 194, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 213, 214, 218, 221, 223, 225, 228, 235, 247, 251, 263, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303
 COLA DI RIENZO, 190
Conclusio, 3, 4, 37, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 203, 242
 CONTE, Gian Biagio, 153, 165
 CUNHA, Maria Helena Ribeiro da, 30
 CURTIUS, Ernst Robert, 38, 61, 62, 84, 85, 88, 93, 123, 144, 182, 285

D

DATI, Agostino, 191
 DEMÉTRIO, 20, 29, 39, 146, 163, 164, 214, 295, 297, 301
 Desconcerto do mundo, tópica do, 84, 124

E

ERASMO DE ROTTERDAM, Desidério, 3, 9, 20, 29, 40, 88, 137, 147, 156, 177, 191, 194, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 221, 271, 273, 297, 300, 301

F

FABRI, Pierre, 13, 20, 41, 93, 115, 122, 147, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 225
 FICINO, Marsílio, 191
 FIGUEIREDO, Fidelino de, 26, 27, 142, 144, 152, 228
 FILELFO, Giammario, 191

G

GALFREDO DE VINSauf, 40, 64, 122, 147, 177, 182, 183
 GRACIÁN, Baltasar, 41, 62, 91, 94, 95, 110, 135, 136, 137, 149, 150, 152, 251
 GREGÓRIO NAZIANZENO, São, 29, 163, 169, 170
 GUARINI, Guarino, 190
 GUEVARA, Antonio de, 18, 154, 194, 215, 216, 217, 218, 245, 249

H

HANSEN, João Adolfo, 1, 6, 27, 55, 91, 147, 154
 HENDERSON, Judith Rice, 21, 154, 190, 193, 201, 202, 203, 204, 207
 HOMERO, 18, 109, 155, 287, 299
 HORÁCIO, 20, 75, 76, 85, 89, 90, 147, 152, 155, 189, 197, 274, 276, 280, 286, 290, 294

I

Il Libro del Cortegiano, 49, 91, 134, 136, 149, 244

K

KENNEDY, George A., 147, 163, 164, 165, 171, 302

L

Labor limae, tópica do, 29, 89, 90
 lágrimas de Heráclito e do riso de Demócrito, tópica das, 91, 92, 156

LAPA, M. Rodrigues, 16, 17, 24, 32, 72, 95, 110, 133, 140
 LAUSBERG, Heinrich, 60, 64, 136, 137, 148
 LAWAND, Jamile Trueba, 148, 215
 LE GENTIL, Georges, 25, 144
 LÍPSIO, Justo, 3, 9, 19, 21, 22, 40, 41, 42, 47, 77, 94, 103, 122, 125, 134, 137, 148, 150, 159, 167, 191, 194, 234, 235, 236, 237, 238, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304
 LOBO, Francisco Rodrigues, 28, 30, 149, 221, 239, 241, 243, 244, 245, 248, 249
 LOPES, Óscar, 29, 30, 145, 244

M

MACEDO, Fr. Francisco de S. Agostinho, 14, 35, 78, 134
 MACHADO, Diogo Barbosa, 14, 80, 118, 145
 MALHERBE, Abraham J., 20, 39, 48, 53, 148, 163, 165, 169, 170, 171
 MARTÍN, María Nieves Muñoz, 148, 166, 169
 MELO, D. Francisco Manuel de, 3, 4, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 241, 241, 243, 333, 334, 335
 MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros, 30
 MUHANA, Adma Fadul, 6, 47, 155, 194, 195
 Mundo às avessas, tópica do, 84, 124
 MURPHY, James Jerome, 21, 45, 64, 115, 122, 146, 148, 154, 181, 190, 201, 255

N

Narratio, 3, 4, 37, 47, 63, 64, 70, 71, 78, 80, 82, 88, 92, 98, 100, 101, 114, 122, 123, 124, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 193, 203, 242
 NEGRO, Francesco, 192, 204

P

PAULO CAMALDULENSE, 46, 64, 122, 148, 177, 181, 182, 183
 PÉCORA, Alcir, 1, 6, 107, 110, 155, 175, 176, 177, 178
 PÉREZ, David J., 18, 150, 216
 PEROTTI, Niccolò, 191
Petitio, 3, 4, 37, 114, 115, 116, 117, 121, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 193
 PETRARCA, Francesco, 189, 190, 228
 PICCOLOMINI, Enea Silvio, 191
 POLIZIANO, Angelo, 134, 137, 191, 203, 215, 223, 275, 286, 301, 302
 PORTUGAL, D. Francisco de, 43, 75, 76, 78, 123

PRESTAGE, Edgar, 14, 15, 16, 38, 42, 44, 79, 86, 140, 143

Q

QUEVEDO, Francisco de, 47, 48, 74, 77, 86, 96, 155
 QUINTILIANO, Marco Fábio, 104, 148, 171, 190, 192, 204, 221, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 300, 302, 304

R

REMÉDIOS, Mendes dos, 24, 25, 145
 RESENDE, Duarte de, 82, 150
 ROCHA, Andrée Crabbée, 29, 134, 156, 241, 244

S

SÁ DE MIRANDA, Francisco, 7, 25, 31, 114, 156
 SADOLETO, Jacopo, 190
 SALUTATI, Coluccio, 189, 190
Salutatio, 3, 4, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 125, 166, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 193, 203
 SANSOVINO, Francesco, 93, 148, 194, 227, 228, 229
 SANTOS, Marcos Martinho dos, 156, 165
 SARAIVA, António José, 29, 30, 145, 244
 SARMENTO, Maria da Conceição Moraes, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 28, 32, 38, 74, 133, 134, 135, 140, 333
 SÊNECA, Lúcio Aneu, 11, 47, 48, 55, 93, 94, 104, 108, 109, 112, 134, 150, 161, 163, 167, 189, 193, 195, 203, 205, 214, 223, 275, 279, 288, 289, 290, 294, 297, 301, 302
 SILVEIRA, Francisco Maciel, 30
 SPINA, Segismundo, 17, 97, 140, 143
 SULPIZIO DI VEROLI, Giovanni, 192

T

TERÊNCIO, 11, 224, 286, 294, 300, 301, 302
 TERÊNCIO AFER, Públio, 11, 224, 286, 294, 300, 301, 302
Theatrum mundi, tópica do, 88
 TOMÁS CAPUANO, 46, 115, 122, 149, 177, 184
 TORQUEMADA, Antonio de, 13, 64, 97, 102, 122, 126, 137, 149, 191, 194, 219, 221, 223, 224, 225, 226
 TOSI, Renzo, 48, 89, 90, 138, 156, 224

V

Valedictio, 3, 4, 37, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 206, 213, 226, 234, 242, 291
 VARRÃO, Marco Terêncio, 294, 302, 303
 VIANA, Mário Gonçalves, 30, 32, 138, 141, 143
 VILANOVA, Antonio, 88, 156
 VIVES, Juan Luís, 40, 53, 115, 129, 137, 149, 191, 194, 201, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221